

Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária

Polo IV: UFCG / Patos

**Crislene Rodrigues da Silva Moraes
Rosalva Dias da Silva**



EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
E ECONOMIA SOLIDÁRIA

POLO IV - PATOS

Governo Federal
Presidenta Dilma Rousseff

Ministério da Educação
Henrique Paim

**Secretaria de Educação Continuada,
Alfabetização, Diversidade e Inclusão**
Macaé Maria Evaristo dos Santos

Universidade Federal de Campina Grande
José Edílson de Amorim

Coordenação de Material Didático
Crislene Rodrigues da Silva Moraes
Layse Kyriac Felix da Costa Moura

Coordenação Pedagógica
Norma Maria de Oliveira Lima - Campina Grande
Marta Maria da Conceição - Cuité
Lenilde Mérgia Ribeiro Lima - Sumé
Rosalva Dias da Silva - Patos
Juliana Fernandes Moreira - Pombal
Vorster Queiroga Alves - Souza
Edinaura Almeida de Araújo – Cajazeiras

Coordenação Operacional
Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos Solidários - IUEES/UFPG

Técnicos de Apoio
Arlyson da Cunha Moraes
Alderiza Veras Albuquerque
Layse Kyriac Felix da Costa Moura

Crislene Rodrigues da Silva Morais
Rosalva Dias da Silva
(Organizadoras)

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E ECONOMIA SOLIDÁRIA

POLO IV - PATOS

Crislene Rodrigues da Silva Morais
Edevaldo da Silva
Edinaura Almeida de Araújo
Eduardo Lima Leite
Luiz Antonio Coêlho da Silva
Rosalva Dias da Silva
Solange Maria Kerpel



Campina Grande – Paraíba
2015

Direitos Reservados © 2015
Universidade Federal de Campina Grande

Avenida Aprígio Veloso, 882 – Bairro Universitário
CEP: 58429-900 – Campina Grande (PB)

Impresso no Brasil

Texto de Apresentação

Crislene Rodrigues da Silva Morais

Concepção da Capa

Raíssa Gonçalves Cavalcanti
Crislene Rodrigues da Silva Morais

Impressão

RDS Gráfica e Editora Ltda.
Rua Carlos Câmara, 1048 – Gentilândia
60.020-150 – Fortaleza (CE) – rds1048@gmail.com

Morais, Crislene Rodrigues da Silva

Educação de jovens e adultos e economia solidária – Polo IV - Patos / Crislene Rodrigues da Silva Morais, Rosalva Dias da Silva. – Fortaleza, CE: RDS Editora, 2015.
274p.

ISBN: 978-85-7997-138-9

1. Economia. 2. Economia Solidária. 3. Educação. 4. Educação de Jovens e Adultos.
I. Morais, Crislene Rodrigues da Silva. II. Silva, Rosalva Dias da. III. Título.

CDD 330

Sumário

Apresentação	9
Homenagem	11
A construção da identidade social e cultural das mulheres da Artepatos – Patos-PB	13
<i>Zulene Pereira de Lima Silva</i> <i>Luiz Antonio Coêlho da Silva</i>	
A Economia Solidária como caminho para inclusão de alunos da EJA no mercado de trabalho	26
<i>Francielma Araújo Ferreira Sousa</i> <i>Rosalva Dias da Silva</i>	
Associativismo, Economia Solidária e desenvolvimento local: o estudo de caso da ACIDIS	37
<i>Joseilda Alves de Oliveira</i> <i>Eduardo Lima Leite</i>	
Avaliação da atitude ecológica sobre resíduos sólidos e práticas socioambientais de alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) da cidade de São José de Espinharas, Paraíba - Brasil	48
<i>Wellington Araújo de Sousa</i> <i>Edevaldo da Silva</i>	
Economia Solidária e autogestão: uma experiência com alunos do Projovem Adolescente de Mãe D'água-PB	62
<i>Edna Soares da Silva</i> <i>Rosalva Dias da Silva</i>	
Economia Solidária e Educação de Jovens Adultos: situação atual e possibilidades no Assentamento Campo Comprido – Patos-PB	77
<i>José Eder Alves de Lucena</i> <i>Eduardo Lima Leite</i>	
Economia Solidária e o impacto das tecnologias sociais na Associação de Agricultores de Cacimbas-PB	88
<i>Fabiana Cunha Silva</i> <i>Crislene Rodrigues da Silva Moraes</i>	
Economia Solidária e práticas pedagógicas na Educação de Jovens e Adultos	104
<i>Nadia Farias dos Santos</i> <i>Rosalva Dias da Silva</i>	

Economia Solidária no ambiente escolar: um relato de experiência	120
<i>Mércia Solange de Medeiros Santos</i>	
<i>Edinaura Almeida de Araújo</i>	
Educação ambiental e etnobotânica: conhecimento e aplicação pelos alunos e professores da Educação de Jovens e Adultos (EJA) da cidade de São José de Es-pinharas-PB	131
<i>Mabel Araújo da Nóbrega</i>	
<i>Edevaldo da Silva</i>	
Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária: uma necessidade de forma-ção	143
<i>Maria das Lágrimas Leite Minervino</i>	
<i>Crislene Rodrigues da Silva Moraes</i>	
Educação, trabalho e políticas públicas: uma discussão preliminar	161
<i>Helder Pablo Justino de Lima</i>	
<i>Rosalva Dias da Silva</i>	
EJA, trabalho e Economia Solidária: no contexto do SESC Ler Patos	176
<i>Jesana de Araújo Nóbrega</i>	
<i>Rosalva Dias da Silva</i>	
EJAI e associativismo: um estudo de caso na Associação Z40	190
<i>Arlene Lima dos Santos</i>	
<i>Eduardo lima Leite</i>	
EJAI e trabalho: terceiro setor vinculado à escola com ênfase nos alunos do SESC Ler Patos-PB	199
<i>Maria Thereza Pequeno Soares</i>	
<i>Eduardo Lima Leite</i>	
Mulheres na produção artesanal: formação e Economia Solidária	212
<i>Edinalva Nunes Camboim Vieira</i>	
<i>Crislene Rodrigues da Silva Moraes</i>	
O potencial da Associação de Quixaba na disseminação da cultura da pimenta na Paraíba	221
<i>Paula Santos Candeia Barbosa</i>	
<i>Crislene Rodrigues da Silva Moraes</i>	
Padaria comunitária: alternativa para a inclusão social na perspectiva da Econo-mia Solidária	234
<i>Maria Aparecida Ferreira Xavier</i>	
<i>Eduardo Lima Leite</i>	

Perfil socioambiental sobre resíduos sólidos de alunos da Educação de Jovens e Adultos da cidade de Patos, Paraíba - Brasil.....245

*Maria do Carmo Ideão Leite
Edevaldo da Silva*

Trabalho, cooperativismo, ensino e educação popular na Associação dos Catadores do Município de Patos-PB (ASCAP).....259

*Gigliola Alves de Oliveira
Solange Maria Kerpel*

Apresentação

A Economia Solidária (ES) vem ganhando espaço pela característica inovadora de geração de trabalho e renda, tendo como principal foco a inclusão socioeconômica. Esta economia compreende um conjunto de atividades de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito organizadas de forma autogestionária. As experiências em ES no Brasil demandam aprendizagens específicas que requerem a alfabetização dos trabalhadores empreendedores, tornando-se necessária a aquisição de certas competências e habilidades.

Tendo em vista a necessidade de difundir esta temática na Educação de Jovens e Adultos, foi criado na UFCG, o Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano (EJAECOSOL) que visou ampliar a compreensão dos educadores sobre as possibilidades de novas formas de inserção dos sujeitos da EJA ao mundo do trabalho.

O Curso de Especialização em EJAECOSOL foi realizado nos 07 (sete) Câmpus da UFCG, proporcionando aos profissionais envolvidos a possibilidade de um ambiente de reflexão acerca de suas práticas como educadores e/ou gestores. Este curso ajudou os educadores da Economia Solidária e da EJA, gestores e coordenadores de EJA, além outros participantes da ES a ter maior proximidade com a temática da Economia Solidária, dialogar com seus pares, refletir sobre suas práticas como educadores e aprofundar seus conhecimentos, além de executar uma atividade mais eficaz, do ponto de vista da transformação da sua realidade e dos alunos/trabalhadores que frequentam as turmas de EJA.

Esta proposta teve como objetivo promover a integração dos conhecimentos e práticas da Economia Solidária na Educação de Jovens e Adultos, na Paraíba, através da articulação entre os diversos atores envolvidos em atividades de formação e produção de material pedagógico-formativo e de apoio didático de EJA/Economia Solidária, como forma de possibilitar aos educandos da EJA e a comunidades a apropriação de novas formas de geração de trabalho e renda de maneira sustentável.

No que se refere a difusão e transferência de conhecimentos o projeto conseguiu atingir quase todo estado da Paraíba tendo em vista que os cursos aconteceram em sete municípios do estado (Campina Grande, Cuité, Sumé, Patos, Pombal, Souza e Cajazeiras), e alcançou cerca de 280 profissionais das mais diversas áreas de atuação, além do envolvimento de docentes das seguintes universidades: Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, Universidade Estadual da Paraíba - UEPB e Universidade Federal da Paraíba - UFPB, que contribuíram na ministração de disciplinas e orientação dos profissionais envolvidos.

O Curso de Especialização em EJAECOSOL formou em 2013 na Paraíba, 190 especialistas em Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária, estando suas monografias distribuídas nas bibliotecas dos Câmpus da UFCG.

Esta coletânea de artigos apresentadas em sete volumes com aproximadamente 21 capítulos cada, pretende contribuir para a formação de educadores, comunidades e gestores, na construção de conhecimento sobre as práticas de economia solidária no Semiárido paraibano. Para tanto, os artigos relatam as experiências e reflexões dos autores e das comunidades envolvidas, acerca das relações entre educação e trabalho associado, promovendo uma educação problematizadora que contribuiu para a autonomia dos educandos e dos educadores.

Crislene Rodrigues da Silva Morais

Homenagem aos Mestres e Doutores da UFCG (ECOSOL e EJA)

Começamos em Outubro
Professores a estudar
Pesquisadores e mestres
Todos a nos ensinar
Essa nova economia
Veio para inovar.

Pioneira em ECOSOL
Vivências nós vamos ter
Conhecimentos diversos
Sobre a EJA vamos ver
Seremos pesquisadores
Populares vamos ser.

Nosso mestre Irelânio
Veio nos mostrando as leis
Que irá nos ajudar
Cada um por sua vez
Argumentos sobre EJA
Iremos ver este mês.

E vem chegando Xangai
Educador exemplar
Falar sobre educação
Paulo Freire a lembrar
Mostrando sua vida
De educação popular.

E a nossa mestra Sônia
Disciplina fundamentos
Nos deu orientações
E muitos conhecimentos
Pela atração filosófica
Com grande contentamento.

Doutora Socorro Lopes
Traz a metodologia
Na direção de caminhos
Vivência, ideologias
Como aplicar na aula?
Veja como contagia.

Doutora Ângela Ramalho
De parangolé falou
De filmes libertadores
A didática anunciou
Dediquei um dos cordéis
A mestra que aqui marcou.

Ela falava baixinho
Quando a turma se agitava
O seu nome é Idel
De currículo ela falava
Valorize o ser humano
“Carpe Diem” nos lembrava.

Mestra Socorro retorna
Com a nova disciplina
Ela usa suas dinâmicas
Coisas de sua rotina
No trabalho científico
Vivência o que ensina.

E o professor Gilvan
E doutor em economia
Nos mostrou pra que veio
Dúvidas não caberia
Se o aluno fosse esperto
Ele tudo sabia.

E o nosso mestre Robson
Levou-nos experiências
Falou de associações
E também suas vivências
Fomos às cooperativas
Deduzir as sapiências

O mestre Luiz Antônio
Já chegou bem de mansinho
Mostrou que o ser solidário
Nunca anda tão sozinho
Repartiu tudo que sabe
Ensinou um novo caminho.

A mestra Sônia retorna
Com uma nova disciplina
Falou da pedagogia
Práticas da nossa sina
E da nossa educação
Que a todos contamina.

Nossa mestra Adriana
Vem falando com cuidado
Cuide bem da nossa terra
Não fique ai parado
O solo pede Socorro
Reciclar e o seu recado.

À coordenadora Norma
Venho aqui a divulgar
Em nome da nossa turma
Devemos agradecer
Tao humilde e singela
Educada e popular.

É doutora em ECOSOL
Muitas lutas a enfrentar
Ela segue sempre em frente
Para ECOSOL divulgar
Todo aprimoramento
Crislene irá mediar.

Temos as incubadoras
Para nos direcionar
Os fóruns nos motivou
Temos muito a praticar
Desconstruir e construir
Falta conscientizar.

Em nome da nossa turma
Fica o agradecimento
Quero agradecer a Deus
Com grande contentamento
Para os mestres e doutores
O nosso conhecimento.

Jaidete Dias de Sousa

A construção da identidade social e cultural das mulheres da Artepatos – Patos-PB

*Zulene Pereira de Lima Silva
Luiz Antonio Coêlho da Silva*

1 INTRODUÇÃO

A construção da identidade social e econômica e a mudança na vida das mulheres artesãs de Patos são atitudes de força de vontade e união, provocadas pelo agrupamento de artesãs que deu origem a um processo de mudança social.

Formada por um grupo de mulheres artesãs do município de Patos, no alto sertão paraibano, a Artepatos é um exemplo de integração social e desenvolvimento socioeconômico. Com a união desse grupo de mulheres, o incentivo para almejar não somente independência financeira tornou estas mulheres bastante conhecidas na própria cidade e também por pessoas que visitam o município nos eventos de exposição de seus trabalhos.

Com base nesse contexto, o objetivo geral deste estudo foi analisar a construção da identidade social e cultural das mulheres da Artepatos. Como objetivos específicos, buscou-se: a) Identificar quais as formas utilizadas para a construção da identidade social e cultural dessas mulheres; b) Demonstrar os incentivos para a formação do grupo; e c) Explicar sobre o papel da economia solidária na vida dessas mulheres.

Diante do exposto, a problemática da pesquisa sintetizou-se em “Como verificar a construção da identidade social e econômica e a mudança na vida das mulheres artesãs de Patos/PB?”.

Para atender aos objetivos propostos foi desenvolvido um estudo de caráter descritivo-exploratório, de natureza qualitativa, com uma amostragem de 14 (catorze) mulheres, a partir de uma pesquisa de campo, na qual foi realizada uma entrevista para verificar a qualidade de vida dessas artesãs após sua inserção no grupo de trabalhos artesanais da Artepatos, visando o desenvolvimento de uma melhor qualidade de vida.

O presente estudo se justifica pela necessidade de apresentar empreendimentos econômico-solidários que têm contribuído para a mudança de vida de seus associados, além do valor acadêmico e social em demonstrar à sociedade que práticas associativistas que agrupam união, igualdade e solidariedade podem transformar não só vidas, mas a sociedade como um todo.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Contradições e diferenças do capitalismo e da Economia Solidária

Muitas mudanças ocorreram no Brasil em decorrência do capitalismo. Esse período foi demarcado por um crescente aumento do desemprego e da informalidade, que atingiu as classes menos favorecidas dos trabalhadores, que buscaram como saída a construção de práticas alternativas ao assalariamento para aqueles sujeitos que se encontravam em situação de desemprego ou de trabalho precário, tendo a solidariedade como uma bandeira de vida.

Para Marx (2006, p. 177), “a circulação das mercadorias é o ponto de partida do capital. A produção de mercadorias e o comércio, forma desenvolvida da circulação de mercadorias, constituem as condições históricas que dão origem ao capital”.

Já o estudioso Singer, (1987, p. 7) define o capitalismo como “Sistema sócio econômico em que os meios de produção são propriedade privada duma classe de trabalhadores não-pro-

prietários”. Portanto, existem donos dos meios de produção e da produção e os trabalhadores ficam apenas com o trabalho, raras vezes, mais que o necessário para a sobrevivência.

É notório que o capitalismo transforma o trabalhador em um escravo do trabalho, onde na maioria das vezes o salário serve somente para a sua subsistência e a de sua família, dando apenas para total continuidade ao fluxo da força do trabalho.

Para Netto e Braz, (2012, p. 41). “o trabalho é muito mais que um tema ou um elemento teórico da economia e da política. De fato, trata-se de uma categoria que, além de indispensável para a compreensão de atividades econômicas, faz referência ao próprio modo de ser dos homens e da sociedade”. É impossível por fim ao trabalho, ele continuará a existir e a gerar riqueza, que infelizmente fica retida nas mãos de uma minoria, dona dos meios de produção.

Uma possibilidade de mudança em relação ao trabalho e renda dos trabalhadores vincula-se a propostas inovadoras centradas no trabalho associado, na produção coletiva, na autogestão, na democratização de tarefas e na defesa da sustentabilidade. Isso é o que propõem os princípios da Economia Solidária.

Em relação aos processos sustentáveis, para construí-los em todas as dimensões da vida, é fundamental ter uma compreensão das questões relativas aos cuidados e proteção ao meio ambiente. Para tanto a sustentabilidade precisa ser praticada e fortalecida para alterar a realidade social, política e econômica em várias dimensões, colocando em prática a proteção do planeta e a qualidade de vida de seus habitantes, fortalecendo a construção de novos valores e práticas sociais.

Falar de Economia Solidária, por sua vez, consiste em compreender as ligações entre pessoas e bem estar social, possibilitando construir um presente e um futuro, em que se possa viver livre de sofrimento nas necessidades econômicas, sociais e ambientais. Assim, para construir uma sociedade igualitária em todas as dimensões da vida é fundamental ter uma compreensão das questões relativas ao desenvolvimento sustentável pautado em uma economia solidária.

Nascimento (2011, p.91-92) afirma que Economia Solidária é “o conjunto de empreendimentos produtivos de iniciativa coletiva, com certo grau de democratização interna e que remunera o trabalho de forma privilegiada em relação ao capital [...]”. Evita-se, dessa forma, a exploração do trabalhador pelos novos modelos de trabalho exigidos pelos setores econômicos do mercado atual, do qual grande parte desses trabalhadores foi excluída e se viu obrigada a procurar uma nova forma de sobrevivência, contribuindo para o surgimento da Economia Solidária como um projeto de ação na prática econômica, e também como transformação social.

O grupo da Artepatos desenvolve suas atividades de forma coletiva e isso já anuncia que ele pratica indiretamente a economia solidária, sem conhecimento específico, mas que essa nova oportunidade está apresentada ao grupo como uma possibilidade de ser desenvolvida com todos os seus indicativos.

Retomando as questões relativas ao sistema capitalista pode-se perceber que nesse sistema os denominadores (patrões) não trabalham, obtendo seu enriquecimento e acúmulo de bens com o trabalho dos outros (empregados), que muitas vezes não tem consciência de sua escravização.

Beaud, (2004, p. 376), diz que “em cada época, o capitalismo foi ao mesmo tempo criador e destruidor; mas hoje, é a própria existência do planeta e da humanidade que está em jogo”. Assim sendo, o que entra em questão não é só o trabalho escravo, mas também a forma como o ser humano interage com o planeta, no modo de produção e de consumo, a necessidade de expansão da consciência coletiva, no sentido de conter a exploração desenfreada dos recursos naturais da nossa sociedade, pois o mundo é o habitat do ser humano, onde o homem vive, se relaciona, trabalha e faz suas interferências. Surgem dessa constatação a urgência de se rever esse capitalismo desenfreado e atentar para práticas sustentáveis, novas formas de produção, consumo e trabalho.

Nos dias atuais existe uma determinada batalha entre a economia solidária e o capitalismo, na qual a primeira vem conquistando maior espaço e transformando-se numa alternativa muito importante na vida dos trabalhadores e também dos consumidores, já que esta se preocupa com a sustentabilidade e com a vida do ser humano. Mostra-se também como uma alternativa acessível a todo trabalhador, consumidor e cidadão.

O grupo da Artepatos trabalha unido em prol de um mesmo objetivo, mesmo tendo os lucros de seus artesanatos individualizados.

A economia solidária, sinônimo de conquistas e lutas dos trabalhadores explorados pelo capitalismo, tem no cooperativismo uma das principais maneiras encontradas pelos trabalhadores para enfrentar o desenfreado avanço do capitalismo industrial. Essa nova força do trabalho começou a se desenvolver no Brasil por volta da década de 1990, com as mudanças ocorridas no setor econômico e social, pelas experiências de associações organizadas por trabalhadores no meio rural, como forma de resistência contra o desenvolvimento do capitalismo.

Segundo Singer (2005, p. 13):

A Economia Solidária pode ser pensada como um modo de produção idealizado para superar o capitalismo. Sendo assim, para entender a lógica da primeira é preciso examinar a do último. A pedra de toque do capitalismo é a propriedade privada dos meios de produção, mas não de qualquer meio de produção. Trata-se especificamente dos meios “sociais” de produção, ou seja, dos meios que só podem ser operados coletivamente.

Desta forma, apropriar-se dos meios de produção dos trabalhadores é regra básica do sistema capitalista, pois o trabalhador é obrigado a vender seu trabalho em troca de um salário.

A Economia solidária tem um papel de suma importância como um modelo de desenvolvimento, fazendo-se necessário colocar em prática os direitos de cidadania, onde todos os aspectos sociais entrem em vigor, destacando-se assim o trabalho associado, a produção coletiva, a autogestão e a sustentabilidade.

Como reforça Medeiros (2009), as iniciativas de economia solidária no Brasil estão no meio urbano e no rural. Ao todo são mais de um milhão e 500 mil trabalhadores e trabalhadoras que lutam para garantir o direito de viverem dignamente pelo trabalho associado, coletivo e autogestionário, com os princípios da solidariedade, da democracia e da confiança. Dal Ri (1999, p. 43) completa que:

A atual crise de reestruturação econômica coloca em tela os problemas de identidade e da construção de uma nova subjetividade em relação ao trabalho e as relações do trabalho. Volta-se a discutir a questão da viabilidade de sistemas e setores econômicos que coloquem o homem no centro de suas prioridades e não o lucro e o consumismo pelo consumismo.

Essa economia desvincula a exploração aos outros, a forma de levar vantagem em tudo que faz, atribuindo valor ao trabalho como objeto de uma construção ideal para o aperfeiçoamento das atividades desempenhadas pelo homem como ser primeiro do setor econômico, distinguindo assim o que deve ser consumido por necessidade e não por puro prazer, pois o consumo ético, responsável e consciente ameniza o desgaste ambiental e distancia o prejuízo causado por consumidores sem controle.

Ao promover essa aproximação entre consumidores conscientes e a economia solidária, com uma prática justa de comércio podem ocorrer mudanças significativas no processo do consumo, conscientizando as pessoas a não sentirem prazer em suas vidas, pelo simples fato do que possuem e consomem.

O desenvolvimento sustentável é também um dos princípios regidos pela economia solidária na busca constante de estabelecer uma relação harmoniosa entre o ser humano e o meio ambiente, pois essa economia trabalha pensando no bem maior de todos e no bem comum dos associados. Esse é um ponto que a diferencia do capitalismo, apontando desta forma mudanças no campo econômico, cultural, social, e também ambiental, que não pode ficar de fora.

A economia solidária pratica uma nova visão do desenvolvimento sustentável, na força do trabalho e tem como evidência a distribuição de renda de forma justa e igualitária, considerando seus associados como pessoas de grande importância nas atividades econômicas, estabelecendo deste modo relações saudáveis com o meio ambiente, formando uma sociedade mais humana do ponto de vista ambiental.

Segundo Silva (2010), deve-se transformar a sociedade num lugar mais justo e igualitário, onde o ser humano seja respeitado e a natureza não seja explorada, que busque o desenvolvimento sustentável e novas formas de trabalho que não agridam as pessoas e o meio social.

A perspectiva é de se estabelecer bases para uma sociedade, onde haja equilíbrio nas relações de trabalho, nas decisões coletivas, nas formas de produção e na relação com a natureza. Onde a prioridade seja o bem estar coletivo, superando o individualismo e a concorrência, típicos da sociedade de mercado que se estabelece a partir da desigualdade de classes, da exploração do trabalho alheio e da prioridade do lucro.

Para Singer (1999), economia solidária se faz com um grande número de desempregados que carecem de trabalho e renda adequados e que possam juntar seus esforços para se reintegrar coletivamente à produção social em vez de tentar isoladamente ganhar a vida. Na economia solidária não se pode pensar unicamente nos bens materiais, pois quem pratica essa economia tem consciência do seu valor no mundo, tem respeito pelo seu semelhante e, acima de tudo, preserva o meio em que vive; é uma economia que foge dos padrões capitalistas a partir de práticas sociais e ambientais sustentáveis.

Como enfatiza Dal Ri, (1999, p. 39), “com o desenvolvimento da economia social, no entanto, é provável que venha alcançar muitas outras dimensões da vida econômica, política e cidadã”. Para tanto, a vida econômica e social deve estar pautada na sustentabilidade, tendo em vista a proteção do planeta e a qualidade de vida econômica e social de seus habitantes.

Deste modo, falar de sustentabilidade é buscar compreender as ligações internas da vida, que possibilitam construir um presente e um futuro, em que as pessoas possam viver sem degradar a natureza e o ambiente social. Assim, para construir processos sustentáveis em todas as dimensões da vida, é fundamental ter uma compreensão das questões relativas aos cuidados e proteção ao meio ambiente. Para tanto a sustentabilidade precisa ser praticada e fortalecida para alterar a realidade social, política e econômica em várias dimensões, colocando em prática a proteção do planeta e a qualidade de vida de seus habitantes, fortalecendo a construção de novos valores e práticas sociais.

Falar de economia solidária é compreender as ligações entre pessoas e bem estar social, possibilitando construir um presente e um futuro, em que se possa viver livre de sofrimento nas necessidades econômicas, sociais e ambientais. Assim, para construir uma sociedade igualitária em todas as dimensões da vida é fundamental ter uma compreensão das questões relativas ao desenvolvimento sustentável pautado em uma economia solidária.

2.2 A educação como incentivo no conhecimento da Economia Solidária para o grupo da Artepatos

Educar para transformar significa ampliar horizontes no ato educativo, redimensionar os temas curriculares, abraçar a interdisciplinaridade como prática cotidiana; enfim, buscar as contradições existentes na realidade e problematizar as dimensões políticas, econômicas, culturais, sociais e ambientais. É no ambiente escolar que se pode e deve firmar o lugar de

ensinamentos, pois é a escola o local onde acontece grande parte da formação educacional. Vislumbrando entender o sentido etimológico da palavra educação temos:

[...] origem latina de dois termos: *educare* (alimentar, cuidar, criar, referido tanto às plantas, aos animais, como às crianças); *educere* (tirar para fora de, conduzir para, modificar um estado) [...] O termo *educatio* (educação) parece sintetizar aqueles dois outros: criação, tratamento, cuidados que se aplicam aos educandos visando adaptar seu comportamento a expectativas e exigências de um determinado meio social (LI-BÂNEO (2000, p. 64).

Com a educação assumindo um papel de transformação baseado nos ensinamentos da economia solidária, discutindo temáticas relacionadas ao papel do homem no mundo social como referência para as aulas e ações desenvolvidas no cotidiano escolar, consegue-se que princípios socialmente desejáveis impregnem o ambiente educacional, de forma que professores e estudantes sejam levados a pensar, refletir, conviver todos os dias com tais preocupações, e que essas preocupações possam ser transformadas em verdadeiras aprendizagens focadas na independência econômica e social, proporcionando aprendizagens relacionadas ao verdadeiro papel do homem no meio em que vive.

Para Freire (1996, p. 22), “[...] ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua produção ou sua construção”. Neste contexto, percebe-se que nos dias atuais as escolas estão contribuindo para a formação de pessoas com habilidades e práticas que visam mudanças na sociedade capazes de melhorar a qualidade de vida e desenvolver o bem estar social. É através da educação que se podem construir elementos fundamentais no crescimento intelectual dos alunos, transformando todo esse contingente escolar em cidadãos conscientes e participativos na sociedade. Portanto, o desejo de mudança parte do princípio de que todos podem participar na construção de uma vida digna, com direito a saúde, à educação, ao lazer, à liberdade, enfim, à dignidade como ser humano.

Baseando-se nessa visão emancipatória a educação deve exercer uma ação mediadora na vida desse grupo de artesanato no processo de formação do indivíduo, pois o poder do capital é muito forte é constrói uma arma contra a humanidade, e nesse ínterim o grupo de mulheres da Artepatos precisa encontrar espaços em favor de uma liberdade humana, vinculada aos aspectos sociais e humanitários.

2.3 O associativismo e a autogestão: uma nova proposta para as mulheres da Artepatos

Em meados do século XVI surge a proposta de uma economia voltada ao indivíduo colocando em prática o associativismo, que já esteve como prática de associação coletiva do trabalho em outras épocas. A economia social assumiu sua importância no mundo inteiro sob diferentes formas, sendo o associativismo o seu maior expoente.

As associações econômicas assumiram um papel importante nas mais diferentes formas, sendo o cooperativismo o pioneiro nessas transformações. Essas organizações econômico-associativas são resultantes da luta incessante dos trabalhadores que nelas investem suas economias para, através da autogestão, promover o progresso social e a ampla participação na produção e nos frutos da atividade econômica. É uma forma de economia de natureza associativa, que cria atividades independentes, com objetivos baseados na solidariedade e na democracia, dando prioridade aos indivíduos e ao trabalho sobre o capital na distribuição dos bens adquiridos.

Como caracteriza Schiochet, (2000, apud BENINI et al., 2012, p. 32-33):

Para a Economia Solidária o ato cooperativo é decisivo. Pois, embora o que defina a Economia solidária seja o fato de que o trabalho cooperativo tem como objetivo a realização de uma atividade econômica, é mister reconhecer que sua capacidade econômica (a viabilidade) reside mais no ato associativo e cooperativo do que no acesso e posse de bens materiais.

Para tanto, as experiências do trabalho cooperado na perspectiva da igualdade e da solidariedade não são recentes. Nas últimas décadas houve um interesse crescente por esse tema, e existe uma variedade de maneiras de associações com o objetivo de produzir meios de vida que se baseiam em relações de igualdade social, como também a possibilidade de produção social do trabalhador; por isso, a economia solidária carregaria consigo um potencial de transformação social.

Dornelas (2002) enfatiza que as incubadoras de empresas assumem importante papel como agentes do desenvolvimento econômico regional e como participantes do processo de formação de empreendedores e empresas. Pelo fato de abrigarem empresas emergentes em sua fase inicial, as incubadoras catalisam o processo empreendedor, sendo a ponte entre a concepção e a consolidação da empresa no mercado.

Assim sendo, as incubadoras tem como papel principal dar subsídio inicial as empresas que estão sendo inseridas em determinadas áreas de negócios. Todavia, sabe-se que quando se inicia uma associação ou um grupo de trabalho grande partes dos seus integrantes não dispõem de informação ou experiências no setor administrativo, o que pode ser sanado com o apoio de incubadoras universitárias.

Desta forma as participantes da Artepatos devem ter uma nova preparação no sentido de capacitação e aperfeiçoamento na área da economia solidária, pois desta forma conseguirão dar maior ênfase aos seus trabalhos artesanais.

3 METODOLOGIA

Na elaboração do estudo foi feita uma análise de natureza quali-quantitativa, cujo objeto de investigação buscou descrever a construção da identidade social e cultural das mulheres da Artepatos - Patos/PB.

3.1 Caracterização do campo de estudo e da associação

Este estudo foi desenvolvido no município de Patos, que está localizado na região centro-oeste do estado da Paraíba, na mesorregião do sertão paraibano, cuja população é constituída por 4.760 habitantes (IBGE, 2010), e possui uma área de 732,80 Km². A cidade realiza variados eventos, tendo o festejo junino e a festa de padroeiro como principais motivadores do turismo no município, que incrementa as vendas no comércio e a renda de empresários e trabalhadores autônomos.

Em relação à Associação de trabalhos artesanais, o grupo de mulheres artesãs de Patos começou a ser concretizado como Associação a partir do ano de 2005 e foi apoiado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SEDECOM) do município, tendo inicialmente 50 (cinquenta) artesãs e chegando, posteriormente a atingir 80 (oitenta) artesãs associadas, que desenvolviam os mais variados tipos de artesanatos como telas, crochê, bonecas de pano, bijuterias, biscuit, bordados, macramê, entre outros. Atualmente, o grupo conta com apenas 20 (vinte) mulheres em atividade.

Este grupo foi denominado “Artepatos” e até os dias atuais ainda não tem sede própria, levando as artesãs a produzirem seus artesanatos de forma individual em suas residências. Entretanto a Artepatos conta com o apoio da Prefeitura Municipal de Patos para a exposição e venda de seus trabalhos artesanais, que cede espaços públicos para que possam organizar suas

exposições. Na atualidade o grupo tem duas das associadas como representantes, assumindo a presidência e a vice-presidência da Associação.

3.2 Amostragem e coleta de dados

Para o desenvolvimento desta pesquisa, utilizou-se um questionário como instrumento de coleta de dados, que foi aplicado numa das reuniões da Associação. O questionário foi constituído por 20 (vinte) questões, sendo 13 (treze) questões objetivas, 1 questão mista e 6 (seis) questões subjetivas que investigaram desde o perfil das artesãs até as contribuições sociais, culturais e econômicas dessas mulheres, destacando a importância do referido grupo para o desenvolvimento do artesanato e da cultura local.

O universo pesquisado era constituído por 20 mulheres, entretanto apenas 14 (quatorze) mulheres constituíram a amostra deste estudo, representando 70% do grupo pesquisado, por serem estas as que estavam presentes à reunião da Associação no dia em que o instrumento de pesquisa foi aplicado.

3.3 Compromisso ético da pesquisa

A pesquisa procedeu-se de acordo com o Conselho Nacional de Saúde, através da Resolução nº 196/2012 que trata sobre a ética na pesquisa que envolve, direta ou indiretamente, seres humanos. Por isso buscou tornar ciente aos informantes sobre sua participação no estudo, bem como sobre a garantia de sua privacidade,

Assim, foi entregue a cada participante um termo de consentimento livre e esclarecido, que foi assinado por todas, autorizando o uso das informações prestadas no questionário.

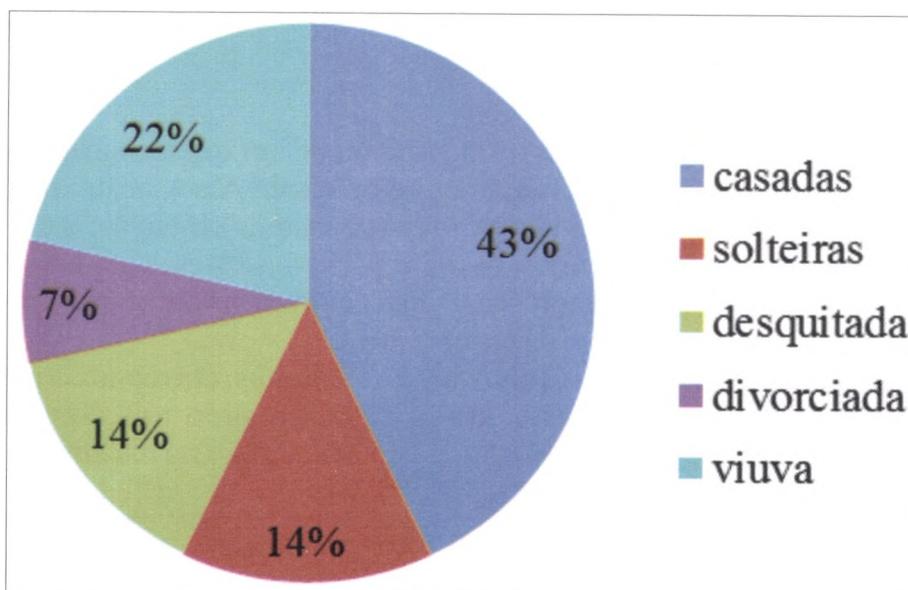
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As questões contidas no questionário permitiram traçar um perfil socioeconômico das informantes. Assim, verificou-se que as idades das mulheres da Artepatos variaram entre 38 e 59 (anos distribuídos da seguinte forma: uma com 38 anos, uma com 39 anos, uma com 46 anos, duas com 47 anos, três com 50 anos; uma com 53, três com 51 anos, uma com 58 anos e uma com 59 anos.

Como se pode ver, mais da metade das informantes (09 artesãs) tinha idade igual ou superior a 50 anos, uma faixa etária que encontra maior grau de dificuldade para inserção no mercado de trabalho. Isto pode representar um elemento motivador do desenvolvimento de trabalhos manuais que as mantem na (ou as levaram a) Associação de artesãs,

No tocante ao estado civil, como mostra o gráfico 01, seis informantes eram casadas, duas solteiras, duas desquitadas, uma divorciada e três viúvas. Com exceção das solteiras, todas as outras tinham filhos, o que pode justificar a escolha do artesanato pela necessidade de obter renda para o sustento de sua prole.

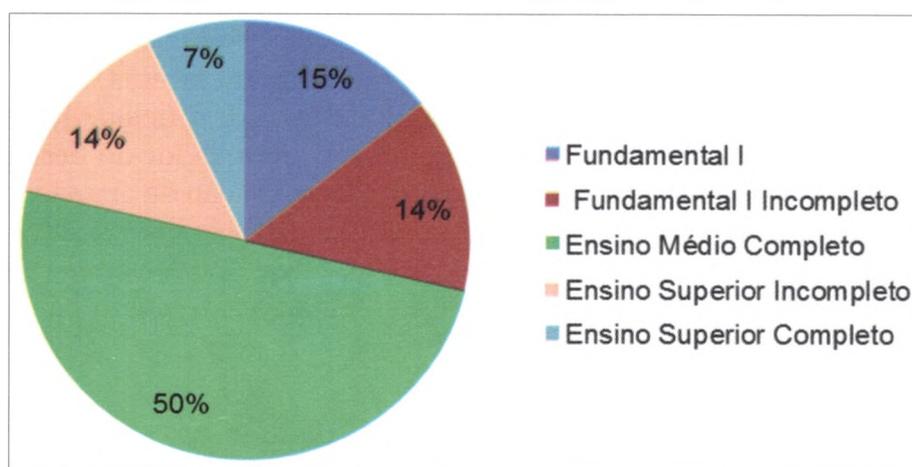
Gráfico 01 – Estado civil das participantes do grupo.



Fonte: Elaboração própria (2013).

Sobre o nível de escolaridade das participantes, de acordo com o gráfico 02, constatou-se que 02 (duas) concluíram o fundamental I, 02 tinham o ensino fundamental I incompleto, 07 (sete) possuíam o ensino médio completo, 02 o curso superior incompleto e 01 tinha o curso superior completo. Pode-se constatar que, apesar da maioria das informantes (79%) terem um bom nível de instrução, não estavam no mercado de trabalho formal, necessitando desenvolver atividades de trabalho informal e autônomo, como o artesanato por exemplo. Isto pode ter relação com a idade que, a partir de certa faixa etária transforma os trabalhadores em excluídos do mercado.

Gráfico 02 – Nível de escolaridade do grupo.



Fonte: Elaboração própria (2013).

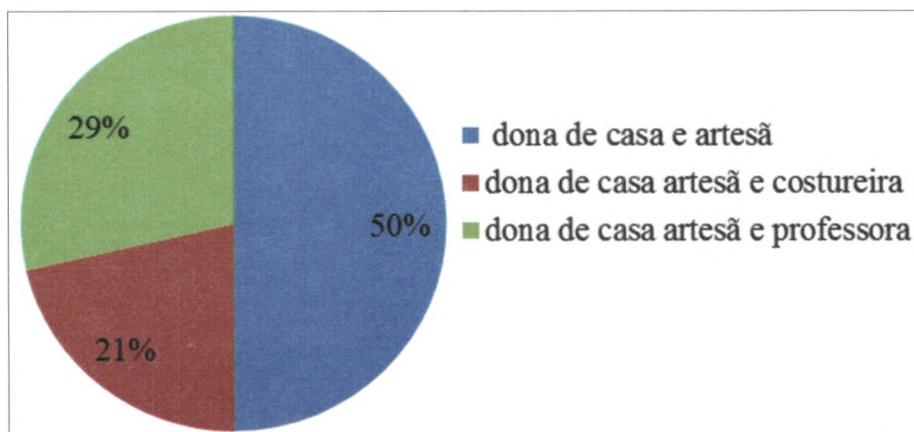
Por outro lado, isto pode demonstrar que as artesãs de Patos têm o artesanato em suas práticas culturais, independente de seu nível de instrução. Freire (1989, p. 18) afirma que “do ponto de vista da educação, é da intimidade das consciências, movidas pela bondade dos corações que o mundo se refaz”.

Laville e Dionne (1999, p. 186), dizem que “já que a educação modela as almas e recria os corações, ela é a alavanca das mudanças sociais”, apresentando a educação como mola propulsora da transformação social, pois para o desenvolvimento social a educação está diretamente relacionada à produção de conhecimentos, à formação de pessoas mais questionadoras e preocupadas em resolver problemas grupais.

Em relação às questões que se referiam às contribuições sociais das mulheres artesãs, abordou-se sobre a principal ocupação, contribuintes da renda familiar, contribuição do artesanato na renda familiar e o local da realização dos artesanatos.

Referente à principal ocupação das mulheres artesãs, 50% declararam que são donas de casa e artesãs, 21% que eram donas de casa, artesãs e costureiras, e 29% que eram donas de casa, artesãs e professoras, conforme resultado apresentado no gráfico 03.

Gráfico 03 – Principal ocupação das artesãs da Artepatos.

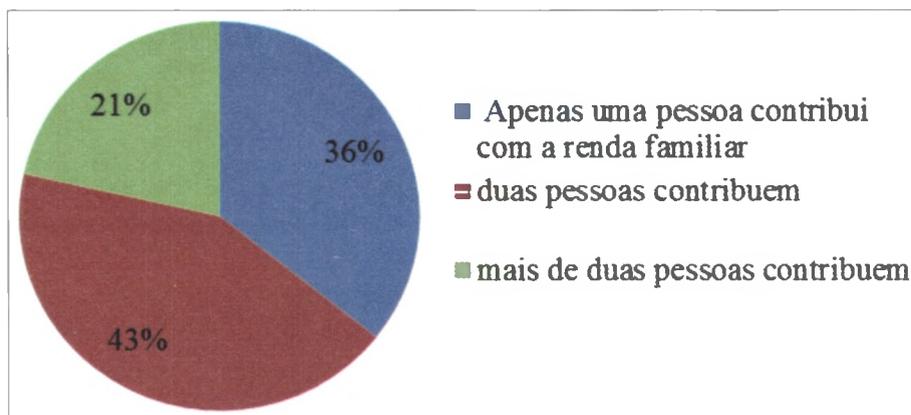


Fonte: Elaboração própria (2013).

Isto enfatiza que essas mulheres têm habilidade artesanal e, embora a metade realize outra atividade de trabalho, todas desenvolvem seu artesanato, fato que sugere que poderiam reforçar e organizar com maior desenvoltura seu grupo artesanal.

Quanto às pessoas que contribuem com a renda familiar (gráfico 04), 05 informantes declararam que apenas uma pessoa contribui com a renda familiar, 06 disseram que duas pessoas contribuem e 03 informaram que mais de duas pessoas contribuem.

Gráfico 04 – Pessoas que contribuem com a renda familiar.



Fonte: Elaboração própria (2013).

Diante desse resultado, percebe-se que há uma grande necessidade de melhor distribuição de renda familiar para as artesãs, uma vez que a exploração promovida pelo capitalismo resulta em pessoas que não tem uma renda digna e, conseqüentemente, lhes faltam os direitos básicos como saúde, moradia e alimentação, entre outros.

Assim, enquanto a exclusão social não for vista como um grande problema social, não se terá o necessário para se criar uma sociedade justa e igualitária.

Sobre a contribuição do artesanato na renda familiar, 11 participantes do estudo declararam que o artesanato contribui sim na renda da família e apenas 03 informantes disseram que às vezes contribui.

Quanto ao local onde é realizada a atividade como artesã, doze entrevistadas disseram que a realizam em casa e duas disseram que essa atividade é realizada na sua própria loja. Isto sinaliza que as artesãs trabalham de forma isolada, sem que haja troca de experiências e de habilidades artesanais, visto que as suas produções são bastante diversificadas e desenvolvidas isoladamente. Talvez isso se deva ao fato da Associação não ter sede própria.

No tocante às contribuições culturais e econômicas das mulheres artesãs, obteve-se o resultado a seguir. Em relação às habilidades artesanais todas as entrevistadas declararam possuir mais de uma habilidade artesanal, podendo-se diagnosticar que o artesanato estimula as vocações regionais e preserva as culturas locais, levando as mulheres a terem uma mentalidade voltada para o desenvolvimento econômico. As formas associativas também contribuem para o desenvolvimento da região.

Para Leonello (apud FRANTZ, 2002, p.29), “a via do associativismo fomenta um debate permeado de pontos e contrapontos, onde o diálogo abre caminho para a reconstrução, para o desenvolvimento”.

Questionadas sobre a participação ou não em outros grupos artesanais, 50% das informantes já haviam participado e as outras 50% não nunca haviam participado. Isto sinaliza que as artesãs têm experiência em outros grupos artesanais, e que podem trazer contribuições para as associadas da Artepatos, mostrando a importância de uma participação coletiva, pois como membro de um grupo artesanal, tem a responsabilidade de colaborar para o sucesso coletivo, do grupo, na tentativa de diminuir ou até mesmo acabar com a ação privada, individual, que ainda gira em torno dessas associadas.

Todas as mulheres (100%) declararam que começaram a participar do grupo da Artepatos através de um convite. Disseram também que, apesar de não terem uma sede própria, o grupo se reveza em diferentes locais, quando há necessidade, para realizar reuniões, discutir e tomar decisões referentes à Associação, bem como para planejar ações e exposições para os eventos da cidade.

100% das entrevistadas declararam que nunca tiveram nenhuma capacitação de trabalho falando sobre economia solidária. Isto demonstra que neste grupo falta informação sobre como se desenvolver uma política voltada para os princípios da Economia Solidária para que possam organizar sua forma de associativismo e produção coletiva, de modo que possa, futuramente, obter um padrão de qualidade na confecção de seus artesanatos e, conseqüentemente, maior aceitação e valorização do artesanato que produzem.

De acordo com o resultado obtido, o artesanato dessas mulheres é vendido de forma individual, cada uma produz o seu artesanato e vende nas feiras tradicionais da cidade de forma individual, assim cada uma fica com o seu lucro. Entretanto, elas ficam agrupadas num mesmo espaço de exposição de produtos. A esse respeito cabe destacar que o trabalho em grupo possibilita e estimula o desenvolvimento de capacidades que muitas vezes não se possui ou não se sabe que possui. Quando se age dentro do individualismo, se perdem alguns aspectos importantes da vida, como o companheirismo, a solidariedade, a participação coletiva e o bem comum de todos.

Todas as entrevistadas foram unânimes em afirmar que não recebem ajuda de custo para a exposição de suas feiras artesanais. As exposições de seus artesanatos acontecem nos eventos culturais da cidade e datas comemorativas. Deste modo, necessitam do poder público municipal um olhar voltado para o setor associativo, que caracterize e valorize as atividades artesanais dessas mulheres e, além disso, proporcione capacitação e conhecimento específico na área de economia solidária, associativismo e autogestão, para que o artesanato expandido, qualificado e seja inserido na economia real dessas mulheres. É no artesanato que reside à riqueza cultural do povo brasileiro, e o Brasil tem uma diversidade cultural privilegiada.

Portanto, só através de uma melhoria na gestão administrativa do grupo, juntamente com o apoio governamental se alcançará melhores condições sociais, culturais e econômicas para o grupo Artepatos, que faz um trabalho de suma importância social, mas que necessita de maiores investimentos públicos e privados para que chegue à condição de excelência na área do artesanato, melhorando sobremaneira a vida de todo o grupo.

5 CONCLUSÕES

O objetivo principal defendido ao longo desse estudo consistiu nas contribuições econômicas e culturais das mulheres da Artepatos. Deste modo, buscou-se evidenciar que o tema estudado, economia solidária, representa uma alternativa de organização desse grupo de artesanato, pois o trabalho que apresenta ainda tem um indício muito forte do capitalismo e não do associativismo.

Para as mudanças aconteçam é necessária a implantação de uma política esclarecedora no sentido dessas mulheres tomarem conhecimento do real papel da economia solidária, visto que elas declararam que nunca tiveram informações ou capacitações a esse respeito. É preciso que cada fonte ou recurso de informação seja aproveitada, visando a integração desse grupo no setor econômico e produtivo voltado para os princípios da economia solidária.

Contudo, a ação de colocar em prática os princípios da economia solidária consiste numa tarefa que necessita de empenho por parte do poder público municipal e das próprias associadas no sentido de desenvolver projetos de ação social e desenvolvimento sustentável para a formação de um novo cenário econômico, social e cultural desse grupo de artesãs. Fazem-se necessárias novas metodologias informativas para que as informantes da pesquisa tenham consciência do seu real papel social e de suas ações para que essa nova economia seja implantada no setor artesanal.

Assim sendo, mesmo aquelas participantes que tenham consciência da responsabilidade de suas ações, devem refletir sobre como colocar em prática os princípios da economia solidária, no sentido de contemplar uma nova construção de identidade do grupo, bem como o desenvolvimento da coletividade e da cidadania, em direção à constituição de indivíduos éticos, participativos e responsáveis com a sua coletividade.

Nessa perspectiva, a economia solidária deve inspirar o desenvolvimento de capacidades voltadas para a cultura artesanal do grupo da Artepatos, preparando-as para atuarem no desenvolvimento solidário e auto gestor de suas produções. Com isso, deixarão de lado as informações meramente assistencialistas, para que possam atuar na perspectiva do associativismo, onde sejam estimuladas ao exercício da economia solidária. Os educadores em geral podem dar esse suporte na formação da economia solidária. Para isso necessitam enfrentar o desafio de levar as informações a respeito desta nova economia até as salas de aula, acreditando que há muita contribuição no campo da economia solidária que precisa ser aprofundada.

Cabe aos preceitos da economia solidária, se bem implantados pelas artesãs, transformar as vidas dessas trabalhadoras. Na economia solidária, as pessoas são mais valorizadas, o trabalho passa a ser o centro de tudo. Todavia, vale ressaltar que esta economia só existe de fato quando as pessoas querem, e assim, se as artesãs realmente buscarem melhorar suas vidas

e implantar, de fato, a economia solidária terão mais qualidade de vida e maior valorização social.

Sendo assim, as contribuições culturais e sociais das mulheres da Artepatos nos alertam e confrontam, depois dessa longa caminhada pelas trilhas da economia solidária, para que se busquem melhorias no setor econômico e social, atentando para a criação de novos grupos pautados nos princípios da economia solidária para que dias melhores possam existir, onde as desigualdades sociais, a exclusão social e a precariedade do trabalho não mais existam, e assim se possa alcançar maior cultura, educação e o bem estar de todos. Portanto, novos estudos devem prosseguir a respeito desta temática tão em voga nos dias atuais.

6 REFERÊNCIAS

BEAUD, M. **História do capitalismo:** de 1500 até nossos dias. Tradução Maria Ermantina Galvão Gomes pereira. São Paulo: Brasiliense. 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde. Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP. Resolução nº 196/96 **Sobre Pesquisa Envolvendo Seres Humanos.** Brasília, 1996.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** IBGE, 2010. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em 15 de setembro de 2013.

DAL RI, N. M. **Economia Solidária:** o desafio da democratização das relações de trabalho. São Paulo: Arrte e Ciência, 1999.

DORNELAS, J. C. A. **Planejando incubadoras de empresas:** como desenvolver um plano de negócios para incubadoras. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

FRANTZ, W. Organização Cooperativa: campo de educação e espaço de poder. *In: Perspectiva Econômica.* São Leopoldo: Unisinos, Vol. 37, n. 119 (Série Cooperativismo, 52), 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia.** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A Construção do Saber:** manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

LIBÂNIO, J. C. **Pedagogias e pedagogos, para que?** 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MARX, K. **O capital:** crítica da economia política. Vol I. 24 ed. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2006.

MEDEIROS, A. **A economia solidária no Brasil:** contexto e debates relevantes. 2009.

NASCIMENTO, C. A autogestão e o “novo cooperativismo”. *In:* BENINI, Édi A; SARDÁ, Maurício de faria. NOVAES, Henrique T. DOGNINO, RENATO. (Org). **Gestão pública e sociedade:** fundamentos e políticas Públicas de economia solidária. Vol.1. São Paulo: Outras expressões, 2011.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política:** uma introdução crítica. (Biblioteca básica de serviço social, v. 1). 8 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SCHIOCHET, V. Da democratização á autogestão: economia solidária no Brasil. Valmor Schioched. *In:* BENINI, Édi A; SARDÁ, Maurício de faria; NOVAES, Henrique T. DOGNINO, R. (Org). **Gestão pública e sociedade:** fundamentos e políticas Públicas de economia solidária. Vol.2. São Paulo: Outras expressões, 2012.

SILVA, L.A. C. **A reestruturação produtiva, transformações no mundo do trabalho e a nova alternativa para o capital:** a economia solidária. Monografia de Pós-graduação da

Unidade Acadêmica de Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande PB, dez de 2010.

SINGER, P. A Economia Solidária como Ato Pedagógico. *In*: KRUPPA, Sonia M. Portella (Org.). **Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: Inep, 2005.

SINGER, P. Alternativas da gestão social diante da crise social do trabalho. *In*: RICO, Elizabeth de melo; DEGENSZAJN, Raquel Raichelis. **Gestão social: uma questão em debate**. São Paulo: EDUC. IEE. 1999.

SINGER, P. **O capitalismo: sua evolução, sua lógica e sua dinâmica**. São Paulo: Moderna, 1987.

A Economia Solidária como caminho para a inclusão de alunos da EJA no mercado de trabalho

*Francielma Araújo Ferreira Sousa
Rosalva Dias da Silva*

1 INTRODUÇÃO

Neste século, parece haver um consenso de que a Economia Solidária, em seus muitos aspectos, surge como um novo caminho que possibilita a inclusão de diversos trabalhadores como, por exemplo, os alunos da Educação de Jovens e Adultos, que estão passando por dificuldades para serem incluídos nesta sociedade capitalista, seletiva, competitiva e altamente excludora, que tem como principal objetivo aumentar cada vez mais o lucro e explorar essa classe trabalhadora.

Como toda proposta inovadora constitui-se de desafios, a Economia Solidária também tem muito a enfrentar para que seja consolidada, sendo necessário que haja um processo de construção educacional e de conscientização para ter-se a proposta solidária em oposição ao individualismo.

Este estudo busca refletir sobre como a Economia Solidária (ES) poder vir a ser uma alternativa de inclusão, geração de emprego e renda e melhoria da qualidade de vida de alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), a partir da pesquisa bibliográfica que aborda sobre o tema.

O modelo de desenvolvimento atual requer que a sociedade se organize na valorização do trabalho, se direcione para a efetivação do humanismo social e busque na ES, que tem em suas raízes o propósito do desenvolvimento de alternativas para o bem viver dos setores populares marginalizados e deixados para trás pelo modelo econômico vigente, dominante e capitalista, alternativas de inclusão social, econômica, educacional e política.

Nesse contexto, necessita organizar-se em busca de novas perspectivas econômicas com um coletivo de trabalhadores articulados em torno de pequenos empreendimentos nos quais eles sejam os próprios gestores, contrapondo-se ao sistema capitalista em vigor.

A educação, em geral, é um processo fundamental para a tomada de posicionamento de cidadãos críticos e conscientes de seus direitos e deveres na sociedade e nos diversos setores que a compõem, inclusive na economia. A Educação de Jovens e Adultos em específico, no âmbito social, assume um importante papel, pois para além do trabalho com habilidades de leitura e escrita, ela trabalha no resgate da cidadania buscando caminhos para a inclusão social. Cabe à escola veicular propostas, programas e políticas públicas que favoreçam a inclusão social de seus alunos e que os oportunizem alcançar melhor qualidade de vida.

A Economia Solidária, nesse contexto, pode proporcionar aos jovens e adultos da EJA uma oportunidade de geração de emprego e renda, baseada em princípios de igualdade, solidariedade e autogestão, distanciando-se, cada vez mais, dos propósitos capitalistas que contribuem para o estabelecimento da exclusão.

Entretanto não se pode negar que a economia solidária representa um desafio, em termos práticos, para o desenvolvimento local e para os alunos da EJA, visto que sua consolidação depende essencialmente de um processo de construção educacional e de uma percepção de prática solidária, um processo que desencadeia novas formas de relação de trabalho que, fundamentalmente, inclui novas categorias conceituais e uma dinâmica organizacional diferenciada das práticas e atividades individuais.

Diante de toda essa problemática surgiu a seguinte questão: Como a Economia Solidária pode favorecer a inclusão dos alunos dessa modalidade no mercado de trabalho?

Para responder a essa questão, desenvolveu-se uma pesquisa exploratória, realizando um levantamento bibliográfico para compreender melhor sobre Economia Solidária e sobre como ela pode ser relacionada à Educação de Jovens e Adultos.

Desta forma foram realizadas pesquisas em sites recomendados como Scielo, Google Acadêmico e também foram consultadas revistas e periódicos indexados, livros e teses que pudessem fornecer conceitos, dados estatísticos e experiências práticas que auxiliassem a compreender sobre se, de fato, a Economia Solidária pode representar uma alternativa de inclusão dos alunos da EJA no mercado de trabalho.

Considerou-se que esse levantamento possibilitou atender aos seguintes objetivos de estudo: a) Diagnosticar a problemática que envolve a escassez de postos de trabalho e a inserção ou não dos trabalhadores no mercado de trabalho; b) Reconhecer a importância da Economia Solidária como alternativa de geração de emprego, renda e melhoria da qualidade de vida; e c) Encontrar na proposta da Economia Solidária, alternativas que possibilitem a inclusão social de jovens e adultos que se encontram à margem da sociedade, em condições de altas desigualdades, baixa condição financeira e fora do mercado de trabalho.

Este estudo mostrou-se relevante, tendo em vista a experiência profissional com a EJA, pois provocou, primeiramente, o aprofundamento sobre os conhecimentos acerca desta temática para melhor desempenho dos trabalhos desenvolvidos em sala de aula e, em segundo lugar, por ser a escola o espaço que deve promover aos seus alunos informações necessárias à ampliação de seu conhecimento, bem como fornecer subsídios que atendam seu pleno desenvolvimento, sua qualificação para o trabalho e seu preparo para o exercício da cidadania como dispõem tanto a nossa constituição como a legislação voltada à educação nacional.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Contextualizando a Economia Solidária

Com a Revolução Industrial o mundo passou por diversas mudanças que acarretaram em avanços tecnológicos, mas também na instauração de uma onda de desemprego jamais vista na história. O homem teve seu trabalho substituído pelas máquinas e os meios de produção se concentraram nas mãos dos ricos, restando aos trabalhadores pobres, a exploração de sua mão de obra.

Instaurado o capitalismo, esse sistema levou o trabalhador a cumprir uma jornada de trabalho extensa e com baixa remuneração impedindo-o inclusive de ter acesso à educação e, conseqüentemente, efetivando uma situação de exclusão social que impossibilitou àqueles que não tinham uma formação escolar ou capacitação para exercer certos tipos de trabalho de permanecerem em seus ofícios, gerando um alto índice de desemprego. Já aqueles que se mantiveram no mercado formal, precisaram se submeter a trabalhos com baixa remuneração, com jornada de trabalho ampliada e com a desvalorização da sua mão de obra, fato que desencadeou o surgimento de variados problemas sociais.

De acordo com Rodger (1994, p. 9), “Na sua maioria, esses excluídos do mercado de trabalho formal se assemelham no que tange a sexo, raça e nacionalidade, sendo esta uma situação que atinge o mercado mundial”.

Em contraponto a essa política que exclui e humilha o cidadão, surge a economia solidária como meio de organização dos trabalhadores para desenvolver, em atitude de cooperação, ações de autonomia, democracia, responsabilidade e justiça social aos excluídos.

De acordo com Kruppa (2005, p. 27):

A Economia Solidária é um meio de um contexto social que propõe a igualdade de condições e o direito à diferença. Igualdade de condições que elimina a sociedade hierárquica, propondo uma sociedade marcada por relações democráticas, onde as

diferenças entre os indivíduos possam acontecer sem gerar dificuldades. É, portanto, uma economia com defesa da igualdade e da inclusão de todos, não postulando, contudo a defesa de idêntico. Uma economia que considera que as pessoas são diferentes e devem ter espaços para o exercício de suas diferenças.

Para haver uma inclusão dessa classe, é necessário colocar em prática o cooperativismo, uma estrutura econômica associativa que resulta da organização de trabalhadores, que nela investem suas economias para, através da autogestão, promover o progresso social e a ampla participação na produção e no lucro.

A esse respeito Razeto (apud GAIGER, 2004, p. 02) diz que

Do lugar mais fundo da marginalidade, há o começo de um processo surpreendente: o lento descobrimento do homem e da mulher que existe em cada um, mesmo empobrecido e excluído da sociedade, e com ele, a valorização das forças e das próprias capacidades para se fazer, de trabalhar e de empreender.

É por esses motivos que a economia solidária tem tantas possibilidades de ser um caminho para esses jovens e adultos, que durante tantos anos vem enfrentando a exploração, as desigualdades na distribuição de riqueza e renda e o desemprego, voltarem a ter uma nova oportunidade de trabalho, inserção social e igualdade. Como diz Singer (2002, p.122),

Para que tivéssemos uma sociedade em que predominasse a igualdade entre todos os membros, seria preciso que a economia fosse solidária em vez de competitiva. Isto significa que os participantes na atividade econômica deveriam cooperar entre si em vez de competir.

Há um desafio em conceber esse novo modelo econômico porque as pessoas não estão acostumadas a dividir e a ser solidárias, mas é necessário porque tem demonstrado ser uma consistente alternativa à exclusão social desses inúmeros trabalhadores, cujos alunos da EJA se incluem.

A Economia Solidária, inicialmente, apresentou-se como alternativa vivenciada a partir de um conjunto de experiências isoladas, mas que se ampliou para articulações nacionais, iniciativas de formação de redes e cadeias produtivas, associações de segundo grau, entidades de representação, políticas públicas nas três esferas de governo e, atualmente, buscou articular-se no plano internacional (SARDÁ e SANCHEZ, 2011, p 26).

A expressão Economia Solidária, vem sendo utilizada de modo geral, para designar uma grande diversidade de atividades econômicas organizadas a partir dos princípios da solidariedade, cooperação e autogestão, seja pela recriação de práticas tradicionais, seja pela emergência de formas inovadoras. Segundo Singer (2002, p. 83).

Trata-se de um movimento que busca afirmar a sua identidade e plataforma de luta e reivindicações, que ganha fôlego e se estrutura em princípios associados a valores humanistas, materializados na efetivação de iniciativas econômicas solidárias de geração de trabalho e renda, instituição de assessoria e fomento e políticas públicas nas três esferas de governo.

Singer (2002) destaca ainda que, no Brasil, a diversidade da ES abriga desde grupos informais de costura ou artesanato até grandes fábricas recuperadas, passando também por cooperativas urbanas de serviços, cooperativas de agricultura familiar em assentamento, a re-

forma agrária, organizações de finanças solidárias, ou redes e cadeias produtivas (mel, algodão, metalurgia, etc.), entre outros. Trata-se, fundamentalmente, de reformas coletivas baseadas na cooperação ativa entre seus membros, que buscam através da solidariedade instruir iniciativas econômicas de geração de trabalho e renda nas áreas urbanas e rurais.

Consultando a literatura, pudemos constatar nos estudos de Benini et al (2009), que as experiências de autogestão e de economia solidária no Brasil vêm apresentando um crescimento significativo nas últimas décadas, tanto na sua dimensão quantitativa quanto na qualitativa, podendo-se afirmar que este campo econômico, social e político já faz parte da história dos movimentos sociais no Brasil, tornando-se um patrimônio de conquistas que precisa ser devidamente registrado e valorizado no âmbito dos movimentos emancipatórios.

Desta forma, nosso entendimento sobre a temática em foco converge com Addor (2006, p.01) quando diz que a Economia Solidária vem se tornando, paulatinamente, “uma realidade no cenário econômico brasileiro. Seus princípios de solidariedade e participação se alastram criando novos empreendimentos e afetando antigos em busca de um mercado mais humano e menos utilitarista”.

Portanto, o futuro da Economia Solidária pressupõe o desenho de uma estratégia de inclusão social, capaz de combinar o fortalecimento de medidas comprometidas com a redistribuição de renda e com caminhos de emancipação social política e economia.

2.2 Os alunos da EJA e o mercado de trabalho

A revolução tecnológica e seus desdobramentos trouxeram para o contexto educacional novas demandas e exigências levando a educação e a escola para um novo lugar, um lugar não só de informação, mas de formação para o mundo do trabalho acompanhado de superação das desigualdades e exclusão social.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1999, p. 25),

A centralização do conhecimento do processo de produção e organização da vida social rompe com o paradigma de que a educação é um instrumento de informação do futuro profissional ao mundo do trabalho. Disciplina, obediência, respeito restrito às regras estabelecidas, perdem a relevância, face às novas exigências colocadas pelo desenvolvimento tecnológico e social.

A Nova Sociedade, decorrente da revolução tecnológica e seus desdobramentos na produção e na área da informação, apresentam características possíveis de assegurar à educação uma autonomia ainda não alcançada. O atual paradigma da educação emana a compreensão de que as competências cognitivas e culturais exigidas para o pleno desenvolvimento humano devem coincidir com o que se espera na esfera da produção.

Destarte, corresponder competências exigidas entre o exercício da cidadania e as atividades produtivas é recolocar o papel da educação como elemento de desenvolvimento social. Como apontam os PCNs (BRASIL, 1999, p. 26), a educação, na Sociedade Tecnológica, deve desenvolver competências básicas tanto para o exercício da cidadania quanto para o desempenho de atividade profissional. Neste contexto, surge uma nova concepção de escola. Precisa-se de uma nova escola que se coloque como elemento central de desenvolvimento dos cidadãos.

Levando-se em consideração os diversos campos de investigação técnico-científicos, contextualizando a compreensão e fortalecendo a intervenção da práxis que apresenta este documento, percebe-se que:

É preciso garantir a superação da escola excludente que pretende formar por meio de imposição de modelos, de exercícios de memorização, da fragmentação do conheci-

mento, da ignorância dos instrumentos mais avançados de acesso ao conhecimento e da comunicação. Ao manter uma postura tradicional e distanciada das mudanças sociais, a escola como instituição pública acabará também por se marginalizar. [...] A revolução tecnológica cria novas formas de socialização, processo de produção e, até mesmo, novas definições de identidade individual e coletiva. Diante do mundo globalizado e dos desafios para a humanidade, a educação surge como uma utopia necessária indispensável para a construção da paz, da liberdade e da justiça social. (BRASIL, 1999, p. 26).

Entende-se, nesse contexto, quão relevante é a formação dos alunos de EJA. No processo educativo os professores são os construtores de valores, de processos humanizadores que buscam a transformação de uma nova sociedade.

A Educação de Jovens e Adultos, foco da experiência profissional da pesquisadora e também foco desse estudo, deriva das necessidades em atender aos indivíduos que não se integram no sistema regular de ensino, de modo que estes venham adquirir conhecimentos básicos para desenvolverem competências e habilidades, conforme o que preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394/96.

A partir dessa lei, a EJA foi regularizada, superando o antigo supletivo de proposição de um currículo escolar aligeirado e homogêneo, configurando-se na ótica de um projeto educacional mais amplo e inovador, porque passou a se constituir como uma modalidade específica de Educação Básica que atende àqueles que tiveram negada a experiência educacional na infância ou adolescência pelos mais diversos fatores (MOLL, 2004).

A escola que desenvolve atividades para o público prioritário da EJA atende não só à expectativa do projeto pessoal, mas pretende alcançar o projeto coletivo, pois ela resgata o tempo perdido e oportuniza aos alunos assumir o seu espaço que fora anteriormente negado. Por esse motivo as práticas pedagógicas desenvolvidas na EJA, em sua maioria, também sofrem modificações e passam a envolver ainda mais a experiência do educando como ponto de partida para o desenvolvimento do ensino formalizado.

Na qualificação das atividades se destaca a dimensão pedagógica da escola de EJA que ordena um trabalho didático pedagógico transversalizado, criando identidades e favorecendo cidadania por intermédio de programas e projetos específicos para jovens e adultos. Portanto, estas ações sinalizam um avanço no que diz respeito ao oferecimento da educação como meio de transformação pessoal e social, entendendo o educando como alguém que está em constante busca.

De acordo com o que asseverou Di Pierro et al. (2001, p.1): “A EJA é um campo de práticas e reflexões que inevitavelmente transborda os limites da escolarização em sentido restrito”. Portanto, é necessário estar bem claro que, ter um espaço que valoriza a caminhada do indivíduo significa muito para o processo de aprendizagem, uma vez que possibilita ao aluno compreender-se como sujeito de sua própria história.

Desta forma, é importante que os agentes educadores e os educandos da EJA se envolvam em seus afazeres, refazendo a história individual e coletiva a partir da vivência da educação no âmbito social no qual estão inseridos. A ação pedagógica da EJA pode intervir no contexto social gerando conteúdos e atividades que estejam sempre pautados na gestão de resultados, dentro de um fluxo de matriz curricular conceitual, recursos e atividades para uma melhor evidência social. Segundo Moraes (2007, p. 15),

A EJA sempre se constituiu como um espaço ocupado pelos segmentos discriminados da sociedade brasileira. Seja nos anos 40 do século passado, seja no início do séc. XXI, a EJA sempre trabalhou com os excluídos, com as minorias, com os diferentes e com as diferenças.

Apreende-se dessa assertiva a preocupação inerente com EJA e com as classes menos favorecidas. Ao professor não se subordina a responsabilidade de resolver ou solucionar a problemática do processo de escolarização da EJA, mas a responsabilidade de desenvolver um trabalho que estimule as discussões e os debates necessários para a concretização efetiva desta modalidade de ensino e as políticas públicas que a regem.

De fato para compilar a premente urgência de preenchimento de desejos e carências das demandas sociais, a EJA surge como espaço privilegiado para ressignificar a grave problemática do sistema de ensino que minimiza em suas práticas as angústias e vozes roucas das comunidades em suas realidades. Moraes (2007, p.18) diz que:

Dar vez e voz às minorias só se tornará possível à medida que além de acolher, a EJA desnaturalize os padrões culturalmente construídos. Assim, imbuídos de uma visão polissêmica de mundo, poderemos assentar nossa singularidade a favor da constituição de uma Educação de Jovens e Adultos que efetivamente inclua e empodere seus atores.

Partindo dessa compreensão, muitas escolas de jovens e adultos intensificam um planejamento voltado às experiências de vida dos alunos, apostando em uma educação solidária, coletiva e transformadora, que respeite o tempo de aprendizagem de cada aluno. Portanto, essas ações sinalizam um alcance no que diz respeito ao reconhecimento da educação como meio de transformação pessoal e social e de entender o aluno como alguém que está em constante busca. Assim, relacionar a Economia Solidária com a EJA significa romper com a velha ideia de reprodução de seres humanos submissos e adequados à produção capitalista.

Na direção de uma educação transformadora, programas de Educação de Jovens e Adultos de Sistemas Públicos de Educação têm procurado superar a fragmentação curricular, organizando-se de forma temática. A população do campo e da cidade vem buscando formas coletivas de enfrentamento da crise do mundo do trabalho. Mais do que se constituírem em temas geradores ou transversais, essas formas coletivas de organização deveriam ser tomadas como centros construtivos de proposta educacional para que o conhecimento escolar pudesse consolidar outras formas de relação entre educação e trabalho, apontando para a construção de alternativas ao desenvolvimento econômico e social desses grupos (KRUPPA, 2005). Ainda, para esta autora:

Na situação de crise do mundo do trabalho, trabalhadores do campo e da cidade lutam pela sobrevivência, organizados em pequenos ou grandes empreendimentos, dando vida a outra forma de economia, baseada em uma nova chave de valores encontrados numa ação solidária, não necessariamente planejada, mas descoberta na resistência da vida. (KRUPPA, 2005, p.28).

Esta mesma autora, considera que essa reação dos trabalhadores impõe-se aos que pensam a transformação da sociedade, dando urgência à mudança de concepção que norteia escolas e práticas educativas, que pode ser desencadeada, talvez de forma intuitiva, dando chance para pensar no novo que se está fazendo no curso do próprio fazer. Organização, currículo, formas e possibilidades de argumentos, os espaços de fala e de silêncios, o tempo, o conhecimento, são muitos aspectos a serem considerados (KRUPPA, 2005).

Neste contexto surge a possibilidade da construção de um novo vínculo entre educação e trabalho, conseqüentemente, pode-se traçar uma nova perspectiva de educação, especificamente da EJA, onde perceba-se a riqueza dos alunos no reflexo de suas diversidades. Portanto, faz-se necessário desenvolver e vivenciar uma educação que valorize o aluno integralmente, motivando seu espírito de solidariedade e cooperação. Uma educação progressista, que valoriza o indivíduo em sua pluralidade, nos seus saberes e experiências de vida.

2.3 A relação entre EJA e Economia Solidária

Muito temos ouvido falar sobre a crise do trabalho que tem atingido um percentual bastante significativo de trabalhadores em nosso país. Grupos de diferentes ordens têm buscado desenvolver projetos e ações na direção de contribuir para a superação da falta de emprego e renda instaurada e encontrar alternativas que auxiliem na reversão desta situação.

Segundo Singer (2002 apud BENINI et al., 2011, p. 410), “a resposta mais frequente à crise do trabalho, por parte das pessoas atingidas, tem sido a formação de cooperativas de trabalho para, mediante ajuda mútua, gerar trabalho e renda para cada membro”. Esta afirmação sugere que as pessoas atingidas pelo desemprego estão se organizando em grupos e desenvolvendo formas alternativas de geração de emprego e renda, em forma de cooperativa, onde possam ter garantia de sustentabilidade e sobrevivência.

Estudos analisados revelam que há uma precarização das relações de trabalho e que esta precarização não é culpa das cooperativas, mas do desemprego em massa, que leva suas vítimas a aceitarem trabalho sob quaisquer condições de remuneração direta e indireta. A Economia Solidária, aliada aos sindicatos e aos fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), luta pela preservação dos direitos sociais e sua ampliação, através de formas de organização que aproximem os benefícios alcançados em outros acordos trabalhistas. Diversos países já adotaram legislação que obriga as cooperativas de trabalho de produção a garantir aos membros o gozo de todos os seus direitos legais, tendo em vista precisamente evitar que as formas cooperativas sejam usadas para agravar a espoliação de trabalhadores.

No Brasil, a questão do desemprego é estrutural e muitos sujeitos encontram-se fora do mercado de trabalho, definidos como perdedores. Segundo Singer (2002, p. 14):

A concentração do capital tem como contrapartida a formação de uma classe cada vez mais numerosa de perdedores, qual seja de pessoas que não têm meio próprio de produção e que se resultam vendendo sua capacidade de trabalho aos capitalistas (ou ao Estado). Os capitalistas dependem dos trabalhadores assalariados para que seus capitais produtivos sejam acionados e assim valorizados, assim como os assalariados dependem dos capitalistas (ou do estado) para ser empregados e poder ganhar o sustento próprio de seus dependentes.

O referido autor nos afirma que a Economia Solidária apresenta-se como alternativa capaz de superar o capitalismo (mas que não necessariamente representa essa intenção) e retornar à questão do trabalho como parte inerente ao ser humano e não como tarefa alienante. Neste sentido cabe o entendimento de que a ES exige a integração de todos os membros envolvidos e unidos por um mesmo ideal, o crescimento coletivo, onde todos estejam conscientizados da importância de sua participação primordial neste processo respeitando e valorizando os princípios éticos e morais que regem a sociedade. Enveredando nesta linha de pensamento Coelho (2006, p. 01-02), mostra que:

A Economia Solidária vem se solidificando como alternativa de desenvolvimento econômico aos modelos e padrões exploratórios do modus operandi da economia capitalista pelo qual nossa sociedade optou seguir. Ao mesmo tempo [...] não atua em um campo fora do capitalismo e do mercado formal, mas ao contrário busca dentro da realidade existente formas alternativas de desenvolvimento econômico baseado em valores mais humanos, na busca de autonomia dos grupos que a praticam em práticas sociais e ambientais sustentáveis.

Percebe-se na intenção do autor, colaborar para uma compreensão mais ampla que permite mostrar aos profissionais da área de educação, especificamente, os trabalhadores engajados na EJA, as condições necessárias para o incentivo e desbravamento de desenvolver em

suas comunidades o processo de constituição da Economia Solidária como forma alternativa de geração de emprego e renda para a população desempregada e/ou menos favorecida. Para Singer (2002, p. 85), “A empresa solidária é basicamente de trabalhadores, que apenas secundariamente são seus proprietários [...] sua finalidade básica não é maximizar lucro, mas a quantidade e a qualidade do trabalho”.

Nessa direção, atualmente têm-se conhecimento de que grupos de trabalhadores, do campo e da cidade, apesar das inúmeras dificuldades, têm tentado se organizar em associações, cooperativas, microempresas e empresas autogestionárias.

Um dos princípios da ES é a apropriação coletiva dos meios de produção, a gestão democrática pelos membros (das decisões e deliberação coletiva sobre os rumos da produção), a utilização dos excedentes (sobras) e, também, sobre a responsabilidade coletiva quanto aos eventuais prejuízos da organização econômica.

Em síntese pode-se entender a Economia Solidária como sendo representada por um conjunto de iniciativas inspiradas em valores humanos que coloca o ser humano como sujeito no processo de vida e da atividade econômica, em vez de acumulação de capital. Isso implica dizer que mudanças importantes estão acontecendo no mundo do trabalho uma vez que, de modo geral, o trabalho está sendo desenvolvido como forma de colaboração e não apenas como maneira de aquisição de bens materiais e sobrevivência. Através desta nova visão ocorre uma integração efetiva entre os cooperados onde se procura desenvolver um espírito de equidade, democracia, solidariedade, cooperação e qualidade nas relações de trabalho.

Para referenciar melhor o tema, cabe ressaltar que as iniciativas de ES, ao propor uma organização onde os cidadãos e cidadãs se incumbem de criar sua própria fonte de trabalho visando o acesso de bens e serviços de qualidade ao mais baixo preço possível, numa dinâmica de reciprocidade que articula os interesses individuais aos coletivos, se apresentam como alternativas do sistema capitalista, onde a questão do bem estar das pessoas e o emprego são essenciais.

Neste sentido a Economia Solidária, em relação à EJA, surge como uma perspectiva de transformação, possibilitando analisar criteriosamente a problemática que remete a emprego e desemprego e as possíveis intervenções que podem ser feitas por cada sujeito histórico (aluno e aluna), à luz do arquétipo que é cada pessoa, e naturalmente com o todo existente, independente das condições relativas a tempo e espaço. Em síntese, a reflexão sobre a proposta veiculada pela Economia Solidária, permite à EJA buscar consolidar as significações necessárias para o homem e o mundo que o cerca, mundo este que está envolvido em profundas transformações.

3 METODOLOGIA

O estudo em foco trata-se de uma pesquisa bibliográfica que utilizou como acervo artigos da base de dados da Bireme, da Scielo, do Google Acadêmico, assim como acessou revistas e periódicos indexados, livros-técnicos e teses relevantes sobre os assuntos pertinentes ao tema, para compreender melhor sobre Economia Solidária e sobre como ela pode ser relacionada à Educação de Jovens e Adultos.

O instrumento utilizado para a coleta dos dados foi um formulário para efetuar os fichamentos necessários das informações. Para a construção do presente estudo foram lidas 25 referências bibliográficas, porém só 13 foram utilizadas, por demonstrarem maior relevância para o estudo. A escolha se deu através da leitura exaustiva sobre o assunto e uma análise do conteúdo, tendo como finalidade proporcionar maior esclarecimento sobre a temática, de modo que pudesse fornecer conceitos e experiências práticas que auxiliassem a compreender se, de fato, a Economia Solidária pode representar uma alternativa de inclusão dos alunos da EJA no mercado de trabalho. Os descritores utilizados nos bancos de dados foram: Educação de Jovens e Adultos, Economia Solidária, Inclusão e Mercado de Trabalho.

As informações foram analisadas qualitativamente, com objetividade e imparcialidade, procurando absorver as intenções dos autores, sem julgá-las, identificando as ideias-chaves através de grifos e anotações em cada parágrafo e, em seguida, organizadas de acordo com a sua importância. Após a organização dos dados estes foram descritos para melhor compreensão das referências.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os textos de Kruppa (2005), Gaiger (2004), Singer (2002), Addor (2006) e Benini et. al. (2011) permitiram entender que a economia Solidária adota uma proposta que preconiza a formação econômica-associativa, colocada em prática através de cooperativas administradas em colaboração, ou seja, baseadas na autogestão, podendo sim ser associada à educação de jovens e adultos e às atividades profissionais que os alunos/trabalhadores que estão inseridos na EJA desenvolvem.

Nas diferentes atividades que os alunos da EJA desenvolvem estão atividades agrícolas, do comércio, da indústria, artesanais e, ainda, atividades alternativas como catação de resíduos sólidos, entre outras. Todas estas atividades que podem ser desenvolvidas em forma de cooperativas e administradas pelo grupo cooperado, podem promover a inclusão social e profissional dos sujeitos envolvidos.

Sobre os alunos da EJA e o mercado de trabalho, de acordo com Brasil (1999), Moll (2004), Di Pierro et. al. (2001) e Moraes (2007), estes devem encontrar na escola um ambiente favorável à formação para o mundo do trabalho, que os ajude a superar as desigualdades e exclusão social. Para esses autores, a escola não pode ser apenas um lugar de informação. A informação precisa estar presente, mas também se faz necessária uma formação mais completa, que atenda às necessidades e anseios desses alunos/trabalhadores. Para isto é preciso rever o currículo e superar a fragmentação curricular presente no ensino e, em específico, na educação de jovens e adultos. Organização, currículo, formas e possibilidades de argumentos, os espaços de fala e de silêncios, o tempo, o conhecimento, são muitos aspectos a serem considerados (KRUPPA, 2005).

Sobre a relação entre EJA e Economia Solidária, a partir das reflexões de Benini et. al. (2011), Coelho (2006) e Singer (2002), pode-se dizer que a resposta para as crises do trabalho tem sido encontrada na formação de cooperativas de trabalho, nas quais os interessados se unem as forças de trabalho e se ajudam mutuamente, em prol do alcance de renda, sobrevivência e melhores condições de vida.

5 CONCLUSÕES

Considerando que a proposta de que a Economia Solidária pode representar uma alternativa de inclusão dos alunos da EJA no mercado de trabalho observou-se, através das fontes pesquisadas e analisadas, que a ES atende aos requisitos necessários que proporcionam aos jovens e adultos da EJA uma oportunidade de geração de emprego e renda, favorecendo a inclusão destes no mercado de trabalho.

Os caminhos possíveis desta pesquisa permitiram evidenciar que a revolução tecnológica cria novas formas de socialização, processos de produção e, até mesmo, novas definições de identidade individual e coletiva. Diante do mundo globalizado e dos consequentes desafios impostos à humanidade, a educação surge como um elemento necessário e indispensável de luta pela construção da paz, da liberdade e da justiça social, bem como veículo de aproximação entre o homem, o conhecimento e o mundo.

A EJA é, nesse conjunto de lutas, uma modalidade da educação básica que, além do atendimento a pessoas que não puderam ter acesso à educação na idade própria, é uma mo-

dalidade educacional que objetiva atender às necessidades e especificidades desse público, sugerindo caminhos para mudança de comportamento e de vida, tanto pessoal quanto profissional.

Evidenciou-se, nesse estudo, que a identidade do aluno da EJA apresenta uma diversidade muito grande, tendo em vista que sua maioria é constituída de trabalhadores oriundos da classe popular, que executam diversificadas atividades profissionais em condições de exploração, sem tempo para estudar e com autoestima baixa. Por isso, a participação do professor no processo aprendizagem é fundamental, uma vez que esses alunos-trabalhadores necessitam de processos de aprendizagem que gerem interesse ou que estejam relacionados com o seu universo, de forma que permitam aos alunos identificarem-se com esse contexto e, em consequência, elaborar conclusões e construir sínteses necessárias à ampliação do seu novo saber.

Ao longo dessa reflexão, pôde-se perceber que a Economia Solidária, representada por um conjunto de iniciativas inspiradas em valores humanos, coloca o indivíduo como sujeito no processo da vida e da atividade econômica, como ator do seu espaço de vivências e partilhas, gerando mudanças de atitudes e no mundo do trabalho, capaz de incentivar a equidade, a democracia, a cooperação, a solidariedade e a qualidade tanto nas relações humanas, quanto no trabalho.

Foi possível constatar, ao final desse estudo, que a ES não representa um modelo econômico cujos efeitos, alcançados em médio prazo, podem ser medidos ou quantificados. Trata-se de uma ideologia que vem ganhando espaço em todo o mundo e que busca resgatar o papel social das Ciências Econômicas. Associada à EJA, a economia solidária ganha um novo papel, o de proporcionar aos sujeitos trabalhadores a possibilidade de crescimento pessoal, social, cultural, educacional e econômico, contribuindo para que alcancem em consequência condições de sustentabilidade e de qualidade de vida.

Diante do exposto, sugere-se que, como educadores da EJA possam contribuir de forma efetiva para inclusão dos alunos da EJA no mercado de trabalho. Incentivando-os, divulgando os benefícios que a EJA trás a esses indivíduo os mesmos facilita o egresso no mercado de trabalho dessa clientela.

6 REFERÊNCIAS

ADDOR, F. Desafios da Economia Solidária no Brasil: uma sistematização da literatura existente. In: **IV Encontro Internacional de Economia Solidária: Educação, Política e Integração da América Latina NESOL**, 2006, São Paulo. Anais do IV Encontro Internacional de Economia Solidária: Educação, Política e Integração da América Latina. v. 1. São Paulo: USP, 2006.

BENINI, É. *et al.* (Orgs.). **Gestão Pública e Sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária**¹. Ed. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

BRASIL. Ministério de Educação e Desporto. Lei nº 9.394 de 20/12/96. Estabelece as **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Gráfica do Senado, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio**. Brasília: MEC, 1999.

COELHO, J. **Economia Solidária e desenvolvimento sustentável: análise preliminar visando avaliar os espaços da economia solidária no RS**. Grupo de pesquisa 13: Socioeconomia Solidária e Desenvolvimento Local. XLIV Congresso da Sobre “Questão Agrária. Educação no Campo e Desenvolvimento”. 2006.

DI PIERRO, M. C.; JOIA, O.; RIBEIRO, V M. **Visões da Educação de Jovens e Adultos no Brasil**. 2001. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em 27.12.2006.

- GAIGER, L. I. (Org.). **Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.
- KRUPPA, S. M. P. (Org.). **Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: Inep, 2005.
- MOLL, J. Alfabetização de adultos: desafio à razão e ao encantamento. *In*: MOLL, Jaqueline (Org). **Educação de Jovens e Adultos**. Porto Alegre: Mediação: 2004.
- MORAES, S. C. A EJA como espaço de Inclusão e Empoderamento. *In*: MORAES, Salete. **Educação Especial na EJA**. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre/Secretária Municipal de Educação, 2007.
- RODGER, G. **Overcoming exclusion: livelihood and rights in economics and social development** international Institute for Labour studies. Geneve, august, 1994.
- SARDA, M.; SANCHEZ, F. A Economia Solidária no Governo Federal: intersectorialidade, transversalidade e cooperação internacional. *In*: **VII Encontro Internacional de Economia solidária: Finanças Solidárias e Desenvolvimento Territorial**. NESOL/USP. 24-26 de novembro, São Paulo, 2011.
- SINGER,P. Economia Solidária. *In*: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

Associativismo, Economia Solidária e desenvolvimento local: o estudo de caso da ACIDIS

Joseilda Alves de Oliveira
Eduardo Lima Leite

1 INTRODUÇÃO

Este estudo teve como tema central o Associativismo, a partir do estudo de caso da Associação Comunitária Integrada do Distrito de Santa Gertrudes - PB (ACIDIS), com o intuito de verificar qual a importância da criação da ACIDIS para os associados, realizar uma análise do contexto social em que a associação foi fundada, avaliar o conceito dos associados em relação às atividades desenvolvidas pela associação e descrever a pedagogia aplicada e as dificuldades encontradas na sistematização dos trabalhos na comunidade.

O referencial teórico subsidiou as leituras e reflexões que dão suporte a este estudo. A participação nas reuniões da associação e os conhecimentos ali observados serviram para aprofundar a discussão de questões relacionadas ao tema do trabalho.

Considerou-se relevante o fato de haver poucos estudos destinados a realizar um levantamento histórico nas entidades que atuam neste setor e que desenvolvem suas ações no Sertão do Estado da Paraíba. A partir desta constatação e com a intenção de destacar a pedagogia aplicada nos trabalhos da associação, a pesquisa sobre ACIDIS buscou traçar o perfil da comunidade e observar se existiam valores agregados à economia solidária.

Esta pesquisa se justifica pela necessidade de analisar a formação e a atuação do grupo associado, sua pedagogia de trabalho e possíveis contribuições para o bem da comunidade. Para isso se fez necessária a realização de uma pesquisa descritiva, baseada em estudos bibliográficos. Para tanto, foram utilizadas publicações sobre o assunto como livros, artigos, dissertações, assim como sites, além da análise de documentos existentes nos arquivos da Associação.

Todavia, para avaliar o conceito dos associados quanto às atividades desenvolvidas pela Associação, foi aplicado um questionário pelo método de amostragem com perguntas objetivas e dissertativas, oferecendo ao entrevistado a possibilidade de justificar as suas respostas em espaços reservados.

Nessa direção, foi fundamental a presença do pesquisador em assembleias da associação com o objetivo de observar como as discussões e tomadas de decisão ocorriam, assim como analisar as conversas informais dos associados, anotadas em seu diário de campo. Ocorreram também visitas aos associados para a aplicação do questionário e acompanhamento de todo processo de elaboração e execução da feira comunitária.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Associativismo

Podem-se encontrar, ainda na Pré-História, exemplos que seriam o embrião do que hoje é chamado de associativismo, quando os seres humanos que viviam no período Paleolítico juntavam-se em grupos pouco numerosos para buscarem alimentos e se defenderem.

[...] na Pré-história, para garantir sua sobrevivência, o homem teve de aprender a cooperar e a se organizar socialmente. Da eficiência dessa cooperação dependia sua sobrevivência. Com o início das aglomerações humanas, na pré-história, o homem iniciou, ainda que, embrionariamente, uma organização social [...] (MORAES, 2010, p.2).

Ainda segundo Moraes (2010), o resultado dessa organização primitiva foi que séculos mais tarde, já na Baixa Idade Média, o trabalho era realizado pelo agricultor e sua família. Com a Revolução Comercial a partir do século XVIII foi acelerado o processo de migração do campo para a cidade, o que provocou o crescimento da população urbana e contribuiu para o surgimento da classe operária. Desde então, trabalhadores se associam para lutarem por suas classes.

O associativismo consiste nas formas de união, cooperação, defesa e conquista dos direitos, que são assumidas pelas associações comunitárias, assentamentos, comitês populares, mutirões e fóruns dentre outras (MORAES, 2010). Independente de ser formal ou informal refere-se ao conjunto de experiências, habilidades, e conhecimentos que têm origem nas vivências cotidianas de pessoas que se associam para produção de bens e serviços coletivos, contrapondo-se ao modo de produção competitivo estimulado pelo capitalismo.

Entende-se, portanto, que associativismo é considerado um mecanismo de luta criado pela classe trabalhadora para desenvolver novas formas de organização do trabalho de modo a repensar acerca das necessidades coletivas, das relações entre dirigentes e dirigidos e do poder de alienação do capitalismo. Estas formas de organização que unificam a classe de operários para reagirem ao controle e domínio do regime assalariado, criando novas formas de sobrevivência, são verdadeiras lutas por uma produção de vida social melhorada. Esta é uma prerrogativa das pessoas que se unem em prol de algo que seja em benefício de todos, ou pelo menos de alguns (FARIA, 2005). Assim, a importância da coletividade é reconhecida na ideia, na socialização, no planejamento e na execução dos trabalhos.

2.2 Associativismo e desenvolvimento local na atualidade

Na contemporaneidade, é possível perceber que as pessoas se reúnem em algumas situações para realizar com sucesso a defesa de seus interesses. Essa união se dá pela confiança, solidariedade e pela busca em um mesmo objetivo. Embora esta ajuda mútua já tenha sido praticada pelos povos mais antigos, quando saíam em busca de alimento ou de abrigo para sobrevivência, hoje a prática se repete, porém de forma mais organizada e na maioria dos casos, juridicamente legalizada (MORAES, 2010).

O desenvolvimento do trabalho coletivo realizado pelos grupos associados viabiliza maior conquista nos objetivos e maiores entendimentos do que seja democracia, provocando uma variedade de situações e experiências que são verdadeiras formas de reestruturação da sociedade.

Como uma prática social em que o meio é ao mesmo tempo seu fim, isto é, que ao constituírem suas associações, os trabalhadores estão projetando uma nova sociedade, fundada na solidariedade prática entre os homens. (MARX, 1987 *apud* FARIA, 2005, p.192).

As práticas do trabalho em conjunto não só facilitam o alcance dos objetivos em comum, como possibilitam a criação e recriação de valores sociais que vão além da “simples” estrutura de trabalho associado e produzem base para uma nova formação política, econômica e social. A concepção adquirida pelo processo experimental do trabalho em grupo faz desta base de formação de reeducação do ser, iniciação a esta nova sociedade supracitada, pautada na solidariedade.

De acordo com Albuquerque (2006, p.42), a “associação é [...] criada com base na união de ideias e esforços de pessoas em torno de um propósito”. Para a formação de uma associação é necessário que duas ou mais pessoas sejam agentes voluntários para a iniciativa, tenham vontade de desenvolver trabalhos coletivamente e sejam determinados em elaborar e executar ideias em benefício das necessidades da comunidade.

O trabalho em grupo surgiu por imposição da necessidade, mas, com o crescimento do grupo e o aumento dos seus propósitos, foi preciso adotar algumas medidas para regular o relacionamento entre seus membros (RICCIARDI e LEMOS, 2000, p. 127).

A força do trabalho em grupo facilita a realização das atividades, inova o mundo social e amplia simultaneamente a qualidade de vida, desde que seja cumprida a responsabilidade de cada um e as regras de convivência do grupo.

Desse modo, as pessoas precisam participar das tomadas de decisões, assumindo cada uma sua responsabilidade de manter suas mensalidades atualizadas e usar seu direito de votação, para poder estabelecer objetivos e determinar metas que contribuam com o desenvolvimento local. Nem sempre é assim, porém há associados que abrem mão de uma realização individual em benefício de ir em busca da conquista dos objetivos coletivos. (CARRIO, 2000, p.14).

O desenvolvimento econômico local não é simplesmente o reflexo de um processo de desenvolvimento nacional, é um processo caracterizado pelo protagonismo dos atores locais, na formulação de estratégias, na tomada de decisões econômicas e na sua implementação.

Para Franco (2001 *apud* SILVEIRA, 2011), o processo de desenvolvimento local valoriza a metodologia participativa e estimula a identificação de potencialidades, ou seja, investe no humano e no social.

A busca por estratégias que possam ajudar a inserir o grupo numa situação social, política e econômica menos excluída faz com que as pessoas se agreguem de forma organizada e busquem alternativas para tornar a sociedade civil local mais fortalecida.

De acordo com a Anteag (2005, p. 126):

A formação de redes é uma estratégia que pode ajudar na inserção tanto econômica quanto política formando uma malha de sustentação para seus membros. A organização por setores econômicos, municípios ou regiões pode significar uma melhor inserção econômica na medida em que abre espaço para a articulação entre cadeias produtivas em rede [...] e ainda impor um peso maior na reivindicação de Políticas Públicas.

Por meio do apoio das redes, que exercem um importante papel social neste processo, as associações acabam conseguindo diminuir custos e buscar parcerias com outros órgãos para desenvolver políticas públicas eficazes para o crescimento econômico, social e cultural da comunidade local, fortalecendo e melhorando a vida dos associados e seus dependentes.

Nessa direção, faz-se necessária maior participação social do estado nas articulações e contribuições que corroborem para a superação e resolução das dificuldades enfrentadas pelas pessoas, e que muitas vezes poderiam ser amenizadas. É importante que haja a parceria entre as associações e os órgãos públicos (BITTENCOURT, 2001). Portanto, se fazem necessárias a aproximação e organização dessas pessoas para que, o apoio mútuo, a unificação dos objetivos, os reforços nos laços de solidariedade e as necessidades de conquistar melhorias sejam os principais instrumentos de fortalecimento para o trabalho e a existência associativista.

2.3 Economia Solidária

Vista como uma alternativa de ações concretas de incentivos à inserção social e considerada por alguns teóricos da temática como Singer (2002) e Gadotti (2009) como um modo de produção alternativo, (re)educador e revolucionário, a economia solidária vem ocupando um espaço cada vez maior na literatura e instigando o interesse no ambiente acadêmico. As questões sociais que abrangem o desemprego e a “precarização” do trabalho, são os pilares que colocam o “modo de produção” no núcleo das discussões, como um movimento centrado na busca pela geração do trabalho e renda.

Como um movimento pode ser econômico e solidário ao mesmo tempo? Como ser solidário diante de um capitalismo desenfreado? Por que surgir a economia solidária? (BENINI, 2008, p.13).

Para tentar responder estes questionamentos é preciso entender o sentido da proposta de economia solidária, considerar o contexto no qual está inserida e, sobretudo, refletir sobre algumas questões sociais e econômicas que dão aceção às suas ações.

A economia solidária surgiu na Grã-Bretanha pouco depois do capitalismo industrial como reação ao empobrecimento dos artesãos, provocado pelo domínio das máquinas e da organização das fábricas para produção. Esse sistema de economia chegou ao Brasil no início do século XX, trazido pelos imigrantes europeus (SINGER, 2002, p.24).

Com a crise social de 1980 e 1990 e com a desindustrialização do país, ocorreu um número espantoso de desemprego e grande exclusão social da classe trabalhadora. E foi neste contexto que aconteceu a “reinvenção da economia solidária” no Brasil (SINGER, 2002, p.122).

Embora seja recente, a reinvenção da economia solidária no Brasil já pode ser considerada de grande poder criativo institucional. A Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão e de Participação Acionária (Anteag) e as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) são algumas das demonstrações de potencial de desenvolvimento deste modo de produção.

Hoje a economia solidária se expande com o apoio principalmente de igrejas, sindicatos e universidades e surge como alternativa para construção de um “processo de formação pelo qual as práticas tradicionais de solidariedade se transformam em instrumento de emancipação” (SINGER, 2002 p. 122-123).

Assim a solidariedade, enquanto valor e princípio, deve ser entendida como “envolvimento e compromisso político, envolvimento este que significa a conscientização de que o sucesso de cada um depende do sucesso coletivo de todos” (BENINI, 2003, p.13).

Considerando o contexto em que surge e sua forma organizacional, ocorre então uma tentativa de conceituação. Para Singer (2002, p.112),

A Economia Solidária se fundamenta na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas cuja lógica é oposta à do modo de produção dominante. O avanço da economia solidária não prescinde inteiramente do apoio do Estado e do fundo público [...] permite uma ampla faixa da população, construir uma economia dependente primordialmente dela mesma, de sua disposição em aprender e experimentar, de sua adesão aos princípios da solidariedade, da igualdade e da democracia e de sua disposição de seguir estes princípios na vida cotidiana.

Ainda segundo Singer (2002), a economia solidária é considerada um modo de produção alternativo ao capitalismo. Entende-se que as iniciativas de produção coletiva dos trabalhadores surgem para possibilitar aos seus participantes, sejam eles de setores formais ou informais, se constituídos em cooperativas ou associações, se pequenas ou grandes, a apropriações dos bens produzidos por suas forças de trabalho. Estas iniciativas de produção coletiva dos trabalhadores surgem em diferentes setores, de diferentes formas, porém comungam dos mesmos valores básicos; a solidariedade, a cooperação, o mutualismo e coletivismo e principalmente da âncora no princípio da “autogestão”.

É importante não perder de vista o sentido de solidariedade, cooperação, mutualismo e coletivismo, pois o sentido que estes assumem na experiência e prática de economia solidária não é de caridade, e sim de interesses comuns, de solidariedade recíproca, de construção de uma nova consciência social. “A economia solidária não é apenas um projeto de uma nova economia, mas de uma nova sociedade, por isso o seu espírito solidário é de caráter espontâneo, voluntário e tolerante”. (GADOTTI, 2009, p.41).

Compreende-se, portanto, que o entendimento para a “cooperação” deve ser norteado pela construção de uma consciência voltada para o coletivo, visando uma reestruturação social. Para Singer (2002) o fomento da economia solidária num conjunto de atitudes que apontam para uma nova formação do ser humano, não só no sentido de conceber, a partir dos objetivos coletivos, oportunidades de trabalho, mas o de refletir sobre as iniciativas e as práticas existentes que possam dar orientação para uma sociedade preocupada com o exercício de cidadania.

A economia solidária como “um outro modo de produção”, ajuda a combater a competitividade desenfreada criada pelo capitalismo. A aplicabilidade de seus princípios básicos – propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual – coloca todos que participam da produção numa perspectiva de igualdade, ou seja, todos produzem, todos são possuidores do capital por igual (SINGER, 2002, p.10). O efeito dessa união sintetiza-se na cooperação, na solidariedade e na igualdade.

No que se trata da propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual estão implícitos outros princípios da economia solidária como a valorização do trabalho humano, a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica, o reconhecimento do lugar fundamental da mulher numa economia fundada na solidariedade, a busca de uma relação respeitosa com a natureza e valores da cooperação e da solidariedade.

É importante lembrar que o objetivo do crescimento buscado pela economia solidária não é apenas a perpetuação de estratégias de sobrevivência, embora este seja um fator relevante, mas possibilitar um desenvolvimento constante, mais decente e menos excludente.

2.4 Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária

O Brasil tem enfrentado, ao longo da história, os conflitos no sistema educacional causados pelo problema da exclusão social. O ingresso e permanência na escola ainda não são benefícios para alguns brasileiros que continuam sem acesso a um sistema de educação que os considera sujeitos do processo (SECAD, 2007).

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade que passa por várias transformações e embora tenha ocorrido ao longo das últimas décadas considerável evolução em sua pedagogia, há ainda a necessidade de se adotar concepções mais direcionadas e prioritárias à educação dos estudantes de EJA (MOURA, 2007).

Efetivar uma educação que atenda às necessidades do público jovem e adulto acarreta uma abordagem que não considere a modalidade, apenas, como parte integrante da história da educação em nosso país, mas, como processo de reconstrução da cidadania e reinclusão do trabalhador no mercado (SECAD, 2007).

O desafio da educação brasileira na modalidade EJA é construir um caminho que conduza os jovens e adultos a saírem de uma realidade excludente, por falta de escolarização, e buscarem o crescimento cultural, social e econômico. Mas como oferecer uma educação sistematizada sem comprometer o horário dos que já trabalham formal ou informalmente? Ou como oferecer uma educação para inserção num mercado tão concorrido? (MOURA, 2007).

A preocupação do jovem brasileiro é como se preparar para enfrentar essa competição cada vez mais acirrada. Quanto mais se acentua a crise econômica e social, mais a educação dada aos jovens e adultos assume relevância política. Este fato aponta para um novo paradigma na pedagogia do ensino da EJA, visando um novo modelo de educação e exigindo do profissional uma preparação específica adequada e de qualidade, de maneira que possa corresponder às expectativas atuais do educando e às exigências da sociedade contemporânea em relação, principalmente, ao mercado de trabalho e a uma prática social que tenha, realmente, um sentido libertador. “Já que a educação modela as almas e recria os corações, ela é a alavanca das mudanças sociais” (FREIRE, 2006, p.28).

A economia solidária e a educação de jovens e adultos comungam das mesmas estratégias de inclusão, ou seja, a ajuda mútua, a solidariedade e a cooperação e esses princípios pedagógicos exigem de educandos e educadores consciência e responsabilidade social. Em defesa da inter-relação entre economia solidária e educação, Gadotti (2009) esclarece:

Seu caráter participativo, contestatório, alternativo e alterativo. Daí concluímos que a economia solidária é uma práxis pedagógica (...). Não se trata apenas de oferecer cursos, trata-se de construir valores, uma cultura, juntos. (...). Por isso a educação tão essencial para a economia solidária. Empoderar não é ter mais poder individual, mas reinventar o poder, conquistar mais autonomia, 'ser mais' (...). Educação popular, desenvolvimento local e economia solidária são temas convergentes de uma mesma política de inclusão (GADOTTI, 2009:23, 36, 48, 50).

Pensar a economia solidária como uma “práxis pedagógica” implica em reconhecer que ela acontece todos os dias, nas pequenas ações, vinculada aos nossos trabalhos mais simples. E a educação de jovens e adultos participa dessa “práxis” quando oportuniza uma reconstrução de pensamentos e valores associados à coletividade.

De acordo com Gadotti (2009), EJA e economia solidária existem numa inter-relação onde a primeira promove o repasse de conhecimentos, a preparação para o ensinar e o aprender e condiciona o estudante a uma formação social e política num aprendizado juntos, enquanto a segunda permite que esse conhecimento transforme-se em vivências centradas numa prática afetiva, comunitária e autogestora da vida social. Como é reforçado a seguir.

A “ligação umbilical” da educação popular com a economia solidária se deve ao fato de que esta se apoia em novos valores que, aplicados a atividades econômicas, exigem a invenção de novas práticas, que cabe à educação popular difundir entre aqueles que a peculiar dinâmica do capitalismo exclui do espaço econômico que ele domina (GADOTTI, 2009,p.10).

Embora tenham ocorrido nos últimos anos algumas mudanças no sentido de melhorar o ensino da modalidade EJA, ainda temos uma educação conteudista, mecânica e de interesses voltados às exigências do capitalismo. Algumas propostas precisam sair do plano do discurso e serem colocadas em prática. Precisa-se de propostas curriculares que tratem a inserção no mercado de trabalho e na sociedade de forma coletiva. “Ninguém ensina nada a ninguém, aprendemos juntos” (FREIRE, 1997, *apud* GADOTTI, 2009, p.15). Procurando atender a proposta de Paulo Freire, os Programas de educação de jovens e adultos vêm tentando superar a fragmentação curricular existente nas escolas, porém, para esta ideia ser consolidada precisa-se de uma formação que prepare o educador para interagir com os estudantes num âmbito que vá além da escola e que trate as formas de organizações coletivas como centro das atividades educacionais.

3 METODOLOGIA

Para a realização deste estudo foi utilizada a pesquisa descritiva com abordagem qualitativa, a partir de um estudo de caso. Para Gil (2005), estudo de caso é um estudo profundo e exaustivo de um ou de alguns poucos objetos de maneira que se permita o seu amplo e detalhado conhecimento.

A busca por respostas ou pela compreensão dos problemas emergentes numa pesquisa em associativismo transcende a investigação bibliográfica e interage com o contexto real oriundo da problematização da pesquisa. Conforme Gil (2005, p. 21), “a pesquisa qualitativa considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito”.

Diante do exposto, buscou-se conhecer como são percebidos e relacionados os benefícios proporcionados pela ACIDIS à comunidade, de maneira investigativa e por meio de um questionário que deu base à coleta de dados. O questionário foi organizado em dezesseis questões que visaram elaborar o perfil dos integrantes da associação, avaliar a temática do trabalho associado, bem como fazer uma análise da pedagogia de trabalho do grupo para a obtenção de um melhor desenvolvimento da comunidade.

Para composição da pesquisa foi escolhido o grupo dos associados da ACIDIS, formado por oitenta e três sócios cadastrados que compõem a população pesquisada, sendo que do total de oitenta e três, sessenta e cinco participam de forma assídua das reuniões.

Para coleta de dados foi considerada a amostra de 24 sócios que aceitaram responder o questionário. Neste sentido foi possível obter informações detalhadas a respeito da ACIDIS e das suas atividades desenvolvidas no Distrito de Santa Gertrudes - PB.

Através da aplicação do questionário foi realizado um levantamento sobre renda, faixa etária, escolarização, benefícios e grau de satisfação, para que se pudesse ter uma visão geral, dos efeitos causados a partir da coletividade e das atividades desenvolvidas enfatizando a ajuda mútua, a solidariedade e o crescimento da comunidade, com anotações no diário de campo do pesquisador. Os dados obtidos foram organizados em forma de gráficos. Também foram utilizadas como fontes de informações, entrevistas não estruturadas com os associados, realizadas em conversas informais.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 O distrito de Santa Gertrudes - PB

O Distrito de Santa Gertrudes-PB está localizado na Mesorregião do Sertão, na Microrregião de Patos, Estado da Paraíba, a 15 km da sede do Município. Alcançou sua elevação à categoria de distrito em 05 de julho de 1960, pela Lei nº 409, e encontra-se a 316 km da capital da Paraíba, João Pessoa. A sede do Distrito é cortada pela BR-230, e segundo dados do IBGE (2010), possui uma área de 206 Km², contando com uma população de aproximadamente 1.973 habitantes com densidade de 13,77 hab./km².

4.2 Histórico da ACIDIS

A Associação Comunitária Integrada de Santa Gertrudes (ACIDIS) tem sede no Distrito de Santa Gertrudes, na Rua Vereador José Caetano s/n, no município de Patos - PB. Sua criação foi uma iniciativa do Sr. Suguetiro Tanaka, que reuniu algumas pessoas na Escola Estadual de Ensino Médio Lúcia Wanderley de Freitas, no dia 08 de fevereiro de 2002 com o intuito de formar um grupo de trabalhadores para a fabricação de tecidos para redes, tapetes e panos de prato.

Na primeira reunião estavam presentes 28 sócios fundadores e o grupo pode contar com a presença do senhor Gervásio Maia, que na ocasião fez a doação de dois teares para os trabalhadores. Nesta data, também foi eleita a diretoria e o conselho fiscal, para acelerar o processo de regulamentação da Associação. Logo em seguida o grupo recebeu a doação de um terreno da senhora Francisca Mota.

Em seguida a ACIDIS passou um período considerável sem atividades. O Sr. Suguetiro Tanaka deixou de residir no distrito e a liderança passou às mãos da Sra. Maria das Graças Mirom que, por causa de dívidas da Associação não conseguiu dar continuidade às atividades, sendo estas retomadas somente em 16 de julho de 2009. Após a reabertura dos trabalhos em julho de 2009, durante a primeira gestão, o presidente eleito, o Sr. Sérgio Gomes da Silva, juntamente com os sócios conseguiram alguns benefícios como tratores para cortar as terras para

o plantio, a implantação do Projovem Urbano, acelerar o processo de distribuição e ocupação das casas do conjunto habitacional, dentre outros, como consta nos registros da Associação (2009, Livro de Atas nº2). No dia 18 de março de 2010, em assembleia, o estatuto social sofre uma Reforma Estatutária, aprovada pelos 54 sócios presentes à reunião, que entra em vigor no dia 24 de março de 2010. Nesta mesma ocasião foram eleitos uma nova direção e o conselho fiscal.

Do período de novembro de 2011 a janeiro de 2013 nada consta no Livro de Atas da associação, apenas algumas assinaturas sem texto de abertura. Um novo registro foi encontrado no dia 16 de fevereiro de 2013, quando reiniciado pela terceira vez os trabalhos comunitários e desde a reabertura das atividades em fevereiro do corrente ano, o objetivo dos sócios era o de resolver o problema da associação junto à Receita Federal.

A primeira ação dos sócios para arrecadação de verba foi uma feira (brechó) realizada nos dias 04, 05 e 06 de abril de 2013, no espaço onde acontecem as reuniões. A feira foi realizada com objetos doados pela comunidade e rendeu RS 521,00 (quinhentos e vinte e um reais), que foram usados para iniciar o pagamento da dívida de acordo com Livro de Atas nº 2, p.30. No dia 02 de junho do ano de 2013, a ACIDIS realizou uma feira comunitária em praça pública, desta vez com peças produzidas pelos associados. A renda arrecadada na feira foi de RS 608,80 (seiscentos e oito reais e oitenta centavos), que foi utilizada para abatimento da dívida junto à Receita Federal.

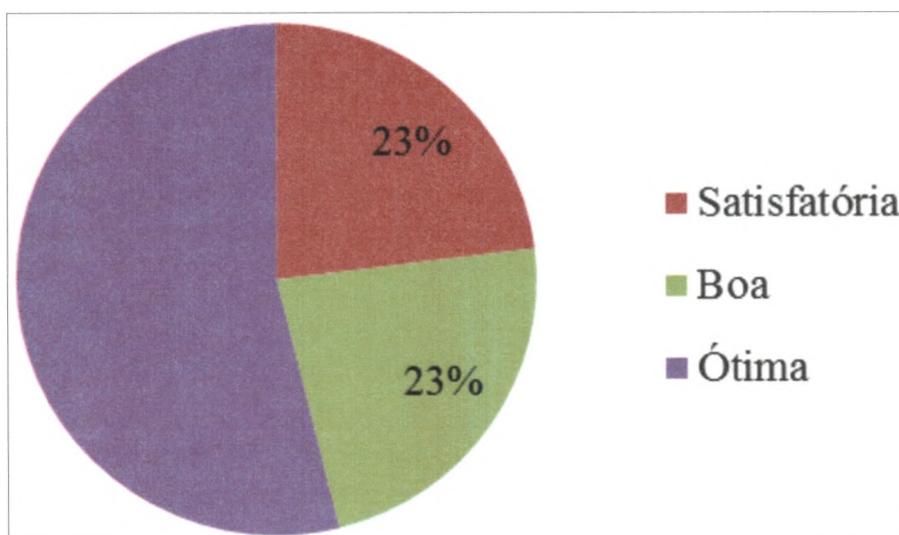
4.3 Apresentação dos dados e sua análise

Os resultados foram obtidos através de um questionário e aplicado entre os dias 10 e 17 de agosto de 2013. Este questionário teve a finalidade de revelar o perfil dos sócios, bem como a visão dos associados sobre a ACIDIS, e pontos como conhecimento, compromisso e grau de satisfação.

O público da ACIDIS se concentra entre as faixas etárias de 31 a 40 anos e mais de 50, que juntos correspondem a 66,5% dos associados, restando 21% para a faixa de 21 a 30 anos e 12,5% para os sócios que se encontram entre 41 a 50 anos de idade.

No que diz respeito à renda o gráfico revela que as pessoas que mais participam da associação são aquelas com renda inferior a 01 salário mínimo, correspondendo a 45,8% do público pesquisado. O fato de necessitarem de uma renda maior os fez buscar ajuda e apoio dos programas sociais. Os resultados mostraram que 41% dos informantes obtêm renda de um salário mínimo para arcar com todas as despesas familiares, inclusive pagamento de aluguel. Dos associados entrevistados, apenas 12,5% declararam ter renda que atinge dois salários mínimos.

Gráfico 1 – Integrantes da ACIDIS por renda mensal.



Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Em torno de 8,3% dos homens que participam das discussões afirmaram receber 1 salário mínimo, enquanto que, do sexo feminino, 25% ganhavam menos de um salário mínimo, 12,6% ganhavam um salário e 8,3% recebiam dois salários.

Na população masculina que não participa de forma ativa, ou seja, que só vota, há um equilíbrio de 4,2% para cada faixa salarial, no público feminino 16,6% recebem menos de um salário e 16% um salário.

No que diz respeito à satisfação em relação aos trabalhos realizados e benefícios conseguidos através da associação, 66,7% dos sócios revelaram estar satisfeitos, 16,6% declararam que estavam muito satisfeitos, enquanto 16,7% disseram estar insatisfeitos.

O número de sócios satisfeitos com a atuação da ACIDIS concentrou-se nas pessoas com menor escolaridade, atingindo 50,1% com ensino fundamental incompleto, 16,7% com ensino fundamental completo e os 33,2% restante, representado pelas pessoas com nível médio incompleto e/ou completo.

Dentre as dificuldades encontradas para o desenvolvimento das atividades, resultados e benefícios, 66,7% dos sócios declararam que consideram a dívida com a Receita Federal como a principal dificuldade enfrentada pela associação, 20,8% citaram a falta de interesse do grupo e 12,5% indicaram a falta de apoio do poder público.

4.4 Interpretação dos resultados

Em geral as análises permitem observar que os resultados apresentados junto com o perfil dos associados mostram a predominância feminina na associação, o que provavelmente se justifica pelo fato das mulheres permanecerem mais tempo que os homens na localidade, dados os motivos que fazem a mulher ter tempo disponível, seja pela busca de renda ao se envolverem mais nas atividades coletivas ou por não terem renda fixa, mesmo realizando as tarefas da casa.

Em relação à faixa etária e escolarização, a concentração do número de sócios nas faixas etárias mais elevadas é justificada pelo percentual elevado de associados com baixa escolaridade. Também a ausência de maior escolarização provavelmente está relacionada ao fato de que a educação como forma de desenvolvimento de inclusão social só veio a ter sua importância em nossa sociedade de maneira mais contundente nos últimos 20 anos.

Os resultados referentes à participação ativa nas discussões e satisfação em relação aos benefícios revelam de forma geral que os sócios mais satisfeitos e que mais participam são aqueles com pouca escolaridade, provavelmente, pela necessidade de serviços que estão agregados à associação, pela busca de alguma melhoria na renda, já que as pessoas com menor escolarização também são as que têm menor renda.

Em relação às dificuldades enfrentadas pelo grupo, a dívida com a Receita Federal aparece como um entrave para o crescimento da associação, no entanto, observa-se que a falta de interesse de alguns sócios e a falta de apoio do poder público são os fatores que dão sustentabilidade as outras dificuldades.

5 CONCLUSÕES

Este estudo buscou descrever como surgiu a ACIDIS, sua importância como meio de organização, integração e de desenvolvimento social pelos quais passaram não somente os sócios, mas também a comunidade de Santa Gertrudes, Município de Patos- Paraíba.

Ao final do estudo pode-se observar que o desenvolvimento do grupo de associados mostra-se cada dia mais forte, sobretudo no período que corresponde de 2009 a 2011 quando a agricultura é privilegiada, com o benefício de tratores para cortar as terras para o plantio e acelerando o processo de distribuição e ocupação das casas do conjunto habitacional.

Hoje a ACIDIS atua sistematizando e mudando a mentalidade das pessoas, incentivando o respeito e as atividades coletivas na busca por melhores condições sociais, políticas e econômicas, provocando aumento do desenvolvimento sustentável na região, e principalmente na comunidade na qual está inserida.

A pedagogia de trabalho aplicada na associação e a forma como o grupo se organizou para a realização das feiras, valorizando a doação, a ajuda mútua, a produção de cada um, com suas diferenças e limitações, a união para enfrentar a falta de verba e o pensamento de coletividade apontam para uma cultura agregada aos valores da economia solidária e precisa ser estimulada para poder transformar o local e promover o desenvolvimento e a qualidade de vida da comunidade.

Percebeu-se também que os associados precisam receber cursos de capacitação em associativismo e serem estimulados a voltar para escola, pois alguns dos sócios que responderam ao questionário precisaram recorrer a terceiros quando se tratou de ler e escrever. “A educação é essencial para o desenvolvimento, na medida em que contribui para o despertar cultural, a conscientização, a compreensão dos direitos humanos, aumentando a adaptabilidade e o sentido de autonomia, bem como a autoconfiança” (SACHS,2008,p.82).

Por fim, mesmo existindo os obstáculos a serem superados, os desafios que surgem no cotidiano, a insegurança, a incredibilidade, o grupo continua unindo forças para alcançar os objetivos em comum. É, portanto de suma importância que os valores praticados na maioria das atividades da ACIDIS sejam estimulados pelo poder público, educação, comunidade e órgãos de fomento à economia solidária. Concluindo, sugere-se que outros estudos nessa área aconteçam para contribuir com o crescimento da comunidade de forma social e humana.

6 REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, A. C. C. **Terceiro Setor: história e gestão de organizações**. São Paulo: Summuns, 2006.

ANTEAG. Associação nacional dos trabalhadores e empresas de autogestão e participação acionária. **Autogestão e economia solidária: uma nova metodologia**. 2º volume. Ministério do trabalho e emprego. São Paulo, 2005.

- ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INTEGRADA DO DISTRITO DE SANTA GERTRUDES. **Livro de Atas nº 2, 2009.**
- BENINI, (2003). *In*: GADOTTI, M. **Economia solidária como práxis pedagógica.** São Paulo: Editora e Livraria Paulo Freire, 2009. _____. *Pedagogia da Práxis.* 5ª edição.
- BENINI, E. G. **Economia Solidária em questão:** estudo sobre as possibilidades e limites de inserção e emancipação no capitalismo a partir de um estudo multicasos. Campo Grande. UFRM, 2008.
- BITTENCOURT, G. A. **Cooperativas de crédito solidário:** constituição e funcionamento. Brasília, DF. 2001. 2ª Edição – Revisada.
- SECAD - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidades. **Mulher e trabalho.** 2007. (Coleção Cadernos de EJA).
- CARRIO, R. M. **Organizações privadas sem fins lucrativos:** a participação do mercado no terceiro setor Tempo. São Paulo. Nov. 2000. Soc. vol.12 no .2. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: 18 jul. 2013.
- FARIA, M. S. de. **Autogestão, Cooperativa, Economia Solidária:** avatares do trabalho e do capital. Tese (Doutorado)- Sociologia Política, UFSC, Florianópolis, 2005.
- FRANCO, A. (2001). *In*: SILVEIRA, C. M. e DA COSTA REIS, L. (Orgs.). **Desenvolvimento Local, Dinâmicas e Estratégias.** Rede. DLIS/RITS, PP. 153-162. Disponível em: [em: scholar.google.com.br](http://em:scholar.google.com.br). Acesso em: 18 jul. 2013.
- FREIRE, P. **A importância do ato de ler:** em três artigos que se completam. 47ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- FREIRE, P. *In*: GADOTTI, Moacir. **Economia solidária como práxis pedagógica.** São Paulo: Editora e Livraria Paulo Freire, 2009. _____. *Pedagogia da Práxis.* 5ª edição. 1997.
- GADOTTI, M. **Economia solidária como práxis pedagógica.** São Paulo: Editora e Livraria Paulo Freire, 2009. _____. *Pedagogia da Práxis.* 5ª edição.
- GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1991.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE, 2010. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em 15 de setembro de 2013.
- MORAES, A. S. **Direito e justiça:** da pré-história à contemporaneidade. [S.l.:s.n.], 2010. Disponível em: www.artigos.netsaber.com.br. Acesso em: 25/07/13.
- MOURA, T. M. M. (Org.). **A formação de professores para a EJA:** dilema atuais. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- RICCIARDI, L.; LEMOS, R. J. **Cooperativa, a empresa do século XXI:** como os países em desenvolvimento podem chegar a desenvolvidos. São Paulo: LTr, 2000.
- SACHS, I. **Desenvolvimento:** incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
- SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

Avaliação da atitude ecológica sobre resíduos sólidos e práticas socioambientais de alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) da cidade de São José de Espinharas, Paraíba - Brasil

*Wellington Araújo de Sousa
Edevaldo da Silva*

1 INTRODUÇÃO

O ser humano contemporâneo e capitalista tem buscado diminuir as inúmeras dificuldades presentes na vida com o consumo de bens materiais que viabilizem a otimização de seu tempo diário. Entretanto, ele tem gerado consequências preocupantes para o meio ambiente.

A escolha dessa temática se deu diante da preocupação que temos com problemas ambientais atuais, visto que a sociedade não está com seu olhar e com suas ações voltadas a sustentabilidade, que se fazem necessárias para harmonizar o homem ao Meio Ambiente. A confiança está na educação como elo para construção de conhecimentos a partir de vivências e reflexões, despertar a necessidade de agir frente aos vários problemas que afligem o nosso planeta.

A natureza dos problemas ambientais é parcialmente atribuída à complexidade dos processos industriais utilizados pelo homem. Todo produto não importa de que material seja feito ou finalidade de uso, provoca um impacto no meio ambiente, seja em função de seu processo produtivo, das matérias primas que se consome, ou devido ao seu uso ou disposição final (CHEHEBE, 1997).

Segundo Leripio (2004), somos a sociedade do lixo, cercada totalmente por ele, mas só recentemente acordamos para este triste aspecto de nossa realidade. Ele diz ainda que nos últimos 20 anos a população mundial cresceu menos que o volume de lixo por ela produzido. Enquanto de 1970 e 1990 a população do planeta aumentou 18% a quantidade de lixo sobre a terra passou a ser 25% maior.

Vários estudos apontam caminhos alternativos para minimizar os efeitos da geração e do descarte dos resíduos urbanos. Técnicas como a reutilização, a reciclagem e a compostagem tem sido incentivadas como alternativas de destinação destes materiais. Tais métodos buscam dar um tratamento final aos resíduos menos impactantes ao meio ambiente e à sociedade (NASCIMENTO, 2007).

A discussão sobre os desafios a superar em relação aos resíduos sólidos deve ser inserida no contexto da educação, na escola.

2 REVISÃO DA LITERATURA

A Educação Ambiental tem se tornado uma temática de grande preocupação na educação em todo o mundo, favorecendo a uma revolução ambiental. Essa ampla mudança de comportamento envolve várias instituições públicas e privadas, entidades filantrópicas, organizações não governamentais e cidadãos, que buscam mediar informações e ações por meio da comunicação, dentro e fora da escola.

Para Pereira (1993), a Educação Ambiental é adaptação contínua do homem ao ambiente onde vive e ao seu nicho ecológico, tentando sempre manter o equilíbrio harmônico com o meio e com as populações que o rodeiam.

A degradação ambiental pode ocasionar diversos problemas ambientais, tais como: diminuição da biodiversidade, acúmulo de lixo, podendo ser veiculadores de sérios danos à saúde das pessoas, degradação e desmatamento de Biomas e de florestas e poluição do solo e de bacias hidrográficas, entre outras consequências antrópicas.

A Educação Ambiental deve ser compreendida como instrumento de capacitação para o ser humano voltado a práticas e atitudes mais sustentáveis. E, diante do avanço da degradação e negativa relação do ser humano com a natureza, é eminente a necessidade da implantação e/ou aplicação da Educação Ambiental nas escolas (ZANETI, 2002).

Mediante os problemas enfrentados pelo homem para que solucione os vários impactos ambientais causados por ele mesmo, é urgente e necessária atitudes da sociedade para viabilizar uma sensibilização ambiental para que possibilite o uso adequado dos recursos naturais.

Para Roth (1992) “é essencial a capacidade de perceber e interpretar a saúde relativa dos sistemas ambientais e de tomar atitudes apropriadas para a manutenção, restauração, preservação ou melhoramento da saúde destes sistemas”. A identificação de tudo que está ocorrendo de malefícios para com o ambiente, é passo importante para estudo de processos para resolução dos mesmos, isso significa um passo para convivência harmônica entre o homem e os sistemas.

O futuro depende da conscientização por meio da educação. Isso já está acontecendo em algumas escolas. Nelas, a Educação Ambiental faz parte da rotina da maioria das crianças e jovens brasileiros que está no ensino fundamental. A temática é trabalhada em uma visão interdisciplinar e contextualizada.

A lei nº 9.795/99, que regulamenta a Política Nacional de Educação ambiental, reconhece “a Educação ambiental como um componente urgente, essencial e permanente em todo o processo educativo”.

Precisa-se de políticas de Educação Ambiental, para que o desenvolvimento de atividades pessoais e coletivas possa ficar na mente de cada um. Na perspectiva de sustentabilidade ecológica, milhões de pessoas em todo o mundo estão certas que poderão pagar um preço alto pelo desrespeito do homem ao meio ambiente, por isso, é urgente a necessidade da mudança para atitudes socioambientais mais sustentáveis.

O artigo 225 da Constituição Federal (BRASIL, 1988) ao mesmo tempo em que estabelece o meio ambiente ecologicamente equilibrado como direito e como bem de uso comum do povo e essencial à qualidade de vida, também impõe ao Poder Público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para que as futuras gerações possam dele usufruir. A constituição deixa claro que é dever de todos a conservação do meio, sem que haja exceções.

O desenvolvimento sustentável suscita a necessidade de sensibilizar a sociedade sobre a situação ambiental e social dos dias atuais, de modo a fazer com que viabilize a participação para o rumo do desenvolvimento que se deseja. Essas mudanças ainda visam estrategicamente os impactos positivos e negativos nas decisões tomadas por todos como parte integrante da sociedade. A partir de uma nova mentalidade é que os processos sociais existentes se unam aos processos naturais do ambiente, com isso analisam-se também os processos para se chegar a uma forte economia sem que haja um interesse desenfreado sem objetivos concretos.

Conforme o Panorama da Biodiversidade Global (2010, p.5):

A biodiversidade sustenta o funcionamento dos ecossistemas dos quais dependemos para alimentação e água potável, saúde e lazer, além de proteção contra desastres naturais. Sua perda também nos afeta cultural e espiritualmente – o que pode ser mais difícil de quantificar, mas é, de qualquer forma, essencial para o nosso bem-estar. A sustentabilidade é o caminho que a humanidade precisa para continuidade de suas vidas, é necessário conservar a biodiversidade, o uso sustentável dos recursos naturais, consumo consciente, gerar energia através de biocombustíveis, conhecimento empírico, pesquisa sobre as poder benéfico das plantas, entre outras.

De acordo com Guimarães (1998), a sustentabilidade exerce função de advertir a comunidade sobre os riscos e tendências do desenvolvimento, se constituindo como uma carta de navegação sobre o futuro.

Portanto faz-se necessário um trabalho de sensibilização pública através da promoção de educação ambiental, a garantia da preservação e restauração dos recursos ambientais, da ação conjunta e integridade do poder público e da coletividade.

A Constituição Federal (BRASI, 1988) considera o meio ambiente como um direito de todos e bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida, atribuindo competências distintas à união, estados, distritos e municípios. Nela, a defesa do meio ambiente, é considerada como um princípio de ordem econômica, reforçando a obrigatoriedade de se promover o desenvolvimento econômico e social sem degradar o meio ambiente.

Todo programa ou plano de desenvolvimento federal, estadual ou municipal, deve cumprir medidas relacionadas no art. 23 da Constituição Federal (BRASIL, 1988) que protege o meio ambiente e combate a poluição em qualquer de suas formas de agressão que levam a destruição da vida. E é missão de todos assim agir.

Cuidar do meio ambiente é obrigação de todos e o melhor caminho é fazer uso mais equilibrado dos recursos naturais. Devem-se fomentar ações que estimulem o desenvolvimento sustentável, que possa assegurar a sobrevivência da biodiversidade e uma relação ecológica e social mais harmoniosa entre o homem e o meio ambiente.

2.1 Um pouco de história: como começou a poluição do meio ambiente

O descobrimento do fogo e a conseqüente poluição do ar, assim como a salinização e o esgotamento de terras agrícolas foram as causas dos primeiros impactos ambientais negativos do homem sobre o meio ambiente (MARKHAM, 1994. P.117).

Durante o Império Romano, com a construção da “cloaca máxima”, sistema de evacuação de esgotos de Roma, o homem fez o primeiro intento de atenuar o efeito negativo da civilização sobre o meio ambiente. Etapas posteriores de descasos ambientais caracterizam-se por epidemias de pestes e frequentes episódios de poluição, quando se iniciou a revolução industrial.

O homem vem mudando e adulterando a água, o solo e o ar pelos produtos físicos e químicos resultantes de atividades humanas, e isso tem acompanhado a nossa espécie desde que ela começou a andar pela terra.

Para Widmer e Santana (1996, p. 42) a consciência ambiental já mostrou claramente que não é uma moda passageira, mas sim uma nova exigência que a sociedade impõe às indústrias, onde a construção dessa consciência se faz necessária e veio para ficar na sociedade.

2.2 Sobre resíduos sólidos

A Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS, através da lei nº 12.305, de 12 de Agosto de 2010 traz o seguinte conceito de resíduos sólidos:

Os resíduos sólidos são materiais, substâncias, objetos ou bens descartáveis resultantes de atividades humanas em sociedade, aos quais a destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder. Podem apresentar-se no estado sólido ou semissólido, gasoso e líquido.

Para tratarmos de resíduos Sólidos, o primeiro passo será a sua definição. De acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS, através da lei nº 12.305, de 12 de Agosto de 2010: os resíduos sólidos são materiais, substâncias, objetos ou bens descartáveis resultantes de atividades humanas em sociedade, ao qual a destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder. Podem apresentar-se no estado sólido ou semissólido, gasoso (quando contidos em recipientes) e líquido (quando apresentem particularidades que tornem inviáveis o seu lançamento na rede pública de esgotos, ou exijam para isso soluções técnicas ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível).

Ficam incluídos nesta definição os lodos provenientes de sistemas de controle de poluição, bem como determinados líquidos cujas particularidades tornam inviável o seu lançamento na sede pública de esgotos ou corpos d'água que exigem para isso soluções técnicas e economicamente inviáveis em face à melhor tecnologia disponível.

Desta ampla definição se conclui que há materiais e substâncias que fogem à denominação mais simples de lixo, que se usa para se referir ao que não se pode mais utilizar e que acaba sendo descartado. O lixo deve ser entendido como material sólido resultante das atividades domiciliares, comerciais e públicas.

De acordo com Philip et al. (1988, p.267), o lixo é gerado em cada estágio do uso dos materiais de sua extração e processamento e abandono dos itens usados. Essas sobras são vagamente denominadas de refugos, sucata, entulho, restos de esgotos, dependendo de que tipo de material se trata e de onde estão e do ponto de vista de quem fala.

Segundo Logarezzi (2004, p. 221) “Resíduo é aquilo que sobra de uma atividade qualquer, geralmente nas atividades humanas geramos resíduos que não é lixo”. Neste sentido, resíduo e lixo não podem ser utilizados com a mesma definição como geralmente está sendo utilizado.

2.3 Classificação dos resíduos sólidos

O lixo é composto de vários tipos de resíduos, que precisam de manejo diferenciado. Segundo a lei 12.305 de agosto de 2010, os resíduos podem ser classificados da seguinte forma:

- a) resíduos perigosos: aqueles que, em razão de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade, patogenicidade, carcinogenicidade, teratogenicidade e mutagenicidade, apresentam significativo risco à saúde pública ou à qualidade ambiental, de acordo com lei, regulamento ou norma técnica;
- b) resíduos não perigosos: aqueles não enquadrados nos resíduos perigosos.

Segundo a lei 12.305 de agosto de 2010, são proibidas as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeito: Lançamento em praias, mar ou em quaisquer corpos hídricos. As bacias de decantação de resíduos ou rejeitos industriais ou de mineração, devidamente impermeabilizadas e licenciadas pelo órgão competente, não são considerados corpos hídricos: Lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos da mineração; Queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade.

O PNRS também proíbe a importação de resíduos sólidos perigosos e rejeitos, bem como de resíduos cujas características causem dano ao meio ambiente, à saúde pública e animal e à sanidade vegetal, ainda que para tratamento, reforma, reuso, reutilização ou recuperação.

2.4 Resíduos sólidos e educação ambiental na escola

Atitudes e iniciativas por meio da educação para redução e o reaproveitamento dos resíduos sólidos nas escolas ainda são incipientes. Mais de 78% dos brasileiros vivem em cidades, por isso, é preciso que a escola tenha em sua estrutura e organização um projeto permanente de sensibilização em relação ao melhor destino dos seus resíduos.

Assim, cidade é uma comunidade política cujos membros, os cidadãos, são pessoas que gozam do direito de cidade. Cidade, cidadão, cidadania referem-se a certa concepção da vida das pessoas que se autogovernam, construindo uma civilização.

Uma cidade pode ser considerada como uma cidade que educa quando, além de suas funções tradicionais (econômica, social, política e de prestação de serviços), ela exerce

uma nova função, cujo objetivo é a formação para e pela cidadania. Para uma cidade ser considerada educadora, ela precisa promover e desenvolver o protagonismo de todos e de todas – crianças, jovens, adultos, idosos – na construção do direito à cidadania educadora (GADOTTI, 2011. p. 53).

A cidade educada é quando exerce bem suas funções e promove o direito de todos que é usufruir os benefícios da civilização.

A escola deve implantar políticas educacionais que promovam a democratização da gestão escolar em relação aos resíduos sólidos, com participação da comunidade para fortalecimento das decisões e ações a serem tomadas. O papel da escola cidadã nesse contexto ganha um importante componente, a comunidade educadora como conquista da escola no espaço, considerando suas ruas e praças, suas árvores, seus pássaros, bibliotecas, bens de serviços, etc. A grande importância da educação para a cidadania é que se tornou uma educação ecológica. A escola deixa de ser um lugar abstrato para inserir-se definitivamente na vida de todos, transformando-se em um novo território de construção, de uma nova consciência.

O poder público municipal é responsável pela tomada de decisões referentes ao gerenciamento do “lixo”. Embora cada município tenha autonomia para escolher o equilíbrio entre reciclagem, incineração e descarga em depósitos que melhor satisfaça as necessidades locais. O movimento escolar deve integrar a formação de saberes e conhecimentos socialmente significativos para que o desenvolvimento de novas ideias, tomada de decisões ecologicamente corretas aconteça a partir da consciência de cada membro da escola e que estes estejam plenamente organizados.

O movimento ecológico das lutas em torno de questões as mais diversas: extinções de espécies, desmatamento, uso de agrotóxicos, urbanização desenfreada, explosão demográfica, poluição do ar e da água, contaminação de alimentos, erosão dos solos, diminuição das terras agricultáveis pela construção de grandes barragens, ameaça nuclear, guerra bacteriológica, corrida armamentista, tecnologias que afirmam a concentração do poder, entre outras (GONÇALVES, 2005, p.12).

Deve-se introduzir o tema e fazer o aluno perceber o que há no lixo. É preciso que os alunos percebam como uma parte significativa do lixo pode ser reciclada, reutilizada, bem como aqueles que sem grande necessidade deve ser reduzido o uso. Desenvolver subsídios para os alunos compreenderem também o manuseio inadequado dos resíduos tóxicos, o perigo para a saúde humana e para o meio ambiente; a relação entre lixo, saúde pública e a qualidade de vida; o quanto lixões contaminam solos, águas e ar e, a necessidade de buscar soluções de âmbito pessoal e comunitário para contribuir com o consumo sustentável e uso adequado dos resíduos.

Felizmente, embora de forma gradual e a partir de grandes esforços ainda hoje necessários, novas compreensões e concepções de EA que incorporam novas perspectivas estão aos poucos ganhando espaços, em diferentes ambientes educativos (KAWASAKI, 2009).

A escola tem importante papel no desenvolvimento de uma nova consciência dos alunos, e mais ainda quando se sabe que eles são o futuro da nação. Ela precisa envolver todos com a realização de atividades onde os alunos, se possível, façam visitas a órgãos responsáveis pela limpeza urbana nos municípios e que através dessas visitas eles possam descobrir o interesse pelo tema. Assim, eles descobrirão se há coleta de lixo no município, o custo mensal deste serviço, tratamento que é dado ao lixo, disposição final, problemas relacionados, qualidade da água nas proximidades, a existência de coleta seletiva, catadores que usam os resíduos para sobrevivência familiar.

Uma práxis educativa e social que tem por finalidade a construção de valores, conceitos, habilidades e atitudes que possibilitem o entendimento da realidade de vida e a atuação lúcida e responsável de atores sociais individuais e coletivos no ambiente. Nesse sentido, contribui para a tentativa de implementação de um padrão civilizacional e societário distinto do vigente, pautado numa nova ética da relação sociedade-natureza (LOUREIRO, 2005, p.69). A

construção através da escola de novos conhecimentos a respeito de seu papel de cidadão frente à sociedade e sobre o desenvolvimento sustentável, significando dizer que é a utilização dos recursos naturais, sem a agressão ao meio ambiente.

3 METODOLOGIA

3.1 Caracterização da área de estudo

O município onde se localiza a escola de estudo é São José de Espinharas situa-se na região centro-oeste do Estado da Paraíba, localizado na mesorregião do sertão e microrregião de Patos com uma população de 4.760 habitantes (IBGE, 2010). Possui área de 732,80 Km². Foi criado pela Lei 2.687 de 2 de dezembro de 1961, e foi instalada em 26 de dezembro de 1961, possuindo a oitava maior área territorial do Estado da Paraíba.

A pesquisa foi realizada na Escola Municipal de Ensino Fundamental Tenente Titico Gomes, localizada na cidade de São José de Espinharas – PB, a 332 km de João Pessoa – PB. Essa escola é de porte médio e quanto aos aspectos físicos é composta por nove (09) salas de aula e dos seguintes ambientes: secretaria; diretoria; sala de leitura; sala de professores; banheiros (08); pátio; cozinha; dispensa e uma sala de informática do PROINFO (Programa Nacional de Tecnologia Educacional).

3.2 Amostragem e coleta de dados

Na Escola objeto da pesquisa há um universo para a Educação de Jovens e Adultos é de 81 alunos, sendo a população amostral constituída de 44 alunos entrevistados.

A coleta das informações foi realizada por meio da aplicação de um questionário com 24 perguntas elaborado por Silva (2013). As perguntas estão relacionadas a questões que revelam a atitude do aluno diante de diversas perguntas relacionadas a questões sobre o tema objeto de estudo.

O questionário foi construído no formato da Escala de Likert apresentando uma escala de 5 níveis de resposta. As respostas foram avaliadas para identificar a tendência atitudinal de cada sujeito (negativa, conflitante ou positiva). Essa classificação foi feita de acordo com a média de escores obtidos por cada entrevistado, agrupando-os, por meio dessa média, da seguinte forma: menor que 3,0 = atitude negativa; de 3,0 a 4,0 = atitude conflitante; maior que 4,0 = atitude positiva (MIRANDA et al., 2009).

3.3 Compromisso ético da pesquisa

Esse estudo foi desenvolvido de acordo com a resolução nº 196/2012 do Conselho Nacional de Saúde que rege sobre a ética da pesquisa envolvendo seres humanos, direta ou indiretamente, assegurando a garantia de que a privacidade do sujeito da pesquisa será preservada com todos os direitos sobre os princípios éticos como beneficência, respeito e justiça. (BRASIL, 1996).

Esse projeto faz parte de um projeto maior intitulado “Perfil Socioambiental dos Docentes e Discentes do Ensino Regular e da Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Semiárido Paraibano, Paraíba - Brasil”.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os alunos da Educação de Jovens e Adultos do Ensino Fundamental e Médio da Escola Municipal Tenente Títico Gomes que participaram da pesquisa apresentaram faixa de idade

que variaram entre 18 a 60 anos. Do total, foram 20 mulheres e 24 homens e a maioria são agricultores da região.

Atualmente são bem conhecidos o que os resíduos sólidos, através do descarte inadequado, causam no ambiente mediante fortes impactos ambientais. Sobre a importância da coleta seletiva dos resíduos sólidos, 93,18% (41 alunos) dos alunos entrevistados consideram de grande importância a separação dos resíduos através da coleta seletiva de materiais. Isso demonstra que os alunos consideram que é preciso viabilizar atitudes relacionadas aos aspectos voltados à coleta de seleção dos resíduos. Apenas um dos alunos entrevistados (2,27%) acredita que a coleta seletiva não trará nenhum benefício para o meio, bem como, para a cidade onde vive.

Foi observado que os entrevistados apresentam a ação de separar o “lixo” conforme o tipo de resíduo. Os dados obtidos revelaram que 79,55% (35 alunos) afirmaram que nunca separam e não se importam com esse problema. Isso significa dizer que boa parte dos alunos entrevistados acredita na importância dos resíduos, mas que, ainda não pratica a coleta seletiva. É importante destacar que a cidade da área de estudo ainda não dispõe de um sistema apropriado que realize a coleta dos resíduos segundo o seu tipo. Assim como não desenvolve ações de políticas públicas no município que viabilizem, também, a geração de trabalho e renda por meio da criação de associações e cooperativas responsáveis por esse processo de seleção dos resíduos, uma atividade que traz um forte poder econômico.

Ao abordar sobre o que se faz com os resíduos orgânicos, 9,09% (4 alunos) responderam que jogam esses resíduos no lixo comum juntamente com todos os outros materiais considerados recicláveis, o que revela uma atitude negativa, enquanto que quase todos (90,91%) os alunos responderam que os resíduos orgânicos são destinados para alimentar animais. Isso é, provavelmente, justificado devido ao grande número de alunos que complementam sua renda familiar através da criação de porcos e galinhas. É evidente que essa criação nos arredores da zona urbana do município causa outros transtornos à população advindos das pocilgas¹, mas a população necessita dessa e de outras atividades para sua sobrevivência, bem como, um melhoramento na renda familiar.

Ao perguntar se na sua escola separa-se o lixo segundo a cor do coletor de resíduos sólidos, 72,73% (32 alunos) responderam que a escola não tem coletores para coleta seletiva.

Uma das grandes problemáticas sobre resíduos sólidos é o destino adequado dos resíduos eletrônicos. 70,45% (31) dos alunos da EJA mencionaram que jogam ou costumam jogar baterias, pilhas, TVs entre outros, diretamente no lixo comum que, nesse caso, irá parar no lixão da cidade que fica a alguns metros das margens do Rio Espinharas. Como provável consequência, poluem os solos das imediações e podem ser fontes em potencial para poluir as águas do Rio Espinharas com metais tóxicos de sua composição.

Tabela 01 – Frequência (%) da escala de atitudes para cada nível da escala de Likert da Dimensão Resíduos Sólidos.

Pergunta	Escala de Concordância/Envolvimento (%)				
	1	2	3	4	5
Quanto a coleta seletiva do resíduo, você:	0,00	2,27	4,55	36,36	56,82
Você costuma separar o lixo de acordo com o tipo de Resíduo?	79,55	11,36	4,55	4,55	0,00
O que faz com os resíduos orgânicos?	9,09	0,00	90,91	0,00	0,00

¹ Pocilgas: Local onde se criam porcos.

Na escola você separa o lixo segundo a cor de resíduos sólidos?	72,73	15,91	9,09	0,00	2,27
O que faz com o lixo eletrônico?	70,45	11,36	0,00	18,18	0,00
Quanto ao conhecimento das cores que corresponde ao tipo de resíduos	97,73	0,00	0,00	0,00	2,27
Sobre a temática e destino que você dá ao lixo que você produz.	34,09	25,00	0,00	6,82	34,09
Reaproveitamento das sacolas de supermercados.	20,45	18,18	20,45	40,91	0,00
Sobre a problemática ambiental do uso de sacolas plásticas.	31,82	20,45	29,55	11,36	6,82
Conhecimento do uso de sacolas retornáveis.	56,82	13,64	25,00	0,00	4,55
Quanto a problemática do óleo despejado nos efluentes.	36,36	4,55	36,36	4,55	18,18
Preocupação como lixo que produz.	50,00	13,64	15,91	11,36	9,09
Responsabilidade para o destino final dos resíduos: Governo Federal.	6,82	34,09	36,36	0,00	22,73
Responsabilidade para o destino final dos resíduos: Governo do Estado.	9,09	38,64	29,55	0,00	22,73
Responsabilidade para o destino final dos resíduos: Governo Municipal.	0,00	2,27	11,36	27,27	59,09
Responsabilidade para o destino final dos resíduos: Cidadão.	0,00	2,27	0,00	20,45	77,27

Nota: Cada pergunta tem 5 alternativas que variam do nível 1, onde havia a discordância ou falta total de envolvimento em relação à questão até o nível 5, onde havia concordância ou envolvimento total.

Atualmente, é previsto que esses resíduos sejam recebidos pelos seus próprios fabricantes e revendedores, sendo responsáveis pelo seu adequado destino. Essa logística reversa é normatizada pela Lei 12.305/2010 (BRASIL, 2010). Entretanto, os cidadãos consumidores desses produtos ainda não estão familiarizados com essa prática de logística reversa, mas, principalmente, ainda não se encontram fácil lojas que disponham de coletores (ou que recebam) os produtos para encaminhá-los para as fábricas. Isso fica evidenciado quando nenhum aluno declarou que encaminha esses resíduos eletrônicos para locais de coleta especializados.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), criada em 2010, tem um caráter educacional, com objetivos e princípios, onde consegue estabelecer a distinção entre resíduos (lixo reciclável) e rejeito (lixo não possível de reaproveitamento). O eixo central do PNRS é a redução, ou seja, a não geração de resíduos mediante tratamento e do reaproveitamento dos mesmos.

A lei descreve medidas que incentivem a criação de cooperativas e associações de catadores; fiscalização sanitária e ambiental; incentivos fiscais e financeiros; Educação Ambiental; Fundo Nacional do Meio Ambiente; incentivo a coleta seletiva e como mencionada anteriormente a logística reversa. A logística reversa representa um conjunto de ações estabelecidas entre os envolvidos no ciclo de vida de um determinado produto (desde a indústria até as lojas), visando o retorno dos resíduos aos seus geradores. A ação de recolhimento e retorno dos resíduos aos responsáveis pela fabricação do produto objetiva o descarte adequado para o ambiente.

97,73% dos alunos entrevistados não sabem identificar os coletores segundo a cor que corresponde ao tipo de resíduo. No sistema de coleta seletiva, existem lixeiras coloridas onde devemos separar os diferentes tipos de resíduos, então se conclui que devido a não convivência

com uma prática socioambiental (em casa ou na escola) com essas lixeiras torna-se difícil a identificação da cor na qual se deve descartar cada material.

Alguns produtos e embalagens recicláveis possuem o símbolo de reciclagem para facilitar o que vai ou não para os depósitos de coleta seletiva. Os recipientes para os materiais recicláveis são respectivamente pelas cores: azul – papel; vermelho – plástico; amarelo – metal; verde – vidro; marrom – orgânico e cinza – rejeito (material sujo e/ou que não serve para reciclagem).

Interessante destacar que, quando perguntados sobre a quantidade e destino que se dá ao lixo que você produz, 34,09% (15) dos alunos nunca parou para analisar a quantidade de “lixo” que produzem e outros 34,09% (15) dos entrevistados consideraram-se como produtores de pouco lixo. E 63,64% (28 alunos) nunca ou raramente tiveram preocupações com os lixos por eles produzidos.

O cidadão geralmente não consegue analisar a quantidade de “lixo” produzido por ele. Entretanto, com o Plano Nacional de Resíduos Sólidos (BRASIL, 2010), espera-se que os municípios tenham um Programa de Coleta Seletiva. Com esse Programa além de se destinar adequadamente boa parte dos resíduos produzidos, será possível, também, o conhecimento de quanto se produz de resíduos num determinado município.

Sobre o reaproveitamento das sacolas plásticas 20,45% (9 alunos) declararam nunca reaproveitar as sacolas e 18,17% raramente. Isso significa dizer que boa parte das sacolas plásticas que chegam aos alunos são diretamente descartadas, sem reaproveitá-las. É importante enfatizar que os que reutilizam as sacolas são para usar colocando “lixo” de suas residências. E apenas 4,55% (2 alunos) tem conhecimento e já fez uso dessas sacolas.

A maior parte dos atores, (52,27%, 23 alunos) disse ser totalmente ou pouco informada sobre o que as sacolas podem ocasionar como problemas para o meio ambiente.

Espera-se que aconteçam avanços na formação e educação para amenizar os impactos causados pelo aumento desenfreado do uso de sacolas plásticas. É preciso resgatar na educação das crianças o fortalecimento de um conjunto de valores, pois eles são aprendidos no processo de crescimento e adquiridos a partir do espelho visto em outros, tais como os pais, professores, amigos, irmãos ou até personalidades que possam fazer essa transmissão e com os quais as crianças se identifiquem.

É interessante dizer que o primeiro plástico foi produzido pelo inglês Alexander Parkes, em 1962. Desde então, o material tornou-se imprescindível para o setor industrial, porém, passou a sofrer críticas de setores ambientalistas, pois sua matéria prima, o petróleo é uma fonte de energia não renovável (ALBUQUERQUE, 2000).

No Brasil muitas toneladas de plástico são fabricadas por ano, isso é decorrente do grande aumento na demanda de produção de bens de consumo. Esse aumento significativo no uso de plástico pressiona a sociedade quanto à necessidade de valorização do meio onde vivemos e quanto a priorizar questão da qualidade de vida das pessoas.

Com o acúmulo dessas sacolas no meio vários são os problemas ocasionados pelas mesmas, além do mais elas demoram vários anos para se degradarem. Existem atualmente as sacolas biodegradáveis, que se degradam com menos tempo do que as sacolas consideradas convencionais.

O plástico biodegradável é usado como nutriente pelos microrganismos (bactérias, fungos ou algas) que existe no ambiente onde o material é degradado. Para que essa colônia de microrganismos cresça usando o material como nutriente é necessário que elas produzam as enzimas adequadas para quebrar algumas das ligações químicas da cadeia do polímero (PAOLI, 2008). Os polímeros utilizados na fabricação de sacolas plásticas são provenientes do petróleo.

É notável que a questão ambiental, e sua preservação, precisa de um conjunto de medidas adotadas por todos, esse é o caminho para uma responsabilidade coletiva que inclui meios

de práticas de produção e consumo sustentáveis, pois de nada valerá a pena existir alta tecnologia na fabricação de biodegradáveis, recicláveis, entre outros, se nós enquanto população não nos sensibilizarmos para importância e utilização de modo correto.

A problemática do óleo despejado nos efluentes também foi questionada para os alunos e 36,36% (16 alunos) disseram saber o que esse óleo ocasiona ao meio ambiente, mas, mesmo assim, despejam o óleo no ralo da pia. Apenas 18,18% deles disseram nunca descartar o óleo na pia da cozinha.

Com relação ao nível de responsabilidade de cada sujeito/entidade para com o destino final dos resíduos sólidos, os alunos acreditam que os cidadãos têm uma responsabilidade maior que o Governo Municipal com 59,09% (26 alunos, 5 na escala), e que os Governos Estaduais e Federais têm muito pouca ou nenhuma responsabilidade.

A segunda parte do questionário reuniu perguntas sobre o meio ambiente e sustentabilidade na escola e os seus resultados estão descritos na Tabela 2.

Foi observado que 86,36% (38) dos alunos entrevistados não sabem o que significa educação ambiental. Entretanto 18,18% do total dos alunos entrevistados afirmam que a educação ambiental que recebe na sua escola, colabora para uma conscientização dos alunos a respeito do meio ambiente. Ou seja, há um conflito, pois, eles afirmam que a educação ambiental ensinada na escola ajuda na sua relação com o meio ambiente, mas eles não sabem dizer o que é Educação Ambiental.

Quando questionados se eles se consideram cidadãos conscientes em relação às questões ambientais, bem como se tomam decisões em prol da defesa do Meio Ambiente, 79,55% (35) declararam que não. Isso quer dizer que a maioria dos entrevistados não está dando ou não conhece o real valor que o tema necessita. Ao serem indagados se acreditavam que poderiam ensinar às suas famílias as práticas de preservação ambiental que aprendem na escola, as respostas (percentuais) se comparam com a pergunta anterior onde demonstraram desinteresse pelas questões ambientais.

Tabela 02 – Frequência (%) da escala de atitudes para cada nível da escala de Likert da Dimensão Meio Ambiente e Sustentabilidade na Escola.

Pergunta	Escala de Concordância/Envolvimento (%)				
	1	2	3	4	5
Sobre Educação Ambiental	50,00	36,36	9,09	2,27	2,27
Consciência das questões ambientais	15,91	25,00	38,64	6,82	13,64
Qualidade ambiental em sua cidade	15,91	22,73	52,27	6,82	2,27
Problemas ambientais atuais	15,91	20,45	40,91	13,64	9,09
Educação Ambiental ensinados na Escola	0,00	15,91	43,18	34,09	6,82
Educação Ambiental da Escola colabora para conscientização do aluno	9,09	38,64	31,82	2,27	18,18
Transmissão de práticas de preservação ambiental para à sua família do que aprendem na escola	11,36	34,09	34,09	11,36	9,09
Frequência que os professores falam sobre a problemática ambiental	4,55	50,09	9,09	31,82	4,55

Só será possível uma conscientização para as questões ambientais através da percepção e valorização da Educação Ambiental para as nossas vidas. O meio ambiente natural é de fundamental importância para todos os povos, sejam eles integrantes de pobres ou de ricas potências.

Essa falta de comprometimento e entendimento trará a nossa derrota para aquilo que temos de melhor, forte poder de recursos hídricos, nossas matas e florestas, várias biomas e diversidade da fauna e inúmeras outras vantagens que tem o Brasil.

Se a educação não conseguir ferramentas necessárias para frear esse curso da história, e se nada for feito de forma rápida e efetiva, as futuras gerações serão prejudicadas pelos impactos ambientais causados pela nossa falta de visão de não ter tratado a natureza com o devido respeito que precisava para manutenção dos recursos naturais.

79,54% (35) dos alunos entrevistados declararam que os familiares não ligam para as práticas mais sustentáveis sobre o meio ambiente, e 9,09% (4), responderam que com certeza poderiam fazer os ensinamentos sobre Educação Ambiental para seus familiares.

Em relação à frequência com que seus professores falam sobre a Educação Ambiental sobre Resíduos Sólidos apenas 9,09% (2) dos alunos relataram que nunca essa problemática foi abordada em sala de aula, isso significa dizer que apesar das dificuldades encontradas no decorrer dos questionamentos, relacionadas ao grande percentual de atitudes negativas quanto aos resíduos sólidos, os alunos, mesmo que raramente, têm se deparado com abordagem desse tema em sala de aula pelos professores, falta na verdade um desenvolvimento de pensamentos positivos relacionados ao tema, bem como, a realização de ações para um melhoramento relacionado ao destino final dos nossos resíduos.

É função da escola viabilizar sempre temas como os ambientais mostrando aos seus alunos o mundo em que vivem, para que tenham conhecimento e respeito à vida e ao meio. O maior objetivo é educar e sensibilizar para uma atitude que melhor usufrua os recursos oferecidos pela natureza, onde nascerá um novo modelo de comportamento, na busca do esperado equilíbrio entre o meio e o homem.

De acordo com os resultados expressos na Tabela 3, observou-se que 75% (33) entrevistados tem atitudes negativas quanto à coleta, manuseio, meios de consumo e destinação de resíduos sólidos, outros (25%) estão em situação conflitante com relação a temática e nenhum aluno entrevistado atingiu média de escore suficiente para considerá-lo como uma pessoa de atitudes positivas quanto à temática.

Tabela 03 – Classificação da atitude dos alunos entrevistados para as duas dimensões.

Resíduos Sólidos				
Atitude	Média do Escore	Pontos de Escore	n	%
Negativa	< 3,0	<48,00	33	75,00
Conflitante	3,0 - 3,99	48,00 - 63,99	11	25,00
Positiva	4,0 - 5,0	64,00 - 80,00	0	0,00
Meio Ambiente e Sustentabilidade na Escola				
Atitude	Média do Escore	Pontos de Escore	n	%
Negativa	< 3,0	<24,00	30	68,18
Conflitante	3,0 - 3,99	24,00 - 31,99	13	29,55
Positiva	4,0 - 5,0	32,00 - 40,00	01	2,27

Tendência semelhante foi encontrada para a dimensão Meio Ambiente e Sustentabilidade na Escola. Entretanto, nessa dimensão, um (01) aluno entrevistado apresentou atitudes positivas predominantes quanto às suas respostas para essa dimensão (Tabela 03).

Devido à similaridade dos percentuais de atitudes das duas dimensões analisadas, a atitude geral (considerando todas as respostas das duas dimensões) apresentou a mesma tendência, onde foi predominante (77,27%) os alunos com atitudes ecológicas negativas quanto aos seus conhecimentos sobre resíduos sólidos, meio ambiente, e sustentabilidade (Tabela 4).

Apenas 2,27% dos alunos (Tabela 4) apresentaram atitudes positivas para os questionamentos debatidos nesse trabalho. Isso significa que ainda estamos nos estágios iniciais da sensibilização para problemáticas ambientais, particularmente, sobre resíduos sólidos. Foi possível verificar que quase a totalidade dos alunos entrevistados (97,72%) encontra-se em situação entre atitudes negativa e conflitante sobre a temática.

Tabela 04 – Classificação geral da atitude dos alunos entrevistados para as duas dimensões.

Atitude	Média do Escore	Pontos de Escore	n	%
Negativa	< 3,0	<72,00	34	77,27
Conflitante	3,0 - 3,99	72,00 - 95,99	9	20,45
Positiva	4,0 - 5,0	96,00 - 120,00	1	2,27

A ausência de sensibilização irá acarretar catástrofes, onde o grande contingente da população mundial ficará sem acesso a alimentos de qualidade, água potável e ar puro para manutenção da vida. A escola necessita buscar alternativas para todos esses questionamentos, não apenas sobre a visão ecológica, mas também, relacionados aos valores éticos, sociais, políticos, culturais, entre outros. A garantia dessa visão desenvolverá excelentes relações que levem a um completo bem estar entre tudo e todos.

5 CONCLUSÕES

Os alunos da Educação de Jovens e Adultos do município de São José de Espinharas que participaram da pesquisa revelaram possuir, predominantemente, atitudes negativas diante de práticas e ações relacionadas aos resíduos sólidos e sobre meio ambiente e sustentabilidade na escola. Após identificação advinda da pesquisa se faz necessário que a escola trabalhe o tema, atitudes sustentáveis e sensibilização ecológica com objetivos e metas a serem alcançados.

O presente estudo contribuiu para reiterar a falta conhecimentos e ações dos atores para preservação do Meio Ambiente, mostrando a triste realidade para a sociedade. Com isso espera-se da gestão pública e dos que fazem a educação no município, iniciativas para engajamento dos alunos despertando-os para a necessidade de agir no seu ambiente, no sentido de conservá-lo.

6 REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, J. A. C. **O Planeta Plástico**. Porto Alegre: Sagra Seuzzatto, 2000 p. 258-269. Acesso em 8 set. 2013.

BRASIL. República Federativa do Brasil. Política Nacional de Educação Ambiental. **Lei nº 9.795**, de 27 de Abril de 1999. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em 02 de jun. de 2013.

BRASIL. Presidência da República. Política Nacional de Resíduos Sólidos. **Lei nº 12.305**, de 2 de agosto de 2010. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em 5 de set. 2013.

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde. Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP. **Resolução nº 196/96** Sobre Pesquisa Envolvendo Seres Humanos. Brasília, 1996. 24 p.
- CHEHEBE, JR. **Análise do Ciclo de Vida de Produtos**; Ferramenta Gerencial da ISSO 14000. Rio de Janeiro. Qualitymark, CNI, 1997.
- GADOTTI, M. **Cidade Educadora e Educanda**. Pátio. São Paulo, n. 39, p. 53-55. Ago/Set. 2009.
- GONÇALVES, C. W. P. **Os (Des) caminhos do Meio Ambiente**, 13. ed. – São Paulo: Contexto, 2005.
- GUIMARÃES, R. P. **Aterrizando una Cometa**: indicadores territoriales de sustentabilidad. Santiago do Chile: CEPAL/ILPES, 1998. (Serie Investigación, Documento 18/98, LC/IP/G.120.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, PNSB -2008. Rio de Janeiro: IBGE; 2010.
- JACOBI, P. R. and BESEN, Gina Rizpah. **Gestão de resíduos sólidos em São Paulo**: desafios da sustentabilidade. *Estud.av.* [online].2011 vol.25, n.71, pp. 135-158. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: 4 de jul. 2013.
- KAWASAKI, C. S.; CARVALHO, L. M. **Tendências da pesquisa em Educação Ambiental**. *Educ. rev.*[online].2009, vol.25, n.3, pp. 143-157.ISSN 0102-4698. Disponível em: www.dx.doi.org. Acesso em: 8 de set. 2013.
- LOGAREZZI, As contribuições conceituais para o gerenciamento de resíduos sólidos ações de educação ambiental. *In: LEAL, A. C. (Org.) Resíduos sólidos no porto de Paranapanema*. Pres. Prudente. Antônio Tomaz Júnior, 2004, p. 22-46.
- LERIPIO, A. A. **Gerenciamento de Resíduos**. (2004). Disponível em: www.eps.ursc.br. Acesso em: 12 de outubro. 2012.
- LOUREIRO, C. F. B. Educação Ambiental e Movimentos Sociais na Construção da Cidadania Ecológica e Planetária. *In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo et. al. (orgs.). Educação Ambiental: Repensando o Espaço da Cidadania*. 3.ed., São Paulo: Cortez, 2005.
- MARKHAM, A. **A brief history pollutio**, Earthscan Publications LTD.London, 1994, 162p.
- MIRANDA, S. M., PIRES, M. M., NASSAR, S. M., SILVA, C. A. J. **Construção de uma Escala para Avaliar Atitudes de Estudantes de Medicina**. The Construction of a Scale to Measure Medical Students' Attitudes. *Revista Brasileira de Educação Médica*. 33 (1), p.104-110; 2009.
- NASCIMENTO. J. C. F. **Comportamento mecânico de resíduos sólidos urbanos**. Dissertação de Mestrado em Geotécnica. São Carlos. 2007.
- PANORAMA DA BIODIVERSIDADE GLOBAL. 2010. 3. Disponível on-line em: www.mma.gov.br. Acessado em 22/06/2013.
- PHILIP. R. *et al.* **Managing solid waste**: Scientific America, v.259, n. 6. December, 1988. 285 p.
- PAOLI, M. A. **Degradação e Estabilização de Polímeros**, 2º versão on-line, 2008. Disponível em: www.chemkeys.com. Acesso em 8 set. 2013

- PEREIRA, A.B. **Aprendendo Ecologia através da Educação Ambiental**. Porto Alegre. Ed. Sagra-DCLuzzatto. 1993.
- ROTH, C. E. **Environmental Literacy: its roots, evolution and directions in the 1990s**. Columbus/OH: ERIC Clearinghouse, 1992.
- SILVA, E. **Validação e aplicação de escala para avaliar a atitude ecológica de discentes do ensino público da cidade de Patos, Paraíba - Brasil**. 2013. Monografia (Especialização) Curso de Ciências Ambientais e Análise Ambiental. Universidade Gama Filho (UGF). João Pessoa - Paraíba, 2013. 14p.
- ZANETI, I. C. B.; SÁ, L. M. A Educação Ambiental como instrumento de mudança na concepção de gestão dos resíduos sólidos domiciliares e na preservação do meio ambiente. *In: I Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade*. Indaiatuba, 2002.
- WIDMER, W. M; Santana, F. S. P. **Histórico e Perspectivas do Gerenciamento Ambiental**. Saneamento Ambiental, n. 38, p. 42. 1996.

Economia Solidária e autogestão: uma experiência com alunos do Projovem Adolescente de Mãe D'água-PB

*Edna Soares da Silva
Rosalva Dias da Silva*

1 INTRODUÇÃO

A Economia Solidária (ES) proporciona novos modelos de empreendimentos, possibilitando diferentes formas de organização dos trabalhadores e favorecendo contextos mais igualitários quando se refere ao desenvolvimento da sociedade. Para Nascimento (2011, p.91) “economia solidária significa uma nova expressão do movimento cooperativista frente à nova etapa do capitalismo, caracterizada pelo desemprego estrutural e pela precarização do trabalho”.

Considerando a economia solidária como um meio que valoriza o consumo equilibrado e a produção sustentável e não apenas o capital, bem como promotora da autogestão feita democraticamente em qualquer ambiente, observou-se que o grupo de participantes da pesquisa que resultou neste artigo poderia se enquadrar neste modelo, pelo fato de todos estarem na condição de falta de emprego e renda e necessitando de um direcionamento para mudar tal condição em sua vida.

Enxergou-se, ainda, que esse modelo também poderia se encaixar ao Programa Projovem, que tem como uma das suas propostas trabalhar o eixo juventude e trabalho com o objetivo de incentivar a busca pelo conhecimento para tornar-se apto a vivenciar as experiências com o mundo de geração de renda.

Entendendo a necessidade que as pessoas sentem, atualmente, de vivenciar as primeiras experiências com o trabalho, buscou-se capacitar jovens e adultos, desempregados, que estavam inseridos no programa de inclusão de jovens, o Projovem Adolescente, do município de Mãe D'Água - PB, em economia solidária e autogestão, com o objetivo de elencar uma proposta interventiva para que os jovens pudessem programar a sua inserção no mercado de trabalho com a perspectiva de geração de emprego e renda.

Para que estes sujeitos pudessem conhecer um modelo de economia solidária e autogestionária, ainda recente em nosso país, mais que cresce a cada dia por oferecer uma melhor qualidade de vida, e, conseqüentemente, desfrutar de uma condição mais igualitária, já que é por uma igualdade efetiva que tanto se luta. A realização desta capacitação priorizou, acima de tudo, o desenvolvimento da comunidade, uma vez que a escassez dos meios de renda é alta, a condição de vida é precária e que uma atuação no local possibilitando o crescimento dos meios de geração de emprego e renda poderia proporcionar à comunidade a aquisição de seu sustento por meio de um trabalho digno.

Chegou-se à idealização desta proposta de capacitação, ao detectar alguns problemas sociais locais, através de relatos em encontros e debates no programa sobre a temática “emprego e renda”, nos quais se percebeu a necessidade que os jovens sentiam de vivenciar suas primeiras experiências com o trabalho e a dificuldade de concretização desse desejo. Assim, a ideia de organizar o curso em economia solidária, pautou-se na vivência de uma experiência que, se bem organizada e vivenciada de forma planejada, pudesse dar suporte e contribuir para que surgissem no município de Mãe D'Água futuros idealistas, capazes de incorporar a autogestão e o cooperativismo em suas ações de empreendedorismo e de trabalho.

O presente trabalho buscou, portanto, propiciar o conhecimento de conceitos e metodologias voltadas à economia solidária e autogestão, visando oferecer aos alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), do Município de Mãe D'Água PB, o acesso a essas novas formas de trabalho e renda.

Essa proposta se espelhou em inúmeras outras voltadas para o estabelecimento de uma melhor qualidade de vida para a comunidade em geral, e para os jovens especificamente, trazendo com a fabricação e possível comercialização do produto fabricado, neste caso o picolé da polpa de fruta, a possibilidade de obter lucros, vivenciar uma atividade de trabalho cooperado, colocar em prática princípios de autogestão, ter rendimentos para o seu sustento e, em consequência, conquistar uma melhor qualidade de vida.

Uma proposta interventiva de capacitação para esse tipo de público permite que se possa vislumbrar a sua inserção no mercado de trabalho, articulando os conceitos de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Economia Solidária (ECOSOL), bem como, concretizando uma das funções da educação, que é preparar os educandos para a vida e para o trabalho.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Economia Solidária e Autogestão

A sociedade, embora com toda a sua complexidade, ainda se preocupa com as questões sociais e com as adaptações de empreendimentos e associações que adotem o método da coletividade. Nesse molde, a economia solidária dispõe de um poder considerável que cresce a cada dia, visto que, de acordo com sua proposta, todo empreendimento bem organizado possui uma chance significativa de obter um crescimento de lucro satisfatório e igualitário. Por isso, acredita-se na economia solidária e na autogestão como forma de abrir novos caminhos para o desenvolvimento pessoal, social e econômico.

A proposta autogestionária advoga que a ação socialista tenha em seu horizonte o princípio da autogestão máxima na vida social e comunitária. Nesse sentido alguns eixos são fundamentais para a redefinição da democracia socialista: um governo de esquerda no poder e um movimento da economia solidária autogestionária. (NASCI-MENTO, 2011, p.98).

A economia solidária vem favorecer a classe dos menos favorecidos, economicamente e socialmente falando, e apontar caminhos para atingir a igualdade, até então apenas sonhada. Nesse sentido, juntamente com a autogestão devem caminhar lado a lado para fortalecer o que se entende por empreendimento solidário. Para o desenvolvimento do local dessa pesquisa, onde há escassez dos meios de renda e condições precárias de vida, uma atuação efetiva que impulse a ampliação dos meios de geração de renda, necessita que os sujeitos estejam envolvidos em ações nas quais aprendam a adquirir renda de acordo com o que sua habilidade permita. A esse respeito Alvear (2012, p.08) diz que

[...] o desenvolvimento local é uma forma de se pensar a atuação local no território a partir de seus locais, partindo das competências de seus moradores, valorizando o saber local, e articulando este de forma coletiva e participativa.

Desta forma, para o desenvolvimento da sociedade tem-se, de um lado, a economia solidária proporcionando modelos de empreendimentos mais igualitários e, de outro, a autogestão com suas estratégias consolidadas através do diálogo, ambas possuindo chances efetivas de gerar uma melhor qualidade de vida, bem como as possibilidades de oferecer alternativas diversificadas de trabalho e renda.

A Economia Solidária expressa um novo modelo de organização da produção, comercialização, finanças e consumo, que privilegia a autogestão e a cooperação em empreendimentos coletivos, redes e cadeias solidárias, articuladas no âmbito de segmentos

econômicos. Essas iniciativas assumem diversas formas de organização, que são reconhecidas como Empreendimentos Econômicos solidários (EES). (PARENTE, 2011, p.12).

Para garantir o entendimento significativo do que seja economia solidária e autogestão como forma de geração de renda e realização profissional é importante conhecer como funciona esse processo que, se bem organizado pode satisfazer o indivíduo envolvido no processo, bem como os que estão à sua volta, como família por exemplo. É um modelo preocupado com o bem estar pessoal, social e ambiental, que pensa e se preocupa com o outro, que não visa exclusivamente o capital, mas a qualidade de vida, a busca intensa por cadeias mais igualitárias, e pode-se conseguir programar essa dinâmica através do diálogo, mostrando como é feito, que pode dar certo e ser essencial para o desenvolvimento de uma comunidade.

O Ministério de Trabalho e Emprego (MTE), no seu relatório final do Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas e Empreendimentos Solidários - PRONINC (BRASIL, 2011, p.13), revelou que “O perfil e desempenho dos empreendimentos econômicos solidários, tem uma capacidade de gerar trabalho e renda dentre outros aspectos”. Consciente de que existem vários conhecimentos em cada pessoa, seria muito interessante e proveitoso para as comunidades se unissem esses saberes com a perspectiva de novas possibilidades em um processo que ampliasse a concepção e o conhecimento dos munícipes do local.

A reinvenção da Economia Solidária porta entre si uma espécie de ressurreição de valores que fazem parte da cultura do movimento operário: solidariedade, autogestão, autonomia, mutualismo, economia moral e etc. Nesse sentido, economia solidária e autogestão, se não sinônimos, são termos que caminham juntos. Podemos mesmo afirmar que não há autogestão sem economia solidária e que não pode haver economia solidária sem autogestão. (NASCIMENTO, 2011, p.91).

Esta afirmação mostra que para se vivenciar economias solidárias dentro de um modelo democrático é preciso que outras características se façam presentes como as ajudas mútuas, a compreensão, a troca de experiência entre outras, que qualificam uma pessoa como empreendedora, de acordo com os conceitos de economia solidária e autogestão. De acordo com Nascimento (2011, p.91), a economia solidária é

O conjunto de empreendimentos, produtos de iniciativa coletiva, com certo grau de democracia interna e que remunera o trabalho de forma privilegiada em relação ao capital, seja no campo ou na cidade. Por sua vez a autogestão é mais um ideal de democracia econômica e gestão coletiva que caracterizam um novo modelo de produção.

Sardá e Novais (2012, p.155) também trazem contribuições significativas de entendimento desse movimento democrático quando, ao abordar sobre a autogestão, definem que:

Em linhas gerais, a autogestão significa o desenvolvimento de relações sociais novas, coletivistas, igualitárias e fundadas em práticas de democracia direta nos espaços da produção e da sociedade em geral. Uma das características importantes da autogestão é a luta pela radicalização da democracia onde quer que se realize.

Assim, como se pode ver, prioriza-se a autogestão como forma de democracia, voltada para as ações coletivas, participativas, com objetivos e lucros partilhados entre os sujeitos trabalhadores cooperados. Trata-se de um modelo de vida muito diferente, tendo em vista o modelo capitalista, consumista e motivador do individualismo, do consumismo e da competitividade exacerbada presente na sociedade.

A dimensão desse modelo solidário e autogestionário, converge para as condições do trabalho vivo, do trabalho real, de como as relações interpessoais e intrapessoais ocorrerão, da transformação social vivenciada no sentido econômico e afetivo. Assim, pensar em economia solidária e autogestão é pensar também na formação de pessoas, no investimento em práticas concretas que possibilitem uma nova forma de organizar os saberes, uma nova forma de sentir, pensar e agir em prol do crescimento humano, pessoal, comunitário e social.

2.2 O Programa Projovem Adolescente

O Programa de inclusão de jovens, o Projovem Adolescente, criado pelo Governo Federal em 2005, e lançado em setembro de 2007, regulamentado pela Lei de nº 11.629 de 10 de junho de 2008, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) é voltado para jovens de 15 a 18 anos, como forma de promover e garantir os direitos a eles oferecidos como cultura, esporte, saúde e formação técnica geral, os quais se voltam para o incentivo ao trabalho, com o intuito de prevenir de situações de risco e incentivar nas potencialidades e habilidades existentes em cada jovem.

O conjunto de necessidades decorrentes da pobreza e dos processos de exclusão e vulnerabilidades sociais e aliados às necessidades sociais peculiares do desenvolvimento dos jovens em seu ciclo de vida exigem ações que vão além da transferência de renda e de bens materiais. Trata-se de associar serviços e benefícios que permitam a prevenção de risco e contribuam para o reforço da auto-estima dos jovens. (SOUZA, 2009, p.9).

A concepção de proteção social amplia o significado levando o indivíduo a sentir a coragem necessária para enfrentar as problemáticas que ocorrem no cotidiano. Nessa direção o Programa, através dos seus temas, incentiva o direito à igualdade, bem como desperta a autonomia dos jovens permitindo o acesso ao conhecimento de como obter renda, mostrando que todo cidadão tem necessidades básicas e que elas devem ser supridas, informando e apontando caminhos para uma inserção digna no mundo do trabalho, assegurando também o acolhimento do jovem e seus familiares onde quer que ele se encontre, e seja qual for a situação, bem como possibilitando conviver em sua comunidade com os direitos e deveres que a ele são oferecidos, tais como educação, saúde e trabalho dentre outros.

De certo os problemas sociais estão arraigados profundamente na vida dos homens e mulheres desse país. São problemas complexos e de difícil solução. Atuar em escola e preventivamente junto à juventude, abrindo-lhe oportunidades de desenvolvimento humano, inserção social e participação cidadã, como propõe o Projovem Adolescente, é um passo importante que se dá rumo à sociedade que almejamos construir. (SOUZA, 2009, p.10).

O Programa Projovem traz consigo uma proposta, cujo maior objetivo resulta na construção de uma sociedade de paz, onde os direitos de todos possam, de fato, ser efetivados e a cidadania garantida.

A juventude tem se voltado, cada vez mais, para os riscos que o mundo oferece. Por outro lado o papel do educador, comprometido com a formação da cidadania e com a construção de uma sociedade mais igualitária, é mostrar que existem caminhos melhores e que podem ser úteis para a solução de problemas que seus alunos possam encontrar. O Projovem, em sua metodologia, enfatiza a importância da atuação da juventude nas comunidades e para isso o programa busca despertar nos sujeitos a possibilidade de aquisição de sua autonomia, afirmando que:

È necessário considerar, na compreensão e avaliação dos coletivos juvenis e na implantação de modalidades de serviços socioeducativos como o Projovem Adolescente,

que alguns jovens em especial aqueles que vivem em grandes cidades, articulando-se em redes de sociabilidades, buscando formas autônomas e por vezes autogestionárias de estar juntos, o objetivo aparente na formação destes coletivos é o de questionar relações sociais institucionalmente constituídas e imprimir uma marca de independência em relação às organizações formais da sociedade. (BRASIL, 2009, p.17).

A proximidade que família, escola e sociedade têm com os jovens também deve ser vista como de fundamental importância para o seu desenvolvimento, uma vez que o incentivo e a dinâmica do diálogo que circula tais relações contribuem para as pessoas se sentirem mais capazes de realizar atividades importantes para o seu crescimento profissional e humano.

Nesse sentido, a economia solidária vem trazer essas oportunidades, valorizando os saberes de cada indivíduo e uma formação técnica geral, em consonância com a afirmação de que:

A formação técnica geral (FTG) discute e reposiciona categorias tradicionais no mercado formal e informal de trabalho, através do recorte conceitual entre mundo e mercado de trabalho. Estimula, assim, a vivência e o conhecimento de práticas e formas de organização do trabalho que sendo mais adequadas às reais condições dos jovens, constituam-se em alternativas para gerar renda e para alcançar autonomia com dignidade. (BRASIL, 2011, p.23)

Tal afirmação visa apresentar as melhores formas de conciliar educação e trabalho, pois só dessa forma será possível conseguir a autonomia desejada, a partir da compreensão dos conceitos sobre o mundo do trabalho e a educação, propondo métodos de cooperativas que envolvam as oficinas de formação oferecidas pelo programa e a garantia dos direitos. O Projovem deve também possibilitar o desenvolvimento de habilidades gerais, tais como a capacidade comunicativa e a inclusão digital, de modo a orientar o jovem para a escolha profissional consciente, prevenindo a sua inserção precoce no mercado de trabalho. Para o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) e de acordo com seu site, atualizado em 2012:

A metodologia prevê a abordagem de temas que perpassam os eixos estruturantes, denominados temas transversais, abordando conteúdos necessários para compreensão da realidade e para a participação social. Por meio da arte-cultura e esporte-lazer, visa a sensibilizar os jovens para os desafios da realidade social, cultural, ambiental e política de seu meio social, bem como possibilitar o acesso aos direitos e à saúde, e ainda, o estímulo a práticas associativas e às diferentes formas de expressão dos interesses, posicionamentos e visões de mundo dos jovens no espaço público.

De uma maneira geral a preocupação do Projovem é realmente a de permitir o acesso aos direitos dos cidadãos, aguçando o desejo do trabalho e educação sem deixar de lado o acesso à cultura, ao lazer e à proximidade com os acontecimentos do seu ambiente. Busca um processo coletivo de reflexão e de debates expressando as necessidades de lutarem por um bem comum que é a oportunidade de vivenciar as experiências de uma vida profissional equilibrada.

Estabelecer, entre os jovens, um espaço de convívio cooperativo, afetivo, lúdico e solidário, propiciando oportunidades para o desenvolvimento da criatividade, valorizando ações e reflexões sobre valores éticos, sobre a formação para o mundo do trabalho e a cidadania, de forma participativa e democrática, constitui um dos objetivos do programa.

2.3 Educação de Jovens e Adultos – EJA

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) vem passando por diversas transformações e as perspectivas esperadas nessa área é a de proporcionar um ensino adequado e de qualidade. Em

sua trajetória, a EJA passou por diferentes ações, políticas e de programas, a fim de diminuir a distância entre a educação e o cotidiano dos alunos dessa modalidade de ensino.

Para Freire (1979, p.41),

[...] essa modalidade de ensino significa mais uma atitude de criação e recriação, implica uma autoformação da qual pode resultar uma postura atuante do homem sobre o seu contexto.

Entendendo que a Educação de Jovens e Adultos se constitui como uma educação não só destinada a pessoas que não tiveram acesso no tempo considerado adequado, mas oferecida também para uma classe de trabalhadores, é necessário que os conteúdos trabalhados não contemplem somente os conhecimentos específicos, mas também para a vida, para a formação do cidadão, incentivando o alcance da autonomia, do senso crítico e, acima de tudo, uma inserção no mercado de trabalho com qualidade profissional, já que se vive hoje numa sociedade que exige cada vez mais competitividade, aperfeiçoamento e qualificação.

A educação de jovens e adultos veio para tentar “realinhar” uma nação que saiu da escola antes de concluir o ensino básico, de maneira a sobrar um número quase que insignificante de sujeitos nesse contexto em um determinado prazo. No entanto, esqueceu-se que cada sujeito possui sua história, e cada um possui um “relacionamento” com a escola. A educação que antes era para ser apenas reparadora, hoje também reaproxima os sujeitos do ensino, e ainda preza para que essa reaproximação seja de um ensino de qualidade, para que ele não se “acomode” após a EJA. (BALSSANELLI, 2000, p.9).

Movidos por uma educação que ensine mais do que ler e escrever, os sujeitos dessa modalidade almejam uma relação mais afetiva com a escola, como dividir as experiências que cada um traz no decorrer de sua história. Por isso, é importante que o educador de EJA alie as experiências de vida com a importância do trabalho e da educação, incentivando os alunos a enxergarem que para uma melhor qualidade de vida esses elementos precisam caminhar juntos. De acordo com Freire (1979, p.40),

A democratização da cultura, que é uma dimensão da democratização fundamental, frente à problemática da aprendizagem da escrita e da leitura, seria, pois como uma chave com a qual o analfabeto inicia sua introdução no mundo da comunicação escrita.

A importância de valorizar o que cada ser humano consegue fazer, a forma como usa o conhecimento e as experiências que vivencia ao longo de sua vida, oferece condições de ampliação do seu saber. Aqueles alunos que retornam à escola após longos anos afastados precisam, além de adquirir conhecimentos, ser motivados para permanecerem nela. Aí entra o papel e perfil do educador dessa modalidade, que deve se empenhar em proporcionar uma educação que permita o desenvolvimento humano e motive uma atuação cidadã e a qualificação adequada para a inserção ou reinserção no mercado de trabalho, incentivando na democratização de culturas e novas formas de conhecimentos e opiniões.

[...] a educação ofertada aos jovens e adultos que voltam aos estudos por meio da modalidade de educação de jovens e adultos, seja ensino fundamental ou médio, tem sido bastante discutida. Questiona-se a adequação das metodologias, dos currículos, do material didático, dos tempos e espaços, das formas de avaliação e, sobretudo, da formação inicial e continuada dos professores. (SOARES, 2006, p.8).

O papel do educador de EJA é despertar a curiosidade, trazer para realidade as vivências de seus alunos e tentar refletir sobre os problemas que os circundam, bem como aprender a lidar com as mais versáteis situações como autoestima baixa, precárias condições econômicas e várias outras situações que são encontradas no processo de ensino-aprendizagem. Num ambiente afetivo e acolhedor esse percurso se torna mais fácil e prazeroso. Para Freire (1979) o papel do educador é o de dialogar, educar necessariamente para a vida, agir como sujeito que descobre os sentidos e significados de viver e aprender.

Nessa direção, a metodologia utilizada é de suma importância para que os alunos compreendam o que, de fato, é essencial para o seu progresso. Por isso, analisar o currículo e os materiais a serem trabalhados é uma atitude fundamental para que a compreensão e a aprendizagem sejam eficazes. O objetivo maior da educação de jovens e adultos é que todos se envolvam no processo educacional e, para que isso aconteça, é preciso que as escolas abracem esta modalidade desenvolvendo projetos, atualizando e qualificando a equipe na tentativa de diminuir a distância que existe entre alunos de EJA e contexto educacional.

Há quem defenda dar a EJA uma forma de educação compensatória e acelerada para o resgate dos estudos interrompidos, há outros que defendem a ideia de que essa modalidade de educação ultrapassa a condição de reparação de conteúdos básicos a fim de promover um espaço de formação humana, principalmente quando da sua atenção aos atores jovens e adultos e as suas trajetórias de vida. (VIVIAN, 2008, p.36).

Dentre as duas defesas apresentadas, a que se coaduna com a proposta deste estudo é a segunda, tendo em vista ser aquela que possibilita interações mais humanizadas, valorização do outro, respeito às capacidades de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos, preocupação em oferecer um ambiente escolar acolhedor, motivador e, acima de tudo, um ambiente onde se vivencie a cidadania e se promova a independência, a autonomia e o protagonismo.

3 METODOLOGIA

3.1 Caracterização do campo de estudo

Esta pesquisa foi realizada no Programa de Inclusão de Jovens, o Projovem Adolescente, localizado no município de Mãe D'Água, que está situado na microrregião da Serra de Teixeira, a 340 Km2 da capital paraibana. O município possui uma área de 243, 754 Km2 e uma população de 4.019 habitantes (IBGE, 2010). Entretanto, por ser de pequeno porte as dificuldades de trabalho e renda são grandes e a ociosidade faz parte de uma parcela significativa da população.

O Programa no qual a pesquisa foi realizada tem duas turmas de ensino fundamental e médio somando um total de quarenta e cinco alunos, sendo vinte no período matutino e vinte e cinco no turno da noite, todos com faixa etária entre 15 e 18 anos, de acordo com o que o programa determina.

Em relação aos recursos humanos, o programa dispõe de um coordenador, um orientador social, um psicólogo, um Assistente social, dois auxiliares de serviços gerais, um vigilante e cinco professores. Quanto aos aspectos físicos é constituído por três salas de aula e pelos seguintes ambientes: diretoria, secretaria, pátio, refeitório/cozinha, sala de professores, biblioteca/sala de leitura, três banheiros, uma sala de informática e uma quadra poliesportiva.

3.2 Amostragem e coleta de dados

A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma intervenção, representando uma pesquisa-ação, do tipo quali-quantitativa e descritiva, cuja amostra foi constituída por 20 estudantes de um universo de 45 alunos. Destes 20 jovens, 08 eram homens e 12 eram mulheres. As idades

variaram entre os participantes, sendo maioria aqueles com 15 anos, correspondendo a 08 informantes. Do restante dos informantes, 03 tinham 16 anos, 03 tinham 17 e 06 tinham 18 anos.

Os dados foram coletados em três etapas distintas: 1) Conversas informais a partir de encontros e debates sobre “Emprego e Renda” realizados durante o mês de março; 2) Aplicação de questionário estruturado contendo 30 perguntas, realizado no mês de agosto de 2013; e 3) Curso de capacitação em Economia solidária e Autogestão, realizado no período de 26 a 28 de agosto, em 03 fases assim distribuídas: fase 01 - Estudo, palestras e debates sobre economia solidária e autogestão; fase 02 - palestras com a vigilância sanitária; e fase 03 - Oficina empreendedora.

As conversas informais foram registradas em diário de campo, em forma de resumo, para que pudessem ser consultadas em momentos posteriores para organização e análise dos dados, bem como para que as informações fossem as mais possíveis fiéis ao que fora expresso naquele momento.

O questionário aplicado continha trinta (30) perguntas, cada uma com (05) cinco alternativas de respostas, envolvendo questões que versavam sobre aspectos socioeconômicos dos entrevistados e suas expectativas em relação a trabalho e educação.

A proposta interventiva capacitou o grupo alvo em atividade empreendedora, com enfoque na produção de picolé de polpa de fruta, buscando estabelecer relação entre economia solidária e educação de Jovens e Adultos (EJA), de modo a fomentar a inserção desses jovens e adultos no mundo do trabalho. Dentro desta proposta foi realizada uma palestra pela vigilância sanitária, a fim de que tomassem conhecimento das questões relativas à higiene necessária à produção de alimentos, bem como sobre armazenamento e conservação. Posterior a isso, o grupo alvo aprendeu como produzir o produto e recebeu orientações sobre sua comercialização.

3.3 Compromisso ético da pesquisa

Todos os participantes foram informados sobre a importância de sua participação e, por meio de anuência do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE, devidamente explicado e assinado, tomaram ciência da garantia de ter sua privacidade assegurada e seus direitos preservados, conforme determina a Resolução nº 196/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que rege sobre a ética de pesquisas envolvendo seres humanos direta ou indiretamente.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa foi dividida em três etapas distintas que corresponderam às seguintes ações: 1) conversas informais sobre emprego e renda, 2) aplicação de questionário, e 3) curso de capacitação. Esta última etapa foi subdividida em 03 fases distribuídas da seguinte forma: fase 01 - estudo, palestras e debates sobre economia solidária e autogestão; fase 02 - palestras com a vigilância sanitária; e fase 03 - oficina empreendedora.

Cada etapa foi fundamental para o planejamento e organização da etapa posterior e para que pudesse articular as ações para o sucesso da realização do projeto.

4.1 Etapa 01: conversas informais

As conversas informais iniciaram no mês de março de 2013, quando se buscou desenvolver estudos que trouxessem contribuições significativas para os jovens do município de Mãe D'Água – PB, no qual todos os participantes da pesquisa residem e onde o programa Projovem funciona.

As questões consideradas como mais relevantes durante os encontros, palestras e debates foram registradas em diário de campo, como forma de um registro que pudesse ser consultado e analisado calmamente, bem como registrasse fielmente o que fora dito durante esses encontros.

Participaram desta etapa 20 estudantes da Educação de Jovens e Adultos. Ela permitiu perceber um desejo dos jovens, principalmente aqueles vinculados ao Programa Projovem, de vivenciarem a primeira experiência de trabalho. Isto gerou, em consequência, o desejo de encontrar alternativas que pudessem auxiliá-los, resultando no projeto de capacitação de jovens e adultos para a produção de picolé de polpa de frutas.

4.2 Etapa 02: aplicação do questionário

O questionário foi aplicado no dia 19 de agosto de 2013, com os 20 estudantes do Programa Projovem. Ele seguiu duas linhas de questionamentos sendo uma na área socioeconômica e outra relativa às questões de trabalho e educação. O questionário também envolveu perguntas que pudessem mostrar, principalmente, como os envolvidos relacionavam educação e trabalho e o que eles conheciam sobre Economia Solidária e Autogestão.

Esses questionamentos permitiram traçar o perfil socioeconômico dos entrevistados, bem como conhecer suas representações sobre o mundo do trabalho. O acesso a tais informações permitiram aprofundar o conhecimento sobre o contexto e realidade investigada.

Embora o questionário tenha sido aplicado com os 45 estudantes da EJA e todos tenham respondido por completo, foram analisados apenas os questionários de 20 informantes, aqueles selecionados como a amostra desse estudo, utilizando-se como critério de seleção o fato destes terem demonstrado maior interesse em vivenciar a primeira experiência de trabalho e, ainda, por serem estes os que estavam inseridos no Programa Projovem Adolescente. Assim, somente os informantes selecionados participaram da etapa posterior.

4.2.1 Aspectos socioeconômicos dos informantes

Os dados aqui apresentados se referem apenas à amostra constituída pelos 20 estudantes do programa Projovem Adolescente.

Com relação aos aspectos socioeconômicos 75% dos jovens declararam que moram em casa própria, fator muito importante já que no Brasil a demanda habitacional é ainda uma realidade gritante. Os 25% restante dos entrevistados declararam que residem em casa alugada, cedida ou de familiares.

Quanto ao número de pessoas residentes na mesma casa, 50% declararam morar com 2 ou 3 pessoas, o que sinaliza que o planejamento familiar parece estar sendo eficaz neste município, onde é possível perceber que as famílias não são numerosas como culturalmente costumava acontecer nos interiores do país. 25% dos entrevistados disseram morar com um número de 4 a 6 pessoas em casa, e apenas 25% declararam viver com um número superior a 6 pessoas, fato que reforça a hipótese de bom funcionamento do planejamento familiar.

Pôde-se constatar que 45% dos informantes são filhos de pais que nunca estudaram ou não concluíram o 5º ano, 35% tinham pais com 5º ano completo e 20% tinham pais com o 9º ano completo. Entretanto, nenhum dos respondentes informou que seus pais cursaram ou concluíram o ensino médio. Nesse sentido pode-se perceber que a escolarização das famílias dos participantes desse estudo, mesmo com toda oferta educacional disponibilizada pelo município, é precária, parecendo que as pessoas não enxergam nos estudos uma possibilidade de qualificação para o trabalho e melhoria da qualidade de vida, levando-se a refletir sobre o papel do professor no sentido de motivar os alunos à reflexão sobre a importância da educação para a

realização pessoal e profissional dos indivíduos, já que esta motivação não pode ser confirmada tendo os pais como referência.

Sobre o número de pessoas que trabalham em cada família, 50% respondeu que ninguém tem trabalho fixo em casa, que vivem do auxílio de programas como Bolsa Família (PBF) ou desenvolvem atividades informais, como lavagem de roupas, serviço de babá, cozinheiro sem carteira assinada, conseqüentemente não tendo um salário fixo. 25% disseram que só uma pessoa trabalha para o sustento da família e 15% informaram que mais de duas pessoas estão empregadas. Os resultados obtidos confirmam que, diante de um número tão significativo de pessoas que não tem emprego fixo e de tão poucas pessoas serem empregadas na família, as condições econômicas dessa população são muito precárias.

A maioria (75%) vive da renda de até um salário mínimo, proveniente de familiares que são funcionários da prefeitura, do estado ou são aposentados, assim como ocorre com aqueles que possuem renda de até dois salários mínimos (25%) que também são funcionários públicos ou são aposentados. Estes 75% se colocaram como pertencentes à classe social miserável por não receberem renda superior a um salário mínimo, o que parece ter motivado o desejo de participar do curso de capacitação que foi oferecido. Os outros 25% disseram se encaixar na classe baixa, mas não miserável.

Esses dois últimos dados mostraram a importância e a relevância da capacitação que foi oferecida por essa pesquisa, uma vez que o curso oferecido pode auxiliar os sujeitos participantes tanto a melhorarem a renda de suas famílias, quanto a se motivarem para novos empreendimentos que possam não só mudar sua condição de vida, mas também a vida de outras pessoas do município.

Sobre as maiores necessidades de suas famílias, 100% afirmaram ser trabalho e renda. O município de Mãe D'Água não tem investido muito na geração de emprego e renda, contribuindo para um alto índice de desempregados na cidade. Talvez por isso, 100% dos entrevistados tenham declarado que pretendem estudar e trabalhar quando terminarem o 9º ano, argumentando que esta é a melhor maneira de se colocarem no mercado de trabalho externo e melhorarem sua condição de vida.

Encontramos uma contradição nas respostas quando, ao falarem sobre o que fazem quando não estão na escola, 30% disseram que veem televisão, 25% disseram que dormem, 25% afirmaram que trabalham, enquanto os demais (20%) disseram que estudam ou aprendem algum ofício. Ou seja, embora 100% tenham dito que pretendem estudar e trabalhar para mudarem sua condição de vida, apenas 20% direcionam suas ações para o estudo ou aprendizagem de um ofício.

4.2.2 Questões relativas a trabalho e educação

Sobre as questões relativas a trabalho e educação, 100% responderam ter muito interesse pelo trabalho, afirmando que a oferta de emprego no município é precária, tendo em vista que além dos empregos oferecidos pela prefeitura e pelas pequenas lojas do comércio, no local não existem fábricas, indústrias ou outras fontes de emprego.

Sobre a economia 50% conhecem muito pouco, os outros 50% não conhecem ou possuem conhecimento insuficiente. O contato com esse tema, para a maioria (60%) ocorreu somente quando começaram, na escola, os encontros e debates sobre economia solidária e autogestão e, por ser um tema novo para eles, a segurança para falar dessa temática se mostrou muito pequena.

De acordo com os resultados obtidos, 80% (16 alunos) não saberiam explicar sobre economia solidária, nem sobre autogestão. Os 20% restante, saberia explicar em parte, mas não totalmente. 60% demonstraram muito interesse em conhecer mais sobre economia solidária e autogestão, o que representa um número bastante significativo e, ao mesmo tempo,

contraditório, tendo em vista que todos (100%) participaram do curso de capacitação e buscaram ampliar seus conhecimentos a esse respeito prestando atenção às informações que eram compartilhadas e questionando quando surgiam dúvidas.

Em relação ao conhecimento sobre cooperativas, 60% afirmaram ter um conhecimento insuficiente, enquanto 40% afirmou conhecer alguma coisa a esse respeito. É interessante destacar nesse dado que o município possui 3 cooperativas, mas a maioria dos jovens não conhecem como funciona e qual a sua finalidade. 100% dos participantes afirmaram que as escolas não falam e nem desenvolvem projetos sobre economia solidária. Mas uma das funções dos professores de EJA e dos envolvidos no Programa Projovem Adolescente é tentar diminuir a distância entre a educação escolar e a realidade em que o aluno está envolvido. E parece que esta função não está sendo cumprida, pelo menos no contexto deste estudo, tendo em vista que os dados revelam um alto índice de desemprego e de falta de perspectivas de trabalho, e que a escola não promove a interação do conhecimento escolar com a realidade do aluno. Como afirma Freire (1979), o papel do educador é o de dialogar, educar necessariamente para a vida, agir como sujeito que descobre os sentidos e significados de viver e aprender. Apesar desta realidade apresentada acima, todos os informantes (100%) enxergam uma significativa relação entre educação e trabalho.

Sobre o desemprego, 50% dos informantes revelaram que muitas vezes ou sempre se deparam com essa situação, fato que vai refletir também na falta de alimentos vivenciada por 50% dos informantes e na manutenção da pobreza extrema, a qual faz parte da realidade de 75% dos sujeitos pesquisados.

Diante desses resultados fica clara a dificuldade de emprego no município de Mãe D'Água, se explica o desejo desses jovens de conseguir sua inserção no mercado de trabalho e, ainda, se evidencia a necessidade de criação de novas alternativas de trabalho e renda para os jovens desta localidade. Como forma de contribuir com essa reflexão, Parente (2011) sugere que a economia solidária expressa esse novo modelo de organização para o trabalho, um modelo que envolve a organização da produção, comercialização, finanças e consumo, ou seja, um modelo de empreendimentos econômicos solidários, que privilegia a autogestão e a cooperação em empreendimentos coletivos.

4.3 Etapa 03: curso de capacitação

Esta etapa da pesquisa foi desenvolvida no período de 26 a 28 de agosto de 2013. Ela foi subdividida em três fases, sendo a primeira desenvolvida a partir da realização de conversas, palestras e debates sobre as temáticas: emprego e renda, economia solidária e autogestão, momento em que os jovens tiveram a oportunidade para indagar sobre tais questões e solicitar esclarecimentos sobre o processo da oficina. Este momento está representado pela figura 01.

Figura 01 – Palestras e conversas.



Fonte: Dados da pesquisa, Mãe D'Água – PB, 2013.

Na segunda fase foi realizada uma palestra com a Vigilância Sanitária (Figura 02A), a qual proporcionou um conhecimento significativo com relação à manipulação de alimentos, cuidados com a higienização, conservação de produtos, nesse caso o picolé, e comercialização. Nesse momento pôde-se perceber o interesse do grupo envolvido, a partir dos questionamentos e dúvidas que apresentavam, e o desejo de vivenciar a prática da oficina empreendedora, uma vez que durante todo o tempo era perguntado quando seria realizada a referida oficina.

A terceira e última fase, culminou com o curso realizado a partir de uma oficina empreendedora (Figura 02B) com a produção do picolé da polpa da fruta. A oficina foi realizada no dia 28 de agosto de 2013, na sede do programa Projovem Adolescente e contou com a supervisão da Vigilância Sanitária, desta vez com o papel de fiscalizar se as orientações dadas na palestra estariam sendo colocadas em prática.

**Figura 02 – Fases da etapa 02 da pesquisa:
A - Palestra com a Vigilância Sanitária; B - Oficina Empreendedora.**



Fonte: Dados da pesquisa, Mãe D'Água – PB, 2013.

Este foi um momento importante porque os jovens vivenciaram na prática e receberam mais orientações sobre a higiene das mãos, o uso de luvas, toucas e máscaras, sobre como usar adequadamente os utensílios de cozinha. Então, foi distribuída a receita do picolé e o passo a passo para sua confecção. À medida que a oficina ia sendo realizada, dúvidas que surgiam eram esclarecidas e respondidas, de forma que se pudesse dar segurança aos participantes para realizarem essa atividade posteriormente, em grupo, sem o auxílio dos cursistas. Durante o curso, buscou-se realizar as atividades de confecção do produto de forma colaborativa. Assim, enquanto um lavava, outro cortava a polpa, outro embalava, outro levava para a conservação (Figura 03), enfim, todos trabalhavam juntos em prol do produto final, e tomando decisões juntos.

Figura 03 – Trabalho Colaborativo.



Fonte: Dados da pesquisa, Mãe D'Água – PB, 2013.

Ao final do curso o produto foi partilhado em igual número para os participantes, de forma que todos pudessem obter o mesmo lucro pelo que foi produzido em conjunto, vivenciando um novo modelo de organização, produção e comercialização que, de acordo com Parente (2011, p.12), pode ser definido da seguinte forma:

A Economia Solidária expressa um novo modelo de organização da produção, comercialização, finanças e consumo, que privilegia a autogestão e a cooperação em empreendimentos coletivos, redes e cadeias solidárias, articuladas no âmbito de segmentos econômicos. Essas iniciativas assumem diversas formas de organização, que são reconhecidas como Empreendimentos Econômicos solidários.

Enfim, foi possível perceber o envolvimento dos participantes que, em sua avaliação final, demonstraram interesse em formar uma cooperativa de produção de picolé de polpa de fruta para ter uma atividade de trabalho produtiva e renda para ajudar no seu sustento e de seus familiares.

5 CONCLUSÕES

Diante do estudo realizado, concluiu-se que um caminho foi apresentado para que os jovens percebessem um novo modelo de trabalho e obtenção de renda, caminho este viabilizado através da economia solidária e autogestão.

A partir da execução deste projeto, foram apresentados conhecimentos práticos que podem ajudar o grupo investigado a visualizar soluções para alguns dos problemas socioeconômicos enfrentados, uma vez que possibilitou a aprendizagem de um ofício e ofereceu uma nova visão de trabalho, que pode ser adquirido através de um empreendimento de baixo custo e partilhado por muitos sujeitos em cooperação.

O curso foi de grande relevância para os jovens participantes, uma vez que ofereceu a oportunidade de conhecerem e aprenderem os conceitos e práticas de economia e qualidade de vida. O que por sua vez pode afastá-los de situações de exclusão social e econômica. Pôde-se perceber o desejo dos jovens em adquirir sua autonomia financeira, no decorrer do curso, a partir das perguntas feitas sobre investimentos, lucros, capacidade de produção etc. O cuidado no manuseio dos produtos mostrou cada vez mais o desejo de serem vistos na sociedade como seres capazes e independentes.

Diante do conhecimento desse modelo econômico solidário e autogestionário, os sujeitos participantes já pensam em levar adiante a proposta oferecida e dar continuidade a esse empreendimento, comercializando o picolé da polpa da fruta no município e pensando, inclusive, em exportar o produto para cidades vizinhas.

Na percepção da pesquisadora, este estudo teve grande contribuição para seu crescimento pessoal e profissional, levando-a à certeza que, de alguma maneira, uma semente foi plantada, quem sabe a semente da esperança, para esses jovens. Ter proposto o projeto e tido a coragem de colocá-lo em prática, trouxe-lhe em retorno o respeito e admiração tanto dos alunos participantes da pesquisa quanto de seus familiares, que passaram a valorizar muito mais as ações educacionais e o papel da escola e do educador na orientação para uma vida com mais qualidade, na preparação para o trabalho, na inserção social dos sujeitos e na construção de atitudes mais humanas.

6 REFERÊNCIAS

- ALVEAR, C. A. S. *et al.* **A Economia Solidaria em Territórios Populares**. Rio de Janeiro: núcleo de solidariedade técnica da UFRJ. Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico Solidário – SEDES. 2012.
- BALSSANELLI, A. P. **Aprendizagem de Jovens e Adultos**: a aprendizagem há seu tempo, 2000. Disponível em: www.abpp.com.br. Acesso em 15 de agosto de 2013.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP. **Resolução nº 196/96** Sobre Pesquisa Envolvendo Seres Humanos. Brasília, 1996. 24 p.
- BRASIL. Ministério de Desenvolvimento e Combate a Fome. **Traçado Metodológico**. 1. ed. Brasília, 2009.
- BRASIL. Ministério de Desenvolvimento e Combate a Fome. **Adolescências, Juventudes e Socioeducativo**: concepções e fundamentos. 1. ed. Brasília, 2009.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE, 2010. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em 15 de setembro de 2013.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego/IADH. **Avaliação do programa nacional de incubadoras tecnológicas de cooperativas e empreendimentos solidários - PRO-NIC**: Relatório final. Secretaria Nacional de Economia Solidária/SENAES. Recife, 2011.
- FREIRE, P. **Educação e Mudança**. 12ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1979.
- NASCIMENTO, C. **O Socialismo como Autogestão**: a autogestão e o novo cooperativismo. 1ª ed. São Paulo: Outras expressões, 2011.

PROJOVEM ADOLESCENTE: Disponível em: www.mds.gov.br. Acesso em 19 de agosto de 2013.

PARENTE, S. **Avaliação do programa nacional de incubadoras tecnológicas de cooperativas e empreendimentos solidários - PRONIC**: Relatório final. Secretaria Nacional de Economia Solidária/SENAES. Recife, 2011.

SARDÁ, M.; NOVAES, T. H. **O Sentido Histórico da Autogestão**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

SOARES, L. **Formação de Educadores de Jovens e Adultos**. SECAD/MEC/UNESCO. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SOUZA, P. A. **Caderno do Facilitador da FTG: Ciclo II: Percurso Socioeducativo V: coletivo Articulador-Realizador**: Formação Técnica Geral. 1. ed. Brasília, Projovem Adolescente, 2009.

VIVAN, D. **Mediações Pedagógicas**: entre a educação de jovens e adultos e o trabalho. Porto Alegre, 2008. Disponível em: www.lume.ufrgs.br. Acesso em 29 de agosto de 2013.

Economia Solidária e Educação de Jovens Adultos: situação atual e possibilidades no Assentamento Campo Comprido Patos-PB

*José Eder Alves de Lucena
Eduardo Lima Leite*

1 INTRODUÇÃO

Segundo Singer (2005), a Economia Solidária apresenta-se como alternativa capaz de superar o capitalismo e retomar as questões de forma de trabalho como prática intrínseca do ser humano e não como tarefa alienante. A Economia Solidária é um termo que engloba diversas perspectivas que se aproximam em uma intenção comum: o desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, não só é uma possibilidade de gerar emprego e renda, como também uma oportunidade de desenvolvimento de uma prática formadora de uma sociedade mais justa e solidária.

A sua definição como meio de produção capaz de superar o capitalismo, apresentando-se sob a forma de cooperativas, associações, grupos de produção, centros comunitários provém de alguns princípios que orientam o desenvolvimento de seu trabalho. Uma das bases teóricas mais importantes é a compreensão de que os trabalhadores têm como prioridade o lucro, a partir das relações sociais cujos responsáveis por tudo na empresa, têm direito à participação tanto das sobras quanto dos prejuízos.

O cooperativismo e a educação são decorrentes da prática social, da cultura e das necessidades humanas e, por isso, pode oferecer elementos importantes para a educação, caso considere-se a cooperação como base da sociedade.

De acordo com o MEC (2001), a educação de adultos começou a tomar forma na década de 1930 juntamente com os primeiros delineamentos de um sistema público de educação elementar. Seguiram-se a esse momento as ações governamentais em prol da instrução de jovens e adultos, tendo muitas campanhas sido criadas como a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) em 1947, a Campanha de Educação Rural em 1952 e a Campanha de Erradicação do Analfabetismo em 1958, entre outras, que foram sendo adaptadas aos métodos atualizados e substituídas por outros que prometiam inovação, passando pelo MOBREAL na década de 70, até chegar à conhecida EJA dos dias atuais.

O presente estudo buscou analisar a situação atual e as possibilidades da Economia Solidária na Educação de Jovens Adultos do Assentamento Campo Comprido, no município de Patos-PB, tendo em vista os aspectos históricos e teóricos e, relacionando-a ao processo de ensino-aprendizagem na construção e aprofundamento de conhecimentos teóricos e práticos relacionados ao tema em questão.

Para que os objetivos propostos fossem atingidos foi necessária a pesquisa bibliográfica, embasada pela leitura de teóricos, especialistas na área, como Beisiegel (2004), Boaventura (2005), Pochmann (2004) e Singer (2005, 2008), entre outros. Além da pesquisa bibliográfica, foi feita uma observação de campo, recurso essencial para a análise crítica dos resultados.

Assim, esse estudo apresenta-se dividido em seções, sendo a primeira seção dedicada à contextualização da economia solidária e seus desafios pedagógicos nos aspectos históricos e teóricos; a segunda dedicada a uma abordagem sobre a importância da EJA permeando o papel da escola; a terceira seção apresentou o assentamento onde o estudo foi desenvolvido e, em seguida apresentou os resultados obtidos na pesquisa e suas discussões.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Economia Solidária

Segundo Boa Ventura (2005), a Economia Solidária foi inventada por operários do capitalismo industrial, como resposta à pobreza e ao desemprego resultante da difusão “desregulamentada” das máquinas – ferramenta - e do motor a vapor no início do século XIX. As cooperativas eram tentativas por parte dos trabalhadores de recuperar trabalho e autonomia econômica, aproveitando as novas forças produtivas. Sua estruturação obedecia aos valores básicos do movimento operário de igualdade e democracia, sintetizados na ideologia do socialismo.

A empresa solidária nega a separação entre trabalho e posse dos meios de produção, que é reconhecidamente a base do capitalismo. A empresa capitalista pertence aos investidores, é por isso que sua única finalidade é dar o maior lucro possível em relação ao capital investido. O capital da empresa solidária é possuído pelos que nela trabalham. Trabalho e lucro estão fundidos porque todos os envolvidos são proprietários e trabalham na empresa.

Assim a propriedade da empresa é dividida por igual entre todos os trabalhadores, para que todos tenham o mesmo poder de decisão sobre ela. As empresas solidárias são, em geral, administradas por sócios eleitos para a função e que se pautam pelas diretrizes aprovadas em assembleias gerais ou, dependendo do porte da empresa, em conselhos de delegados eleitos por todos os trabalhadores.

Essa cooperação compreende que todos os seus envolvidos têm a mesma importância e, que mesmo executando tarefas dentro do empreendimento solidário, conhecem os seus processos e trabalham em torno de um objetivo comum e em busca dos mesmos resultados, desenvolvendo a autogestão, pois todos os envolvidos com a Economia Solidária possuem os mesmos direitos.

Nesse sentido, há um caráter educativo na cooperação, já que é necessário ter clareza dos pontos que se buscam nesta forma de organização e, o fato de tomar consciência da situação e buscar a sua resolução. inscreve-se como um processo educativo, uma ação social que gera conhecimento e sociabilidade.

De forma dialógica, a educação pode contribuir muito para este processo quando valoriza relações sociais mais humanas e compreende que a vida e os saberes populares podem tornar-se escolas de trabalho. É exatamente aí que surge a possibilidade de aliar estes conhecimentos do mundo do trabalho e da vida com o processo educacional, neste caso, com a modalidade de educação de jovens e adultos.

2.2 Desafios da Economia Solidária

Para Singer (2005), a prática da Economia Solidária no modelo de produção capitalista, nada tem de natural, pois exige dos indivíduos um comportamento social pautado pela solidariedade e não mais pela competição. Mas as pessoas que passam do capitalismo à Economia Solidária foram educadas pela vida e preservam a solidariedade e o relacionamento com familiares, amigos, companheiros de lutas, e pessoas às quais estão ligadas por laços de afetividade e confiança.

No plano econômico, cada um está condicionado a afirmar seus interesses individuais, vistos como antagônicos aos dos outros. Prevalece a lógica do mercado, em que todos são competidores, cada um visando vender caro e comprar barato, para maximizar seu ganho. O individualismo impõe-se, enquanto ideologia, em grande medida, porque leva os participantes a comportamentos ‘racionais’ nos mercados.

A norma implícita dessa “racionalidade” é que, na economia de mercado, os ganhos de uns correspondem às perdas de outros. Competir significa agir para impor perdas aos ‘outros’ e

para evitar que os “outros” façam isso conosco. A inspiração aqui vem da *Origem das Espécies*, de Darwin, segundo a qual só permanecem os competentes (Darwinismo social)

Como o próprio nome diz - Economia Solidária - o que essa propõe é “a prática da solidariedade no campo econômico”. Como ela visa a uma sociedade de iguais, opõe-se à ideia de que o jogo econômico é inevitavelmente de soma zero. Ao contrário disso, ela sustenta que a cooperação entre os participantes torna possível que todos ganhem. Esse pressuposto tem comprovação empírica.

Quando várias pessoas dividem uma tarefa entre elas, de modo que cada uma encarrega-se de uma parte diferente do trabalho, via de regra, produz-se mais com menos esforço do que se cada um produzisse isoladamente, realizando o trabalho por inteiro.

Essa teoria integra os fundamentos da economia política desde Adam Smith, que sustentava a teoria de quanto maior o número de pessoas envolvidas na divisão social do trabalho, tanto maior seria o fruto dos esforços de todos. A cooperação dar-se-ia pelas trocas mútuas, cada agrupamento de produtores especializados vendendo o que produziu e comprando o que necessitasse dos demais agrupamentos. A competição entre os produtores da mesma linha de mercadorias complementaria a cooperação (mediante a troca) entre todos os produtores das distintas linhas de mercadorias.

Entretanto, a Economia Solidária vai além de Adam Smith. Ela propõe que todos os que se dedicam à mesma linha de mercadorias – alimentos, vestuário, veículos, produtos químicos, serviços de educação, de entretenimento, etc. – também cooperem entre si, na intenção de que os resultados do trabalho de todos sejam distribuídos de acordo com regras de justiça aceitas por todos ou pela maioria dos cooperadores. O mercado continua a funcionar, mas apenas para que os consumidores comuniquem aos produtores suas necessidades e preferências. Em um mercado livre, os produtores, que atendem melhor os consumidores, vendem suas mercadorias a preços maiores que os demais.

A pedagogia da Economia Solidária requer a criação de situações em que a reciprocidade surge espontaneamente, como o fazem os jogos cooperativos. Importa aqui menos o aprendizado do comportamento adequado do que o sentimento que surge da prática solidária. Tanto dando como recebendo ajuda, o que o sujeito experimenta é a afeição pelo outro e este sentimento para muitos é muito bom. Tanto em competir como em cooperar, o sujeito sente-se feliz. Só que no primeiro caso, essa felicidade só é completa se ele vence e demonstra sua superioridade sobre os demais.

Na realidade, a força que a luta de classes proporciona aos operários está embebida em valores solidários e igualitários, que estão na base do socialismo, enquanto projeto e utopia. A posição objetiva da classe dos trabalhadores inclina-os a valorizar a solidariedade e a democracia como norma de suas organizações. Os primeiros teóricos do socialismo, do século XIX defendiam que suas propostas decorriam de pressupostos gerais a respeito do homem. Segundo Karl Marx (1984) o socialismo é, na verdade, o projeto dos subalternos, quando se revoltam contra o seu status social. Há socialistas em todas as classes, mas é a classe trabalhadora que sustenta o socialismo como bandeira de luta e como paradigma da sociedade desejável.

Os trabalhadores, assim como os pequenos produtores de mercadorias e os pobres em geral, inclinam-se espontaneamente à Economia Solidária, sempre que têm ensejo de realizar autonomamente alguma atividade econômica, de forma coletiva. A partir dessa inclinação espontânea, a tarefa pedagógica impõe-se. Por terem sido subalternos e alienados da gestão do empreendimento que agora lhes incumbe não só operar, mas dirigir, os trabalhadores não se encontram preparados para esta tarefa. Eles têm de ser ensinados e eles sabem disso.

O mesmo vale para todos os que se engajam na construção da Economia Solidária: os sem terras nos assentamentos da reforma agrária, os prestadores autônomos de serviços (professores, médicos, guias turísticos, cabeleireiros, taxistas, etc.) quando se associam aos artesãos, cultivadores de fitoterápicos, apicultores, horticultores domésticos e tantos outros,

quando formam clubes de trocas e/ou cooperativas de crédito e assim por diante. Hoje a Economia Solidária assume variadas formas e, em cada uma delas, há um aprendizado a ser adquirido. No que segue, atentamos ao caso das empresas recuperadas por trabalhadores, em autogestão.

A escolaridade da população brasileira aumentou ao longo de todo o século XX. A última década desse século universalizou o ensino fundamental para os considerados em idade certa. Mesmo as matrículas no ensino médio mais do que dobraram e o atendimento no ensino superior teve um crescimento de cerca de cem por cento nesse período. Corroborando com as críticas feitas por Singer, esse aumento da escolaridade não impediu o crescimento da desigualdade. Pelo contrário, o país tornou-se campeão da desigualdade social. Além disso, os jornais indicam, diariamente, as mudanças no mundo do trabalho.

Entre as décadas de 1940 e 1980, quando para cada 10 postos de trabalho abertos, 8 eram assalariados, sendo 7 com carteira assinada, a partir de 1990, somente 3 a cada 10 são assalariados, sendo 1 com contrato formal (legal) e 2 informais (ilegais). Os outros postos de trabalho abertos, na proporção de 7 para cada 10, não podem ser caracterizados nem como legais, nem como ilegais, uma vez que não são ocupações assalariadas, são formas “ilegais”, pois a atual regularização pública, por ser inadequada, não sabe como tratá-los (POCHMANN, 2004).

2.3 Breve históricos da Educação de Jovens e Adultos

De acordo com Soek, (2010), a Educação de Jovens e Adultos (EJA), no Brasil, tem uma trajetória histórica que se inicia com colonização portuguesa, especificamente, com a chegada dos Jesuítas, que na intenção de catequizar e disseminar os preceitos da religião católica empreenderam as primeiras iniciativas de educação para a população adulta a partir de um conjunto de regras chamadas de *RatStudiorum*.

Um novo período na educação teve início com a expulsão dos Jesuítas pelo Marquês de Pombal, impulsionado pelos ideais iluministas e pelo contexto econômico, moderno e capitalista, uma vez que os Jesuítas em seu modelo de educação restringiam-se aos fundamentos católicos, o que não atendia mais às necessidades da colônia.

Com a chegada da corte portuguesa ao Brasil, em 1808, o ensino passou por uma série de mudanças e, nesse período, foi criado o ensino profissionalizante em nível médio e o ensino superior, que era destinado à elite brasileira. Com a independência, um ano após o retorno da corte a Portugal, o Império adotou entre suas medidas para a educação o método Lancaster de ensino, um método de ensino mútuo, considerado como o primeiro método oficial de ensino implementado no Brasil.

Entretanto a educação de adultos começou realmente a tomar forma na década de 30 juntamente com os primeiros delineamentos de um sistema público de educação elementar (BRASIL, 2001). Seguem-se a esse momento as diversas ações governamentais em prol da instrução de jovens e adultos como a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) em 1947, A Campanha de Educação Rural em 1952 e a Campanha de Erradicação do Analfabetismo em 1958.

De acordo com a UNESCO (2008), a Constituição Federal Brasileira de 1988 num atendimento às reclamações da sociedade amplia os deveres do Estado com os jovens e adultos garantindo-lhes o ensino fundamental público e gratuito. A Conferência Mundial de Educação para Todos, por sua vez, inicia a década reconhecendo a importância da alfabetização para a aprendizagem e para aquisição de novos conhecimentos, da qual muitos países foram signatários, inclusive o Brasil.

Durante essa década há um arrefecimento das ações voltadas para os jovens e adultos, sendo retomada com a chegada do novo milênio com uma nova ação de alfabetização em

massa, a chamada Alfabetização Solidária que em 2003 transformou-se no programa Brasil Alfabetizado e que ainda está em prática atualmente.

Apesar da implantação de ações e programas voltados a esse público em específico, em se tratando de Educação de Jovens e Adultos os desafios ainda se apresentam muito grandes no que diz respeito à erradicação do analfabetismo, à vinculação do processo educacional ao mundo do trabalho – processo ainda distante da realidade das escolas de EJA - e promoção de uma educação que realmente seja para todos, sem qualquer tipo de exclusão, assegurando a essa parcela da população os seus direitos constitucionais básicos e inalienáveis, proporcionando-lhe melhores condições de vida pessoal, social, econômica e de trabalho – elementos essenciais para gozar de qualidade de vida.

2.4 A Educação de Jovens e Adultos no Brasil

As ideias sobre a necessidade de levar o ensino primário aos habitantes surgem muito cedo no Brasil. Logo após a Independência, encontram-se expressões dessas ideias nas propostas dos constituintes de 1823, na Constituição outorgada pelo Imperador, em 1824, e na Lei do Ensino, de 1827. Após as afirmações sobre a necessidade de estender a educação elementar às crianças foram regularmente retomadas ao longo do Segundo Império.

Entretanto, a grande maioria da população permanecia iletrada. A construção de um sistema de instrução popular somente começaria a ser empreendida pelos poderes públicos no fim do século XIX, após a proclamação do regime republicano. Mesmo assim, os resultados obtidos permaneceram pouco expressivos e muito desiguais nas diversas regiões.

Não havia uma política definida de educação escolar para as grandes massas de adolescentes e adultos analfabetos. As poucas iniciativas conhecidas eram limitadas, esparsas e fragmentárias. Há informações sobre o funcionamento de classes de ensino de adultos, em diversas províncias, nas últimas décadas do Segundo Império. Pouco depois, já na Primeira República, encontram-se algumas iniciativas de extensão do ensino elementar aos adultos iletrados. Entre elas, as mais expressivas foram as escolas regimentais criadas pelo Exército Nacional para a educação de recrutas analfabetos.

Segundo Beisiegel (2004) convém ressaltar, que eram empreendimentos de pequeno alcance quantitativo. No campo da educação popular, até meados da década de 1940, cuidou-se, sobretudo, da instrução primária das crianças. As afirmações da necessidade de estender o ensino primário a todos os brasileiros focalizavam quase exclusivamente a população infantil em idade escolar. “Salvo em alguns momentos excepcionais – os primeiros anos da década de 1870 e os anos que sucedem à conclusão da Primeira Guerra Mundial, como exemplos – a questão do atraso educacional dos adultos aparece entre as preocupações de educadores e homens públicos, sobretudo enquanto referência para a discussão das necessidades da educação infantil”.

Divulgado, pela primeira vez, sob a forma de uma proposta já consolidada, no artigo “Conscientização e alfabetização: uma nova visão do processo”, o método PAULO FREIRE realmente correspondia às preocupações explicitadas pelo educador nos escritos anteriores à sua pesquisa ser implantada. A intenção de assegurar a coerência entre os procedimentos então recomendados, as perspectivas teóricas que informavam sua compreensão do homem, da educação e da sociedade era bem evidente e estava perfeitamente documentada nas características do próprio método. Como outras importantes criações, o Método Paulo Freire de Alfabetização também apresentava notável simplicidade.

O educador entendia que mesmo as palavras, geralmente empregadas para designar os vários elementos da prática educativa, tais como “escola”, “classe”, “professor”, “aluno” etc., estavam impregnadas de significações inaceitáveis, conotavam as orientações “domesticadoras” da educação brasileira tradicional. Por isso mesmo, já a nomenclatura que adotava no

método de alfabetização exprimia a intenção de alterar radicalmente as práticas então usuais na educação do adulto analfabeto. As “classes” eram substituídas pelos “círculos de cultura”, os “alunos” pelos “participantes dos grupos de discussões”, os “professores” cediam lugar aos “coordenadores de debates”. De igual modo, a “aula” era substituída pelo “debate” ou pelo “diálogo” entre educador e educandos e o “programa” por “situações existenciais” capazes de desafiar os agrupamentos e de levá-los a assumir posições de reflexão e crítica diante das condições dessa mesma existência.

3 METODOLOGIA

O presente estudo foi desenvolvido através de observações feitas na sala de aula de EJA, existente no assentamento Campo Comprido, localizado no município de Patos-PB, onde houve uma breve conversa com os alunos que participam dos projetos desenvolvidos no assentamento, como também através da revisão de literaturas e aplicação de questionário, no qual os membros que frequentam a escola pudessem contribuir com o tema abordado.

O estudo em questão contou com uma amostra de 13 pessoas de ambos os sexos, com idades variando entre 18 e 50 anos, todas estas pessoas alunas da EJA no assentamento. A escolha da amostra considerou que os informantes fossem do assentamento, estivessem associados, estivessem matriculados na educação de jovens e adultos e frequentando às aulas.

Foi aplicado um questionário, composto de 12 (doze) perguntas, que abordou sobre o perfil socioeconômico, educacional e social dos participantes, com objetivo de conhecê-los melhor e de analisar os seus conhecimentos sobre economia solidária, assim como as dificuldades encontradas nas atividades desenvolvidas nesse campo. Os resultados obtidos estão apresentados a seguir

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Descrição do Assentamento Campo Comprido

O assentamento Campo Comprido foi criado em 24 de novembro de 1998 e está localizado na zona rural de Patos- PB. Faz limites com os municípios de Santa Terezinha e de São José do Bonfim, sendo composto por uma área territorial de aproximadamente de 1.700 hectares de terra. Destes, 300 hectares estão reservados para preservação ambiental permanente há, também, no mesmo território três reservatórios de captação de água. O assentamento abriga 86 (oitenta e seis) famílias que estão instaladas numa agrovila composta por posto de saúde, templos religiosos, escola e uma associação de moradores.

A comunidade sobrevive da agricultura, da pecuária e de alguns benéficos oferecidos pelo governo federal que, por vezes, é responsável por criar um círculo vicioso que vem levando o homem do campo a não procurar outras formas de geração de renda. Para reverter a sua sobrevivência no local, o assentamento disponibiliza de uma escola assistida pela secretaria de educação e cultura do município de Patos que funciona no período diurno, enquanto que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) funciona em uma garagem que foi transformada em sala de aula.

A área total da propriedade é 1640 hectares, sendo que 320 hectares são considerados como área de reserva legal. Cada família assentada possui um lote de terra correspondente a 12,5 hectares, muito abaixo, portanto, do módulo rural indicado para a região semiárida que é 55 hectares.

De acordo com as informações obtidas no escritório da EMATER¹ de Patos-PB, as culturas mais produzidas na área são milho, feijão e algodão, inclusive o colorido. Em relação à

¹ Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba.

economia solidária, percebeu-se que há necessidade de implantação de empreendimentos nessa área no assentamento, uma vez que já são assistidos por várias intuições governamentais e não governamentais como CARITAS² e Federação dos Agricultores da Paraíba, universidades locais entre outras que tem desenvolvido projetos, mas muitas vezes não estão tendo êxito por falta de coparticipação e conhecimento por parte dos moradores sobre a economia solidária e a ausência de escolarização.

Segundo informações da associação dos produtores Rurais do projeto de Assentamento, a Fazenda Campo Comprido foi desapropriada pelo INCRA³ em 24 de novembro de 1998, quando foram assentadas 86 famílias de diferentes procedências; algumas eram moradoras da Fazenda, outras famílias moravam na zona urbana de Patos, São José do Bonfim e outros municípios, e conseguiram a posse do lote de terra por meio de inscrições na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, e representantes do INCRA – PB orientando-os para tal fim.

O Assentamento tem a organização das residências por meio de agrovila, já que a moradia é um aspecto essencial na vida das pessoas. As construções foram feitas a traves de uma agrovila onde todas as casas tem o mesmo número de cômodos (P2), de acordo com as normas estabelecidas pelo conselho de Engenharia e Arquitetura. Além da agrovila, permanecem as casas que existiam na propriedade, antes da desapropriação, e que, em geral, são ocupadas pelos antigos moradores da Fazenda.

4.2 Identificação e contato com o Assentamento

Para identificação e contato com a área do Assentamento Campo Comprido, realizou-se uma visita preliminar, recolhendo informações sobre o assentamento e o seu funcionamento no que diz respeito à parte econômica e educacional.

Os dados foram fornecidos através de entrevista realizada com dois membros da associação do Assentamento Campo Comprido: o senhor Josinaldo Gomes Oliveira, que é o presidente da associação; e a senhora Joseline Gomes Dantas, professora da turma de EJA do assentamento. Ambos entrevistados são assentados e filhos do senhor Francisco Oliveira, um dos moradores mais antigos do assentamento.

A educação do Assentamento é disponibilizada pela Secretaria de Educação do Município de Patos - PB e funciona no grupo escolar Nina Nóbrega, que fica próximo à sede do assentamento. Este grupo escolar dispõe de duas salas de aula um banheiro e uma cozinha, funcionando no turno da manhã com as séries iniciais, em forma de multi-seriado. Já a educação de Jovens e Adultos funciona em uma casa da agrovila, com vinte e dois alunos que, por preferência dos alunos que alegam como motivo o fato do grupo escolar ficar distante da agrovila e do cansaço provocado por passarem o dia todo trabalhando no campo.

O assentamento não tem uma economia justa e isto pode ocorrer por desinteresse tanto por parte dos assentados quanto por parte dos membros da associação de produtores. Para fortalecer este elo é preciso modificar as formas de educação na EJA, favorecendo a divulgação de informações e técnicas que possa vier a ser associadas aos trabalhos que estes alunos desenvolvem, já que os mesmo trabalham dentro do Assentamento Campo Comprido e, muitas vezes, órgãos como FETAG⁴, CARITAS e universidades desenvolvem ações como forma de oferecer sua contribuição para o crescimento econômico do assentamento e, muitas vezes, estas ações não são implantadas pelos moradores do assentamento a fim de tornarem-se uma comunidade sustentável e produtiva, com técnicas capazes de promover geração de renda.

² Confederação organizacional da Igreja Católica.

³ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

⁴ Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Paraíba

4.3 Apresentação e análise dos dados

Dentre os entrevistados 53,84% eram do sexo masculino e 46,16% eram do sexo feminino, representando certo equilíbrio entre os gêneros.

Segundo os dados da Tabela 01, que aponta a faixa etária dos entrevistados, 30,76% encontravam-se na faixa etária entre 22 a 30 anos, 46,16%, estavam entre 31 a 40 anos e 23,08% apresentavam faixa etária entre 41 a 50. Com isso, verificou-se que o perfil dos alunos do assentamento é composto, na sua maioria, por adultos em pleno vigor para o trabalho e a produtividade.

Tabela 01 – Frequência (%) da faixa etária dos alunos.

Faixa etária	N	%
18 a 21 anos	0	0,00
22 a 30 anos	4	30,76
31 a 40 anos	6	46,16
41 a 50 anos	3	23,08
Acima de 50 anos	0	0,00

Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Ao serem questionados sobre os motivos que os levaram a frequentar a escola, os informantes apresentaram motivos diferenciados, como pode ser verificado no resultado exposto na Tabela 02.

Tabela 02 – Frequência (%) dos motivos que levaram os moradores a frequentar a escola.

Motivos	N	%
Um futuro melhor	7	53,84
O mercado de trabalho	2	15,38
Se tornar conhecedor dos seus direitos	3	23,08
Poder contribuir dentro da comunidade	1	7,70

Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Os números da tabela acima mostram que do total de entrevistados, 53,84% afirmaram que procuraram a escola na expectativa de um futuro melhor, 15,38% disseram que buscam na escola conhecimentos importantes para o mercado de trabalho, 23,08% declararam que estavam lá em busca de conhecer melhor seus direitos e apenas 7,70% dos entrevistados declarou que o desejo de poder contribuir com a comunidade seria o motivo de estar na escola. Percebe-se, diante do resultado, que a maior parte dos informantes almeja um futuro melhor, mas apenas 7,70% expressou a vontade de contribuir com a comunidade do assentamento. Isto sugere que a maior parte do grupo ainda precisa pensar coletivamente para que um trabalho cooperado funcione e seja colocado em prática.

A Tabela 03 apresenta a renda mensal dos entrevistados. Nela é possível identificar que a maior parte dos (53,84%) dos alunos recebem menos de um salário mínimo, enquanto a outra parte (46,16%) declarou receber até 01 salário mínimo. Portanto, considerando o resultado apresentado, pode-se afirmar que os alunos enquadram-se no grupo social de baixa renda.

Tabela 03 – Distribuição (%) dos alunos segundo a Renda mensal.

Renda	N	%
Menos de 01 salário mínimo	7	53,84
01 salário mínimo	6	46,16
Entre 01 e 02 salários mínimos	0	0,00
Acima de 03 salários mínimos	0	0,00

Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

De acordo com os dados apresentados na Tabela 04, 46,16% dos entrevistados afirmaram que moram no assentamento desde a sua fundação, 38,46% afirmaram que estão lá há mais de três anos e 15,38% dos entrevistados residem no há apenas 02 anos. Isso apresenta um percentual de habitantes sempre residiu no local onde o assentamento foi fundado, o que pode estar relacionado ao comodismo, à falta de perspectiva, às raízes culturais ou a outros motivos não apontados na entrevista.

Tabela 04 – Distribuição (%) dos alunos segundo o tempo que moram no Assentamento.

Tempo que mora	N	%
Um ano	0	0,00
Dois anos	2	15,38
Acima de três anos	5	38,46
Desde a sua criação	6	46,16

Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Dentre os alunos entrevistados 61,54% afirmam participam das atividades da associação, enquanto que 7,70% disseram não participar e 30,76% declararam participar apenas algumas vezes. Dessa forma, identificou-se que apesar da maioria participar das atividades, isto não representa um interesse geral visto que o número de não participantes ou de participantes esporádicos representa um percentual significativo (38,46%). Parece faltar a estes últimos a consciência de que as reuniões propiciam a oportunidade de conhecer os problemas, buscar alternativas para solucioná-los, planejar ações para este fim e votar naquilo que for considerado melhor para a comunidade associada. O voto, nesse contexto, representa a oportunidade de democratizar opiniões e de assegurar as decisões coletivas.

Em relação ao conhecimento sobre economia solidária, verificou-se que 23,08% dos informantes detinham algum conhecimento, enquanto que 76,9% declararam não ter nenhum conhecimento sobre esse tema. Além disso, 92,30% dos alunos demonstraram não ter conhecimento sobre atividades associadas à economia solidária e apenas 7,70% já tinha ouvido falar sobre o tema abordado.

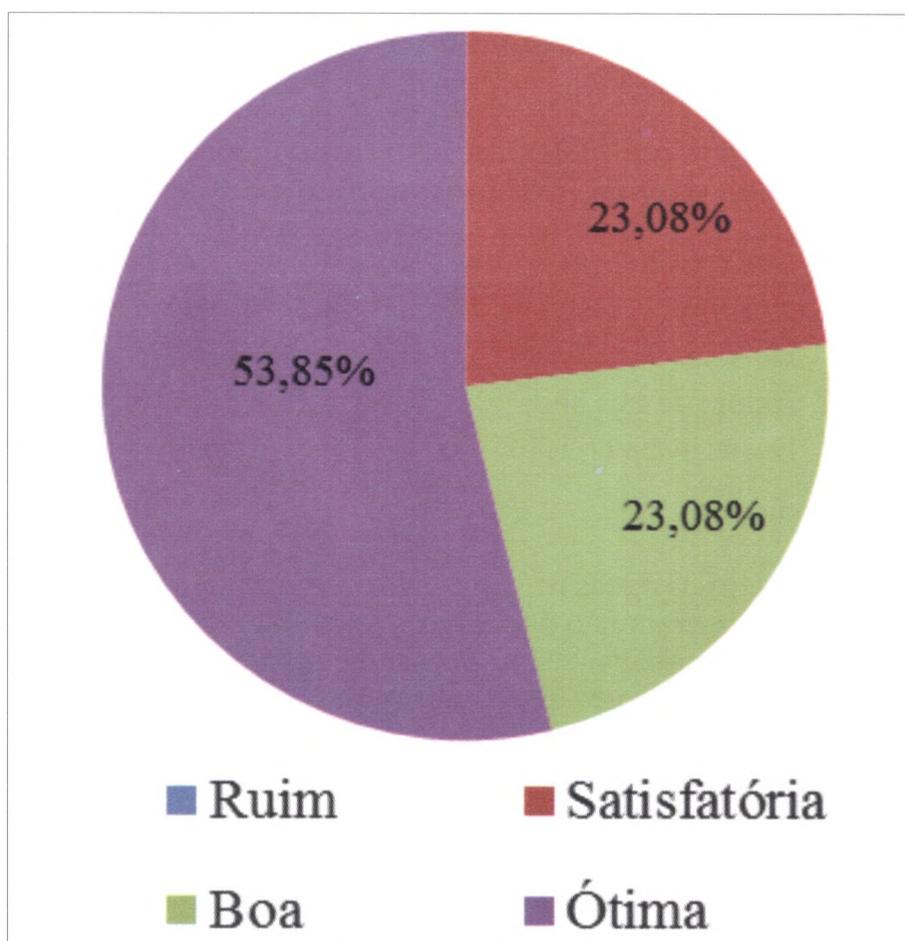
Estes dados revelam a necessidade de se fornecer esse conhecimento, que pode ajudar os assentados a construírem sua cooperativa, produzirem coletivamente, negociarem sua produção e partilharem os lucros advindos dela. O algodão colorido é um produto de grande aceitação no mercado têxtil. Se produzido e comercializado a partir de uma dinâmica associativista, desenvolvida pela Associação do Assentamento Campo Comprido, pode trazer alternativas de mudanças econômicas e sociais para o grupo ali existente.

As mudanças econômicas são urgentes para a comunidade do assentamento, tendo em vista que quase todos os entrevistados (92,30%) afirmaram receber benefícios dos programas

sociais do Governo Federal e apenas 7,70% dos alunos declararam não receber nenhum benefício, o que sugere que têm uma vida de muitas privações e precariedade.

Os dados expostos na Figura 1A e na Figura 1B expressam a avaliação que os alunos fazem da Associação em nível de satisfação e sugestão. Sobre a satisfação, 23,08% dos entrevistados avaliaram a atuação da associação de moradores do assentamento como satisfatória, o mesmo percentual (23,08%) considerou como boa e 53,84% consideraram que a atuação da associação era ótima. Assim, observa-se que a maioria reconhece a atuação da associação. Em relação à sugestão, 84,62% dos entrevistados sugeriram a criação de uma cooperativa no assentamento, enquanto 15,38% expressaram o desejo de montar uma pequena fábrica na comunidade.

Figura 1 – Satisfação (A) e sugestão (B) dos entrevistados para melhorias no Assentamento.



Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Os dados apresentados ratificam o desconhecimento sobre economia solidária, tendo em vista que, num empreendimento econômico solidário os associados podem desenvolver atividades que vão desde a produção da matéria prima até a confecção do produto final. Assim, a criação de uma cooperativa pode envolver a montagem de uma pequena fábrica, envolvendo os meios de produção que beneficiem a todos os envolvidos.

Diante do exposto, um elemento fundamental que pode contribuir para mudar o quadro apresentado é que a escola cumpra seu papel, no sentido de promover conhecimentos que possibilitem que seus alunos, ao acessá-los, possam utilizá-los para resolver problemas, refletir o seu cotidiano, modificar suas ações e transformar tanto a vida quanto a sociedade.

5 CONCLUSÕES

As pessoas que fazem parte do assentamento Campo Comprido – Patos - PB dispõem de uma preocupação coletiva já que todos enfrentam os mesmos problemas. Se os indivíduos adotarem práticas e comportamento cooperativo em função da associação, em que pese a lógica da economia solidária, o assentamento será um lugar próspero e todos poderão ter melhor qualidade de vida.

Para isso a educação formal precisa enfrentar o desafio de envolver as questões coletivas no processo de ensino-aprendizagem, aproximando os conteúdos escolares da realidade dos alunos e apresentando conhecimentos que sejam úteis e adequados às necessidades dessa população. Tratando-se, em específico, da economia solidária isto teria um grande impacto no assentamento, tendo em vista que os membros associados que lá residem apresentaram uma visão bastante positiva sobre a proposta de um empreendimento baseado na economia solidária.

Foi possível perceber que, mesmo com as adversidades apresentadas no cotidiano do assentamento, as ações das instituições, com novos projetos, e a EJA fazem a diferença no que diz respeito ao modo como as pessoas enfrentam seus problemas e no que se refere as ações para mudar a qualidade de vida da comunidade.

6 REFERÊNCIAS

- BEISIEGEL, C. R. **Estado e Educação Popular**. Brasília: Liber Livro Editora, 2. ed., 2004.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. MEC. **Educação para jovens e adultos: ensino fundamental: proposta curricular - 1º segmento**. Coordenação e texto final de Vera Maria Masagão Ribeiro. São Paulo: Ação Educativa, 2001.
- MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política**. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1984.
- POCHMANN, M. **Economia Solidária no Brasil: possibilidades e limites**. Mercado de Trabalho: conjuntura e análise. n. 24. IPEA. Agosto de 2004.
- SANTOS, B. V. S.; RODRIGUEZ, C. Introdução: Para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, B. V. S. (organizador). **Produzir para viver os caminhos da produção não capitalista**. 2ª Ed - Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2005. p. 23 - 77.
- SINGER, P. **Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: Gráfica Ideal. 2005.
- SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. 3ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.
- SOEK, A. M. **Fundamentos e Metodologia da Educação de Jovens e Adultos**. Curitiba: Editora Fael, 2010.
- UNESCO. **Alfabetização de Jovens e Adultos no Brasil: lições da prática**. Brasília: 2008. 212 p.

Economia Solidária e o impacto das tecnologias sociais na Associação de Agricultores de Cacimbas-PB

*Fabiana Cunha Silva
Crislene Rodrigues da Silva Morais*

1 INTRODUÇÃO

Vivemos na era do desenvolvimento tecnológico, que aumentou significativamente as capacidades produtivas. Mas é possível observar que todo esse aparato tecnológico tem excluído ainda mais as classes sociais descapitalizadas, gerando altos índices de desemprego ou subemprego. O grande desafio é conseguir manter os trabalhadores, em especial os agricultores, em seu lugar de origem tendo em vista que esse público, em sua maioria, não teve acesso à escola tampouco oportunidade de qualificar sua mão de obra. Isso tem feito com que esses trabalhadores sejam obrigados a migrarem em busca de melhores condições sendo, muitas vezes, obrigados a submeter-se a situações humilhantes de moradia ou emprego, embutindo em cada um desses indivíduos o sentimento de incapacidade e exclusão social, empurrando-os para a marginalidade ou aumentando o número de pedintes nas praças ou ruas das grandes metrópoles.

Nessa perspectiva, a economia solidária surge como uma mola propulsora capaz de ajudar esses trabalhadores a desenvolver atividades que gerem trabalho e renda, assim como inseri-los na realidade econômica, social e política do país. Para Nascimento (2011, p.91), “economia solidária significa uma nova expressão do movimento cooperativista frente à nova etapa do capitalismo, caracterizada pelo desemprego estrutural e pela precarização do trabalho”.

É possível observar, que com a modernização dos meios de produção, muitos trabalhadores são excluídos do mercado de trabalho, tendo que tentar ingressar nesse mercado de modo informal, tornando a economia solidária uma opção, principalmente para os agricultores, em específico, da zona rural de Cacimbas - PB, que não têm opção de emprego e renda na cidade e são obrigados a migrarem para a região sudeste do país, em busca de opções de emprego que possam lhes possibilitar renda e melhoria na qualidade de vida. Mas, nem sempre os migrantes conseguem um trabalho, tendo que ficar nos grandes centros marginalizados e excluídos do sistema econômico atual, ou regressam ao seu local de origem decepcionados por não terem alcançado seu objetivo, com baixa autoestima por voltar sem ter conseguido nada e principalmente sem perspectiva de mudança no local de origem.

Diante dessa realidade, algumas pessoas dos sítios Covão e Ventania, na zona rural de Cacimbas, decidiram se unir formando uma associação para tentar diminuir os problemas sociais e econômicos da comunidade.

O presente artigo visa avaliar o impacto das tecnologias sociais na melhoria da qualidade de vida da associação de agricultores do sítio Covão e Ventania, bem como perceber a importância das associações para tentar evitar o êxodo rural, tão comum no semiárido nordestino, e a importância das tecnologias sociais para amenizar o sofrimento dos agricultores, em relação à seca.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Breve histórico sobre a Revolução Industrial

A economia solidária aparece como uma opção para tentar minimizar as mazelas trazidas pelo capitalismo, que tantas desigualdades sociais têm causado entre os povos, desde

seu surgimento com a crise do sistema feudal, que impulsionou o surgimento do comércio e a formação dos grandes centros.

A Revolução Industrial marca o início de novos tempos na idade moderna, onde a máquina começa a ganhar mais espaço substituindo as antigas ferramentas, e o modo de produção doméstico é sucumbido pelo sistema fabril, todas essas transformações ocorridas inicialmente na Inglaterra, no início do século XVIII. Vale salientar que essa revolução, foi marcada por três períodos distintos: o artesanato com produção manual, a manufatura com a associação da máquina e do homem, e a criação da máquina a vapor que impulsionou a revolução. A partir daí deu-se início uma nova relação de trabalho e conseqüentemente um aumento no número de desempregados.

Na primeira fase, o artesanato, não existia patrão. Cada artesão era dono de suas ferramentas e controlava a produção, determinando o ritmo e o valor do produto. E era caracterizado por:

“[...] decomposição da atividade do artesão simples, operação contínua manual, artesanal, dependendo, portanto da força, da habilidade, rapidez e segurança do trabalhador individual, ao manejar seu instrumento” (MARX, 1982, p. 389).

Nessa fase, era comum que a produção fosse lenta, pois os artesãos faziam todo o trabalho manual e, muitas vezes, não tinham as ferramentas adequadas para o trabalho.

Na segunda fase, os trabalhadores recebiam um salário mensal, e entravam apenas com a força de trabalho. Os capitalistas eram os donos das fabricas e determinavam o tempo de trabalho e o valor das mercadorias. Para Marx a manufatura representava uma forma que “[...] transforma todo o seu corpo em órgão automático de operação. Por isso, levará menos tempo em realizá-la que o artesão que executa toda uma série de diferentes operações” (MARX, 1982, p. 389).

Nesse caso, a produção já ocorria de forma mais rápida, pois os trabalhadores contavam com o auxílio de ferramentas que otimizavam seu trabalho, proporcionando uma maior produção.

A terceira fase é marcada pelo pioneirismo Inglês, devido à grande quantidade de minerais existentes no seu subsolo, entre eles o carvão mineral. Cria-se então na Inglaterra a máquina a vapor, que foi o grande diferencial do ponto de vista econômico e tecnológico. Para Marx (1982, p. 424) a descoberta da máquina teve como objetivo:

“[...] baratear as mercadorias, encurtar a parte do dia de trabalho da qual precisa o trabalhador para si mesmo, para ampliar a outra parte que ele dá gratuitamente ao capitalista. A maquina é meio para produzir mais-valia”.

Após a terceira fase, com a criação das máquinas aumentaram as desigualdades sociais entre as classes. A riqueza estava concentrada nas mãos de uma minoria, a burguesia, que detinha o capital e investia nas fábricas. A população era extremamente pobre, recebia salários miseráveis, e era submetida a uma carga horária desumana de 15 horas. A partir daí surgiram os primeiros movimentos operários, onde os revoltados com as condições de trabalho depredaram as máquinas e as instalações das fábricas. Então, aparecem os primeiros grupos de trabalhadores que se fortaleceram enquanto grupo social, garantindo aos mesmos vários direitos sociais, entre eles merece destaque o dia 1º de maio de 1866, como “o dia do trabalho”, dia em que os operários se uniram em prol de melhores condições de trabalho.

O surgimento do trabalho assalariado impulsionou a economia, mas com o passar do tempo surge muita insatisfação na sociedade capitalista, por não suportar as lutas das classes operárias, que não aceitavam tantas desigualdades. O trabalhador não suportava mais ver seu trabalho desvalorizado, sentir-se explorado e, mesmo assim, ter a necessidade de vender sua

força de trabalho, algumas vezes, até com salários injustos só para fazer parte desse sistema econômico. Marx (1979, p.111) acrescenta que:

O trabalho torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza ele produz. O trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais barata, quanto maior número de bens produz. Com a valorização do mundo das coisas, aumento em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz apenas mercadorias, produz-se também a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e juntamente na mesma proporção com que produz bens. Tal fato implica apenas que o objeto produzido pelo trabalho, o seu produto, opõe-se a ele como Ser estranho, como um poder independente do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, que se transformou em coisa física, é a objetivação do trabalho.

O autor coloca como o trabalho dentro do sistema capitalista escraviza o homem, e essa busca incessante por riquezas e acumulação de capital desvaloriza sua força de trabalho transformando-a em mercadoria.

O sistema capitalista visa principalmente a obtenção de lucros, tornando o trabalhador escravo do próprio trabalho, sempre buscando formas de acumular capital e diminuir as desigualdades impostas por esse sistema. Para Marx (1987, p. 07), a partir do momento que se tem a intenção de utilizar mercadorias e dinheiro para conseguir mais dinheiro, algumas mudanças essenciais ocorrem no processo de circulação. O valor de troca passa “a servir para gerar mais valor de troca”.

Assim, no sistema capitalista, o patrão sendo o dono dos meios de produção, acha-se com direito de obrigar o operário a cumprir uma jornada de trabalho desumana e o trabalhador, sem muita opção, é coagido a aceitar para garantir o seu sustento. Dessa forma a economia solidária aparece como uma tábua de salvação para aqueles que não conseguem ingressar no mercado de trabalho.

2.2 Economia Solidária

A economia solidária é um termo que vem crescendo e ganhando credibilidade em diversas atividades com bases associativas, cooperativas e autogestionárias. É uma resposta dos trabalhadores à exploração causada pelo capitalismo, que se fortaleceu principalmente durante a revolução industrial, causando o empobrecimento dos artesãos e o enriquecimento da burguesia. Em visão mais crítica, Singer (2000, p. 13) expressa que,

A Economia Solidária surge como modelo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. A economia solidária casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias) com o princípio da socialização destes meios (do capitalismo) [...] ela não é a criação intelectual de alguém, mas uma criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo. Como tal, ela não poderia preceder o capitalismo industrial, mas o acompanha como uma sombra, em toda a sua evolução.

Dessa forma, a economia solidária surge como uma opção para aqueles indivíduos que estão à margem do sistema capitalista, que não encontram espaço no mercado de trabalho, que possuem sua força de trabalho desprezada tendo, muitas vezes, que se submeter a situações degradantes que lhes proporcione emprego e renda.

A economia solidária surge como uma alternativa aos desafios enfrentados por uma maioria excluída que vive à margem do capitalismo, que consegue enxergar nesse novo sis-

tema, a oportunidade de viver de forma sustentável e mais justa. Singer (2003, p. 86) ainda acrescenta que,

“Mesmo sendo hegemônico, o capitalismo não impede o desenvolvimento de outros modos de produção porque é incapaz de inserir dentro de si toda população economicamente ativa. A economia solidária cresce em função das crises sociais que a competição cega dos capitais privados ocasiona periodicamente em cada país. Mas ela só se viabiliza e se torna uma alternativa real ao capitalismo quando a maioria da sociedade, que não é proprietária de capital, se conscientiza de que é de seu interesse organizar a produção de um modo em que os meios de produção sejam de todos os que os utilizam para gerar o produto social”.

Dessa forma, o autor deixa claro que mesmo o capitalismo sendo o sistema econômico predominante, tendo como características a acumulação de riquezas e o lucro, isso não impede que outro sistema econômico e social surja paralelo ao capitalismo, mas com características diferentes, tendo como princípios a inclusão e a igualdade social. Bernardo (2006, p.03) diz que

Enquanto as empresas não forem geridas pelos trabalhadores e não por patrões (de direita) nem por tecnocratas (de esquerda), enquanto a sociedade não for administrada pelos trabalhadores e não por políticos profissionais (de direita ou de esquerda), o capitalismo continuará a existir e, no máximo, mudará de forma, sem alterar o facto básico da exploração. Mas gerir as empresas e a sociedade é algo que se aprende de uma única maneira: gerindo as próprias lutas. Só assim os trabalhadores podem começar a emancipar-se de todo o tipo de especialistas e de burocratas. E com este objectivo, não há experiência simples demais. Por modesta que seja uma experiência, os participantes vão-se habituando a dirigir a sua actividade e vão aprendendo na prática aquilo que opõe essa solidariedade e esse colectivismo ao Estado capitalista.

Portanto, enquanto os trabalhadores não assumirem o comando das empresas e a sociedade não for administrada por trabalhadores que não tenham interesses políticos individuais, e sim o desejo de mudança baseado na coletividade e no bem estar do grupo, o capitalismo vai permanecer durante muitos anos, implantando o individualismo, a exploração e a desigualdade social.

2.3 A Economia Solidária no Brasil

A economia solidária surge no Brasil no final da década de 1970 e início de 1980, quando começaram a ocorrer as primeiras mudanças políticas, econômicas e ambientais. Na década de 1990, começou-se a falar das questões sociais com enfoque para a necessidade de diminuir as desigualdades sociais. Segundo Coelho (2006, p, 01 e 02),

“A Economia Solidária vem se solidificar na alternativa de desenvolvimento econômico aos modelos e padrões exploratórios do *modus operandi* da economia capitalista pelo qual nossa sociedade optou seguir. Ao mesmo tempo [...] não atua em um campo fora do capitalismo e do mercado formal, mas ao contrário, busca dentro da realidade existente formas alternativas de desenvolvimento econômico baseado em valores mais humanos, na busca da autonomia dos grupos que a praticam, em práticas sociais e ambientais sustentáveis”.

A Economia Solidária aparece como uma alternativa da sociedade para enfrentar os problemas causados pelo sistema capitalista, como o desemprego, má distribuição de renda e exclusão social. Para Singer,

A construção da Economia Solidária é uma destas outras estratégias. Ela aproveita a mudança nas relações de produção provocada pelo grande capital para lançar os alicerces de novas formas de organização da produção, à base de uma lógica oposta àquela que rege o mercado capitalista. Tudo leva a acreditar que a economia solidária permitirá, ao cabo de alguns anos, dar a muitos, que esperam em vão um novo emprego, a oportunidade de se reintegrar à produção por conta própria individual ou coletivamente (SINGER, 2002, p. 138).

Dessa forma, a economia solidária é uma possibilidade de se contrapor ao capitalismo, mesmo que seja em longo prazo; é uma forma de oferecer a uma grande parcela da população excluída a oportunidade de reingressar nos meios de produção.

Enquanto isso, vários movimentos sociais surgiram, reivindicando melhores condições de trabalho, salários mais justos, associações que lutam pela Terra e a reforma agrária; surgiram também movimentos sindicais e, por meio desses movimentos, as lutas a favor das mudanças políticas, econômicas e sociais e, principalmente o reconhecimento da cidadania. Através dessas lutas foi possível observar avanços na história da sociedade brasileira; trabalhadores desempregados ocuparam fábricas que estavam fechadas, se organizaram de forma coletiva e associada e ativaram essas fábricas; agricultores familiares se organizaram em cooperativas para tentar vencer o capitalismo.

Dessa forma a economia solidária marca uma nova era na forma de organização nas práticas sociais, pois além de lutar por seus direitos, os indivíduos conseguiram conquistar a cidadania e principalmente a democracia. Freitas (2009) coloca que:

[...] é preciso saber trabalhar coletivamente, viver coletivamente, construir coletivamente, é preciso saber lutar pelos ideais da classe trabalhadora, lutar tenazmente, sem tréguas; é preciso saber organizar a luta, organizar a vida coletiva, e para isso é preciso aprender, não de imediato, mas desde a mais tenra idade o caminho do trabalho independente, a construção do coletivo independente, pelo caminho do desenvolvimento de hábitos e habilidades de organização. Nisto constitui o fundamento da tarefa da autogestão. (FREITAS, apud PISTRÁK, 2009, p.30).

Assim, é necessário que o trabalhador desprenda-se do sentimento individualista proposto pelo capitalismo e aprenda a trabalhar de forma coletiva e cooperada. Pois, na economia solidária o cooperativismo é fundamental, ele estabelece uma relação de reciprocidade entre as pessoas, não existe patrão, o compromisso é firmado entre os sócios do empreendimento, diferente do modo capitalista, onde o empregador detém todo o lucro e comanda a força de trabalho.

2.4 As associações e o cooperativismo

As associações são pessoas jurídicas formadas pela união de pessoas que se organizam para fins não econômicos (Art. 53, Código Civil). Após sua criação estão preparadas para receber títulos públicos federal, estadual ou municipal, dependendo dos requisitos de cada uma.

As associações, a partir do século XIX, vieram substituir a competição que existia entre os trabalhadores. As práticas de organização dos trabalhadores assumiram a força de “associações operárias”, onde essas instituições se baseiam na participação dos seus membros, no coletivismo e na igualdade. É por meio de uma associação que a comunidade se fortalece e tem grandes chances de alcançar os objetivos comuns. Maurício Tragtenberg coloca que:

A necessidade de lutar pela abolição do salariedade é que criou essas associações, que rapidamente tomaram a forma de uma associação permanente de luta. Por meio de sua prática, a associação pretendia construir uma existência social comum e, ao mesmo

tempo, eliminar a concorrência que o capital estabelece entre os trabalhadores, substituindo-a pela união da classe. A recomposição do modo de vida operário e a supressão da concorrência entre si e da divisão da classe em profissões (categorias) eram as razões de ser das associações operárias. E foram as greves e os vários processos de luta de classe que trouxeram à tona a prática dessas associações, tornando-se estas não somente a realidade antagônica ao sistema capitalista mas também o prenúncio da transformação deste (Trangtenberg, 1986).

As associações funcionam como organismos de lutas criadas pelos trabalhadores para tentar diminuir a divisão tradicional do trabalho imposta pelo capitalismo e eliminar algumas características tão comuns a esse sistema, como a divisão de classes e a livre concorrência entre os trabalhadores.

As associações de agricultura familiar têm crescido muito em todo o Brasil, e tem conseguido se firmar enquanto associação, ganhando o apoio e o respeito dos agricultores, vendo na agricultura familiar uma opção de ampliar as possibilidades de desenvolvimento das comunidades mais carentes.

O cooperativismo surgiu na segunda metade do século XVIII, quando houve uma reestruturação dos meios de produção, com um aumento significativo do desemprego e consequentemente da pobreza. Andrioli (2001) diz que,

Na disputa de forças na sociedade, a cooperativa representa os interesses de seus associados. Entretanto, quando os interesses dos associados extrapolam a satisfação de necessidades imediatas e preconizam uma amplitude cada vez maior de reivindicações no sentido de romper com a lógica da desigualdade e da concentração da riqueza produzida, a cooperativa pode transformar-se numa força política aliada a uma classe social (ANDRIOLI, 2001, p. 32).

As cooperativas têm uma capacidade de transformação muito grande, capaz de ascender politicamente e transformar a realidade política e social de um grupo ou de uma comunidade. Por isso que é importante saber, de fato, o que se busca, para poder procurar as possíveis soluções. Elas surgiram da iniciativa dos próprios membros, pois ninguém é obrigado a entrar tão pouco permanecer nela, as decisões são tomadas em assembleia, de forma democrática

No caso das cooperativas de agricultores, os produtores que normalmente encontram-se socialmente e geograficamente isolados, por meio das cooperativas tem a oportunidade de adicionar aos produtos maior valor na hora da comercialização. “A cooperativa de compras iguala os pequenos agricultores ou varejistas aos grandes” (SINGER, 2002, p. 84). Nesse caso, as cooperativas são mais eficazes no momento da comercialização, na hora da produção cada agricultor produz individualmente, de forma autônoma.

2.5 Tecnologias sociais

Os movimentos que deram início à tecnologia social iniciaram-se a partir da década 1980, e tem se tornado cada vez mais popular no Brasil, pois abrangem diversas áreas como saúde, meio ambiente, educação, agricultura e outros. A Tecnologia social é uma prática que normalmente é aplicada no âmbito local, e visa melhorar a vida das pessoas da comunidade, das associações e cooperativas com práticas fáceis e acessíveis. Mas, as vezes, é possível observar que existe resistência de algumas pessoas às mudanças tecnológicas. Em relação a isso, Feenberg (2010) diz que:

As pessoas afetadas pelas mudanças tecnológicas, às vezes, protestam ou inovam de maneira a lhes permitirem maior participação e controle democrático no futuro. Onde era possível silenciar toda oposição a projetos técnicos, apelando para o progresso,

hoje as comunidades se mobilizam para fazer seus desejos conhecidos (FEENBERG, 2010, p.64).

É possível observar essas resistências principalmente nas associações de agricultores que já possuem conhecimentos empíricos em relação ao manejo do solo. Claro que no caso de algumas associações, ligadas à agricultura, o conhecimento empírico é muito valioso para uma boa produção, tendo em vista que, alguns não são alfabetizados e possuem apenas o conhecimento prático, mas possuem também um excelente grau de observação com os elementos naturais e isso é aplicado no cotidiano, o que não impede a aquisição de novas tecnologias que possam aumentar sua produção. Feenberg (2010) ainda acrescenta que:

A tecnologia é uma das maiores fontes de poder nas sociedades modernas. Quando as decisões que afetam nosso dia-a-dia são discutidas, a democracia política é inteiramente obscurecida pelo enorme poder exercido pelos senhores dos sistemas técnicos [...]. Eles possuem muito mais controle sobre os padrões de crescimento urbano, o desenho das habitações, dos sistemas de transporte, a seleção das inovações, sobre nossa experiência como desempregados, pacientes e consumidores do que o conjunto de todas as instituições governamentais da sociedade. (FEENBERG, 2010, p. 69).

O autor deixa clara a importância das tecnologias sociais e da democratização das políticas aplicadas nas sociedades de diversas formas. Desde as mais simples, a exemplo das cisternas de placas para captação de água, às mais elaboradas, o importante é que essas tecnologias tornem-se soluções para melhorar a vida das comunidades.

2.6 Aplicação da tecnologia social na Associação de Agricultores de Cacimbas-PB

A associação dos pequenos produtores rurais das comunidades de Ventania e Covão, no município de Cacimbas-PB, foi criada para tentar buscar recursos para implementar projetos de melhoria da qualidade de vida dos moradores daquelas comunidades. Mesmo sem ter conhecimento a respeito das tecnologias sociais eles conseguiram, de forma democrática e associativa, implantar diversas técnicas que têm facilitado o convívio dos associados com a região árida em que estão inseridos. Dagnino (2010), já dizia que

A tecnologia social seria o resultado da ação de um coletivo de produtores sobre um processo de trabalho que, em função de um contexto socioeconômico (que engendra a propriedade coletiva dos meios de produção) e de um acordo social (que legitima o associativismo) e uma cooperação (de um tipo voluntário e participativo), que permite uma modificação no produto gerado passível de ser apropriada segundo a decisão do coletivo (DAGNINO, 2010, p. 210).

O autor enaltece o conceito de coletividade e união dentro do trabalho e coloca a tecnologia social como uma alternativa para o desenvolvimento social e econômico do grupo, buscando sempre a melhoria de todos.

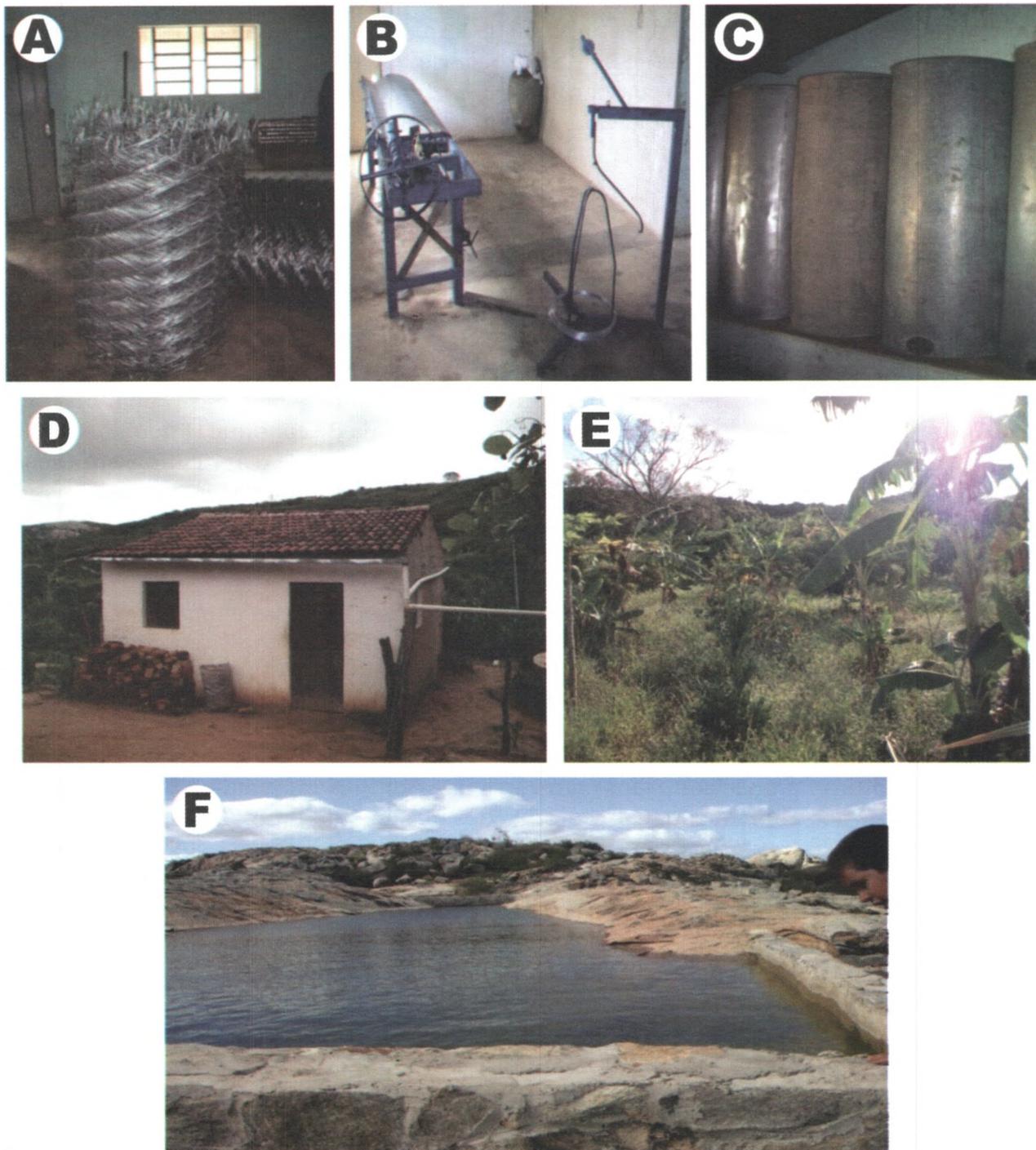
Na associação de agricultores de cacimbas são usadas tecnologias sociais como cisternas de placas, para armazenar água de consumo humano com capacidade de 16.000 litros para as famílias; cisterna para armazenar água de produção com capacidade de 52.000 mil litros, familiar e coletiva; tanque em pedra comunitário; máquina de confeccionar tela de arame para cercas; pomar de frutas coletivo; viveiro de mudas (em construção horta) com economia de água; quintal produtivo familiar; cisterna com sistema de bóia (em construção captação de água em lajedos); sistema de abastecimento de água; fundo rotativo solidário (poupança solidária); banco de semente comunitário; e plantio de palma forrageira coletivo. A maioria das tecnologias foi construída pelos próprios associados e são cuidadas pelas próprias famílias.

As cisternas familiares são de uso exclusivo das famílias e as coletivas são de uso do grupo. A associação é que faz a gestão do uso, através de discussão coletiva e obedecendo a democracia que emana na associação. É possível observar algumas dessas tecnologias na Foto 01 (A a F).

Foto 01 – Tecnologias sociais da Associação de Agricultores:

A – Produção de Telas; B – Máquina de Confeccionar Telas;

C – Tanque em Pedra Comunitario; D – Casa de Dona Socorro, reformada com o fundo rotativo; E – Pomar Coletivo; F – Tanque em Pedra Comunitário.



Fonte: Pesquisa direta (2013).

Essas imagens mostram algumas das tecnologias utilizadas na associação, são simples, mas bastante eficazes, pois contribuem para melhorar a qualidade de vida da comunidade.

2.6.1 Cisterna de placa

Cisterna de placa é uma tecnologia criada por um sergipano, Manoel Apolônio de Carvalho, há cerca de 50 anos. Desde então, diversas ONGs desenvolveram técnicas para a construção de forma sustentável, tendo ganhado reconhecimento Nacional quando obteve apoio do Ministério do Meio Ambiente, implantando um projeto em que distribuiria um milhão de cisternas na região do semiárido. É um reservatório redondo, feito de placas de cimento, que armazena a água da chuva que cai do telhado por meio de canos. É uma tecnologia social adequada ao semiárido, tendo em vista que ameniza o sofrimento do sertanejo no lugar onde ele está inserido. Assim, nos períodos de estiagem, sua localização evita que os sertanejos percorram longas distâncias em busca desse bem tão precioso que é a água. Pois, durante os períodos de seca a água captada é utilizada para beber, cozinhar, tomar banho e realizar afazeres domésticos, em suma, essa tecnologia capta um líquido precioso de extrema importância para a sobrevivência das espécies.

2.6.2 Agricultura familiar

A agricultura familiar pode ser compreendida como aquela em que a família, além de ser proprietária da Terra, produz nela. A produção resume-se a produtos básicos da alimentação brasileira como milho, feijão, hortaliças, assim como também criam animais. A maioria dos agricultores tem baixa escolaridade e vê no cultivo a oportunidade de gerar renda, utilizando mão-de-obra familiar e se adequando às necessidades sociais e econômicas que lhes são impostas pelo próprio sistema econômico vigente. Até mesmo por que o agricultor, em especial o sertanejo, tem a capacidade de se adaptar a diversas situações, sempre tentando conviver da melhor forma com todas as intempéries econômicas, sociais e naturais que lhes são impostos. Para Lamarche (1998, p. 29):

A população rural brasileira viveu, particularmente nessas últimas décadas, um intenso movimento de migração interna. Parte deste processo se traduziu por um enorme êxodo para as cidades. Outra parte importante, no entanto, ocorreu no interior das próprias áreas rurais e se traduziu pelo deslocamento de população na direção das fronteiras agrícolas.

A agricultura familiar contribui para reduzir o êxodo rural, ajuda a baixar a inflação reduzindo o preço dos alimentos que são produzidos e, acima de tudo, dignifica os pequenos agricultores que produzem para o seu sustento e vendem o excedente transformando em fonte de renda. Nessa perspectiva a tecnologia social oferece aos agricultores subsídios para que eles possam escolher o que e como plantar, como colher e dar um destino correto aos produtos plantados.

Dessa forma fica claro que as tecnologias sociais vêm se consolidando de forma eficaz, econômica e sustentável, uma vez que contempla as comunidades através de mecanismos viáveis a todos.

3 METODOLOGIA

3.1 Caracterização da associação de agricultores de Cacimbas - PB

A associação dos Pequenos Produtores Rurais das Comunidades de Ventania e Covão foi fundada no ano de 1995. Tem seu endereço e sede jurídica localizada no sítio Ventania, no município de Cacimbas, na Paraíba. Sua área de abrangência reúne os sítios Ventania, Covão,

Monteiro e São Gonçalo, sítios que geograficamente fazem divisa com o sítio Ventania. Observe a Foto 02, que mostra a vista panorâmica da zona rural do sítio Covão e Ventania, e na foto 03 a casa Sede da Associação.

Cacimbas é um município brasileiro integrante da Região Metropolitana de Pato. Sua população, segundo dados do IBGE (2010), está estimada em 6.814 habitantes. Possui uma área territorial de 143 km². Seu IDH é baixo e sua economia é baseada basicamente na atividade agrícola, na qual se destacam as produções de castanha de caju, feijão, manga, melancia, goiaba, milho, sisal e umbu; além da extração de madeira para fabricação do carvão vegetal.

A associação atualmente conta com 35 associados. Ela foi fundada a partir da necessidade que se tinha de buscar a organização dos moradores da comunidade para que, juntos, pudessem se fortalecer e debater coletivamente dificuldades comuns a todos da comunidade e buscar possíveis soluções para amenizar ou resolver problemas como falta de energia, água, melhoramento da produção, da agricultura familiar, entre outras.

Foto 02 – Vista dos Sítios Covão e Ventania.



Fonte: Pesquisa direta (2013).

Foto 03 – Sede da Associação.



Fonte: Pesquisa direta (2013).

3.2 Metodologia da pesquisa

Para a construção deste estudo foi realizada uma pesquisa quantitativa e descritiva, utilizando-se um questionário composto por 11 questões, sendo 01 discursiva, 08 de múltipla escolha e 02 de múltipla escolha, mas com justificativa da opção marcada.

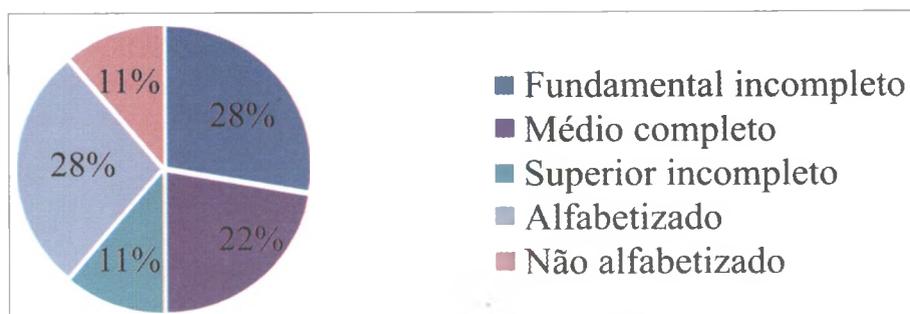
Dos 35 associados, constituíram a amostra um total de 20 pessoas que foram escolhidas aleatoriamente. O questionário permitiu que fosse feita uma análise da associação levando-se em consideração o sexo dos entrevistados, a faixa etária, o grau de instrução, tipo de contribuição cada entrevistado daria caso a associação precisasse, com que frequência os informantes participam das atividades comunitárias. Os entrevistados também foram questionados se possuíam poder de decisão dentro do grupo de associados, se costumavam debater melhorias, sobre que tecnologias sociais são utilizadas enfocando e quais os benefícios dessas tecnologias para vida de todos, se podiam contar com a associação e, por fim, se tinham conhecimento sobre economia solidária. Com a obtenção das respostas foi possível traçar o perfil dos associados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa foi iniciada a partir de uma conversa informal com os associados, procurando saber quais os benefícios trazidos pela associação. Em outro momento, foi realizada a aplicação de um questionário.

Os resultados apontaram que, em relação ao sexo dos entrevistados, a associação é constituída em sua maioria por mulheres, representando um total de 85%. Apenas 15% dos associados são do sexo masculino, o que pode representar um interesse maior por parte do sexo feminino em tentar amenizar os problemas da comunidade por meio da Associação. A Figura 01 apresenta os dados referentes à faixa etária dos entrevistados.

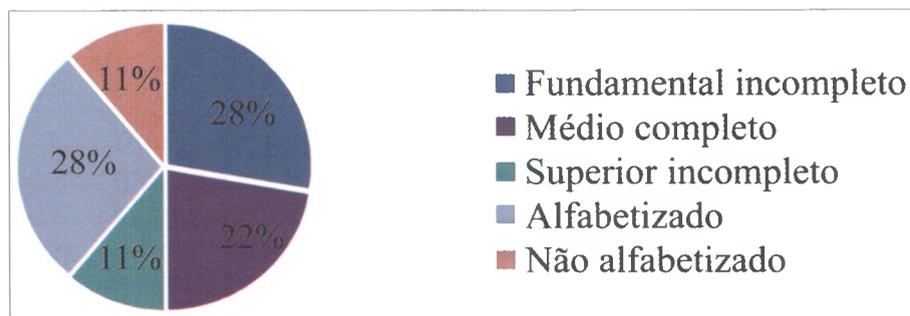
Figura 01 – Faixa etária dos entrevistados.



Fonte: Pesquisa direta (2013)

Foi possível perceber que os integrantes da associação encontram-se em uma faixa de 18 a mais de 55 anos. Não foi constatado nenhum membro com idade menor que 18 anos, mas percebeu-se uma maioria (35%) de jovens com idades entre 18 e 25 anos, o que é bastante curioso, tendo em vista a dificuldade de manter os jovens no sertão nordestino, principalmente nos períodos de estiagem. 25% dos integrantes da associação estão na faixa etária entre 26 e 35 anos, o que representa um número bastante expressivo. As idades entre 36 e 45 e também entre 46 e 55 corresponderam a 10% cada uma. Com mais de 55 anos, havia 20% dos associados, o que chama atenção justamente por que acima de 55 anos, normalmente, as pessoas já possuem uma aposentadoria e terminam se acomodando e não buscando novas alternativas para aumentar sua renda e promover melhoria da qualidade de vida.

Figura 02 – Grau de instrução dos entrevistados.

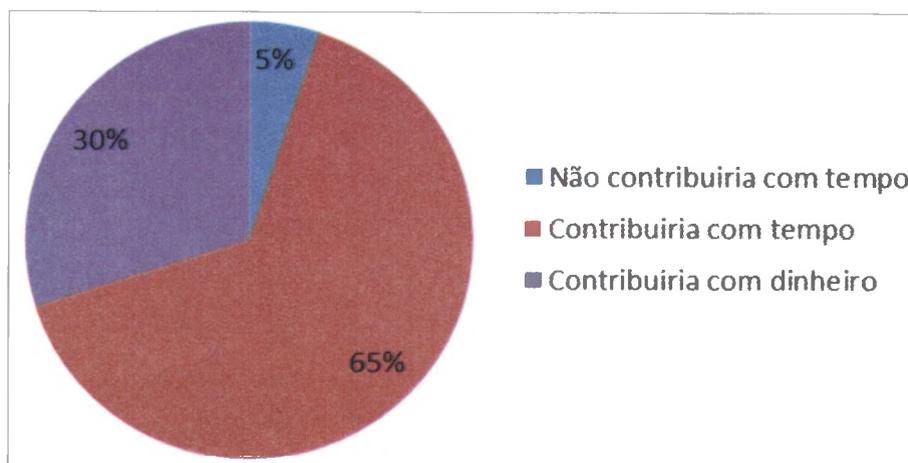


Fonte: Pesquisa direta (2013).

Em relação ao grau de instrução, foi possível verificar que a maioria dos associados (89%) é escolarizada, sendo que 28% dos entrevistados possuem o ensino fundamental incompleto, outros 28% são alfabetizados, 22% possuem o ensino médio completo e 11% possuem o superior incompleto. Apenas 11% não são alfabetizados, o que corresponde a um percentual que está acima da média Nacional (8,7%) e abaixo da média do nordeste (17,4%), segundo o PNAD/IBGE (BRASIL, 2012). Nenhum dos entrevistados declarou estar dentro das opções que correspondiam ao ensino fundamental completo ou ao ensino médio incompleto.

Em relação ao envolvimento dos entrevistados com a associação, a maioria (65%) se comprometeu a contribuir com tempo caso a associação precise, 30% contribuiria com dinheiro para melhorar a associação, apenas 5% não contribuiria com dinheiro, e nenhum dos entrevistados deixariam de contribuir com dinheiro caso a associação precisasse. Isto sinaliza que os associados coletivamente, em prol do bom funcionamento da associação, mesmo que não receba benefício individual. Percebe-se, portanto, a prática de uma consciência coletiva, voltada para o benefício do grupo e não para a individualidade humana, podendo-se afirmar que os princípios e práticas da economia solidária foram bem apreendidos pelo grupo.

Figura 03 - Contribuiria com seu tempo ou dinheiro para um projeto da associação que não o beneficiasse diretamente.



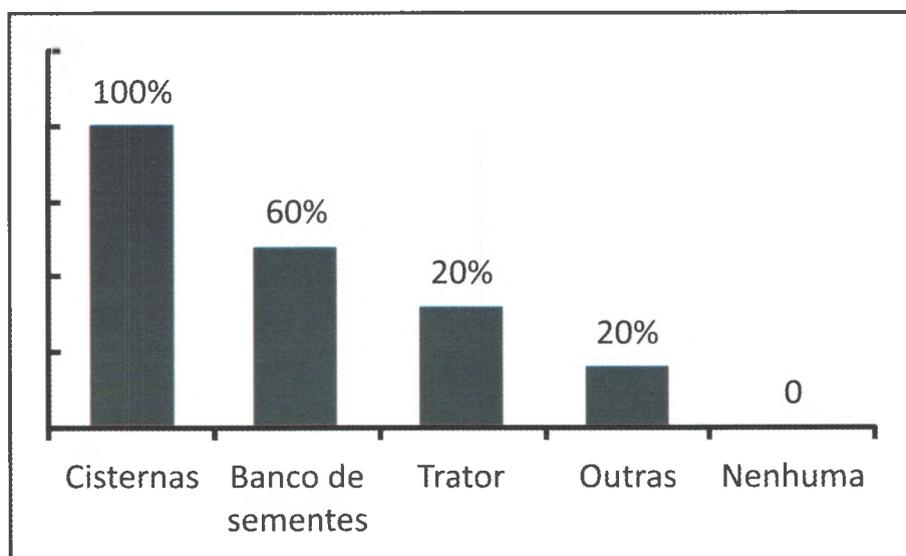
Fonte: Pesquisa direta (2013).

Quando questionados se nos últimos 12 meses alguém da associação participou de alguma atividade comunitária, todos foram unânimes em confirmar sua presença em mutirões coletivos, encontros municipais e estaduais, reuniões para discutir as dificuldades da associação e propor as soluções, além de oficinas orientando sobre os cuidados que devem ter com o lixo. Isto indica que há um envolvimento efetivo dos associados e que estes se interessam e se empenham não só na resolução dos problemas que, porventura, possam vir a surgir, mas também na aprendizagem de novos conhecimentos que contribuam para o bom andamento tanto da associação, em geral, quanto de suas vidas, em específico.

Quando perguntados se se sentiam com poder para tomar decisões que pudessem melhorar o curso da associação, 90% dos entrevistados disseram que sim e 10% disseram que não, deixando claro que a maioria dos associados sente-se com poder dentro da associação e que as decisões não estão concentradas nas mãos de uma pessoa ou de um pequeno grupo, mas de todos os associados, reproduzindo uma verdadeira prática associativista e autogestionária.

Ao serem questionados sobre, nos últimos meses, quantas vezes as pessoas da associação se reuniram para debater melhorias para o grupo, 100% dos entrevistados afirmaram que se reuniram algumas vezes, mais que cinco vezes para discutirem melhorias para o desenvolvimento da associação. Também declararam que nenhum dos participantes se negou a comparecer às reuniões para debater sobre melhorias. Isto indica que o grupo busca estar ciente de tudo que diz respeito à associação e da importância dos associados se fazerem presentes às reuniões para, assim, poderem tomar suas decisões coletivamente.

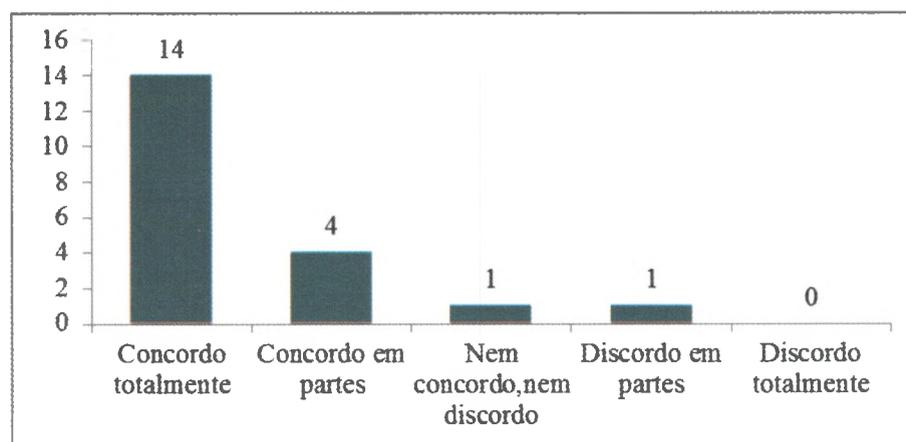
Figura 04 – Principais tecnologias sociais que os entrevistados têm acesso.



Fonte: Pesquisa direta (2013).

Em relação às tecnologias sociais que os associados têm acesso, 100% dos entrevistados confirmaram que possuem cisternas de placas, o que contribui de forma significativa para amenizar o sofrimento no período de seca; 60% tem acesso ao banco de sementes, que eles utilizam essas sementes para plantar e, após a colheita, devolvem ao banco o que utilizaram; 20% contam com trator, que utilizam para arar a terra e prepará-la para o plantio; e 20% afirmaram contar com outras tecnologias a exemplo de quintais produtivos, confecção de tela, tanque em pedra.

Figura 05 – A associação a que você pertence está disposta a ajudá-lo caso precise?



Fonte: Pesquisa direta (2013).

Sobre a ajuda que a associação pode dar, caso cada associado precise, cerca de 70% concorda que pode contar integralmente caso haja necessidade, 25% concorda em partes, não demonstram tanta confiança, e 5% está dividido entre aqueles que nem concorda, nem discorda ou concorda em partes ou não sabe opinar a respeito. Entretanto, nenhum dos membros concorda que não pode contar com associação.

Quando questionados se estavam satisfeitos com a associação e quais os benefícios que ela trouxe para os associados, 100% afirmaram estar satisfeitos porque trouxe vários benefícios a exemplo das cisternas, do quintal produtivo, tanque em pedra comunitário com capacidade de armazenamento de água, aproximadamente 400.000L, cisterna de produção familiar com capacidade de armazenamento de 52.000L, implantação e manutenção do pomar de frutas coletivo com mais de 500 plantas, sendo a maioria frutíferas, construção de vários galinheiros familiares, manutenção da palma coletiva, beneficiamento para 32 famílias com caprinos no sistema de repasse, manutenção da cerca da área coletiva, manutenção do sistema de abastecimento de água coletivo, parceria com o projeto Cooperar do Governo do Estado da Paraíba, conseguido pela associação de Ventania, e a construção de 12 cisternas de produção com capacidade de 52.000L.

Indagados se possuíam conhecimento sobre economia solidaria e qual era esse conhecimento, 95% disseram que sim e apenas 5% responderam que não, os que tinham o conhecimento citaram como exemplo o fundo rotativo, que auxiliou na construção de cisternas de placas familiar para armazenar água de consumo humano, financiadas pela Caritas brasileira (entidade da igreja católica) que financiava a cisterna e as famílias devolviam solidariamente mensalmente os recursos correspondentes ao valor da cisterna de acordo com as condições de cada um para que a Caritas pudesse, com esse recurso, financiar outros projetos.

Mesmo diante das dificuldades dos associados, eles encontraram, por meio da associação e do uso das tecnologias sociais, formas de amenizar o sofrimento, se fortalecendo enquanto grupo, e continuando se reunir periodicamente para traçar melhorias para os associados.

5 CONCLUSÕES

Observou-se nesse estudo que o uso das tecnologias sociais na associação de pequenos agricultores de Cacimbas-PB, contribuiu de forma extraordinária para diminuir o sofrimento daquela comunidade que, além de contar com um dos piores IDHs do país, as pessoas são excluídas do sistema capitalista, não tem empregos e, então, não conseguem gerar renda.

Os moradores dessa comunidade encontravam-se com baixa estima, não tinham o reconhecimento nem tampouco o respeito das pessoas da sociedade, só dispunham de água na época do inverno, no período de estiagem as famílias saíam em busca de água nas comunidades vizinhas a 3 Km de distância de suas casas, não tinham energia elétrica nem outros serviços básicos.

Após a fundação da associação, surgiu a necessidade da utilização de técnicas que diminuíssem o sofrimento do povo daquele lugar. Assim, a associação conseguiu energia elétrica, desenvolveu a construção de cisternas individuais e coletivas, construiu mais de 50 quintais produtivos familiares, implantou um banco de sementes e uma poupança comunitária e, atualmente, estão construindo uma horta comunitária com economia de água.

Fica claro que as tecnologias sociais contribuíram para melhorar a vida dos associados, que eles têm conhecimento sobre economia solidaria e a praticam, e que os avanços adquiridos por eles contribuíram inclusive para reduzir o êxodo rural. O desafio da associação agora é envolver mais famílias nessa dinâmica, atrair mais jovens e disseminar em cada um o conhecimento e a prática sobre desenvolvimento sustentável.

6 REFERÊNCIAS

ANDRIOLI, A. I. **Trabalho Coletivo e Educação:** um estudo das práticas cooperativas do Programa de Cooperativismo na Região da Fronteira Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Unijuí/RS: UNIJUÍ, 2001. P. 25-60.

BERNARDO, J. **A Autogestão da Sociedade prepara-se na Autogestão das Lutas.** Revista Piá Piou, 2006.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria de Política Econômica. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio**. PNAD. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE. Contagem Populacional. 2012. Disponível em: www1.fazenda.gov.br. Acesso em 29 de setembro de 2013,

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. IBGE, 2010. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em 15 de setembro de 2013.

COELHO, J. **Economia solidária e desenvolvimento sustentável**: análise preliminar visando avaliar os espaços da economia solidária no RS. Grupo de Pesquisa 13: Socioeconomia Solidária e Desenvolvimento Local. XLIV Congresso da SOBER “Questões Agrárias, Educação no Campo e Desenvolvimento”. 2006.

DOGNINO, R. **Tecnologia Social**: ferramenta pra construir outra sociedade. Campinas: Komedi, 2010.

FREITAS, L. C. A luta por uma pedagogia do meio: revisitando o conceito. *In*: PISTRAK, M. M. **A Escola-Comuna**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

FEENBERG, A. O que é a filosofia da tecnologia. *In*: NEDER, Ricardo T. **A teoria Crítica de Andrew Feenberg**. Brasília: Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina/Cds/Unb/Capes, 2010, p. 51-65

LAMARCHE, H. **A Agricultura Familiar**. Vol II – Do mito à realidade. Unicamp, 1998. 348 p.

MARX, K. **Manuscritos Econômico-filosóficos e Outros Textos Escolhidos**. São Paulo: Nova Cultural, 1987. (Os Pensadores)

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. 7. ed., v. 1. São Paulo: DIFEL, 1982.

MARX, K. **Crítica ao programa de Gotha**. Moscou: Editorial Progressivo, 1979.

NASCIMENTO, C. **O socialismo como autogestão**: a autogestão e o novo cooperativismo 1º. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SINGER, P. **Solidariedade na Economia**: uma alternativa à competição capitalista, 2003. Entrevista. Disponível em: www.base.socioeco.org. Acesso em 26.09.2013.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. Economia Solidária. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SINGER, P. **Globalização e Desemprego**: diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto, 2000.

TRAGTENBERG, M. **Reflexões Sobre o Socialismo**. São Paulo: Moderna, 1986.

Economia Solidária e práticas pedagógicas na Educação de Jovens e Adultos

Nadia Farias dos Santos
Rosalva Dias da Silva

1 INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) vem passando por transformações ao longo de sua história, dada às características desse público, fazendo-se necessária uma maior aproximação entre a escola e o cotidiano de cada jovem ou adulto matriculado e ocupante de seus bancos escolares. A Economia Solidária (ECOSOL), por sua vez, tem ocupado um espaço significativo nas agendas educacionais, tendo em vista as várias ações empreendidas pelo poder público nessa área, especialmente depois da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, em 2003 (SINGER, 2011).

A educação precisa estar atenta à economia, especificamente à economia solidária. Incluí-la e imprimi-la na práxis docente se constitui um grande desafio, pois esbarra no despreparo oriundo da formação dos docentes sobre esse tema, que dificulta sua inserção nos conteúdos e nos currículos escolares. Nessa perspectiva, faz-se necessário questionar qual é o conhecimento que professores e alunos detêm sobre economia solidária? Qual é o tratamento didático-pedagógico empreendido pelos professores à economia solidária nas escolas? As práticas educativas contemplam novas posturas frente ao mundo do trabalho e, em especial, ao mundo do trabalho dos jovens e adultos? Existe um processo reflexivo no interior das escolas para reavaliação e reconstrução de currículos que aliem educação e trabalho?

Dessa forma, analisar o panorama escolar da educação de jovens e adultos e sua conexão com a economia solidária, com o mundo do trabalho e com as concepções e práticas dos docentes e alunos se constitui o objetivo geral desse estudo, que tem como objetivos específicos: Analisar a Educação de Jovens e Adultos e sua articulação com o mundo do trabalho na perspectiva da economia solidária; Identificar a inserção nos currículos dos princípios e/ou conteúdos relacionados à economia solidária e Identificar nos docentes posturas de incentivo aos empreendimentos econômicos solidários nas salas de aula da Educação de Jovens e Adultos de escolas públicas (municipal e estadual) da cidade de Patos, buscando discutir a articulação entre educação e trabalho.

Diante dessa perspectiva ressalta-se a necessidade desse estudo como importante veículo de reavaliação da educação de jovens e adultos na perspectiva da economia e de seus desdobramentos na construção de uma nova identidade para esse segmento educacional.

2 REVISÃO DA LITERATURA

O Brasil tem uma dívida histórica com a educação de jovens e adultos, débito derivado da ausência de políticas públicas capazes de atender à demanda dessa população ao longo da história da educação brasileira. Assim, apresentaremos resumidamente as raízes históricas da educação de jovens e adultos, as práticas pedagógicas desenvolvidas nas escolas e as políticas públicas para a EJA.

2.1 A Educação de Jovens e Adultos

2.1.1 Breve histórico

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), no Brasil, tem uma trajetória histórica que se inicia com a colonização portuguesa, especificamente com a chegada dos Jesuítas, a fim de ca-

tequizar e disseminar os preceitos da religião católica como primeiras iniciativas de educação para a população adulta. Posterior à expulsão dos Jesuítas pelo Marquês de Pombal iniciou-se um novo período na educação, impulsionado pelos ideais iluministas e pelo contexto econômico, moderno e capitalista.

Em 1808, com a chegada da corte portuguesa ao Brasil, o ensino passou por uma série de mudanças com a criação do ensino profissionalizante em nível médio e do ensino superior, destinados a atender a elite brasileira e não à população comum.

Com a independência, um ano após o retorno da corte a Portugal, o Império adotou entre suas medidas para a educação o método Lancaster de ensino (GHIRALDELLI JR, 2001).

Durante a República, com a industrialização crescente e o entusiasmo pela educação, iniciou-se uma pressão pela escolarização da população, reforçada pelos dados que apontavam, em 1920, 75% de jovens analfabetos em idade escolar.

A educação de adultos começa realmente a tomar forma na década de 1930 conjuntamente com os primeiros delineamentos de um sistema público de educação elementar (MEC, 2001).

Seguem-se a esse momento as ações governamentais em prol da instrução de jovens e adultos como a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) em 1947, a Campanha de Educação Rural em 1952 e a Campanha de Erradicação do Analfabetismo em 1958.

A Constituição Federal Brasileira de 1988 amplia os deveres do Estado com os jovens e adultos garantindo-lhes o ensino fundamental público e gratuito. E, na década seguinte, a partir da Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomtiem, na Tailândia (1990), acaba-se reconhecendo a importância da alfabetização para a aprendizagem e para aquisição de novos conhecimentos (UNESCO, 2008).

Durante essa década há um arrefecimento das ações voltadas para os jovens e adultos, retomado com a chegada do terceiro milênio que trouxe mais uma ação de alfabetização em massa, a Alfabetização Solidária, transformada no ano de 2003 em Brasil Alfabetizado, um programa que continua funcionando até os dias atuais.

Ainda na atualidade, a educação de Jovens e Adultos apresenta grandes desafios no que diz respeito à erradicação do analfabetismo, a vinculação ao mundo do trabalho – ainda distante da realidade das escolas de EJA - e promoção de uma educação que realmente seja para todos, assegurando a essa parcela da população os direitos constitucionais básicos.

2.1.2 A prática pedagógica na Educação de Jovens e Adultos

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade da educação básica inserida nos níveis fundamental e médio e é caracterizada, de acordo com o artigo 37 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, pelo atendimento “àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria” (BRASIL, 2011, p.25).

Para este estudo, adotou-se a categorização do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística que estipula a faixa etária dos 15 aos 24 anos para jovens e estabelece como adultos a que compreende o período etário que abrange dos 25 aos 59 anos ou mais. (IBGE, 2008, p. 10-16).

Em relação aos jovens e adultos brasileiros existe uma dívida social e educacional como fruto histórico de um passado perverso aliado a fatores políticos, administrativos, de planejamento e qualidade de ensino que são determinantes do sucesso ou insucesso de muitos alunos.

As diretrizes curriculares nacionais para a educação de jovens e adultos (BRASIL, 2000, p. 5) a respeito disso expressam que

a Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa uma dívida social não reparada para com os que não tiveram acesso a e nem domínio da escrita e leitura como bens sociais, na escola ou fora dela, e tenham sido a força de trabalho empregada na cons-

tituição de riquezas e na elevação de obras públicas. Ser privado deste acesso é, de fato, a perda de um instrumento imprescindível para uma presença significativa na convivência social contemporânea.

Essas diretrizes estabelecem três funções para a modalidade EJA: a função reparadora, cuja finalidade é a restauração dos direitos históricos, sociais e educacionais negados; a função equalizadora, que visa corrigir as disparidades de oportunidades de acesso, permanência e sucesso desse público na escola; e a função qualificadora, que visa propiciar atualização dos conhecimentos e a qualificação profissional para a permanência ou reinserção no mercado de trabalho (BRASIL, 2000, p. 11).

Para que essas premissas sejam alcançadas na educação de jovens e adultos, se faz necessário que as práticas pedagógicas estejam imbuídas nesse propósito - de atender as especificidades desse público - o que pressupõe o conhecimento da identidade dos alunos da EJA, suas origens, suas vivências, ritmos e processos de aprendizagens, realidade social e cultural e o processo de exclusão aos quais foram submetidos (BRASIL, 2006). Dessa forma, é necessário entender a prática como uma ação que é capaz de transformar a realidade.

A construção de uma prática que promova aprendizagens significativas para o aluno de EJA esbarra nas concepções dos professores que conduzem o processo dentro das salas de aulas e da forma como ele percebe a relação ensino e aprendizagem, podendo se enxergar nesse processo como mero transmissor de saberes ou como produtor de saberes (FREIRE, 1996, p. 22).

No entanto, falar em prática pedagógica para a educação de adultos, ou seja, em processos educativos de sujeitos jovens e adultos, preconiza uma ação pedagógica para além da pedagogia, para uma andragogia - arte e ciência de ajudar adultos a aprenderem.

Além de diferenças etimológicas, andragogia e pedagogia se contrapõem em aspectos que, segundo Canário (2008) e Osório (2003), se estabelecem em relação à necessidade de saber dos aprendentes, visto que enquanto a pedagogia focaliza a aprendizagem e o que o professor ensina, a andragogia enfoca o motivo pelo qual se deve aprender.

Quanto ao que se refere à orientação para a aprendizagem, o modelo pedagógico encara a aprendizagem como um processo de aquisição de conhecimentos, uma lógica centrada nos conteúdos, enquanto que o modelo andragógico é direcionado para resolução de problemas e para o cotidiano dos alunos.

O mais importante na prática pedagógica da educação de jovens e adultos é a valorização da experiência, tanto em relação aos anos de vida nos quais se acumulam diversos saberes e vivências, quanto em consideração aos diversos contextos e papéis que os jovens e adultos assumem em seu cotidiano.

2.1.3 As políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos

A realidade educacional brasileira é fruto de uma construção histórica de políticas governamentais, pontuais, voltadas para o desenvolvimento econômico. Para a educação de jovens e adultos essas políticas eram voltadas para um caráter assistencialista, compensatório e emergencial (SILVA, 1996, p. 2).

A trajetória da educação de jovens e adultos traz suas primeiras ações empreendidas pelos Jesuítas com o plano de instrução. Segundo Friedrich et. al. (2010, p. 394) com a vinda da Família Real Portuguesa em 1808 surgiu a necessidade de trabalhadores para atender à sua aristocracia como serviços implantando-se, dessa forma, a escolarização de adultos.

Com um currículo voltado para a alfabetização foi criada a primeira escola noturna para adultos em 1854 (PAIVA, 1973) que rapidamente se expandiu chegando a 117 escolas em 1874 (FRIEDRICH et. al., 2010, p. 394).

O impulsionar para a educação de adultos se deu a partir da proibição do voto aos anal-fabetos com a Lei Saraiva em 1881 e a educação passou a ser considerada um meio de ascensão

social, sendo ratificada na Constituição de 1891, que apenas admitia eleitores e candidatos que soubessem ler e escrever.

Nas primeiras décadas do século XX, houve a ampliação da rede escolar e as ligas contra o analfabetismo que, de olho no voto dos analfabetos, surgiram em 1910 com a intenção de acabar com o analfabetismo que mantinha entre os anos de 1900 e 1920 uma taxa de 65% de analfabetos com 15 anos ou mais (INEP, 2003, p. 6).

As mudanças econômicas e políticas e a industrialização no Brasil nas décadas de 1920 e 1930 intensificaram a discussão sobre a educação como dever do Estado, aparecendo na Constituição de 1934 o reconhecimento desse direito pela primeira vez, permitindo que a EJA começasse a demarcar seu lugar na educação brasileira.

Na década de 1940 e 1950 aconteceram mudanças, dentre elas a criação do Sistema Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) evidenciando um currículo direcionado para a profissionalização necessária ao desenvolvimento da indústria brasileira, vinculando assim a educação de adultos à educação profissional.

Essas décadas foram marcadas pelos movimentos sociais, campanhas nacionais de educação em massa - a Primeira Campanha Nacional de Educação de Adultos (1957) e Campanha de Erradicação de Adultos (CNEA) em 1958 -, a criação do Serviço de Educação de Adultos (SEA), Campanhas de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), todas essas iniciativas visando combater o analfabetismo que ainda atingia em torno de 50% da população.

Tais políticas também eram produto das pressões internacionais para erradicação do analfabetismo da recém-criada Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização das Nações Unidas para a educação, ciência e cultura (UNESCO) que consideravam a educação como o caminho do desenvolvimento para as nações atrasadas (STRELHOW, 2010, p. 53).

No início dos anos de 1960 as mobilizações sociais, políticas e culturais se intensificaram consideravelmente e a educação de adultos tomou mais espaço nas agendas educacionais sendo refreada pelo golpe militar que acabou criando o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), com caráter centralizador e doutrinário, trazendo o componente pedagógico e curricular para o modelo capitalista de produção e consumo.

O Mobral e a Cruzada Ação Básica Cristã (ABC) visavam o controle da população e se opunham às ideias de Paulo Freire e aos princípios da educação popular (FRIEDRICH et. al., 2010).

Contemplando os jovens e adultos a Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional (LDB), Lei 5.692 de 1971, regulamentou o ensino supletivo com o objetivo de repor a escolaridade, a aprendizagem e a qualificação, lei de cunho tecnicista com fins à preparação para a profissionalização dos jovens e adultos.

Em relação ao ensino supletivo Haddad e Di Pierro (2000, p. 117) refletem que “[...] o Ensino Supletivo se propunha a recuperar o atraso, reciclar o presente, formando uma mão-de-obra que contribuísse no esforço para o desenvolvimento nacional, através de um novo modelo de escola”.

Os anos de 1980 trazem mudanças nas políticas públicas para a EJA, quando é extinto o Mobral e em seu lugar surge a Fundação Educar. O governo federal cria uma comissão para a elaboração de diretrizes curriculares político-pedagógicas para essa fundação que reivindica a criação de políticas públicas para a educação de adultos, financiamento e alterações na legislação. A Constituição de 1988 passa, então, a garantir a todos o direito à educação gratuita, inclusive para os que não tiveram acesso a ela na idade própria.

A década de 1990 se inicia com a Conferência Mundial de Educação para todos em Jontiem, na Tailândia, e o lançamento do Ano Internacional da Alfabetização. A declaração mundial aprovada pela referida conferência, em seu artigo 3º expressa sobre a educação básica que “[...] deve ser proporcionada a todas as crianças, jovem e adulto. Para tanto é necessário universalizá-la e melhorar sua qualidade, bem como tomar medidas efetivas para reduzir as desigualdades”.

Dessa forma se instalam as políticas de universalização do ensino. Ainda nessa década são criados o Movimento de Alfabetização (MOVA) e o Programa de Alfabetização Solidária, que mais parecia um retorno às antigas campanhas dos anos de 1940 e 1950.

A Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional nº 9.394 promulgada em 1996 instituiu a EJA como modalidade da educação básica nas etapas do ensino fundamental e médio.

A declaração de Hamburgo (1997) reitera a necessidade de promoção de adultos ao longo da vida e que esta educação é a chave para o século XXI (UNESCO, 1997, p. 1-2). O governo da época, mesmo com todo aparato legal, manteve a EJA à margem das políticas públicas inclusive excluindo-a do Fundo de Manutenção da Educação Fundamental (Fundef) que foi criado em 1997.

O século XXI inicia com a homologação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (2000) e dá continuidade aos projetos governamentais de adoção de políticas educacionais de cunho neoliberal, subordinando a educação ao sistema econômico e continuando no governo as ações na educação regidas pela lógica do mercado capitalista.

No ano de 2005 é criado o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem, cuja proposta é atender aos jovens que não tinham concluído o ensino fundamental, seguindo no ano de 2006 com criação do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, que Moura (2006, p. 61) assim caracteriza:

O PROEJA surge, então, com a dupla finalidade de enfrentar as descontinuidades e o voluntarismo que marcam a modalidade EJA no Brasil, no âmbito do Ensino Médio e, além disso, integração básica de uma formação profissional que contribua para a integração socioeconômica de qualidade desses coletivos.

No ano de 2007, o Fundef é substituído pelo o Fundo Nacional da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) que passa a incluir a EJA na destinação de seus recursos.

Na prática, as políticas públicas para a EJA ainda estão distantes de atender às necessidades e especificidades dos mais de 15 milhões de brasileiros que correspondem a 9,6% da população com pouca ou nenhuma escolarização (IBGE, 2010), mas que estão inseridos no mercado de trabalho em uma sociedade imersa em tecnologia da informação e comunicação, mesmo de forma precária.

Com esse entendimento e diante do que foi exposto sobre as ações empreendidas para a EJA e, ainda, concebendo as políticas públicas na perspectiva de Azevedo (2003, p. 38): “política pública é tudo o que um governo faz e deixa de fazer, com todos os impactos de suas ações e de suas omissões”, percebe-se que as políticas assumidas pelos poderes públicos, especialmente nas últimas décadas, não tem possibilitado à EJA avanços significativos, mas têm se pautado pelas orientações dos mecanismos internacionais e ainda se operacionalizam de maneira emergencial, assistencialista e improvisada, comprometendo a garantia do direito pleno à educação à classe trabalhadora brasileira.

2.2 Economia Solidária e a Educação de Jovens e Adultos

A economia solidária (ECOSOL) surgiu como alternativa de organização econômica para a sociedade contra o capitalismo industrial e a exploração desenfreada das massas populares como mão de obra barata, focada no associativismo, cooperação, solidariedade e democracia. Ela tem seus fundamentos no século XIX na Inglaterra, impulsionada pelas ideias e ações de Robert Owen (SINGER, 2002).

De acordo com esse autor, a ausência de controle da exploração do trabalho por parte dos industriais da época suscitou em alguns deles, a proposição de leis de proteção ao trabalhador que limitassem a jornada de trabalho e a proibição do emprego de crianças nas fábricas. Entre estes industriais encontrava-se Owen que tratava seus funcionários com generosidade e erguia escolas ao invés de contratar o trabalho infantil.

Entre as ideias de Robert Owen, as aldeias cooperativas surgiram como um plano de auxílio ao combate à pobreza e ao desemprego gerado pela depressão econômica da Grã-Bretanha do século XIX. Esse plano envolvia a compra de terras e a construção de aldeias para onde o proletariado seria direcionado para produzir sua subsistência, trocando o excedente da produção entre elas.

Com a recusa do governo britânico em implementar o seu plano, Owen, desiludido, partiu para os Estados Unidos, onde executou suas ideias, sem muito sucesso. Tais ideias lançam as bases do cooperativismo, das políticas públicas de emprego e da luta sindical (SINGER, 2002).

A Cooperativa dos Pioneiros Equitativos de Rochdale (1844) foi a mais famosa sendo também considerada como a “mãe das cooperativas” por adotarem princípios que se tornaram os princípios universais do cooperativismo. A partir de Rochdale e de seu sucesso, as cooperativas se multiplicaram pela Grã-Bretanha e em seguida pela Europa e mundo (SINGER, 2002).

No Brasil, a economia solidária é um muito recente. Surge no final do século XX, na sociedade civil, como um mecanismo de enfrentamento da crise socioeconômica e política da época.

A industrialização nacional provocou um excedente de mão de obra, aumentando consideravelmente o proletariado e aliando isso às lutas dos movimentos sociais contra a exclusão social e econômica, o que proporcionou um terreno fértil para o surgimento da economia solidária no Brasil (POCHMANN, 2004; PITAGUARI, 2010; SCHIOCHET, 2012).

Além disso, a desestruturação do mercado de trabalho a partir dos anos 80 gerou uma diminuição dos empregos formais e promoveu a elevação da aquisição de renda através de ocupações nos segmentos de trabalho não organizados (PITAGUARI, 2010).

Os primeiros passos da economia solidária brasileira aconteceram com ações comunitárias financiadas pela Cáritas Brasileira para a população pobre da periferia, como afirma Pitaguari (2010, p. 89):

As primeiras experiências de economia solidária no Brasil surgiram no começo da década de 1980, a partir da iniciativa dos Projetos Alternativos Comunitários (PACs) os quais, entre outras coisas, visavam gerar trabalho e renda de forma associativa para moradores das periferias pobres das regiões metropolitanas e da zona rural do país.

O mesmo autor diz que outra maneira de início da economia solidária foi através da tomada de controle de fábricas falidas ou prestes a falir pelos seus empregados que as recuperaram assumindo o modelo de cooperativas de autogestão.

De acordo com Schiochet (2012, p.24) a economia solidária “emerge como uma proposta de experimentação da democracia na organização econômica da produção, distribuição, comercialização e consumo de bens e serviços”, frente à instabilidade econômica, desemprego e exclusão social. Segundo Sardá (2005, p. 279) as experiências com empreendimentos econômicos solidários se expandem na década de 90 por todo o país,

[...] experiências associativas e cooperativadas no campo da produção, resultado da reabertura de fábricas falidas pelos trabalhadores, alastram-se por todas as regiões do país, projetando-se inicialmente como processo alternativo de luta para evitar os malogros do desemprego e preservar os postos de trabalho nas empresas falidas.

A partir de 2001, com a realização do I Fórum Social Mundial (FSM), no Rio de Janeiro, a temática da economia solidária é estabelecida e constata-se o surgimento de políticas públicas de apoio aos empreendimentos solidários.

No ano seguinte, 2002, no II FSM realizou-se também a Conferência de Economia Solidária que estruturou uma equipe estratégica para a organização do fórum brasileiro de economia solidária.

Na realização do III FSM, em 2003, foi entregue um documento intitulado “Carta ao Lula” que apontava o nome de Paul Singer para uma Secretaria de Economia Solidária que foi criada em junho do mesmo ano e denominada de Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), na abrangência do Ministério do Trabalho e Emprego.

Ainda no mesmo ano, na III Plenária de Economia Solidária, foi criado o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). Essas ações consolidaram as políticas de ações voltadas para os empreendedorismos econômicos solidários no Brasil (POCHMANN, 2004). Com a SENAES e sua estruturação criaram-se os programas para efetivação de ações de articulação, apoio, formação e fomento às iniciativas econômicas solidárias de estímulo ao trabalho associativo e cooperativo, de integração ou reintegração dos indivíduos ao mundo do trabalho. Atualmente, de acordo com Singer (2002, p. 10) a economia solidária é:

Outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica.

Dessa forma, a economia solidária oferece à sociedade outra maneira de lidar com a economia, pautada na igualdade de condições, na não exploração e precarização do trabalho, na autogestão e na associação entre iguais, visando fortalecer as atividades econômicas fundadas no mundo do trabalho e na autogestão.

De acordo com Tiriba e Fisher (2012, p. 13) em relação à economia solidária e aos processos educativos de formação da população jovem e adulta pode-se entender que:

Educação ou formação em Economia Solidária têm sido as denominações utilizadas para fazer referência aos projetos e práticas educativas que têm como objetivo o desenvolvimento da Economia Solidária, englobando os processos de formação de formadores/as e os processos de formação dos trabalhadores/as que participam do conjunto de atividades econômicas organizadas sob a forma de autogestão.

Entretanto, as mesmas autoras assim conceituam economia solidária:

Trata-se de processos educacionais destinados a jovens e adultos que se associam para enfrentar, de forma coletiva, o desemprego estrutural e a precarização do trabalho decorrentes da crise do Estado do Bem-Estar Social e da crise do regime taylorista/fordista de acumulação de capital.

A economia solidária tem um potencial de transformar os arranjos econômicos de forma mais igualitária e justa. Esses empreendimentos vêm crescendo como forma de organizar a produção e o consumo na busca da igualdade econômica, em contraposição ao modo de produção capitalista vigente. Para Gainger (2003, p. 194):

A Economia Solidária não reproduz em seu interior as relações capitalistas, pois as substitui por outras, mas tampouco elimina ou ameaça a reprodução da forma tipicamente capitalista, ao menos no horizonte por ora apreensível pelo conhecimento.

A economia solidária vem proporcionar outras formas de agrupamentos econômicos que favorecem um tratamento igualitário a todos os seus integrantes. A união entre esta e a educação de Jovens e Adultos pode possibilitar a integração dos alunos com o mundo do trabalho tornando a escola mais atrativa e mais próxima á realidade dos alunos que dela fazem parte.

3 METODOLOGIA

3.1 Caracterização do campo de estudo

A pesquisa foi realizada em duas escolas públicas de ensino fundamental e médio, sendo uma municipal e outra estadual, ambas localizadas na cidade de Patos, na Paraíba, região nordeste do Brasil. O campo de estudo foi constituído pela Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria das Chagas e pela Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Auzanir Lacerda.

A escola municipal é de porte pequeno, cujo aspecto físico é constituído por seguintes ambientes: 06 salas de aula, diretoria e secretaria, biblioteca, sala de professores, quadra, pátio, cozinha, dispensa, 03 banheiros e 01 sala de informática pertencente ao Programa Nacional de Tecnologia Educacional (PROINFO). Quanto aos recursos humanos, a escola conta com 01 diretor, 01 vice-diretor, 01 secretário, 01 supervisor, 04 auxiliares de serviços gerais, 02 merendeira(s) e 18 professores, dos quais 08 são professores da EJA. Atende a 153 alunos no turno matutino, 147 no vespertino e 91 no noturno.

A escola estadual Auzanir Lacerda, por sua vez, é uma escola de porte médio e seu espaço físico é constituído por: 12 salas de aulas, diretoria, secretaria, sala de professores, quadra, pátio, dispensa, 08 banheiros, 01 laboratório de informática, 01 laboratório de ciências, 01 sala de judô, 01 biblioteca, 01 sala multifuncional, e 01 sala de coordenação pedagógica. Quanto aos recursos humanos, a escola conta com 01 diretor, 01 vice-diretor, 01 supervisor pedagógico, 01 psicopedagogo, 02 professores da sala multifuncional, 03 técnicos de secretaria, 03 inspetores de alunos, 02 técnicos para a sala de informática, 27 professores do ensino diurno, 12 do noturno, 02 professores readaptadas na biblioteca, 02 porteiros, 09 auxiliares e 02 vigilantes.

Os dados da pesquisa foram coletados através de questionários autoaplicáveis, respondidos pelos professores e alunos no período de agosto e setembro de 2013. Esse instrumento continha duas dimensões: uma que tratou sobre o perfil dos envolvidos, a partir de informações pessoais e a outra que inquiriu sobre questões relativas à economia solidária e trabalho. Os questionários continham 16 questões para os professores e 09 (nove) para os alunos, entre estas, questões dicotômicas de acordo com a classificação de Lakatos e Marconi (2007, p. 206-211). Para esse estudo foram distribuídos 20 questionários para professores e 120 para os alunos, sendo devolvidos 20 questionários de professores, o que correspondeu a um percentual de 100% de devoluções e 86 questionários dos alunos, correspondendo a 72%. Como metodologia de aplicação dos questionários foi escolhida a utilização dos planejamentos pedagógicos das escolas para a aplicação dos questionários dos professores e no caso dos alunos os períodos de aula, fator que colaborou para uma maior devolução do questionário da pesquisa.

3.2 Amostragem e coleta de dados

Este estudo foi desenvolvido a partir de uma pesquisa de campo do tipo quali-quantitativa e descritiva, realizada durante os meses de agosto e setembro de 2013, cujo universo populacional foi constituído por 20 professores e 269 alunos contabilizando 289 sujeitos das duas escolas, sendo a amostragem composta por 20 professores e 86 alunos, perfazendo um

total de 106 informantes, todos do ensino noturno da modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Dos professores da amostra, 08 ensinavam no ensino fundamental e 12 no ensino médio. Dos alunos, 37 eram do ensino fundamental e 49 do ensino médio.

Os instrumentos utilizados para a coleta de dados desta pesquisa foram: um questionário estruturado respondido pelos professores (com 16 perguntas) e alunos (com 10 perguntas) que compuseram a amostra por escola, selecionada de forma aleatória; e o Projeto Político Pedagógico de cada escola, para identificar a articulação entre educação e trabalho. O questionário aplicado buscou identificar o perfil dos informantes, bem como questões relativas a trabalho, práticas pedagógicas e educação.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Perfil dos informantes

Dentre os 20 professores participantes da pesquisa, a maioria (60%) era do sexo feminino e a menor parte (40%) era do sexo masculino. Separados por nível de ensino obteve-se o seguinte resultado: no ensino fundamental havia 87,5% do sexo feminino e 12,5% do masculino; no ensino médio 83% eram mulheres e 17% homens.

Os dados obtidos sobre o gênero dos professores coadunam-se com os índices nacionais apresentados na pesquisa “O Perfil dos Professores Brasileiros: o que pensam, o que fazem, o que almejam” (UNESCO, 2004, p.44), que caracteriza o magistério brasileiro como predominantemente feminino com 81,3% de mulheres e apenas 18,7% de homens corroborando com o quadro estabelecido pela pesquisa em foco.

Em se tratando de faixa etária, os professores pesquisados eram relativamente jovens, mantendo-se a maioria (35%) na faixa de 31 a 40 anos. 30% deles encontravam-se na faixa entre 18 a 30 anos, 25%, entre 41 a 50 anos e 10% entre 51 a 60 anos.

Quanto à formação profissional, 100% eram graduados em licenciatura, 80% possuíam pós-graduação em nível de especialização e 5% encontrava-se em nível de mestrado. Nenhum informante declarou ter doutorado. Em relação ao tempo de docência na modalidade da EJA, 65% declarou ter mais de cinco (05) anos na modalidade, 25% deles tinham menos de cinco (<05) anos de docência e 10% dos informantes não responderam a essa questão.

Dentre os 86 alunos participantes desta pesquisa, 63% eram do sexo feminino, 36% do sexo masculino e 1% não respondeu a essa questão. Quando separados por nível de ensino, obteve-se o seguinte resultado: no ensino fundamental 76% eram do sexo feminino e 24% do sexo masculino e no ensino médio, 53% dos informantes eram do sexo feminino e 47% eram do sexo masculino.

Verificou-se em relação à faixa etária, que os alunos eram bem jovens, estando 80,3% deles com idades entre 18 e 30 anos, 8,2% entre 31 e 40 anos, 1,2% entre 41 e 50 anos e 1,2% com mais de 60 anos. 5,8% destes participantes não informaram esta questão. Separados por nível de ensino, 100% dos alunos do ensino fundamental encontravam-se na faixa entre 18 e 30 anos, no ensino médio houve uma variação de idades, podendo ser encontrado 67,3% com idades entre 18 e 30 anos, 14,3% entre 31 a 40 anos, 4% entre 41 a 50 anos, 2,1% entre 51 e 60 anos, 2,1% com mais de 60 anos e 10,2% optaram por não responder a essa questão.

4.2 Questões relativas a trabalho e educação

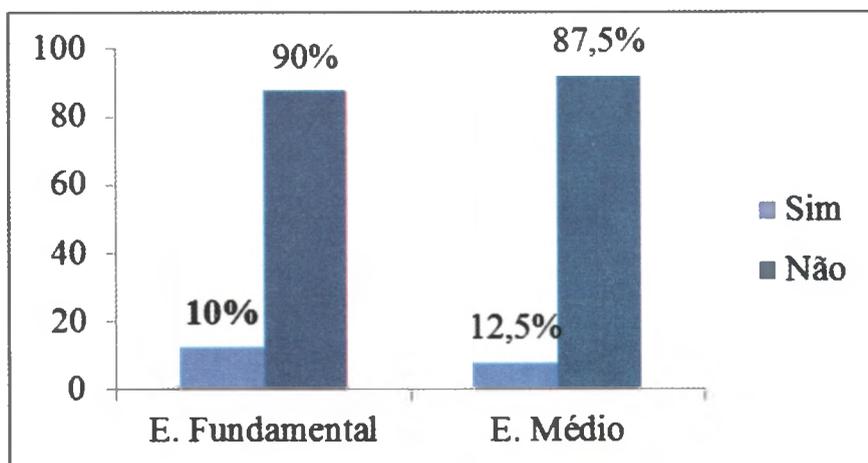
Os dados analisados e apresentados neste tópico da pesquisa devem contribuir para a visualização do panorama no qual se encontram as escolas da EJA investigadas, de ensino fundamental e médio da rede pública municipal e estadual, no que se refere à exploração da temática economia solidária relacionada à realidade de sala de aula, expressa na prática dos

professores e nas percepções dos alunos, a fim de estabelecer aproximações, avanços e dificuldades enfrentadas no tratamento destas questões.

Em relação à proposta em estudo foi perguntado aos professores se eles sabiam o que é economia solidária. As respostas obtidas permitiram saber que a maioria dos professores do ensino fundamental (87,5%) conhece a ECOSOL de alguma forma geral, mas no ensino médio apenas 42% dos docentes se declararam conhecedores dessa temática.

Quando inqueridos sobre a participação em formações sobre ECOSOL, em todas as categorias de acordo com a Figura 01, a maioria dos professores afirmou não ter participado de alguma formação nessa área, dado que pode influenciar na forma como os conteúdos da economia solidária são tratados no cotidiano escolar.

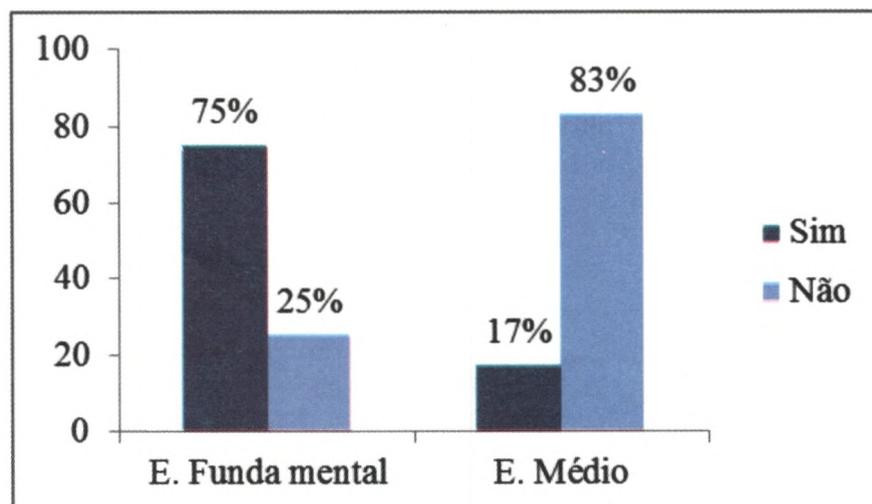
Figura 01 – Participação em formação sobre economia solidária.



Fonte: Pesquisa direta (2013).

Os docentes foram indagados sobre a presença no currículo da EJA dos conteúdos relacionados à economia solidária (FIGURA 02), nos dados coletados se percebe a disparidade entre o ensino fundamental e médio que apresentam 75% e 17% de afirmativa da presença desses conteúdos. Um ponto interessante a considerar é o porquê dessa diferença tão grande entre os níveis de ensino? O que faz o ensino fundamental apresentar em maior escala os conteúdos da ECOSOL em detrimento do ensino médio?

Figura 02 – Presença no currículo da EJA dos conteúdos da ECOSOL.

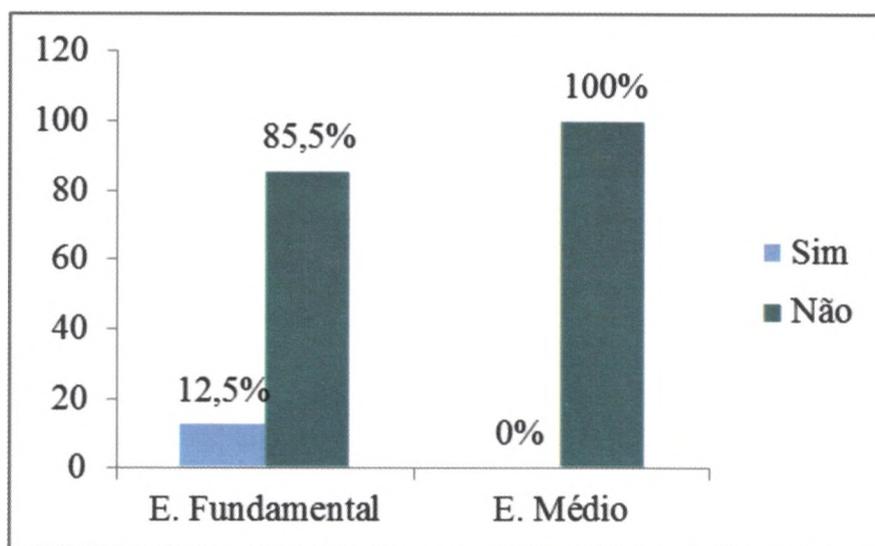


Fonte: Pesquisa direta (2013).

Quando perguntados se conheciam algum empreendimento solidário em sua região, 62,5% dos professores do ensino fundamental afirmaram ter conhecimento sobre empreendimentos de ECOSOL enquanto que no ensino médio apenas a metade revelou conhecer esses empreendimentos. Mais uma vez se manteve uma diferença entre as respostas dos níveis e o fundamental apresentando uma maior familiaridade com a temática em estudo do que o ensino médio.

Os alunos matriculados na EJA frequentemente já vivenciam a realidade do trabalho tanto no campo da formalidade como no da informalidade, esta última oferece um campo fértil para a economia solidária. Perguntados se tinham conhecimento sobre as ocupações de seus alunos e se elas se aproximavam da economia solidária, os professores responderam afirmativamente compondo 65% dos dados gerais. Em relação aos níveis, no ensino fundamental somente 12,5% afirmaram essa aproximação e no médio 100% não tem conhecimento a esse respeito (FIGURA 03).

Figura 03 – Conhecimento sobre ocupações dos alunos que se aproximem da ECOSOL.



Fonte: Pesquisa direta (2013).

Conhecer os alunos permite ao professor organizar melhor sua proposta de trabalho. Dessa maneira foi perguntado aos docentes se sabiam se seus alunos trabalhavam e 100% deles afirmaram saber da condição de trabalhador de seus alunos. Essa é uma informação importante, porque permite que os docentes planejem suas atividades a fim de contemplar o cotidiano dos alunos, ambiente favorável aos empreendimentos solidários.

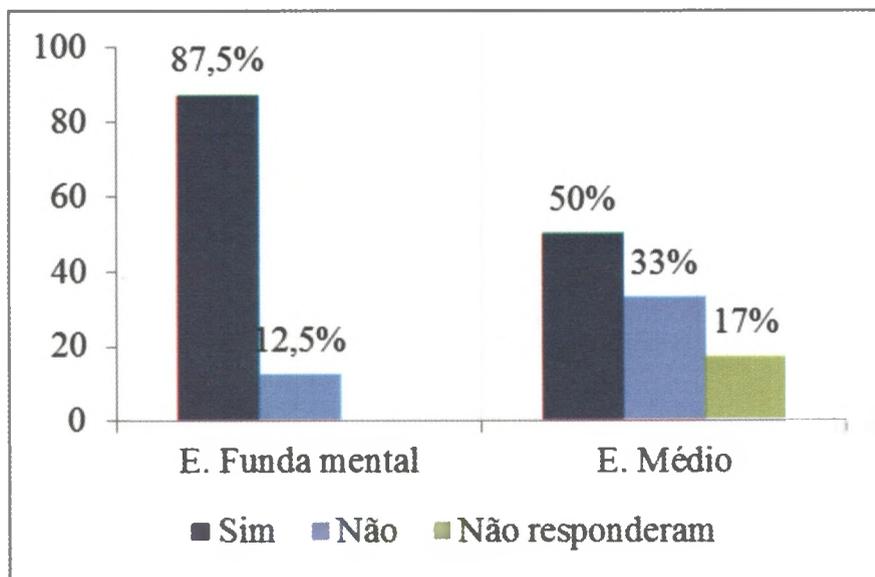
A realidade de trabalho geralmente é o impulsionador da saída dos jovens e adultos da escola regular para a modalidade da EJA. Devido à baixa escolarização boa parte dos alunos trabalha na informalidade e, diante dessa realidade social e econômica perguntamos aos docentes se eles tinham conhecimento sobre o trabalho informal dos alunos. 100% dos professores afirmaram que sim.

O planejamento é uma etapa fundamental da tarefa de ser professor. Com essa compreensão perguntamos aos docentes se eles levavam em consideração o mundo do trabalho no momento de selecionar conteúdos e atividades para seus alunos e 100% dos professores do ensino fundamental afirmou levar consideração o mundo do trabalho dos alunos enquanto apenas 67% no ensino médio disseram levar isso em consideração.

O Projeto Político Pedagógico é o documento norteador das ações da escola. Perguntamos aos professores se o projeto da escola fazia articulação entre educação e trabalho. Para

65% dos docentes os projetos faziam essa articulação. Na separação das informações por nível, no ensino fundamental 87,5% afirmaram que sim e no ensino médio o percentual de afirmativas dos docentes caiu para 50% apenas. A figura 04 expressa bem esses dados.

Figura 04 – Articulação do Projeto Político Pedagógico com educação e trabalho.



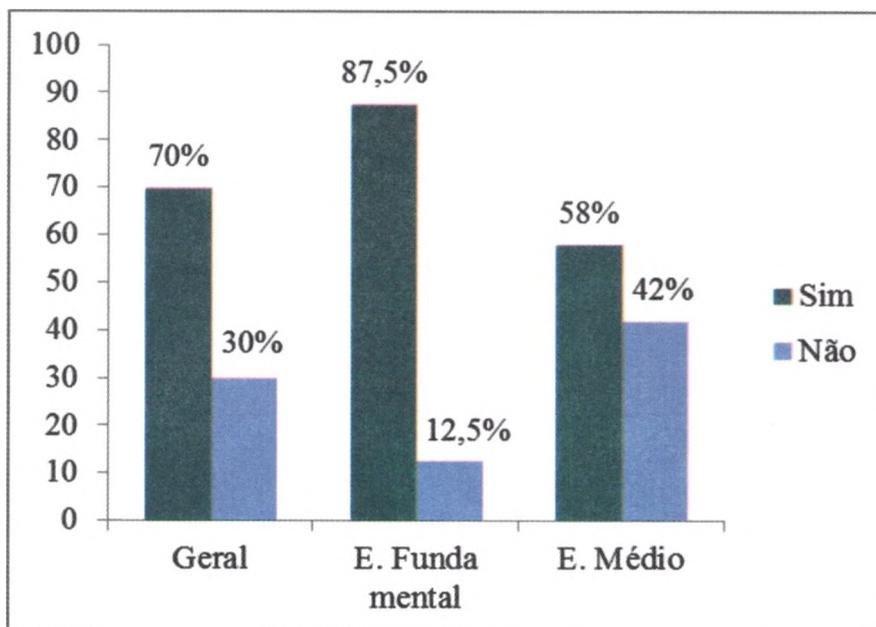
Fonte: Pesquisa direta (2013).

Finalizando o questionário dos professores, indagamos sobre a incorporação do contexto do trabalho pela EJA. Para 87,5% dos docentes a escola faz a conexão com o contexto do trabalho dos alunos, dado que apresenta diminuição para 58% no ensino médio ratificando a diferença das percepções entre os docentes desses níveis.

Em relação aos alunos envolvidos na pesquisa foi perguntado se eles sabiam o que era economia solidária, a maioria (66,3%) não sabia, mantendo-se essa maioria quando observado o recorte por nível de ensino.

A pergunta seguinte se ateve a descobrir se os pesquisados já tinham ouvido falar em economia solidária ou economia popular, uma vez que, em sua maioria não tinham conhecimento sobre ela conforme resultado apresentado no parágrafo anterior. Novamente a maioria manteve-se distante com um percentual de 63% de informantes que não ouviram falar em economia solidária ou economia popular.

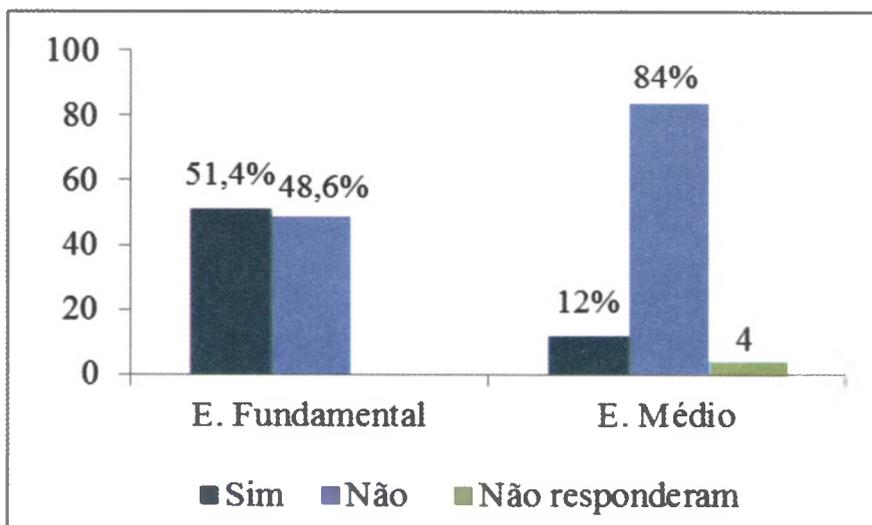
Figura 05 – Opinião dos docentes sobre a incorporação do contexto do trabalho na EJA.



Fonte: Pesquisa direta (2013).

Em relação à sala de aula foi perguntado se o professor, alguma vez, já se referiu à economia solidária em sala de aula. 51,4% dos estudantes do ensino fundamental responderam que sim, o que se justifica em parte por eles participarem do Programa Projovem Urbano que atua na área da profissionalização, ocorrendo o contrário com o ensino médio quando 84% dos alunos afirmam que seus professores nunca se referiram à economia solidária.

Figura 06 – Sobre economia solidária em sala de aula.

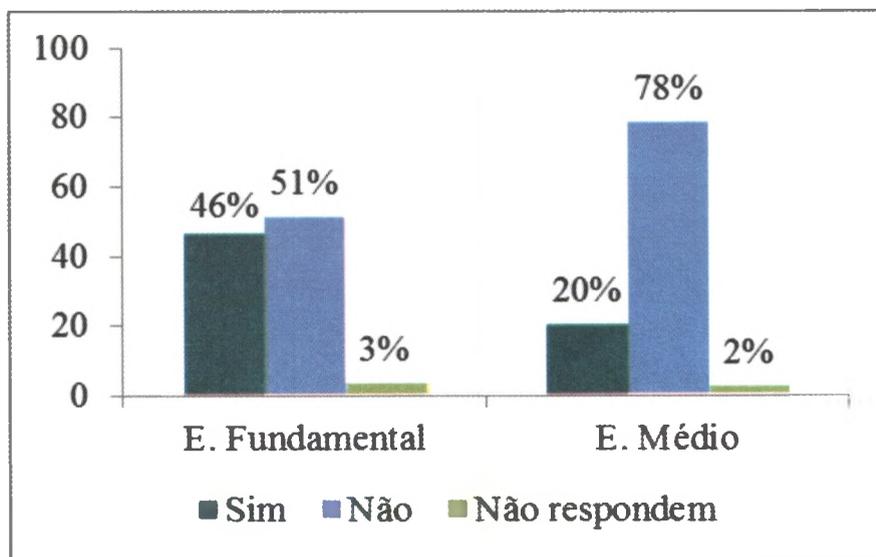


Fonte: Pesquisa direta (2013).

Sobre os livros didáticos, 72% dos estudantes afirmaram que eles trazem assuntos relacionados à economia solidária, fato que revela um contraste com as informações fornecidas sobre os professores em sala de aula, levando-se a questionar sobre os docentes em relação aos livros utilizados em sala de aula, principalmente quando se analisou as diferenças entre o ensino fundamental (40,5%) e o ensino médio (96%) ao alegarem a presença desse conteúdo.

Quando perguntado aos alunos se conheciam um grupo de pessoas, associação ou cooperativa comandada pelos próprios empregados, essa realidade mostrou-se desconhecida para 51% dos pesquisados do ensino fundamental e para 78% do ensino médio, não podendo ignorar que uma parcela alegou conhecer esse tipo de empreendimento. Essa informação, se comparada à dos docentes é contraditória, uma vez que eles afirmaram ter conhecimento desses empreendimentos, mas de acordo com os dados, isso não se reflete nas salas de aulas.

Figura 07 – Conhecimento dos alunos sobre empreendimentos econômicos solidários.



Fonte: Pesquisa direta (2013).

Em relação à escola foi perguntando aos discentes se ela leva em consideração as condições de trabalho dos alunos e organiza seu trabalho escolar para ajuda-los a melhorarem as condições de vida, mais uma vez o ensino fundamental afirmou (com 94,6%) que sim, enquanto para o ensino médio apenas um pouco mais da metade (53%) visualizou essa condição na escola.

Portanto, o ensino fundamental diante dos dados coletados apresentou uma maior proximidade com os elementos da economia solidária e, durante a exposição das informações, foi o nível que apresentou os dados mais expressivos e positivos em relação à temática estudada.

5 CONCLUSÕES

Ao eleger o tema Educação, currículo e práticas pedagógicas na educação de jovens e adultos na perspectiva da economia solidária, o foco da investigação foi direcionado para a conexão entre a educação de jovens e adultos, economia solidária e as práticas educativas empreendidas nessa modalidade de ensino. Diante das informações coletadas por este estudo pudemos descortinar o panorama a seguir.

Em relação aos professores: a economia solidária está mais próxima dos docentes do ensino fundamental do que dos docentes do ensino médio; a formação em ECOSOL ainda não faz parte do cenário de formação dos professores; os conteúdos relacionados à ECOSOL tem maior inserção no currículo do ensino fundamental onde, da mesma forma, ocorre uma maior articulação do planejamento com o mundo do trabalho no ensino fundamental.

Em relação aos alunos: economia solidária é, para eles, um campo pouco conhecido ou desconhecido pelos alunos; os conteúdos da ECOSOL pouco aparecem na sala de aula, exceto no ensino médio contrariando informações dos próprios aprendentes; a maioria dos alunos

gostaria que a escola conectasse educação e mundo trabalho e orientasse sobre gerência de negócios.

A pesquisa evidenciou que a economia solidária ainda não está inserida na educação de jovens e adultos e que as experiências que ocorrem se concentram no ensino fundamental. Dessa forma e diante dos resultados obtidos, tanto por parte dos professores quanto dos alunos, se faz necessário empreender esforços para a implementação de políticas públicas que aliem, de fato, o mundo do trabalho e a educação, uma vez que essa é a realidade da maioria dos alunos da EJA.

6 REFERÊNCIAS

AZEVEDO, S. Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando A. Dos (et. al.). **Políticas Públicas e Gestão Local**: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: FASE, 2003.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, de 20 de dezembro de 1996, Nº. 9.394/96, Brasília: Câmara dos Deputados, 6ª ed. 2011.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB nº 11/2000 e Resolução CNE/CEB nº 01/2000** - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

BRASIL. MEC. **Educação para Jovens e Adultos**: ensino fundamental: proposta curricular - 1º segmento / coordenação e texto final (de) Vera Maria Masagão Ribeiro; — São Paulo: Ação Educativa; Brasília: 2001. 239p.

CANÁRIO, R. **Educação de Adultos**: um campo e uma problemática. Lisboa: Educa – Formação, 2008. P.

CASTANHA, A. P. **A Introdução do Método Lancaster no Brasil**: história e historiografia. IX ANPED SUL – Seminário de pesquisa em educação da região sul, 2012. Disponível em: www.ucs.br. Acesso em 20/09/2013.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1996.

FRIEDRICH, M. et al. **Trajetória da Escolarização de Jovens e Adultos no Brasil**: de plataformas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas. Ensaio: aval.pol.públ.Educ., Rio de Janeiro, v.18, n.67, June 2010. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em 28 de setembro de 2013.

GAIGER, L. I. G. **Economia Solidária diante do Modo de Produção Capitalista**. Caderno CRH, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003.

GHIRALDELLI, P. **Introdução à Educação Escolar Brasileira**: história, política e filosofia da educação. São Paulo: Mini Web Educação Ltda, 2001. Disponível em: www.miniweb.com.br. Acesso 21/12/12.

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. **Escolarização de Jovens e Adultos**. Revista Brasileira de Educação. São Paulo, n. 14, p. 108-130, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico, 2010: características da população e dos domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS – INEP. Mapa do analfabetismo no Brasil, 2003. Disponível em: www.publicacoes.inep.gov.br. Acesso em 27/09/2013.

JAPIASSU, H.; MARCONDES, D. **Dicionário Básico de Filosofia**. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 6ª ed. 2007.

MOURA, D. H. **O PROEJA e a Rede Federal de Educação e Tecnológica**. Salto para o futuro – EJA: formação integrada ao ensino médio, Rio de Janeiro, boletim 16, set. 2006. Acesso em: 27/09/2013

PAIVA, V. **Educação Popular e Educação de Adultos**. São Paulo: Loyola 1973. v. 1. (Temas Brasileiros, 2).

PITAGUARI, S. O. **A Economia Solidária no Brasil: políticas públicas e desenvolvimento local** – Londrina, 2010. 145 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Londrina, 2005.

POCHMANN, M. E. **Trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa?** Educação e Sociedade. Campinas, vol. 25, n. 87, p. 383-399, maio/ago. 2004 383 Disponível em: www.cedes.unicamp.br. Acesso em 30/09/2013.

SCHIOCHIET, V. Da democracia à autogestão: economia solidária no Brasil. In: BENINE, Édi A. et. al. **Gestão Pública e Sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SILVA, T. T. **Identidades Terminais: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política**. Petrópolis: Vozes, 1996.

STRELHOW, B. T. **Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.38, p. 49-59, jun.2010.

TIRIBA, L.; FISCHER, M. C. B. (coord.). **Cadernos Eja Ecosol**. O Trabalho Associado e Autogestionário na Educação de Jovens e Adultos (Material Pedagógico). Niterói, RJ: Incubadora de Empreendimentos da Economia Solidária – IEES / Universidade Federal Fluminense, 2012.

UNESCO. **Alfabetização de Jovens e Adultos no Brasil: lições da prática**. – Brasília: 2008.

UNESCO. **O perfil dos Professores Brasileiros: o que fazem, o que pensam, o que almejam**. Pesquisa Nacional Unesco. – São Paulo: Moderna, 2004.

UNESCO. Declaração de Hamburgo sobre a educação de adultos e plano de ação para o futuro. In: **Conferência Internacional sobre a Educação de Adultos**, 1997, Hamburgo. Anais... Hamburgo, Alemanha, 1997.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**. Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Tailândia, 1990.

Economia Solidária no ambiente escolar: um relato de experiência

*Mércia Solange de Medeiros Santos
Edinaura Almeida de Araújo*

1 INTRODUÇÃO

Após anos de trabalho com a educação fundamental, infantil e com a educação de jovens e adultos este estudo é para um professor um momento de grande desafio, principalmente quando a escolha pelo tema e pela formação surge da própria vontade do educador de buscar novos aprendizados, novas propostas metodológicas e novos conceitos para uma ação coerente com as necessidades impostas ao setor educacional.

Assim, após estudos na Especialização de Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano, passamos para a fase final, na qual desenvolvemos uma pesquisa intitulada “Economia Solidária no Ambiente Escolar: Um Relato de Experiência”, que surgiu das inquietações resultantes das observações feitas no ambiente escolar de uma sociedade que vive marcada pela violência, da falta de trabalho e renda, da pouca escolaridade de muitos jovens e adolescentes que, por diversas razões, tiveram que parar os estudos, ora pela falta de autoestima, ora pela falta tempo e/ou oportunidade.

Alguns fatos acarretam o empobrecimento das pessoas, afloram desequilíbrios e causam consequências desagradáveis como, por exemplo, o fator climático que altera a capacidade de uma vida melhor. E, nessa disparidade de desafios à vida é que as lições de economia solidária apresentam-se como uma corrente de sensibilização, objetivando promover a Educação de Jovens e Adultos e toda comunidade escolar, integrando os conhecimentos e práticas desta economia, agregando valores sociais, econômicos, culturais e ambientais ao processo educativo, incentivando o trabalho e renda de forma coletiva, solidária e sustentável.

A princípio, responder ao que está sendo inserido nesse contexto é fundamental. De que maneira a economia solidária pode contribuir no sentido de despertar interesse e aprendizagem em relação aos valores, conceitos e atitudes, que expressem mudanças favoráveis no contexto social dos educandos e de toda comunidade escolar? Esta preocupação nos leva a buscar, através da pesquisa bibliográfica e da coleta de dados da proposta aplicada na escola, compreender a temática e, a partir disso, realizar uma intervenção aplicando uma metodologia que proporcionasse resultados eficazes na formação dos sujeitos inseridos no contexto estudado.

O estudo foi composto pelas seguintes partes: inicialmente foi feita uma rápida abordagem sobre a educação de jovens e adultos e a formação docente. Em seguida foi apresentada uma breve abordagem da economia solidária, a metodologia do trabalho e a análises dos dados coletados a partir da proposta aplicada na escola, finalizando-se com as considerações finais. Dessa forma entendemos a importância do trabalho como forma de socializar os conhecimentos de economia solidária no âmbito da escola e principalmente sua socialização entre os sujeitos.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Educação de Jovens e Adultos: desafios e perspectivas

O Brasil, desde o início da sua colonização, empreendeu um processo educativo que visava atender às necessidades do colonizador e seus mecanismos de exploração e submissão dos nativos. Educar era ao mesmo tempo impor a fé católica e torná-los dóceis para o traba-

lho. Ao longo dos primeiros séculos foram várias as iniciativas sem, no entanto, obter o êxito esperado.

Em um contexto de adversidades, qualquer iniciativa de educação vinha atrelada ao processo de submissão e exploração e, assim, no decorrer dos primeiros séculos em que ocorre uma intensa exploração, a proposta educativa não primou por uma ação educativa para os habitantes e trabalhadores no sentido de torná-los sujeitos autônomos. Assim, a educação para os adultos tinha um propósito definido, mas também passou por mudanças e reconfigurações.

Ao longo dos séculos a Educação de Jovens e Adultos (EJA) vem exercendo um importante papel no tocante à alfabetização de uma camada da população que ficou à margem do processo educativo. A partir dos anos de 1940, algumas mudanças começaram a ocorrer em relação às iniciativas políticas e pedagógicas. O primeiro Congresso de Educação de Adultos aconteceu em 1947 e o Seminário Internacional de Educação de Adultos, em 1949. (BRASIL, 2013).

Nos anos de 1952 houve a Campanha Nacional de Educação Rural e em 1958 a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA), que marcou uma nova etapa de discussões por razão do método aplicado não ter sido significativo.

Foi nesse período que apareceu no cenário educacional a proposta de Freire (2001), como uma contribuição inerente aos anseios de uma educação popular, iniciado como uma prática de alfabetização libertadora, em 1962, no Movimento de Cultura Popular na cidade do Recife, aceito pelos planos do Governo Federal, até ser interrompido pelas medidas apresentadas após o Golpe Militar em 1964. “Paulo Freire não propôs um método entre outros, propôs um método psicopedagógico diferente e, quem sabe, melhor”. (BRANDÃO, 1986, p. 8).

Após o Golpe Militar foi instituído O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), que se expandiu por todo o país. Nesse período aconteciam experiências em educação popular e educação de jovens e adultos, em sigilo, até o fim da Ditadura.

Segundo Moura (2007), no final da década de 1980 a Educação de Adultos passa a denominar-se Educação de Jovens e Adultos e em 1990, recebe contribuições no âmbito teórico-metodológico, pelo afloramento de pesquisas introduzindo novos referenciais. E, no campo de políticas e ações governamentais, não atendeu à contingência necessária na escolarização sistemática, bem como professores de carreira na área específica.

Com a Promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBEN Nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), confirmou-se o anseio da modalidade de ensino através da seção V, em seus artigos 37¹ e 38². O artigo 62 trata da formação de docentes para a Educação Básica incluindo a Educação Infantil e as quatro primeiras séries do Ensino Fundamental. Em relação a essa modalidade “estabelece a necessidade de uma Formação adequada para se trabalhar com o jovem e adulto, bem como uma atenção às características específicas dos trabalhadores matriculados nos cursos noturnos [...]” (SOARES, 2003 p.130).

No percurso histórico da EJA vários fatos ocorreram como a Conferência Internacional de Educação de Adultos, a V CONFINTEA, que se realizou em Hamburgo, na Alemanha, em 1997.

Considerada um marco como conferência, estabeleceu um entendimento histórico de educação e aprendizagem ao longo da vida. A educação e aprendizagem de adultos foram reconhecidas como ferramentas chaves para lidar com os desafios de desenvolvimento sociais atuais em todo o mundo (UNESCO, 2007, p. 01).

¹ Art. 37. A educação de jovens e adultos será designada aqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e média na idade própria.

² Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitado ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

Na atualidade o grande desafio da EJA se relaciona diretamente com a formação de leitores que pensem, reflitam e desenvolvam sua capacidade de raciocínio com base nas leituras de mundo, superando as velhas marcas causadas por adjacências contemporâneas nos vários setores da sociedade.

Através da leitura o aluno da EJA terá possibilidades de compreender o seu ser e proporcionar a ampliação do conhecimento e a libertação do analfabetismo, não necessariamente funcional. Aprender a ler e escrever não são simplesmente aprender a decifrar as palavras, nem tampouco representá-la no papel. É também aprender a ver o mundo melhor e as palavras que o envolve, esse é sem dúvida o processo pelo qual os sujeitos se constroem e reconstroem.

Surge nesse âmbito das instâncias formadoras, o papel do professor da EJA em mediar o ensino no que consiste em ajudar ao jovem e adulto a expressar seus sentimentos, relatar suas histórias de vida, além da prática de estar atentos, estudando meios e dando opiniões, partindo da análise do aprender a ver as coisas com uma atitude de curiosidade, observação e criticidade.

A identidade profissional e a questão do compromisso social dos educadores da EJA são fundamentais para que possa passar de uma educação bancária para uma educação libertadora baseada na ética, na cidadania e na igualdade (FREIRE, 2004).

O professor que desrespeita a curiosidade do educando, o seu gosto estético, a sua inquietude, a sua linguagem, mais precisamente a sua sintaxe e a sua prosódia; o professor que ironiza o aluno, que o minimiza, que manda que ele se ponha em seu lugar ao mais tênue sinal de sua rebeldia legítima, tanto quanto ao professor que se exime do cumprimento do seu dever de impor limites à liberdade do aluno, que se furta ao dever de ensinar, de estar respeitosamente presente à experiência formadora do educando, transgrede os princípios fundamentais éticos de nossa existência. (FREIRE, 1997. p. 66)

O educador deve congrega capacidades que o auxilie na prática educativa e na busca de alternativas para melhorar o processo de ensino-aprendizagem, ressaltando que a EJA não resolve todos os problemas da sociedade, mas tem sua participação ao educar para a autonomia. A capacidade de modelar caminhos para uma boa aprendizagem do aluno impulsiona horizontes de uma larga escala de ampliação dos resultados. A cada ideia, inovação praticada na EJA com sentido de aprimorar alternativas viáveis favorece ao bem estar daqueles que têm em seu rosto o desejo de aprender, linhas de histórias a contar e de fazer a mais avançada conquista de valores.

Os programas da EJA devem ir muito além dos programas de alfabetização e as mudanças não acontecem repentinamente, é preciso todo um processo de estudo entre a educação e a participação, onde todos busquem uma solução necessária à compreensão da realidade e à transformação desta.

2.2 Breve histórico da Economia Solidária

Foi a partir da Revolução Científica e, depois, Revolução Industrial, que o progresso científico resultou e se caracterizou como de fundamental importância para a civilização moderna. Ou seja, os conhecimentos científicos foram utilizados para atuar de maneira prática transformando o mundo. “Surgiu a competição de economia com seus efeitos sociais capitalistas uma polarização entre ganhadores e perdedores” (SINGER 2008, p.8), uma época de grande exploração do trabalho humano.

Após a Segunda Guerra Mundial mudanças estruturais vêm acontecendo até os dias atuais, que ocasionam um olhar crítico aos avanços na alienação imposta ao trabalhador. Nesse contexto, se verifica a reinvenção da economia solidária, que se fundamenta na tese de que as

contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento e organizações econômicas, cuja lógica é oposta à do modo de produção dominante (SINGER, 2008).

A economia solidária entra nesse processo natural de mudanças como uma alternativa de resposta à incapacidade do capitalismo de integrar em sua economia todos os membros da sociedade desejosos e necessitados de trabalhar.

A Economia Solidária não se resume a um produto, a um objeto [...] respeita o meio ambiente, produz corretamente sem utilizar mão de obra infantil, respeita a cultura local, a luta pela cidadania e pela igualdade (GADOTTI 2009, p. 24).

Assim, a economia solidária consiste na construção de um novo modo de socialismo, porém uma questão que se aflora é a falta de estrutura sólida em gerar uma dinâmica de caminho próprio.

No Brasil, a história de desenvolvimento da economia solidária tem como enfoque o cooperativismo, que chegou ao começo do século XX, trazido pelos emigrantes europeus, (SINGER, 2008). Uma crise social veio assolar o país nos anos de 1980 e de 1990, aumentando o número de desempregados e acentuando a exclusão social. Foi a partir desse entrave que o Brasil passou a ter cooperativas e associações autogestionárias.

Consequentemente, ainda nos anos de 1980, a Cáritas, uma entidade ligada à Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), financiou milhares de projetos denominados PACS (Projetos Alternativos Comunitários), a maioria destinada aos moradores de periferias da zona urbana e zona rural (SINGER, 2008).

Outro componente da economia solidária no Brasil é formado pelas cooperativas e grupos de produção associada, incubados por entidades universitárias, que se denominam Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPS). Desde 1999 constituíram uma rede que se reúne periodicamente para trocar experiências. Muitos outros movimentos introduzem a economia solidária como um espaço de articulação, diálogo, conhecimento e busca de políticas públicas viáveis (BRASIL, 2012).

A economia solidária é considerada um caminho para a inclusão social do trabalho. “Em sua pedagogia apresenta os princípios da solidariedade, da inclusão social, da sustentabilidade e da emancipação que flora como antítese ao capitalismo” (GADOTTI, 2009), prima pela propriedade coletiva dos meios de produção e todos aqueles que trabalham na empresa solidária são seus próprios donos, requerendo a criação de situações em que a reciprocidade surge espontaneamente, promove um inter-relacionamento afetivo que transborda uma prática pedagógica com perspectiva ao ser humano e ao ensino emancipado na contribuição ao trabalho e educação (BRASIL, 2011).

Na correlação da economia solidária e ambiente escolar, há uma contribuição de informação essencial para o avanço da transformação do meio em que está inserido, gerando a busca do bem viver.

A economia solidária em sua dimensão vem se tornando um novo sentido de sociedade pelos aspectos construtivos no que se refere ao importante espaço de produção de comunidades pobres (GADOTTI, 2009). Agrupar elementos necessários, no caso lições de economia solidária no ambiente escolar, estimula a capacidade de gerar ideias e expressões, na reconstrução de conceitos, procedimentos e atitudes específicos às profundas transformações sociais.

O processo de conhecer a economia solidária é também construtivo no ambiente escolar, uma vez que no processo discursivo-dialógico influencia uma interatividade de conhecimento no que diz respeito às marcas socioculturais trazidas pelos educandos, com interpretações da leitura de mundo. “A incorporação do saber popular, ao lado do saber erudito e científico e as atividades associadas à condição educativa, possibilitam respeito aos níveis heterogêneos de concepção ao contexto” (FREIRE, 1997).

A Economia Solidária além de ser uma experiência profissional, exalta o desenvolvimento das dimensões especificamente humanas. Essa prática é plenamente vivenciada para identificar um desejo de luta, de trabalhadores em prol de um trabalho humano, mais justo e solidário, que viabilize alternativas suscetíveis ao modo capitalista com o propósito de desenvolver relações sociais intrínsecas e extrínsecas com o planeta (SINGER, 2008).

Em contrapartida ao capitalismo, pela sua exploração do trabalho assalariado os trabalhadores organizam-se em sindicatos e empreendimentos associados e cooperativados, numa forma de autogestão, porém não quer dizer que está tudo bem e os trabalhadores são a maioria.

O cenário alarmante de exclusão social que testemunhamos em nosso país exigiu e exige propostas de inclusão urgente para obtenção de soluções desejáveis contra a pobreza, fome, violência, habitação, saúde. Um fato que ainda não foi possível solucionar. Por quê? A fragilização imposta pelo modelo tradicional no trabalho capitalista ainda emperra as ações. São milhões de trabalhadores que se sujeitam a renegar seus direitos pela busca da sobrevivência. Diante disso, surge como alternativa a economia solidária que de forma organizada e coletiva estabelece vínculos do próprio negócio e luta pelo emancipado (GADOTTI, 2009).

A Economia Solidária é uma experiência profissional inovadora fundamentada na equidade e na dignidade e que ressalta um enriquecimento do ponto de vista cognitivo e humano (GADOTTI, 2009), na contribuição de rupturas ao empobrecimento das populações. Com as pessoas mais motivadas novos valores são agregados no campo das relações sociais, culturais e ambientais.

A economia é a forma como a sociedade produz e distribui o de que necessita para se reproduzir e sustentar. O ato de cooperar é uma forma de trabalho em que muitos trabalham para o mesmo fim. A cooperação das pessoas no trabalho é um dos maiores avanços da humanidade (GADOTTI, 2009 p. 39).

Com um olhar autêntico ao princípio da solidariedade e associando ao da inclusão social, reproduz-se a expansão da autogestão onde refletem a sustentabilidade e busca por um fazer diferente, e fazer acontecer para a razão do bem estar.

2.3 Lições básicas de ECOSOL no ambiente escolar: fases e etapas do método Paulo Freire

Não é possível promover lições básicas de economia solidária no ambiente escolar sem centralizar como marco referencial o método de Paulo Freire, que alicerçou uma sociedade democrática com um projeto educacional de libertação. Em toda sua trajetória e militância educacional, social e política revitalizou o desejo de superação da consciência oprimida e desigualdades sociais, interpretando que a contribuição desses fatos se realizasse na “consciência crítica através da consciência histórica” (FREIRE, 2012).

O método de Paulo Freire tem as seguintes etapas:

- Etapa de Investigação: Aluno e professor buscam socializar no universo vocabular as palavras e tema expresso em seu contexto social;
- Etapa de Tematização: Professor e alunos tomam consciência das palavras e temas, reativando a análise de seus significados;
- Etapa de Problematização: O aluno e professor buscam superar a visão mágica do mundo para uma postura crítica de transformação do contexto vivido.

Para desenvolvimento das potencialidades do método, no livro Educação como Prática de Liberdade, Freire (2001), propõe a aplicação de seu método em cinco fases a seguir:

- 1ª fase: Levantamento do universo vocabular do grupo. Nessa fase acontece a aproximação entre educando e educador para uma compreensão do conhecimento mú-

- tuo, numa relação mais informal via a anotação e palavras da linguagem exercida pelo grupo, respeitando o jeito típico de falar;
- 2ª fase: Escolha das palavras selecionadas, seguindo os critérios do universo vocabular escolhido, nessa fase deve seguir todos os critérios quanto à riqueza fonética, dificuldades fonéticas numa sequência da mais simples a mais complexa, do teor pragmático da palavra na realidade social, cultural, política do grupo e/ou comunidade;
 - 3ª fase: criação de situações existenciais características do grupo. Trata-se de situações desafiadoras, críticas e conscientes dos problemas locais, regionais e nacionais;
 - 4ª fase: criação das fichas roteiro. São procedimentos que servirão de subsídios para debates sem uma prescrição rígida;
 - 5ª fase: Elaboração de fichas para decomposição das famílias fonéticas, as palavras geradoras.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Inicialmente realizamos uma pesquisa bibliográfica sobre a temática em questão, proporcionando um diálogo com os autores. Posteriormente aplicamos o projeto “Economia Solidária no Ambiente Escolar: Um Relato de Experiência”.

Na busca de uma ampliação consistente das informações utilizamos o método qualitativo. Segundo Ludke & André (1986), a pesquisa qualitativa integra o contato direto e prolongado entre o pesquisador e o ambiente.

A pesquisa foi realizada na Escola Estadual de Ensino Fundamental Monsenhor Pedro Anísio, na Rua Bonifácio Nóbrega nº 626, na cidade de Santa Luzia – PB. Fundada em 16 de julho de 1968, atende um público alvo da zona rural, urbana e quilombola com o nível de escolaridade de primeiro ao quinto ano do fundamental e modalidade EJA do 1º segmento, com um total de 265 alunos e 34 funcionários. É regida por um Projeto Político Pedagógico e o Regimento Escolar. Foi estudada em dois espaços físicos: em sala de aula com os alunos da EJA e ensino fundamental I, junto aos conteúdos programados e fora de sala de aula, além dos alunos, pais de alunos, professores e funcionários. de forma não sistemática, com lições de economia solidária baseadas nas etapas e fases de Paulo Freire.

Após o estudo e à aplicação do questionário para coleta de dados a uma amostra de 109 informantes e um índice de porcentagem quanto ao gênero, foi dividida em duas partes: a primeira com cinco questões sobre o perfil dos entrevistados e a segunda com dez questões sobre o tema de estudo.

As lições desenvolvidas constituíram um trabalho de busca em promover conhecimentos e práticas da economia solidária, embora apresentando lições não consideradas específicas ao tema, mas por ser um tema complexo, novo, foi preciso começar inserindo valores para que se chegasse à sensibilização, compreensão e despertasse interesse, como por exemplo, na segunda, terceira e oitava lições.

- 1ª lição – Carta de apresentação sobre economia solidária aos alunos da EJA e toda comunidade escolar: Para produção da carta foi inserido o tema gerador, já explícito e, colocado a caráter expressivo a importância do estudo. O que gerou a compreensão do conhecimento mútuo, numa relação informal, com anotações de palavras, respeitando o jeito típico de falar, ao passo de uma transformação da significação das palavras, a partir da riqueza fonética, frases, teor pragmático do tema a realidade social, cultural do grupo e/ou comunidade e postura crítica dos problemas locais.
- 2ª lição – Criação da Fanfarra: uma atividade desenvolvida com a comunidade escolar, não considerada como economia solidária, mas inserindo a doação recebida

para compras de instrumentos musicais para a escola como um ponto de reflexão, que na economia solidária para gerar o associativismo e o cooperativismo precisasse desse marco referencial de sensibilização, uma vez que um dos seus princípios é a solidariedade, foi assim considerado como argumento positivo para adentrar na lição do contexto estudado. O teste de ritmo com os alunos do fundamental I, o desejo de aprender a tocar, a compreensão e cooperação dos pais de alunos, levou toda comunidade a perceber características de situações existenciais cabíveis à comunidade escolar, no caso a economia solidária. Com os alunos da EJA, em sala de aula, a transferência para socialização do universo vocabular, temas geradores como: economia solidária, trabalho coletivo, grupos de trabalho e associação, o que contribuiu para refletir sobre os benefícios que podem se suceder a partir de atividades dessa natureza. Foi desenvolvido na sequência lógica da lição anterior;

- *3ª lição* – O Maestro Solidário: Uma criação de situação estímulo para compreensão de problemas que podem ser solucionados com amplidão para o desenvolvimento local. O trabalho típico do grupo na conquista dos anseios, uma lição considerada como a segunda, um gesto solidário positivo, o querer ajudar, adentrar ao meio de compreensão que um trabalho de mãos dadas pode trazer grandes resultados. Foi promovida diante da comunidade escolar a compreensão de que a economia solidária no trabalho associado, requer que todos busquem cidadania e igualdade. De maneira expressiva em sala de aula aconteceu a sequência das fases do método de Paulo Freire;
- *4ª lição* – Oficinas de Criação com produtos artesanais e fabricação de papel reciclado com os alunos da EJA. Temas geradores proporcionando o incentivo ao trabalho e renda, o desenvolvimento da coletividade, da solidariedade, com ensinamentos de que na economia solidária um trabalho associado regido pelo princípio da autogestão não existe patrão, todos são donos, decidem juntos. Uma dialética do teor pragmático social e cultural da comunidade local;
- *5ª lição* – Pesquisa de Campo com alunos da EJA e fundamental (5º ano), na Associação das Costureiras. Um grande momento de conhecimento e prática sobre um trabalho associado. Foi socializada em sala de aula a postura crítica sobre os desafios locais, seguindo fases contidas nas lições anteriores.
- *6ª lição* – Apresentação de vídeos como mutirões, feiras da agricultura familiar de associação rural do município, demonstração de situações desafiadoras com a caracterização da economia solidária;
- *7ª lição* – Aulas práticas e educativas em sala de aula com textos reflexivos, histórias em quadrinhos, jogos de dados com largada e chegada com mensagem sobre economia solidária, temas geradores envolvendo também experiências vividas. Foi produzido material educativo sobre o contexto estudado;
- *8ª lição* – Desfile Cívico no sete de setembro com a apresentação da fanfarra. O resultado do trabalho coletivo da segunda lição, um argumento para fazer comparações ao trabalho associado, o engajamento na luta pelas conquistas dos ideais, os valores sociais e culturais, uma criação de situações existenciais. Na sala de aula com os alunos da EJA o desenvolvimento desse tema gerador numa sequência lógica da primeira lição;
- *9ª lição* – Criação do dia “D” – Dia Diferente. Foi trabalhada, todas às sextas-feiras, com produção de produtos artesanais, uma extensão da quarta lição, uma troca de experiências permitiu ensinar e aprender com os alunos da EJA e toda comunidade escolar. Na sala de aula os alunos trabalharam a dimensão do cálculo através do material que foi comprado para as oficinas, além dos temas geradores: trabalho associado, economia solidária, trabalho e renda e valores humanos;

- *10ª lição* – Exposição de trabalhos artesanais produzidos pelos alunos da EJA, envolvendo a unidade temática trabalhada no bimestre: Trabalho e Cultura, uma 1ª amostra sobre economia solidária com apresentação de brechó solidário, criação da moeda solidária que ao adquiri-la teria um desconto na compra do produto, gesto solidário, apresentações de teatro, jogral, danças, acróstico e venda de comidas regionais. A renda conseguida foi apresentada à comunidade, expondo que na economia solidária o resultado é da corresponsabilidade dos membros.

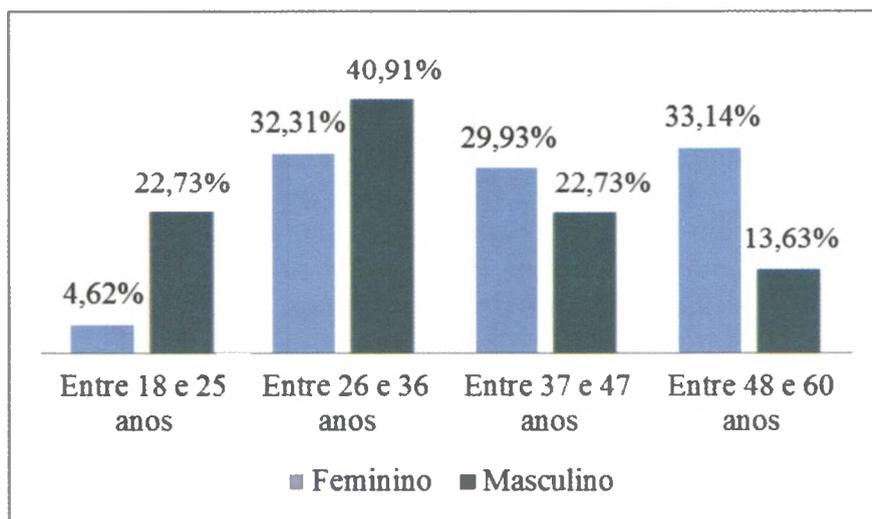
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados aqui apresentados são resultados de uma pesquisa desenvolvida na Escola Estadual de Ensino Fundamental Monsenhor Pedro Anísio, Santa Luzia-PB. A população de estudo foram alunos da EJA, pais de alunos, professores e funcionários. Para coleta de dados, foi constituída uma amostra de 109 informantes, foi aplicado um questionário que teve à análise por gênero em porcentagem, através de textos e algumas figuras:

Quanto ao gênero, 59,63% eram do sexo feminino, enquanto 40,37% eram do sexo masculino. Os dados apresentados na figura 01 revelaram que, do sexo masculino 40,91% dos informantes encontrava-se com faixa etária entre 26 e 36 anos, 22,73% estavam na faixa etária entre 18 e 25 anos; 22,73% entre 37 e 47 anos e 13,63 encontravam-se entre 48 e 60 anos de idade.

Do sexo feminino a faixa etária entre 48 e 60 anos correspondeu a 33,14%, enquanto que 32,31% estavam entre 26 e 36 anos, 29,93% entre 37 e 47 anos e, apenas, 4,62% encontravam-se entre 18 e 25 anos, levando-se a uma análise de que o sexo feminino apresenta uma idade mais avançada em relação ao sexo masculino.

Figura 01 – Faixa etária.



Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Do sexo masculino, houve a seguinte distribuição percentual dos entrevistados em relação ao nível de instrução: 50% tinham primeiro grau incompleto, 18,18% o segundo grau completo, 9,09% possuíam o primeiro grau completo, 9,09% apresentavam o superior incompleto, 6,82% tinham o superior completo e o mesmo percentual (6,82%) não era alfabetizado, não tendo sido encontrado entre os informantes alguém que tivesse declarado que nunca estudou.

Para o sexo feminino, a distribuição percentual foi de 43,07% com primeiro grau incompleto, 23,08% com segundo grau completo, 13,85% com superior completo, 12,34% com

primeiro grau completo, 6,15% com segundo grau incompleto e 1,51% com superior incompleto, não apresentando dados para não alfabetizado nem para nunca estudou.

Dos homens entrevistados, 72,72% ganhavam um salário mínimo, 18,18% ganhavam menos de um salário mínimo e apenas 4,55% obtinham renda de até dois salários mínimos, a mesma porcentagem (4,55%) para os que não possuíam renda.

Para o sexo feminino, 36,93% ganhavam menos de um salário mínimo, 33,84% ganhavam um salário mínimo, 16,93% não possuíam renda, 9,23% recebiam até dois salários mínimos e apenas 3,07% tinham renda de três a quatro salários mínimos. O que se pode observar é que o sexo masculino em maioria sobrevive com apenas um salário mínimo, enquanto o sexo feminino, na maior parte, com menos de um salário mínimo, ratificando as pesquisas nacionais que demonstram que as mulheres têm renda inferior à dos homens em suas atividades de trabalho.

No tocante ao perfil dos entrevistados, o que se constatou é que o sexo feminino é mais presente no ambiente escolar, tem a idade mais avançada e tem mais escolaridade em relação ao sexo masculino, chega até a ganhar mais, entre três e quatro salários mínimos, mas a maioria sobrevive com menos de um salário mínimo, uma marca do Programa da Bolsa Família.

O que se analisa sobre o sexo masculino é que se destaca na faixa etária entre 26 e 36 anos, que apresentou uma taxa maior de primeiro grau incompleto, completo e não alfabetizado e sobrevive, em grande maioria, com um salário mínimo, talvez por também a parcela que não tem salário fixo. Essa constatação leva-nos à reflexão sobre a importância e a necessidade da inserção dos valores da economia solidária no contexto escolar.

Em relação ao tempo de moradia no município de Santa Luzia, no sexo masculino 65,91% dos informantes moravam no município há um tempo acima de vinte cinco anos, 27,27% entre dez a vinte e cinco anos, 4,55% entre cinco a dez anos e 2,27% moravam no município há menos de um ano.

Do sexo feminino, 75,39% moravam no município há um tempo acima de vinte cinco anos, 13,85% entre dez a vinte e cinco anos, 7,69% entre cinco a dez anos e 3,07% residiam na cidade há menos de um ano, não havendo entre os informantes quem morasse no município no período correspondente a um e cinco anos para ambos os sexos.

Quanto à participação em atividades educativas sobre Economia Solidária, 56,82% dos homens entrevistados declararam participar com frequência, outros 40,90% nunca tiveram participação e 2,28% afirmaram não ter interesse. Nenhum entrevistado informou a opção “raramente”.

Para o sexo feminino 69,23% declarou participar frequentemente, 30,77% disse que participava de vez em quando e nenhuma delas escolheu as opções “raramente”, “nunca” e “não tenho interesse”. Percebe-se, diante do exposto, que o sexo feminino participa mais de atividades educativas na escola.

Sobre o conhecimento do significado de economia Solidária, 63,63% dos homens afirmaram conhecer sim o significado, 31,81% já tinha ouvido falar sobre economia solidária, 2,28% não conheciam o significado e 2,28% tinha pouca noção sobre o tema. Entre as mulheres, 81,54% das entrevistadas afirmaram já ter ouvido falar e outras 15,38% afirmaram ter pouca noção.

Apesar de uma parte dos entrevistados terem pouca ou nenhuma noção sobre Economia Solidária, todas as mulheres e quase todos os homens (97,72%) demonstraram interesse em aprender, um interesse motivado pela vontade de melhorar a vida da comunidade e suas próprias condições de vida para 79,55% dos homens e 87,69% das mulheres.

Questionados sobre como tomaram conhecimento do tema estudado, ambos os sexos falaram (100%) que foi através do ambiente escolar. Quanto a considerar o ambiente escolar ideal para esse tipo de aprendizagem, todos os entrevistados responderam que sim.

Em relação à importância das informações sobre economia solidária, 52,27% dos homens entrevistados disseram acreditar que estas informações contribuem para uma melhor

integração, aprendizagem e estímulo para voltar a estudar na EJA e 47,73% das mulheres consideraram plenamente importantes tais informações.

Consideram a presença de associações e grupos de trabalhos no ambiente escolar como incentivo ao emprego e renda, como estímulo para voltar a estudar na EJA e tem esperança de melhores condições de vida através da economia solidária.

Todos os informantes declararam que a Economia solidária pode ser uma alternativa para melhorar a qualidade de vida das famílias.

5 CONCLUSÕES

A pesquisa realizada na Escola Estadual de Ensino Fundamental Monsenhor Pedro Anísio, Santa Luzia-PB, proporcionou uma reflexão de que o ambiente escolar é um dos grandes caminhos para veicular os princípios da economia solidária.

Considerando um tema complexo, porém favorável à expectativa de resultados, a pesquisa alcançou seus objetivos na proporção esperada, uma vez que desenvolveu conhecimento, prática e sensibilização ao incentivo de trabalho e renda de forma coletiva, solidária e sustentável.

A pesquisa nos permite entender que o educando, desde criança, já precisa ter a noção de trabalho e renda, construindo sua própria autonomia e compromisso com a realidade que o cerca. Quando adulto já deve ter conhecimento e vivenciado uma experiência que desperte seus anseios. Assim, consideramos como fundamental elemento propulsor de mudanças na vida dos alunos reside na prática pedagógica e que uma prática pedagógica norteada pelos princípios da economia solidária resulta em ações formadoras importantes no processo educativo.

Olhar as lições de economia solidária aplicadas no ambiente escolar como um expoente de conhecimento e prática no contexto educacional e proceder às análises dos significados na transformação de valores sociais, econômicos, culturais e ambientais não é fácil. Porém, buscar conhecer para transformar a capacidade de criação coletiva, a valorização de um para com o outro, representa uma nova prática pedagógica na forma de pensar, agir e falar do educador.

O mundo escolar precisa de pessoas comprometidas com a sua forma de agir, pisar no solo, que busquem a posição do equilíbrio. Se pisarem de lado e não olharem ao seu redor, poderão estar pisando a semente fértil que tem tendência de nova germinação; se pisarem de forma ereta e não olharem à sua frente, poderão pisar a semente germinada para a produção de muitos frutos; se pisarem para trás e não olharem para ter certeza do espaço, poderão entupir a semente que procura meio para sobressair. Para que todas as sementes floresçam e frutifiquem será preciso cuidado e zelo para uma grande produção, ou seja, uma comparação premissa à identidade profissional e compromisso social do educador para com os educandos. Com a economia solidária não é diferente, as pessoas precisam conhecer, praticar, organizar, integrar e adotar formas de socialização, regidos pelo espírito de cooperação, solidariedade, autogestão e sustentabilidade para uma melhoria da qualidade de vida.

6 REFERÊNCIAS

BRANDÃO, C.R. **O Que é o Método Paulo Freire**. 11^a Edição. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1986.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei Nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996 – LDBEN. Brasília – DF. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em 14 de agosto de 2013.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Gestão Pública e Sociedade**. Vol. 1, 1^a edição. Outras Expressões. São Paulo, 2011.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Pedagogia e Autogestão**: reflexões de socialização da experiência do projeto CFES – CO/ECOUT. Brasília – DF, 2012.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB Nº 1**, de 5 de julho de 2000. Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (em português). Disponível no Portal do MEC. Disponível em: www.wikiedia.org. Acesso em 14 de agosto de 2013.

DECLARAÇÃO DE HAMBURGO E AGENDA PARA O FUTURO. V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos. Hamburgo, Alemanha, 1997. Lisboa. UNESCO, Ministério da Educação, Ministério do Trabalho e Solidariedade, 1998. Disponível em: www.direitoshumanos.usp.br. Acesso em 15 de agosto de 2013.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. Saberes necessários à Prática Educativa. 2ª Edição. São Paulo, Paz e Terra. 1997.

FREIRE, P. **Educação como Prática de Liberdade**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

FREIRE, P. *In*: Vera Barreto. **Paulo Freire para Educadores**. Edição Especial. Editora Arte e Ciência. São Paulo, 2004.

FREIRE, P. *In* Adriano Nogueira. **Que Fazer**: teoria e prática em educação popular. 2ª edição. Ed. Vozes. Petrópolis – RJ, 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Edição Especial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

GADOTTI, M. **Economia Solidária como práxis pedagógicas**. Editora e Livraria Instituto Paulo Freire. 5ª Edição. São Paulo, 2009.

LUDKE, M; ANDRE, M. E.D.A. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. São Paulo EPU, 1986.

MOURA, T. M. M. (Org.). **A formação de professores para a EJA**: dilema atual. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

PARAÍBA, Escola Estadual de Ensino Fundamental Monsenhor Pedro Anísio. **Projeto Político Pedagógico, Santa Luzia**. Revisado em, 2013.

PARAÍBA, Escola Estadual de Ensino Fundamental Monsenhor Pedro Anísio. **Regimento Escolar, Santa Luzia**. Revisado em, 2012.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. 3ª reimpressão: São Paulo, 2008.

SOARES, L. J. G. A Formação do Educador de Jovens e Adultos. *In*: SOARES L. (Org.). **Aprendendo com a diferença**. Estudos e pesquisas em Educação de Jovens e Adultos. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

UNESCO, **Boletim Eletrônico do Instituto para Aprendizagem ao longo da vida (UIL)**, número especial, setembro. 2007. Disponível em: www.periodicos.uesb.br. Acesso em 14 de agosto de 2013

Educação ambiental e etnobotânica: conhecimento e aplicação pelos alunos e professores da Educação de Jovens e Adultos (EJA) da cidade de São José de Espinharas-PB

*Mabel Araújo da Nóbrega
Edevaldo da Silva*

1 INTRODUÇÃO

O estudo dos usos étnicos de diferentes espécies vegetais é muito importante para o desenvolvimento de medicamentos modernos, para agricultura e até mesmo para os setores de fabricação industrial da sociedade, como as indústrias químicas, de papel, de borracha e de alimentos (POSEY, 1987).

A etnobotânica, que está inserida na etnobiologia, é a ciência que se ocupa do estudo do conhecimento e das conceituações desenvolvidas pelas sociedades a respeito do mundo vegetal, englobando o uso que se dá a eles (AMOROZZO, 1996). Trata-se de um saber tradicional que, segundo Hanazaki (2002), pode fornecer informações muito úteis no planejamento participativo de unidades de conservação com sustentabilidade.

Os estudos nesta área, numa época em que são debatidos tantos temas polêmicos referentes aos benefícios e aos perigos oriundos de avanços científicos, discutem possibilidades de aproximar as pesquisas científicas das prioridades de sociedades humanas, especialmente de populações tradicionais e populações historicamente marginalizadas, incluindo a urgente necessidade de conservação e uso mais parcimonioso dos recursos naturais (OLIVEIRA, 2009). Além disso, “a pesquisa etnobotânica se torna fundamental para gerar informações que possam subsidiar o manejo sustentável das plantas extraídas e a criação desse tipo de unidade de conservação” (LIMA et al, 2012, p. 676).

A abordagem de conhecimentos tradicionais no ambiente escolar revela-se importante, uma vez que a escola tem relevante função de construir valores e estratégias que possibilitem aos/às estudantes determinarem o que é melhor conservar em sua herança cultural, natural e econômica para se alcançar um nível de sustentabilidade na comunidade local que contribui, ao mesmo tempo, com os objetivos em escala nacional e global (TRISTÃO, 2008).

A educação para a sustentabilidade representa um novo paradigma para o ensino e a aprendizagem. O tema implica em uma nova forma de pensar e de aprender, em novos comportamentos pessoais e de tomada de decisão, trazendo consigo novos conhecimentos e habilidades, para o campo da ciência, da pesquisa e para as organizações (NOLET; GILDA, 2010).

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Histórico da EJA

Na última década, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem se tornado uma realidade cada vez mais presente nas escolas públicas. Contudo, trabalhos desenvolvidos junto a alunos da EJA são praticamente inexistentes e, principalmente no que se diz respeito a trabalhos que relacionem a botânica com a economia.

Sendo assim, levantar uma proposta de projeto voltado ao potencial econômico das plantas, de forma interdisciplinar, é uma forma de aproximar o conhecimento científico ao aluno da EJA.

Do ponto de vista legal, a Educação de Jovens e Adultos (EJA), modalidade da Educação Básica nos níveis fundamental e médio, atende pessoas que não cursaram esses níveis de

escolaridade na idade própria e visa oferecer aprendizagem e qualificação permanentes, favorecendo a emancipação dos alunos (BRASIL, 2002).

No Brasil a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) aborda no Art. 37 que a Educação de Jovens e Adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. O inciso 1º garante que os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. Já no inciso 2º está preconizado que o Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si. A LDB assegura ainda, que a Educação de Jovens e Adultos deverá articular-se preferencialmente com a educação profissional.

As funções principais apontadas por Ventura e Carvalho (2013) nas Diretrizes Curriculares Nacionais para EJA (reparadora, equalizadora e qualificadora) convidam a entender a história da EJA, na perspectiva de superar o caráter compensatório, pensando na educação permanente e na criação de uma sociedade solidária e heterogênea.

Gadotti e Romão (2008, p. 31) asseguram que:

Os jovens e adultos trabalhadores lutam para superar suas condições precárias de vida (moradia, saúde, alimentação, transporte, emprego etc.) que estão na raiz do problema do analfabetismo. O desemprego, os baixos salários e as péssimas condições de vida comprometem o processo de alfabetização dos jovens e dos adultos.

Ainda a respeito das especificidades dos alunos da EJA constata-se que:

Os alunos da EJA são trabalhadores excluídos do sistema escolar na sua infância, construíram seus conhecimentos no movimento das suas relações familiares, do mundo do trabalho, da vida social, dos grupos religiosos e políticos, entre outros. Dessa forma, é imprescindível atentarmos para o fato de que “são projetos de vida marcados por traços de identidade, origem, faixa etária, questões de gênero e religiosas, etc.” (EITERER; PEREIRA, 2009, p. 71).

Desta forma, ao se pensar num projeto de formação para os educandos da EJA, entendemos que se torna necessário refletir sobre quem são estes, suas principais características, suas particularidades, bem como o interesse e prioridade de temáticas para o ensino nessa modalidade.

De tal modo, Santos (2003) entende que a educação é, em sua essência, complexa e transdisciplinar bem como as matrizes curriculares e a organização por disciplinas têm funcionado como esquemas mentais que dificultam a comunicação entre as áreas de conhecimento, razão pela qual a superação de conceitos tradicionais, a transgressão da estrutura disciplinar, a busca de conhecimentos sob diferentes óticas, o uso de diferentes linguagens e a consideração de vários sistemas de referência são desafios postos aos educadores sendo que estes são mais marcantes na Educação de Jovens e Adultos.

2.2 Importância do uso e estudos sobre as plantas

A importância econômica dos recursos provenientes dos vegetais é inegável. Para sobreviver o homem depende dos recursos naturais, grande parte destes procede das plantas. As florestas, por exemplo, proporcionam produtos e serviços ambientais comercializáveis; elas possuem uma gama de funções e produtos que não são adequadamente explorados no mercado na sua potencialidade, como por exemplo: alimentos, matéria-prima, renda, energia, desenvolvimento,

transporte, proteção, fomento, recreação, defesa, clima, reserva genética, função científica, etc. A preservação da floresta e a boa utilização pode ser uma fonte de obtenção de bens florestais não madeireiros e serviços ambientais socialmente e economicamente rentáveis (PEDROZO, 2011).

A utilização das plantas se dá das mais variadas maneiras, tais como: alimentação, vestimenta e abrigo. Estas, por sua vez, representam uma das bases da cultura material da humanidade (BALICK; COX, 1997).

“É através da etnobotânica que se busca o conhecimento e o resgate do saber botânico tradicional particularmente relacionado ao uso dos recursos da flora” (GUARIN NETO; SANTANA; BEZERRA DA SILVA, 2000, p. 327). De modo semelhante, porém centrada especificamente no valor econômico das plantas, a Botânica Econômica, de acordo com Prance (1989) tem fornecido muitos dados sobre as plantas úteis do mundo e da região amazônica, uma vez que tem se tornado cada vez mais importante para promover o desenvolvimento racional e a conservação da floresta amazônica.

Heiser (1986) propõe que a botânica econômica seja considerada uma subdivisão da etnobotânica que estuda as plantas com interesse econômico, opinião que não é partilhada pela generalidade dos autores, que consideram a etnobotânica como uma área específica dentro da botânica econômica.

Em relação ao potencial econômico das plantas, destaca-se o potencial medicinal das plantas que segundo Lourenzani et al (2003) o mercado de medicamentos fitoterápicos e, conseqüentemente, de plantas medicinais é crescente e promissor. A demanda existe e tende a crescer cada vez mais, com o aumento das pesquisas e do interesse das indústrias de fármacos. O atual valor medicinal de muitas espécies vegetais deve-se em parte à divulgação das vantagens da fitoterapia e, principalmente, à constante elevação de preços dos medicamentos industrializados.

De acordo com Lourenzani et al (2003) “para atender as necessidades da indústria farmacêutica, a demanda por plantas medicinais deve crescer no mesmo ritmo, o que abre caminhos para a agricultura familiar”.

Em um estudo realizado por Torres et al (2009) sobre o uso da biodiversidade na APA (Área de Preservação Ambiental) de Genipabu, Rio Grande do Norte, Brasil, ele constatou que as modalidades de uso dos recursos florísticos mais frequentes foram alimentar (23 espécies) e medicinal (40 espécies). Este considera ainda que o uso medicinal de plantas representa uma prática antiga e bastante comum no Brasil e que a medicina tradicional está intimamente relacionada à biodiversidade, tornando-se imperativa a sua inclusão nos assuntos relacionados à conservação, uma vez que uma ampla variedade de plantas e animais é usada na preparação de medicamentos tradicionais.

De acordo com Amorozzo (2002),

O contato com a sociedade capitalista está conduzindo as populações locais a perderem seus referenciais culturais e como consequência antigas práticas de manejo estão se perdendo ou estão entrando em esquecimento. Este contato também tem levado à exploração abusiva dos recursos naturais devido ao aumento da população e/ou da entrada destas na economia de mercado.

Deste modo, estudos acerca do uso e manejo dos recursos naturais em comunidades rurais são importantes, pois vêm em busca de encontrar estratégias que permitam colocar em diálogo os saberes científico disciplinares com os saberes locais culturalmente arraigados (STRACHULSKI; FLORIANI, 2013).

2.3 A importância do ensino contextualizado na EJA

Tendo em vista a diversidade existente entre alunos da EJA, sugere-se que o resgate do saber popular sobre as plantas possa fazer parte do ambiente escolar como forma de enriqueci-

mento das aulas, tanto sobre os aspectos relativos ao mundo vegetal do ponto de vista biológico, como também através de um olhar voltado para as manifestações culturais das relações dos seres humanos com as plantas.

Segundo Loch (2009, apud DA SILVA, 2013),

O trabalho de planejamento e organização do ensino na modalidade educação de jovens e adultos (EJA) tem um forte componente social, político e educacional. É uma atividade pedagógica complexa haja vista a diversidade presente neste grupo, pois se caracteriza não apenas por uma questão de especificidade etária dos discentes, mas, primordialmente, por uma questão de especificidade cultural.

Contextualizar o conhecimento é uma ferramenta importante para o educador, pois a partir da problematização de situações diversas o aluno é oportunizado a sair da condição de espectador passivo e torna-se, portanto, sujeito da aprendizagem. Quando bem trabalhada, a contextualização permite que ao longo da transposição didática, ou seja, na constituição do saber escolar, os conteúdos tornem-se significativos fazendo com que os alunos sintam-se mobilizados e, assim consigam estabelecer entre ele e o objeto do conhecimento uma relação de reciprocidade. Desta forma, a contextualização evoca por isso áreas, âmbitos, ou dimensões presentes na vida pessoal, social e cultural, e mobiliza competências cognitivas já adquiridas (BRASIL, 1999).

De acordo com Pinto (2003, p. 27), “a educação de adultos visa a atuar sobre as massas para que estas, pela elevação de seu padrão de cultura, produzam representantes mais capacitados para influir socialmente”.

Contudo, proporcionar um ambiente de aprendizagem significativa na EJA é um desafio para educadores que atuam nesta modalidade. Para Silva e Arruda (2012, p. 3) no ensino da EJA:

Tem que se usar uma metodologia com conteúdos que despertem a cada um o prazer de estar na sala de aula ou que motive- os a permanecerem na escola utilizando uma linguagem simples. Para muitos educandos a escola não tem sentido, pois já sofreram muito, sendo excluídos da sociedade e não tendo nenhuma perspectiva de vida. Alguns educandos abandonam a escola para entrar no mundo da marginalidade, já outros abandonam a escola em busca de um trabalho para sobreviverem de forma digna.

No caso do ensino de ciências vigente no Brasil os conteúdos são trabalhados na maioria das vezes de forma tradicional com o conteúdo dissociado da realidade vivenciada pelo aluno, ou então a construção do conhecimento não parte da concepção prévia dos estudantes a respeito do assunto a ser estudado. Vygotsky (2001) confia que o conhecimento é absorvido e passa a fazer parte do campo do saber dos educandos à medida que as linguagens específicas de cada ciência são assimiladas e aproveitadas cotidianamente pelos mesmos. Dessa forma, para Rodrigues e Amaral (1996, apud KATO e KAWASAKI, 2011, p. 37), “contextualizar o ensino significa trazer a própria realidade do aluno, não apenas como ponto de partida para o processo de ensino e aprendizagem, mas como o próprio contexto de ensino”.

Se nos satisfizemos com um entendimento próximo da natureza, poderemos descrever grupos selecionados de fenômenos, relegando aqueles que forem menos relevantes. Contudo, o método por aulas expositivas ainda hoje prevalece não só no ensino de Ciências, mas em todo o âmbito escolar, o que vai contra os pensamentos de Freire (1996) que contesta essa forma de ensinar, pois para ele ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.

A abordagem contextualizada na Educação de Jovens e Adultos, portanto, aparece como alternativa tanto para tornar o ensino mais prazeroso, despertando o interesse dos alu-

nos, como também como forma de resgatar conhecimentos relacionados às experiências vivenciadas por estes. A utilização de uma horta escolar como um exemplo de metodologia de ensino significativa é na visão de Morgado e Santos (2009, p. 9):

Um laboratório vivo que possibilita o desenvolvimento de diversas atividades pedagógicas em educação ambiental e alimentar, unindo teoria e prática de forma contextualizada, auxiliando no processo de ensino-aprendizagem e estreitando relações através da promoção do trabalho coletivo e cooperado entre os agentes sociais envolvidos.

Para que ocorra uma aprendizagem significativa é necessário que o professor exerça a função de mediador, estabelecendo um cronograma de ensino, dando importância às vivências dos alunos, fazendo com que haja um entendimento do fato químico presente na natureza e todo o contexto social que estão vivendo (NERY RIBEIRO; BARRETO, 2013).

A utilização do saber popular sobre as plantas no cotidiano escolar assume assim, o raciocínio proposto por Silva et al. (2009), no qual defende que a utilização de diferentes metodologias e procedimentos podem auxiliar no processo de ensino-aprendizagem, interligando os conteúdos abordados em sala de aula ao conhecimento já existente dos alunos. Onde a insatisfação e desmotivação dos alunos muitas vezes estão associadas à ausência de práticas relacionadas aos conteúdos teóricos.

De acordo com Perrenoud (2000) é apropriada a necessidade de dar sentido ao trabalho escolar, de incentivar os alunos a criarem e participarem de projetos vinculados aos seus interesses. A escola precisa estar aberta para a vida, tornar o dia-a-dia escolar mais ativo e participativo. Desta maneira, será possível contribuir para a construção do caráter de nossos alunos, pois estará formando sua cidadania, sendo mais cooperativos e humanos. Também serão pessoas sentimentais, que terão empatia ao que ocorre com o seu semelhante.

Para Mortimer (1996) existe um hiato entre o conhecimento de senso comum construído pelo sujeito e o conhecimento cientificamente aceito. A escola em seu papel de formar cidadãos com conhecimentos sobre diversos assuntos assume a função de disseminar hábitos de vida saudável e de atitudes benéficas para com a natureza e seus recursos e de ações sociais que valorizem a cultura e o saber popular. Tendo em vista a importância da escola na promoção da educação ambiental, verifica-se que os trabalhos com plantas medicinais em todas as disciplinas escolares significam a valorização dos conhecimentos botânicos e das ações de preservação dos vegetais.

2.4 Educação Ambiental: um espaço para a reflexão sobre o desenvolvimento sustentável e a preservação das plantas

Segundo Cavalcante (2011) a Educação Ambiental aponta a constituição de valores sociais, informações, capacidades, costumes e confiabilidades regressadas para a conservação ambiental, e sua sustentabilidade.

No Brasil a Educação Ambiental está fundamentada por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (BRASIL, 1996) e dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN (BRASIL, 1998), que preconizam a temática ambiental no currículo do Ensino Fundamental, de modo transversal, e posteriormente, em todos os níveis de ensino, com o lançamento da Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA (BRASIL, 1999).

O artigo 32 da LDB, inciso II, adverte para o Ensino Fundamental a importância da “compreensão ambiental natural e social do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade”; e no artigo 36, § 1º, segundo o qual os currículos do ensino fundamental e médio “devem abranger, obrigatoriamente, (...) o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil”.

No momento histórico atual, o meio ambiente constitui-se em ponto de convergência, canalizando um grande investimento político-ideológico para a sociedade dita democrática. A escola, por exemplo, é instada a trabalhar com o meio ambiente não só como um tema entre outros, mas como tema de destaque, que deve ser abordado ao longo de toda a formação dos alunos, e de forma corrente: a inclusão da questão ambiental é requisitada, é esperada, e é também capaz de produzir um sentido de atualidade para o programa pedagógico, funcionando como elemento de prestígio para os pais-clientes (SILVA, 2011, p. 566).

A educação ambiental faz-se cada vez mais imprescindível por ser um tema de relevância social dominante nos discursos atuais, sendo um alerta de que as sociedades não podem levar em consideração somente o hoje, sem ponderar as implicações de suas obras antrópicas para o amanhã. Examina-se que a Educação Ambiental vem sendo proposta como um meio de conscientizar os indivíduos de que suas ações são responsáveis pelo comprometimento da sua própria existência (VIANA, 2006).

Segundo Silva (2013):

A preocupação de se trabalhar uma consciência ambiental na escola só veio a acontecer desde que, mundialmente, várias nações chegaram à conclusão que enfrentamos uma crise societal sem precedente desencadeada por um padrão de desenvolvimento que relegou as dimensões social e ambiental a um segundo plano em detrimento do econômico. Desde a reunião do Clube de Roma e a divulgação do documento “Os limites do crescimento”, passando pela Conferência Intergovernamental realizada em Estocolmo, em 1972, e pela Rio 92 as preocupações com as questões socioambientais não são debatidas sem que se considere o papel a ser desempenhado pela formação de uma concepção de sociedade desenraizada de uma perspectiva instrumentalista da natureza.

Na concepção de Séguin (2006) a educação é apresentada como instrumento de defesa ambiental, funcionando ao modo de um ponto de partida para a conscientização e a necessidade do ser humano de se aperfeiçoar, numa valorização do contexto natural em que a pessoa vive. A percepção dos problemas possibilitará uma mudança de postura e superação. Através da educação e do acesso à informação, a realidade é transformada pela mudança da ação humana.

De acordo com Dias (2000), a educação ambiental, por ser interdisciplinar, por lidar com a realidade, por adotar uma abordagem que considera todos os aspectos que compõem a questão ambiental (socioculturais, políticos, científico-tecnológicos, éticos, ecológicos, entre outros), por considerar que a escola não pode ser um agrupamento de gente trabalhando com outro amontoado de papel; por ser catalisadora de uma educação para a cidadania consciente, pode e deve ser o agente otimizador de novos processos educativos que conduzam as pessoas por caminhos em que se vislumbre a possibilidade de mudança e de melhoria do seu ambiente total e da qualidade da sua experiência.

A escola tem, portanto, papel relevante na expansão de conhecimentos acerca do meio ambiente e de um modelo de desenvolvimento que seja sustentável.

Para Buarque (2002), a sustentabilidade é um novo modelo de desenvolvimento que pode ser capaz de aumentar as potencialidades das pessoas por meio de melhores condições de educação, treinamento, saúde, habitação, meio ambiente e alimentação, assegurando que os frutos do desenvolvimento econômico sejam traduzidos em melhoria das condições de vida, e que permita que as pessoas tomem parte ativa, participando das decisões que influenciam suas vidas.

3 METODOLOGIA

3.1 Caracterização da área de estudo

A pesquisa foi realizada na Escola Municipal de Ensino Fundamental Tenente Titico Gomes, localizada no município de São José de Espinharas. Esse município situa-se na região centro-oeste da Paraíba, mesorregião do sertão e microrregião de Patos.

A cidade de São José de Espinharas – PB, fica a 332 Km de João Pessoa – PB. A escola campo de pesquisa é de porte médio e quanto aos aspectos físicos é composta por nove (09) salas de aula e dos seguintes ambientes: secretaria; diretoria; sala de leitura; sala de professores; banheiros (08); pátio; cozinha; dispensa e uma sala de informática do PROINFO (Programa Nacional de Tecnologia Educacional).

Quanto aos recursos humanos a escola dispõe de um diretor dois vice-diretores; supervisor; vinte e seis (26) professores, destes, dez (10) são professores da EJA; duas (02) secretárias; dois (02) inspetores e doze (12) agentes de serviços gerais. Esta atende a alunos das séries do Ensino Fundamental Regular e do Ensino Fundamental na modalidade da Educação de Jovens e Adultos, além de alunos do Ensino Médio também da modalidade EJA.

3.2 Amostragem e coleta de dados

O trabalho foi uma pesquisa de campo do tipo quantitativa e descritiva, cujos dados foram coletados durante entrevista individual no mês de Agosto de 2013, por meio da aplicação de um questionário estruturado com alunos e professores da EJA, de ambos os sexos.

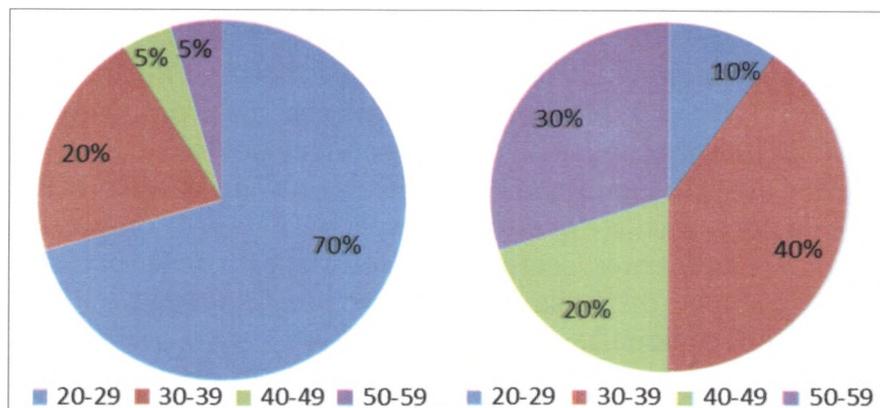
Os questionários foram aplicados a todos os professores (n = 10) da modalidade EJA da escola visitada e para 44 alunos da modalidade EJA. Foi aplicado um questionário aos professores e alunos, constituído por vinte e três (23) perguntas que versavam sobre diversificados aspectos relacionados às plantas com potencial econômico no ambiente escolar na concepção dos entrevistados.

O questionário aplicado foi estruturado no formato da Escala de Likert que apresenta uma escala de 5 níveis de respostas onde espera-se que os entrevistados identifiquem seu nível de atitude em uma escala de concordância ou discordância diante da questão perguntada, sendo assim, as respostas são avaliadas para identificar o nível de conhecimento e/ou percepção dos professores e alunos sobre a temática.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dentre os alunos entrevistados 38,6% (21) eram mulheres e 61,4% (33) homens. A faixa etária mais frequente foi entre 20 e 29 anos (70,0%) e entre 30 a 39 anos (40,0%) para os professores e alunos, respectivamente (Figura 01).

Figura 01 – Faixa etária, em anos, dos alunos (A) e professores (B) entrevistados.



Fonte: Autoria própria, 2013.

4.1 Sobre o uso das plantas para fins medicinais

Dentre os alunos entrevistados, 77,27% (34 alunos) declararam utilizar e confiar em plantas para fins de saúde. Dos professores entrevistados, apesar de todos confiarem em seus efeitos, 66,67% (04) as utilizam para esse fim. 47,73% dos alunos e 33,34% dos professores declararam usar 1 ou 2 tipos de plantas para esse fim.

4.2 Pesquisa realizada com alunos da EJA

Verificou-se que metade dos alunos entrevistados (22) não demonstra interesse pela Botânica e temas afins e que 29,5% (13) tem interesse. Entretanto, a maioria declarou não possuir conhecimentos sobre os temas relacionados à Botânica.

Em virtude desse desinteresse pelos conteúdos de Botânica Arruda, Laburú (1996) e Ceccantini (2006) afirmam que há urgência em se discutir como estes conteúdos estão sendo inseridos no espaço educacional. Pois, as dificuldades em se ensinar e, conseqüentemente, em se aprender botânica, tornam a “cegueira botânica” mais evidente, tanto entre os estudantes quanto professores.

A aquisição do conhecimento em Botânica é prejudicada não somente pela falta de estímulo em observar e interagir com as plantas, como também pela precariedade de equipamentos, métodos e tecnologias que possam ajudar no aprendizado.

Sobre a importância das plantas para a vida do ser humano 40,9% (18) afirmaram considerar as plantas como importante para o ser humano. Sobre os diversos temas relacionados às plantas, 75,0% (33) afirma ter um conhecimento insuficiente sobre eutrofização, 38,6% (17) sobre desmatamento, 38,64% (17) sobre desertificação, 40,9% (18) sobre a produção de papel e 22,7% (10) sobre a preservação das plantas, o que revela que uma grande parcela dos entrevistados não possuem conhecimentos suficientes sobre os temas relacionados à Botânica.

Como uma forma de valorizar os conteúdos relacionados à Botânica em nível de graduação e estimular o conhecimento sobre a flora local e suas potencialidades econômico-sociais, de acordo com Sablayrolles et al. (1998) o Herbário da UFPA (HF), vem investindo no sentido de construir coleções didáticas de plantas regionais. Essa prática, com a suas devidas adequações pode ser uma ferramenta importante no ensino de Botânica na educação básica como forma de despertar o interesse de tais conteúdos por parte dos alunos.

4.3 Pesquisa realizada com professores da EJA

Dos professores entrevistados, 50,0% (5) afirmou ter algum interesse pelos assuntos relacionados à Botânica e 80% (8) reconhece que as plantas são muito importantes para a vida humana. Entretanto, 50% dos entrevistados afirmaram ter pouco interesse pelos assuntos ligados à Botânica, e apenas um (1) respondeu que as plantas tem pouca importância para a vida humana.

Quando questionados sobre o interesse pela Botânica, 50,0% (5) dos professores afirmaram ter algum interesse pelos assuntos relacionados à área, contudo 50% (5) afirmou ter pouco interesse pelos assuntos ligados à Botânica.

Sobre os conteúdos da Educação Ambiental, concluiu-se que a metade (5) dos entrevistados considera que esses conteúdos da Educação Ambiental na prática do professor devem ser abordados apenas algumas vezes.

Entretanto, 70,0% consideram que a Educação Ambiental deva se tornar uma disciplina específica do currículo escolar, destes 40% ainda afirma que os conteúdos ligados à Educação Ambiental também devem fazer parte das outras disciplinas por meio da contextualização das aulas.

Dessa maneira, os professores entrevistados reconhecem a importância da contextualização que segundo Oliveira (2009, p. 13),

“[...] é o recurso para promover inter-relações entre conhecimentos escolares e fatos/situações presentes no dia-a-dia dos alunos, que imprime significados aos conteúdos escolares, fazendo com que os alunos aprendam de forma significativa”.

Embora alguns professores reconheçam a importância do ensino contextualizado, quando questionados sobre com que frequência o uso de plantas num contexto econômico, social e ambiental deve fazer parte dos assuntos trabalhados em sala de aula, apenas 50,0% (5) considera que deva ser numa frequência de quatro vezes ou mais, 40,0% (4) considera que essa frequência deva ser de duas a três vezes.

Em relação à implementação de uma proposta de ensino interdisciplinar e repleta de significados para os conteúdos de Botânica da EJA, metade (5) dos professores considerou que estas propostas devam ter pouca ou nenhuma frequência.

A maioria (83,3%) considera interessante trabalhar conteúdos relativos ao empreendedorismo solidário como alternativa de renda para alunos da EJA e muitos (66,7%) afirmam que a escola deve abordar frequentemente atividades que estimulem a economia solidária no ambiente escolar.

Esse mesmo percentual afirma que a frequência com que se deva trabalhar atividades que disseminem os saberes tradicionais acerca do uso das plantas, sobretudo daquelas que têm potencial econômico deva ser recorrente.

Os professores também consideram importante resgatar os conhecimentos relacionados às experiências vivenciadas pelos alunos da EJA. Metade dos professores entrevistados (5) afirmou que isso deva acontecer com muita frequência e o restante considera que deva acontecer algumas vezes.

Já quando foram induzidos a refletirem sobre o nível que têm para desenvolver projetos de Educação Ambiental na escola, 16,7% (2) afirmou ter várias dificuldades que chegam até a inviabilizar o projeto, mas a metade dos entrevistados tem muita ou alguma dificuldade.

Os resultados possibilitam observar ainda que 66,7% (6) dos entrevistados buscam sempre o tema permite incentivar os alunos a praticar ações que preservem o meio ambiente. Por sua vez, 83,3% revelam que raramente ou nunca realizam passeios com a finalidade dos alunos conhecerem a fauna e a flora da região e 50,0% (5) dizem que raramente ministram ou não ministram em suas aulas assuntos ligados às plantas com poder econômico na região onde vivem.

5 CONCLUSÕES

Diante da pesquisa aplicada pode-se observar que o processo de contextualização de temáticas voltadas para a área ambiental ainda vem se desenvolvendo lentamente, uma vez que a maioria dos professores entrevistados afirma que é dever da disciplina de Biologia trabalhar com mais rigor as questões ambientais.

Contudo observou-se também a dificuldade de se trabalhar projetos voltados à área ambiental tendo em vista que essa dificuldade não vem despertando nos alunos a consciência crítica para atuar e concretizar as ações propostas à essa temática.

É possível entender a Educação Ambiental como educação política, como afirma Reigota (2006), no sentido de que ela reivindica e prepara os cidadãos para exigir justiça social, cidadania nacional e planetária, autogestão e ética nas relações sociais e com a natureza. Para que este trabalho efetivamente aconteça é preciso que a Educação Ambiental abordada na escola seja primeiramente discutida com toda comunidade e que a discussão e o planejamento façam parte do cotidiano escolar.

Apesar de alguns avanços, ainda há muito que fazer para que se possa trabalhar de forma multidisciplinar com alunos e professores dessa modalidade de ensino. O estudo das plantas na EJA ainda é pouco pesquisado, devendo ser explorado visando uma melhoria para essa modalidade de ensino como uma promissora alternativa de diversificação de atividades e aumento da renda para a agricultura familiar.

6 REFERÊNCIAS

- AMOROZZO, M. C. M. **Abordagem etnobotânica na pesquisa de plantas medicinais:** um guia de estudo interdisciplinar. São Paulo: UNESP, 1996.
- AMOROZZO, M. C. M. **A perspectiva etnobotânica e a conservação de biodiversidade.** In: Congresso da Sociedade Botânica de São Paulo, XIV, Rio Claro: UNESP, 2002. 2p.
- ARRUDA, S. M.; LABURU, C. E. **Considerações sobre a função do experimento no ensino de Ciências.** Pesquisa em Ensino de Ciências e Matemáticas. 5:14-24, 1996.
- BALICK, M. J.; COX, P. A. **Plants, people, and culture: the Science of Ethnobotany.** New York: Scientific American Library, 1997. 228p.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei nº 9394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. Brasília: Ministério da Educação, 1998, 436 p.
- BRASIL. **Lei nº 9.795.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências, 27 abr. 1999.
- BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Média e Tecnologia. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** Ensino Médio. Brasília: Ministério da Educação, 1999. 364 p.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** Ciências Naturais. Brasília: MEC/SEF, 2002.
- BUARQUE, S. **Construindo o desenvolvimento local sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- CAVALCANTE, M. B. **O papel da educação ambiental na era do desenvolvimento (in) sustentável.** Revista Educação Ambiental em Ação [online]. Novo Hamburgo – RS. n. 36. 2011.

- CECCANTINI, G. **Os tecidos vegetais têm três dimensões**. Revista Brasileira de Botânica, v.29, n.2, p.335-337, 2006.
- DA SILVA, T. D. **Educação ambiental**: a educação para o consumo na sociedade da informação. Linguagem em (Dis) curso, v. 11, n. 3, p. p. 563-584, 2012. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: 08 set. 2013.
- DIAS, G.F. **Educação Ambiental**: Princípios e Práticas. 6. ed. São Paulo, Gaia, 2000.
- EITERER, C. L. ; PEREIRA, M. A. **Propostas de trabalho no currículo da EJA**. Presença Pedagógica, v. 15 n. 88, jul/ago. 2009, p. 70-76.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- GADOTTI, M. Educação de Jovens e Adultos: correntes e tendências. In: GADOTTI, M.; ROMÃO, José, E. **Educação de jovens e adultos**: teoria, prática e proposta. São Paulo: Cortez, 2003.
- GUARIN NETO, G.; SANTANA, S. R. & BEZERRA DA SILVA, J. V. **Notas etnobotânicas de espécies de Sapindaceae Jussieu**. Acta bot. bras. 14(3): 327-334, 2000.
- HANAZAKI, N. Conhecimento caiçara para o manejo de recursos naturais. In: U. P. Albuquerque et al. (orgs.). **Atualidades em Etnobiologia e Etnoecologia**. Recife, 2002. SBEE.
- HEISER, C. B. **Economic Botany - Past and Future**. Economic Botany 40: 1986.
- KATO, D. S.; KAWASAKI, C. S. **As Concepções de Contextualização do Ensino em Documentos Curriculares Oficiais e de Professores de Ciências**. Ciência e Educação, v. 17, p. 37, 2011.
- LIMA, I. L. P. *et al.* **Diversidade e uso de plantas do Cerrado em comunidade de Gezeiros no norte do Estado de Minas Gerais, Brasil**. Acta Bot. Bras. Feira de Santana, v. 26, n. 3, set. 2012 .
- LOCH, J. M. P. Planejamento e Avaliação em EJA. In: LOCH, J. M. P.; BINS, K. L. G.; CRISTOFOLI, M. C. P.; VITÓRIA, M. I. C.; MORAES, S. C.; HUERGA, S.; BRANDÃO, C. R. **Planejamento, Metodologias e Avaliação**. Porto alegre: Mediação, 2009, p. 15 – 35.
- LOURENZANI, A. E. B. S. *et al.* **Barreiras e oportunidades na comercialização de plantas medicinais provenientes da agricultura familiar**. Informações Econômicas, 34: p. 15-25. 2003.
- MORGADO, F. S.; SANTOS, M. A. **A horta escolar na educação ambiental e alimentar**: experiência do projeto horta viva nas escolas municipais de Florianópolis – Extensão – Revista Eletrônica de Extensão UFSC - n. 6, 2009.
- MORTIMER, E. F. **Construtivismo, mudança conceitual e ensino de ciências**: para onde vamos? Investigação em ensino de ciências (1996), v. 1, n.1, p. 20-39.
- NERY RIBEIRO, R.; BARRETO, S. **O papel do professor no processo de ensino-aprendizagem de química na educação para jovens e adultos (EJA)**. XVI ENQ/X EDUQUI, 2013.
- NOLET, V.; GILDA W. **Education for Sustainability in Washington State: A Whole Systems Approach**. The Journal of Sustainability Education. Disponível em: www.jsedimensions.org. Acesso em: 05 jul. 2013.
- OLIVEIRA, F. C. *et al.* **Avanços nas pesquisas etnobotânicas no Brasil**. Acta Bot. Bras., São Paulo, v. 23, n. 2, jun. 2009.

- PEDROZO, E. A. *et al.* **Produtos Florestais Não Madeiráveis (PFNMS):** as Filières do Açaí e da Castanha da Amazônia. *Revista de Administração e Negócios da Amazônia*, v.3, n.2, mai/ago. 2011.
- PERRENOUD, P. **Construir competências é virar as costas aos saberes?** *Revista Pátio*, Porto Alegre, v. 3, n. 11, p. 15-19, nov./jan. 2000.
- PINTO, A. V. **Sete lições sobre educação de adultos.** 13. ed. São Paulo: Cortez, 27 p., 2003.
- POSEY, D. A. **Etnobiologia: teoria e prática.** 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
- PRANCE, G.T. **Botânica econômica, uma ciência importante para a região amazônica.** *Acta Bot. Bras.*, São Paulo, v. 2. 1989.
- REIGOTA, M. **O que é educação ambiental.** São Paulo. Brasiliense, 2006.
- RODRIGUES, C. L.; AMARAL, M. B. **Problematizando o óbvio:** ensinar a partir da realidade do aluno. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 19., Caxambu, 1996. Anais...Caxambu:Anped, 1996. p. 197.
- SABLAYROLLES, M. das G. P. *et al.* O herbário didático da UFPA: uma proposta de melhoria no ensino da Botânica na graduação. In: CONGRESSO NACIONAL DE BOTÂNICA, 49., 1998, Salvador, BA. **Anais...** Salvador, BA, 1998. p. 296.
- SÉGUIN, E. **O Direito Ambiental – Nossa Casa Planetária.** 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2006, p.107-127.
- SILVA, C. H. *et al.* **A importância da utilização de atividades práticas como estratégia didática para o ensino de ciências.** Eventos UFRPE -Universidade Federal Rural de Pernambuco. 2009. Disponível em: www.eventosufrpe.com.br. Acesso em: 05 jul. 2013.
- SILVA, G. P.; ARRUDA, R. A. **Evasão escolar de alunos na Educação de Jovens e Adultos – EJA.** *Eventos Pedagógicos*, v. 3, n. 3, p. 113-120, 2012.
- SILVA, T. A. A. **Educação ambiental no semiárido nordestino:** apontamento de pesquisa e notas sobre prática educativa. *Cadernos de Estudos Sociais*, v. 27, n. 1, 2013. Disponível em: www.periodicos.fundaj.gov.br. Acesso em: 09 set. 2013.
- STRACHULSKI, J.; FLORIANI, N. **Conhecimento popular sobre plantas: um estudo etnobotânico na comunidade rural de linha criciumal, em Cândido de Abreu – PR.** *Revista Geografar.*, Curitiba, v.8, n.1, p.125-153, jun. 2013.
- TORRES, D. F. *et al.* **Etnobotânica e etnozootologia em unidades de conservação:** Uso da biodiversidade na APA de Genipabu, Rio Grande do Norte, Brasil. *INCI*, Caracas, v. 34, n. 9, sept. 2009.
- TRISTÃO, M. **A educação ambiental na formação de professores.** 2. ed. São Paulo: Annablume; Vitória: Fapitec, 2008.
- VENTURA, J.; CARVALHO, R. M. **Formação inicial de professores para a EJA.** *Revista Lugares de Educação*, v. 3, n. 5, p. 22-36, 2013.
- VIANA, P. A. M. O. **A inclusão do tema meio ambiente nos currículos escolares.** *Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambiente*, v. 16, 2006. Disponível em: www.remea.furg.br. Acesso em: 08set. 2013.
- VYGOTSKY, L. S. **Psicologia Pedagógica.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária: uma necessidade de formação

*Maria das Lágrimas Leite Minervino
Crislene Rodrigues da Silva Moraes*

1 INTRODUÇÃO

As experiências humanas construídas ao longo do tempo, não são uma construção linear e progressiva. Pensar a educação brasileira pressupõe considerar o processo histórico da formação territorial do Brasil, marcado por rupturas que desencadearam mudanças e reformas políticas, econômicas e sociais em cada época. A Educação de Adultos, no Brasil, também está ligada a essa trajetória histórica desde o início por meio da alfabetização catequista.

Ao longo desse processo histórico houve avanços no que se refere ao aparato legal, porém pouco se fez na prática para cumprir as legislações em cada época, tendo em vista que leis e artigos foram alterados sem sequer terem sido concretizados em ação.

A Educação de Jovens e Adultos vem, historicamente, sendo colocada à margem da política educacional, em função do lugar social que ocupa o público que ela atende, o das classes populares.

Nos últimos anos tem sido observado que há muito tempo o ensino noturno tem enfrentado problemas e sinais de crise. A reflexão sobre os problemas que afetam a EJA como a repetência, a evasão e o analfabetismo funcional, traz a necessidade de investigar as causas para buscar novas possibilidades que atendam os princípios e funções da Educação de Jovens e Adultos.

Hoje convivemos com uma realidade escolar onde grande parte dos jovens e adultos matriculados na EJA, não consegue concluir o nível de ensino fundamental nos anos propostos, fato que pode estar relacionado à formação dos professores, às metodologias adotadas e ao currículo que pode estar inadequado para atender às especificidades desses alunos, bastante diversificados em idades, níveis, interesses, profissões e trabalhos, entre outros. Por isso, urge que a escola se adeque às necessidades do seu público alvo.

Concretizar ações que coadunem a Educação de Jovens e Adultos com o mundo do trabalho faz-se urgente. Uma educação que valorize o cotidiano do aluno, já marginalizado pelo desemprego estrutural, deve conceber uma estreita relação com a Economia Solidária, uma economia com princípios pautados nas propostas da geração de emprego e renda, e que permite perceber que outra economia acontece, fora dos padrões da exploração capitalista.

Diante desse contexto, o presente estudo objetivou investigar e analisar as práticas pedagógicas desenvolvidas na EJA, e sua relação com o nível de formação dos professores nas escolas municipais de Patos, Paraíba; bem como investigar qual a concepção dos professores de EJA sobre a relação entre essa modalidade de ensino e a Economia Solidária. A pesquisa foi realizada em (08) oito escolas do ensino Fundamental de EJA da rede municipal de Patos e contou com a participação de 26 (vinte e seis) professores.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 A Educação de Adultos no Brasil

A educação de adultos teve início desde o período colonial, quando a população adulta era conduzida à catequização pelos padres jesuítas, abrangendo um caráter muito mais religioso que educacional. Nesse contexto histórico, as iniciativas do governo para a educação de

adultos eram assistemáticas e de responsabilidade da Companhia de Jesus, pois segundo Piori (2004) Dom João IV reafirmava ser a Companhia de Jesus a única autoridade competente para tratar de assuntos referentes aos indígenas. Nessa época, pode-se constatar uma fragilidade da educação, por não ser esta responsável pela produtividade (CUNHA, 1999).

As missões jesuítas entraram em choque com os ideais do marquês de Pombal que, ao realizar a reforma Pombalina, pretendia transformar Portugal em uma metrópole capitalista, a exemplo do que já ocorria com alguns países europeus. Vários aspectos dessa reforma, como a libertação dos indígenas, eram incompatíveis com o método educacional dos jesuítas que passaram a ser contra a interferência real nos seus assuntos.

A expulsão dos jesuítas por Pombal teve como objetivo suprimir o domínio dos religiosos sobre a fronteira, acordada no tratado de Madri, onde estavam situadas as sete missões jesuíticas.

A partir desse momento, muitas mudanças ocorrem no sistema educacional, que passou a ser gerido através do Alvará Régio de 28 de junho de 1759, cujas aulas régias ou avulsas de Latim, Grego, Filosofia e Retórica, deveriam suprir as disciplinas antes oferecidas nos extintos colégios jesuítas.

O Estado passou a assumir a responsabilidade pelo sistema educacional da Colônia, nos vários termos do Alvará, no que se refere à contratação e fiscalização de professores, do material didático utilizado e de toda a proposta de ensino estabelecida para as escolas. A educação como responsabilidade do Estado, partiu de um propósito econômico e já teve início com a ingerência, com a exclusão, beneficiando apenas os interesses educacionais da elite colonial subordinante.

A vinda da família real para o Brasil, período Joanino (1808 a 1821) que para alguns historiadores como Lima (1997), “o Brasil finalmente foi descoberto”, e a independência do Brasil movimentaram também as mudanças na educação, mas no período imperial ainda coexistiam os resquícios coloniais de atraso para a maior parte da população, com um ensino de caráter classista e permeado de preconceitos contra o povo oriundo das classes desfavorecidas.

Segundo Holanda (2001), o Estado era dirigido pelas elites que se distinguiam do restante do povo, pela nobreza de sangue ou pelos títulos honoríficos concedidos pelo Imperador aos bacharéis. Para Moura (2003), a preocupação com a educação volta-se para a criação de cursos superiores a fim de atender aos interesses da monarquia.

Mesmo diante desse quadro alguns momentos mereceram destaques na educação no período imperial, como diz Lima (1997) sobre a primeira Constituição brasileira outorgada em 1824, na qual o Art. 179 anunciava a “instrução primária e gratuita para todos os cidadãos”.

Em 1823, na tentativa de se suprir a falta de professores instituiu-se o *Método Lancaster*, ou do “ensino mútuo”, onde um aluno treinado (decurião) ensina um grupo de dez alunos (decúria) sob a rígida vigilância de um inspetor (LIMA, 1997).

Em 1826 um Decreto instituiu quatro graus de instrução: Pedagogias (escolas primárias), Liceus, Ginásios e Academias. E, em 1827, um projeto de lei propõe a criação de pedagogias em todas as cidades e vilas, além de prever o exame na seleção de professores, para nomeação e abertura de escolas para meninas.

Em 1834 o Ato Adicional à Constituição dispõe que as províncias passariam a ser responsáveis pela administração do ensino primário e secundário. Graças a isso, em 1835, surge a primeira escola normal do país em Niterói. Em 1837, na cidade do Rio de Janeiro, é criado o Colégio Pedro II, com o objetivo de se tornar um modelo pedagógico para o curso secundário. Efetivamente o Colégio Pedro II não conseguiu se organizar até o fim do Império para atingir tal objetivo (LIMA, 1997).

Até a Proclamação da República, em 1889, o Brasil não havia concretizado sua política educacional, originando um elevado percentual de adultos analfabetos e desencadeando a necessidade de escolas noturnas para atender esse contingente.

Em 1876, um relatório feito pelo ministro José Bento da Cunha Figueiredo, apontou a existência de 200 mil alunos frequentes nas aulas noturnas. Durante muito tempo, portanto, as escolas noturnas eram a única forma de educação de adultos praticada no país.

Segundo Cunha (1999), com o desenvolvimento industrial, no início do século XX, inicia-se um processo lento, mas crescente, de valorização da educação de adultos. Assim, a Constituição de 1934 dispõe, pela primeira vez, que “a educação é direito de todos, devendo ser ministrada pela família e pelos Poderes Públicos”.

A Constituição de 1937 orienta a preparação de um maior contingente de mão de obra para as novas atividades abertas pelo mercado, retrocede ao propor que a arte, a ciência e o ensino sejam livres à iniciativa individual pública e particular, tirando do Estado o dever da educação. As conquistas renovadoras da Constituição de 1934 foram enfraquecidas na Constituição de 1937, que marca uma distinção entre o trabalho intelectual, para as classes mais favorecidas, e o trabalho manual, enfatizando o ensino profissional para as classes mais desfavorecidas (ROMANELLI, 1991).

Com a Nova Republica (1946-1963), a educação recebe grandes contribuições defendidas: em 1950, em Salvador, Bahia, Anísio Teixeira inaugura o Centro Popular de Educação (Centro Educacional Carneiro Ribeiro); em 1952, em Fortaleza, Ceará, o educador Lauro de Oliveira Lima inicia uma didática baseada nas teorias científicas de Jean Piaget: o Método Psicogenético; em 1953 foi criado o Ministério da Educação e Cultura; em 1961 inicia-se a campanha de alfabetização, seguindo a didática de Paulo Freire, que propunha alfabetizar em 40 horas 24 adultos analfabetos; em 1962 é criado o Conselho Federal de Educação, que substituiu o Conselho Nacional e os Conselhos Estaduais de Educação e, ainda em 1962 é criado o Plano Nacional de Educação e o Programa Nacional de Alfabetização, pelo Ministério da Educação e Cultura, inspirado no Método Paulo Freire (LIMA, 1997).

O regime Militar (1964-1985) desmobilizou os movimentos da educação e as conquistas até então adquiridas. O Decreto-Lei 477, de caráter repressor intimidou alunos e professores, fechou universidades e muitos foram presos e assassinados, desencadeando o medo da repressão, calando a voz daqueles que defendiam uma educação democrática e pluralista. Os governos militares adotaram alguns programas e projetos com propostas aparentemente voltadas para o favorecimento da educação de adultos.

Entre as iniciativas podemos destacar (Cruzada ABC, MOBREAL, MEB) no sentido de suavizar as tensões e formar mão-de-obra, sendo estas desenvolvidas por professores improvisados, temporários e selecionados através de políticas paternalistas e eleitoreiras (MOURA, 2009). O Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBREAL teve grande repercussão nacional na tentativa de erradicar o analfabetismo, mas após denúncias de corrupção foi extinto e substituído pela Fundação Educar.

A Lei de Diretrizes e Base para a Educação – a LDB - 5.692/71 atribui um capítulo para o ensino supletivo e recomenda aos Estados atender jovens e adultos, fortalecer o ensino profissionalizante. O ensino supletivo, implantado em 1971, foi um marco importante na história da educação de jovens e adultos do Brasil. Vieira (2004) enfatiza que:

Durante o período militar, a educação de adultos adquiriu pela primeira vez na sua história um estatuto legal, sendo organizada em capítulo exclusivo da Lei nº 5.692/71, intitulado ensino supletivo. O artigo 24 desta legislação estabelecia com função do supletivo suprir a escolarização regular para adolescentes e adultos que não a tenham conseguido ou concluído na idade própria.

Por outro lado, essa mesma LDB exclui do currículo disciplinas das áreas das ciências humanas (História, Geografia, Filosofia e Sociologia). As disciplinas citadas fazem parte de uma área do conhecimento que têm por objetivo o estudo dos seres humanos em suas múltiplas relações, fundamentado por meio da articulação entre esses diversos saberes. (BRASIL, 2004).

2.2 A Educação de Jovens e Adultos

A Constituição Federal de 1988 representou para a EJA avanços significativos, quando em seu artigo 208 garantiu a educação para todos, bem como estabeleceu a necessidade de uma formação adequada para se trabalhar com jovens e adultos, com atenção às características específicas do aluno matriculado no ensino noturno.

A Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – LDBEN Nº 9394/96, foi mais enfática ainda, quando nos artigos 37 e 38, da Seção V, essa modalidade recebeu uma dignidade própria, mais ampla e eliminou uma visão de exterioridade com relação ao descrito na constituição anterior e na Lei Nº 5.692/71, quando a obrigatoriedade só chegava até jovens de 14 anos.

A nova LDB Nº 9394/96 propôs também, em seu artigo 30, a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, a garantia de padrão de qualidade, a valorização da experiência extraescolar e a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais. Assim, a Lei estimula a criação de propostas metodológicas alternativas para a EJA, quando considera educação escolar e trabalho como uma identidade do aluno trabalhador, que não teve acesso ao ensino fundamental.

As Diretrizes Curriculares Nacionais abrangem os processos formativos da Educação de Jovens e Adultos como uma das modalidades da Educação Básica nas etapas do ensino fundamental e médio, nos termos da LDBEN 9394/96. Assim, a identidade própria da Educação de Jovens e Adultos (modalidade da Educação Básica) considerará entre outras: as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias desse alunado.

As Políticas públicas em curso que estão voltadas à Educação de Jovens e Adultos no Brasil são: Brasil Alfabetizado, Pró-Jovem, Fazendo Escola, FUNDEB. E ainda mais recente, a Educação de Jovens e Adultos – EJA, conta com um documento que embora marcado por limites políticos-ideológicos, assegura grande valorização a essa modalidade (CNE/CEB 11/2000).

Este documento trata das Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos, e assegura que essa modalidade, por meio da escola, assuma a função reparadora, significando não só a entrada no circuito dos direitos civis, pela restauração de um direito negado, mas o direito de uma escola de qualidade (BRASIL, 2000).

Mesmo diante dos avanços nos últimos anos, tem sido observados problemas e sinais de crise, fato evidenciado pelos elevados índices de repetência, evasão e analfabetismo funcional. Esses problemas podem estar relacionados à utilização de metodologias e currículo inadequados para atender as especificidades dos discentes da educação de jovens e adultos, que constitui um público bastante diversificado.

Um currículo para a EJA precisa articular a teoria e a prática, para dar sentido, significado e conteúdo à escola; precisa levar em conta os elementos que considerem o currículo como espaço de cultura; as competências como eixo de aprendizagem; a prioridade da competência de leitura e de escrita; a articulação das competências para aprender; e a contextualização no mundo do trabalho (SÃO PAULO, 2010). A Educação de Jovens e Adultos deve considerar o conhecimento prévio do aluno, sua cultura, diversidade, pois ele possui uma história vivenciada e que não pode ser ignorada pela escola. Para Gadotti (1997):

A educação de jovens e adultos deve ser sempre uma educação multicultural, desenvolvendo conhecimentos prévios e fazendo sempre a integração na diversidade cultural, a qual leva o educador a conhecer bem o seu campo de trabalho, pois assim terá o conhecimento necessário para desenvolver projetos relacionados à educação com qualidade.

Outro ponto discutido é o papel do Estado no processo de formação de professores da EJA, com as iniciativas políticas e pedagógicas do governo somente a partir da de 1940, com

destaque para a regulamentação do Fundo Nacional do Ensino Primário (FNEP); a criação do INEP, incentivando e realizando estudos na área; entre outras; não alterando a abordagem inicial, principalmente quanto à formação de professores e prática em sala de aula, alfabetizando os jovens e adultos à sombra da educação infantil.

Na década de 80 a educação de jovens e adultos passou a ser denominada Educação de Jovens e Adultos – EJA. A constituição de 1988 garante educação para todos e mais avanços ainda com a lei Nº 9.394/96, que estabelece a formação adequada para professores da EJA, no entanto os professores ainda estão à margem dessa formação.

Contudo vale ressaltar que a EJA, além de ser um modelo pedagógico indispensável para vencer o desafio do analfabetismo brasileiro de uma vez por todas, também pode ser considerada uma metodologia base para a formação de alunos e professores para os níveis elementar e médio.

Para entender melhor e vencer as barreiras de aprendizagem de seus alunos, os professores precisam de uma formação adequada. Afinal, o que se deseja é que as pessoas aprendam a aprender. Só assim o conhecimento poderá ser multiplicado e plenamente utilizado. Isso vem diretamente ao encontro do interesse nacional em aumentar a produtividade e a competitividade do país em nível internacional. No entanto, na Educação de Jovens e Adultos, os desafios ainda são grandes comprometendo a erradicação do analfabetismo e dificultando a vinculação ao mundo do trabalho e com a economia solidária.

2.3 A Economia Solidária

A Economia Solidária consiste num conjunto de experiências pautado nas cooperativas populares, associações de trabalhadores agrícolas e urbanos, bancos populares entre outros. Surge especialmente como programa de combate ao desemprego, por iniciativas populares e organizações ligadas à igreja católica dentro dos governos petistas, desde a década de 1990.

Como observa Singer (2002), a Economia Solidária é um modo de produção “cujos princípios são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual [...] Alguma desigualdade é tolerável desde que ela sirva para melhorar a situação dos menos favorecidos”.

Para Singer (2008) a Economia Solidária apresenta-se como uma alternativa capaz de superar o capitalismo (mas, necessariamente não representa sua intenção) e retomar a questão do trabalho como prática inerente ao ser humano e não como tarefa alienante.

Para Tiriba (apud VIVIAN, 2008), economia solidária não é só uma possibilidade de emprego e renda, representa uma oportunidade de desenvolvimento mais justa e solidária.

Nessa perspectiva, entende-se a Economia Solidária como uma alternativa econômica capaz de minar as estruturas do capitalismo, esse sistema que visa, sobretudo, o lucro, levando à exploração do homem pelo homem, à precarização do trabalho e à exploração do trabalhador. Por isso nega seus direitos, mas o encarrega de todos os deveres para garantir a maximização dos lucros dos donos, motor estruturante da luta de classes.

Na visão de Guerra (apud GADOTTI, 2009), “as economias solidárias são alternativas concretas ao capitalismo. Ademais, do nosso ponto de vista não é aceitável o argumento segundo o qual, definitivamente, estas práticas terminam operando no sistema capitalista”.

Para Gaiger (2003), a Economia Solidária não reproduz em seu interior as relações capitalistas, pois as substitui por outras. Sendo estas pautadas na prática da solidariedade no campo econômico.

Para Freire (1987) numa sociedade de classes não há diálogo, há apenas um pseudodiálogo, uma utopia quando parte do oprimido e ardil astuto, quando parte do opressor. Numa sociedade de classes antagônicas não há espaços para uma pedagogia diagonal. O dialogo pode ocorrer no interior da escola, da sala de aula, mas nunca na sociedade global.

Uma diferença marcante entre a Economia Solidária e a economia capitalista é a forma de gestão. A gestão no capitalismo relaciona-se diretamente com o acúmulo do capital e com a obtenção de lucro, a gestão solidária está ligada à melhoria da qualidade de vida dos associados ao empreendimento solidário. Trata-se de uma gestão democrática, que caminha para a auto-gestão e para a formação colaborativa, não se restringe a aspectos informativos e formativos na administração dos empreendimentos, como ocorre na gestão capitalista.

De acordo com Singer (2005) a Economia Solidária “[...] Visa a uma sociedade de iguais, [...] opõe-se à ideia de que o jogo econômico é inevitavelmente de soma zero. Em vez disso, ela sustenta que a cooperação entre os participantes torna possível que todos ganhem”.

A Educação de Jovens e Adultos deve considerar o conhecimento prévio do aluno, pois ele possui uma história vivenciada e que não pode ser ignorada pela escola. Essas experiências de vida, na família, no trabalho e na comunidade fazem da EJA uma educação diferenciada, com um público competente para exigir uma abordagem de ensino-aprendizagem pautada no seu cotidiano.

Para Gadotti (2009), compreende-se a Educação de Jovens e Adultos, a educação popular, a não formal e a educação comunitária como sinônima (embora não sejam). É nesse contexto que a Economia Solidária se conecta com a Educação de Jovens e Adultos, uma vez que ela é um ato pedagógico, já que se baseia na ajuda mútua e esse princípio, também pedagógico, da reciprocidade da igualdade de condições entre educandos e educadores, permite uma aprendizagem conjunta. Para Freire (1978), ninguém ensina nada a ninguém, aprendemos juntos em comunhão.

Um grupo de autores (SARDÁ DE FARIA, 2010; DAL RI e VIETTEZ, 2008; TIRIBA, 2008; NASCIMENTO, 2005; NOVAES, 2007), apontam a autogestão como meio e fim das lutas dos trabalhadores, por meio da construção do socialismo autogestionário, onde os próprios trabalhadores criam seus espaços cooperados e de trabalho associado, onde se manifestam na forma de gestão das cidades, dos serviços públicos dos meios de comunicação, escolas e etc. (TIRIBA e FISCHER, 2012).

Partindo das ideias de autogestão abordada pelos autores é importante analisar a autogestão enquanto processo educativo realizável, em Economia Solidária.

Também Mézaros (2006), resgata e atualiza as propostas de Marx, no qual teoriza a “educação para além do capital”, que conecta a necessidade de transformações mais amplas no sociometabolismo social com as tarefas específicas da educação para pensar as experiências de hoje em dia.

2.4 O professor da Educação de Jovens e Adultos

A Proposta Curricular para o 1º segmentos da EJA parte do princípio de que a construção de uma educação básica para jovens e adultos, voltada para a cidadania, não se resolve apenas garantindo a oferta de vagas, mas sim oferecendo-se ensino de qualidade, ministrado por professores capazes de incorporar ao seu trabalho os avanços das pesquisas nas diferentes áreas de conhecimento e de estar atentos às dinâmicas sociais e suas implicações no âmbito escolar.

No entanto, os professores que se propõem a ou se impõem a ‘ensinagem’ de jovens e adultos, em sua maioria não têm a habilitação e a qualificação especial para tal. “São quase sempre professores improvisados” (MOURA, 2009, p.46).

Com base no exposto, muito se questiona sobre a formação dos professores da educação básica no Brasil, e esse quadro se estende e até se intensifica quando se trata da educação de jovens e adultos, pois há em muitas escolas um grande número de professores sem formação específica, elencada como uma das dificuldades mais frequentes para aqueles que trabalham com a EJA, haja vista que proposta assume papel secundário, ficando sempre em segundo plano para as autoridades por se tratar de uma parte menor do contingente escolar e, muitas vezes

descriiminada, por se tratar de uma modalidade de ensino destinada a um público com menor perspectiva de ascensão social.

Por outro lado, a orientação dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs aponta para a construção de uma proposta curricular local que subsidie o Ensino Fundamental em turmas de jovens e adultos, também é necessário valorizar os trabalhos dos docentes como produtores, articuladores, planejadores das práticas educativas e como mediadores do conhecimento socialmente produzido; destacando a importância de que os docentes possam atuar com a diversidade existente entre os alunos e com seus conhecimentos prévios como fonte de aprendizagem de convívio social e meio para a aprendizagem de conteúdos específicos. Assim, são tão importantes para a Educação de Jovens e adultos certos conteúdos que os educadores devem lhes ensinar quanto à competência para analisar a sua realidade cotidiana e participar, satisfatoriamente, de processos decisórios.

Pinto (2003) destaca que:

O professor necessita sempre de capacitação, que vai além de cursos, seminários, pois o professor eficiente faz indagações sobre sua prática, busca a troca de experiências com seus colegas, são os considerados autossuficientes que se estacionam no caminho de sua formação.

São apontadas várias razões para a deficiência na formação desses profissionais que atuam em EJA, como: o tratamento que o Estado Brasileiro vem dando à formação e à carreira dos professores da EJA ao longo do processo histórico; a morosidade para institucionalização dessa modalidade como educação básica; as múltiplas responsabilidades frente a esta modalidade educacional específica; a improvisação de professores e a transposição daqueles do Ensino Fundamental de crianças e adolescentes para atuarem na prática pedagógica com jovens, adultos e idosos, sem a formação adequada; a formação inicial nos cursos de pedagogia e a formação continuada; além da omissão das instituições formadoras.

Muitas são as causas apontadas, porém é preciso encontrar um caminho que conduza ao atendimento dos princípios e funções da educação de jovens e adultos, que atinja os anseios e perspectivas do aluno-trabalhador. Pinto (2003) esclarece que:

A educação de adultos deve ver o educando como ser pensante, dotado de um conhecimento prévio, resultado da sua vivência em família, no trabalho, enfim em sociedade, não pode perceber como um anormalidade social, por isso o educador tem que valorizar o educando como membro atuante da sociedade.

Os educadores precisam ser possuidores dos fundamentos que lhes permitam incluir referenciais teórico-metodológicos próprios à área como as contribuições da psicogênese e da teoria histórico-cultural, compreendendo dessa forma as características e especificidades dos alunos nos aspectos antropológico, histórico, filosófico, cultural, psicológico, sociolinguístico.

Mesmo diante de um mundo globalizado, cada país tem que definir as finalidades da escola e, em extensão, a formação de seus professores. A prova disso é que as informações atravessam as fronteiras, mas muitos países ainda utilizam a educação como um instrumento de reprodução das desigualdades e mantém os interesses de poucos garantidos.

Se quisermos uma escola autônoma, democrática, construtivista, podemos enveredar pelos sete saberes de Morin (2002). Para isso o professor deve ter um perfil que construa competências e o caracterize como um ser confiável, intercultural, mediador, organizador de uma vida democrática, transmissor cultural, intelectual. Aliado a essas competências o professor deve ter uma prática reflexiva e uma visão crítica (PERRENOUD, 2006).

De acordo com Pinto (2003), em relação aos processos educativos de formação dos professores da Educação de Jovens e Adultos deve-se entender que:

Na relação educacional o educador crítico reconhece o aluno como sujeito capaz de ensinar e aprender, resgata no educando a autoestima, e faz sentir contribuinte da sociedade, das mudanças em si mesmo e na realidade local, deixando claro que quem ensina também aprende.

Portanto, o professor não pode se considerar pronto, acabado, pois a educação tem que acompanhar a sociedade que constantemente é movida pelas transformações de cada época, por isso os educadores tem que se adequar a esse processo contínuo de transformação e buscar a formação inicial, mas entender que esta consiste apenas na formação básica, que não cessa aí, por isso precisa de formação continuada.

3 METODOLOGIA

Neste estudo desenvolveu-se uma pesquisa exploratória, observacional, qualitativa e quantitativa. A exploração de uma temática ainda pouco abordada pode ser aprofundada por meio da pesquisa exploratória.

Para Gil (2002), estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Aborda ainda que a pesquisa exploratória é desenvolvida no sentido de proporcionar uma visão geral acerca de determinado fato, sobretudo, quando o tema ainda é pouco explorado e torna-se difícil formular hipóteses precisas.

Quanto à abordagem do problema realizou-se um estudo quantitativo e qualitativo. Turato (2003) relembra que o termo “quantitativo” relaciona-se à ideia de mensuração e busca resposta para a pergunta “quanto?”, já o termo “qualitativo”, busca responder a perguntas como “qual?” e “qual tipo?”.

Richardson (1999) menciona que a abordagem quantitativa caracteriza-se pelo emprego de quantificação tanto na coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples até as mais complexas. Destaca que na abordagem qualitativa pode-se descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos sobre grupos sociais.

Nesta perspectiva, Marsiglia (2008) afirma que nos últimos anos, vem se firmando entre os pesquisados a ideia de que os métodos quantitativos e os qualitativos devem ser vistos como complementares, o que pode levar a um melhor desenvolvimento das pesquisas com objetos complexos.

Considerando a relevância dessa temática foi realizada uma pesquisa bibliográfica, por meio de revisão de literatura, com fundamentação científica acerca das experiências entre a integração do ensino de EJA e sua relação com a Economia Solidária que, segundo Gil (2002), se realiza com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Para boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas.

As pesquisas sobre ideologias, bem como aquelas que se propõem a uma análise das diversas posições acerca de um problema, também costumam ser desenvolvidas quase exclusivamente mediante fontes bibliográficas.

Para a coleta de dados, optou-se pela utilização de um questionário sobre o perfil formativo dos professores da rede pública municipal, todos pertencentes à modalidade EJA no Ensino Fundamental da cidade de Patos, Paraíba.

A pesquisa foi realizada nas oito escolas da rede municipal de ensino de Patos, onde funciona a modalidade EJA, e contou com a participação de 26 (vinte e seis) dos 30 (trinta) professores que lecionam nesta Modalidade de Educação de Jovens e Adultos no município.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

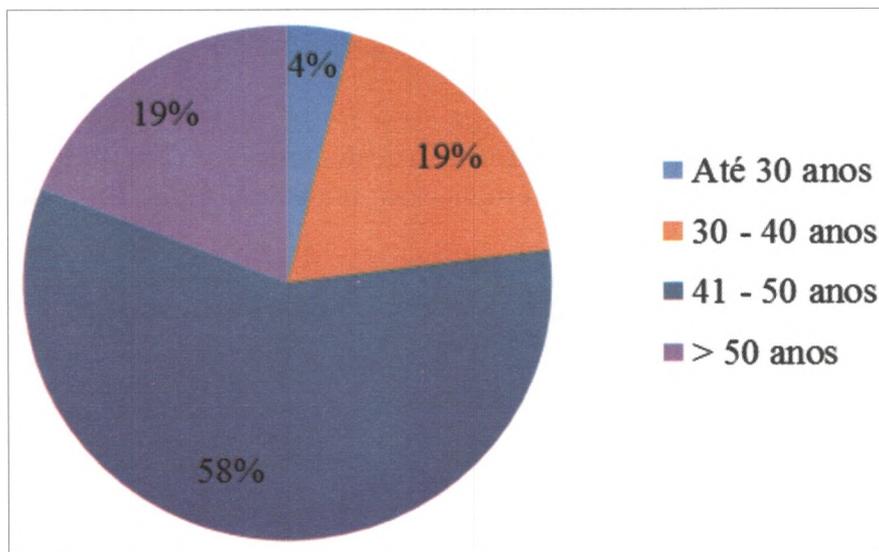
A aplicação de um questionário com os professores da Educação de Jovens e Adultos do município de Patos – PB possibilitou a construção de um diagnóstico acerca do perfil socio-cultural destes profissionais em vários aspectos, destacando questões relacionadas a gênero, faixa etária, formação profissional e práticas metod

4.1 A Educação de Jovens e Adultos no Município de Patos – PB

Com relação ao gênero, constatou-se que houve uma maioria (88,5%) de mulheres e apenas 11,5% de homens, comprovando mais uma vez o predomínio do sexo feminino nas atividades educacionais e evidenciando sua busca incessante na construção de uma melhor formação ou qualificação profissional.

A Figura 01 apresentam informações percentuais referentes à variável faixa etária dos professores de EJA entrevistados. Quanto à idade, os dados apontam que a maioria (58%) dos professores da Educação de Jovens e Adultos encontram-se na faixa etária entre 41 e 50 anos de idade, revelando um contingente que se aproxima da idade mínima para aposentadoria, que é aos 50 anos de idade.

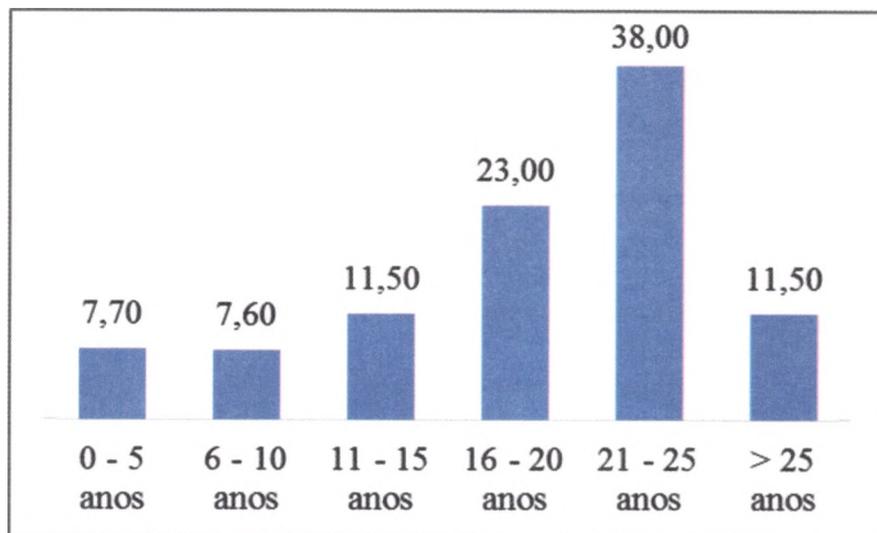
Figura 01 – Faixa etária dos Professores da Educação de Jovens e Adultos quanto ao gênero.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2013.

As Figuras 02 e 03 apresentam respectivamente, o tempo de serviço dos Professores da Educação de Jovens e Adultos entrevistados, na rede municipal de ensino e na educação de jovens e adultos.

Figura 02 – Tempo de Serviço dos Professores da Educação de Jovens e Adultos na rede municipal de ensino.

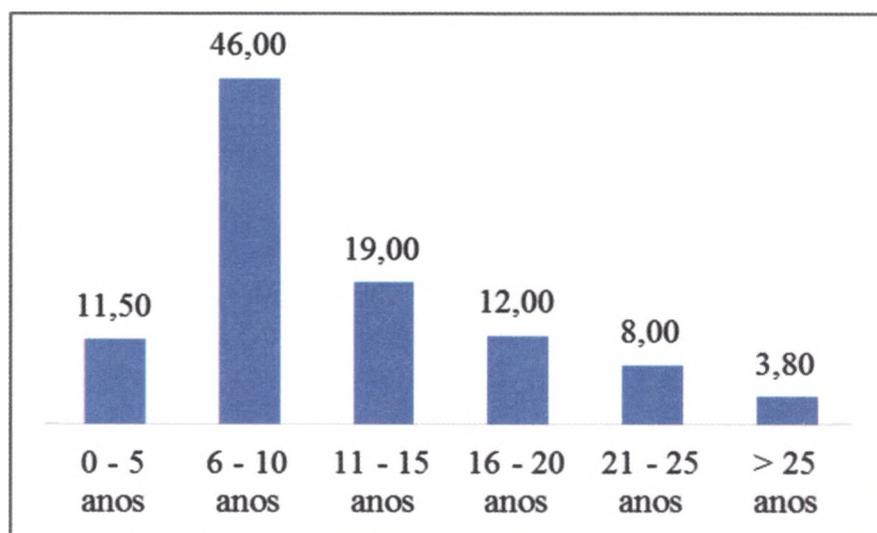


Fonte: Dados da Pesquisa, 2013.

Ao analisar o tempo de serviço dos professores, pode-se perceber que a maioria (38%) tem entre 21 e 25 anos de serviço, seguido de 23% daqueles que têm entre 16 e 20 anos. No entanto, quando a variável é tempo de serviço na EJA, a maioria desses profissionais atinge maior percentual entre 06 e 10 anos.

Tais percentuais levam a perceber que esses têm grande experiência em sala de aula, porém com menos tempo de serviços na Educação de Jovens e Adultos, indicando um requisito importante para uma prática educacional mais concreta e com mais conhecimento de causa e efeito.

Figura 03 – Tempo de Serviço dos Professores da Educação de Jovens e Adultos na EJA.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2013.

Partindo do pressuposto de que toda prática é decorrente da concepção que se tem sobre determinado objeto, achou-se relevante procurar identificar como os professores municipais da educação de jovens e adultos percebem essa modalidade de ensino.

Constatou-se que entre os professores participantes, um número considerável (50%) entende que a educação de jovens e adultos tem como objetivo primordial contribuir na alfabetização de adultos que não tiveram oportunidade de ingressar ou mesmo de permanecer na escola quando crianças, absorvendo o aluno que não teve oportunidade de estudar na idade adequada. Prova disso é que esses professores concebem a EJA como uma modalidade de ensino que insere melhor o aluno na sociedade, no trabalho e até mesmo na projeção profissional. Ainda em relação ao entendimento da educação de jovens e adultos, cerca de 19% dos professores respondeu a questão apenas com como sendo “Educação de Jovens e Adultos”, sem comentar seus objetivos e competências, a atenção especificamente para a educação oferecida aos jovens e adultos, sem haver uma preocupação com uma educação que forme um sujeito crítico.

Por se tratar de uma questionamento aberto, as respostas de outros informantes foram analisadas, não pelo percentual, mas pelo conteúdo das respostas, verificando-se que expressaram indicações e questões que tem sido bastante discutidas e girado em torno do ensino de jovens e adultos ao longo da história. Na resposta de um professor, a EJA é vista como mais um programa que não atende os requisitos de aprendizagem do aluno. Pierro (2005) expressa bem a nossa preocupação em relação às respostas dadas pelos professores, mesmo sendo uma minoria, visto que a EJA, conforme afirma Pierro.

Ao focalizar a escolaridade não realizada ou interrompida no passado, o paradigma compensatório acabou por enclausurar a escola para jovens e adultos nas rígidas referências curriculares, metodológicas, de tempo e espaço da escola de crianças e adolescentes, interpondo obstáculos à flexibilização da organização escolar necessária ao atendimento das especificidades desse grupo sociocultural (PIERRO, 2005).

Na opinião de alguns professores entrevistados (12%) a EJA é uma modalidade de ensino. Para Mamed (2004) entender a EJA como uma modalidade, ou uma subcategoria, do ensino fundamental ou médio é assumir que ela faz parte de um ou outro nível e abordá-la como possuidora de todas as qualidades e benefícios que caracterizam estes níveis, mas que não ferem suas especificidades garantidas em Lei.

Sobre os fundamentos teóricos utilizados pelos professores em sala de aula, os resultados foram os seguintes: A maioria (77%) não trabalha fundamentada em nenhum posicionamento teórico específico, enquanto que 23% disseram que trabalham na EJA fundamentados nos posicionamentos teóricos de Paulo Freire.

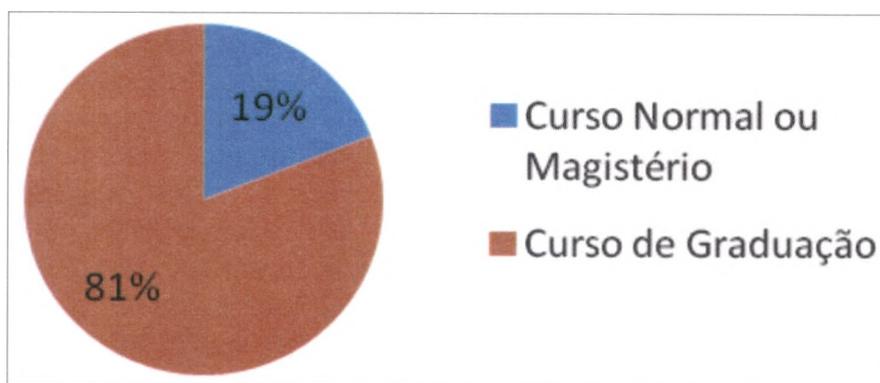
Diante de tais constatações, fica explícito o que foi discutido e apontado em algumas literaturas, inclusive nos estudos de Moura (2009), nos quais aponta que a maioria (77%) dos professores de EJA desconhecem os fundamentos para a obtenção de um entendimento que contemple a complexidade dos saberes populares e como integrar, na Educação, as contribuições teórico-metodológicas das áreas da Antropologia, da Psicologia, da Sociologia, da Linguística, da Política, da Economia, assim como das habitualmente chamadas Ciências Naturais e Ciências Exatas, tomadas como legítimos parceiros na compreensão do mundo.

Os 23% que abordam uma fundamentação teórica específica, apontam Paulo Freire como referencial, o que nos leva a crer que esses profissionais compreendem Educação de Jovens e Adultos como a articulação entre o diálogo, a teoria e a prática, pois não é o discurso que ajuíza a prática, mas, é a prática quem ajuíza o discurso (FREIRE, 1982).

4.1.1 Formação do professor

Um dos pontos discutidos por quem defende uma educação de qualidade é a qualificação do professor. Esta qualificação é que permite ao educador sentir-se preparado e seguro para exercer a difícil tarefa de educar. Partindo desse pressuposto, procurou-se detectar qual o nível de formação dos professores da EJA entrevistados (Figuras 04, 05 e 06).

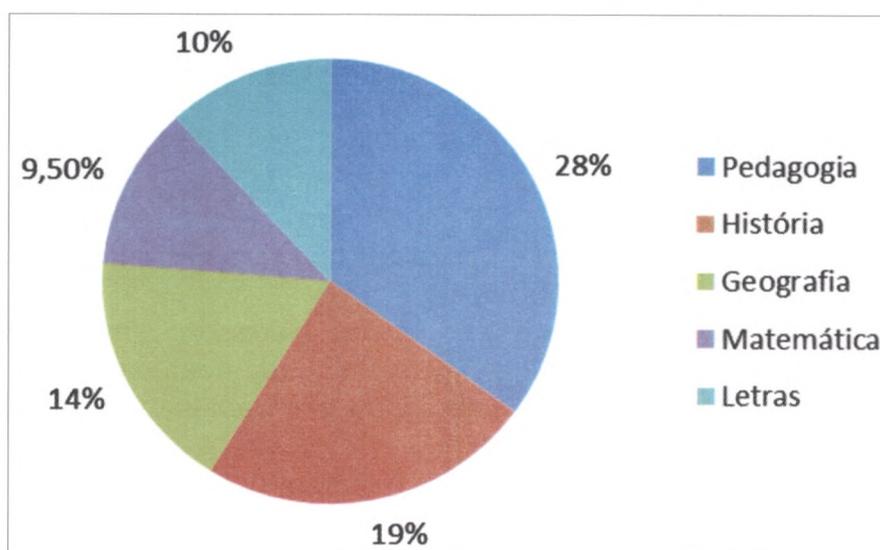
Figura 04 – Nível de Formação geral dos professores pesquisados.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2013.

Diante dos resultados obtidos podemos deduzir que em termos de qualificação geral, os professores da EJA encontram-se num bom nível, tendo em vista que 19% têm formação Normal ou Magistério e 81% tem curso de graduação.

Figura 05 – Percentual dos cursos mais incidentes entre os professores pesquisados.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2013.

Entre os cursos mais destacados, encontram-se Pedagogia (28%), História (19%), Geografia (14%), Letras (9,5%) e Matemática (9,5%). Este é um ponto positivo, que nos leva a concluir que estes professores receberam a formação inicial para o exercício da profissão.

Vale ressaltar, entretanto, que a obtenção de um título de graduação não é condição única e suficiente para que o docente exerça o seu papel dentro dos requisitos apregoados pela Educação de Jovens e Adultos.

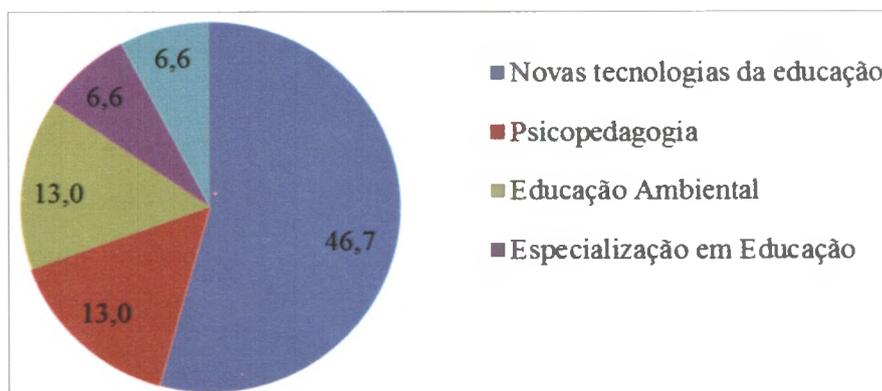
Tal fato é comprovado pelos próprios professores quando 81% dos entrevistados confessaram não ter formação específica, especialização ou mesmo formação continuada, em EJA. Apenas 19% declararam ter participado de formação continuada e estudo dos PCNs referente à Educação de Jovens e Adultos.

Como se sabe, os cursos oferecidos pelas instituições negam os discursos e o diálogo quando não abordam disciplinas específicas sobre a EJA, o que leva muitos professores a

repetirem as mesmas metodologias e estratégias curriculares empregadas na alfabetização e educação de crianças e adolescentes da modalidade de ensino regular.

Entendendo que a graduação não é suficiente para a formação plena do profissional, ao pesquisar sobre a obtenção de títulos de pós-graduação, comprovou-se que 58% eram detentores desses títulos, distribuídos conforme Figura 06, no entanto nenhum deles tinha especialização em Educação de Jovens e Adultos.

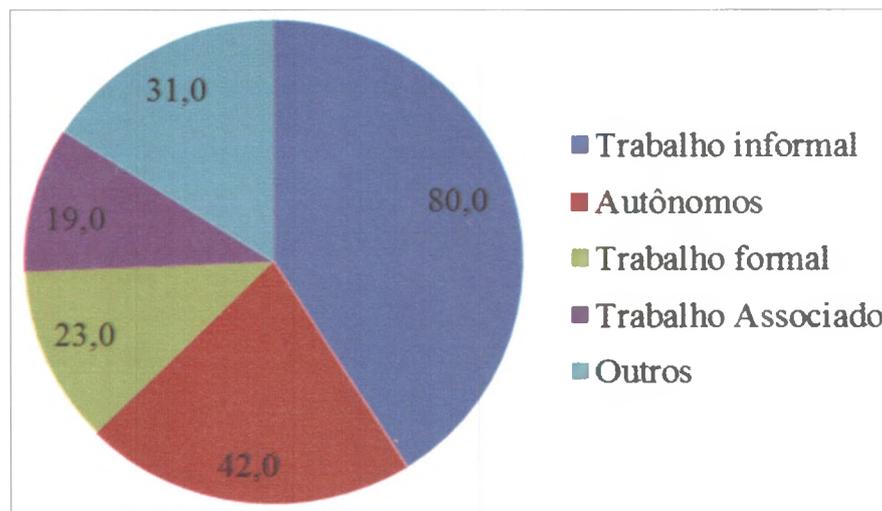
Figura 06 – Percentual de professores com curso de pós-graduação (especialização), por área.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2013.

Outro aspecto que demonstra o fracasso do sistema capitalista é a grande parcela do trabalhador no setor informal, mostrando mais uma vez que esse sistema opera pela exclusão dos trabalhadores.

Figura 07 – Realidade socioeconômica dos alunos da EJA na visão dos professores.



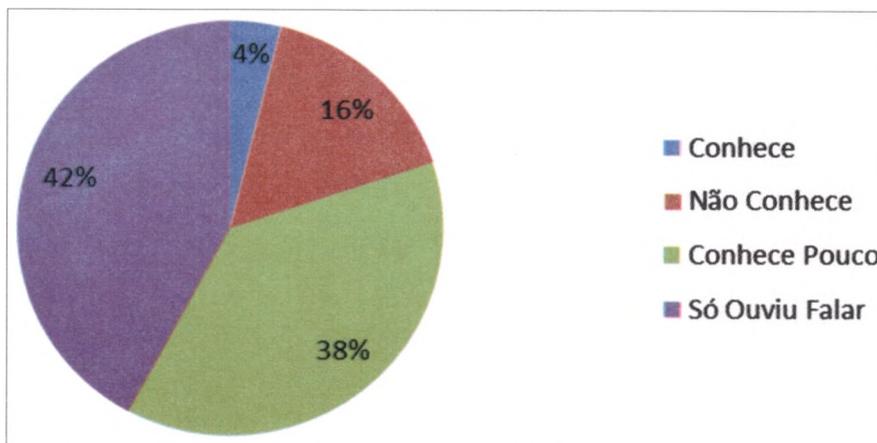
Fonte: Dados da Pesquisa, 2013.

O trabalho associado (19%) já é uma realidade entre os alunos da rede municipal de ensino, uma informação que abre espaço para reforçar e expandir essa prática na direção da Economia Solidária. Esse posicionamento delineado pelos professores sugere que é preciso repensar a prática escolar vigente nas escolas de EJA.

Nessa direção Kruppa (2005) afirma que para montar estruturas escolares baseadas nessa outra economia é preciso, antes de tudo, aprender com ela. No entanto, isso só é possível se houver uma aproximação consistente, sistemática e mútua entre a escola e as experiências da Economia Solidária.

Em busca de alternativas para fomentar as discussões sobre a integração entre a EJA e Economia Solidária, elaboramos algumas questões objetivas, com respostas baseadas em afirmações ou negações, conforme apresentam as figuras 08, 09 e 10.

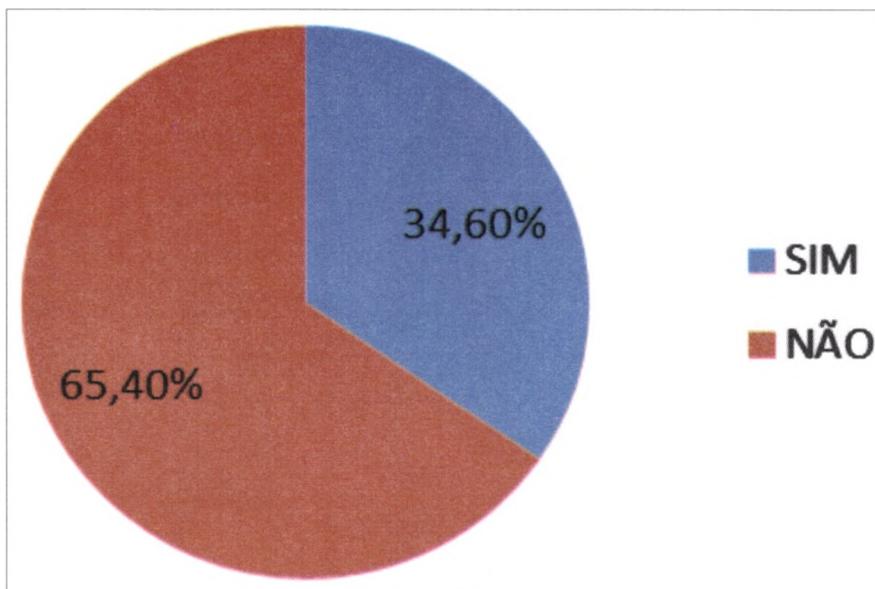
Figura 08 – Conhecimento sobre a Economia Solidária.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2013.

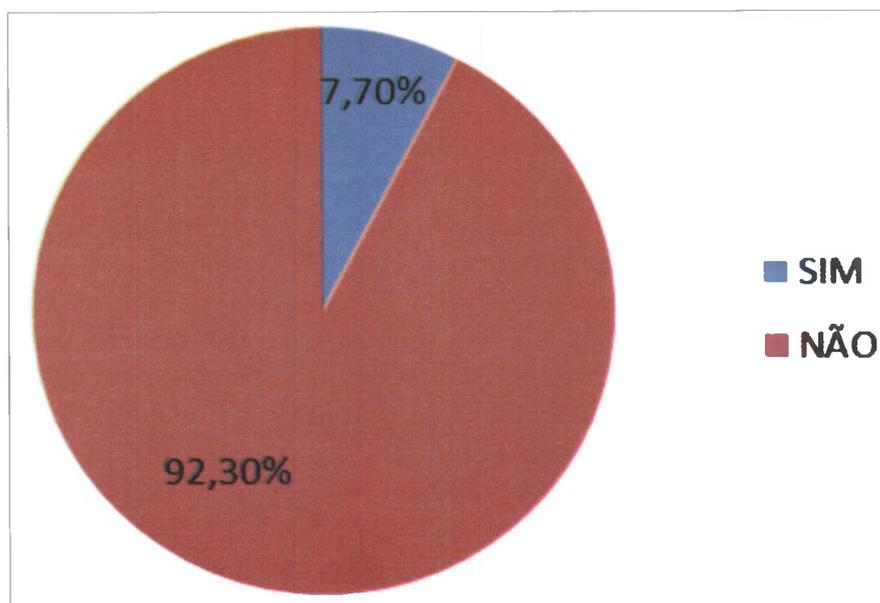
As Figuras 08, 09 e 10, demonstram que os professores da rede municipal de ensino da EJA tem pouco conhecimento sobre os princípios da Economia Solidária. Cerca de 42% só ouviu falar, enquanto que apenas 4% disse conhecer a Economia Solidária.

Figura 09 – Relação entre a EJA e a Economia Solidária.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2013.

Figura 10 – Participação em Capacitação em Economia Solidária.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2013.

No decorrer das discussões sobre Economia Solidária, percebeu-se que se trata de um tema novo entre os professores envolvidos, pois 92,3% (Figura 10) declararam não ter nenhuma formação ou até mesmo capacitação sobre o tema em análise. Uma minoria (7,7%) dos professores respondeu que obteve conhecimento sobre a Economia Solidária por meio de capacitação e palestras ministradas durante planejamentos pedagógicos.

5 CONCLUSÕES

A realização dessa pesquisa ratificou que a Educação de Jovens e Adultos – EJA tem suas origens vinculadas a uma história com base classista e elitista, por isso vem historicamente sendo renegada. Por atender um público oriundo das classes sociais menos favorecidas e por esses não terem adquirido um saber científico na idade própria, são considerados menos promissores ou sem perspectivas. Verificou-se que se encontra em fase de intensa discussão, dada à crise porque vem passando, ligada principalmente às bases teóricas e aos conceitos fundamentais dessa modalidade, bem como às metodologias inadequadas para o ensino de jovens e adultos que vem sendo empregada de forma quase generalizada.

Observou-se que ao lado dos problemas estão perspectivas e alternativas, fato que evidencia a superação ou minimização do problema. Essa superação se firma na busca de uma educação que considere a realidade do aluno, por meio de metodologias e currículos adequados que aproximem a escola ao seu público alvo, que é o aluno trabalhador.

Considerando o estudo realizado acerca da Educação de Jovens e Adultos da rede municipal de ensino na cidade de Patos, com ênfase para as 08 (oito) escolas, foi possível perceber que a maioria dos professores era do sexo feminino e encontrava-se na faixa etária entre 41 e 50 anos. Os dados revelaram que a maioria também possuía uma vasta experiência na educação, demonstrada pelos vários anos de serviço, no entanto suas experiências com a EJA eram mais recentes. Considerou-se relevante essa experiência, pois se acredita que as formações dos professores se dão também com as experiências, vivências, reflexões e relações destes profissionais com os desafios do dia-a-dia.

Quanto à formação inicial destes, os resultados mostraram-se positivos, tanto na formação geral quanto em cursos de especialização, atingindo mais da metade dos profissionais

entrevistados. Um fato importante diagnosticado foi que esses professores não possuem formação específica em EJA e que a maioria não se baseia em fundamentos teóricos específicos em educação de adultos, a exemplo dos fundamentos orientados por Paulo Freire. Esse fato pode conduzi-los ao uso de metodologias inadequadas para a população de adultos, transferindo metodologias de ensino direcionadas a educação de crianças e adolescentes, por falta de conhecimentos específicos. Observou-se, nesse sentido, uma distância entre a teoria e a prática: a metodologia empregada pela maioria dos professores se baseia e se limita em passar informações dos livros textos que, na maioria das vezes, são livros didáticos orientados para o ensino fundamental regular, cerceando de certa forma a construção do conhecimento e as experiências de vida dos alunos jovens e adultos.

É relevante ressaltar que a Educação de Jovens e Adultos do município de Patos ainda não concebe a Economia Solidária como parte integrante da proposta curricular para essa modalidade e que os professores não conhecem os princípios que norteiam essa forma de produção e interação entre os seus participantes. Contudo há uma abertura para essa interação, na medida em que se detecta que a maioria dos alunos está fora do emprego formal, que a maioria é constituída de trabalhadores informais, autônomos, e desempregados.

Foi possível concluir, nesse estudo, que há uma necessidade de formação continuada para os professores da Educação de Jovens e Adultos e que é possível e necessária uma articulação entre a Educação e a Economia Solidária, mesmo que as estruturas do sistema capitalista dificultem a prática da solidariedade, mesmo que essa prática não possa superá-lo ou substituí-lo, pelo menos no momento, mas sendo entendida como um elemento da autogestão e, portanto, como um meio de superação da relação de trabalho assalariada, uma forma de minar as bases capitalistas e erradicar o desemprego. A educação é o espaço, o meio, pois o processo educativo deve primar por uma formação que se baseia nos princípios de solidariedade e do coletivismo.

6 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n. 9.394/96**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Senado Federal, 2004.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio**. Ciências humanas e suas tecnologias. Brasília: Ministério da Educação, 2000.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Base da Educação nº 5692** de 11.08.71, capítulo IV. Ensino Supletivo. Legislação do Ensino Supletivo, MEC, DFU, Departamento de Documentação e Divulgação, Brasília, 1974.

BRASIL. **PARECER CEB 11/2000**. Disponível em: www.mec.gov.br. Acesso em 25-05-2013.

CUNHA, C. M. Introdução – discutindo conceitos básicos. *In*: SEED-MEC. **Salto para o futuro – Educação de jovens e adultos**. Brasília, 1999.

FREIRE, P. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BRASIL. Educação: o sonho possível. *In*: BRANDÃO, C. R. (org.). **O educador, vida e morte**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

GADOTTI, M. **Economia Solidária como Práxis pedagógica**. Editora Loyola: São Paulo, 2009.

GADOTTI, M. **Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta**. São Paulo: Cortez, 1997.

GAIGER, L. I. G. **Economia Solidária diante do Modo de Produção Capitalista**. Caderno. CRH, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003

- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Schwarcz, 2001.
- KRUPPA, S. M. P. Uma outra economia pode acontecer na educação: para além da Teoria do Capital Humano. *In: Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos*. Brasília: Inep, 2005.
- LIMA, L. O. **Estórias da educação no Brasil: de Pombal a Passarinho**. Rio de Janeiro: Brasília. 1997.
- MAMED, Jr., W. **Educação de jovens e adultos: discutindo uma identidade**. Guani-cuns. Rev. da FECHA/FEA - Goiás, 01: 159-170, nov. 2004.
- MARSIGLIA, R. M. G. Orientações básicas para pesquisa. *In: MOTA, A. E. et al (Org) Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional*. São Paulo: Cortezm Brasília/ OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2008
- MÉSZÁROS, I. **A Educação para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MORIN, E. **Os sete saberes necessários para a educação do futuro**. 8. ed. São Paulo/ Brasília: Cortez/Unesco, 2003.
- MOURA, T. M. M. **Formação de educadores de jovens e adultos: realidade, desafios e perspectivas atuais**. Práxis Educacional, Vitória da Conquista v. 5, n.7, p.45-72, jul./dez,2009. Disponível em: www.periodicos.uesb.br. Acesso em: 13 de maio de 2013.
- MOURA, M. G. C. **Educação de Jovens e Adultos: um olhar sobre sua trajetória histórica**. Curitiba: Educarte, 2003.
- PERRENOUD, P. **As Competências para ensinar no século XXI: a formação dos professores e o desafio da avaliação**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.
- PIERRO, M. C. Di. **Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil**. Educ. Soc., Campinas, vol. 26, n. 92, p. 1115-1139, Especial - Out. 2005 1135. Disponível em: www.cedes.unicamp.br. Acesso em 05.05.2013.
- PINTO, A. V. **Sete Lições Sobre Educação de Adultos**. 13^a ed- São Paulo, Cortez, 2003.
- PRIORE, M. L. M. **Religião e religiosidade no Brasil colonial**. São Paulo: Ática, 2004. 72p.
- RICHARDSON, R. J. e col. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.
- ROMANELLI, O.O. **História da educação no Brasil**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.
- SÃO PAULO. (Estado) Secretaria da Educação. **Currículo do Estado de São Paulo: Ciências Humanas e suas tecnologias / Secretaria da Educação; coordenação geral, Maria Inês Fini; coordenação de área, Paulo Miceli**. – São Paulo : SEE, 2010.
- SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.
- SINGER, P. A Economia Solidária como ato pedagógico. *In: KRUPPA, Sônia M. Portella. Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos*. Brasília: Inep, 2005.
- TIRIBA, L. e FISCHER, M. C. B. (coord.). **Cadernos Eja Ecosol**. O trabalho associado e autogestionário na Educação de Jovens e Adultos (Material Pedagógico). Niterói, RJ: Incubadora de Empreendimentos da Economia Solidária – IEES / Universidade Federal Fluminense, 2012.
- TURATO, E. R. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas**. Petrópolis: Vozes, 2003.

VIEIRA, M. C. **Fundamentos históricos, políticos e sociais da educação de jovens e adultos**. Volume I: aspectos históricos da educação de jovens e adultos no Brasil. Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

VIVIAN, D. **Mediações pedagógicas**: entre a educação de jovens e adultos e o trabalho. Programa de Pós – Graduação em Educação: Porto Alegre, 2008.

Educação, trabalho e políticas públicas: uma discussão preliminar

*Helder Pablo Justino de Lima
Rosalva Dias da Silva*

1 INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) se configura historicamente como uma educação compensatória e emergencial, tentando atender somente ao modelo sócio econômico, não considerando os sujeitos participantes desse processo educacional, bem como sua atuação no mercado de trabalho.

O estudo e desenvolvimento de tal temática permitiu observar o que ocorreu com a EJA, estabelecida na constituição de 1988 que garantiu a educação de qualidade como direito de todos os cidadãos, além de ter garantido ao cidadão receber o ensino fundamental e médio de forma pública e gratuita, impondo ao Estado o exercício desse direito.

Este estudo teve como base as ideias e discussões propostas por Gentili (2002); Haddad (1991, 2000); Rummert, (2000); Ventura (2007); Vieira (2004), entre outros autores, que buscam aguçar no leitor o interesse pelo desenvolvimento da EJA dentro do contexto das políticas públicas educacionais. Destaca-se, ainda, que esse modelo de ensino enfrenta uma posição desfavorável, sem o devido reconhecimento e fortalecimento para garantir, de fato o direito a uma educação permanente e de boa qualidade a essa população; promovendo, assim, a inserção dos mesmos em um novo modelo de mercado.

Marcada por políticas pontuais, essa modalidade de ensino foi tratada como um meio de desenvolvimento do país. Combinando centralização das decisões com descentralização das ações e das responsabilidades de execução, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96) e demais instrumentos legais imprimiram às políticas públicas, no âmbito da educação, o tom acentuadamente fragmentado e compensatório. De acordo com Ventura (2007, p. 31),

Tal lógica, que orienta as políticas educacionais, redefiniu também o financiamento público e o conteúdo da ação governamental, passando a priorizar estratégias de focalização em grupos de extrema pobreza. É no bojo dessa problemática que se situam as atuais políticas destinadas à educação dos jovens e adultos trabalhadores.

Com a promulgação e a consolidação da Constituição Federal Brasileira de 1988 o direito à educação foi garantido a todos. O texto garante o ensino fundamental, obrigatório e gratuito, seja qual for à faixa etária dos sujeitos inseridos no processo educacional. Contudo, na década de 1990, mas precisamente em 1996, a LDB nº 9.394, com o apoio do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação e Valorização do Magistério (FUNDEF) e a reforma da Educação, por meio do Decreto nº 2.208/97, deram novos rumos à política educacional, colocando a Educação de Jovens e Adultos (EJA) em segundo plano no conjunto das políticas públicas para educação.

O Decreto nº 2.208/97 propiciou a chamada nova institucionalidade da educação profissional, quando ao subdividir em níveis independentes a formação profissional, sendo o primeiro o nível básico, desvinculado de qualquer nível de escolaridade mínimo, propiciou a oferta de cursos aligeirados de formação profissional, negligenciando a formação plena dos jovens e adultos trabalhadores.

O que acabou decorrendo a partir dessa nova institucionalidade no tocante à EJA desencadeou, de maneira bastante expressiva, a delimitação de uma “divisão de tarefas” entre os Ministérios da Educação e do Trabalho e Emprego. Posteriormente, o que se pode observar foi, que entre os anos 2003 e 2006, a educação de jovens e Adultos, assim como a geração de emprego e renda, adquiriram um destaque considerável. Contudo, isso não representou uma concretização da EJA em relação às bases construídas na década anterior, mesmo em meio a um discurso de valorização da desta, tendo o número de iniciativas, também, aumentado consideravelmente.

Diante dessa problemática que envolve a geração de renda e educação é que se pretende rever o enfrentamento dos problemas de exclusão social; e como isso tem refletido ou impactado os sistemas educacionais. Portanto, ainda hoje, muitos brasileiros não tiveram o benefício do ingresso e de uma possível permanência na escola, perdendo em consequência oportunidades de desenvolvimento cognitivo, pessoal, social e de trabalho.

Diante do exposto, este trabalho objetiva avaliar a Educação de Jovens e Adultos e sua relação com o mercado de trabalho, promovendo uma discussão preliminar.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Políticas educacionais voltadas para a Educação de Jovens e Adultos

O contexto histórico, político e social no qual a Educação de Jovens e Adultos (EJA) está inserida alude inúmeras mudanças e variações ao longo do tempo, estando estreitamente interligada às ocorrências e modificações socioeconômicas e culturais que decorreram em momentos distintos em nosso país.

O Plano Nacional de Educação concebido na Constituição de 1934 instituiu em seu texto, pela primeira vez, a educação de adultos como dever e obrigação do Estado. Nascia, assim, as primeiras políticas públicas que atendiam esse novo momento da educação, sendo estas pioneiras neste processo educacional.

Nos anos seguintes, mais precisamente na década de 1940, algumas iniciativas vieram a desencadear e destacar a educação de jovens e adultos, marcadas por ideais políticos e pedagógicos.

Tais pensamentos e ações foram estabelecidos por meio de institutos e campanhas como: a criação e a regulamentação do Fundo Nacional do Ensino Primário (FNEP); a criação e aplicação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP); o ensino supletivo; o lançamento e incentivo a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), entre outros. Essas iniciativas deram um impulso à educação de jovens e adultos ganhando destaque e corroborando como uma questão nacional. A esse respeito Ventura (2007, p. 16) diz que:

Para aqueles que não tiveram acesso ao sistema regular de ensino só restaram as campanhas aligeiradas que não consideravam o educando como sujeito e nem a realidade do aluno, desconsideravam o trabalho como princípio educativo e viam o aluno como uma tabula rasa, um incapaz.

A CEAA foi bastante difundida pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) com a finalidade não apenas de escolarizar e alfabetizar os adultos, mas também de aprofundar para o mundo do trabalho. Essa iniciativa trabalhava em duas frentes: alfabetizar grande parte da população e capacitar profissionalmente.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional passa a discutir, em seu contexto, a EJA a partir do ano de 1958, difundindo a educação de jovens e adultos em todo o país. O que culmina, em 1962, com a elaboração do Plano Nacional de Educação em resposta a essas discussões sendo, assim, extinguidas todas as outras campanhas nacionais para a educação de

adultos. Contudo, os movimentos que pregavam a escolarização, o fortalecimento e a erradicação do analfabetismo dos grupos menos favorecidos, como jovens e adultos que não tiveram acesso a ela em tempo hábil foram reprimidos pelo golpe militar de 1964.

Entretanto, um desses movimentos conseguiu sobreviver: o Movimento de Educação de Bases (MEB), pelo fato de estar ligado ao MEC e à igreja católica. Porém, em 1966, teve suas atividades finalizadas por falta de recursos financeiros e devido às pressões que sofria para manter-se.

O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) veio substituir várias dessas iniciativas na década de 1970, ainda sob o regime de ditadura militar, com a finalidade de erradicar o analfabetismo em um período de dez anos. O ensino supletivo, implantado em 1971, foi um marco importante na história da educação de jovens e adultos do Brasil. De acordo com Vieira (2004, p. 40):

Durante o período militar, a educação de adultos adquiriu pela primeira vez na sua história um estatuto legal, sendo organizada em capítulo exclusivo da Lei nº 5.692/71, intitulado ensino supletivo. O artigo 24 desta legislação estabelecia como função do supletivo suprir a escolarização regular para adolescentes e adultos que não a tenham conseguido ou concluído na idade própria.

A percepção que se depreende aqui, é que a finalidade foi alfabetizar uma grande quantidade de pessoas, tendo para isso um baixo custo, procurado atender às necessidades do mercado de trabalho bastante competitivo, pautada numa escolarização em ascensão.

Porém, o que se viu foi que a metodologia e a abordagem utilizada geraram algumas problemáticas como: a não exigência de uma frequência constante, gerando assim a evasão elevada; as relações interpessoais, uma vez que o atendimento individual privava, muitas vezes, o aluno de socializar-se com os demais; a necessidade da obtenção rápida da formação e certificação, que devido à necessidade de entrada no mundo do trabalho restringiu o aluno à procura, apenas, do diploma, sem conscientização da real finalidade do aprendizado.

Na visão de Haddad (1991) os Centros de Estudos Supletivos não atingiram seus objetivos verdadeiros, pois não receberam o apoio político nem os recursos financeiros suficientes para sua plena realização. Além disso, seus objetivos estavam voltados para os interesses das empresas privadas de educação.

Com promulgação e instituição da Constituição de 1988, a EJA passa a ter importantes melhorias e investimentos. O art. 208º traz em seu texto aos educandos jovens e adultos:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:
I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;
II - progressiva universalização do ensino médio gratuito;
[...]
VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

Entretanto, nos anos seguintes e, mais precisamente na década de 1990, a EJA passa a não ter papel de destaque nas ações do governo perdendo, desta forma, o espaço que havia conquistado.

Entre os anos de 2003 e 2006, momento em que é instituída a Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo com a finalidade de extinguir o analfabetismo, várias iniciativas foram tomadas para cumprir essa meta e atingir seus objetivos.

Nessa ocasião foi lançado, então, o Programa Brasil Alfabetizado, por meio do qual o MEC apoiava os governos públicos estaduais e municipais, as instituições de ensino superior,

bem como as organizações sem fins lucrativos para que estes desenvolvessem programas e ações de alfabetização.

Os resultados dessas políticas poderiam alcançar melhores resultados se houvesse continuidade dos programas já implantados, pois evitaria novos investimentos e disponibilidade de tempo voltado à criação de novos programas para atender a essa mesma finalidade. Também, poderia se estabelecer uma ligação entre os programas de alfabetização e outros programas governamentais ou não, gerando experiências satisfatórias e bem sucedidas, como exemplo deste o programa Alfabetização Solidária.

2.2 O Olhar sobre a EJA a partir da década de 1990

Com a abertura política e a redemocratização do Brasil, na década de 1980, os movimentos sociais foram alavancados a dar continuidade e consolidar seus objetivos, ampliando seus projetos. Neste sentido, o MOBREAL já estava sendo estigmatizado como modelo de educação precária, insuficiente e de baixa qualidade e a Fundação Nacional para a Educação de Jovens e Adultos (Educar) passa a ocupar lugar de destaque em âmbito nacional, com a finalidade de fornecer ajuda financeira e apoio técnico e pedagógico às iniciativas governamentais, bem como às entidades civis e empresas ligadas a ela. Entretanto, em 1990, a Fundação Educar foi extinta por ter se tornado, em vários aspectos e finalidades, uma continuação do MOBREAL, o que não era pretendido pelo governo ao criá-la.

Tal medida significou um marco no tocante à descentralização da escolarização básica de jovens e adultos, dando ênfase ao surgimento de novas propostas no âmbito nacional que viessem a beneficiar estes jovens e adultos e atendê-los de maneira mais eficaz.

Surge, então, na primeira metade da década de 1990, o Programa Nacional de Ação e Cidadania (PENASSE), que não chegou a ser aplicado. Também o Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária (PRONERA) e o Plano Nacional de Formação Profissional (PLANFOR), estes sim, implantados e com sucesso.

Verifica-se, por conseguinte, uma diversidade de programas e projetos com diferentes objetivos abarcando diferentes concepções.

É importante ressaltar que os programas anteriores destinados à educação de adultos passaram a receber jovens que, por algum motivo, não haviam concluído seus estudos na modalidade de ensino regular, e a expressão “Educação de Jovens e Adultos”, a partir desse período torna-se (re)corrente.

A EJA, hoje, caracteriza-se principalmente pela diversidade de público que a demanda, atendendo a uma população acima de 15 anos matriculada nesta modalidade de ensino, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96.

Os adultos que demandam a EJA são trabalhadores, (des)empregados, ou em busca do primeiro emprego, que não tiveram acesso à escola na infância ou na adolescência e que, por isso, viram-se obrigados a abandonar, a evadir, ou simplesmente não deram início ao processo de escolarização.

De acordo com os Referenciais Curriculares da Educação Básica (2003), grande parte destes alunos que estão na EJA provem do campo, de onde foram excluídos. Os jovens e adultos inseridos nesta prática, mesmo que não detenham os códigos escolares, trazem consigo outros códigos e valores adquiridos em sua vivência e prática cotidianas, que lhes proporcionam a inserção e o convívio em sociedade.

Ressalta-se ainda que, por suas trajetórias de vida, possuem entrelaçados muitos conhecimentos e experiências, que devem ser consideradas e valorizadas pelos seus professores, como uma habilidade que a criança e/ou o adolescente, ainda não possuem.

Tomando por base os Referenciais Curriculares da Educação Básica (2003, p. 11), os educandos que vem em busca da EJA são:

passivos marginalizados dos bens essenciais, exauridos do acesso à cultura especializada, letrada, bem definida e, ainda, aos bens culturais e sociais, tendo, assim, comprometido o seu acesso, mais ativo, ao mercado de trabalho, ao mundo da política, da cultura, entre outros, impedindo estes sujeitos da inserção nas esferas socioeconômicas e educacionais.

Ou seja, tornam-se sujeitos fora do padrão do sistema regular de ensino e adquirem, também, a condição de não-crianças. Contudo é preciso entender que esta descrição, no momento atual, pode apresentar uma nova realidade, uma vez que temos cada vez mais alunos com acesso à educação e que, por algum motivo, abandonam a escola.

Faz-se, necessário, então, entender as discussões sobre a EJA, modelo de ensino pautado, prioritariamente, no atendimento aos trabalhadores, bem como a uma classe advinda de situações de exclusão e que em época hábil não tiveram acesso à educação, não podendo ser analisadas, muito menos discutidas, desconectadas do mundo do trabalho, no qual o aluno necessita estar inserido.

Tal questionamento cria possibilidades para a ampliação dos investimentos em recursos humanos para esta área, com a participação do Estado, da iniciativa privada, das ONG's e dos movimentos sociais.

Os programas oferecidos pelas empresas a seus empregados são exemplos desse cenário, tendo como objetivo central garantir maior qualificação dos trabalhadores. Ações desse tipo representam uma política de incentivos, que se reverte na própria atuação dos trabalhadores nas atividades a serem desenvolvidas.

Dentro desta perspectiva histórica, percebe-se a difícil trajetória da EJA, sendo ainda necessário discutir os objetivos desta no contexto atual.

2.2.1 Reconfiguração do campo da EJA em seus aspectos legais

A construção e compreensão da EJA como modalidade de educação básica, explicitada nos Artigos 37 e 38 da Lei nº 9.394/96, mostra-se necessária para entendermos sua reestruturação. Contudo, o art. 4º traz em seu texto várias menções sobre o dever e obrigação do Estado na oferta desta modalidade de ensino, como direito garantido e assegurado de jovens e adultos à educação:

Art. 4º O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

- I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
- II – progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;
- [...];
- VI – oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;
- VII – oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola; [...]. (BRASIL, 1996).

O que não se esclarece e, aqui, torna-se incoerente é a legalidade e legitimidade da EJA, pela Lei nº 9.424/96 (BRASIL, 1996a), uma vez que o mesmo governo que aprova a LDB veta outra lei que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do magistério (FUNDEF). A recusa do governo de que as matrículas da EJA passassem a ser consideradas na redistribuição dos recursos do FUNDEF vão contra os direitos que garantem os incisos do art. 4º da LDB.

Em 2003, 68 milhões de jovens e adultos trabalhadores com 15 anos e sem a conclusão do ensino fundamental foram apontados pela Pesquisa Nacional por Amostra e Domicílios (PNAD). Destes, apenas 6 milhões estavam matriculados na EJA.

A partir desses dados e tendo em vista a urgência de ações para ampliação das vagas no sistema público de ensino ao sujeito jovem e adulto, o Governo Federal instituiu, em 2005, no âmbito federal o primeiro Decreto do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos (PROEJA), Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005, em seguida substituído pelo Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006, que introduz novas diretrizes que ampliam a abrangência do primeiro com a inclusão da oferta de cursos PROEJA para o público do ensino fundamental da EJA.

Nesse sentido, o PROEJA pauta-se na proposta de integração da educação profissional à educação básica buscando, assim, superar a dualidade trabalho manual e intelectual, assumindo o trabalho em sua perspectiva criadora e não alienante. Isto vem introduzir a construção de respostas para diversos desafios, tais como, o da formação do profissional, da organização curricular integrada, da utilização de metodologias e mecanismos de assistência que favoreçam a permanência e a aprendizagem do estudante, da falta de infraestrutura para oferta dos cursos dentre outros.

2.2.2 Os objetivos da EJA

Segundo Pereira (2004), verificam-se, ao longo da história, as dificuldades de sobrevivência dos programas destinados à educação de jovens e adultos. Entende-se que a EJA não apresentou, realmente, o resultado esperado pelas ações governamentais.

Por esse motivo, conhecer os objetivos da EJA é fator importante para se entender o que acontece nela hoje, e verificar se a prática pedagógica acompanha esses objetivos ou simplesmente os ignora. Reiterando-se nos relatórios e sínteses de encontros, debates e discussões sobre a Educação de Jovens e Adultos, pode-se entender e compreender que os objetivos da EJA priorizam a formação de cidadãos para sociedades democráticas, através de um sistema educacional de qualidade, orientado para o resgate dos valores da cidadania.

Na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), e nas Leis Complementares, LDB (BRASIL, 1996), FUNDEF (BRASIL, 1996), FUNDEB (BRASIL, 2007), a garantia do ensino fundamental público e gratuito à população jovem e adulta é dever do Estado e direito público subjetivo dos cidadãos, independente de idade, gênero, etnia, condição socioeconômica, convicção religiosa, política e cultural.

É, também, dever e obrigação do Estado prover, promover e ampliar, demasiadamente, o atendimento aos que da EJA precisam e/ou dependem sob as diversas maneiras, sendo estas flexíveis e que atendam aos que a ela procurem, assegurando, ainda, continuidade desses estudos. Também eliminando, simultaneamente, as dificuldades com a evasão e repetência, propiciando assim, a busca para superação do analfabetismo e universalização do ensino básico.

Ainda, de acordo com a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), é indispensável que se cumpra o que estabelece o artigo 208, ou seja, o reconhecimento da EJA como educação básica, evidenciando-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, nos artigos 37 e 38, a exigência de políticas e ações que assegurem a participação na gestão democrática das unidades escolares, o acesso aos recursos financeiros e físicos adequados, aos programas complementares de merenda e livro didático, saúde e transporte escolar, esporte e lazer etc.

Sendo assim, a política nacional de educação de jovens e adultos deve, primordialmente, garantir o direito constitucional ao ensino fundamental através da oferta pública de qualidade e gratuidade de escolarização para todos os jovens e adultos que a ela não tiveram acesso ou não concluíram esse nível de ensino, levando em conta a especificidade do contexto em que se desenvolvem, respeitando as identidades sociais e étnico-raciais.

Com relação às propostas curriculares foram desenvolvidos encontros nacionais, realizados pelo governo e instituições nacionais e internacionais, para discussão da Educação de Jovens e Adultos, nomeados Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos (ENEJA), a partir do ano 1999, e que seguem até hoje, tendo seu último encontro realizado no corrente ano.

O IV ENEJA (2002) destacou-se por discutir a real necessidade de que a EJA contemplasse suas relações com o mundo de trabalho, passando a tê-lo como meta, associando os conhecimentos obtidos em diversas situações, nas práticas sociais e cotidianas e o envolvimento destes com esse mundo do trabalho, bem como com a aplicação dos saberes formais, estando em situação de trabalhadores, empregados ou não.

Entende-se, ainda, como indispensável que os currículos, a estruturação e organização dos tempos e espaços destinados à troca de saberes e práticas educativas, a formação dos educadores e envolvidos nesse processo, os materiais didáticos destinados a estes atendam e considerem propriamente as condições singulares de vida e trabalho dos envolvidos, jovens e adultos, bem como a pluralidade étnica e cultural característica dessa população.

Com relação à alfabetização de jovens e adultos e, em comum acordo com a Declaração Internacional sobre Educação de Adulto – V CONFITEA, Hamburgo, 1997 –, é imprescindível a adequação contínua e permanente dos jovens e adultos inseridos nessa modalidade de educação, apropriando-se dos métodos precisos à comunicação e, ainda, desenvolvendo-se como seres humanos, promovendo e exercendo a cidadania e a construção de metas e empreendimentos através da escola e das relações por estas propostas.

A educação na EJA deverá ser, portanto, um espaço privilegiado de socialização de conhecimento e formação de competências críticas sobre as informações veiculadas no dia-a-dia por diferentes meios de comunicação.

Percebe-se, então, nesse contexto, que a educação de jovens e adultos, de acordo com diretrizes estabelecidas pelo Estado, leva em conta a diversidade de sujeitos que procuram a EJA, suas necessidades e demandas que são próprias e diferenciadas em cada situação, local e contexto no qual estão inseridos.

Diante do exposto, é importante refletir se, na prática, essas diretrizes são observadas. É importante, ainda, analisar as concepções, correntes e tendências que embasam as propostas curriculares de educação de jovens e adultos que, segundo Gadotti (2001), contribuem para delinear as propostas, então, elaboradas para a população. Termos, portanto “educação de adultos”, “educação popular”, “educação não-formal” e “educação comunitária”, definidos dentro de um contexto. O autor defende que as ações educacionais da EJA devem levar em consideração as condições de vida da pessoa:

[...] sejam elas as condições objetivas, como o salário, o emprego, a moradia, sejam as condições subjetivas, como a história de cada grupo, suas lutas, organização, conhecimento, habilidades, enfim, sua cultura [...] Um programa de educação de adultos, por essa razão, não pode ser avaliado apenas pelo seu rigor metodológico, mas pelo impacto gerado na qualidade de vida da população atingida. A educação de adultos está condicionada às possibilidades de uma transformação real das condições de vida do aluno-trabalhador (GADOTTI, 2003, p. 32).

Esse teórico alerta, ainda, para o fato de que:

Os programas de educação de jovens e adultos estarão a meio caminho do fracasso se não levarem em conta essas premissas, sobretudo na formação do educador [...] No mínimo, esses educadores precisam respeitar as condições culturais do jovem e do adulto [...] É preciso criar o interesse e o entusiasmo pela participação: o educador popular é um animador cultural, um articulador, um organizador, um intelectual (GADOTTI, 2003, p. 32).

2.2.3 A relação trabalho e EJA na década de 1990

Para melhor entender essa relação é preciso refletir sobre quem são os atores educativos na década analisada. Fazendo referência à evolução do investimento em capital humano na atualidade, observa-se uma reestruturação ou mesmo uma modificação do ocorrido entre as décadas de 1960 e 1970, as possibilidades de aumento no grau de escolaridade dos trabalhadores, bem como o destaque especial aos programas de (re) qualificação que se mostram como uma chance real de crescimento econômico e social do trabalhador, tornando-se, ainda, um chamamento à empregabilidade.

A análise desenvolvida por Gentili (2002) acerca da neoteoria do capital humano e a importância da função integradora atribuída à escola na virada do século é bastante plausível para se compreender tal relação.

O apelo à empregabilidade e seu uso numa neoteoria do capital humano, cujo conteúdo tem se metamorfoseado com as novas condições de acumulação do capitalismo globalizado, permite entender melhor a crise da promessa integradora. Nesse sentido, a tese da empregabilidade recupera a concepção individualista da Teoria do Capital Humano, mas acaba com o nexos que se estabelecia entre o desenvolvimento do capital humano individual e o capital humano social: as possibilidades de inserção de um indivíduo no mercado dependem (potencialmente) da posse de um conjunto de saberes, competências e credenciais que o habilitam para a competição pelos empregos disponíveis (a educação é, de fato, um investimento em capital humano individual); só que o desenvolvimento econômico da sociedade não depende, hoje, de uma maior e melhor integração de todos à vida produtiva (a educação não é, em tal sentido, um investimento em capital humano social). (GENTILI, 2002, p. 53-54).

Rummert (2000) comprova essas ideias ao destacar e confirmar em suas análises a construção de uma educação de qualidade por meio daqueles que detém o capital, onde toda e qualquer aplicação feita na educação e por esta necessita um retorno do Estado: entendendo aqui que a intervenção na formulação ou mesmo na reformulação das políticas educacionais, bem como em sua estruturação e aplicação devem atentar à classe trabalhadora.

A relação entre educação e trabalho fica bastante evidenciada quando se entende o discurso da empregabilidade presente no contexto neoliberal, que reflete muito bem essa relação, propondo que no mercado não existe lugar para todos os que nele buscam emprego, mesmo que a neoteoria do capital humano preconize essas condições (GENTILI, 2002).

Logo, é necessário analisar que essas relações pré-estabelecidas são cruciais para o sucesso desse jovem ou adulto, uma vez que este buscar recuperar o tempo perdido e aprimorar-se para o novo mercado de trabalho. Nessa direção busca, na EJA, a estrutura mínima, porém fundamental para estabelecer essa relação.

2.3 Economia Solidária: nova visão do mundo do trabalho

A economia solidária pode ser entendida como a aplicabilidade de conceitos associativistas e cooperativistas no processo produtivo, contrapondo-se à lógica capitalista de exploração da força de trabalho. Pode, ainda, ser definida como um “conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo e crédito – organizados e realizados solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária” (SENAES, 2006 *apud* WELLEN, 2008, p. 11).

Segundo Singer (2002) a economia solidária foi criada, desenvolvida e aplicada por operários, no início do capitalismo industrial, em resposta às desigualdades por estes sofridas, bem como à pobreza e o grande desemprego frente à propagação desmedida das

máquinas e do motor a vapor, que passava a compor o novo cenário, no início do século XIX.

Portanto, entende-se neste momento, que a economia solidária nasce com o intuito de ser um tipo de produção caracterizada pela igualdade de direitos, onde os meios de produção são de posse coletiva das pessoas que trabalham, tendo como base motriz a autogestão, onde as unidades básicas de produção – os empreendimentos econômicos solidários – são administradas pelos próprios trabalhadores coletivamente de forma democrática.

Destaca-se, pois, que esse tipo de economia traz traços da economia camponesa, uma vez que as relações sociais de produção e obtenção de renda, em ambas, são distintas da forma assalariada, mesmo estando sujeitas a variáveis e reversões nos seus formatos jurídicos e quanto à inovação de suas relações, ou desenvolvendo em sua essência as práticas de autogestão e cooperação, o que proporciona a esses tipos de economias uma característica singular, ao modificarem o princípio e a finalidade da aplicação do trabalho excedente.

Merece destaque, nesse contexto, a motivação e o interesse que apresentam os que fazem parte deste tipo de economia, bem como as formas de trabalho mutuamente acordadas, as divisões do excedente segundo o aporte de trabalho e, ainda, a capacidade de trabalho que cada um apresenta. Estes e outros fatores ressignificam a maneira de trabalho e, associados à cooperação, dão um novo sentido aos termos economia e trabalho.

Em pesquisa realizada em 2005, foram identificados cerca de 14.954 empreendimentos econômicos solidários, em 2.274 municípios do Brasil, o que corresponde a 41% dos municípios brasileiros (SENAES, 2006 apud WELLEN, 2008, p. 15).

A fim de promover um acompanhamento do processo de formação de um empreendimento, até que este possa se autogerir completamente, sugeriram as Incubadoras de Economia Solidária, que auxiliam e dão todo o suporte para o desenvolvimento e a continuidade dos empreendimentos solidários e, junto a elas, as políticas públicas que venham a gerir e determinar tal tipo de economia.

2.3.1 Políticas públicas de Economia Solidária

As iniciativas de apoio à economia solidária remontam os anos 1980. Trata-se de uma política que abrange um público, historicamente e economicamente específico, que tem sua pobreza e/ou exclusão social aumentada progressivamente.

A economia solidária pauta-se não apenas em ações setoriais específicas, vai mais além, trabalhando e apresentando-se por meio de ações transversais, buscando articulação de diversas vias do governo e do Estado, como: educação, saúde, trabalho, meio ambiente, habitação, desenvolvimento humano e econômico, tecnologia, crédito e financiamento. Criando, assim, um ambiente propulsor, que abranja emancipação e, acima de tudo, sustentabilidade. Sustentabilidade implica em propor e alcançar os três pilares de sustentação humana – Social, Ambiental e Econômico.

Portanto, é necessário que esteja presente no cotidiano das ações de planejamento, execução e avaliação dessas diferentes áreas. Entender, analisar e, sobretudo, compreender a economia solidária como estratégia e política de desenvolvimento solidário, pressupõe concebê-la com instrumentos e ferramentas instituídos como direitos perenes dos trabalhadores e trabalhadoras e dever de um Estado republicano e democrático.

São atuais e recentes as políticas públicas que abrangem esse novo segmento, uma vez que o país desperta apenas na última década de 2000 para a economia solidária. Contrário a outros movimentos sociais, como o movimento social de luta pela terra (MST), que se apresenta há décadas e que possui uma organização estruturada. Contudo o movimento de economia solidária desponta, apesar de recente, tendo sua articulação e discussão durante o Fórum Social Mundial, realizado no final da década de 1990.

Os movimentos sociais são fundamentais na consolidação de políticas de caráter democrático e ampliam, assim, a cidadania da população. Nesse contexto, os governos municipais, estaduais e, mesmo, o Governo Federal passam a iniciar a construção de políticas públicas voltadas para este cenário, mesmo que tardiamente.

Uma política pública que não tem uma priorização nos movimentos sociais dos territórios, não tem uma priorização nos programas de governo. Até o momento, o acúmulo de forças permitiu pequenos avanços que ainda não a colocam na centralidade das Políticas Públicas. Exemplificam-se, sob essa óptica, as várias e extensivas tentativas de se aprovar um texto final dando, assim, subsídios para a votação de nova lei do cooperativismo, uma vez que a Lei do Cooperativismo, em vigor no Brasil, remonta o ano de 1971.

O que se defende, com base em um princípio, é que o Brasil por ser uma República, onde estados e municípios elaboram suas legislações, estas não contrariem a legislação federal. Fica, então, o desafio para a aprovação, em nível federal, de uma lei que regule a economia solidária, uma vez que não se tem conseguido, até o momento, avanços no tocante à constituição de um fundo que estruture e apoie essas iniciativas.

Na discussão, construção e implementação de uma política pública de qualquer natureza, e em particular de economia solidária, objeto de nossa análise, deve-se buscar uma ação integrada, complementar e descentralizada (de recursos e ações) entre os entes da federação, evitando sobreposição de iniciativas e fragmentação de recursos, cumprindo o papel de identificar, elaborar e fomentar estas políticas de desenvolvimento de economia solidária, considerando a intersetorialidade e articulação das instâncias de governo, primando pela participação e o controle social.

Ainda muito recente no desenvolvimento das políticas públicas nesta área, uma experiência bem sucedida e motivadora, tem sido a implementação de Incubadoras Públicas de Economia Popular e Solidária. A criação dessas incubadoras, suas estratégias e metodologias significaram um enorme avanço no campo das políticas públicas e, também, um dos seus maiores desafios.

Até o momento, existiam no Brasil iniciativas ligadas às universidades e ao terceiro setor, com a função de apoiar e fomentar novas dinâmicas visando à geração de trabalho e renda de forma coletiva. Essas experiências demonstraram a necessidade de ações concretas do ponto de vista da gestão pública. Para que as incubadoras possam ser viabilizadas é preciso, num primeiro momento, a mobilização promovida com o objetivo de que a população entenda o seu significado para a cidade, para a região e para eles próprios.

Outra experiência que vem se ampliando e, dando certo, se refere aos Bancos Comunitários. É previsto em Constituição assegurar os serviços financeiros e bancários a todos os brasileiros, como instrumento imprescindível para o desenvolvimento territorial e superação dos mecanismos locais de geração do empobrecimento.

Com base na organização comunitária, esses bancos desenvolveram uma tecnologia popular inovadora que permite, respeitando as especificidades de cada comunidade, oferecer à população local uma gama de serviços financeiros e bancários que, por sua própria dinâmica, estimula a formação de redes locais de produção e consumo.

O debate e formulação de orientações e ações, de programas de economia solidária, no âmbito dos municípios e governos estaduais deve se compactuar, sobretudo, a partir de um acúmulo na reflexão teórica e prática acerca desse tipo de economia no contexto das políticas públicas.

A existência de um importante acúmulo na identificação da agenda pública prioritária para a economia solidária, como o conseguido através da Lei Federal nº 11.445/2007, que possibilita ao Poder Público, de acordo com o Art. 10, “contratar coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta de lixo, efetuadas por associações ou cooperativas [...] reconhecidas pelo Poder Público [...]”

(BRASIL, 2007), sem dúvida alguma, trata-se de importante instrumento de inclusão social e de política de desenvolvimento na área de serviços e produção relacionada ao meio ambiente.

Outro avanço conquistado e amparado na Lei Federal nº 11.448/2007 se refere à inclusão das sociedades cooperativas na Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, instrumento legal que cria facilidades no acesso às compras, reguladas pela Lei nº 8.666, avanços estes que, contudo, são ainda insuficientes.

O estímulo à economia solidária reflete uma política de desenvolvimento e, portanto, não deve ser relegada às políticas de corte assistencial ou compensatório. Ela tem, antes e acima de tudo, potencial também para ser uma estratégia emancipatória para os beneficiários dessas outras políticas. Analisou-se, também, como fundamental, que as políticas de apoio à economia solidária devem reconhecer e fortalecer a organização desses trabalhadores e a construção e constituição de um sujeito político e social deste segmento, elementos estruturantes e básicos para a institucionalização dos direitos e para o fortalecimento das esferas públicas democráticas da nação.

2.4 A relação entre EJA e Economia Solidária no contexto das políticas públicas atuais

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) articula-se junto à Economia Solidária buscando a elevação de escolaridade básica, qualificação profissional e inserção dos que dela participam. Não é possível conceber uma política de educação básica e profissional para jovens, adultos e trabalhadores tendo por base os moldes da educação regular em termos de duração, tempos e espaços curriculares, conteúdos e abordagem pedagógica. Isto não significa infringir a qualidade, negligenciar conteúdos e discriminar as finalidades e os objetivos educacionais em relação àqueles que cursam a educação básica em idade considerada apropriada.

Um projeto de educação para trabalhadores que tenha o trabalho como princípio educativo articula-se ao processo dinâmico e vivo das relações sociais, pressupondo-se a participação ativa dos sujeitos, como meio de alimentar de sentido a ação educativa mediada, dialogada, repensada, renovada e transformada continuamente, dialeticamente. Enfatiza-se, aqui, a construção coletiva do conhecimento a partir da socialização dos diversos saberes e da realização de um trabalho integrado entre educadores, incorporando os acúmulos advindos das diversas experiências formativas trazidas, individualmente, pelos diferentes sujeitos, (trabalhadores ou não).

Um dos pontos de partida de processos educativos em Economia Solidária é a ação solidária, esta se opõe aos princípios da competição e do individualismo, um processo que tem por inspiração a cooperação e autogestão no trabalho e em todas as instâncias de produção da vida.

A educação em Economia Solidária deve, por isso, se apoiar nas experiências das diferentes concepções e práticas de solidariedade que se manifestam nos diversos espaços de trabalho. Neste sentido, o próprio trabalho é concebido como instância e como princípio educativo, tendo como horizonte a criação coletiva de uma nova cultura do trabalho e de novas relações econômico-sociais. Logo, esta ação pedagógica é encontrada no próprio trabalho autogerido.

Tiriba (2001) aponta que, fundada na premissa do princípio educativo do trabalho, a unidade de produção associada pode ser entendida como uma ‘unidade de construção associada de saberes’, na qual brotam novos saberes e fazeres. A escola da vida (e do trabalho associado) se encarrega de ‘ensinar’ a crianças, jovens e adultos, que os movimentos de luta pela terra são fundamentais para aprender que as relações de produção capitalistas não são relações inenunciáveis. No entanto, para além do saber produzido e construído cotidianamente, o trabalho associado e autogestionário requer a articulação dos saberes fragmentados pelo capital, bem como a apropriação dos conhecimentos histórica e socialmente produzidos pela humanidade.

Lia Tiriba (2001) destaca e traz informações concretas sobre o processo de aprendizagem redirecionado para as práticas de autogestão. Para ela, o trabalhador associado, vive e administra o processo de produção e, nesse contexto, garante a si uma produção crítica e intelectual, em consonância com o trabalho; e redimensiona sua rotina de acordo com uma nova concepção de mundo, baseando-se em um projeto de vida que busca a hegemonia do homem e de seu trabalho.

As práticas educativas que tomam por base os princípios da Economia Solidária contribuem para a autoestima dos trabalhadores associados, estimulando o desenvolvimento de todas suas potencialidades como seres humanos e resgata valores e práticas que promovem uma solidariedade consciente. Com esta consequência, os processos educativos na Economia Solidária anunciam a possibilidade de uma nova sociabilidade, uma nova sociedade, uma nova forma de produção da vida, como meio de inserção e estruturação pessoal.

3 METODOLOGIA

Este estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica e exploratória que investigou a temática em foco a partir de referências como artigos da Scielo, do Googles Acadêmico, revistas e periódicos indexados, bem como livros técnicos e teses, para compreender a relação entre educação de jovens e adultos e trabalho, ou seja, sobre Economia Solidária e EJA.

De acordo com Sellitz (1960, p. 94) o destaque da pesquisa bibliográfica e exploratória é voltado para: “o aumento do conhecimento do pesquisador acerca do fenômeno que deseja investigar em estudo posterior, mais estruturado”. E aqui, desejou-se ampliar as discussões acerca das políticas públicas voltadas para EJA e a Economia Solidária, tentando delimitá-las, aprofundando os entendimentos por elas propostos, bem como tecendo novas ideias sobre estas, buscando ordená-las.

Para a construção do presente estudo foram lidas inúmeras referências bibliográficas, como: Gentili (2002); Haddad (1991, 2000); (Rummert) (2000); Ventura (2007); Vieira (2004); Tiriba (2001); Wellen (2008), sendo utilizadas estas, entre outras, por serem aquelas consideradas de maior relevância para abordagem do assunto pesquisado.

As referências escolhidas permitiram a apropriação de conceitos e experiências práticas que possibilitassem iniciar uma discussão preliminar sobre as políticas públicas que norteiam a relação entre educação e trabalho.

Os descritores de acesso aos bancos de dados foram: Políticas Públicas para a EJA, Educação de Jovens e Adultos, Trabalho, Mercado de Trabalho, Economia Solidária, Políticas Públicas de Trabalho, Legislação Brasileira, Economia Solidária e EJA.

Optou-se por analisar os dados coletados de forma qualitativa, buscando-se objetividade e imparcialidade, identificando as ideias centrais nos parágrafos. Após a organização dos dados estes foram descritos para melhor compreensão.

A composição das informações aqui presentes deu-se da leitura e discussão de diversos livros, artigos e escritos de teóricos e pensadores que se dedicaram a (re)pensar essas políticas públicas sobre um novo olhar, bem como da análise das leis vigentes em nosso país, o que possibilitou o recolhimento de informações significativas, fornecendo os subsídios necessários a composição deste material, promovendo ao pesquisador uma análise das políticas públicas atuais vigentes, referentes à EJA e à Economia Solidária e suas discussões, num eventual entendimento dos pontos positivos e negativos propostos por estas.

4 CONCLUSÕES

A implementação de uma política pública, seja no âmbito da EJA ou Economia Solidária, tem uma complexidade extrema, entre outros aspectos devido às particularidades regio-

nais, bem como todas as particularidades culturais e geográficas que tal realidade compreende, porém é uma necessidade descrita.

O tema em questão é de suma importância devido à realidade da cidade, da região, do país, por remeter às questões de cunho educacional, social, cultural e econômico. As discussões aqui apresentadas buscaram apontar os desafios postos historicamente para a EJA constituir-se como política pública de Estado, superando as ações pontuais de governos.

O eixo dessa perspectiva situa-se, hoje, numa perspectiva de Estado ampliado, na ação articulada entre a sociedade política e a sociedade civil, ou seja, nas ações governamentais que se materializam em marcos legais e operacionais, orientados por uma perspectiva política da EJA, como respeito à diversidade e garantia do direito de todos à educação.

Nesse contexto surge, também, a necessidade de uma legislação brasileira de Economia Solidária, uma vez que, com as definições para implementação desta como política pública, como em qualquer ação pública de âmbito nacional, deverá atender a legislação de ações executadas com recursos públicos que venha a atender de forma igualitária a todos que possam dela se beneficiar.

Portanto, o desenvolvimento dessa temática traz benefícios diretos para a sociedade como um todo e/ou atende, de maneira precisa, uma pequena parcela da população (comunidades, grupos escolares, trabalhadores), buscando demonstrar e/ou encaminhar meios e formas para uma discussão atual e bem definida – políticas públicas – que possam se apresentar eficazes e atender a essa população de educandos trabalhadores. Beneficiando, também, os que nela dedicaram atenção, em suas pesquisas, análises e discussões, contribuindo com levantamentos, informações e proposituras para o avanço de estudos e/ou pesquisas neste campo.

As discussões aqui apresentadas buscam apontar os desafios apresentados historicamente para a EJA constituir-se como política pública, superando as ações pontuais de governos. O eixo dessa análise situa-se, pois, numa perspectiva de Estado ampliado, na ação articulada entre a sociedade política e a civil, ou seja, em ações governamentais que se concretizem em marcos legais e operacionais, orientados por uma perspectiva política de EJA como respeito à diversidade e garantia do direito de todos à educação, constituído em Lei.

Considera-se ainda, no campo das reflexões, que ações estruturadas para EJA são pautadas de uma certeza histórica quanto aos limites e possibilidades dessa modalidade constituir-se como política pública de Estado, na garantia do acesso à educação como direito de todos. Não basta o instrumento legal, mesmo que ele já exista; não bastam as condições legais de financiamento, que já estão inicialmente dadas pelo Fundo Nacional de Educação Básica (FUNDEB): é necessária a permanente inquietação e mobilização dos sujeitos que demandam a EJA, pelos seus mais diversos motivos, por meio dos fóruns, encontros e congressos. Isto dará mobilidade e despertará a vigilância do cumprimento e aprimoramento das leis para que seja uma constante nessa modalidade.

Pretende-se que uma política de fomento à economia solidária reconheça, e também fortaleça, a organização social dos trabalhadores e o seu protagonismo político, premissa fundamental para a institucionalização de direitos, para a interlocução com o Estado, buscando, assim, fortalecer as esferas públicas democráticas no país.

Nesse sentido, o controle social da política pública é questão de princípio, meio - processual e permanente -, e fim. A participação e o controle social dos sujeitos sociais e políticos deve ocorrer na formulação, desenvolvimento e avaliação das políticas, visando ao aperfeiçoamento constante e à legitimação social dessas políticas tanto para EJA como para Economia Solidária.

Por fim, deseja-se despertar para novas concepções de políticas públicas para EJA – bastante difundida entre as grandes nações, como forma de desenvolvimento educacional e profissional –, que nas mais diversas e adversas situações correspondam a instruções que direcionem e apontem caminhos para o bom desenvolvimento dessa modalidade de educação,

relacionando-a, ainda, com o mundo do trabalho e com a Economia Solidária, uma vez que os frutos que este tipo de economia pode proporcionar, por meio de políticas públicas, como economia forte e vigente.

5 REFERÊNCIAS

IV ENEJA (Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos) **Relatório-Síntese do IV Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos**. SESC: Venda Nova. Belo Horizonte, 2002.

V CONFINTEA (Conferência Internacional sobre a Educação de Jovens e Adultos – Hamburgo, 1997) - Declaração Internacional sobre Educação de Adultos. *In*: PAIVA, J.; MACHADO, M.; IRELAND, T. (Orgs.). **Educação de jovens e adultos: uma memória contemporânea, 1996-2004**. Brasília: UNESCO, MEC, 2004, p.41-49.

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** nº. 9394/96. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1996.

BRASIL. **Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério** nº. 9424/96. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1996.

BRASIL. **Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação** nº. 11494/07. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 2007.

BRASIL. **Referenciais Curriculares - Educação Básica Escola Plural**. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 2003.

BRASIL. **Lei de Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico** nº. 11445/07. Brasília: Casa Civil, 2007.

BRASIL. **Decreto nº 2.208** de 17 abril de 1997.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB nº 11** de 10 maio de 2000.

BRASIL. **Decreto nº 5.840**, de 13 de julho de 2006.

BRASIL/MEC/FUNDAÇÃO EDUCAR. **Reflexões Teóricas e Metodológicas sobre Educação de Jovens e Adultos**, Brasília, 1986.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 6^a. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997. 148 p.

GADOTTI, M. “Educação de Jovens e Adultos: correntes e tendências”. *In*: GADOTTI, M.; GAIGER, L. I. G.; **Rev. CADERNO CRH**, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003.

GENTILI, P. Três teses sobre a relação trabalho e educação em tempos neoliberais. *In*: C. (orgs). **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas: Autores Associados, 2002

GENTILI, P. Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora. *In*: FRI-GOTTO, Gaudêncio. (org.). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. Petrópolis: Vozes, 1999

HADDAD, S. **Estado e educação de adultos (1964-1985)**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1991.

HADDAD, S.; PIERRO, M. C. D. **Escolarização de Jovens e Adultos**. Revista Brasileira de Educação, mai-ago. Número 014. São Paulo 2000.

- PEREIRA, M. **A construção do letramento na Educação de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica / FCH - FUMEC, 2004. 167 p.
- PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO. Disponível em: www.mec.gov.br. Acesso em 11/09/2013.
- RUMMERT, S. **Educação e identidade dos trabalhadores: as concepções do capital e do trabalho**. São Paulo: Xamã; Niterói: Intertexto, 2000.
- RUMMERT, S.. **A Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores brasileiros no Século XXI**. O “novo” que reitera antiga destituição de direitos. Revista de Ciências da Educação, 2, p. 43 ISSN 1649 – 4990, 2007.
- SELLITZ, C. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: EPU, 1960.
- SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária), **I Oficina Nacional de Formação/Educação em Economia Solidária**, Brasília, 2006.
- SENAES. **II Oficina Nacional de Formação/Educação em Economia Solidária**, Brasília, 2007.
- SINGER, P. **A recente ressurreição da economia solidária no Brasil** - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- TIRIBA, L. **Pedagogia(s) da produção associada**. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2001.
- VENTURA, J. P. **Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores no Brasil: revendo alguns marcos históricos**. Artigo adaptação do Capítulo II da Dissertação O PLANFOR e a Educação de Jovens E Adultos Trabalhadores: a subalternidade reiterada. Niterói: Pós-Graduação em Educação/UFF, 2001.
- VIEIRA, M. C. **Fundamentos históricos, políticos e sociais da educação de jovens e adultos** – Volume I: aspectos históricos da educação de jovens e adultos no Brasil. Universidade de Brasília, Brasília, 2004.
- WELLEN, H. A. R. **Revista Katál**. Florianópolis, v. 1, n. 1 p. 105-115 jan./jun. 2008.

EJA, trabalho e Economia Solidária: no contexto do SESC LER PATOS

*Jesana de Araújo Nóbrega
Rosalva Dias da Silva*

1 INTRODUÇÃO

Este estudo visa apresentar reflexões a partir das práticas educativas desenvolvidas com a Educação de Jovens e Adultos (EJA), do Centro Educacional Paulo Martins Costa – SESC LER PATOS, mediante a compreensão das possíveis aproximações entre a EJA e o trabalho na perspectiva da Economia Solidária, uma alternativa para a geração de emprego e renda, direcionada também a este público.

O interesse pelo assunto em questão adveio da relação direta com as atividades escolares da EJA no SESC LER PATOS. Espaço que serviu de campo de observação e pesquisa, para a construção deste estudo, sendo o tema de grande importância científica, haja vista que a EJA e o trabalho, na perspectiva da Economia Solidária, podem contribuir com a formação para a vida humana e profissional destes alunos, a partir da proposta de um novo meio de vida, de uma nova alternativa de renda familiar e, conseqüentemente, do desenvolvimento de competências para o acesso a modelos mais independentes de trabalho.

No contexto atual as marcas do desenvolvimento do capitalismo, caracterizado pelo avanço da tecnologia e da ciência, são evidentes e trazem como implicação a exclusão social e educacional de uma parcela significativa da população. Isto pode ser verificado pelo aumento da taxa de analfabetismo apresentada pela Pesquisa Nacional de Amostra em Domicílio (PNAD, 2012), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no mês de setembro de 2013 pelas mídias nacionais. Mediante esta pesquisa, a taxa de analfabetismo que vinha se mantendo em queda, após 15 anos, aumentou.

De acordo com dados do instituto, em 2012 havia 13,2 milhões de analfabetos no país, o equivalente na época a 8,7% da população superando o percentual anterior que era de 8,6% e equivalia a 12,9 milhões de pessoas. Ainda de acordo com a pesquisa nacional, a região que mais contribuiu para esta elevação de taxa foi a região Nordeste, com uma taxa elevada para 17,4%, que em 2011 era de 16,9%.

Face a esta realidade, os órgãos responsáveis pela educação no Brasil, precisam repensar os caminhos traçados para a educação, especificamente, os caminhos da educação de jovens e adultos, tendo em vista ser esta uma modalidade na qual estão os alunos trabalhadores que, muitas vezes, impulsionam estas estatísticas para cima, por terem que abandonar a escola devido às suas atividades de trabalho, ao tempo que precisam dedicar aos estudos, ao desestímulo provocado pelo cansaço do dia a dia de trabalho e, ainda, pelo fato da escola ainda não oportunizá-los ser protagonistas de sua própria história.

Nessa direção buscou-se, através deste estudo, realizar uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo sobre questões relativas à educação de jovens e adultos, que seguisse uma investigação empírica das ações educacionais promovidas pelo SESC LER PATOS e que respondesse aos objetivos propostos, buscando-se confrontar teoria e prática. Para isso, baseou-se nos estudos de Singer (2001), Freire (1999), Kruppa (2005) e nas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 5.692/71 e Lei nº 9.394/96.

Objetivou-se entender como a questão do trabalho na perspectiva da economia solidária é contemplada nas atividades curriculares da Educação de Jovens e Adultos, do Centro Educacional Paulo Martins Costa, que prima por uma educação baseada na dignidade, igualdade e inclusão humana.

Desta forma, este estudo foi fundamentado em três tópicos principais. O primeiro, “Breve Reflexão Histórica da Educação de Jovens e Adultos e as Prováveis Aproximações com a Economia Solidária”, buscou realizar um breve resgate histórico sobre a educação de jovens e adultos e encontrar possíveis aproximações com a economia solidária.

O segundo, “O SESC LER PATOS e suas Contribuições à EJA e ao Mundo do Trabalho”, apresentou o contexto histórico do SESC e do SESC LER Patos, discutindo as contribuições que podem ter cooperado para que os alunos da educação de jovens e adultos fossem inseridos no mercado de trabalho.

Por fim, o terceiro tópico, “Educação de jovens e adultos na perspectiva solidária”, abordou os conceitos e propostas da economia solidária, sua relação com a EJA e as possibilidades de ter em sua prática, alternativas possíveis de inserção desses alunos no mundo do trabalho e, conseqüentemente, na sociedade, como protagonistas de suas histórias.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Breve reflexão histórica da EJA: aproximações com a Economia Solidária

O processo histórico da educação de jovens e adultos no Brasil inicia-se desde o Brasil colônia, posterior à chegada dos jesuítas, em 1549. Neste período, trabalhava-se em favor da catequização de adultos e de adolescentes, nativos ou colonizadores, diferenciando apenas os objetivos para cada grupo social.

Após a excomunhão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal ocorreu uma espécie de desorganização do ensino e apenas no Império o ensino volta a ser organizado e/ou sistemático. Em 1910, segundo o IBGE (1910) “o direito a ler e escrever era negado a quase 11 milhões e meio de pessoas com mais de 15 anos”. No período de 1945, com a adesão do Decreto nº19.513, de 25 de agosto de 1945, a educação de adultos torna-se oficial, permitindo que fossem fomentadas e criadas campanhas com o objetivo de alfabetizar jovens e adultos que não tiveram acesso à educação em tempo próprio. No tocante a estes projetos pode-se citar: a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos – CEAA (1947) e o Movimento de Educação de Base – MEB (1961), um sistema rádio educativo criado na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil com o apoio do Governo Federal, dentre outros. Todavia, durante o regime militar (1964-1985), alguns desses movimentos e seus integrantes foram caçados pelos órgãos do Governo Federal que, em 1967, liberou a implementação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), cuja finalidade era acabar com o analfabetismo.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 5.692/71, criada sob o mesmo regime e que contemplava o caráter supletivo da EJA, excluindo as demais modalidades, não diferia dos objetivos do MOBRAL quanto à profissionalização para o mercado de trabalho e à visão da leitura e da escrita apenas como decodificação de signos. O Movimento Brasileiro de Alfabetização, criado pela Lei 5.379, de 15 de dezembro de 1967, objetivava reduzir o índice de analfabetismo no país e promover uma alfabetização funcional, nos moldes preconizados pela UNESCO, baseado nos princípios da funcionalidade, da motivação e da globalização (OLIVEIRA, 1989).

Compreendendo a Educação de jovens e adultos a partir do contexto histórico, verificam-se seus fundamentos legais na Constituição Federal de 1988 e, sobretudo, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, Lei de nº 9394/96, onde está assegurado o direito de jovens e adultos à educação escolar e ao ensino noturno regular, “com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1996).

Entendendo a educação como prática social, inserida na cultura e na história humana, é importante destacar fatos que podem estar relacionados à emancipação e fortalecimento da

EJA no Brasil, e que são encontrados em diferentes documentos, dentre os quais se destacam: a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a Primeira Conferência Internacional de Educação de Adultos – CONFINTEA I (1949), a CONFINTEA II (1960), Declaração Mundial de Educação para Todos (1990), Declaração de Salamanca (1994), Relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI destinado à UNESCO (1996), Cúpula Mundial de Educação (2000).

A cronologia dos documentos sinaliza um longo período de discussões que envolveram aspectos políticos, sociais, econômicos e educacionais e que trouxeram constantes transformações para diferentes áreas sociais.

Nesse sentido, as conjunturas políticas e econômicas comandavam a educação escolar e, em consequência, geraram situações de desigualdades sociais que, por sua vez, considerando o contexto histórico e a demanda que a realidade traz no tocante aos níveis de alfabetização e, ao mesmo tempo, de exclusão social, o público da educação de jovens e adultos se coloca numa condição entrelaçada e ao mesmo tempo convergente no que diz respeito aos estudos, trabalho e renda, para garantia de sua sobrevivência.

Dessa situação, pode-se destacar e refletir sobre outros meios de sobrevivência que diferem do assalariado, como o da economia solidária, por exemplo. Ao focar a EJA do ponto de vista socioeducacional, do trabalho e, ainda, solidário com vistas à superação de um quadro de desigualdade social, deve-se pensar a EJA numa perspectiva socioeducativa, ampliada.

De acordo com Oliveira (2011, p. 13).

[...] as características de uma sociedade e de um currículo com qualidade social são equivalentes e se pautam em princípios diferenciados como: nos direitos humanos, na cidadania, na sustentabilidade e na democracia. Valores que ao serem trabalhados possam servir de suporte para a superação de um quadro de extrema desigualdade social, pobreza, desemprego, exclusão dos bens culturais e sociais de uma forma ampla.

Nesse contexto, pensar a EJA numa conjuntura ampla, numa prática ou currículo efetivo é pensar numa educação e aprendizagem significativas, fundamentadas em adesões conscientes em favor de uma educação igualitária, para além do universo escolar e ao longo da vida. É relacionar esta educação ao mundo do trabalho. Há um quantitativo considerável de pessoas fora do mercado formal de trabalho e esse fato parece decorrer de um sistema de produção que se configura pela busca incessante do ganho e do lucro, em uma sociedade que se define pelo poder do dinheiro. Segundo Singer (2005, p. 14):

A concentração do capital tem como contrapartida a formação de uma classe cada vez mais numerosa de ‘perdedores’, qual seja, de pessoas que não tem meio próprio de produção e que se sustentam vendendo sua capacidade de trabalho aos capitalistas (ou ao Estado). Os capitalistas dependem dos trabalhadores assalariados para que seus capitais produtivos sejam acionados e assim valorizados, assim como os assalariados dependem dos capitalistas (e do Estado) para ser empregados e poder ganhar o sustento próprio e de seus dependentes.

Diante da complexidade das relações de trabalho, da economia capitalista e do desemprego, incorpora-se a questão da geração do emprego e renda como possível opção de superação desta realidade. Tendo como ponto de partida as condições de vida e de trabalho dos educandos da EJA, a vinculação entre o trabalho e a educação faz-se naturalmente, pela sua própria condição de ser estudante e ao mesmo tempo trabalhador.

Para Singer (2005, p. 15) “a Economia Solidária pode ser pensada como um modo de produção ideado para superar o capitalismo”, ou seja, a prática da economia solidária, em contraposição ao capitalismo que visa o lucro individual, pauta-se na solidariedade, num mo-

delo colaborativo, coletivo. Esse modelo de cooperação envolve a todos com o mesmo grau de importância e, mesmo executando tarefas diferentes dentro do empreendimento solidário, todos conhecem os seus processos de produção, trabalham em torno de um mesmo objetivo e, igualmente, dos mesmos resultados.

Ressaltando esse aspecto, reconhecer a importância e a necessidade de se estabelecer um diálogo entre prática solidária e ensino da EJA, significa valorizar o aluno que é trabalhador como sujeito aprendente de novos conhecimentos, que não começariam e nem terminariam na escola, mas que carregaria ao longo de toda vida.

Nesse sentido, uma educação que parte da realidade do aluno e, ainda, voltada para a formação integral do sujeito aproxima os eixos investigativos da educação de jovens e adultos e o mundo do trabalho na perspectiva da economia solidária, já que se trata aqui de pessoas que desde muito cedo abandonaram seus estudos para trabalhar e o retorno à escola justifica um desejo de melhorar suas condições de vida.

2.2 O SESC LER PATOS: Contribuições à EJA e ao mundo do trabalho

O Serviço Social do Comércio (SESC) é uma entidade de prestação de serviços de caráter socioeducativo, cuja atuação se dá no âmbito do bem-estar social, nas áreas da saúde, cultura, educação e lazer, tendo como objetivo colaborar com a melhoria das condições de vida da população e facilitar o acesso a meios de aprimoramento cultural e profissional.

A instituição SESC foi fundada no dia 13 de setembro de 1946 com o objetivo de atender às necessidades urgentes dos trabalhadores do comércio.

No total, são aproximadamente 50 milhões de brasileiros beneficiados, a cada ano, pelas ações da entidade. Sua criação originou-se a partir da iniciativa de empresários do setor de Comércio, Bens, Serviços e organizações sindicais. O SESC segue os princípios traçados pela Carta da Paz Social, documento que marca a fundação da instituição. De acordo com SESC (2013) nesta carta, está escrito que:

A manutenção da democracia política e econômica e o aperfeiçoamento de suas instituições são considerados aos objetivos da felicidade humana. A ordem econômica deverá fundar-se no princípio da liberdade e no primado da iniciativa privada, com as limitações impostas pelo interesse nacional.

A filosofia da entidade adota ações para o desenvolvimento econômico com justiça social, desenvolvendo um trabalho educativo, informativo e transformador, que a diferencia de outras instituições, uma vez que, por possuir uma ampla rede de centros de atividades em todo o país, desenvolve programas voltados à assistência, saúde, cultura e lazer (SESC, 2013).

Na Paraíba, o SESC tem mais de 40 anos de prestação de serviços, distribuídos em 17 unidades: João Pessoa, Campina Grande, Guarabira, Patos, Sousa e Cajazeiras, além das unidades móveis: BIBLIOSESC e ODONTOSESC. Oferece serviços que abrangem cinco áreas: educação, saúde, assistência, cultura e lazer, através de atividades esportivas, serviços odontológicos e atendimento médico, entre outros, reafirmando sua finalidade de criação que é de promover melhor qualidade de vida à população. Contribui, ainda, no combate ao desperdício e à fome no estado, através do Banco de Alimentos.

2.2.1 O programa educação no SESC Paraíba

As elementares políticas públicas nacionais destinadas à educação dos jovens e adultos foram implementadas a partir de 1947, quando se estruturou o Serviço de Educação de Adultos do Ministério da Educação e teve início a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA). Nesse contexto, o SESC participou da campanha de Alfabetização de Adultos, que pre-

tendia não só alfabetizar, mas também atuar na capacitação profissional e no desenvolvimento comunitário.

Em 1967, passou a atuar na mobilização nacional contra o analfabetismo, implementando programas de alfabetização funcional e de educação de base, voltadas para atender a uma faixa etária de 14 a 30 anos.

Em dezembro de 1949, foi criado o Departamento Regional na Paraíba, iniciando as suas atividades de educação, na Unidade de João Pessoa e de Guarabira, com Cursos de Valorização Social, dentre eles Corte e Costura, Trabalhos Manuais e Culinária.

Em 1973, na V Convenção Nacional de Técnicos, foi institucionalizado o Programa Ensino Supletivo no SESC, norteado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de nº 5.692/71, com o objetivo de suprir a escolarização regular dos comerciários e seus dependentes que não tiveram acesso à escola na idade devida. Então, foram criados os Cursos Preparatórios para os Exames Supletivos, simultaneamente nas Unidades de João Pessoa, Campina Grande e Guarabira, com a finalidade de preparar alunos para se submeterem aos exames supletivos, sob a Coordenação da Secretaria de Educação do Estado.

No ano de 1984, em face da redução da demanda, o Ensino Supletivo deixa de desempenhar uma função prioritária no conjunto das atividades do SESC, dando lugar aos campos da Saúde e Cultura.

Na década de 1990, com o crescimento das exigências de formação e qualificação profissional, e em razão do aumento da competitividade do mercado, o SESC torna a considerar relevantes as ações específicas no campo da Educação de Jovens e Adultos.

Em 2000, é implantada a Educação de Jovens e Adultos nas cidades de João Pessoa, Campina Grande e Guarabira, através de Convênio celebrado com a Secretaria de Educação e Cultura do Estado para atender Comerciários, dependentes e pessoas da comunidade no 2º segmento do Ensino Fundamental (de 5ª a 8ª série) e Ensino Médio, atendimento que permanece até os dias atuais.

Em 2004, o SESC implantou o Ensino Fundamental para crianças do 1º ao 9º ano buscando contribuir de forma substancial na diminuição das despesas da clientela comerciária com a educação dos seus dependentes.

Nos anos de 2003, 2004 e 2005, foram implantadas nas Unidades do SESC em Cajazeiras, Sousa e Patos respectivamente, o Projeto SESC Ler com a finalidade de implementar um processo educativo integrado para jovens e adultos não escolarizados, respeitando a diversidade local.

2.2.2 O projeto SESC LER

O projeto SESC LER surgiu no ano de 1998, com o nome de LER AMAZÔNIA, com objetivo de contribuir para a diminuição dos índices de analfabetismo entre jovens e adultos no país, especialmente junto às populações com maiores dificuldades de acesso a escolas e centros de ensino.

Nessa direção, no ano de 1999 o SESC LER chega às unidades da região norte. O projeto inicia seus três ciclos de ensino envolvendo alfabetização e escolarização (até o 5º ano). Após esse período os estudantes dão continuidade aos seus estudos em outras instituições de ensino.

Em 2003, o Projeto surge na Paraíba nos municípios de Cajazeiras, Sousa e Patos atendendo aos jovens e adultos não alfabetizados. Tal proposta contempla a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.934/96 em seu Art. 37, ao destiná-la àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

Cabe destacar que, antes da instalação das unidades do SESC Ler em uma determinada região, esta instituição faz um levantamento estatístico e realiza pesquisa para identificar a demanda de escolarização local, buscando identificar jovens e adultos não alfabetizados inte-

ressados em ingressar no projeto. Os futuros alunos respondem questionários e participam de entrevistas individuais ou em grupo.

A duração do curso de alfabetização na EJA do primeiro segmento do ensino fundamental está estimada em um ano e a continuidade de estudos até o nível equivalente à 4ª série em, no mínimo, um ano e meio, visando garantir um grau básico de concretização das aprendizagens que viabilize a continuidade dos estudos ou o engajamento em outras conveniências educativas ou de desenvolvimento cultural. A carga horária mínima prevista é de 450 horas, considerando 200 dias letivos e uma jornada semanal de 3 horas/aula diárias.

O SESC LER assegura o engajamento posterior de seus alunos em outros programas de ensino supletivo seriado, oferecidos pelos sistemas Municipal ou Estadual de ensino.

Ainda dentro das ações de escolarização do SESC LER, há a articulação das programações esportivas, artísticas e culturais e, sobretudo, a ações voltadas à saúde, à qualificação profissional, à formação ética em favor da cidadania ou ainda, planos de desenvolvimento econômico local.

Dessa forma, o projeto SESC LER adota uma política de coordenação de esforços entre organizações diversas que trabalham nessas áreas, no sentido de afirmar o caráter integral da formação dos jovens e adultos, a continuidade de sua educação geral e outras chances de qualificação profissional e desenvolvimento sociocultural.

A metodologia indicada para o trabalho de alfabetização de jovens e adultos deve ser conexa com os objetivos almejados, uma vez que, pensar e praticar uma educação a partir de um caráter integral é pensar numa educação que estimule a criatividade, o raciocínio, o auto-desenvolvimento e, especialmente, o desenvolvimento social.

No tocante à alfabetização, o SESC Ler promove educação por inteiro, mostrando o valor da leitura e da escrita no cotidiano e, ainda, integrando o ensino formal com cultura, lazer e saúde.

Certamente, este projeto não resolverá isoladamente o problema do analfabetismo e do déficit educacional da sociedade brasileira, mas poderá contribuir fortemente e diretamente para a minimização desse problema.

2.2.3 O projeto SESC LER na cidade de Patos

A cidade de Patos é considerada a terceira cidade-polo da Paraíba, tendo em vista a sua relevância socioeconômica para o estado. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), a cidade possuía até o ano de 2010 em torno de 100.732 habitantes, representando a quinta maior população da Paraíba. É considerada uma das mais importantes cidades do sertão do Nordeste por se apresentar como um polo comercial que abrange mais de setenta municípios do sertão nordestino.

O Centro Educacional Paulo Martins Costa – SESC LER Patos está inserido no bairro Frei Damião, mais popularmente conhecido como bairro do Morro, sua antiga denominação. O bairro localiza-se na zona Oeste da cidade, tendo como bairros contíguos: Liberdade e Bivar Olinto e está próximo de 04 novos conjuntos habitacionais: Morada do sol, Santa Clara, José Mariz e Geraldo Carvalho, que constitui o público atendido pelo SESC Patos.

Com serviços nas áreas de Educação, Saúde, Cultura, Assistência e Lazer, a instituição atua em busca de um maior desenvolvimento da cidade, através de várias ações em benefício da população.

Dentre as atividades desenvolvidas no SESC LER Patos, destacam-se o CineSesc, as atividades com os idosos, oficinas, palestras, o projeto Brincando nas Férias, além do Mesa Brasil, que atua no combate à fome e ao desperdício.

Na área de educação, o SESC LER é responsável pela alfabetização de jovens e adultos, além do Projeto Habilidade de Estudos, que beneficia crianças e pré-adolescentes que estão

no Ensino Fundamental. Nele, os alunos recebem orientações sobre exercícios escolares, são incentivados à produção de textos e diversos elementos culturais, diminuindo assim o tempo de inatividade e tornando-o mais produtivo.

O SESC LER Patos trabalha uma metodologia a partir das diferenças, antecipando as mais variantes formas de intercâmbio, com vistas no compartilhamento de conhecimentos e na troca informações.

Os saberes dos alunos são utilizados como ponto de partida para o trabalho de diferentes conteúdos, a partir de projetos interdisciplinares. Nessa perspectiva, os conteúdos ganham significados a partir das experiências sociais do grupo.

Em resumo, o projeto é voltado para educação de jovens e adultos, oportunizando-os acesso à educação na perspectiva da valorização e promoção à cidadania. Dessa forma, propõe não apenas alfabetizá-los, no sentido de ensiná-los a decodificar letras, sons ou números, mas propiciar conhecimentos e noções básicas para que possam encarar as cobranças do mundo moderno e estabelecer melhores condições de vida para si e para a sua comunidade.

Considerando essa realidade, percebe-se que o Projeto SESC Ler desenvolve uma educação comprometida com a valorização humana e empenhada com a formação global de seus educandos como ser social e pode estar ao mesmo tempo cooperando para com a diminuição do analfabetismo, do desemprego e estabelecendo as relações sociais voltadas ao respeito e à igualdade.

Nos cursos de alfabetização, além das metodologias educacionais que abraça o SESC realiza outras atividades como mostras de artes plásticas, ações esportivas, culturais, de lazer e saúde, bem como minicursos de geração de renda que são integradas aos momentos de estudos. São atividades e/ou ações que igualmente, colaboram para com a formação completa dos indivíduos das comunidades como um todo.

Os cursos de valorização social são atividades que consistem em ações destinadas à qualificação da clientela por meio do desenvolvimento de habilidades de nível básico com vistas à melhoria da renda familiar e à inclusão social. As realizações mais frequentes nesta área são os minicursos de trabalhos manuais, pintura e culinária. Como diz Zabala (1998, p.32).

Os conteúdos de aprendizagem não se reduzem unicamente às contribuições das disciplinas ou matérias tradicionais. Portanto, também serão conteúdos de aprendizagem todos aqueles que possibilitem o desenvolvimento das capacidades motoras, afetivas, de relação interpessoal e de inserção social.

Desta forma, é importante o estabelecimento desse diálogo entre os saberes escolares e o mundo do trabalho, uma vez que nessa troca os educandos e os educadores constroem novos conhecimentos e, por sua vez, alargam as suas possibilidades enquanto sujeitos transformadores e produtores sociais.

2.3 Educação de Jovens e Adultos na perspectiva Solidária

De acordo com pressupostos teóricos de Singer (2005) o processo histórico da economia solidária faz um resgate às lutas dos trabalhadores, que tiveram origem no início do século XIX, sob a configuração cooperativista, em resistência ao avanço do capitalismo industrial. No Brasil, a economia solidária renasce no final do Século XX em resposta dos trabalhadores às novas formas de exclusão e opressão no mundo do trabalho.

A Economia solidária se configura como forma de produção, consumo e repartição de riquezas centrada na valorização do ser humano e não do capital. Logo, as transformações estruturais ocorridas no meio econômico e social fragilizaram o padrão tradicional de relação capitalista de trabalho.

Nesse contexto, a informalidade e a precarização das relações formais se configura

como tendência em uma conjuntura de desemprego, levando trabalhadores a se sujeitarem a empregos em que seus direitos sociais são renunciados para que possam garantir apenas a sobrevivência. Essa crise deu lugar a outras formas de organização do trabalho, devido à necessidade dos trabalhadores encontrarem outros meios de geração de renda, voltados à criação de cooperativas de produção e consumo, ou seja, empreendimentos populares solidários.

Assim, a Economia Solidária dialogada com a modalidade EJA contribui para a construção de uma cultura do direito à educação ao longo da vida, pois, coloca no centro da conjuntura educativa a realidade do aluno e o trabalho, considerando-os como sujeitos culturais e partícipes no meio social. Assim sendo, possui como marcos sociais a cooperação, a autogestão e a dimensão econômica solidária. Falar em cooperação precede a questão da união dos esforços e habilidade do coletivo, a divisão dos resultados e a responsabilidade solidária.

Na conjuntura da autogestão, o coletivo exercita as práticas participativas de autogestão das técnicas de trabalho, mediante ações estratégicas no que cerne ao contexto dos empreendimentos solidários. Quanto a essa realidade, a educação de jovens e adultos associa, de maneira dinâmica e complementar, o ato de conhecer e o ato de trabalhar.

A EJA deve ser abrangida enquanto processo de formação humana global que, ainda colocada no contexto escolar, deverá levar em conta as formas de vida, trabalho e sobrevivência dos jovens e adultos que se alocam como atores fundamentais dessa modalidade de educação. Nessa direção, tratar dos argumentos respectivos ao mundo do trabalho na EJA, pelo viés da economia solidária é um instrumento de grande valor no sentido do rompimento da conjuntura capitalista e ao mesmo tempo, do fortalecimento desses sujeitos da EJA, pois a economia solidária é um ato pedagógico em si mesmo à medida que recomenda uma nova prática social e um compreender dessa prática.

As ações de Economia solidária impulsionam os sujeitos educandos a galgarem um novo projeto de vida, viabilizado por um trabalho coletivo e cooperado que, através de seu valor, supera o valor do capital. Logo, o saber, o conhecimento e a convivência social coletiva são realidades que se multiplicam, quando divididas, e aumentam, quando usadas significativamente. Nesse sentido, a educação solidária como meio pedagógico tem um papel essencial, já que o desenvolvimento de iniciativas autogestionárias e por sua vez, solidárias, ultrapassam a exploração humana. Singer (2001, p. 112) ressalta que:

Para resolver o problema do desemprego é necessário oferecer à massa dos socialmente excluídos uma oportunidade real de se reinserir na economia por sua própria iniciativa. Esta oportunidade pode ser criada a partir de um novo setor econômico, formado por pequenas empresas e trabalhadores por conta própria, composto por ex-desempregados, que tenham 'um mercado protegido da competição externa para os seus produtos.

Em outras palavras, a Economia Solidária como ato pedagógico, entrelaça-se à educação de jovens e adultos, haja vista a questão da valorização da realidade do educando, da sua cultura, de suas experiências de vida pessoal e, ainda, as experiências vivenciadas no mundo do trabalho como pontos fundamentais no processo de formação integral do educando.

Nesse contexto, a educação pode colaborar e ao mesmo tempo ser somada a esse conjunto, à medida que contribui no processo de desenvolvimento dos alunos ampliando a valorização das relações sociais mais humanas e de transformação pessoal e social.

Dessa forma, é importante e necessário que sejam desenvolvidas políticas públicas empenhadas na formação humanizadora do cidadão e não somente nas ações para atender às demandas do capital. É preciso, especialmente, uma alfabetização libertadora e consciente, como defende Paulo Freire (1999), para que sejam sujeitos críticos reflexivos e tenham autonomia para reivindicar seus direitos.

3 METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada na Unidade SESC LER Patos, localizada à Rua Natália de Figueiredo, nº 2004, no bairro do Morro, na cidade de Patos – PB. Essa instituição atende alunos do Ensino Fundamental do I segmento na modalidade de EJA.

Trata-se de uma pesquisa de campo do tipo quali-quantitativa e descritiva, cujos dados foram coletados a partir da aplicação de um questionário estruturado e constituído por 07 questões e aplicado a 40 informantes. As questões versaram sobre ocupação profissional, motivos para o estudo na EJA, objetivos quanto ao trabalho/emprego, conhecimentos escolares utilizados no trabalho, interesse pelos estudos e sobre vivência na área da economia solidária. Este permitiu traçar um perfil dos envolvidos e perceber a relação entre EJA, trabalho e economia solidária.

Cabe destacar que esta pesquisa apresenta-se de acordo com a resolução de nº 196/2012, do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que rege sobre a ética nas pesquisas envolvendo seres humanos, direta ou indiretamente, uma vez que todos os participantes foram informados sobre a importância de sua participação e esclarecidos sobre a garantia de ter sua privacidade assegurada, bem como seus direitos preservados, por meio de anuência do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante da realidade diagnóstica, das desigualdades sociais e da vontade de contribuir com a discussão em busca de caminhos para colaborar com uma melhor qualidade de vida dos alunos da EJA, realizou-se esta pesquisa com alunos da Unidade SESC LER Patos, com faixa etária entre 15 e 80 anos de idade. Homens e mulheres pertencentes ao mundo do trabalho formal e informal, participantes de programas sociais do governo (bolsa família) ou desempregados.

Em geral, no que se referem às ocupações profissionais, estes alunos ocupam cargos não qualificados, carregando em si a marca da exclusão social. Muitos deles pararam de estudar a algum tempo, por três fundamentais motivos: ingresso no mercado de trabalho, problemas de cunho familiar e por último, por residirem na zona rural, não encontrando nesse meio, o apoio escolar necessário, tendo assim que se deslocarem para a cidade mais próxima para estudarem e ainda, para procurarem por meios melhores de sobrevivência. Em resumo, sujeitos pertencentes à classe popular, com enormes carências de emprego, de moradia e de infraestrutura básica. Alunos trabalhadores desde muito cedo.

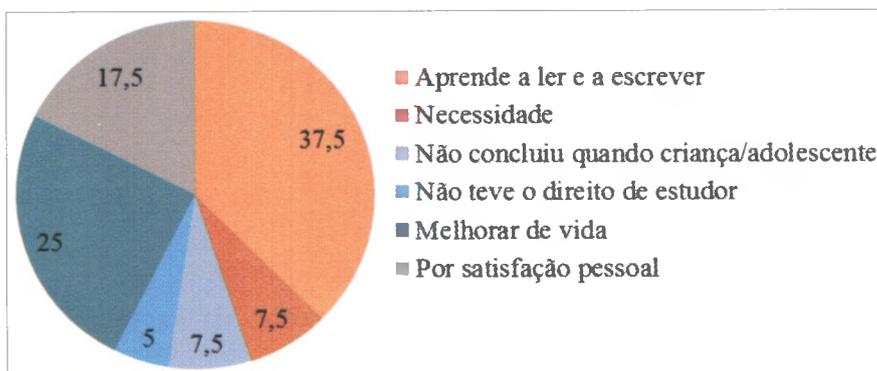
O universo pesquisado era constituído de 113 alunos, dos quais foi selecionado, aleatoriamente, um número de 60 informantes para aplicação do questionário. Destes, apenas 40 sujeitos responderam ao questionário, tornando-se este o número da amostra do presente estudo.

Assim sendo, e tomando por base o questionário, com relação à ocupação profissional, 60% dos informantes declararam trabalhar, enquanto os outros 40% não se encontravam mais no mercado de trabalho.

Quando questionados sobre os motivos que os levaram ao estudo na EJA, 37,5% responderam que estavam estudando porque queriam aprender a ler e a escrever, 7,5% procuraram a EJA por necessidade, 7,5% não concluíram os estudos quando eram crianças ou adolescentes, 5% não tiveram o direito de estudar, 25% estudavam para melhorar de vida e 17,5% estudavam por satisfação pessoal.

Os dados podem ser visualizados (Figura 01), a seguir, que mostra uma parcela significativa da amostra em busca da alfabetização, sugerindo querer sair da condição de exclusão social que o analfabetismo impõe.

Figura 01 - Motivos que levaram ao estudo na EJA.

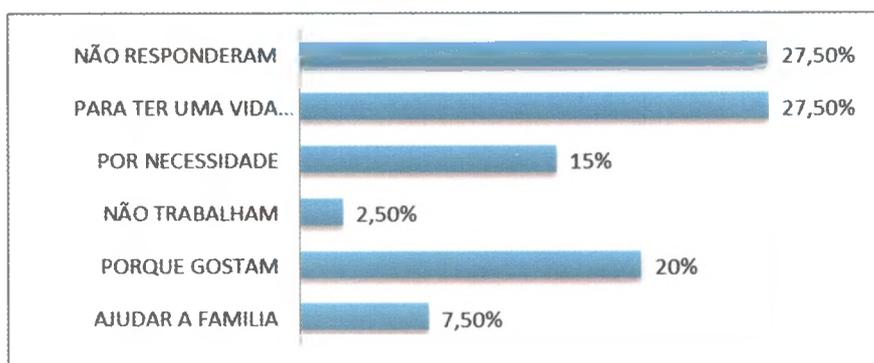


Fonte: Dados da Pesquisa, Patos – PB, 2013.

Com relação aos objetivos pessoais quanto ao mundo do trabalho (Figura 02), dos 40 participantes 7,5% responderam que trabalham para ajudar a família, 20% declararam que trabalham porque gostam, 2,5% não trabalha, 15% trabalham porque precisam, 27,5% porque querem ter uma vida melhor e 27,5% não responderam.

Embora parte dos participantes não tenha dado informação, quase 30% dos participantes disseram querer ter uma vida melhor e, talvez por isso, tenham ido em busca da alfabetização, da escola, do ensino.

Figura 02 - Objetivos pessoais quanto ao mundo do trabalho.

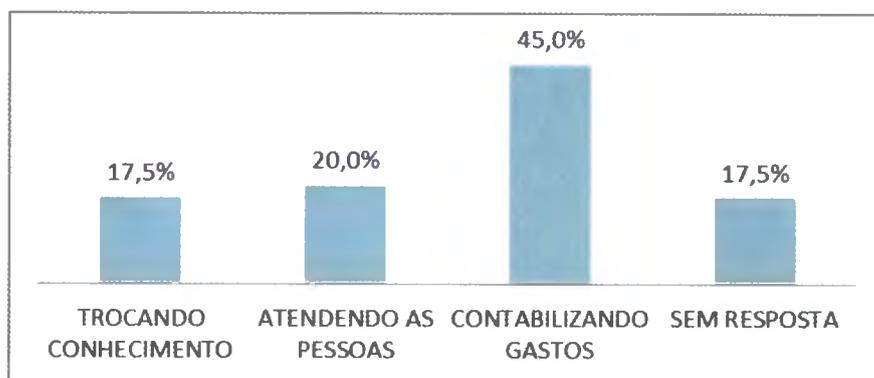


Fonte: Dados da Pesquisa, Patos – PB, 2013.

Quando questionados se utilizavam os conhecimentos da escola no trabalho, 100% dos informantes, responderam que sim, o que demonstra haver contribuições do SESC Ler Patos, tanto à educação de jovens e adultos, quanto ao mundo do trabalho.

Referente à questão de como utilizam os conhecimentos adquiridos na escola (Figura 03), 17,5% declararam que os utilizam trocando conhecimentos com outras pessoas, 20% no atendimento a pessoas, 45% empregam os conhecimentos na contabilização de gastos e 17,5% não respondeu. Esses dados revelam a importância do conhecimento e da informação recebida durante o processo educacional, que pode ser utilizado no planejamento doméstico para o controle dos gastos.

Figura 03 - Como utiliza os conhecimentos adquiridos na escola.



Fonte: Dados da Pesquisa, Patos – PB, 2013

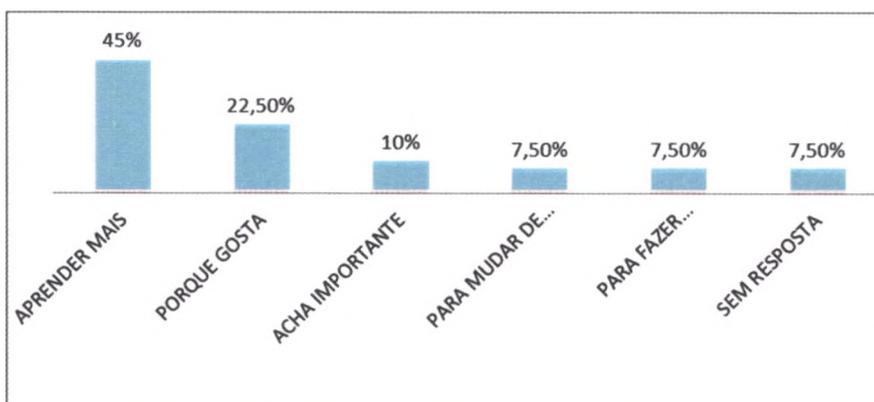
Os alunos também foram questionados sobre o interesse de continuarem estudando. Assim, os 100% responderam que queriam prosseguir estudando para ter acesso a mais informações e, igualmente, melhorar de vida.

Quando perguntados sobre os motivos que os levam a continuar os estudos (Figura 04), 45% dos entrevistados responderam que permanecerão estudando, pois desejam aprender mais, 22,5% afirmaram que estudam porque gostam, 10% acham os estudos importante, 7,5% estudam porque querem mudar de vida ou de profissão, 7,5% desejam continuar na escola para fazer mais amizades e 7,5% não deram resposta.

Um dado que chama a atenção para a visão que estes alunos têm da importância do conhecimento e de se aprender mais, sinalizando que isto é importante para o desenvolvimento e bem estar do sujeito social.

Ficou evidenciado também, que os participantes da pesquisa, em sua maioria, enfatizaram a relevância dos conhecimentos adquiridos na escola como fundamentais e de grande relevância para o desenvolvimento, enquanto trabalhadores, e a necessidade de aprender novos conhecimentos como fator principal para a não alienação enquanto sujeitos sociais.

Figura 04 - Motivo pelo qual quer continuar estudando.



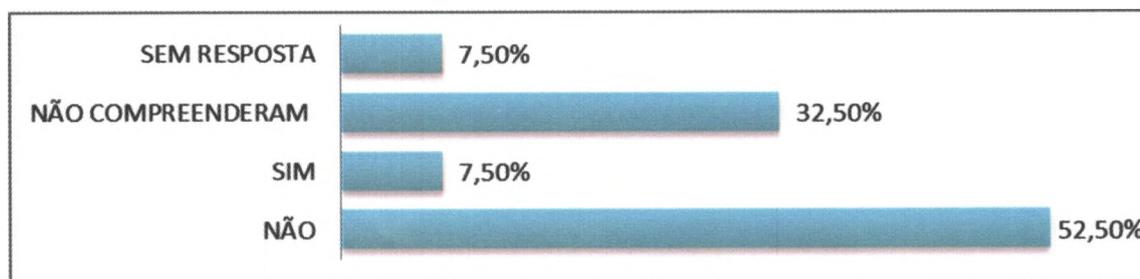
Fonte: Dados da Pesquisa, Patos – PB, 2013.

Referente ao questionamento sobre se já haviam vivenciado alguma atividade no contexto da Economia Solidária (Figura 05), a maioria (52,5%) respondeu que não, 7,5% respondeu que sim, 32,5% demonstrou que não compreendeu o que estava sendo perguntando e 7,5% não respondeu.

Dos 7,5% que responderam positivamente a questão, todos afirmaram que suas atividades de educação solidária são realizadas ajudando necessitados. Portanto, pode-se perceber,

pelos dados apresentados e tabulados neste estudo, que o trabalho e/ou a falta dele faz parte dos cotidianos dos alunos da EJA e, ao falar e pensar na relação trabalho e educação destacam-se os saberes dos alunos da EJA adquiridos na e ao longo da vida que, por sua vez, são experiências que podem ser somadas às experiências do trabalho e no meio escolar.

Figura 05 - Vivenciou alguma atividade de Economia Solidária.



Fonte: Dados da Pesquisa, Patos – PB, 2013.

Dessa forma, a educação surge como um instrumento indispensável para a formação destes alunos e profissionais, promovendo um processo de socialização e integração, sendo possível ultrapassar as desigualdades sociais e culturais presentes em nossa sociedade.

Assim, ao acrescentar-se a essa condição a proposta da Economia Solidária, envolve-se a educação e a Economia Solidária não como fim, mas como via de união e superação no sentido de estimular e formar os educandos para tornarem-se autônomos e ao mesmo tempo, gestores dos seus empreendimentos, atuando como sujeitos ativos do seu próprio desenvolvimento pessoal e social.

A escola é o ambiente social que tem como função específica permitir ao educando a apropriação de informações, proporcionando e incitando o desenvolvimento das habilidades e competências à produção de um novo saber.

Neste sentido é de suma relevância que o docente saiba como trabalhar com jovens e adultos de maneira a propiciar-lhes condições de aprenderem e se desenvolverem significativamente.

Nesta conjuntura, o exercício docente na EJA demanda mais do que o domínio dos conteúdos curriculares. Requer, sobretudo, compreender que os sujeitos da EJA trazem consigo conhecimentos adquiridos por suas experiências de vida e tais conhecimentos precisam ser levados em consideração na prática educativa (FREIRE, 1988).

Assim sendo, o trabalho docente com a EJA deve levar em conta, também, que os educandos são sujeitos que tem saberes relevantes à ação educativa e que podem subsidiá-la e enriquecê-la. Este seria, talvez, o ponto de partida para qualquer prática educativa em EJA: educadores e educandos se reconhecerem enquanto sujeitos portadores e estimuladores de cultura, de saberes.

5 CONCLUSÕES

Neste estudo foi possível rever alguns aspectos da educação de jovens e adultos, tais como o histórico da EJA e os principais fatos que podem ser relacionados à emancipação e fortalecimento da educação de jovens e adultos no Brasil, como também foi possível observar as contribuições que a prática educativa do SESC LER Patos, na perspectiva da Economia Solidária, traz à EJA.

Assim sendo, analisando o perfil dos alunos do Centro Educacional Paulo Martins Costa percebeu-se que integram a parcela daqueles que não tiveram oportunidade de concluir os seus estudos no tempo correto da escolarização e com isto enfrentaram e enfrentam ainda

muitas dificuldades para se inserirem no mercado de trabalho formal. Estes sujeitos idealizam a escolarização como forma de entrada no mercado de trabalho e, conseqüentemente, como forma de melhorar a qualidade de vida.

Ao analisar a entrevista com os informantes deste estudo, os resultados e, ainda, avaliar a prática cotidiana do projeto SESC LER Patos, observou-se que as experiências de vida e as realidades dos alunos têm se somado significativamente ao contexto dos projetos e ações interdisciplinares diversas da Unidade pesquisada.

Nesse enfoque, são ações configuradas na interface entre o particular e o coletivo num entrelaçamento de ações que se concretizam pela participação de todos. Essa prática de estimular e mediar os saberes e experiências do particular e do coletivo, do indivíduo com o meio social a partir da relação direta com a o ensino-aprendizagem constitui-se com uma educação democrática desenvolvendo, assim, as potencialidades dos educandos independente de sua escolarização.

Nessa realidade, o SESC PATOS se fundamenta basicamente numa proposta reflexiva, dialógica e libertadora que considera a complexidade humana abrindo a discussão e a possibilidade de, no processo de ensino aprendizagem, educandos e educadores poderem vivenciar suas realidades e, nesse conjunto, se desenvolverem a partir de novas realidades sociais, culturais, políticas, entre outras realidades, que desencadeará a qualificação desses educandos como sujeitos críticos, autônomos e solidários, desempenhando seu papel nesse novo cenário.

Após a realização dessa pesquisa foi possível perceber que os projetos interdisciplinares desenvolvidos, paralelos às ações de cunho socioeducacional, como sendo os minicursos de valorização social, são ações que cooperam para com a formação integral dos indivíduos e da comunidade como um todo. Esse tipo de atividade socioeducativa interligada à prática dos projetos apoia, igualmente, seu alunado a melhorar a autoestima e a sua interação com o mundo do trabalho com muito mais segurança.

Portanto, a proposta do SESC LER está executada no SESC LER Patos. Levando em consideração o principal objeto da missão do SESC, que é educar para a construção de uma sociedade melhor, reforça-se que a Unidade de Patos incorpora suas ações interdisciplinares de escolarização às relações de trabalho com vistas à perspectiva da economia solidária. Isto ocorre na medida em que articula, em suas ações cotidianas, princípios baseados na iniciativa popular, com valores democráticos e igualitários, estímulo à autonomia e, ainda, à reeducação dos alunos trabalhadores para a formação de uma sociedade mais justa, buscando minimizar gradativamente a desigualdade social.

6 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei No 5.692**, de 11 de Agosto de 1971, Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Congresso Nacional, Brasília, 1971.

BRASIL. Senado Federal. **Decreto nº 19.513**, de 25 de agosto de 1945. Disposições regulamentares destinadas a reger a concessão do auxílio federal para o ensino primário. Disponível em: www2.camara.gov.br. Acesso em: 09 de maio de 2013.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96**. 7.ed. Brasília: 1996.

BRASIL. Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde. Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP. **Resolução nº 196/96**. Sobre Pesquisa Envolvendo Seres Humanos. Brasília, 1996. 24 p.

FREIRE, P. **A Educação como Prática da liberdade**. 23ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

- FREIRE, P. **Educação e mudança**. 24. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 18. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- Histórico das CONFINTEAS**. Disponível em: www.observatoriodaeducacao.org.br. Acesso em: 15 de julho de 2013.
- IBGE. **Educação e condições de vida**: Pesquisa nacional por amostra de domicílios 2010. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 20 de agosto de 2013.
- KRUPPA, S. M. P. (Org.) **Economia solidária e educação de jovens e adultos**. Brasília: Inep, 2005.104p.
- Lista de unidades federativas do Brasil por analfabetismo**. Disponível em: www.wikipedia.org. Acesso em: 10 de junho de 2013.
- OLIVEIRA, J. L. **As Origens do Mobral: 1967-1970**. 1989. 264f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Fundação Getúlio Vargas – FGV, Rio de Janeiro, 1989.
- OLIVEIRA, M. C. O currículo na EJA: o desafio da qualidade social. Palestra de Abertura do I Seminário de Educação por Inteiro. João Pessoa, PB 27 de junho de 2011. *In*: Anais do I Seminário de Educação por Inteiro PB/RN – **O currículo da EJA: o desafio da qualidade social** – 27 de junho a 1 de julho de 2011. João Pessoa: Editora FeA, 2012. 80.p.
- PORCARO, M. C. **A história da Educação de Jovens e Adultos no Brasil**. Disponível em: www.alfabetizarvirtualtextos.files.wordpress.com. Acesso em 20 de julho de 2013.
- REZENDE, M. A. **Os saberes dos professores da Educação de Jovens e Adultos: O percurso de uma professora**. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2008.150p
- SESC – Serviço Social do Comércio. Departamento Nacional. **Proposta Pedagógica do SESC Ler**. Rio de Janeiro: Setembro de 2000.
- SESC Nacional . **Diretrizes Gerais de Ação do SESC**. Rio de Janeiro, 2004.
- SESC Nacional. **Diretrizes para a Orientação Pedagógica do Projeto SESC Ler**. Rio de Janeiro, 2003.
- SESC - Administração Regional no Estado da Paraíba. **O que é o SESC**. Disponível em: www.sescpb.com.br. Acesso em: 02 de junho de 2013.
- SINGER, P. A economia solidária como ato pedagógico. *In*: KRUPPA, Sonia M. Portella (org.). **Economia solidária e educação de jovens e adultos**. Brasília: Inep, 2005.
- SINGER, P. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. São Paulo: Contexto, 2001.
- ZABALA, A. **A prática educativa**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

EJAI e associativismo: um estudo de caso na Associação Z40

*Arlene Lima dos Santos
Eduardo Lima Leite*

1 INTRODUÇÃO

A educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI) remonta os tempos coloniais quando os jesuítas, através da chamada catequese, procuraram alfabetizar os índios não na sua língua materna, mas na língua portuguesa.

É interessante destacar que EJAI se destina a pessoas que, por razões diversas, não tiveram oportunidade de frequentar a escola em tempo regular. Muitas dessas pessoas se encontram excluídas por não conseguirem se inserir no mercado de trabalho formal na sociedade, pois lhes falta escolaridade. Assim, são pessoas que se inserem no trabalho de maneira informal, autônoma, individual ou coletiva.

Algumas vezes, quando coletiva, buscam pela autogestão através do associativismo.

O aluno EJAI tem cultura própria, oriunda da realidade em que vive; por isso o professor destinado a essa modalidade de ensino deve ser especial, com formação adequada, capaz de buscar na realidade do aluno a valorização da sua cultura. Portanto, fazem-se necessários cursos de formação voltados para esta modalidade.

Ensinar na educação de jovens, adultos e idosos é muito mais do que reunir pessoas e repassar conteúdos prontos, é oferecer uma prática emancipatória que permita ao educando resgatar a sua dignidade e buscar na sociedade seu papel de sujeito e não de objeto. É entender que esta modalidade de ensino é possível e significativa para essas pessoas que se encontram em posição desigual na sociedade, permitindo-lhes reescrever sua história.

A educação, segundo Freire (2002), é um elemento que contribui para a liberdade de escolher e desenvolver uma ação coletiva.

Assim, para compreender melhor a educação como processo de construção se faz necessário entender que o educando, quando Jovem, Adulto ou Idoso vive uma vida diferente do educando em idade escolar regular. Portanto, ouvir o educando em fase adulta significa ampliar suas possibilidades, abrir novos horizontes e fazer enxergar o mundo de forma diferente. Ao mesmo tempo é oportunizar ao educando uma nova descoberta de mundo e viabilizar o combate ao analfabetismo.

Este estudo teve como tema central a EJAI e sua relação com o mundo do trabalho, a partir de um estudo de caso envolvendo a Associação de Pescadores Zona – 40 (Z-40), localizada à margem do Açude Jatobá, na cidade de Patos - Paraíba. Sabe-se que esta associação é formada por pessoas que, além de trabalhar arduamente procuram, através dela, formas de união e novas perspectivas de vida. Assim espera-se que essas novas ações de participação sirvam de estímulo para que os trabalhadores associados reencontrarem o desejo de voltar a estudar.

O presente estudo buscou compreender melhor a relação entre EJAI e o mundo do trabalho, tendo como ponto de partida o associativismo e a pesca artesanal. Assim sendo entende-se que não vamos apresentar soluções imediatas para os problemas da EJAI, mas corroborar para que esta modalidade de ensino seja vista como educação possível de acontecer. Trata-se de um direito de todo cidadão brasileiro ter assegurada uma educação de qualidade.

A EJAI é constituída por pessoas que apresentam um histórico de conflito e fracasso escolar, pois no passado enfrentaram desafios com a escola, oriundos de reprovações e dificuldades para estudar e que, por variados motivos, as fizeram sentir-se obrigadas a deixar a escola. O aluno da EJAI tem pressa em recuperar o tempo perdido, ao mesmo tempo em que

busca motivação para seu recomeço. É importante perceber que o trabalhador não almeja apenas uma formação educacional, mas um recomeço que lhe contemple a participação e emancipação como cidadão.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 EJAI e o mundo do trabalho

O desenvolvimento do capitalismo trouxe, para uma parcela da população, o aumento do desemprego, do trabalho informal, do consumo, do desrespeito aos direitos dos trabalhadores e a falta de qualificação profissional reconhecida.

Partindo desse direcionamento abordaremos algumas questões para entendermos a relação entre EJAI e o mundo do trabalho. Ao longo da história percebe-se que a atual EJAI sofreu e ainda sofre reformulações, mas ainda não alcançou seus reais objetivos. Educação de Jovens e Adultos é:

Toda educação destinada àqueles que não tiveram oportunidades educacionais em idade própria ou que tiveram de forma insuficiente não conseguindo alfabetizar-se e obter os conhecimentos básicos necessários. (PAIVA, 1973, p.16).

Numa abordagem ampla o ensino de EJAI se direciona às pessoas que já estão inseridas no mundo do trabalho ou se preparam para fazer parte dele. Assim sendo, se torna imprescindível que esta modalidade de ensino insira em seu currículo e em suas ações atividades que busquem uma formação para o mercado de trabalho.

Compreender a necessidade que este aluno tem de buscar melhoria ou até mesmo qualificação profissional é, ao mesmo tempo, considerar o aluno em sua realidade, cultura e saberes e desenvolver uma prática pedagógica voltada às reais necessidades desse alunado, em específico, valorizando-o. Uma educação voltada para a valorização do ser como pensante e atuante na sociedade e no mercado de trabalho é um rumo possível de construção na prática pedagógica.

Somente conhecendo os interesses, aspirações e sonhos dos Jovens, Adultos e Idosos, é que o professor criará situações de construção do conhecimento e constituirá um ambiente de prazer, capaz de levar o educando à reflexão, posicionando-se de forma crítica.

Para ser um ato de conhecimento o processo de alfabetização de adultos demanda, entre educadores e educando, uma relação de autêntico diálogo. Aquele em que os sujeitos do ato de conhecer (educador-educando; educando-educador) se encontram mediatizados pelo objeto a ser conhecido. Nesta perspectiva, portanto, os alfabetizandos assumem desde o começo mesmo da ação o papel de sujeitos criadores. Aprender a ler e escrever já não é, pois, memorizar sílabas, palavras ou frases, mas refletir criticamente sobre o próprio processo de ler e escrever e sobre o profundo significado da linguagem (FREIRE 2002, p. 58).

Percebe-se assim que os Jovens, Adultos e Idosos que se encontram em processo de exclusão social precisam se tornar cidadãos ativos, conscientes e participativos.

Além de formação são necessárias Políticas públicas que garantam, através da educação, o exercício de buscar seus direitos. E para que direitos universais como saúde, educação e trabalho sejam realmente respeitados a educação é a parte, como princípio, que fará a sociedade reconhecer e assegurar a igualdade entre todos.

A partir promulgação da lei 9.394/96 a EJAI foi regularizada, passando a constituir-se numa modalidade específica e presencial de ensino, pautada nos mesmos direitos e deveres que outras modalidades.

Desse modo, a EJAI ganha novos impulsos que a constituem numa educação popular com características que contemplam a necessidade do educando buscar a sua emancipação.

Em tese a educação de Jovens, Adultos e Idosos propõe, de forma acelerada, novas oportunidades para quem não estudou ou não concluiu seus estudos, pautada na vivência dos seus educandos e na busca por um novo modelo de escola. Através da ação participativa dos educadores esta modalidade de ensino busca um novo modelo de acolhimento para o aluno da EJAI garantindo-lhes não só modelos de Educação, mas um novo processo de escolarização.

Uma nova visão de sujeito da EJA tem com desdobramento um novo modo de acolhimento, onde a participação efetiva dos educadores é princípio básico dos processos de escolarização garantindo que os modelos de educação vão se produzindo e reproduzindo como resultado desta ação participativa. (HADDAD, 2007, p. 15).

Assim esta modalidade de ensino propõe resgatar as oportunidades que foram tiradas daqueles que, por variados motivos, não puderam frequentar a escola em tempo hábil.

Vale ainda ressaltar que esta modalidade de ensino propõe a construção e reconstrução dos conhecimentos visando à libertação do ser humano e combatendo a exclusão e desigualdade social.

2.2 A pesca artesanal

Entre as diversas formas de buscar sobrevivência e sustento no sertão está a pesca nos rios e represas. Ainda de forma tradicional os pescadores buscam meios que tornem essa arte capaz de garantir o sustento da família, com dignidade e satisfação.

O profissional da pesca almeja o dia em que terá orgulho de dizer que é um pescador sem temer o que faz tornar o orçamento da família cada vez mais comprometido.

É importante destacar que existem diferenças entre a pesca artesanal e a pesca industrial. A pesca artesanal pode ser definida como aquela que, na captura e desembarque de toda classe de espécies aquáticas, o pescador trabalha sozinho e/ou utiliza mão-de-obra familiar ou não assalariada, explorando ambientes ecológicos localizados em represas, rios ou próximo à costa. A captura da pesca artesanal é feita através de técnicas de reduzido rendimento relativo e sua produção é totalmente ou parcialmente destinada ao mercado.

A pesca artesanal marítima em muito se assemelha à dos rios e represas do sertão. De acordo com Maldonado (1994, p.23) se caracteriza pela simplicidade tecnológica familiar, sem prática do assalariamento. No entanto, as tripulações do barco se constituem de 03 ou 04 pescadores enquanto que os pescadores das represas pescam sozinhos ou em companhia de um auxiliar, geralmente o cônjuge.

A pesca industrial ocorre em conjuntos diferentes de práticas e, sobretudo, de relações sociais e se caracteriza basicamente pela produção mecanizada, utilizando instrumentos eletrônicos para movimentar e orientar os barcos que são grandes, com tripulação que pode ir de 14 a 25 homens (JOHSON, 1979; CHESON, 1981).

Para Maldonado (1994, p. 26), na pesca industrial,

Prevalecem as relações patronais formalizadas e o assalariamento. Além disso, ao contrário da pesca simples, a produção industrial é um processo verticalizado em que grupos de trabalho e de decisão diferentes se ocupam dos diversos momentos da sua realização. A gerência das empresas toma decisões sobre as políticas, as rotas, o instrumental e as espécies a ser capturadas, assim como organiza e assalaria as tripulações, mantendo o controle da frota pelo rádio.

Assim percebe-se uma grande diferença entre a pesca artesanal e a industrial, pois a primeira se caracteriza pela simplicidade e por uma relação mais direta do homem com a natureza. Com uma técnica mais simples e artesanal, o homem se utiliza de métodos simples na captura dos pescados. Devido aos mananciais serem de pequeno porte, o pescador tem uma relação mais direta com as águas e com o habitat.

Já a segunda se diferencia quanto ao habitat, à técnica de pesca que utiliza e estoques pesqueiros. Ainda vale ressaltar que a pesca industrial como diz o próprio nome tem por fim a indústria de alimentos e até a exportação.

A pesca artesanal se apresenta de forma autônoma e igualitária, pois os pescadores comungam dos mesmos ideais e objetivos, assim o pescador artesanal usufrui socialmente da mesma liberdade e de relações morais afetivas. Esses trabalhadores têm muito em comum, pois quando o pescado está em alta, falando numa linguagem bem regional “quando se pega muito peixes” todos desfrutam da mesma fartura e quando está em baixa todos padecem com as mesmas dificuldades.

É comum encontrar comunidades com maior concentração de pescadores e assim percebe-se que a pesca é igualitária em aspecto social e profissional. Cabe destacar ainda que os pescadores geralmente moram próximo aos mananciais, não têm outra profissão, frequentam os mesmos lugares e os hábitos de lazer são semelhantes.

A preocupação com a preservação do meio ambiente levou os pescadores da pesca artesanal a terem sua profissão regularizada junto ao Ministério do Trabalho, bem como adquirirem autorização do IBAMA¹ para a captura de peixes. Mas, para que isso ocorra, os pescadores necessitam estar organizados em associações. Além desses aspectos em comum a associação que agrega esses profissionais também, em tese, constitui um instrumento de luta pela união e igualdade.

2.3 Associativismo

A crise provocada por fatores como abertura de trabalho, competição global, desemprego maciço e de longa duração causando a precarização das realizações de trabalho vem afetando grande número de países.

Em busca de soluções contra a exclusão social e a queda na indigência, as vítimas buscam por trabalho de forma autônoma, individual e coletiva. Quando coletivas elas optam, quase sempre, pela autogestão através do associativismo.

As condições que caracterizam um empreendimento solidário são diferentes de um empreendimento capitalista, pois nesta o objetivo final é o lucro enquanto no empreendimento associativo a união resulta em igualdade. Ainda falando de empreendimento associativo as regras são definidas pelo coletivo, enquanto no capitalismo as regras são definidas por um ou pequenos grupo, geralmente os proprietários ou patrões.

O capitalismo é marcado pela hierarquia e competição, também pelas diferenças salariais e pelo fato dos trabalhadores não terem participação nas decisões, é o que Singer (2002, p. 16) chama de heterogestão, ou seja, a administração é hierárquica, formada por níveis sucessivos de autoridade, entre as quais as informações e consultas fluem de baixo para cima e as ordens e instruções de cima para baixo.

No empreendimento social o controle se dá através da autogestão e as regras estabelecidas pelos associados determinam a forma e o controle utilizado no empreendimento. Para que as atividades funcionem é preciso que as decisões, tomadas em assembleias, e que cada um dos envolvidos assumam de comum acordo, compromissos e responsabilidades.

¹ IBAMA Instituto Brasileiro do Meio Ambiente, criado em 22/02 1989 assim que a lei 7735 é responsável pela fiscalização sobre o uso dos recursos naturais e também da proteção de animais.

Os ganhos econômicos representam uma condição necessária à existência e reprodução ampliada dos empreendimentos associativos, mas são distribuídos ou utilizados conforme as regras definidas pelos seus participantes. (KRAYCHETE 2009, p.24).

Apesar dos avanços ocorridos nos setores populares percebe-se que a economia popular caminha a passos lentos, pois muito ainda precisa ser feito para alcançar a sustentabilidade dos empreendimentos. As questões internas e externas ao grupo contribuem para o travamento do setor. Todavia a sustentabilidade da atividade envolve questões que o grupo sozinho não pode resolver; são necessárias políticas comprometidas com o processo de transformação social. Esse tensionamento entre as forças de manutenção e conservação coloca-se como desafio a proposição das ações.

A conexão entre trabalho manual e libertação está ligada à educação, pois, segundo Freire (2008, p. 105), a liberdade amadurece no conforto de outras liberdades. Assim a educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI) deve apresentar proposta emancipadora na qual o trabalhador se encontre implicado. Partindo desse pressuposto a autogestão deve ser vista numa perspectiva de associativismo e pedagógica. Esse processo de aprendizado, no entanto, enfrenta algumas dificuldades e contradições. Por isso entende-se que a forma de trabalho associativa de produção substitui a competição pela solidariedade e a fragmentação pelo coletivismo. Assim a unificação dos trabalhadores supera a exploração e o assalariamento, supera a divisão entre os que mandam e executam. Portanto a viabilidade de um empreendimento associativo é marcada por uma determinada relação social de produção, pelas condições de não mercadoria, da força do trabalho pelos trabalhadores associados conforme as regras por eles definidas.

Ao considerar a viabilidade econômica de um empreendimento solidário não se pode deixar de levar em conta que o associativismo é caminho para a solidariedade, mas que nem todo empreendimento que trabalha através de associação e que não se utiliza da autogestão pode ser visto como solidário, pois a igualdade só é possível quando todos os membros são ativos e participativos.

2.4 Associação Z-40

A Associação Zona 40 (Z-40) está localizada à margem do açude jatobá, próximo ao sangradouro que fica localizada no bairro de mesmo nome do açude. Foi criada no ano de 2001 sendo seu primeiro presidente Pedro Jorge da Silva.

Os motivos que levaram os pescadores a se organizarem foram: Concessão de benefícios do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) durante a piracema, cadastro no Ministério do Trabalho, autorização do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA). Assim sendo perceberam que a organização traria benefícios e qualidade de vida e de trabalho para todos os associados.

Atualmente a associação conta com trezentos sócios, composta por pescadores do açude Jatobá, Barragem da farinha e região. Os sócios já foram beneficiados com vários cursos de criação de peixes em tanques de redes, beneficiamento e processamento do pescado, e curso de artesanato para as esposas dos sócios. Alguns sócios vendem seu pescado para o banco de alimentos da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), mas a maioria dos pescadores prefere a comercialização por conta própria.

Os associados não tem a associação apenas como uma instituição que agrega trabalhadores para concessão de benefício, mas como motivadora de engajamento nas lutas que podem trazer melhoria social para a população e para os associados.

Como exemplo dessa luta pode-se citar: o movimento pela transposição do Rio São Francisco, contra a falta d'água em alguns bairros da cidade; semana de inclusão do pescado na alimentação; e preservação dos mananciais. Atualmente a senhora Ivanilda de Sousa Santos é quem preside a Associação.

Fotografia 01 – Associação em dia de reunião.



Fonte: arquivo da pesquisa, 2013.

3 METODOLOGIA

Durante os anos de 2011, 2012 e 2013 foram feitos contatos com os associados para conhecermos seus trabalhos e os elementos que colaboram para fazer parte da Associação Z-40. Nos contatos buscou-se conversar com os pescadores que estavam no exercício da função, residentes em Patos – PB e que, devido à estiagem, ainda não haviam migrado para outras cidades e estados da Federação.

A pesquisa do tipo quantitativa entrevistou vinte pessoas, sendo 11 homens e 09 mulheres que residiam nos bairros: Maternidade, Alto da Tubiba e Conjunto Mutirão. Esta ocorreu no domicílio dos entrevistados após o regresso do seu labutar.

Em outro momento estivemos presentes a uma reunião dos sócios e registramos este momento através de fotografias, autorizadas pela presidente e sócios. Para a coleta de dados foram utilizadas anotações no diário de campo da pesquisadora, feitas observações, realizadas conversas informais, registradas fotografias e, por fim, aplicação de questionário com os pescadores associados. A abordagem dos pescadores ocorreu em seus lares e a aceitação em colaborar com a pesquisa se deu através da sua assinatura no próprio questionário de entrevista, que correspondeu ao consentimento de uso das informações coletadas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em relação à faixa etária dos associados, informantes desta pesquisa, constatou-se uma variação. Os dados apresentaram os seguintes resultados: 5% dos associados tinham entre 25 a 29 anos, 35% entre 30 a 34 anos, 30% entre 35 a 40 anos, 5% entre 41 a 45 anos, 20% entre 49 a 54 e 5% possuía mais 54 anos. Assim, o maior percentual de idade (70%) dos pescadores associados correspondeu à faixa etária que varia entre 25 a 40 anos de idade, portanto, homens considerados jovens ainda para a força de trabalho e que podem ter escolhido a profissão de pescador por causa do desemprego ou por causa do baixo nível instrução. Levando em conta a localização da maioria dos associados (próximo ao Açude Jatobá) percebeu-se que a pesca é encarada como opção por não ter algo diferente e mais rentável em que trabalhar.

Quanto ao grau de escolaridade verificou-se que acima de 10% dos associados nunca estudaram; 60% completaram a quarta série, mas não concluíram a 8ª série; 5% possuía o ensino fundamental completo; 15% possuíam o ensino médio incompleto e 10% haviam concluído o ensino médio. O contato direto com os informantes permitiu verificar que ainda havia pescadores que não sabem ler, nem escrever. Numa breve análise observou-se que o grau de instrução ou nível de escolaridade oscilou entre analfabetos e Ensino médio completo, com incidência maior dos que concluíram a quarta série, mas não chegaram a concluir o Ensino fundamental.

Do total de informantes, 45% nunca foram reprovados, 45% foram reprovados mais de uma vez e 10% foram reprovados mais de duas vezes. Esses resultados surpreendem, uma vez que a quantidade de associados que nunca foram reprovados quando estudaram foi igual ao número dos que foram reprovados mais de uma vez. Houve ainda uma pequena fatia que chegou a ser reprovada, quando estudante, mais de duas vezes. Pode-se assim entender que esse dado, implicitamente, justificou o desencantamento dos pescadores pela escola.

No que diz respeito ao tempo em estavam associados, os números foram os seguintes: 5% tinham menos de dois anos, 25% mais de dois anos e 70%, mais de quatro anos. Os resultados apontaram que o número de sócios com mais de quatro anos prevaleceu sobre os demais. Um dado interessante revelado foi a quantidade de sócios com menos de dois anos, que foi muito pequeno, o que pode ser justificado pelo assoreamento dos mananciais da região por causa da seca.

Sobre a frequência com que participavam das reuniões da Associação, 70% declararam que sempre participam das reuniões, 15% afirmaram que participavam algumas vezes, enquanto 15% nunca participavam. A participação dos associados em reuniões é fundamental para o planejamento e tomadas de decisões.

Do total de informantes, 20% já haviam feito parte da diretoria, enquanto que 80% nunca fizeram parte da diretoria. Esse dado é revelador, pois indica que a gestão da associação não tem rotatividade quanto ao gerenciamento, está concentrada na mão de um pequeno grupo, apesar de constatado que um grande número de associados sempre comparece às reuniões. Assim a autogestão poderia ser de fácil aplicação, pois Singer (2002, p.19) diz que “para que a autogestão se realize é preciso que todos os sócios, se informem do que ocorre na empresa”. Assim, se os associados que são os sócios da Z-40 sempre participam das reuniões, em tese são informados do que ocorre na associação, deveriam também ocupar cargo da diretoria. Ainda de acordo com Singer (2002 p.19), “o maior inimigo da autogestão é o desinteresse dos sócios, sua recusa ao esforço adicional que a prática democrática exige”. Portanto se os associados sempre se inteiram dos assuntos da associação, isso indica que não seria difícil implantar a autogestão.

Em relação ao exercício da profissão 10% dos associados exerciam a profissão de pescador a menos de seis anos e 90% estavam em exercício a mais de seis anos, representando que a maioria dos associados eram pescadores profissionais antes de se tornar membros da associação, o que se justifica pelo fato de que pescadores legais (associados da Z-40) tem autorização do IBAMA para a pesca na região coberta pela Z-40 e cadastro no Ministério do Trabalho, garantindo-lhes o seguro desemprego durante o período da piracema.

Os dados coletados permitiram saber o número de horas que os associados dedicavam ao trabalho da pesca. Assim, 10% declararam dedicar mais de quatro horas e menos de seis horas, 25% dedicavam mais de seis e menos de oito horas, 30% trabalhavam mais oito e menos de dez e 35% dedicavam mais de dez horas ao trabalho de pesca.

Constatou-se uma oscilação nas horas de trabalho entre os trabalhadores. Porém o tempo de horas dedicado à profissão era diferenciado entre eles devido ao tipo de pesca realizada, pesca noturna ou diurna; tipo de peixe capturado: Piau, Traíra, Tilápia, Tucunaré, Curimatã; ou pelo tipo de instrumento utilizado: tarrafa, vara, galão, arrasto.

Sobre o fato de exercerem outras profissões concomitantemente com a de pescador foi constatado que a maioria só trabalha como pescadores, porém uma pequena quantidade

dos associados exerce outra profissão paralelamente à de pescador. Uma pequena parte de pescadores possui box no mercado central, onde comercializam o pescado que capturam nos mananciais, como também compram de outros pescadores e revendem.

No tocante à renda familiar, 80% dos associados tinham renda menor que um salário mínimo e 20% tinham renda salarial mensal entre um e dois salários mínimos.

Dos participantes entrevistados, 5% já haviam participado ou estavam participando da Educação de Jovens, Adultos e Idosos e 35% frequentado a EJAI.

A tabela a seguir apresenta os principais motivos que levam os informantes a não frequentarem a Educação de Jovens, Adultos e Idosos.

Tabela 01 – Motivos que levam a não frequentar uma sala de EJAI.

Motivo	Frequência (%)
Falta de estímulo	25,00
Incompatibilidade com o horário de trabalho	25,00
Aulas monótonas	8,00
Falta de motivação	35,00
Outros	7,00

Fonte: dados da pesquisa, 2013.

Foi possível observar a partir da Tabela 01 que 7% dos informantes não participam da EJAI por falta de estímulo; 25% não participam por incompatibilidade com o horário de trabalho; 8% não participam porque acham as aulas monótonas; 35% não participam por falta de motivação e 25% não participam por outros motivos não mencionados. Carvalho e Santos (2004) afirmam que os recursos usados pelo professor devem estar de acordo com os conteúdos abordados e compatíveis com a necessidade e grau de entendimento dos alunos, levando-se em consideração a especificidade desse programa. Baseando-se nesta informação faz-se necessário entender que esses trabalhadores tem interesse em estudar, no entanto a escola precisa se adequar às necessidades desses trabalhadores.

A falta de motivação foi justificada pelo desencantamento do aluno em relação às aulas de EJAI; uns diziam que se ensinava o que eles já sabiam, outros que não conseguiam acompanhar o que era ensinado ou ainda que não havia relação entre o que se estudava e o trabalho. Diante do exposto, entende-se como necessário que a escola reveja o seu papel para receber o educando e ajudá-lo a tornar-se um cidadão consciente dos seus direitos e deveres na sociedade.

Do total de entrevistados, 60% declararam ter pretensão de frequentar as aulas da EJAI e 40% afirmaram não ter pretensão de frequentar às aulas da EJAI. Esses dados são otimistas, pois apontam que a maioria dos entrevistados almeja voltar à escola. Eles revelam que esses trabalhadores tem consciência da importância de estudar, mas esperam uma escola que os valorize enquanto pessoa e atendam às necessidades de seus ideais.

Por fim, cabe interessante destacar ainda que, de acordo com a pesquisa, os trabalhadores associados gostam do que fazem e se preocupam com a preservação dos mananciais, fato que revela uma consciência ecológica e uma preocupação em proteger o habitat que garante o seu sustento.

6 CONCLUSÕES

Somente conhecendo os interesses e necessidades dos trabalhadores é que é possível criar uma escola que atenda as reais necessidades dos educandos e assim poder garantir a eficácia da Educação de Jovens, adultos e Idosos. Os dados revelaram que os trabalhadores desejam não apenas estudar, mas buscam uma ressocialização que, na prática, não está acontecendo. É necessária formação continuada para os professores, políticas públicas voltadas para a educação e inserção do trabalhador no mercado de trabalho, pois o que vimos foram professores sendo improvisados para trabalhar na EJAI e escolas que abrem vagas para receber os alunos, mas não se instrumentalizam para esse aluno-trabalhador permanecer na escola.

A adoção de métodos que valorizem a história, relacionando o trabalho e a história de vida do aluno pode ser um dos pontos para a ação pedagógica se concretizar de forma mais efetiva. Assim a associação Z-40, que serviu como base para a pesquisa, revelou que o tripé formador do processo de ensino aprendizagem professor, aluno e instituição pode conduzir o caminho da EJAI no sentido de uma escola que forma e transforma. E assim não só combate o analfabetismo, mas promover um redirecionamento para a Educação de Jovens, Adultos e Idosos.

Faz-se necessário enxergar nesses indivíduos suas potencialidades, sua capacidade organizativa, profissão, pluralidade cultural e as questões que envolvem cor e raça, saber e linguagem.

Os resultados apontam que o despertar da consciência já aconteceu, pois uma vez que o associativismo figura como organização e igualdade, faz-se necessário uma escola que contemple os seus anseios garantindo-lhes, portanto, respeito, dignidade e inserção social.

7 REFERÊNCIAS

BRASIL, **Lei nº 9394**, de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

CARVALHO, L. M.; SANTOS, D. A. **Educação sem Fronteira 5º à 8º Séries 1ª edição 2º segmento 3º e 4º ciclos Educação de Jovens e Adultos EJA**. Matemática Livro do Professor.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessário à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 10ª ed. São Paulo: Paz e Terra. 2002.

HADDAD, S. **Educação de Jovens e Adultos no Brasil (1986-1998)**. Brasília; MEC/INEP/COMPED. 2002.p.25 a 54. Serie estado do conhecimento.

KRAYCHETE, G. *et al.* **Economia nos setores Populares: pensamentos, ferramentas e questões**. Porto Alegre: Catarse, 2009.

MALDONADO, S. C. **Mestres e Mares: espaço e indivisão na pesca marítima**. São Paulo: ANNABLUME, 1994.

PAIVA, V. P. **Educação popular e educação de jovens e Adultos**. Rio de Janeiro Edições Loyola, 1973.

SINGER, P. **Introdução à economia Solidaria**. 1º ed. São Paulo Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

HADDAD, S. **Educação de Jovens e Adultos no Brasil (1986-1998)**. Brasília; MEC/INEP/COMPED. 2002.p.25 a 54. Serie estado do conhecimento.

EJAI e trabalho: terceiro setor vinculado à escola com ênfase nos alunos do SESC LER PATOS-PB

*Maria Thereza Pequeno Soares
Eduardo Lima Leite*

1 INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI), desde o início de sua trajetória, tem enfrentado diversas dificuldades no âmbito escolar e social, se mantendo na mesma política centralizadora. Segundo Beisiegel (2010, p. 18), “A partir de 1960, este mergulho da Educação de Jovens e Adultos analfabetos nas condições de vida das populações iletradas caminha rapidamente para o campo das estruturas de dominação”, ou seja, a situação política e econômica sempre tomou conta dessa modalidade de ensino dificultando uma melhor desenvoltura da aprendizagem do educando, que se vê como um excluído da sociedade por estar em um ensino direcionado àqueles que um dia não puderam concluir seus estudos na idade convencional.

Idade esta, adotada por um sistema capitalista educacional que entende aprendizagem em certo ciclo da vida esquecendo que “[...] a educação diz respeito à existência humana em toda sua duração e em todos os seus aspectos” (PINTO, 2003, p. 29). Portanto, não há barreiras para a escolarização de jovens, adultos e idosos, o tempo é o limite e as condições das quais a escola disponibiliza uma boa qualidade de ensino que vise educar para a vida.

A proposta do SESC LER (2000) consiste em alfabetizar numa constante prática de diálogo entre professores e alunos, de modo que os jovens, adultos e idosos possam refletir sobre suas experiências de vida e desenvolver a consciência crítica sobre o seu meio social, ajudando-os a se sentirem parte da sociedade, elevando sua autoestima como cidadão dotado de direitos, dentre eles a educação.

Portanto, foi abordado no âmbito do SESC LER PATOS os tipos de trabalhos dos educandos, como se organizam e como interagem no dueto trabalho e escola no cotidiano. O trabalho é essencial para a vida de todo e qualquer cidadão, como diz Kok (2003, p. 11) “O trabalho é mais do que produção. Ele é uma das vias para a criação de vínculos sociais fora da família. Em alguns casos, é o único espaço de convivência comunitária, fora do universo estritamente familiar”.

O trabalho, dessa forma, está vinculado à prática escolar, ao colaborar para o desenvolvimento da educação e do trabalho na vida do indivíduo. Assim sendo, analisou-se a contribuição da escola para a inserção do educando da EJAI no mundo do trabalho. Discutiu-se também o sentido de escola para o trabalhador, bem como se traçou o perfil dos educandos e educadores, descrevendo-se o modelo de educação do SESC LER PATOS.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 O surgimento da EJAI no Brasil

Soares (2002) destaca que a Constituição Brasileira de 1988 estabelece o direito à educação de jovens e adultos, quando expressa no art. 208 que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante garantia de: “I. ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria”. Essa mudança do termo ensino para educação implementou algo mais amplo, entendendo a formação como processo e não um produto já pronto.

A Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI) tem surgido no Brasil não mais como forma de suprir as lacunas proporcionadas pela desigualdade socioeconômica de grande parte da população de nosso país, como mencionava a legislação anterior – o Parecer 699/72. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) existem três funções estabelecidas para a EJAI:

A função reparadora, que se refere ao circuito dos direitos civis, pela restauração e um direito negado; a função equalizadora, que propõem garantir uma redistribuição e alocação em vista de mais igualdade de modo a proporcionar maiores oportunidades, de acesso e permanência na escola, aos que então foram mais desfavorecidos; por último, a função, por excelência da EJA, permanente, descrita no documento como a função qualificadora. É a função que corresponde às necessidades de atualização e de aprendizagem contínuas, próprias da era em que nos encontramos. (SOARES, 2002, p.13).

Nesse contexto visualiza-se a EJAI como um veículo que prepara os jovens e adultos para oportunidades na procura por melhoria na qualidade de vida.

A concepção de educar jovens e adultos perpassa o Brasil desde os primórdios de sua colonização quando os jesuítas alfabetizaram os índios pela doutrina religiosa. Ressaltando mais a importância da religião do que o cunho educacional dos colonizados.

Porcaro (2004, p. 01) coloca que “no Brasil Império, começaram a acontecer algumas reformas educacionais e estas preconizavam a necessidade do ensino noturno para adultos analfabetos”. Deste ponto de vista percebeu-se a fragilidade da educação no país e propôs-se uma discussão sobre o analfabetismo e a educação de jovens e adultos.

Nesse período histórico o analfabeto era visto como oprimido, marginalizado e incapaz de se socializar. De acordo com Freire (1987, p. 34):

Os oprimidos, contudo, acomodados e adaptados, “imersos” na própria engrenagem de estrutura dominante, temem a liberdade, enquanto não se sentem capazes de correr o risco de assumi-la. E a temem, também, na medida em que lutar por ela significa uma ameaça, não só aos que usam para oprimir, como seus “proprietários” exclusivos, mas aos companheiros oprimidos, que se assustam com maiores repressões.

Esses oprimidos por sua vez começaram a buscar uma nova oportunidade de reconhecimento na sociedade letrada, através da educação.

Assim sendo, a alfabetização de jovens e adultos começou a repercutir pelo país e as classes populares buscaram seus direitos por meio de Fóruns, isso na década de 90, e posteriormente conquistou algumas camadas da sociedade dominante que apoiou esses fóruns em algumas instâncias. Depois o próprio MEC, juntamente com a UNESCO, deu seu apoio através das Conferências Internacionais de Educação de Adultos - CONFITEIAS. A esse respeito Scougli (2010, p. 18) coloca que:

As conferências internacionais de educação de adultos (CONFINTEIA), por sua vez, encamparam as discussões que se intensificaram, mais e mais, ressaltando a estratégica posição deste campo educacional nos destinos sociais e políticos da história do tempo presente. Como eixos principais e aglutinadores dos debates a “educação ao longo de toda a vida” e as preocupações com os “pilares da aprendizagem” ganharam relevância ímpar.

A EJAI começou a ser vista além de uma modalidade de ensino. Nessa direção o governo implementou algumas políticas públicas, ressaltando que ainda falta muito o que se conquistar sugerindo, então, que a EJAI fizesse parte do orçamento educacional do país,

isso apenas no papel, pois na prática muitas ações são necessárias para que os jovens, adultos e idosos recebam uma educação alfabetizadora e de continuidade, digna, nos setores públicos.

Nas esferas privadas, para ONG`s e instituições não governamentais, o assunto é tratado com mais respeito e preocupação. Busca-se oferecer um ensino de boa qualidade, apesar de inúmeras vezes enfrentar grandes desafios. Para Soares (2002, p. 7) e complementando a nossa reflexão:

As práticas desenvolvidas nos movimentos sociais, nas organizações não-governamentais, nos governos municipais, nas universidades foram ressignificando a educação de jovens e adultos. Temos hoje uma diversidade de projetos, de propostas, de programas resultante do rompimento com a padronização que marcou a educação de adultos a partir da LDB 5.692/71. Estamos em um período de transição, convivendo com antigas práticas como a do “ensino supletivo”, marcada pelo aligeiramento do ensino, e uma nova concepção de educação expressa pelo direito e por uma educação de qualidade.

Toda a historicidade de lutas da EJAI só contribui para que a mesma se torne ainda mais forte e significativa para quem a pratica, de forma que os educandos que buscam a modalidade esperam muito dela. Buscam uma vida de transformações e grandes realizações, buscam uma nova oportunidade e vivências que os ajudem a conviver de forma inclusiva na sociedade capitalista que muito exige de seus componentes.

Uma sociedade que espera por trabalhadores especializados. E como isso poderia ser possível para uma grande parte da população que abandonou a escola muito cedo e/ou nunca a frequentou. Uma mera exclusão social, trabalhar ou estudar, ou os dois juntos. Isso vem sendo possível para estudantes trabalhadores, apesar das grandes dificuldades no âmbito de associar as duas esferas.

E também para estudantes idosos que descobriram na escola uma nova oportunidade de qualidade de vida e de trabalho já que, a velhice na sociedade atual não é mais apenas sinônimo de antecedente da morte, por isso neste trabalho focamos também a Educação de Jovens, Adultos e Idosos. Mostrando a relevância da presença desse perfil de alunos na nossa escola SESC Ler Patos.

De acordo com Pereira (2012, p.11), “Estar na escola nessa fase da vida para esses sujeitos significa resgatar a imagem de estudante que lhes foi negada no passado e fortalecer uma imagem de velhice ativa, capaz, presente e de visibilidade social”.

Nesse sentido, os idosos ganharam espaço de vez na Educação de Jovens e Adultos proporcionando às escolas uma nova forma de ensinar e promover a inclusão social desse aluno. Como destaca Pereira (2002, p.32),

A escola se apresenta como um espaço de encontro, de sociabilidades, de convivência com outras faixas etárias. Uma retirada do confinamento doméstico. De fato, retornar ou estabelecer contato com outros espaços urbanos e com a complexidade de relações intergeracionais significa para essas pessoas ou mais a construção de novas escolhas, novas trocas e fortalecimento do sentimento de pertencer a outro grupo que não seja o familiar. Ao se aposentar, os “velhos” deixam as relações que foram construídas no ambiente de trabalho, pessoas com as quais conviviam diariamente, criando-se um vazio que a maior convivência em casa não supre.

O importante é saber que a EJAI passou por reformas e hoje é vista como uma possibilidade de educar trabalhadores que necessitam fundir a necessidade de trabalhar com a de estudar e evidentemente ter melhorias profissionais e pessoais. E, por isso, também o destaque do novo público que vem nos dar um ótimo exemplo de superação.

Freire (2006, p. 65) declara que “é trabalhando que os homens e as mulheres transformam o mundo e, transformando o mundo, se transformam também”.

E essa transformação pode ser refletida a partir da importância da escola para esses trabalhadores que anseiam pela liberdade de escolher envolver as duas esferas sem se prejudicar em nenhuma delas.

2.2 Surgimento do terceiro setor no Brasil

Segundo Pena (2013), o Terceiro Setor surgiu para aprimorar ações filantrópicas dentro da sociedade de instituições sem fins lucrativos promovendo igualdade e solidariedade. Esse termo foi criado para se diferenciar do Primeiro e Segundo Setor. As instituições mais conhecidas são as ONG's (Organizações Não Governamentais), associações de moradores, fundos comunitários, entidades sem fins lucrativos, entre outras. Sua origem se deu nos Estados Unidos, onde desde o tempo colonial surgiram centros de caridade organizados em forma de clubes, igrejas, associações, entre outros. Esse país ainda é o principal no campo do terceiro setor, com centenas de instituições beneficentes registradas, que serviu de modelo para os demais países que aderiram para o universo filantrópico.

A maior importância desse setor para a sociedade está em beneficiar as pessoas contribuindo para uma melhoria na sua qualidade de vida. É o ramo que é formado por associações e fundações que trabalham para gerar bens e serviços públicos à sociedade.

No Brasil, é algo relativamente “novo”, que começou a aparecer mais frequentemente na década de 60. Porém nos últimos anos, tem ganhado uma importância maior, juntamente com o apoio das empresas, que se mostram cada vez mais interessadas com a responsabilidade social.

O terceiro setor é um resultado direto da ineficiência do poder público, que muitas vezes não possui a capacidade de atuar em determinados problemas sociais. É produto também da organização popular em prol de melhoria da sociedade (PENA, 2013).

A economia também foi se modificando e ganhando novo crescimento através do setor terciário que começou a investir na contratação de trabalhadores tanto liberais como informais. É o setor que mais contrata e cresce, oferecendo serviços diversos e dando oportunidades de emprego a toda a mescla da população. Até mesmo, os menos favorecidos de especializações e formação como trabalhadores informais, camelôs, feirantes, autônomos, dentre outros. Essas pessoas vão se identificando em um setor que cada vez mais necessita de profissionais especializados, por isso a procura pela escola que esboça uma oportunidade a mais de inserção no mundo do trabalho formal.

O setor de serviços por sua vez abrange uma classe de pessoas que, ao mesmo tempo foram excluídas dos setores primários e secundários e que agora é solicitada de forma a preencher uma lacuna deixada por eles. Isso os remete a uma procura incessante por profissionalização, tendo em vista as dificuldades encontradas por muitos que ainda quando crianças tiveram que abandonar seus estudos para ajudar na renda familiar trabalhando cedo. Nesta perspectiva essas pessoas do ramo da informalidade procuram pelo estudo através da EJA e nisso esses trabalhadores tentam se engajar aos poucos, descobrindo na escolarização formas de melhoria no seu campo de emprego e posteriormente se especializar através dos cursos técnicos profissionalizantes.

Sabendo-se que os três setores tem uma interligação dentro da sociedade que compreende uma dinâmica de desenvolvimento de processos gerados por oposições que provisoriamente se resolve em unidades.

[...] o Primeiro Setor tem uma finalidade, um papel a desempenhar que o caracteriza, e ao mesmo tempo, o distingue dos demais. [...] o Estado, setor público por definição e natureza, deve se pautar pelo princípio da res pública – da coisa pública. [...] o Segundo Setor, pela sua natureza privada e produtiva de bens e serviços, com finalidade

lucrativa, em que pesa a modernização das suas estruturas de funcionamento e de gestão [...] obtenção do lucro. [...] Quanto ao Terceiro Setor, a dificuldade inicial está em sua própria definição já que não existe consenso quanto ao seu entendimento. [...] Trata-se de instituições de natureza privada e finalidade pública, portanto sem finalidade de lucro, cujas ações estão voltadas para questões como cidadania, emancipação, autonomia e direitos da população em geral e dos excluídos preferencialmente. (SALVATORE, 2004, p. 25-27).

Esse esclarecimento é para melhor entendimento de que os Setores não estão dissociados e que compõem uma realidade social dialética e em constante processo de mudança, por meio da globalização.

O terceiro setor então, só tende a desmistificar a singularidade da sociedade que anseia por mão de obra qualificada dificultando o desenvolvimento rápido nas regiões mais pobres. Assim, a procura pela qualificação e junto à escolarização pode vir a ser uma forma de se erradicar a exclusão na sociedade.

Assim sendo, o SESC entra como um grande precursor nesse trabalho de erradicação da exclusão com a sua proposta inovadora e transformadora na sociedade, como um dos maiores programas de desenvolvimento social do mundo. Esse é o Serviço Social do Comércio. A instituição foi fundada no dia 13 de setembro de 1946 com o objetivo de atender às necessidades urgentes dos trabalhadores do comércio. Dessa forma, procura assegurar as potencialidades do indivíduo, contribuir para a formação e crescimento da cidadania e promover o bem-estar da sociedade.

Criado a partir da iniciativa de empresários do setor de Comércio, Bens, Serviços e organizações sindicais (que hoje é considerado terceiro setor), o Sesc segue os princípios traçados pela Carta da Paz Social, documento que marca a fundação da instituição. Nela, está escrito:

“A manutenção da democracia política e econômica e o aperfeiçoamento de suas instituições são considerados aos objetivos da felicidade humana. A ordem econômica deverá fundar-se no princípio da liberdade e no primado da iniciativa privada, com as limitações impostas pelo interesse nacional”.

A filosofia da entidade é clara: o desenvolvimento econômico com justiça social. A diretriz básica é a de um trabalho eminentemente educativo, informativo e transformador, que permeie direta e/ou indiretamente todas as atividades e serviços realizados. É justamente essa função educativa que diferencia e caracteriza a ação institucional do Sesc, frente ao trabalho de outras instituições.

Por todos esses motivos, o Serviço Social do Comércio é reconhecido como Instituição Socialmente Responsável e tido como referência nacional pela qualidade dos serviços prestados.

2.3 EJAI e o terceiro setor

De acordo com Marcio Pochmann, o avanço da economia de serviços exige uma profunda transformação no sistema de formação dos profissionais que ao longo de suas vidas tendem a suprir essa formação contínua que inúmeras vezes não correspondem nem eleva o nível geral de emprego, nem mesmo a boas condições de trabalho.

No entanto, esses avanços tem estimulado a educação para a vida toda numa perspectiva de maior escolaridade e qualificação profissional incentivando, de certa forma, a procura pela escola e objetivamente proporcionando uma igualdade mais letrada de convívio social. Nesse sentido, a EJA passa a ter ainda mais um valor de inclusão participativa no ramo do terceiro setor que cresce e se abrange de maneira significativa.

A escola como parceira para essa transformação de pessoas que saíram do círculo de excluídas e desprivilegiadas, agora assume um papel de cidadãs com direitos reconhecidos e entendimentos acerca disso, além de educandos com uma formação de opinião e amadurecimento para o reconhecimento de suas capacidades profissionais dentro do limite de aprendizagem e oportunidades de emprego. Vasconcelos (2010, p. 4), coloca que:

Nas últimas décadas, os brasileiros se engajaram no processo de redemocratização, buscando reformar o Estado e construir um modelo de gestão capaz de torná-lo mais aberto às necessidades dos cidadãos, voltado para o interesse público e mais eficiente na coordenação da economia dos serviços públicos.

Sabendo-se que, quanto mais pobre for uma comunidade, mais difícil será o serviço da cidadania. Eis, então, a escolarização como antecedente e sucessora na transformação das pessoas de bem, com possibilidades de melhorias de sua qualidade de vida, através do estudo e com ele uma oportunidade trabalhista.

Segundo Vasconcelos (2010), a Reforma Administrativa gerencial ocorrida no Brasil após o período de redemocratização permitiu a mobilização de pessoas, comunidades, empresas privadas, em parcerias ou não com o Estado, e uma nova concepção de política social, mostrando que ela pode ser viabilizada tanto pelo Estado constituído cumprindo seu papel, como por cidadãos de ordem privada ou não governamental que atuam quando o Estado falta com suas responsabilidades.

Com isso houve um crescimento significativo do Terceiro Setor no Brasil, possibilitando assim a inserção de uma grande parcela da classe excluída do processo de desenvolvimento, tanto como beneficiária quanto participante dessas políticas, gerando empregos, satisfação e oportunidade de crescimento para toda a massa envolvida, entendendo o terceiro setor como o ramo da sociedade que se preocupa com as ações de caridade e sociais sem fins lucrativos.

2.4 A transformação do trabalho

De acordo com Soares (2002), o trabalho, seja pela experiência, seja pela necessidade imediata de inserção profissional, merece especial destaque. A busca pela alfabetização ou da complementação de estudos participa de um projeto mais amplo de cidadania que propicie inserção profissional e busca da melhoria das condições de existência. Sendo assim, a educação como transformação da pessoa para o mundo do trabalho tem que ser repensada, a escola como força motriz alavancando e motivando de forma a proporcionar uma outra oportunidade de se constituir na sociedade, de forma mais valorizada. A busca por emprego é uma constante no meio dos jovens e adultos que tendem correr contra o tempo para suprir as necessidades exigidas no meio trabalhista.

Isso também provoca uma procura pela informalidade e/ou o trabalho “por conta própria”, ressaltando ainda a questão de algumas pessoas idosas que, mesmo aposentadas, não se entregam ao comodismo e ainda são gestoras de algumas atividades econômicas. Normalmente, a conquista de melhores oportunidades profissionais constitui um motivo forte para muitos se dedicarem ao estudo.

A proposta pedagógica do SESC LER (2000) diz que a maioria dos jovens e adultos que ingressam nos programas de educação básica já está inserida no mundo do trabalho, portanto os temas econômicos lhes são familiares, uma vez que têm de lidar cotidianamente com a dinâmica do mercado de trabalho e de consumo, com preços e salários.

O desenvolvimento tecnológico na agropecuária, na indústria e nos serviços tem criado novas exigências quanto à qualificação profissional. Ao mesmo tempo, os postos de trabalho vêm diminuindo, levando à procura pelo trabalho informal como já fora citado. Nesse mercado, não são respeitadas as leis trabalhistas e muitas vezes os trabalhadores são submetidos às

condições desumanas de trabalho ou não recebem aquilo que têm direito. Pinto (2003, p. 70) ressalta que:

A capacidade de responder aos estímulos sociais, de criar hábitos de convívio social e de ministrar trabalho útil (para si e para os outros) é inerente ao ser humano por sua simples constituição. O animal só possui capacidades de responder aos estímulos e de, em consonância, adaptar-se ao seu meio. Com isso consegue sobreviver e se reproduzir. Porém o homem, por sua constituição como ente racional, por sua consciência, tem a capacidade de fazer algo mais, ou seja, de trabalhar.

Assim sendo, o homem modifica a si mesmo pela sua capacidade de trabalhar estabelecendo relações com seus semelhantes no plano social. “Em suma, a educação de jovens e adultos vinculada ao trabalho revela-se como caminho determinante para articular as exigências de desenvolvimento econômico e da equidade social”. (SCOCUGLIA, 2010, p. 22)

Essa junção de trabalho e educação como transformação do mundo do trabalho evidencia uma mudança de comportamento entre estudantes jovens, adultos e idosos que não anseiam em serem passados para traz com a modernidade da globalização, mas sim buscam através da escolarização uma forma de ver o crescimento social numa perspectiva atualizada. Esses estudantes ao trazerem suas experiências de trabalho para a escola contribuem também para sua formação continuada, pois exemplificam sua vivência facilitando um esclarecimento melhor dos conteúdos curriculares.

Pereira (2012) destaca o trabalho como motivo de orgulho para os idosos que dedicaram boa parte de suas vidas a isso, trazendo a sensação de estarem integrados, parcialmente que fosse à sociedade. Dessa forma, mesmo à custa de ter sacrificado a entrada ou permanência na escola, a presença do trabalho marca a trajetória dessas pessoas como algo significativo, motivo de reconhecimento diante dos familiares e amigos e de uma sensação de utilidade. Foi na vida profissional que realizaram suas aprendizagens, construíram laços de amizade, tiveram condições de manter suas famílias e um sentimento de realização pessoal.

Assim sendo, o trabalho ainda faz parte de seu cotidiano mesmo estando aposentados, por essa razão muitos anseiam por uma ocupação/profissão para continuarem ativos no processo de desenvolvimento econômico da sociedade.

José Francisco de Melo Neto coloca que a interferência humana, por meio de mecanismos inventados por ela própria, caracterizará o trabalho como expressão de três constituintes básicos: o sujeito mesmo pelo qual se realiza o trabalho, o próprio trabalho como expressão da força humana e os meios para a sua realização. Pelo trabalho o homem produz cultura, essa produção constitui-se em todos os tipos de organização, é como produto do processo produtivo de uma cultura humanizada às mudanças.

As lutas de trabalhadores e trabalhadoras pela aquisição de mais educação, em especial, educação de jovens e adultos, são muito mais que conquistas éticas. Expressam, assim, formas concretas da também sobrevivência pelo trabalho, pela organização da cultura e pela posse de instrumentos de realização da vida. A educação de jovens e adultos poderá ser promovida entre os trabalhadores como vetor de sua própria libertação.

Freire (2006, p. 65) completa essa questão quando exemplifica este pensamento dizendo que “O trabalho que transforma nem sempre dignifica os homens e as mulheres. Só o trabalho livre nos dá valor. Só o trabalho com o qual estamos contribuindo para a criação de uma sociedade justa, sem exploradores nem explorados, nos dignifica”.

De modo que essa significância em se sentir livre depende muito mais do ato de estar associado a uma instância para demonstrar à sociedade o quanto é participativo e incluso.

2.5 Contribuições do SESC LER Patos

A cidade de Patos é considerada a terceira cidade-pólo da Paraíba, tendo em vista a sua importância socioeconômica para o Estado. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a cidade possuía em 2010 cerca de 100.670 habitantes, sendo assim a quinta maior população da Paraíba.

Neste importante município, o Serviço Social do Comércio criou uma de suas unidades para atender, em diversos aspectos, os cidadãos patoenses. Com serviços nas áreas de Educação, Saúde, Cultura, Assistência e Lazer, a instituição atua num maior desenvolvimento da cidade através de várias ações em benefício da população.

Dentre estes auxílios, pode-se destacar o Cine SESC, as atividades com os idosos, oficinas, palestras, o projeto Brincando nas Férias, além do Banco de Alimentos, que atua no combate à fome e ao desperdício.

Na área de educação, o Sesc Ler é responsável pela alfabetização de jovens e adultos, além do Projeto Habilidade de Estudos (PHE), que beneficia crianças e pré-adolescentes que estão no Ensino Fundamental. Nele, os alunos recebem orientações sobre exercícios escolares, são incentivados à produção de textos e diversos elementos culturais, diminuindo assim o tempo de ociosidade e tornando-o mais produtivo.

O SESC Paraíba se preocupa não só com os serviços prestados, mas, sobretudo, com a excelência deles e de que forma eles auxiliarão a comunidade a ter uma melhor qualidade de vida. Devido a estes aspectos, o SESC Ler é referência em atividades realizadas em benefício dos cidadãos de Patos.

Nesse aspecto, a importância com que o SESC Ler Patos vem interagindo na construção e valorização do Jovem, Adulto e Idoso na formação educacional para a sua inserção na sociedade e no mundo do trabalho nos remete a uma grande contribuição para o crescimento e fortalecimento do diálogo escola/trabalho, onde em uma perspectiva de troca de conhecimentos e respeito pelo educando trabalhador, que tanto anseia pelo seu aprimoramento, proporciona oportunidades de voltar aos estudos sem se desprender de sua labuta diária.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa foi realizada na escola SESC Ler Patos – PB (Fotografia 01), tendo como informantes educadores e educandos jovens, adultos e idosos matriculados no SESC Ler Patos. A amostra foi constituída de 51 alunos (45,13%) dos 113 matriculados e 04 professores (80%) dos cinco que compõem a escola da EJAI. Todos os informantes se dispuseram a participar da pesquisa mediante apresentação e aceitação do termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE).

Foto 01 – Escola SESC LER Patos - Paraíba.



Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

A proposta metodológica foi a de observação participante e o recurso utilizado foi o questionário, que oferece ao pesquisador um contexto de maior proximidade e flexibilidade com o objeto de estudo analisado,

[...] compreende algumas coordenadas metodológicas já estabelecidas, mas que não formam um esquema rígido; o segredo de sua utilidade reside na flexibilidade, em sua adaptação aos mais diversos contextos e situações, que podem mudar a ordem das etapas, eliminar algumas delas etc. (PRODANOV; FREITAS, 2013, p.68 e 69).

O estudo analisou o perfil dos educandos e educadores, os tipos de trabalhos e trabalhadores existentes no âmbito escolar, a satisfação do ensino oferecido pela instituição, bem como as contribuições do SESC LER para a inserção dos educandos no mundo do trabalho através da realização de oficinas e minicursos (Fotografia 02). Dentre os cursos oferecidos foram destacados o de pintura em tecido, sandálias customizadas, bijuterias, culinária, bolsas, dentre outros.

Foto 02 – Minicurso de pintura e sandálias customizadas.



Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Perfil dos educandos

O perfil dos educandos da Escola SESC Ler Patos – PB está representado a seguir. A distribuição dos alunos por sexo, do total amostrado (51 informantes), 40 são do sexo feminino e 11 do sexo masculino.

No posicionamento dos educandos, a maioria dos homens ainda se sente intimidada e envergonhada em estudar, dificilmente consegue-se convencê-los de que a escola é lugar para homens e mulheres de qualquer idade. É um desafio diário dialogar com alunos do SESC LER devido à realidade especial de cada aluno.

Em relação à faixa etária, 58% tinham idades compreendidas entre 56 e 75 anos; 21,5% tinham entre 26 e 35 anos; 19,5% estavam entre 36 e 55 anos de idade e 2% dos informantes ou estavam entre 15 a 25 anos ou entre 76 a 85 anos. A variedade da faixa etária revela a característica mais forte dessa modalidade de ensino (EJAI) que é a sala de aula diversificada. Nesse aspecto a idade antes era uma regalia para os adultos e idosos, sendo que agora eles já estão convencidos que não existe tempo a perder e sim dedicação e esforço para estudar e que as aulas e cursos podem transformar a vida de cada um.

Os dados representados na Tabela 01 dizem respeito à distribuição dos educandos por ocupação/profissão. Sem ser configurado o sexo, 17 educandos (33,3%) afirmaram ter como ocupação “do lar”¹. Em segundo lugar aparecem os aposentados com 13 (25,4%), sendo que alguns ainda desenvolvem atividades de geração de renda. Os demais, que correspondem a 04 alunos, estão distribuídos em 2% na ocupação de sacoleira e nas profissões de diarista, costureira e serviços gerais.

Tabela 01 – Distribuição dos alunos segundo sua ocupação.

Ocupação	Nº de Alunos	Ocupação	Nº de Alunos
Diarista	113	Sacoleira	1
Aposentado	17	Mototaxista	2
Do lar	3	Serviços gerais	1
Motorista	1	Doméstica	3
Costureira	5	Artesão	2
Vendedor	1	Pedreiro	2

Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

As profissões de mototaxista, artesão e pedreiro correspondem à 06 (4%) informantes do total. Já doméstica e motorista somam 06 (5,8%) entrevistados. E por fim, a ocupação de vendedor, corresponde a 05 (9,8%) informantes. É possível observar que entre ocupação e profissão existe uma diversificação e que os alunos são na sua maioria do setor de serviços.

Do total de informantes, 62,7% participaram de oficinas e minicursos oferecidos no SESC LER e 37,3% não participam ou não gostam de participar. Como se pode ver alguns alunos, na maioria do sexo masculino, não se interessam por minicursos e oficinas e justificaram que poderiam realizar cursos profissionalizantes, o que não é a proposta do SESC LER.

Quanto ao nível de satisfação dos alunos que participaram das oficinas e minicursos oferecidos, 52,9% se disseram não satisfeitos com as oficinas enquanto 9,8% se sentiram satisfeitos.

Os alunos que responderam “não” em relação ao nível de satisfação com as oficinas e minicursos justificaram que fariam os minicursos ou oficinas se houvesse mais tempo disponível para a realização das atividades práticas e se tivessem dinheiro para comprar material para as primeiras produções. Já os alunos que responderam “sim”, disseram ser de grande utilidade os minicursos, pois poderiam reproduzir e vender em casa, gerando mais renda para a família.

Embora o número tenha sido pequeno demonstra que os cursos oferecidos apresentam potencial e que o SESC LER cumpre um papel importante no que se refere à promoção de alternativas para a geração de renda.

Todos os entrevistados, ou seja, 51 educandos, declararam estar muito satisfeitos com a formação oferecida na escola do SESC Ler, permitindo conhecer o nível de satisfação com sua formação educacional. Isso se explica pelo trabalho pedagógico ser voltado para o desenvolvimento integral dos alunos visando, sobretudo, o conhecimento do potencial de si mesmo e da realidade do mundo atual.

A maioria não participou de minicursos fora do SESC, pois não teve oportunidade ou não se interessou. O nível de satisfação elevado se deu pela proposta pedagógica diferenciada e a diversidade de atividades oferecidas proporcionando um aprendizado de qualidade. Percebeu-se também que boa parte dos alunos já passou por alguma experiência escolar na infância ou na fase adulta, mas não teve como dar continuidade por motivo de desistência, já que a maioria declarou que precisou trabalhar muito jovem para ajudar na renda familiar.

Por fim, viu-se a necessidade de se voltar aos estudos a procura de uma melhor qualidade de vida, pois os alunos consideram a escola como uma extensão de sua casa, onde o que aprendem aplicam em seu cotidiano tornando a sua vida melhor no aspecto sociocultural.

Todos os educadores entrevistados sinalizaram positivamente ser a escola SESC Ler importante na formação educacional e na contribuição para a inserção no mundo do trabalho, através das seguintes justificativas: a) por contemplar em sua proposta pedagógica, o pressuposto de trabalhar considerando a realidade, saberes e perspectivas dos educandos; b) que a troca de experiência favorece esse crescimento; c) possibilitar novos conhecimentos e técnicas

adequadas para melhor compreender o mundo do trabalho; d) que os minicursos são planejados e executados com base nas necessidades dos educandos, oportunizando-os posteriormente a inserção no mundo do trabalho.

Sobre a contribuição que os minicursos e oficinas oferecidos pela escola SESC Ler trazem para a geração de renda dos educandos, 01 educador achou muito satisfatório, 03 consideraram que aumenta a renda de cada um e 03 consideraram satisfatórias as oficinas e minicursos devido: a) que os educandos vão prosseguir na execução de tais atividades, inclusive comercializando os produtos construídos; b) que precisam ser ampliados para a comunidade e em período mais longo; e c) por favorecer orientações para melhorar a geração de renda.

5 CONCLUSÕES

Como modelo de formação na área de educação, o SESC LER PATOS está voltado para indivíduos que tiveram dificuldade para estudar e, conseqüentemente, oferecer às suas famílias uma vida melhor.

O SESC LER também promove o desenvolvimento da economia e cultura local ao contribuir para inserir no mundo do trabalho, pessoas e setores da produção com potencial social econômico.

Os minicursos e oficinas oferecidas são importantes como forma de complementação aos programas governamentais, sendo ainda ambos de pequena proporção no município de Patos-PB.

No entanto, existe a possibilidade de ampliar os minicursos para qualificar um público maior, em especial os indivíduos do sexo masculino, que se interessam pouco pelos cursos artesanais oferecidos.

A satisfação dos profissionais e a consciência de suas contribuições destacam a importância do SESC LER em Patos-PB e serve como modelo a ser seguido.

Portanto, afirmar que o SESC LER contribui ativamente para transformar a vida das pessoas que por lá passam, não é otimismo e “marketing” de quem trabalha lá, é uma afirmação pautada nas informações aqui apresentadas e no trabalho de interação entre ensino e aprendizagem de qualidade.

6 REFERÊNCIAS

BEISIEGEL, C. R.; FREIRE, P. **Recife**: Fundação Joaquim Nabuco. Ed. Massangana, 2010. 128p. (Coleção Educadores).

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIER, P. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 47ed. São Paulo: Cortez, 2006.

KOK, G. **Trabalhadores em movimento: desafios e perspectivas**. São Paulo: Global. Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação, 2003. (Coleção Viver, Aprender).

PENA, R. A. **Terceiro Setor**. Brasil Escola. Disponível em: www.brasilecola.com. Acesso em: 23 de agosto de 2013.

PEREIRA, J. M. M. **A escola do riso e do esquecimento**: idosos na educação de jovens e adultos. Educ. foco, Juiz de Fora, v.16, n.2, p. 11-38, set 2011/fev 2012. Disponível em: www.ujf.br. Acesso em: 19 de setembro de 2013.

PINTO, Á. V. **Sete lições sobre educação de jovens e adultos**. Introdução e entrevista de Dermeval Saviani e Betty Antunes de Oliveira: versão final revista pelo autor. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

PORCARO, R. C. **A história da educação de jovens e adultos no Brasil**. Universidade Federal de Viçosa, 2004. Disponível em: www.sholar.google.com.br. Acesso em: 04 de agosto de 2013.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico**. [recurso eletrônico]: método e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: www.feevale.br. Acesso em: 04 de agosto de 2013.

PROPOSTA PEDAGÓGICA DO SESC LER, Rio de Janeiro, setembro de 2000.

SALVATORE, V. A racionalidade do Terceiro Setor. In: VOLTOLINI, R. (Org.). **Terceiro setor: planejamento e gestão**. 2ed. São Paulo: SENAC, 2004, p. 17-34.

SCOCUGLIA, A. C. *et al.* **A aprendizagem ao longo da vida e a educação de jovens e adultos: possibilidades e contribuições ao debate**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010. 268p.

SILVA, G. **A educação de jovens e adultos e o mercado de trabalho**. Disponível em: www.seeja.com.br. Acesso em: 19 nov. 2012.

SOARES, L. J. G. **Diretrizes Curriculares Nacionais: educação de jovens e adultos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

STRELHOW, T. B. **Breve história sobre educação de jovens e adultos no Brasil**. Pontífica Universidade Católica do Rio Grande do Sul. (PUCRS). Disponível em: www.unicamp.br. Acesso em: 04 de agosto de 2013.

VASCONCELOS, P. C. **A transformação do estado: a evolução do terceiro setor e a parceria público - privada e sua abordagem legal**. Cereja, 2010. Disponível em: www.cereja.org.br. Acesso em 06 de agosto de 2013.

Mulheres na produção artesanal: formação e Economia Solidária

*Edinalva Nunes Camboim Vieira
Crislene Rodrigues da Silva Moraes*

1 INTRODUÇÃO

A Associação de Apoio às Mulheres de Patos-PB (ASSAMP), localizada à Rua Felizardo Leite, no centro da cidade, é um instrumento de desenvolvimento comunitário, formado por um grupo de mulheres “excluídas” da sociedade. O grupo foi estruturado com vistas à inclusão social, no que se refere ao resgate da dignidade humana, bem como atender às necessidades básicas das famílias, através da geração de trabalho e renda.

Mediante essas afirmações, este estudo se propõe a fazer uma análise no que concerne aos produtos produzidos pelas referidas mulheres, sua formação como mecanismo de equilíbrio na Economia Solidária, além de suas contribuições sociais e econômicas para o município de Patos e, conseqüentemente, à inclusão social do grupo.

Com base nessa compreensão apresentam-se os conceitos básicos da Economia solidária, explanando as melhorias adquiridas na responsabilidade dessas mulheres, priorizando principalmente o apoio da gestão pública. Esse grupo foi formado a partir de um pensamento coletivo, mediante a necessidade das mulheres em conquistarem um espaço, para que pudessem desenvolver atividades variadas na comunidade, que trouxessem benefícios para elas e para todos da família, como emprego e renda. O fortalecimento do grupo é resultado das contribuições mútuas que apontam caminhos a serem percorridos, consolidando o alcance das metas traçadas.

Este estudo se justifica a partir da curiosidade da pesquisadora em analisar a formação e a atuação do grupo da ASSAMP, que conta atualmente com alguns projetos apoiados pela Prefeitura Municipal de Patos, pelas Faculdades Integradas de Patos (FIP) e pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Esse grupo é de suma importância para a região do alto sertão por proporcionar atividades com artesanatos diversos, buscando garantir melhorias para a cidade, além de melhorias para a gestão pública municipal, para os cidadãos e para estudos acadêmicos.

Os procedimentos metodológicos adotados foram um estudo descritivo, exploratório, analítico e qualitativo, com análise documental e bibliográfica, uso de websites e artigos, bem como periódicos acadêmicos. Optou-se também pela realização de um estudo de caso na referida associação, incluindo todas as mulheres participantes do grupo mediante reuniões preparatórias, analisando-se o trabalho realizado por elas, os produtos confeccionados, sua comercialização, como também a inserção do grupo nesta sociedade tão excludente.

Em razão do exposto, este texto está estruturado da seguinte forma: resumo, introdução, referencial teórico, metodologia, estudo de caso - com análise de resultados e discussão, Conclusões e referências.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 A Economia Solidária e suas transformações sociais

Para que haja uma melhor compreensão do processo recente de desenvolvimento da economia solidária no Brasil é importante analisar as transformações sociais ocorridas durante as décadas de 1970 a 1990, em que a primeira foi marcada pela transição do modelo Keynesiano (endividamento do Estado) para o modelo econômico neoliberal, caracterizando-se pelo

início de uma nova crise econômica mundial, com um aumento exorbitante do preço internacional do petróleo e de seus derivados (ARROYO e SCHUCH 2006).

Constata-se ainda que na década de 1980 iniciaram-se mudanças profundas nas estruturas econômicas e políticas, em que os termos: economia, privatizações e investimento passaram a ser extremamente utilizados, dando ênfase aos debates sobre questões ambientais. Já na década de 1990, o avanço tecnológico fez com que as barreiras políticas, econômicas e sociais fossem quebradas, mediante a integração econômica e a globalização, aprofundando as desigualdades sociais e políticas entre os povos.

A participação das mulheres nessas experiências evidencia um processo inegável de autonomização, baseado em várias dinâmicas estreitamente complementares. Em países como o Brasil nota-se a existência de órgãos especializados e políticas públicas empenhadas em garantir os direitos das mulheres. Mesmo com a existência desses aparatos governamentais, o desafio de garantir os direitos humanos a todas as mulheres está presente, o que demonstra que as demandas feministas não se esgotam na transformação do Estado. Uma primeira forma de mediação se dá entre as mulheres, tomadas isoladamente e reconhecidas em sua individualidade, e o coletivo que elas constituem.

A Economia Solidária (ES) ressurgiu nos países europeus, nos Estados Unidos, assim como no Brasil, como uma alternativa para a classe trabalhadora, contra o processo neoliberal de aniquilamento de uma grande quantidade de postos de trabalho, tanto na iniciativa privada, quanto na pública; processo esse que trouxe consigo um aumento nas desigualdades sociais.

O desenvolvimento local tende a proporcionar melhores condições de vida quando se trata principalmente de ES e desenvolvimento sustentável. Portanto, nota-se que é através da produção, comercialização e consumo que surge a solução para os problemas, a partir da inserção das famílias em atividades de vários aspectos, em que se destaca a agricultura familiar como a mais produtiva.

Singer argumenta que a ES pode ser uma estratégia possível de luta contra as desigualdades sociais e o desemprego:

A construção da Economia Solidária, uma destas outras estratégias. Ela aproveita a mudança nas relações de produção provocada pelo grande capital para lançar os alicerces de novas formas de organização da produção, à base de uma lógica oposta àquela que rege o mercado capitalista. Tudo leva a acreditar que a economia solidária permitirá, ao cabo de alguns anos, dar a muitos, que esperam em vão um novo emprego, a oportunidade de se reintegrar à produção por conta própria individual ou coletivamente (SINGER, 2002 p. 138).

Sendo assim, a ES desponta como alternativa para o combate ao desemprego crescente e, conseqüentemente, para a melhoria da qualidade de vida.

Quanto às políticas públicas, Costa (2005) diz que resultam da insatisfação das sociedades civis e a inclusão democrática das mulheres nas sociedades tem sido impulsionada pelos movimentos de mulheres. Isso acontece desde a Revolução Francesa de 1789.

Os movimentos feministas conquistaram um espaço de atuação internacional na Organização das Nações Unidas (ONU) para pautar a questão de gênero nos espaços intergovernamentais e para discutir a elaboração de políticas públicas para as mulheres no mundo. No entanto, apesar das resoluções que fornecem o substrato para elaboração dessas políticas, a decisão de elaborá-las depende muito do compromisso do Estado em assumir as questões de gênero como questões de governo. Alvarez (2000) ressalta que a incorporação de reivindicações selecionadas pelos discursos e pela política oficial da ONU e do governo não significa necessariamente a tradução em implantação efetiva.

Convém ressaltar que o crescimento da ES no contexto brasileiro evoluiu a partir de fatores variados, dentre os quais reflete o desempenho urbano e a desocupação rural que é

resultante de um pensamento coletivo ou individual de querer, a partir de trabalhos de reciclagem, de aproveitamento do solo, do tempo disponível, manifestando-se assim como luta de sobrevivência. Porém, percebe-se que a população urbana aumentou. Conforme os censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 1940 até os últimos anos houve um declínio da população rural, em se tratando de desenvolvimento rural sustentável, baseando-se principalmente em transferências tecnológicas (SILVA e RIBEIRO, 2010).

Nesse sentido, o percurso realizado pelas mulheres demonstra uma caminhada rumo à autonomia; capacidade de governar a si mesmas, capacidade de escolher entre diversos valores e correntes de opiniões.

Embora as mulheres insistam em sua capacidade de “ser por si mesmas” e de “fazer por si mesmas”, essa capacidade é indissociável de uma aptidão para por em jogo suas diferenças e suas semelhanças (GUERIN, 2005).

2.2 Economia Solidária no Brasil

O movimento de ES tem crescido de maneira acelerada, não apenas na Europa e no Brasil, como também em diversos outros países do mundo.

O crescimento de empreendimentos econômico-solidários no contexto brasileiro se deve a vários fatores, entre os quais vale destacar: a resistência de trabalhadoras e trabalhadores à crescente exclusão, desemprego urbano e a desocupação rural resultantes da expansão agressiva dos efeitos negativos da globalização da produção capitalista (SINGER, 2002). Tal resistência se manifesta principalmente como luta pela sobrevivência, na conformação de um mercado informal crescente, onde brotam iniciativas de economia popular, tais como a atuação de camelôs, flanelinhas e vendedores ambulantes, normalmente de caráter individual ou familiar.

Para Schwengber (2011) a Economia Solidária surge no Brasil como estratégia para o enfrentamento das diferenças sociais e econômicas, somando-se forças com os movimentos sociais que lutam contra as políticas de Estado que beneficiam apenas o desenvolvimento do sistema capitalista. Nesse sentido atua com atividades econômicas autogestionárias buscando combater o desemprego crescente e a pobreza.

De acordo com Mance (1999) houve no Brasil, durante a última década, a crescente organização da economia solidária em se tratando de movimento, ultrapassando a dimensão de iniciativas isoladas e fragmentadas no que diz respeito à sua inserção nas cadeias produtivas e nas articulações do seu entorno. Portanto, o referido autor acredita que a economia solidária seja uma estratégia possível de luta contra as desigualdades sociais e o desemprego, e que a necessidade de empreendimentos cooperativos espalha-se como atividades de práticas econômicas, fundadas como princípios de solidariedade, existentes em todos os continentes, muito antes da revolução industrial, uma vez que o bem viver das pessoas é garantido mediante geração de trabalho e renda, em que se agrega o conceito de uma colaboração solidária, que visa necessariamente construção de sociedades pós-capitalistas, para efetivação da liberdade humana.

Mance (1999) ainda diz que, ao considerarmos a colaboração solidária como um trabalho e consumo compartilhados cujo vínculo recíproco entre as pessoas provém de um sentido moral de corresponsabilidade pelo bem-viver de todos e de cada um em particular, busca-se ampliar o máximo possível o exercício da liberdade pessoal e pública, introduzindo-se assim o exercício humano da liberdade.

As iniciativas da economia popular solidária, tais como: artesanato, confecção de material reciclável, com a articulação de diversos fatores se manifesta na forma associativa e solidária voltada também à reprodução da vida, mas que vão, além disso, apontando ainda para alternativas estruturais de organização da economia baseada em valores como a ética, a equidade e a solidariedade, e não mais o lucro e acúmulo indiscriminado de recursos financeiros.

Conforme discorre (GAIGER, 2009):

O interesse dos trabalhadores em garantir o sucesso do empreendimento estimula maior empenho com o aprimoramento do processo produtivo, a eliminação de desperdícios e de tempos ociosos, a qualidade do produto ou dos serviços, além de inibir o absenteísmo e a negligência.

Vale lembrar que existem algumas formas de economia como segmento de empreendimento solidário: cooperativas, associações populares, grupos informais de produção de serviços de consumo, de comercialização e de crédito solidário, no âmbito rural e urbano, agricultores familiares, fundos solidários e rotativos de crédito, organizados de diversas maneiras: jurídicas e também informal, entre outras. Caracterizam-se por se basearem em princípios e valores nos quais se destacam o exercício da autogestão na sua organização interna.

2.3 A Economia Solidária como meio de sobrevivência

A economia enquanto ciência trata das atividades econômicas, sempre realizadas por grupos, e também individualmente, possivelmente como condição de sobrevivência, o que explica o porquê das atividades econômicas também serem sociais.

A ES surge como reação ao capitalismo. Sua visão de mundo baseia-se na ideia de que a principal virtude de qualquer sistema econômico é promover a cooperação entre as pessoas, famílias, comunidades, países, entre outros; já que a comunidade se compõe efetivamente de pessoas diferentes resultante da concentração de qualidades em alguns e defeitos em outros. Sendo o progresso da sociedade resultante da combinação destas múltiplas qualidades e defeitos de vários indivíduos, quando estes se associam e cooperam entre si.

Nas questões de ES, os meios de produção são propriedades dos que trabalham, em que a coletividade é a base de um empreendimento de comercialização de compra e venda, envolvendo dimensão social, cultural, econômica, política e ecológica, proporcionando aos componentes atuarem em ambientes adquirindo sustentabilidade com o aproveitamento e a preservação do solo, e a aquisição de equipamentos para esta economia ser devidamente incentivada por recompensas invejáveis.

De acordo com Arroyo e Schuch (2006), a Economia Solidária:

É uma economia que avança com a organização dos empreendedores populares, aqui entendidos como o conjunto de trabalhadores por conta própria: autônomos, profissionais liberais, micro e pequenos empresários, na formalidade ou não, que individualmente ou de alguma forma coletiva buscam alternativas econômicas a partir de sua própria iniciativa.

Sendo assim, os cooperados buscam melhores condições de vida e diminuição da exploração do trabalho; já que no sistema capitalista vigente a exploração é extrema e sem vantagens financeiras e sociais para estes.

Por sua vez, Rather (2008) relata que “numa economia solidária exige-se além do desenvolvimento de sua base material, um alto grau de conscientização e motivação por parte de sua população, movida por princípios éticos e valores de compaixão e solidariedade”. É nesse aspecto que a referida economia não pode ser um produto do autoritarismo, de uma administração de uma só via de cima para baixo, tomando a população em objeto passivo; esta exige que todos participem, para que possam tornar-se cidadãos, sujeitos do processo histórico.

Arroyo e Schuch (2006) salientam que a economia solidária está fundamentada nos seguintes princípios, apontando que o caminho do desenvolvimento sustentável está integrado à melhor qualidade de vida:

- Valorização social no trabalho humano - consiste nas atividades econômicas exercidas pelo homem, uma maior valorização e respeito a sua força no trabalho;
- Desenvolvimento integrado e sustentável na sociedade - o objetivo é o intercâmbio homem/natureza;
- Busca dos valores do associativismo, do cooperativismo, do mutualismo e da solidariedade - visa uma forma de criar uma sociedade humanizadora e eficaz para todos;
- O trabalho como valor central na Economia solidária - o saber (a coleta de informação para geração de conhecimento), a criatividade humana que é fruto do trabalho e do processo de geração de conhecimento;
- O ser humano sujeito à finalidade da atividade econômica - não gerador de riquezas;
- Buscar a unidade entre produção e reprodução - evitando contradições do sistema capitalista;
- Buscar a solidariedade dos povos dos hemisférios Norte e Sul — objetivando o aumento de qualidade de vida para todos;
- Geração de trabalho e renda — visa combater a exclusão social e a eliminação das desigualdades materiais.

Percebe-se que é necessário a gestão pública ter uma visão empreendedora, priorizando ações que combatam a miséria, definindo uma política de distribuição de renda, oferecendo apoio e mecanismos às associações, cooperativas e qualquer organização que possa surgir a partir da coletividade e da união, ou seja, apoie também empreendimentos econômico-solidários.

Portanto, a ES é caracterizada como um conjunto de atividades econômicas, cuja lógica é distinta tanto da lógica do mercado capitalista quanto da lógica do Estado. Ao contrário da economia capitalista, centrada sobre o capital a ser acumulado e que funciona a partir de relações competitivas cujo objetivo é o alcance de interesses individuais, a ES organiza-se a partir de fatores humanos, favorecendo as relações onde o laço social é valorizado através da reciprocidade e adota formas comunitárias de propriedade. Ela se distingue também da economia estatal que supõe uma autoridade central e formas de propriedade institucional.

2.4 Movimento social da Economia Solidária

A ES estende o raio da ação política sobre a ação mercantil, responsável pela organização e produção da riqueza social. Como afirmam Santos e Rodriguez (2002), seu objetivo é estender o campo político para o econômico e apagar a separação artificial da política e da economia estabelecidas pelo capitalismo e pela economia liberal. Enquanto isso, a ES trata da extensão da participação social mediante a organização da produção e distribuição da riqueza, que se encontra atualmente no domínio privado, em que experiências participativas incidem sobre a economia distributiva operada via Estado.

Com a Economia Solidária, o sentido público das relações mercantis estaria sendo resgatada e requalificado, contra-arrestando a sua reificação no Estado, na forma de solidariedade abstratas. Decorrem da cidadania reivindicada nas relações econômicas, novas condutas e percepções sobre a produção, o trabalho, o comércio, o financiamento a técnica e o consumo — redefinem-se por conseguinte, os próprios termos pelos os quais se entende eficiência e riqueza. Arrisca-se aqui a sumarizar alguns desses novos sentidos derivados das práticas econômicas solidárias (PINTO, 2006 p. 75).

Dessa forma, cresce a necessidade de capacitar trabalhadores associados na gestão do negócio de forma cooperativa, além do desenvolvimento de técnicas de gestão, bem como a produção com fins distributivos e democráticos do empreendimento associado, tendo como

exemplo as inovações da agroecologia, em que recursos da natureza são manejados a fim de assegurar produtividade e qualidade dos produtos de modo sustentável. Para Gaiger (2009), o movimento de ES no país é um dos grandes desafios para a integração dos modelos de ação das organizações mediadoras, em que se baseiam a partir de ações de apoio ou representações de empreendimentos.

O reconhecimento da produção coletiva e associada, possuidora de uma função distributiva, pode representar desconcentração de propriedade e resultados compartilhados, em que a valorização e a apropriação do território como espaço de reprodução de vida e convivência humana estão fortemente presentes nas redes de trocas entre indivíduos ou grupos, resgatando assim o valor social e a dimensão pública do território, como o da interação e da troca.

Pereira (2009) diz que se faz necessário que o cidadão que não tem perspectiva de encontrar um trabalho renumerado, possa ter renda. Para isto, propõe-se a união de pessoas em torno de projetos de economia popular solidária, que permitam a geração de trabalho e renda, para que as atividades tenham um sentido especial, digno e bem remunerado, preocupando-se ainda com o meio ambiente.

Desde o ano de 1970, as questões ambientais vêm mobilizando a opinião pública do mundo inteiro, em deflagração da crise energética global e pela preocupante quantidade de acidentes ambientais causados por navios petroleiros e usinas atômicas, soando o grito de alerta aos riscos ambientais causados por poluição e pelo uso excessivo dos recursos naturais.

Mediante essa alerta global Sachs (2008), partindo do conceito de eco desenvolvimento, aponta os seis caminhos do desenvolvimento, que são: satisfação das necessidades básicas; solidariedade com as gerações futuras; participação da população envolvida; preservação dos recursos naturais; e do meio ambiente; elaboração de um sistema social que garanta emprego, segurança social e respeito a outras culturas; e programas de educação.

No atual modelo de economia que vivemos, onde a globalização não só aproximou as pessoas, diminuindo distâncias e aumentando possibilidades, mas também fez com que o tema empreendedorismo e desenvolvimento econômico fossem temas presentes no cotidiano da população, é imperativo entender que, uma nova forma de encará-los suscitou tanto do homem mais simples como do pesquisador das ciências econômicas e políticas um estudo mais aprofundado de como as políticas de formação profissional e empreendedorismo impactam no desenvolvimento local (NÓBREGA e BARBOSA, 2009, p. 3).

Nos projetos de lei tanto municipal quanto estadual, a ES é tratada como um conjunto de iniciativas da sociedade civil que visa à geração de produto ou serviço, por meio da organização, da cooperação, da gestão democrática, da solidariedade, da distribuição equitativa das riquezas produzidas coletivamente, da autogestão, do desenvolvimento local integrado e sustentável, do respeito ao equilíbrio dos ecossistemas, da valorização do ser humano e do trabalho e do estabelecimento de relações igualitárias entre homens e mulheres.

As intervenções bem sucedidas dos movimentos feministas têm contribuído significativamente para o reconhecimento da diversidade quando da elaboração das políticas públicas e da organização do Estado. Desse modo, têm validado as experiências subjetivas das diversas mulheres, retirando-as de seu enclausuramento na vida privada (TELLES, 1999). Estas intervenções também têm combatido as diversas formas de discriminação que ainda persistem contra elas nas sociedades contemporâneas.

Para tanto, o trabalho conjuntamente envolve diversos sujeitos: trabalhadores, fornecedores, assessores, técnicos e gestores públicos, que a partir de suas experiências e práticas, contribuíram para o desenvolvimento das seguintes propostas metodológicas: qualificação na área jurídica dos trabalhadores de empresas e empreendimentos de economia solidária (ANTEAG, 2005).

É nessa perspectiva de desenvolvimento e participação popular que entendemos essa política de ação como um importante instrumento de mudanças e de rompimento de paradigmas no que diz respeito à administração pública no contexto atual de mudanças, socialização de saberes e, principalmente, responsabilidade e seriedade no tocante às ações políticas (ARAUJO e SILVA, 2009).

Quando há interação social solidária, espera-se que as pessoas se respeitem entre si e se vejam como iguais nos seus direitos. Mas também que saibam ou que se proponham aprender as diferenças, que se disponham à aprimoração no trabalho em comum.

2.5 A participação das mulheres na Economia Solidária e a formação

O feminismo em rede tem mostrado que a agenda de gênero é uma agenda sem fronteiras. Para Castells (1999), o movimento feminista é composto pelo entrelaçamento de indivíduos, organizações e campanhas atuando em rede e é esse tipo de atuação que o torna vital, flexível e diversificado.

Conforme Oliveira (2006):

Este traço de oposição, que marca uma espécie de denominador comum entre as diferentes organizações de economia solidária, é particularmente importante, pois não só desvela tensões como mostra a resistência de grupamentos sociais. É um percurso que envolve, ao mesmo tempo, tanto o terreno da economia quanto o da cultura e das formas de organização social.

O feminismo propõe um projeto de sociedade alternativa e coloca como objetivo a abolição, ou ao menos transformação profunda, da ordem patriarcal e de seu poder regulador, em nome de princípios de igualdade, de equidade e de justiça social. Os movimentos feministas reúnem um conjunto de discursos e práticas que dão prioridade à luta das mulheres para denunciar a desigualdade de gênero (DESCARRIES, 2002).

Contudo, apesar das inúmeras conquistas das mulheres no mundo, o Brasil e outros países ainda enfrentam o desafio de garantir todos os direitos humanos a todas as mulheres. Mesmo com essas dificuldades “o governo brasileiro tem incentivado os departamentos federais a trabalharem juntos para incorporar a diversidade, inclusive a perspectiva de gênero, em todas as políticas, programas e serviços” (MIRANDA, 2010).

Diversas experiências caminham no sentido de se constituírem em redes regionais ou nacionais, almejando serviços de proximidade, longe de se reduzir a pequenos “bicos” desvalorizados, fontes de precariedade e de subordinação. Permitindo que as mulheres elaborem seus projetos para que possam colocá-los em prática a partir de uma dinâmica coletiva; salientando, assim, a importância de “si mesmas”, “decidir por si mesmas”, encontrar soluções “por si mesmas”, insistindo sempre na sua capacidade de ação (GUERIN, 2005).

Oliveira (2008), afirma que a inserção das mulheres nas relações de trabalho não constitui um evento simples, ao contrário, ele é investido de várias problemáticas. Além de uma desigualdade de cunho social, as mulheres são vítimas da desigualdade de sexo nas relações de trabalho. Elas são, na maioria das vezes, as maiores vítimas do desemprego, e quando estão empregadas são submetidas ao trabalho doméstico ou às mais variadas formas de trabalhos, que são caracterizados como precários, pois além de não conferir a elas os direitos constitucionalmente garantidos, ainda não promovem a emancipação e o reconhecimento.

Percebe-se, portanto, que existe uma desigualdade não só social, mas também de sexo nas relações de trabalho (GUERIN, 2005).

Nesse sentido, os empreendimentos solidários aparecem como uma possibilidade de geração de trabalho e renda e se posicionam como um instrumento que reforça a organização social, a solidariedade, gera capacitação e trabalho e contribui para a promoção da cidadania

e inclusão social, sobretudo das mulheres. E propicia ainda, por sua característica autogestonária o exercício da participação, da convivência, constrói novas relações entre as pessoas e se torna um campo fecundo de luta por reconhecimento social.

Portanto os grupos solidários atuam sem esperar atitudes da gestão pública, que muitas vezes contribuem de forma lenta.

Na intenção de analisar o desenvolvimento do grupo feminista destacando a ES no município de Patos – PB faz-se a seguinte indagação: a criação do grupo de mulheres no artesanato proporciona solução para a busca de emprego e renda e melhor qualidade de vida para a referida cidade?

Para composição da pesquisa resultante deste estudo foi escolhido o grupo das mulheres, porém para cada coleta de dados foi utilizada apenas uma amostra - 20% (vinte por cento) - das mulheres da associação, com objetivo de buscar informações detalhadas a respeito da atuação do grupo.

Assim, esta pesquisa classifica-se como estudo de caso. De acordo com Gil (2005), estudo de caso é quando envolve o estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos de maneira que se permita o seu amplo e detalhado conhecimento.

Com a utilização dos questionários foi feito um levantamento sobre renda, ocupações, produção, condições de vida e acesso à ES, para uma melhor visualização dos benefícios causados a partir da coletividade e das atividades desenvolvidas, enfatizando o reaproveitamento de materiais, o artesanato, as melhorias e a liberdade alcançada pelo grupo da ASSAMP, com anotações no diário do pesquisador.

Com base neste estudo e nas ideias de Gil (2005), utilizou-se a pesquisa bibliográfica através de livros, artigos acadêmicos, monografias, e sites especializados. Todo referencial teórico envolveu autores de renome da área, mediante leitura e reflexões como ferramentas ou instrumentos de informações que dão suporte a esta pesquisa, como também a participação de reuniões com o grupo.

3 REFERÊNCIAS

ALVAREZ, S. E. **Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino Americanos: novas leituras.** Belo Horizonte: Ed.. UFMG, 2000.

ANTEAG. Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária. **Autogestão e economia solidária: uma nova metodologia.** 2 volume. Ministério do trabalho e emprego. São Paulo, 2005.

ARROYO, J. C. T.; SCHUCH, F. C. **Economia Popular Solidária: A alavanca para um desenvolvimento sustentável.** São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2006.

BRASIL. Presidência da República. **Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.** 2013.

CASTELLS, M. **O poder da identidade.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COSTA, A. A. A. **O Movimento Feminista no Brasil: Dinâmicas de uma intervenção política.** Disponível em: www.scribd.com. Acesso em: 13/11/2012.

DESCARRIES, F. Um feminismo em múltiplas vozes, um movimento em atos: os feminismos no Québec. *In: Labrys, estudos feministas.* Brasília: UnB, número 1-2, julho/dezembro, 2002.

FREEMAN, C. S. **Cadeia Produtiva da Economia do Artesanato: desafios para o seu desenvolvimento sustentável.** Publit Soluções Editoriais, 2010.

GAIGER, L. **A economia solidária diante do modo de produção capitalista.** 2002.

- GAIGER, L. I. Economia Solidária. In: CATTANI, A.D. *et al.* (coord.) **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Almedina, 2009.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.
- GUERIN, I. **As mulheres e a economia solidária**. Produção Nicólas Nyimi Campanário. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- LECHAT, N. M. P. **As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil**. Disponível em: www.itcp.usp.br. Acesso em: 13 nov. 2001.
- MANCE, E. A. **A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- MIRANDA, C. M. **Os movimentos feministas e a construção de espaços institucionais para a garantia dos direitos das mulheres no Brasil**. Jornalista pela UFT, mestre em Ciências Sociais e Doutorado em Ciências Sociais pela UnB. 2007.
- NÓBREGA, A. A. B. **Políticas Públicas de Formação Profissional e Empreendedorismo: seus impactos na consolidação do desenvolvimento sustentável da cidade de Esperança-PB**. Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal pela UFPB. 2009.
- OLIVEIRA, P S. **Cultura Solidária em Cooperativas: Projetos Coletivos de Mudança de Vida**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- PALMAS, Prefeitura Municipal de. **Projeto Mulheres Mil: Cidadania pela arte Diagnóstico sócio econômico do Bairro Santa Bárbara**. Disponível em: www.mulher.df.gov.br. Acesso em 11 de outubro de 2013.
- PANTA R. L. S. **A percepção de agentes públicos de Sobrado-PB sobre o conceito de desenvolvimento sustentável**. Sobrado-PB. Curso de especialização em gestão pública municipal pela UFPB. 2011.
- PEREIRA, M. C. **Economia Solidária: ensaio sobre empreendimentos solidários, urbanos, para a geração de trabalho**. Belo Horizonte: O lutador, 2009.
- PINTO, J. R. L. **Economia Solidária: de volta à arte da associação**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.
- RATNER, H. **Desafios da Economia Solidária**. Economia Solidária Por quê? 1ª. ed. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2008.
- SACHS, F.. **Caminhos para o desenvolvimento artesanal**. Ed. Garamond, 2008.
- SANTOS, B S.; RODRÍGUEZ, C. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, Boaventura S. (org.). **Produzir para viver**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2002.
- SCHWENGBER, A. **Diretrizes para uma política pública de economia solidária no Brasil**. Disponível em: www.mte.gov.br. Acesso em: 27/12/2011.
- SILVA, M. L. **Agricultura Familiar: Setor estratégico para desenvolvimento Local no Município de Mogeiro - PB**. Curso de especialização em gestão pública municipal pela UFPB. 2010.
- SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.
- TELES, A. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

O potencial da Associação de Quixaba na disseminação da cultura da pimenta na Paraíba

*Paula Santos Candeia Barbosa
Crislene Rodrigues da Silva Moraes*

1 INTRODUÇÃO

Para ilustrar a aplicação da agricultura de pequeno porte, descreve-se um exemplo de empreendimento que está em andamento no Estado da Paraíba, no município de Quixaba, em comunidades rurais. A oportunidade identificada pelos associados se desdobra em três aspectos: demanda, qualidade e sustentabilidade. Com relação à demanda, observa-se que o país tem passado por profundas transformações econômicas nos últimos anos, gerando um crescimento do mercado consumidor das famílias com o aumento da renda. No que se refere à qualidade, considera-se que o aumento das importações provoca a comparação com os produtos nacionais. Assim, configura-se uma oportunidade para a oferta de produtos de alta qualidade feitos no Brasil, que poderiam concorrer com os importados. Quanto à sustentabilidade, a oferta de produtos orgânicos associados a esse atributo insere-se em uma tendência já percebida por empresas, governos e consumidores.

A pimenta vermelha vem se destacando como cultura de grande importância para o município de Quixaba. Inicialmente os agricultores e familiares da região tinham a exploração de madeira como fonte de renda. O cultivo da pimenta surgiu como alternativa para substituir essa ação predatória que causou o quase total desmatamento das matas de Caatinga do município. Estima-se que hoje a produção média entre os produtores chegue a 50 kg semanais, uma produção é vendida in natura ou beneficiada em molhos produzidos de forma artesanal.

Atualmente a produção é realizada com pouca tecnificação, e boa parte é perdida devido a vários problemas que vão desde o manejo até a falta de condições de alguns produtores (as) de beneficiar sua produção. Os nutrientes (proteínas, glicídios, lipídios, minerais, vitaminas, água e celulose ou fibras), quando em proporções adequadas na dieta, são capazes de assegurar a manutenção das funções vitais do organismo, suprimindo as suas necessidades de produção de energia, de elaboração e manutenção tecidual e de equilíbrio biológico.

Todos esses componentes são encontrados nos frutos de *Capsicum* em quantidades variáveis. O mercado consumidor de pimenta, na Paraíba e no Brasil, está distribuído em todas as faixas etárias, bem como em todas as classes sociais existentes, pois a pimenta consumida apresenta-se em vários tipos de subprodutos.

Segundo os informes da EMATER/PB, vem sendo desenvolvidas cadeias produtivas de plantações da pimenta que representa uma atividade de suma importância para a região onde este desenvolvimento ocorre, pois possibilita fixar o homem do campo, reduzindo as pressões sociais nas áreas rurais e urbanas e contribuindo para a minimização do desemprego e da exclusão social em virtude do capitalismo vigente.

No entanto toda a complexa movimentação desses recursos envolvidos nas atividades de cadeia produtiva da pimenta participa e contribui para o desenvolvimento sustentável, com planos de manejos sustentável, apoiados em políticas governamentais. Além disso, a valorização de produção regional e o beneficiamento de variadas espécies de pimentas determinam uma produção sustentável às comunidades e fornecem uma alternativa de renda e melhor qualidade de vida para os agricultores.

A cultura da pimenta em Quixaba vem entusiasmando várias famílias do campo, que veem neste fruto uma excelente fonte de renda. O resultado já aparece com o fruto sendo vendido para alguns estados, num mercado com muita brecha para expansão. Inclusive os produ-

tores deverão ser contemplados com um galpão no próximo ano, o que facilitará o engarrafamento em série da pimenta 100% artesanal.

O projeto Unidade de Beneficiamento de Pimenta foi discutido, priorizado e homologado pelo Colegiado de Desenvolvimento Territorial (CODETER) Médio Sertão para o ano de 2009, porém os produtores geralmente aplicam pouca tecnologia no que diz respeito ao beneficiamento e, por isso, não conseguem obter um produto de alta qualidade. Uma vez implantada esta unidade beneficiadora, poder-se-á diversificar a produção e desenvolver produtos com maior valor agregado, melhorando ainda mais os ganhos com o projeto, e incentivando a expansão e fortalecimento da atividade em todo Território.

O apoio ao Desenvolvimento Territorial busca dinamizar e incentivar uma nova concepção e gestão social de políticas públicas através da participação colegiada dos atores que discutem e deliberam coletivamente ações territoriais integradas, a partir de uma visão social incluyente, aplicando os recursos do PRONAT-INVESTIMENTO, gerenciados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, através da Secretaria do Desenvolvimento Territorial, tendo como executoras dos recursos as instâncias públicas municipais e cabendo à sociedade civil organizada a gestão dos empreendimentos.

Dessa forma, o presente estudo objetivou investigar o potencial do associativismo e sua relação com fortalecimento da autonomia dos agricultores da Associação Comunitária Agrícola de Quixaba Velha, Côncavo, Saco do Marculino, Bruno e Cana I (ACOMAQ), no que se refere à promoção da cidadania e o desenvolvimento local.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Tecnologia social e a relação com a Economia Solidária

O debate teórico e conceitual sobre a Tecnologia Social (TS) encontra-se pautada em perspectiva distinta, mas aqui será abordada e atrelada aos grupos populares e às suas necessidades tecnológicas.

Nesse sentido, tecnologias sociais (TS) são aquelas técnicas, materiais e procedimentos metodológicos testados, validados e com impacto social comprovado, criados a partir de necessidades sociais, objetivando solucionar uma problemática social. Uma tecnologia social certamente leva em consideração as realidades sociais locais e está, geralmente, ligada a formas de organização coletiva, trilhando caminhos para inclusão social e melhoria de qualidade de vida (LASSANCE JR; PEDREIRA, 2004).

Desse modo, o conceito de TS abrange produtos, metodologias replicáveis desenvolvidas na interação com o grupo e que vislumbre soluções eficientes de transformação social. Para isso a participação coletiva se faz imprescindível na organização, desenvolvimento e implementação de qualquer empreendimento. As tecnologias sociais devem favorecer o saber popular, aliado à organização social e ao conhecimento técnico científico (SILVA; FARIA, 2010).

Comumente foi possível relacionar os conceitos de tecnologia e de inovação com a ideia de necessidades humanas, almejando suas possibilidades para a inclusão social. Um ingrediente essencial para a sustentabilidade econômica e social do país parece descansar na articulação entre produção de conhecimento, em seu locus privilegiado - a universidade - e a inovação social, mas esta só será viabilizada com o engajamento de pesquisadores e demais atores atrelados à produção de conhecimento científico possibilitando o desenvolvimento das Tecnologias Sociais - TS (BAUMGARTEN, 2006).

Nesse enfoque é fundamental perceber se tais tecnologias irão fomentar o desenvolvimento humano, já que o modelo neoliberal de tecnologia convencional são formas de conhecimentos e produtos humanos e refletem os valores e contradições sociais.

As TS compreendem produtos, técnicas, metodologias desenvolvidas na interação dos saberes populares e científicos, que representam efetivas soluções de transformação da sociedade (SOUZA, 2010).

Assim, as Tecnologias Sociais devem envolver técnicas, porém sem destituir de testes empíricos e das experiências populares, desenvolvidas na interação com a comunidade e que represente efetivas soluções de transformação social.

Nesta perspectiva Frey (2003) identifica um aumento de associações e a existência de relações sociais de reciprocidade como as premissas de uma democracia vital e um engajamento efetivo que garante o perfil democrático da sociedade, determinando também o desempenho dos governos locais e suas instituições.

Sobre este aspecto Silveira (2006) coloca em debate conexões entre desenvolvimento local, economia solidária e tecnologia social, explicitando que a mola propulsora do desenvolvimento local está ligada ao entendimento de que dinâmicas geradoras de exclusão não podem ser desconstruídas por sistemas de decisões externas ao poder constituinte das comunidades locais, ou seja, sistematicamente, a questão do desenvolvimento local associa-se a estratégias que objetivam, simultaneamente, fortalecer o protagonismo das bases da sociedade na gestão pública e inverter padrões de desenvolvimento, no sentido de superar os obstáculos das desigualdades sociais.

Faria (2005, p.268) explica, no entanto, que:

A expressão economia solidária abrange uma multiplicidade de práticas econômicas em campos diversos, desde iniciativas realizadas no âmbito da unidade familiar até grandes empresas, nos vários setores da economia e na esfera pública, na produção e no consumo. Essas práticas sugerem de alguma maneira o desenvolvimento de relações mutualistas, cooperativistas ou de reciprocidade, inspiradas, na expressão de Razeto, por uma “racionalidade econômica distinta.

Isto significa que é de membros populares, associações, cooperativas, movimentos sociais, organizações essenciais que tendem a ser política e socialmente mais ativos, que darão suporte às normas democráticas para o crescimento do engajamento cívico e fortalecimento das Tecnologias Sociais e da Economia Solidária.

Notadamente existem objetivos comuns entre o campo da Economia Solidária e da Tecnologia Social para grupos populares, a exemplo da agricultura familiar e de cadeias produtivas, coleta de reciclagem dentre outros empreendimentos que apontam a autogestão como caminho para consolidação de um engajamento sociotécnico e o consequente sucesso de grupos populares. Fraga (2011, p.113) alerta que:

Em especial, a autogestão enquanto modelo de sociedade depende fortemente de tecnologias que não mantenham as estruturas de poder na sociedade. A superação do trabalho alienado demanda uma tecnologia que não seja hierárquica, alienante, nem que segmente o trabalhador sobre seu trabalho; demanda uma tecnologia que possibilite o controle e trabalho coletivo, que seja ambientalmente sustentável, que tenha em conta o respeito à saúde do trabalhador, que promova relações igualitárias de gênero etc.

Contudo, aliar o desenvolvimento da Tecnologia Social à economia solidária possibilita mais do que uma superação à crise do trabalho, desemprego estrutural ou busca pela sobrevivência, ambos fomentam alternativas de produção e reprodução social desigual e injusta se contrapondo valores de cooperação, justiça e solidariedade que fortalece o empreendimento e as relações sociais locais, capazes de estimular novos padrões de relação produtiva, sob a ótica de uma perspectiva de sustentabilidade no âmbito social, econômico e ambiental.

2.2 Trabalho associado e desenvolvimento local

As associações têm ganhado destaque especial a ser considerado um espaço privilegiado de afirmação da sociedade civil e de desenvolvimento da cidadania democrática. Um dos motivos reside no efeito hipotético de que a participação associativa afeta as atitudes, as capacidades e os comportamentos dos indivíduos de uma forma que se revela favorável em termos democráticos (LEONELLO, 2010).

Nesta perspectiva, a vida associativa implicaria um conjunto de valores aos seus membros, especificamente disposições favoráveis aos comportamentos cooperativos, ao respeito pelos outros, à tolerância, ao envolvimento ativo na esfera pública e ao reforço dos sentimentos de autoconfiança e de eficácia pessoal e porque não dizer econômica (MAIA; CATIN, e BRAGA FILHO, 2006).

De modo recente para se conseguir um bom trabalho são feitas muitas exigências, qualificar-se é necessário, mas existem muitas pessoas que ainda hoje não tem acesso à educação ficando, dessa forma, fora do mercado de trabalho.

De acordo com Kraychete, (2007) o Brasil tem experimentado nos últimos anos um crescimento e desenvolvimento econômico animador que contribuiu sobremaneira para melhoria das condições gerais da sociedade, principalmente das famílias de renda mais baixa. O associativismo se mostra uma alternativa viável no momento em que se consegue trabalhar com a autogestão, onde os próprios associados se organizam e gerenciam o andamento do trabalho, sem a necessidade da orientação ou acompanhamento de alguma instituição a priori.

Nesse contexto, busca de ações que vislumbrem concretizar interesses comuns capazes de suscitar o desenvolvimento social através de práticas associativas vem se perpetuando ao longo dos anos. Por este fato é que, a compreensão do processo de transformação e consolidação das bases locais pautadas no associativismo como base para o enfrentamento das contestações e para a promoção do desenvolvimento local, só é possível por meio de argumentos críticos sobre o significado e conceitos que retratam o associativismo (SINGER, 2003).

Desse modo, o associativismo, constitui-se mecanismo histórico para melhorar a qualidade da existência humana, ou seja, para melhorar as condições de vida dos indivíduos de um determinado local, pois faz com que a troca de experiências e a convivência entre as pessoas se constituam em oportunidade de crescimento e desenvolvimento de uma cultura própria do trabalho associado.

O trabalho associado está sendo instituído no próprio contexto da formação social frente ao capitalismo e carece conquistar o seu espaço enquanto uma alternativa para a classe trabalhadora libertar-se das diversas formas de trabalho alienado. Os sujeitos direta ou indiretamente envolvidos em experiências de trabalho associado estão vivendo um processo de contestação por legitimação e validação social desse modo de produção da existência. Tal contestação advém subjetivamente, individual e coletivamente entre tais sujeitos. São processos de legitimação e validação de uma nova forma de produzir o trabalho e a vida social e se coloca enquanto superação ao trabalho assalariado e à cultura capitalista que prevalece ainda na sociedade (TIRIBA, 2008).

Nesse sentido, os processos de mudança cultural de um empreendedor individual para um coletivo são demorados e relacionam-se aos próprios enfrentamentos da vivência no seu cotidiano para produzir, comercializar e garantir seu estar no mundo e de seus pares. Esse processo é permeado de contradições e subjetividades (BENINI, 2011).

2.3 Formação técnica e sua necessária atuação

No contexto da educação popular, “fala-se do assessor para designar a pessoa que vem aos grupos populares com um saber que lhe é específico, e que dá a esses grupos uma contribuição teórica própria” (OLIVEIRA, 1990).

Freire (1977) adverte que as assessorias muitas vezes se comportam como “os fazedores de transformação” e “proprietários do saber revolucionário”, encarnando a própria opressão, ao invés de possibilitar uma transformação, acreditando na capacidade dos grupos populares e ajudando-os a também descobrir e valorizar seu saber.

Nesse contraponto o assessor como o mediador, ou “aquele que funciona como lupa ou espelho para o movimento de se enxergar, se ver melhor, perceber e explicitar seus anseios, sua resistência” (FREIRE, 1985).

Explicitar as mudanças no trabalho de profissionais tidos como assessores/técnicos para o de assessores/educadores nos setores populares, atualmente é, antes de tudo, fundamental fazer uma reflexão sobre o lugar do assessor como educador, em contraposição ao assessor exclusivo ou essencialmente técnico, não por um ato de vontade ou mera declaração de princípios, mas pelos procedimentos e dispositivos inerentes à própria execução do estudo. A elaboração das perguntas e a busca das respostas levam à sistematização de um conhecimento novo, que resulta em saberes diferentes. Desse modo, os procedimentos adotados marcam uma diferença entre uma simples transferência de conteúdos e técnicas com uma metodologia pragmática e uma atividade formativa mais audaciosa, na qual os sujeitos do processo se encontram mais fortalecidos no que são, no que fazem e no que podem fazer no seu empreendimento econômico solidário (KRAYCHETE, 2007).

Nesse sentido, observa-se que a maioria dos empreendimentos quando não contam com o apoio de alguma assessoria, técnicos de ONGs, de órgãos governamentais, agentes que atuam junto a movimentos sociais, sindicais ou incubadoras de empreendimentos econômicos solidários fecham nos primeiros meses de vida por falta de gestão adequada. Os empreendedores são profissionais extremamente dedicados ao seu trabalho, mas que, em sua maioria, não receberam qualquer formação que os prepara para lidar com questões econômicas e gerenciais peculiares aos empreendimentos associativos. Por isso que se fadaram ao fracasso quando não recebem esta formação.

2.3.1 Formação técnica e organizações de apoio aos produtores da pimenta

Existem algumas parcerias em termos de pesquisas e consultorias (apoio técnico e de formação) fundamentais para o aprimoramento dos membros da associação, tais como: EMATER, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, CONSELHO MUNICIPAL, SECRETARIA DE AGRICULTURA, SINDICATO RURAL DE QUIXABA-PB, e a COMUNIDADE LOCAL.

A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba (EMATER-PB) realiza oficinas sobre as boas práticas na alimentação, higiene e manipulação de alimentos, associativismo, cooperativismo, dentre outros temas relevantes aos produtores. Os propósitos das oficinas são para alertar os produtores sobre os métodos que estão sendo utilizados na fabricação do produto, neste caso a pimenta, atentando para o manejo e a higiene que se sucede no processo de elaboração da mesma e a importância da união da associação.

Nas palestras executadas por profissionais da EMATER, cerca de 20 agricultores da localidade aprendem sobre a importância da manutenção da higiene pessoal adequada, além das condições do local de trabalho e qualidade dos alimentos e dos utensílios utilizados na fabricação da pimenta. Os representantes da EMATER são também encarregados de fazer cadastros dos fabricantes da pimenta com o propósito de elaborar um diagnóstico para o programa Unidade Familiar de Produção (UFP) e avaliarem, também, os efeitos das oficinas na fabricação da pimenta. Além da EMATER/PB os produtores contam com o apoio da Secretaria de Agricultura do Município (SMAQ) de Quixaba/PB.

3 METODOLOGIA

3.1 Tipologia da pesquisa

Na produção desta pesquisa foi necessária uma análise de natureza descritiva, bibliográfica que conforme Gil (2010) é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros, artigos científicos e revistas especializadas. É também de natureza quantitativa, pois tem como objeto de investigação, além de expor a experiência com a cultura da pimenta, detectar a contribuição social, econômica e ambiental que esta trouxe aos produtores e à Associação ACOMAQ de Quixaba/PB.

A Pesquisa Descritiva objetiva descrever as características de determinadas populações ou fenômenos. Uma de suas peculiaridades está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática (GIL, 2010).

Demo (1996) insere a pesquisa como atividade cotidiana considerando-a como uma atitude, um questionamento sistemático crítico e criativo, mais a intervenção competente na realidade, ou o diálogo crítico permanente com a realidade em sentido teórico e prático.

Para a execução desta pesquisa foi escolhida a Associação Comunitária Agrícola de Quixaba Velha, Côncavo, Saco do Marculino, Bruno e Canal (ACOMAQ), criada em 1996, com sede no Sítio Quixaba-Velha do município de Quixaba-PB. Constituída por 20 (vinte) associados, homens e mulheres, dentre os quais foram escolhidos 12 (doze) produtores do cultivo da pimenta, aleatoriamente para participar desta.

A pesquisa utilizou como instrumento de coleta de dados um formulário, contendo 13 (treze) questões, das quais 04 (quatro) eram abertas e 09 (nove) eram fechadas, que investigaram desde o perfil dos produtores, como também as contribuições sociais, culturais e econômicas deste produto para estes trabalhadores, destacando a importância dessa associação para o desenvolvimento da produção da pimenta e da cultura local.

Além de outro questionário específico para o Presidente da Associação ACOMAQ, contendo 10 (dez) questões abertas. Também foram registradas fotografias que apresentam o plantio com os produtores e os produtos fabricados com a pimenta.

O processo investigativo teve um papel decisivo no desenvolvimento e na conclusão da pesquisa. Os dados coletados se confrontaram dando subsídios para o processo de dedução a partir dos depoimentos e respostas dos participantes, tecnicamente estabelecidos.

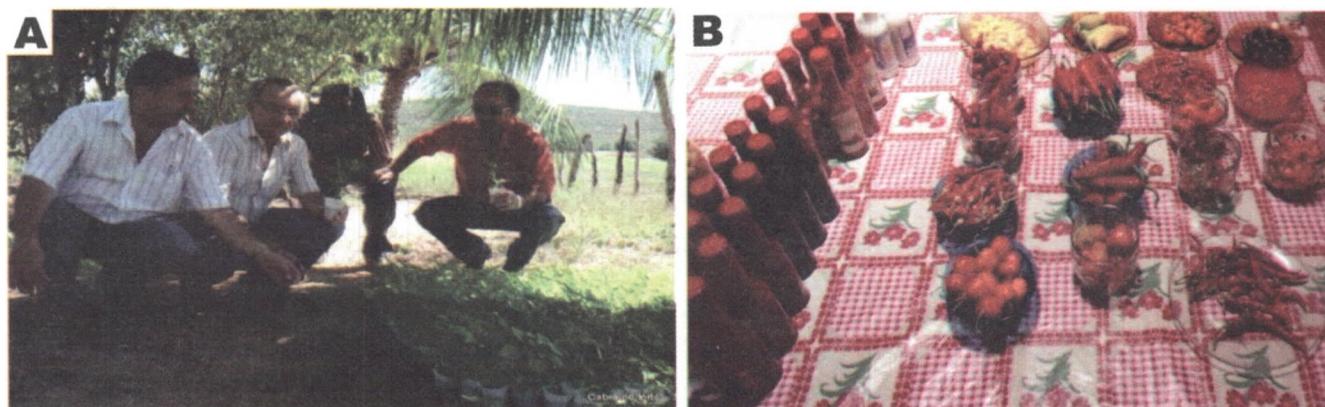
Deste modo, a pesquisa bem elaborada propicia a diversidade investigativa e expõe o aspecto “social” desta que, em geral, para a pretensão de trilhar o esforço do estudo para a realidade social, ressalta nela suas faces qualitativas. Não há que negar suas faces quantitativas, mas o foco estaria no mundo das qualidades (DEMO, 2004).

3.2 Os produtores de pimenta de quixaba/PB

A forte estiagem, uma das mais severas dos últimos anos, vem deixando um rastro de destruição no Sertão, causando prejuízos aos produtores, a exemplo das comunidades rurais, no município de Quixaba-PB, que está cultivando a pimenta.

Essa cultura vinha permitindo a vinte famílias, em regime de associativismo, com apoio técnico da EMATER e da Secretaria Municipal de Agricultura uma produção média de 5 mil frascos/mês desse condimento, bastante apreciado pelos nordestinos. Com a seca a produção teve brusca queda, resultando em apenas mil unidades/mês no ano de 2012. E atualmente estão investindo em novas espécies de pimenta, novas mudas (Figura 01).

Figura 01 – Plantio de mudas (A) e a diversidade de espécies de pimentas e produtos (B).



Fonte: Pesquisa Direta (2013).

Produzida de forma artesanal e orgânica, a pimenta de Quixaba é considerada um dos mais bem sucedidos experimentos de convivência no semiárido, de manutenção da família no campo e vem ganhando mercado.

O produto tem público comprador da Paraíba e de outros Estados brasileiros. Mesmo com a acentuada queda da safra desde 2011 devido a intempéries climáticas, os produtores esperam que haja bom inverno capaz de garantir a retomada e ampliação dos campos de pimenta nos anos seguintes.

A pequena produção funciona na forma de cadeia produtiva. Cadeia produtiva é definida como “a rede” constituída por diversos atores que geram relações de força coletiva, que influenciam diretamente as estratégias mercadológicas e comerciais, assim como a tomada de decisão de cada um dos atores é ainda um sistema composto pelo conjunto das funções técnicas envolvidas, desde a produção dos produtos até o consumo (VEIGA et al., 2005). Por outro lado, as pressões competitivas por maior integração e coordenação entre as atividades, ao longo das cadeias, amplia a articulação entre os agentes.

A pequena produção é hoje irrigada manualmente, com água de dois poços artesanais, e a meta é instalar mais três para garantir a independência hídrica em situações de crise de abastecimento, como a atual. Cada família tem sua renda na venda do molho da pimenta, que é um produto feito de forma artesanal.

Um bom suporte para a associação de produtores de pimenta de Quixaba será a Casa da Pimenta, orçada em R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), projeto dos Territórios da Cidadania, apoiado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, cuja construção já encontra-se em andamento (Figura 02).

Figura 02 – Produção de pimenta artesanal (A) e a nova sede da ACOMAQ (B).



Fonte: Pesquisa Direta (2013).

Nesse espaço os associados poderão desenvolver diversos produtos como molhos, inclusive o molho inglês, além de geléias de pimenta, o que favorecerá ainda mais a economia e o desenvolvimento local.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A fase de exposição de análise dos questionários, além de imprescindível é o ponto chave para obter respostas às inquietudes e hipóteses levantadas na pesquisa. A análise de dados é definida por (MARCONI e LAKATOS, 2006, p.131) “como a categorização, ordenação, manipulação e sumarização de dados”. Assim sendo, os dados brutos são agrupados de forma sistematizada, visando permitir a sua mensuração e interpretação.

Os dados obtidos com a pesquisa foram analisados de forma descritiva, quantitativa e qualitativa. É importante colocar que, no que concerne à aplicação dos questionários foram tomados todos os cuidados, como solicitação de autorização aos entrevistados para a divulgação dos resultados da pesquisa, além de dar ciência do seu envolvimento na mesma e da amplitude do estudo, uma vez que esta possibilitará novos conhecimentos à sociedade.

4.1 Aspectos sociais dos Produtores

Da amostra pesquisada 33% eram mulheres e 67% homens, demonstrando que a produção de pimenta é considerada ainda uma atividade masculina.

A faixa etária dos produtores da pimenta entrevistados variou entre 25% com idades entre 18 a 35 anos; 33% com idades entre 36 a 50 anos de idade e 42% dos produtores com faixa etária entre 51 a 60 anos. Para Almeida (1999) pode-se observar que são poucos os jovens que se interessam pela agricultura, uma vez que esta ainda é vista como pouco atrativa no que concerne ao fator de ascensão social. Os trabalhadores com idade mais avançada ainda acreditam na agricultura e que podem viver dela, não tendo interesse em migrar para outras atividades, principalmente pela dificuldade de se inserir no mercado de trabalho.

Sobre a escolaridade dos associados pode-se afirmar que, embora 58% dos associados tenham conseguido concluir o ensino médio, os outros 42% não conseguiram sequer a educação básica. Este é um dos grandes problemas que o Brasil enfrenta e que deve ser erradicado. É preciso repensar a educação no seu sentido primordial - educação (do latim educere), que significa ato de conduzir.

A educação é o que guia a sociedade, ou nos dizeres de Freire (1996, p. 38) “Educar não é transferir conhecimento (...) educar exige compreender que a educação é uma forma de

intervir no mundo (...)”. Com base nesta afirmativa percebe-se que a educação e o trabalho estão intimamente ligados, e por ser um indispensável à existência do outro, se faz essencial para a humanização de homens e mulheres. Enquanto trabalha, o ser humano transforma seu ambiente e altera sua visão de mundo e de si mesmo, participando ativamente do processo de transformação social.

Indagado aos produtores de pimenta, entrevistados, se antes de ser agricultor exerciam outra atividade autônoma, 42% responderam que sim e 58% responderam que sempre viveram da agricultura.

Sobre situação na atividade profissional que os associados da ACOMAQ exerciam, percebeu-se que a maior parte dos produtores nunca tentou outra atividade que não fosse a agricultura e que os 42% que buscaram outras atividades, acreditando encontrar melhores condições de vida, se depararam com a exigência do mercado atual e não tendo o perfil profissional exigido retornaram para o campo.

Destarte, Oliveira (2005), acrescenta que o crescimento do desemprego e a precarização das relações de trabalho que existe nos países ocidentais gera uma massa de trabalhadores despreparados, desprotegidos pelo Estado e excluídos do mercado de trabalho tradicional. Essa exclusão obriga os trabalhadores a desenvolverem alternativas diversas para sobreviver. Alguns encontram a delinquência como resposta, outros disputam pelas formas mais desumanas de competição, os restos deixados pelo mercado, enquanto alguns escolhem se unir pela solidariedade.

Quanto à situação atual de trabalho, os associados da ACOMAQ responderam por unanimidade que trabalham em empreendimento familiar e que o apoio da associação foi bastante positivo. Como comprova um dos depoimentos dos associados: “É muito importante o trabalho da associação porque todos os benefícios aos sócios são satisfatórios, trabalhar em conjunto e principalmente receber orientação sobre o cultivo da pimenta e como negociar a mesma”.

Quando indagados sobre o papel de cada membro da associação, as respostas obtidas por unanimidade concorreram no mesmo viés. “Participar ativamente das reuniões da associação, participar das atividades da comunidade, das decisões ligadas à agricultura no cultivo da pimenta e outros benefícios para a comunidade”.

No que se refere à forma com que os líderes da associação tomam as decisões, também obteve-se as respostas similares, de que todas as decisões são tomadas coletivamente com a participação de todos os associados em votação aberta.

Na última questão deste bloco foi colocado aos participantes, o que eles entendiam sobre o significado da palavra transparência, e todos demonstraram compreender o sentido da palavra na prática. Como comprova o depoimento coletado: “Quando tomamos decisões que seja do conhecimento de todos, coletivamente, sem omitir nada e com igualdade”.

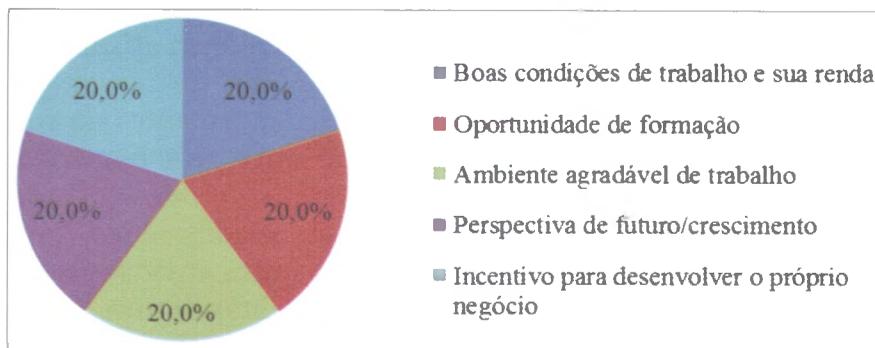
Estas respostas deixam claro que os princípios da Economia Solidária, como autogestão, cooperação e democracia, são praticado no dia a dia, da Associação ACOMAQ.

4.2 Aspectos culturais e econômicos

No que se refere aos aspectos culturais e econômicos, objetivou-se captar a percepção dos produtores da pimenta do empreendimento ACOMAQ quanto à noção de sustentabilidade, relacionando a questão ambiental com a qualidade de vida. Foi possível perceber que os participantes atribuíram a mesma importância e entendimento, podendo ser considerado um bom nível de conhecimento sobre os aspectos solicitados.

A Figura 03 apresenta informações da percepção dos participantes sobre as mudanças positivas em seu atual trabalho. As opções de respostas foram apresentadas em categorias que variaram entre manifestações positivas a respeito das dimensões utilizadas para análise.

Figura 03 – Percepção dos participantes sobre as mudanças positivas em seu atual trabalho.



Fonte: Elaborado pelo autor (2013).

Foi solicitado que os produtores, informantes desta pesquisa, escolhessem dentre cinco opções as que melhor demonstrassem seu nível de satisfação em sua nova atividade. Quando indagados sobre estarem satisfeitos com as mudanças em seu atual trabalho relacionadas à qualidade de vida, os produtores entrevistados foram unânimes em elencarem os itens concernentes à melhoria da sua qualidade de vida.

De acordo com Robbins (1999), satisfação com o trabalho define-se, simplesmente, como a diferença entre a quantidade de premiações que os trabalhadores recebem e a quantidade que acreditam que deveriam receber. [...] satisfação no trabalho é o grau segundo o qual os indivíduos se sentem de modo positivo ou negativo com relação ao trabalho. É uma atitude, ou resposta emocional, às tarefas de trabalho assim como às condições físicas e sociais do local de trabalho (SCHERMERHORN et al., 1999, p.93).

Sobre a percepção dos participantes em relação a seus rendimentos junto ao empreendimento, foi possível observar que a maioria dos entrevistados (84%) demonstrou satisfação com os rendimentos obtidos pelo apoio recebido da associação, e apenas 16% se mostraram insatisfeitos ou parcialmente satisfeitos.

Nos trabalhos cotidianos dos associados foram facilmente identificadas características relacionadas ao:

- Associativismo: intensa participação e dedicação ao grupo;
- Autogestão: decisões tomadas democraticamente em assembleias, por todos os membros da Associação, sem distinção de tamanho e de produção;
- Dimensão econômica: cada produtor recebe de acordo com o produto que entrega e a participação entregue a Associação é integralmente investida nela;
- Solidariedade: ajuda mútua e forte solidariedade interna entre os membros.

Logo, o sucesso apresentado por este empreendimento demonstra a importância do associativismo na melhoria e aprimoramento das condições e dos padrões de vida dos associados, pela adoção dos princípios da economia solidária, que colabora para a manutenção da população no campo, reduzindo o êxodo rural e suas consequências econômicas e sociais.

5 CONCLUSÕES

A busca pela sustentabilidade na agricultura de pequeno porte é complexa e desafiadora por envolver diversas dimensões e a articulação de agentes públicos e privados. Neste estudo foi apresentado um panorama de necessidades e dos temas envolvidos quando se analisam os aspectos econômico, social e ambiental da agricultura de pequeno porte.

No aspecto econômico, revela-se a possibilidade de combinar a escolha de sistemas de produção com base em certificação para o atendimento de nichos de mercado em expansão, como os produtos orgânicos.

Na vertente social a agricultura de pequeno porte revela-se pouco desenvolvida. Neste caso destaca-se o papel fundamental das associações de produtores, que merecem o apoio por parte de agentes públicos, empresas e organizações sem fins lucrativos. Contudo, mediante entrevista aos associados e produtores da pimenta, estes relataram que melhoraram significativamente suas vidas.

No campo ambiental, os pequenos produtores encontram-se em situação semelhante à de populações urbanas de baixa renda. Assim, pequenos produtores podem adotar práticas ambientalmente condenáveis ou buscar alternativas, como foi o caso dos produtores de pimenta que abandonaram a prática da exploração da madeira, evitando viver em situações de risco ambiental.

É possível afirmar que com a melhora das condições de vida no campo e o aumento de renda, proporcionados pelo associativismo, já começa a haver uma valorização da vida rural e os jovens já passam a, gradativamente, perceber as propriedades como uma opção interessante.

A Associação Agrícola ACOMAQ de Quixaba-PB pode ser considerada um exemplo de sucesso, uma vez que proporciona condições para que os agricultores não só encontrem uma forma de se manter no campo, como trouxe alternativas econômicas com a produção da pimenta.

A Associação Agrícola ACOMAQ tem uma preocupação contínua de atender a uma das aspirações dos produtores associados, que é garantir a comercialização e preço compensador dos produtos derivados da pimenta. Esse processo é facilitado pelo associativismo que já garantiu um nicho de mercado e a viabilização da produção para agricultores com baixo volume de produtivo.

Portanto, os associados buscam condições para colocar em execução o projeto da Casa da Pimenta, onde serão produzidos uma variedade derivados da pimenta como forma de agregar valor ao produto e possibilitar a busca de novos mercados, o que poderia aumentar ainda mais a rentabilidade da produção de pimenta e alavancar o desenvolvimento local.

6 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. **A construção de uma nova agricultura**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

BAUMGARTEN, M. Redes, conhecimento e inovação social. *In: Conhecimentos e Redes - Sociedade, política e inovação*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2006. Disponível em: www.gpcts.furg.br. Acesso em 10 de agosto de 2013.

BENINI, A. Edi. Sistema Orgânico do Trabalho: uma perspectiva de trabalho associado a partir das práticas de Economia Solidária. *In: BENINI, Edi, et al. (orgs). Gestão Pública e Sociedade: Fundamentos e políticas públicas de economia solidária*. Vol. 1 – Outras Expressões, SP, 2011.

DEMO, P. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1996.

DEMO, P. **Pesquisa Participante: Saber pensar e intervir juntos**. Brasília/DF: Liber Livros, 2004.

FARIA, M. S.de. **Augestão, cooperativa, economia solidária: avatares do trabalho e do capital**. Tese de Doutorado. Florianópolis, UFSC, 2005.

FARIA, M. S. de; SANCHEZ, F. A Economia Solidária no Governo Federal: intersectorialidade, transversalidade e cooperação internacional. *In: BENINI, Édri, et al. (orgs). Gestão Pública*

e Sociedade Fundamentos e Políticas Públicas da Economia Solidária. São Paulo: Outras Expressões, 2011, pp. 413-442.

FRAGA, L. Autogestão e Tecnologia Social: utopia e engajamento. *In*: BENINI, Édi, et al. (orgs). **Gestão Pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária [et al]**. Org. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 4ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FREIRE, P. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia – Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. & FAUNDEZ, A. **Por uma pedagogia da pergunta**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FREY, Klaus, **Capital social, comunidade e democracia: política e sociedade**. N.2, Abril: 2003.

GADOTTI, M. **Educar para à sustentabilidade: uma contribuição à década da Educação para o desenvolvimento sustentável - São Paulo**. Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. Editora São Paulo: Atlas, 2010.

GONDIM, L, GONDIM, L. Da Economia Solidária à tecnologia social - um desenvolvimento sustentável. *In*: **Revista Eletrônica da Faculdade Adventista de Administração do Nordeste** – FAAD – 2010.

KRAYCHETE, G. Economia popular solidária: sustentabilidade e transformação social. *In*: KRAYCHETE, G. e AGUIAR, K. (Orgs.). **Economia dos setores populares: sustentabilidade e estratégias de formação**. São Leopoldo: Oikos, 2007. p. 32 – 66.

KRAYCHETE, G. Como fazer um estudo de viabilidade econômica. Economia popular: viabilidade e alternativas. Salvador, Junho 1997. CESE-CEADe, p. 12-22.

KRAYCHETE, G. Sustentabilidade e viabilidade de empreendimentos associativos: aspectos a serem considerados. *In*: CAPINA. **Viabilidade econômica e gestão democrática de empreendimentos associativos**. Capina: Rio de Janeiro, 2009. (apostila do Curso de Viabilidade econômica e Gestão Democrática).

LASSANCE JR, A.; PEDREIRA, J. Tecnologias Sociais e Políticas Públicas *In*: FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. **Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: FBB, 2004.

LEONELLO, J.C. **O associativismo como alternativa de desenvolvimento na dinâmica da economia solidária**. Franca: [s.n.], 2010 Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de História, Direito e Serviço Social.

MAIA, D. H. S; CATIN, N. F e BRAGA. Filho, H. **As Alternativas Propostas pela Economia Solidária, Para o Desenvolvimento Econômico e Social, com Sustentabilidade e Geração de Renda**, Uni-Facef - Centro Universitário de Franca, SP. 2006.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

NOGUEIRA, A.C.L. **Os Pequenos Produtores Rurais e a Sustentabilidade**. Informações FIPE, março de 2011.

- OLIVEIRA, L. V. N. **Economia solidária e conjuntura neoliberal: desafios para as políticas públicas no Brasil.** Dissertação (Mestrado). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2005.
- OLIVEIRA, P. R. “Ensinar aprendendo”. *In: Tempo e Presença*, nº 250, mar/abr 1990, p. 5-6.
- ROBBINS, S. P. **Comportamento Organizacional.** 8.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.
- SCHERMERHORN JR., J. R.; HUNT, J. N. O. **Fundamentos do Comportamento Organizacional.** Porto Alegre: Bookman, 1999.
- SENAES. **Avaliação do Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas e Empreendimentos Solidários – PRONIC: relatório final.** Recife: Ministério do Trabalho e Emprego/IADH, 2011, 340p.
- SILVA, R. M; FARIAS. M. **Tecnologia Social e Desenvolvimento Sustentável: Contribuições da RTS para a formulação de uma política de Estado de Ciência, Tecnologia e inovação.** Brasília, 2010.
- SILVEIRA, C. **Conexões entre desenvolvimento local, economia solidária e tecnologia social,** Revista Trimestral de Debate da Fase. Proposta n. 112, 2006. Disponível em: www.acompanhamentoproninc.org.br. Acesso em 20 de julho de 2013.
- SINGER, P. **Solidariedade na Economia: Uma Alternativa à Competição Capitalista.** 2003. Entrevista Disponível em: www.twiki.im.ufba.br. Acesso em 20 de agosto de 2013.
- SOUZA, J. R. **Tecnologia Social e Desenvolvimento Sustentável: Contribuições da RTS para a formulação de uma política de Estado de Ciência, Tecnologia e inovação.** Brasília, 2010.
- TIRIBA, L. **Cultura do trabalho, autogestão e formação de trabalhadores associados na produção: questões de pesquisa.** PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 26, n. 1, 69-94, jan./jun. 2008. Disponível em: www.perspectiva.ufsc.br. Acesso: 02 de agosto de 2013.
- VEIGA, J. B. da; SIMAO NETO, M.; RODRIGUES FILHO, J. A. Alimentação do gado de leite na Amazônia Oriental. *In: VEIGA, J. B. da; TOURRAND, J. F. (Ed.). Produção leiteira na Amazônia Oriental: situação atual e perspectivas.* Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2005. p. 161-178.

Padaria comunitária: alternativa para a inclusão social na perspectiva da Economia Solidária

*Maria Aparecida Ferreira Xavier
Eduardo Lima Leite*

1 INTRODUÇÃO

O Projeto de Inclusão Produtiva “Padaria Comunitária” é um instrumento de desenvolvimento comunitário, baseado nos princípios da Economia Solidária (ES). Na cidade de Patos teve seu marco inicial em 2010, a partir de parceria firmada entre a Prefeitura Municipal e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). A referida Padaria recebeu o nome de uma figura que foi um dos marcos da história da panificação em Patos, Aduino Maximiano dos Santos.

A exclusão, aliada às condições socioeconômicas precárias, representa cenários comprometedores para o processo de integração social dos jovens. É nesse contexto que os movimentos de organizações solidárias vêm ganhando espaço como uma alternativa popular de contraposição aos problemas sociais.

Partindo dessa concepção, o referido projeto tem suas raízes no pressuposto da cidadania, da solidariedade, da dignidade e, sobretudo, da recuperação da autoestima de jovens em situação de vulnerabilidade social.

A dinâmica do projeto está baseada em uma proposta de governo para políticas públicas, criando entre os envolvidos um vínculo de apoio que permite a viabilidade através de atividades em grupo, planejamento, treinamentos e um cronograma de atividades.

A turma era formada por vinte jovens, com idades variando entre 18 e 24 anos, que participaram de cursos de Técnicas de Produção de Panificação, oferecidos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), com carga horária total de 220 horas/aulas e envolvendo a preparação também para montar empreendimentos coletivos, assim como assumir o controle dos próprios negócios.

Após a etapa de formação dos jovens, seria selecionado um grupo que ficaria empregado na padaria. Os demais alunos seriam encaminhados para o mercado de trabalho, sendo que algumas empresas de panificação já manifestavam interesse na contratação destes jovens e vale considerar que o setor é bem expressivo e necessita sempre de mão de obra especializada.

No entanto, a realidade evidenciada pela suspensão das atividades da padaria nos obrigou a ajustar a proposta de pesquisa para uma revisão de literatura do ponto de vista metodológico.

Dada à impossibilidade de análise do Projeto Padaria Comunitária de Patos - PB, em consequência da suspensão das suas atividades, a presente pesquisa buscou apresentar e discutir os estudos existentes, no que tange à temática “padaria comunitária”. Embora não sendo muito numerosos, esses estudos ofereceram base para a reflexão sobre o tema, na perspectiva da Economia Solidária.

Em razão do que acima se descreve, este texto está dividido em partes, além da introdução e conclusão. Inicialmente, apresenta-se uma abordagem sobre a referida temática, objetivando a apropriação de conhecimentos prévios. A segunda parte refere-se à apresentação do Projeto de Inclusão Produtiva “Padaria Comunitária” em Patos – PB, que seria o objeto de estudo. As partes seguintes são dedicadas à revisão de literatura sobre, abordando a economia solidária e o cooperativismo como alternativas para a inclusão social.

O termo “projeto”, acima evidenciado, foi usado para caracterizar a padaria como uma proposta em potencial, visto sua situação atual de não produzir, embora tenha e possa

voltar a produzir. Barbier (apud MACHADO, 2000) salienta que, “O projeto não é uma simples representação do futuro, do amanhã, do possível, de uma ideia, é o futuro a fazer, um amanhã a concretizar, um possível a transformar em real, uma ideia a transformar em ato”.

Portanto, a ideia de “projeto” refere-se a algo pensado ou desejado, mas não concretizado.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Contextualização da temática: Padaria comunitária

Conforme o “PROJETO PÃO DA VIDA” (2011),

A formação de um profissional por meio da padaria comunitária transforma o setor e o deixa preparado para as transformações necessárias que ocorrem no mercado de trabalho, afinal, a iniciativa contribui e leva para algumas pessoas a melhora da condição de vida.

O principal objetivo da padaria comunitária é oferecer conhecimento às pessoas excluídas que objetivam a aquisição de renda, bem como promover a sociabilidade, além da oportunidade de poder aprender muito em cursos técnicos que visam trazer uma perspectiva para pessoas que não teriam outra opção profissional.

O projeto é realizado em parceria, sobretudo com profissionais especializados de escolas como o SENAI e o Sistema Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), que ensinam as mais diferentes técnicas relacionadas às áreas específicas como empreendedorismo, conceitos básicos de nutrição e técnicas para confeitaria.

Portanto, a padaria comunitária tem como pressupostos a promoção de valores às pessoas excluídas, bem como atender às necessidades básicas das famílias, através da geração de emprego e renda.

2.2 O empreendimento padaria comunitária como alternativa para a inclusão social

Para Lima (2004), a pobreza - determinante de vulnerabilidade é concebida uma como situação social marcada pela ausência de oportunidades.

Segundo Takaji (2006 apud LORETO, 2011) a ausência de políticas públicas muito acrescentou no que se refere à fome e à pobreza no Brasil. Em vista disso, a implementação dessas políticas objetivando o combate à desigualdade social tem se mostrado uma condição urgente, calcada na ideia de reparo de uma dívida social, uma vez que diversas razões de ordem social e, principalmente, econômica concorrem para toda essa problemática.

Nesse sentido, tem-se evidenciado como prioridade, nos debates públicos atuais e tem sido objeto de resgate social, intervenções governamentais no que concerne à redução da pobreza e consequentemente à promoção da dignidade humana.

Em face desse cenário, alternativas têm sido pensadas e questionadas, entre elas o Programa Fome Zero, lançado pelo governo federal no ano de 2003 para a amenização/solução dessa situação.

De acordo com os dados divulgados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em setembro/2012, o Brasil atingiu em 2011 o menor índice de desigualdade social já verificado desde o início das séries históricas, em 1960, mas mesmo assim a desigualdade brasileira está entre as 12 mais altas do mundo. Portanto, apesar de ter um avanço significativo, o Brasil ainda é um país com um nível inaceitável de desigualdade. É preciso manter o foco e

continuar fomentando a trajetória recente de crescimento pró-pobre, na tentativa de reparação de uma dívida existente com o Estado brasileiro e a população “marginalizada”.

Nesse contexto, se faz necessária a apresentação de alternativas fundamentadas em princípios mais humanistas, capazes de promover a inserção dos ditos “excluídos” no meio social. Uma dessas alternativas é a economia solidária, conforme Arruda (2003, p.2).

Cujo objetivo é responder as necessidade sociais humanas, ou também atender a dupla demanda de reprodução simples (sobrevivência) e de reprodução ampliada da vida (crescente bem viver individual, comunitário, social).

Na visão de Pochamann (2004), as políticas públicas estão organizadas em três categorias: redistributiva – que visa oportunizar, através de programas, renda mínima aos “ditos” excluídos do mercado de trabalho; emancipatória – que oportuniza trabalho e renda a partir das iniciativas dos gestores públicos; e desenvolvimentista – que surge a partir de novas experiências produtivas e, conseqüentemente, de novos postos de trabalho.

Em contrapartida, Santos (1987) especifica três tipos de políticas públicas: preventiva – que objetiva reduzir as desigualdades sociais, mediante a oferta de trabalho e de benefícios como saúde e educação; compensatória – voltada para grupos em situação de vulnerabilidade social, objetivando a redução dos desajustes provenientes da acumulação entre poucos; e social – que objetiva alargar o acesso aos benefícios sociais.

Sob a perspectiva da ES, convém considerar as políticas desenvolvimentista e preventiva propostas, respectivamente, por Pochamann (2004) e Santos (1987), dada a possibilidade de incentivo à novas experiências produtivas.

O aparecimento das políticas públicas proporcionou um incentivo a projetos de geração de rendas direcionados às famílias carentes, em situação de vulnerabilidade, como é o caso do Programa Minas Sem Fome (PMSF), implantado no Estado de Minas, em 2004 que, conforme explicitado pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (EMATER-MG, 2011) objetiva o combate à fome e conseqüentemente aos efeitos causados por ela, entre eles a exclusão social.

Nesse contexto surge a Padaria Comunitária “Mãos de Fibrá”, instalada na comunidade da Viçeira, zona rural da cidade de Viçosa/MG, contemplada pelo referido programa. A ideia partiu de um grupo de pessoas, na maioria mulheres, residentes em comunidades mineiras, que buscavam alternativas para a subsistência familiar. Segundo Guerrieri (2009, p. 221),

[...] Milhões de trabalhadores no mundo, no campo e nas cidades, têm-se juntado em cooperativas, associações e empresas de autogestão onde não existe a relação de exploração entre empregador e empregado (uma vez que não existem estas duas figuras), em que a produção está a serviço da vida humana (e não o contrário) e nas quais a colaboração entre os agentes humanos produtivos é o princípio que deve, necessariamente, predominar. A partir de uma alternativa concreta de produção fora da racionalidade capitalista, muitas pessoas têm encontrado um novo sustentáculo para a manutenção da sua existência.

A iniciativa da padaria despertou o interesse de algumas organizações locais, entre elas a Universidade Federal de Viçosa (UFV) – por meio de um projeto de extensão - que ofereceram suporte no que tange à estrutura, apoio e capacitação “carro chefe das ações de extensão”, ao grupo da Padaria Artesanal, denominada “Mãos de Fibrá”.

Apesar de toda a evolução evidenciada ao longo dos anos, a organização do grupo continuava na informalidade o que acarretava prejuízos no que se refere à comercialização dos produtos – pela ausência de nota fiscal -, como também ao acesso a benefícios de políticas públicas, que têm como pré-requisito a formalidade.

Somente em 2010, após várias reuniões para esclarecimentos das mudanças advindas da formalização e, visitação à Associação de Mulheres de Prata, o grupo opta pelo processo da formalização, concluído em 2011 com a elaboração do estatuto de regimento interno, produzido pelo próprio grupo.

No estudo sobre a Padaria Comunitária “Mãos de Fibra”, ora evidenciado, menciona-se que os membros do grupo executam todas as atividades pertinentes ao trabalho, a partir de regras pré-estabelecidas, sempre centradas no princípio da cooperação, sem perder de vista a hierarquia, dada às funções específicas exercidas por alguns, em consequência de suas habilidades. Dado ao caráter de solidariedade essa padaria caracteriza-se como um empreendimento cooperativo solidário (pelo menos em termo de proposta). Nesse sentido a referida iniciativa corrobora a ideia de inclusão social, partindo do princípio da economia solidária.

Dando continuidade convém fazer uma breve abordagem sobre o exitoso projeto “Padaria comunitária” em Curitiba, que foi pensado inicialmente por um grupo de mulheres marginalizadas, no que se refere à inserção no mercado de trabalho, em consequência da faixa etária por elas apresentada. (CARNEIRO, 2009, p. 76, apud FERREIRA, 2012),

No começo tudo era difícil, pois muitas vezes as pessoas não tinham nem o produto básico para que pudessem realizar a tarefa das produções. “Tudo começou com um grupo de mulheres, amigas, que conversavam sobre os problemas sociais e a necessidade de se buscar formas não capitalistas de trabalho e geração de renda”.

O projeto foi financiado em parceria com o Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo (CEFURIA), a Paróquia local, o Movimento Popular de Mulheres do Paraná, assim como através de recursos do Fundo de Mini-Projetos da região sul. Conforme demonstrado nas propostas analisadas.

A padaria pioneira foi instalada no Sítio Cercado, dito “excluído” no que se refere a investimentos públicos. A experiência excedeu as expectativas proporcionando a instalação de novas padarias em outras comunidades. Conforme dados divulgados pelo CEFURIA (2011) existe, na cidade de Curitiba e Região Metropolitana, vinte e sete Padarias Comunitárias em funcionamento que contam com a colaboração de mais de cem trabalhadores. O surgimento de novas padarias e a evolução do grupo possibilitaram a constituição do “Conselho Gestor das Padarias Comunitárias Fermento na Massa”, em 2004. No dia 26 de março de 2007 foi aprovado o estatuto da Associação das Padarias Comunitárias Fermento na Massa e no dia 23 de abril do mesmo ano foi fundada a Associação.

De acordo com o CEFURIA (2011), o trabalho desenvolvido pelas referidas padarias está inserido nos ditames da Economia Solidária, tendo como fundamentação a solidariedade, autogestão, resgate da cidadania, da dignidade e da autoestima, assim como a formação técnica e política dos trabalhadores e trabalhadoras.

Através de projetos, junto ao Ministério do Desenvolvimento Social, o referido centro consegue equipamentos para panificação e cursos de capacitação destinados aos trabalhadores, assim como aos que pretendem implantar padarias em suas comunidades. Portanto, vale salientar que para afastar a ideia de assistencialismo, as pessoas capacitadas assumem o compromisso de repassar o conhecimento adquirido a outras pessoas interessadas em trabalhar nas padarias.

Além da formação técnica para a atuação nas padarias, os cursos ofertados também objetivam a formação cidadã e política dos trabalhadores. Esses cursos apresentam-se distribuídos em cinco etapas, (KNAPIK e BEZ, 2007, p. 36 apud ANJOS et al. 2011):

Cada etapa resgata a história do trabalho, à luz dos ensinamentos de Paulo Freire. Através de trocas de experiências pelo diálogo, a realidade começa a ser desvelada, surgindo assim, uma postura crítica, nova forma de percepção dos fatos históricos e a

desconstrução de mitos e do “senso comum” que infelizmente predomina nos nossos meios de comunicação como forma de dominação e opressão.

No que concerne à formação técnica evidencia-se, uma carga horária de 40 horas semanais a cada mês; já os cursos destinados à formação cidadã e política têm duração de oito horas para cada temática trabalhada.

Em relato feito sobre a experiência, Knapik e Bez (2007, p.118) evidenciam o depoimento de um dos trabalhadores vinculados a essas padarias: “A Padaria Comunitária hoje é uma forma de trabalho e apoio que as famílias excluídas deste sistema capitalista que estamos vivendo, encontraram para viver de uma maneira mais humana e solidária”.

Conforme discorrem França Filho e Laville (2004, p.149 apud. BORBA, 2010),

No Brasil a Economia Solidária tem servido para identificação de diferentes iniciativas de grupos sociais (e de base popular, na maioria dos casos) que se organizam sob o princípio da solidariedade e da democracia para enfrentar suas problemáticas locais através da elaboração de atividades econômicas. Na maioria das vezes, os debates suscitados por estas experiências articulam-se em torno de empregos que elas criam. Esta é a razão pela qual esse termo aparece na maior parte dos casos associado às novas formas de trabalho e de geração de renda.

Portanto, convém enfatizar que a Economia Solidária surge como iniciativa favorável à geração de renda em detrimento à economia capitalista.

Outra atividade significativa da ES é o “Projeto Joana D’Arc em Luta pela Dignidade”, existente na Vila Joana D’Arc, periferia de Porto Alegre/RS, desde 2006, por iniciativa do Núcleo de Extensão Comunitária/CODES da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) – evidenciando sua Política de Desenvolvimento Social - em parceria com o Programa Desenvolvimento & Cidadania da Petrobras.

As conquistas já alcançadas pelas mulheres e membros da comunidade, no que remete à retomada dos estudos – para a qualificação profissional – e ao trabalho por estes executado, evidenciam a consolidação dos rumos do projeto.

De acordo com Accorssi (2004), por ocasião da realização de pesquisas sobre a dinâmica da comunidade, a PUCRS através de alguns pesquisadores, teve a oportunidade de acompanhar as atividades referentes a uma política pública de geração de trabalho e renda na comunidade em evidência, assim como o encerramento das mesmas, fator determinante para implementação do “Projeto Joana D’Arc em Luta pela Dignidade”, em parceria com a empresa Petrobras.

Nota-se que o espírito de coletividade já assolava aquela comunidade mesmo antes da implantação do projeto, o que oportunizou aos idealizadores a construção de vínculos que serviriam como suporte para o estabelecimento de relações horizontais ao longo das ações a serem realizadas (FREITAS, 1998).

As primeiras ações realizadas reportam à visitação às famílias, objetivando estreitar os laços de confiança. O momento desponta como propício à seleção do grupo de beneficiadas, sob a óptica de alguns critérios definidos coletivamente, num primeiro momento: mulheres em condição de pobreza socioeconômica, moradoras da região e maiores de 18 anos. Na etapa seguinte, todas as pessoas interessadas puderam se inscrever.

Gradativamente a inibição apresentada pelas mulheres beneficiadas - que as impedia de participar ativamente das discussões - foi cedendo espaço à reflexão e aos questionamentos, em resposta aos estímulos dados pelos envolvidos no programa.

Convém explicitar que todas as ações já mencionadas corroboraram para a concretização do empreendimento e, conseqüentemente para a aquisição de equipamentos, reforma do salão comunitário da Paróquia Santa Joana D’Arc – local de funcionamento da padaria,

bem como para a qualificação profissional – inicialmente de 40 mulheres - em Padaria e Confeitaria.

Em consequência da divulgação do referido projeto, em vários meios de comunicação, conquistou-se espaços privilegiados de venda e, sobretudo, reconhecimento social. A partir daí, surge a necessidade de aperfeiçoamento profissional objetivando a oferta de novos produtos.

Outra ação que merece ser mencionada é o espaço lúdico-educativo, pensado e criado coletivamente, para acolher os filhos das trabalhadoras que, devido à escassez de recursos existentes na rede pública para auxiliar no cuidado infantil, ficavam impossibilitadas de participar das atividades. A receptividade do referido espaço foi evidente e aguçou sua ampliação.

Entre uma fase e outra do projeto percebeu-se a desistência de muitas mulheres – reduzindo o grupo, oscilando entre 4 a 10 mulheres - que optaram pela tentativa no mercado formal dado ao retorno financeiro proporcionado pelo projeto, que era insuficiente para as despesas com a família.

O grupo conquistou muitas parcerias, entre elas: Escola Superior de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (ESEF/UFRGS), Programa de Atenção Integral Família – PAIF, Associação Comunitária Santa Rita de Cássia e SENAC Tecnologia.

Uma nova etapa aponta como premissas de reestruturação do grupo, através de reuniões e debates, fortalecendo a participação de novos moradores. Nesse sentido o grupo foi reestruturado, finalizou-se o estatuto social da cooperativa, o empreendimento foi oficializado, através de uma assembleia, passando a ser chamado de “Cooperativa de Panificação e Padaria Joana D’Arc”.

A Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB, 2011) define cooperativa como sendo:

Uma organização de, pelo menos, vinte pessoas físicas, unidas pela cooperação e ajuda mútua, gerida de forma democrática e participativa, com objetivos econômicos e sociais comuns, cujos aspectos legais e doutrinários são distintos de outras sociedades. Fundamenta-se na economia solidária e se propõe obter um desempenho econômico eficiente, através da qualidade e da confiabilidade dos serviços que presta aos próprios associados e aos usuários.

Dessa forma fica evidente que as cooperativas se igualam às demais sociedades, no que se refere à conjugação de ideias entre os associados – inserção social, geração de renda e consequentemente a redução das desigualdades; porém sua formalização jurídica as diferenciam das demais.

Dentro desse contexto percebe-se que as cooperativas e associações despontam em detrimento à exclusão social. Nessa direção Singer (2002, p.122) sugere que:

(...) Para resolver o problema do desemprego é necessário oferecer à massa dos socialmente excluídos uma oportunidade real de se inserir na economia por sua própria iniciativa (...). Uma maneira de criar novo setor de reinserção produtiva é fundar uma cooperativa de produção e de consumo, à qual se associarão a massa do sem-trabalho e dos que sobrevivem precariamente com trabalho incerto

Observa-se, nos estudos realizados, que os participantes das padarias comunitárias são, na maioria, casados, do sexo feminino, e possuem baixa escolaridade. Nota-se também que, embora algumas pessoas exerçam funções diferentes na associação, todas são tratadas com igualdade, aflorando assim o poder coletivo, que como diz Albuquerque (2003) são características dos empreendimentos autogestionários.

Conforme informações advindas da primeira edição do “Atlas da economia solidária no Brasil” (SENAES, 2006, p. 31), a quantidade de iniciativas organizadas exclusivamente por

mulheres é superior às desenvolvidas por homens, especialmente nos empreendimentos com número inferior a 10 sócios – considerados de pequeno porte.

Se examinarmos a composição do quadro social, dos empreendimentos, verifica-se que quanto menor o seu tamanho, maior é a participação relativa das mulheres. As mulheres predominam largamente nos empreendimentos com menos de 10 sócios (63%) e os homens em EES que possuem mais de 20 sócios (60% nos empreendimentos de 21 a 50 sócios e 66% nos EES com mais de 50 sócios). Há cerca de 2.300 empreendimentos constituídos exclusivamente por mulheres (16%), cerca de 1.500 empreendimentos cujos sócios são exclusivamente homens (11%) e os demais (73%) são empreendimentos formados por mulheres e homens.

Mediante as experiências observadas, através de estudos existentes, se faz necessário elencar alguns indicadores de resultados dos projetos, já evidenciados: inserção de algumas mulheres no mercado de trabalho no ramo alimentício, aumento de renda familiar, protagonismo social, autonomia e melhoria da autoestima.

2.3 Economia Solidária e cooperativismo

A Economia Solidária foi inventada por operários, nos primórdios do capitalismo industrial, como resposta à pobreza e ao desemprego resultante da difusão “desregulamentada” das máquinas-ferramenta e do motor a vapor no início do século XIX. (SANTOS, 2005, p. 83).

A Economia Solidária tem sua origem pautada no capitalismo industrial, gerador do empobrecimento dos artesãos, em consequência da difusão das máquinas e da organização fabril da produção. Em detrimento à escassez de trabalho ocasionada pelas diversas transformações, advindas da crescente industrialização, pequenos grupos se organizaram objetivando a geração de emprego e renda, através de atitudes solidárias. Nesse sentido, A economia solidária idealiza “uma nova forma de relacionamento, organização, metodologia de trabalho, formas de troca que busquem, antes de tudo, resgatar a dimensão humana nas relações econômicas e sociais” (VERARDO, 2005).

A fundação da primeira cooperativa de consumo dos Pioneiros de Rochdale (1844), na Inglaterra, composta por vinte e oito operários artesãos, abre espaço ao cooperativismo. Embasada nos princípios morais de conduta, os operários estabeleceram regras que direcionavam o funcionamento da referida cooperativa, que oferecia aos seus integrantes produtos de primeira necessidade, como também outros serviços de ordem econômico-social. Conforme afirma Singer (2006), “os praticantes de economia solidária foram abrindo seus próprios caminhos, pelo único método disponível no laboratório da história: o da tentativa e erro”. A partir daí o cooperativismo se expande pela Europa e demais continentes.

Singer (2003) assinala que a economia solidária surge como o modo de produção e distribuição, alternativo ao capitalismo, criado e recriado pelos excluídos, sobretudo no mercado de trabalho, sendo a cooperativa a unidade típica da referida economia. Nesse sentido a solidariedade é um ponto marcante nessa proposta de economia, o que a diferencia do atual modo de acumulação capitalista.

Em conformidade com Singer (2003), convém ressaltar a concepção de ES assinalada pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES, disponível em www.fbes.org.br):

[..] A Economia Solidária é fruto da organização de trabalhadores e trabalhadoras na construção de novas práticas econômicas e sociais fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em

geral e de capital em particular. Esta nova prática de produção e consumo privilegia o trabalho coletivo, a autogestão, a justiça social e o desenvolvimento local, sustentável e solidário.

O espírito de cooperação existe nas sociedades humanas desde os primórdios, na busca pelas lutas de defesa e sobrevivência. A cooperação é a união de esforços entre pessoas que buscam, em ação coletiva, a realização de ações e resultados para satisfazer aspirações, dificilmente alcançáveis com o individualismo. Assim, pode-se reportar à economia solidária que tem seus princípios fundamentados na solidariedade e na partilha.

Devido a multiplicidade de definições encontradas nas literaturas especializadas sobre cooperativa, reporta-se ao compêndio evidenciado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2011),

Cooperativa é uma associação autônoma de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de um empreendimento de propriedade coletiva e democraticamente gerido.

Pode-se reportar, portanto, aos princípios da autogestão, na visão de Tiriba (1998, p. 209-210),

A autogestão enquanto princípio inspirador da produção associada carrega consigo o pressuposto da construção da autonomia, compreendida como um processo em que cada trabalhador, em conjunto com os demais trabalhadores, se torna sujeito inventor da vida, construtor-criador da organização da produção.

Por sua vez, Albuquerque (2003, p. 20) define autogestão como:

[...] exercício de poder compartilhado, que qualifica as relações sociais de cooperação entre pessoas e/ou grupos, independente do tipo das estruturas organizativas ou das atividades, por expressarem intencionalmente relações sociais mais horizontais.

Conforme explicitado no Art. 90 do Estatuto do Cooperativismo Nacional (1971) “Qualquer que seja o tipo de cooperativa, não existe vínculo empregatício entre ela e seus associados”, afasta-se portanto a ideia da existência de “subordinados” nas cooperativas e evidencia-se a concepção de solidariedade e autonomia.”

Porém o Art. 91, do mesmo documento, destaca que, no que se referem aos direitos trabalhistas e previdenciários as cooperativas se igualam às demais empresas.

É pertinente destacar Singer (2000, p. 5), ao afirmar que as cooperativas estão inseridas num contexto mais amplo, o da chamada economia solidária que:

[...] são Todas as formas de organizar a produção, a distribuição e o crédito por princípios solidários. Entre estas formas, as cooperativas são as mais antigas e melhor conhecidas, mas a elas somam-se outras como os “clubes de trocas” (formados por pequenos produtores que usam de moeda própria para intensificar o intercâmbio entre eles) e os “bancos do povo” (cooperativas de crédito dirigidas aos mais pobres, cujo crédito é garantido pelo compromisso solidário de grupos formados para este fim).

Ainda sobre os princípios da Economia Solidária, pode-se acrescentar Singer (2002, p. 01), quando diz:

A empresa solidária nega a separação entre trabalho e posse dos meios de produção, que é reconhecidamente a base do capitalismo. A empresa capitalista pertence aos in-

vestidores, aos que forneceram o dinheiro para adquirir os meios de produção e é por isso que sua única finalidade é dar lucro a eles, o maior lucro possível em relação ao capital investido. O poder de mando, na empresa capitalista, está concentrado totalmente (ao menos em termos ideais) nas mãos dos capitalistas ou dos gerentes por eles contratados. [] O capital da empresa solidária é possuído pelos que nela trabalham e apenas por eles. Trabalho e capital estão fundidos porque todos os que trabalham são proprietários da empresa e não há proprietários que não trabalhem na empresa. E a propriedade da empresa é dividida por igual entre todos os trabalhadores, para que todos tenham o mesmo poder de decisão sobre ela. Empresas solidárias são, em geral, administradas por sócios eleitos para a função e que se pautam pelas diretrizes aprovadas em assembleias gerais ou, quando a empresa é grande demais, em conselhos de delegados eleitos por todos os trabalhadores.

Assim, a economia solidária implica na oposição à exploração do trabalho considerando o ser humano na sua integridade como sujeito ativo da atividade econômica, ou seja, é instrumento poderoso de distribuição de renda e de justiça social.

3 METODOLOGIA

O referido estudo teve como elemento metodológico a pesquisa bibliográfica, fundamentada no estudo de teorias que tratam sobre padaria comunitária e economia solidária, através de leitura de autores que desenvolveram pesquisas sobre a temática, possibilitando a apropriação do conhecimento.

4 CONCLUSÕES

A finalidade deste artigo foi contribuir para provocar reflexões sobre os temas em questão relacionando-os entre si e ampliando-os, como por exemplo o papel da economia solidária enquanto ferramenta que possibilita a participação social e política, o exercício da cidadania, o repúdio às injustiças sociais, valorização da pluralidade cultural, bem como geração de trabalho e renda, em detrimento à exclusão social.

As análises geradas a partir das experiências aqui evidenciadas possibilitou avançar e amadurecer questões teóricas sobre a temática padaria comunitária, destacando sua ascendência no que se refere ao alcance e/ou superação das expectativas almejadas.

Ao discorrer sobre as atividades realizadas pela padaria comunitária em consonância com a ES e o tripé: cooperativismo, inclusão social e geração de renda foi possível entender como é possível promover a inclusão social de forma local. Tendo em vista que a padaria comunitária é capaz de promover trabalho, geração de renda e possibilitar o desenvolvimento social por meio de um modelo de produção alternativo.

O estudo conclui pela importância que a padaria comunitária apresenta e que desponta como uma experiência exitosa a ser seguida e sugere-se que suas atividades devam continuar como parte da política pública do município de Patos-PB.

5 REFERÊNCIAS

ACCORSSI, A. **“Eles te dão o pão e não te dão a faca”**: representações sociais e ideologia no Programa Coletivos de Trabalho. Dissertação de Mestrado. Pós-Graduação em Psicologia Social e da Personalidade da PUCRS. Agosto de 2004.

ALBUQUERQUE, P. P. Autogestão. *In*: CATTANI, A.D. (Org). **A outra economia**. 1.ed. Porto Alegre: Veraz, 2003.

- ANJOS, M. C. R. **A produção de sentidos sobre Segurança Alimentar e Nutricional em cursos de capacitação técnica**. Santa Catarina, 2011. Disponível em: www.nutes.ufrj.br. Acesso: 15 set. 2013.
- ARRUDA, M. **Humanizar o Infra-Humano**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- BORBA, É. L. *et al.* **Economia Solidária e Cidadania**. VII Simpósio em Gestão e Tecnologia. Santa Catarina, 2010.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Política Nacional de Assistência Social - PNAS**. Brasília, DF: Novembro de 2004.
- BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social. Disponível em: www.mds.gov.br. Acesso: 24 set. 2013.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria Nacional de Economia Solidária, **Atlas de Economia Solidária no Brasil**, Brasília, 2007.
- CEFURIA (Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo). **Padarias Comunitárias**. Disponível em: www.cefuria.org.br. Acesso: 05 out. 2013.
- EMATER/RS-ASCAR. **Diretrizes para ação extensionista na EMATER/RS-ASCAR: a gestão do processo de planejamento**. Disponível em: www.emater.tche.br. Acesso: 05 out. 2013.
- FERREIRA, M. J. **Movimentos sociais e economia solidária na região de Curitiba**. Curitiba, 2012. Disponível em: www.cajui.uft.edu.br. Acesso: 03 out. 2013.
- FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Plataforma de Ação**. Disponível em: www.fbes.org.br. Acesso 26 set. 2013.
- FREITAS, M. F. Quintal. **Inserção na Comunidade e Análise de Necessidades: reflexões sobre a prática do psicólogo**. Psicologia: Reflexão e Crítica. Porto Alegre, 1998.
- GUERRIERI, M. A. 2009. **Educar para a cooperação: A nova racionalidade e as perspectivas para a educação crítica**. Tese de Doutorado. Departamento de Filosofia, da Universidade Federal do Espírito Santo.
- IPEA (Pesquisa Econômica Aplicada). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso: 15 de set. 2013.
- LEGISLAÇÃO COOPERATIVISTA. Disponível em: www.cooperativismopopular.ufrj.br. Acesso em 23 de set. 2013.
- LIMA, S.L. R. **Metamorfoses na luta por habitação: O movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2004. Disponível em: www.ippur.ufrj.br. Acesso: 03 out. 2013.
- LORETO, M. D. S. *et al.* **Pobreza, políticas públicas e redes sociais: estruturação, empoderamento e qualidade de vida dos membros da padaria artesanal “Mãos de fibra” atendidos pelo programa Minas sem fome**. XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências sociais. Diversidade e (Des)igualdades. Salvador: UFBA, 2011.
- MACHADO, N. J. **Educação: Projetos e valores**. São Paulo: Escrituras Editora, 2000.
- OCB (Organização das Cooperativas do Brasil). Disponível em: www.ocb.org.br. Acesso: 01 out. 2013.
- POCHMANN, M. **A exclusão social no Brasil e no mundo**. Rede social de justiça e direitos humanos, 2004. (relatórios). Disponível em: www.social.org.br. Acesso em: 02 out. 2013.
- Projeto Pão da Vida. Disponível em: www.lions.org.br. Acesso em: 28 set. 2013.

PUCRS. Site institucional. Disponível em: www.pucrs.br. Acesso em: 10 de maio de 2009.

SANTOS, B. S. (org). **Produzir para viver: Os caminhos da produção não capitalista. Reinventar a emancipação social: para novos manifestos**; 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. SANTOS, W. G. *Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Cooperativismo**. Disponível em: www.sebrae.com.br. Acesso em 02 out. 2013.

SENAES. **Atlas da Economia Solidária no Brasil**. 2005-2007. Org. Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária – ANTEAG. São Paulo: Todos os Bichos, 2009.

SINGER, P.; Souza, A. R. (Orgs). **A economia solidária no Brasil - A autogestão como resposta ao desemprego**. 1a. Edição. São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. “**As grandes questões do trabalho no Brasil e a economia solidária**”. Em: Revista Proposta, no 97, junho/agosto 2003. Rio de Janeiro: FASE.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

TIRIBA, L. V. Economia popular e produção de uma nova cultura do trabalho: contradições e desafios frente à crise do trabalho assalariado. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio, (org.). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 189-217.

VERARDO, L. Construindo autogestão e parceria solidária. *In*: MELLO, Sylvia Leser de. (Org). **Economia Solidária e autogestão: encontros internacionais**. São Paulo: NESOLUSP, IT-CP-USP, PW, 2005.

Perfil socioambiental sobre resíduos sólidos de alunos da Educação de Jovens e Adultos da cidade de Patos, Paraíba - Brasil

*Maria do Carmo Ideão Leite
Edevaldo da Silva*

1 INTRODUÇÃO

Ao longo da história da humanidade, nas diferentes comunidades e culturas, é observado que o ambiente vem se modificando e, igualmente, as relações do indivíduo com o meio o qual habita, tem se constituído de diferentes formas, desde a proteção ao meio natural, como deus e fonte de vida até a exploração desmedida, em virtude da obtenção de lucros nos diferentes setores de produção.

A sociedade capitalista atual tem se confrontado com duas realidades: acompanhar as evoluções industriais e tecnológicas, e fazer o uso consciente dos recursos naturais, preservando o meio ambiente e minimizando a produção de “lixo”.

Com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, sancionada em 2010, tornou-se possível acompanhar a evolução Legal com que as questões socioambientais são tratadas no cenário nacional, incorporando ainda novos desafios a serem enfrentados pelos diferentes setores da sociedade, a fim de que a mesma se efetive. Ao considerar as mudanças mais urgentes pode ser citada a coleta seletiva, que deve ser estruturada pelos municípios indicando o destino adequado do “lixo”, erradicando ainda, os lixões existentes nas cidades.

Para Leff (2009, p. 18), “a crise ambiental é uma crise da razão, do pensamento, do conhecimento” exigindo, desse modo, a construção de novos saberes, de um novo modo de ver a sociedade e as diferentes problemáticas que a envolvem, considerando o saber ambiental, como um processo de racionalidade imprescindível para a atualidade. Ele ainda afirma que o saber ambiental muda o olhar do conhecimento e com isso transforma as condições do saber no mundo na relação que estabelece o ser com o pensar e o saber, com o conhecer e o atuar no mundo. O saber ambiental é uma ética para acarinhar a vida, motivada por um desejo de vida.

É perceptível a importância da valorização da Educação Ambiental nos espaços escolares e fora dele, onde busca-se a construção de uma nova consciência socioambiental, na qual o indivíduo se torne capaz de pensar tanto local como globalmente, nos efeitos positivos e negativos que a ação humana pode causar ao meio ambiente e que reflete na sociedade.

Desse modo, promovendo um espaço de discussão e reflexão teórico-prática, esse trabalho objetiva avaliar as atitudes socioambientais e ecológicas sobre a temática “resíduos sólidos” e consumo consciente de educandos do I Segmento da EJA na esfera municipal de educação de Patos, Paraíba – Brasil.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Conscientização Socioambiental na Modernidade

Os agravantes problemas socioambientais da modernidade, frutos de ocupações inadequadas de espaços urbanos, produção e aquisição desenfreada de bens de consumo, busca pela superação de capital, que, conseqüentemente, afetam na conservação dos recursos e paisagens naturais existentes, ocasionando ainda, uma produção descontrolada de “lixo” diário pelos consumidores e o desequilíbrio ambiental.

Tendo o ser humano necessidades básicas de sobrevivências a serem atendidas, o mesmo busca supri-las, por vezes, de forma impensada e inconseqüente, não visualizando os pre-

juízos que a problemática do mau uso dos bens naturais, sobretudo dos não renováveis, a produção exacerbada de “lixo” e a falta de articulação para o correto destino desse, pode ocasionar. Nisso, torna-se essencial e evidente, a importância de que seja construído um novo modo de pensar e agir na sociedade moderna, voltado ao equilíbrio ambiental, que implica inclusive, na qualidade de vida dos indivíduos.

Para Leff (2009), esse novo olhar para um saber ambiental, é facultado pela sociedade atual, quando priva os indivíduos de redescobrirem a beleza do todo no qual se vive, considerando tal saber, como uma construção que integra tanto o conhecimento científico, como aquele que emerge dos sentimentos, das sensações.

É importante compreender que, os problemas socioambientais não são exclusivos do século ou década atuais, mas vem se configurando ao longo da história da humanidade, trazendo consequências e malefícios, inclusive, irreversíveis, e que se torna urgente retomar antigas lutas pela construção de uma nova consciência e práticas coerentes com a preservação do meio ambiente e minimização dos problemas socioambientais.

Ao longo da segunda metade do século XX, por exemplo, a conscientização ambiental ocorreu paralelamente ao aumento de denúncias sobre os problemas de contaminação do meio ambiente. Aparentemente, os problemas ganhavam visibilidade, na proporção dos prejuízos trazidos à população, concomitante ao desenvolvimento e às políticas governamentais nacionais de proteção ao meio ambiente. Nesse contexto foram geradas uma série de normas e regulamentos internacionais que foram reproduzidos nos Estados nacionais e, ao mesmo tempo, surgiram vários órgãos para acompanhar a aplicação desses instrumentos legais, como secretarias e departamentos. Onde a priori, as preocupações circundavam em torno de sanções a serem executadas ou pelo não cumprimento da Lei.

Para Freire (1996, p.105), a conscientização dos indivíduos não está relacionada apenas a ser ciente de algo, sem que esse processo gere mudança ou retomada das ações cotidianas, sobretudo, quando implica em transformação.

A conscientização é mais do que uma simples tomada de consciência. Supõe, por sua vez, superar a falsa consciência, quer dizer, o estado de consciência semi-transitiva ou transitiva ingênua, e uma melhor inserção crítica da pessoa conscientizada numa realidade desmitologizada.

Desse modo, evidencia-se que a conscientização socioambiental, no sentido de uma nova forma de pensar sobre essa problemática necessária aos dias atuais, deve contemplar: retomada de atitudes, indivíduos que se reconheçam como seres ecológicos, repletos de vida, e assim, construir relações saudáveis nos meios que habitam.

Portanto, além do campo do conhecimento ou dos saberes e informações a respeito das questões ecológicas e socioambientais, é preciso que o indivíduo seja politizado e tenha um posicionamento crítico iniciado nas pequenas práticas cotidianas no ambiente que vive (FREIRE, 1996), reconhecendo que essas questões refletem diretamente no modo e qualidade de vida dos diferentes grupos sociais.

2.2 Contribuições da Educação Ambiental e Agenda 21 para uma nova cultura socioambiental

No contexto citado, emerge a necessidade de fortalecer a promoção da Educação Ambiental e da efetivação da Agenda 21.

Ampliar o entendimento e a difusão de tais mecanismos é reconhecer os diferentes meios para a construção de uma nova cultura socioambiental, sendo ciente das conquistas já alcançadas frente a lutas realizadas e o que ainda precisa ser conquistado, isso, tanto nos espaços educacionais como fora deles.

Quanto à Educação Ambiental, para concretude de ações que envolvam a mesma, deve-se contemplar na prática, inclusive as definições legais que a constituem, sendo definida como parte dos currículos de todos os níveis e modalidade de ensino, não como disciplina, mas como articuladora e integrante das diferentes atividades e saberes educativos construídos.

Vê-se, pois, na redescoberta, nas novas vivências e experiências na educação ambiental, um suporte imprescindível para atender as questões ambientais atuais, reconhecendo-a como:

(...) processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999).

Sendo componente permanente da educação nacional, a Educação Ambiental, segundo o Art. 2º da Lei 9.795, deve estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal, contemplando assim, não somente os interiores das instituições educacionais, mas a sociedade como um todo.

Considerando o caráter permanente da Educação Ambiental, Dias (2004, p. 148) afirma que “por ser um processo que deve durar por toda a vida (...) é mais que um aspecto particular do processo educacional, e deve ser considerada como uma excelente base na qual se desenvolvem novas maneiras de viver em harmonia com o meio ambiente – um novo estilo de vida”. Confirmando assim, o pressuposto de que a Educação Ambiental perpassa os diferentes eixos disciplinares e processos educativos, abrangendo os diversos tipos de conhecimento, tornando-se viva na mudança de postura e atitudes que visem o bem comum, inclusive do ambiente como centro das inquietações do novo tempo.

Percebe-se que, não há como discorrer sobre consciência socioambiental, sem considerar as contribuições legais e práticas que a Educação Ambiental traz à sociedade. Como define Reigota (2000, *apud* TOZONI–REIS, 2004, p.11):

Uma educação política, fundamentada numa filosofia política da ciência da educação antitotalitária, pacifista e mesmo utópica, no sentido de exigir e chegar aos princípios básicos de justiça social, buscando uma “nova aliança” com a natureza através das práticas pedagógicas didáticas.

Nesse contexto, a Educação Ambiental está além de metodologias ou conceitos, mas ao contrário, traz implicações dos valores e atitudes cotidianas, que podem inclusive, ser melhor difundidas nos espaços escolares, por meio de planejamentos de atividades que contemplem os princípios norteadores da mesma, considerando sobretudo, a reflexão crítica contida na sua proposta. Para Medina (2000, *apud* PELICIONI et. al., 2005, p. 684):

[...] as propostas de educação ambiental pretendem aproximar a realidade ambiental das pessoas, conseguir que elas passem a perceber o ambiente como algo próximo e importante nas suas vidas; é verificar ainda, que cada uma tem um importante papel a cumprir na preservação e transformação do ambiente em que vivem. Levá-las a compreender que o futuro, como construção coletiva, depende das decisões políticas e econômicas que sejam definidas hoje [...].

Desse modo, embora não sendo proposta desse trabalho apontar os caminhos de como a Educação Ambiental se concretizar no âmbito educacional, seja ele formal ou não, considera-se que, ao partir da vivência dos indivíduos, dos educandos, da realidade de suas comunidades, dos problemas socioambientais que o circundam e do estudo empírico e científico desses, a Educação Ambiental estará se desenvolvendo de forma mais concreta e significativa para os sujeitos inclusos no processo.

Sobre a Agenda 21, é importante recordar que a mesma é um instrumento na articulação e efetivação de sociedades sustentáveis e que visem o bem comum, fruto de importante acontecimento voltado para as questões ambientais e formas sustentáveis de desenvolvimento de grande relevância nacional e mundial, que foi a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, conhecida como a Rio 92.

Dentre os documentos aprovados nessa Conferência, a Agenda 21, segundo Dias (2009, p. 34), é o mais abrangente e constitui um programa internacional que estabelece parâmetro para que se obtenha o desenvolvimento sustentável nas suas vertentes econômica, social e ambiental, tendo ainda, os desdobramentos em âmbitos nacional e locais.

Além de abranger as mais variadas áreas como saúde, educação, meio ambiente, saneamento, habitação e assistência social, o documento fornece igualmente opções para o combate a degradação do solo, do ar e da água, bem como para a conservação das florestas e da biodiversidade. Refere-se aos problemas relacionados à pobreza, ao consumo excessivo, às questões de saúde e educação, tanto no meio urbano quanto no meio rural. (KOHLENER e PHILIPPI JR. 2005, p. 718)

Com isso, em consonância com as propostas contidas na Educação Ambiental, as diretrizes aprovadas na Agenda 21, são fundamentais na construção eficaz de uma consciência social voltada para as questões ambientais da atualidade.

2.3 Gestão de resíduos sólidos e sua importância para o equilíbrio ambiental

Embora com os avanços e conquistas legais em relação as questões ambientais, ainda são crescentes os impactos ao meio ambiente e ecológico realizados por ações humanas nos variados setores sociais, sobretudo, com a produção de resíduos sólidos gerados de forma inconsciente e descartados inadequadamente.

No ano de 2010, foi aprovada a Lei nº 12.305, que institui no Brasil a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), alterando e fazendo acréscimos à lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (BRASIL, 2010).

Esta lei institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, dispõe sobre princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, as responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis, segundo seu primeiro artigo.

No capítulo II, inciso XVI da PNRS (BRASIL, 2010) que se refere às definições presentes no plano, os resíduos sólidos são definidos como:

[...] material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível.

Um das dificuldades enfrentadas para o efetivo gerenciamento dos Resíduos Sólidos se constitui na produção crescente destes, o aumento da população, o incentivo ao consumismo, a padronização das necessidades humanas promovidas pela globalização, inclusive por meio do intenso uso de eletroeletrônicos, impõe estratégias diferenciadas para a coleta e correto descarte dos resíduos e rejeitos.

Nesse contexto, surgem ainda, os catadores de resíduos sólidos como importantes agentes para a reutilização de tais resíduos e preservação dos ambientes. Todavia, nem todos

os municípios possuem políticas voltadas para dar suporte às cooperativas de catadores, o que pode, inclusive, inviabilizar sua existência.

No inciso XII do Art. 7º da PNRS, as estratégias voltadas para os catadores são colocadas como um dos objetivos a ser alcançado por meio desta Política, ao citar que deve promover a integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, buscando assim, não somente criar condições para o desenvolvimento da prática de catação, mas que esta seja feita de forma responsável e articulada à consciência de coparticipação dos envolvidos.

Diante de tais discussões, identifica-se que, a vivência e efetivação da Educação Ambiental em muito contribuirá para que as propostas da PNRS sejam consideradas e postas em ação, tendo em vista que o “gerenciamento adequado dos resíduos sólidos é considerado um dos maiores desafios enfrentados pelos governos municipais responsáveis por essa área”. (GUNTHER, 2005).

2.3.1 Gerenciamento de resíduos sólidos no município de Patos – Paraíba

A Política Nacional de Resíduos Sólidos, em seu Art. 54, dispõe que “A disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, observado o disposto no § 1º do art. 9º desta Lei deverá ser implantada em até 4 (quatro) anos após a data de publicação”, ou seja, até 2014. (BRASIL, 2010). Registra-se ainda no Brasil, um alto índice de lixões existentes nos municípios dos quais 5.565 2.810 (50,5%) tem como destino final dos resíduos sólidos os lixões a céu aberto (BRASILIA, 2011).

Ressalta-se ainda, que a crescente produção de resíduos sólidos dificulta seu gerenciamento e, no município de Patos – PB, essa realidade não é diferente.

O coordenador de Licenciamento e Fiscalização Ambiental, da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da cidade de Patos, Silvio Alves Moreira, relatou em entrevista verbal realizada dia 16 de agosto de 2013 que a prática da coleta seletiva não é institucionalizada no município. Todavia, na coleta de resíduos, há uma classificação do lixo por critérios estabelecidos de acordo com a Secretaria do Meio Ambiente do Município. Também foi disponibilizado pelo coordenador, o registro do SNIS (Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento), sobre os tipos de resíduos sólidos e sua produção anual na cidade, onde o coordenador calculou a média diária da quantidade de lixo coletado na cidade, conforme Tabela 1:

Tabela 1 – Dados sobre quantitativo (kg) de Resíduos Sólidos na cidade Patos-PB.

Tipos de resíduos*	Coleta diária
RDO - Resíduos domiciliar	77.000
RDU - Resíduos público (estabelecimentos e matadouro)	
RSS - Resíduos Saúde (PSF's, Farmácias e Clínicas Pequenas)	66
RIN – Resíduos industrial (alumínio e vidro)	66
RPO – Resíduos poda	1.900
RCC – Resíduos Construção Civil	16.000
Entulho (Construção civil com mistura de lixo e metralhas)	10.000

* Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), Diagnóstico do Manejo de Resíduos Sólidos – 2012.

A tabela, não apresenta a coleta de “lixo” hospitalar (Clínicas grandes e hospitais), porque esta é feita por empresa própria nos serviços, cujo “lixo” coletado é encaminhado para a incineração em João Pessoa - PB, e sob responsabilidade da esfera Estadual do governo. Os

demais resíduos provenientes dos serviços de saúde, são igualmente despejados no lixão do município, mas em áreas diferenciais dos demais “lixos”.

A forma mais usual de despejo de “lixo” no município é o lixão, “forma inadequada de se dispor os resíduos sólidos urbanos porque provoca uma série de impactos ambientais negativos. Portanto, os lixões ou vazadouros devem ser recuperados para que tais impactos sejam minimizados” (MONTEIRO et al. 2001, p.183); sendo uma problemática geradora de discussões e estratégias contra os riscos à saúde pública que o mesmo gera.

O “lixo” disposto a céu aberto constitui um sério problema de saúde pública, uma vez que propicia o desenvolvimento de vetores, como insetos e roedores, que transmitem doenças. Uma vez que o “lixo” é disposto sem proteção, e seu elevado teor e umidade e matéria orgânica, facilita o desenvolvimento de uma grande variedade de patógenos que podem chegar ao ser humano por diferentes vias.

Embora a população seja ciente do quanto o lixão é prejudicial à saúde, também no município de Patos, esse se configura com uma fonte de geração de renda para os catadores. E, quanto a organização dos catadores de resíduos sólidos, há uma cooperativa no município, que, embora não havendo estrutura física adequada para seu funcionamento, reúne os trabalhadores que desenvolvem tal prática, vista pelos mesmos, como uma alternativa econômica. Constatando-se assim, que muitos não consideram, acima dos possíveis ganhos, os prejuízos que a prática inadequada da catação e a exposição ao ambiente aonde o lixo é descartado causará à saúde.

Em resposta à necessidade de substituir os lixões por aterros sanitários, como dispõe a PNRS (Lei nº 12.305/2010), na IV Conferência Municipal do Meio Ambiente, ocorrida em julho de 2013 em Patos, a prefeita constituinte afirmou que foi assinada a ordem de serviços para a Concessão dos Serviços de Implantação e Operação de Aterro Sanitário em Patos – PB, compreendendo os serviços de tratamento, e disposição final de resíduos sólidos urbanos produzidos na cidade de Patos e região metropolitana. A referida ordem foi concedida por meio de processo licitatório, autorizado desde 25 de julho de 2012, mas ainda não foram iniciadas as obras do aterro até a data da pesquisa realizada em 16 de agosto de 2013.

2.4 Educandos do I segmento da EJA do município de Patos - PB

2.4.1 Educandos da EJA e atitudes socioambientais

Em uma sociedade marcada pelas desigualdades sociais e por realidades socioculturais diferenciadas ao longo de seu desenvolvimento, igualmente a Educação tende a passar por transformações. Desse modo, ao proporcionar a oportunidade de jovens e adultos se inserirem no processo de escolarização e aprendizagens diversas, a Educação de Jovens e Adultos não se configura apenas como um meio para os que estiveram fora das instituições escolares recuperarem tempo perdido, mas sim, caracteriza-se como uma modalidade de ensino, com aparato legal e historicidade, que tem comprovado a importância e seriedade da mesma.

Sobre a Aprendizagem e Educação de Adultos, o relatório global da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2010) sobre a Aprendizagem e Educação de Adultos:

A Educação de Adultos oferece um meio para enfrentar os desafios de desenvolvimento do século XXI. Ela permite que as pessoas adquiram conhecimentos, habilidades e valores que lhe permitem melhorar a qualidade de suas vidas presentes e futuras. Ela ajuda as pessoas a descobrirem os recursos de que precisam, identificarem novas possibilidades de adquiri-los e, mais importante, usar os recursos à sua própria disposição para realizarem suas aspirações.

Além da difusão do caráter de transformação social que lhe é próprio, a EJA tem comportado no perfil daqueles que dela fazem parte, as diferenças socioculturais de suas realidades, como foi citado, fazendo com que os programas e escolas direcionadas para Jovens e Adultos, repensem ou articulem sua prática pedagógica, de modo a contribuir significativamente para o desenvolvimento desses. Não são apenas pessoas adultas, responsáveis por famílias ou advindas da zona rural, onde não tinham acesso à escola, que procuram a EJA, mas inclusive, adolescentes e jovens, frutos de reprovações e evasões da escola regular, como registrou Di Pierro (2000). Inclusive, neste novo perfil confirma-se a exclusão social, onde tanto pais e mães trabalhadores buscam a escola como forma de melhor atuarem em suas atividades profissionais e na sociedade, quanto os jovens, que buscam oportunidade no mercado de trabalho.

Neste contexto de mudanças, que relaciona diretamente a EJA com o novo modelo de exigências do mercado de trabalho, é que Emília Maria da Trindade Prestes cita que:

A exclusão social, agora muito mais visível e diretamente associada às transformações dos processos de trabalho, atingem os jovens, maciçamente, ampliando suas dificuldades de entrada no mercado de trabalho, de conseguir salários justos e permanecer estáveis nos postos que conseguem ocupar. Os mais idosos não escapam dessa situação, principalmente os de menores níveis de escolaridade, um dos requisitos exigido pelo novo modelo produtivo.

Como agente de transformação e incluso em uma educação ao longo da vida, também os educandos da EJA devem estar informados e desenvolver práticas relacionadas às preservações ambientais, compreendendo os impactos sociais que as agressões ao ambiente trazem às desigualdades sociais. Acrescentando que a educação ambiental, compreendida como integrada aos diferentes eixos disciplinares, deve estar inserida nos projetos da EJA.

Como já atentava o educador Paulo Freire (1996), da importância de aproveitar a experiência que tem os alunos para discutir questões como: a moradia de muitos deles em áreas descuidadas pelo poder público, a poluição de riachos e córregos e os baixos níveis de bem-estar das populações, os lixões e os riscos que oferecem à saúde. Ampliando essa discussão para as desigualdades sociais, por exemplo, de não haver lixões nos corações dos bairros ricos, compreende-se a problemática ambiental articulada às questões sociais.

Quanto mais próximos às suas realidades, mais coerentes e significativas serão as discussões promovidas com os educandos, e a associação das disciplinas com aquilo que é vivido na prática, no universo concreto, estabelecendo assim, uma “intimidade entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos”. (Freire, 1996, p. 30)

Considera-se desse modo, que as questões socioambientais, bem como as preocupações postas na Educação Ambiental, serão articuladas à Educação de Jovens e Adultos valorizando, sobretudo, o conhecimento de mundo que seus sujeitos construíram ao longo de suas vivências, configurando-se como o ponto de partida para estudos posteriores. E que, nesses, se efetivem em atitudes conscientes e de envolvimento social com as problemáticas ambientais.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na amostragem registrada nesta pesquisa, considerou-se a proporcionalidade de gênero (mulheres e homens) obtendo uma frequência semelhante entre o sexo feminino (53,6%) e o masculino (46,4%). A faixa etária dos educandos apresentou grande variabilidade, sendo em sua maioria, jovens e adultos entre 27 e 39 anos.

Em relação ao percentual de faixa etária, com a maioria dos envolvidos na pesquisa serem jovens e adultos, espera-se que os mesmos estejam informados e conhecedores da problemática ambiental. Embora fazendo parte do cenário das discussões mundiais desde o século

passado, a problemática socioambiental tem sido veiculada nos diferentes espaços, redes sociais e na mídia como um todo, sugerindo um maior envolvimento dos indivíduos para efetivas mudanças.

As perguntas aplicadas aos educandos foram organizadas em dois grupos (Resíduos sólidos e Práticas socioambientais). O percentual da escala de concordância ou envolvimento dos educandos para cada uma das perguntas, e em todos os seus níveis, para o grupo de perguntas sobre Práticas socioambientais estão relacionados na Tabela 2.

Quanto a esses resultados, observou-se que houve percentagens que revelam baixos níveis de envolvimento ou atitudes negativas quanto às ações dos educandos relacionadas a problemas ambientais atuais, onde, 61,29% (76) dos educandos, responderam que tem pouca ou nenhuma informações sobre meio ambiente e problemas ambientais.

Tabela 2 – Frequência (%) da escala de atitudes para cada nível da escala de Likert sobre Práticas Socioambientais.

Pergunta	Escala de Concordância/Envolvimento (%)				
	1	2	3	4	5
Nível de conhecimento sobre os problemas ambientais atuais	11,29	19,35	31,45	16,94	20,97
Frequência que se informa sobre meio ambiente e problemas ambientais	29,03	32,26	7,26	8,87	22,58
Percepção de empresas de produto que adquire tem compromisso ambiental	75,00	9,68	4,03	3,23	8,06
Você deixaria de comprar um produto mais barato por um mais caro e com compromisso ambiental	7,26	25,00	38,71	12,90	16,13
Frequência com que verifica o que a embalagem traz de informação ambiental	62,10	11,29	12,10	7,26	7,26
Frequência que realiza alguma prática, em casa, voltada ao consumo consciente	19,35	21,77	16,94	10,48	31,45
Interesse por leitura na área ambiental	27,42	21,77	8,06	26,61	16,13

Nota: Cada pergunta tem 5 alternativas que variam do nível 1, onde havia a discordância ou falta total de envolvimento em relação à questão até o nível 5, onde havia concordância ou envolvimento total.

Constatando-se desse modo, a necessidade de ser despertada, não somente no âmbito educacional, mas nos diversos setores da sociedade, uma maior busca por informações que atualizem a população sobre as questões e problemas ambientais.

Evidenciou-se ainda, o importante papel que a Educação Ambiental tem a desenvolver nessa nova visão e consciência da coparticipação de todos quanto à problemática do meio ambiente, como apresentam os Parâmetros Curriculares Nacionais, no tema transversal sobre Meio Ambiente (PCN, 1999, p. 180)

Assim, a questão ambiental impõe às sociedades a busca de novas formas de pensar e agir, individual e coletivamente, de novos caminhos e modelos de produção de bens, para suprir necessidades humanas, (...) e, ao mesmo tempo, que garantam a sustentabilidade ecológica. Isso implica um novo universo de valores no qual a educação tem um importante papel a desempenhar.

Desta assertiva compreende-se que caso a sociedade atual não atentar para a problemática ambiental e ecológica como uma prioridade de mudança, dificilmente serão construídas diretrizes para tal ação. É preciso o reconhecimento crítico, de que o modo de vida neoliberal e consumista, tem promovido maior degradação ao ambiente natural, revelado por diferentes estudos, que as “modificações impostas pelos atuais padrões de consumo e de produção das

sociedades, alteraram significativamente os ambientes naturais, poluindo o meio ambiente físico, consumindo recursos naturais sem critérios adequados...” (MALHEIROS e PHILIPPI JR., 2005, p.61)

Portanto, para que haja a transformação de uma mentalidade que pense local e planetariamente sobre a problemática do meio ambiente, é necessário, a princípio, a obtenção de informações que pautem as discussões acerca da temática, tendo como desdobramentos, reflexões sobre as práticas individuais e coletivas nos diferentes grupos sociais, em favor do meio ambiente.

Quanto à postura do educando ao comprar um produto, foi perguntado sobre o interesse deles em observar nas embalagens dos produtos (de supermercado) se a empresa tem compromisso ambiental na produção de seus produtos. Do total dos entrevistados 84,68% (105) declararam ser indiferentes à essa questão.

Evidencia-se dessa forma, o que apresenta Luzzi (2005, p.399), “o problema ambiental não se resolve com a assepsia cientificista, seja esta ecológica, biológica ou tecnológica; sua resolução se localiza no campo da cultura, do imaginário social, dos valores e da organização política e econômica global”.

Afirmado assim, que tal problemática sugere não somente estudos e discussões, mas uma retomada de valores, de construção de políticas públicas adequadas e envolvimento de toda a população para reversão dos negativos quadros.

Quanto à escolha de produtos envolvidos com o compromisso ambiental, mas com custos maiores, obteve-se que 38,71% (48) dos entrevistados responderam que são indiferentes e compram os mais baratos e outros 25% (31) não compram o mais caro por questões ambientais.

Ainda nas questões relativas à perspectiva da aquisição de produtos 73,39% (91) dos educandos afirmaram não verificar se as embalagens dos produtos trazem informações ambientais.

De acordo com essas respostas, verificou-se que a maior parte, 65,32% (81) dos educandos se encontra dentro de uma faixa de atitude considerada negativa quanto à sua prática socioambiental na hora de comprar um produto e quanto ao seu interesse sobre o tema (Tabela 3). Outros 28,23% (35) apresentaram atitude conflitante e 6,45% (08) atitudes positivas.

Tabela 3 – Classificação da atitude dos alunos entrevistados para Práticas socioambientais.

Atitude	Média do Escore	Pontos de Escore	N	%
Negativa	< 3,0	<21,00	81	65,32
Conflitante	3,0 - 3,99	21,00 - 27,99	35	28,23
Positiva	4,0 - 5,0	28,00 - 35,00	8	6,45

Na Tabela 4, são apresentados os percentuais da escala de concordância ou envolvimento dos educandos para cada uma das perguntas, e em todos os seus níveis, para o grupo de perguntas sobre resíduos sólidos.

Nessa segunda parte dos questionamentos, houve uma variação nos níveis de envolvimento, obtendo-se respostas nas quais predominou uma atitude positiva (número 5 da escala), como outras, com maior parte dos entrevistados, se enquadram em uma atitude negativa (número 1 da escala).

Por exemplo, em relação à “Importância da coleta seletiva”, 87,1% (108) das respostas foram entre os níveis 4 e 5 da escala, representando a concordância parcial ou total de que é

uma prática importante, enquanto que ao serem questionados sobre a compreensão da “Simbologia sobre reciclagem presentes nas embalagens”, 75,8% (94), demonstraram parcial ou total desconhecimento dos símbolos que estão nas embalagens.

Constata-se desse modo, o que é apresentado por Figueiredo (2005, apud BELLINI et al., 2008, p.770), “além da coleta seletiva, é necessário que a sociedade reconheça que somente a reciclagem não será a única medida para resolver os problemas relacionados à destinação do lixo”. Inclusive o autor apresenta, que é preciso reduzir o consumo, e disseminar um modo de consumir conscientemente.

Constatou-se ainda, disparidade entre as afirmações do que se conhece e do que é posto em prática, como pode ser observado nas questões sobre “A importância da coleta seletiva”, e na que corresponde ao “Nível de conhecimento para fazer coleta seletiva”, que apresentaram alto nível de concordância dos educandos, enquanto que quanto ao conhecimento do “Uso de sacolas retornáveis” a maioria dos educandos se mostrou indiferente.

As questões abordadas nesse grupo sobre resíduos sólidos, sugerem ainda reflexões acerca do “lixo” cotidiano e destino deste. Por exemplo, quanto ao “Destino adequado do seu lixo orgânico” os educandos demonstraram-se impassíveis a tal questão, o que é preocupante, uma vez que, são resíduos produzidos cotidianamente pela população e em grandes quantidades, e que, tendo destinação inadequada “favorecem a atração, alimentação e proliferação de insetos, artrópodes e roedores, que desempenham a função de reservatório e/ou vetor de diversas doenças” (GÜNTHER, 2005, p. 210). Conseqüentemente, o destino adequado do “lixo”, não é somente uma forma de preservação do meio ambiente, mas, inclusive, de saúde pública.

Tabela 4 – Frequência (%) da escala de atitudes para cada nível da escala de Likert sobre Resíduos Sólidos.

Pergunta	Escala de Concordância/Envolvimento (%)				
	1	2	3	4	5
Importância da coleta seletiva	2,42	3,23	7,26	31,45	55,65
Destino adequado do seu lixo orgânico	16,13	12,10	62,10	4,03	5,65
Nível de conhecimento para, hoje, fazer coleta seletiva	3,23	25,00	25,00	21,77	25,00
Você compreende as simbologias sobre reciclagem presentes nas embalagens?	62,90	12,90	12,90	7,26	4,03
Reaproveitamento das sacolas plásticas	6,45	9,68	11,29	68,55	4,03
Nível de conhecimento sobre a problemática ambiental do uso de sacolas plásticas	14,52	19,35	48,39	8,87	8,87
Conhecimento do uso de sacolas retornáveis	34,68	10,48	29,03	18,55	7,26
Conhecimento sobre a problemática do óleo despejado nos efluentes	12,10	11,29	12,10	20,97	43,55
Você se preocupa com o lixo que produz?	9,68	10,48	15,32	14,52	50,00

Vê-se que a postura conflitante dos educandos em relação à destinação do “lixo”, não é apenas relativa aos resíduos sólidos orgânicos, como pode ser observado quanto ao “Nível de conhecimento para, hoje, fazer coleta seletiva”, onde 46, 77% (59) afirmaram conhecer parcialmente ou totalmente tal atividade, 50% (62) se mantiveram indiferentes ou pouco sabedores da temática e 3,23% (4) demonstraram nenhum conhecimento sobre a temática.

Supõe-se que, a dificuldade que os cidadãos têm em fazer a seleção dos resíduos sólidos, ocorre porque nem todos os municípios brasileiros possuem políticas públicas voltadas para tal prática, fazendo com que, a população, não se sinta motivada em realizar a coleta seletiva domiciliar. Como afirma Tuan (1980 apud BELLINI E MUCELIN, 2008, p. 121) “a forma como agimos frente aos fatos vivenciados, é primariamente uma postura cultural, uma posição

que se toma frente ao mundo. Ela tem maior estabilidade do que a percepção e é formada de uma longa sucessão de percepções, isto é, de experiências”. Sendo assim, emergente a implementação da coleta seletiva nos municípios, aliada a um processo de (re)educação ambiental, onde haja agentes de formação para orientar a população sobre como fazer a seleção dos resíduos. Obviamente, tais procedimentos, devem constituir-se integrante das políticas públicas estruturadas por cada município, visualizando o modo mais viável de serem efetivados.

Em consonância à questão citada, quando abordados sobre a compreensão da “Simbologia sobre reciclagens presentes nas embalagens”, 62,90% (78) os educandos afirmaram não ter nenhum conhecimento sobre os símbolos, justificando inclusive, a dificuldade de selecionar os resíduos produzidos, por não se saber a destinação destes, ou se os mesmos podem ser reciclados ou reaproveitados.

Quanto ao “Reaproveitamento das sacolas plásticas”, 68,55% (85) dos educandos, expressaram que concordavam parcialmente na execução de tal ação, e apenas 6,45 % (8) disseram não ter conhecimento algum de tal atividade. Vê-se, que boa parte dos educandos desenvolvem atitudes positivas quanto ao reaproveitamento de sacolas plásticas, evitando o aumento da produção de “lixo” de difícil decomposição.

Embora a maioria dos educandos tenha afirmado atitudes positivas em relação ao reaproveitamento das sacolas plásticas, 48,39% (60), houve imparcialidade quanto ao “Nível de conhecimento sobre a problemática ambiental do uso de sacolas plásticas”, o que supõe que a prática de reaproveitamento ou o conhecimento sobre os riscos que o uso excessivo de tais sacolas podem causar, não é considerada por estes educandos, um problema para o meio ambiente.

Por conseguinte à questão das sacolas plásticas, os educandos foram questionados quanto ao “Conhecimento do uso de sacolas retornáveis”, onde 45,16% (56) não se sentiam envolvidos com a questão, confrontando-se com 29,03% (36) que eram indiferentes e apenas 7,26% (9) afirmaram conhecimento total sobre tal uso, supondo que a utilização de sacolas retornáveis é ainda uma prática não difundida na sociedade. Embora alguns estabelecimentos comerciais tenham extinguido a disponibilização de sacolas plásticas, é uma minoria da população que opta pelo uso das sacolas retornáveis, a exemplo dos dados da pesquisa realizada.

Para o Consultor Legislativo, Maurício Boratto Viana (2010, p.23) o estímulo para o uso de sacola retornáveis deve ser feito, “mediante campanhas publicitárias ou, mesmo, com a previsão de alguma compensação financeira para o consumidor, devendo, concomitantemente, ser disponibilizadas nos estabelecimentos citados, gratuitamente ou não, sacolas plásticas biodegradáveis, que poderiam, por exemplo, ser reutilizadas no acondicionamento de “lixo” doméstico”.

Quanto ao “Conhecimento sobre a problemática do óleo despejado nos afluentes”, um número significativo de educandos mostraram-se totalmente envolvidos com a questão, totalizando 43,55 (34) dos educandos.

Quanto às questões relacionadas ao lixo que produz, totalizou-se 64,52% (80) dos educandos nos níveis 4 e 5 da Escala, afirmando o envolvimento parcialmente ou totalmente com a preocupação quanto ao “lixo” que produzem no cotidiano. “A produção de lixo nas cidades é de tal intensidade que não é possível conceber uma cidade sem considerar a problemática gerada pelos resíduos sólidos, desde a etapa da geração até a disposição final” (BELLINI E MUCELIN, 2008, p. 113). Compreendendo, portanto, que a problemática do “lixo” tem sugerido a inquietação das pessoas, tanto em relação à sua produção quanto à destinação, todavia, não tem sido suficiente para determinar mudanças significativas quanto à produção de resíduos sólidos, bem como, para o mal uso dos recursos naturais, ou mesmo na busca por informações sobre tal temática.

Em geral, quanto à temática dos resíduos sólidos, os educandos entrevistados apresentaram a seguinte classificação de atitudes (Tabela 5): 29,84% (37) com atitudes negativas;

62,90% (78) com atitudes conflitantes e 7,26% (9) com atitudes positivas. Ou seja, a maioria se enquadra dentro de uma atitude conflitante, onde ora apresenta práticas negativas ora apresenta práticas positivas, necessitando de sensibilização e conhecimento para melhorar suas ações negativas.

E embora haja discussões e acesso à informações científicas ou não a respeito dos resíduos sólidos e às questões socioambientais, necessita-se de maior difusão desse conhecimento, e que sejam aplicáveis à prática cotidiana, sobretudo, nos programas organizados pelas instituições educacionais, a fim de que sejam multiplicadoras e disseminadoras dos esclarecimentos sobre as problemáticas socioambientais.

Tabela 5 – Classificação da atitude dos alunos entrevistados para a dimensão de resíduos sólidos.

Atitude	Média do Escore	Pontos de Escore	n	%
Negativa	< 3,0	<27,00	37	29,84
Conflitante	3,0 - 3,99	27,00 - 35,99	78	62,90
Positiva	4,0 - 5,0	36,00 - 45,00	9	7,26

Pode-se destacar como fundamental nesse processo, a efetivação da Educação Ambiental, não somente nos espaços escolares, mas nos ambientes de educação não formal e informal, a fim de que, as questões socioambientais sejam reconhecidas como problemáticas que envolvem toda a sociedade, interferindo diretamente na existência desta.

Na análise geral das duas dimensões, percebe-se que foi minimizada a diferença entre atitudes negativa e conflitante, permanecendo os menores índices quanto à atitude positiva.

Em síntese, os educandos foram organizados na seguinte classificação de atitudes: negativa (52,42%), conflitante (41,94%) e positiva (5,65%).

Tabela 6 – Classificação geral da atitude dos alunos entrevistados para as duas dimensões.

Atitude	Média do Escore	Pontos de Escore	n	%
Negativa	< 3,0	<48,00	65	52,42
Conflitante	3,0 - 3,99	48,00 - 63,99	52	41,94
Positiva	4,0 - 5,0	64,00 - 80,00	7	5,65

Desse modo, apenas 07 (sete) educandos apresentaram-se com atitudes positivas, o que reitera a importância das questões ecológicas e socioambientais serem consideradas nas elaborações dos projetos políticos pedagógicos das instituições, bem como na prática pedagógica cotidiana no âmbito educacional.

Uma estratégia para a concretização de tal alternativa, seria o investimento em projetos interdisciplinares que tivessem como problemáticas ou objetivos, fatos existentes da realidade na qual os educandos estão inseridos. Recordar-se o pensamento de Freire (1996, p.69), “mulheres e homens, somos únicos seres que, social e historicamente, nos tornamos capazes de aprender. Aprender para nós, é construir, reconstruir, constatar para mudar, o que não se faz sem abertura ao risco e a aventura do espírito”. E, assim, acreditar em uma nova visão e disseminação do conhecimento ambiental, considerando-o inclusive, como indispensável à sociedade atual.

4 CONCLUSÕES

O registro dos altos percentuais de educandos que se mostraram em atitudes negativas e ou conflitantes a respeito das práticas socioambientais e da temática dos resíduos sólidos, sugere a revisão das propostas pedagógicas das instituições escolares, a fim de contemplar de forma significativa o contexto dos problemas ambientais, entendendo-os como próprios da realidade na qual os educandos convivem. Contribuindo assim, para que estes se envolvam com a temática socioambiental em suas localidades e sejam, ao mesmo tempo, disseminadores desse novo modo de ver as questões inerentes ao meio ambiente e à vida humana em sua totalidade.

Esses resultados evidenciam a urgência com a qual as escolas, em particular, aquelas com a modalidade de Educação de Jovens e Adultos, devem se apropriar da temática ambiental, compreendendo como inerente à vida humana, tanto nos aspectos individuais quanto na coletividade.

5 REFERÊNCIAS

BELLINI, M.; MUCELIN, C.A. **Lixo e impactos ambientais perceptíveis no ecossistema urbano**. Sociedade & Natureza. Uberlândia, jun. 2008, p. 111 – 114. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: 15/06/2013.

BRASIL. **Plano Nacional de Resíduos Sólidos: Versão Preliminar para consulta pública**. Brasília, 2011. Disponível em: www.mma.gov.br. Acesso em: 15/06/2013.

BRASIL. **Lei Federal Nº12.305**, de 02 de agosto de 2011., Institui a política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.

BRASIL. **Lei n. 9.605**, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

BRASIL. **Lei n. 9795**, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, n. 79, 28 abril, 1999.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Meio Ambiente**, Brasília: MEC/SEF, 1999.

DIAS, G. F. **Educação Ambiental: Princípios e práticas**. 9ª. ed. São Paulo: Gaia, 2004.

DIAS, R. **Gestão Ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009.

DI PIERRO, M.C; HADDAD, S. **Escolarização de Jovens e Adultos**. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n.14, 2000, p. 108-130.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo, Paz e Terra, 1996.

GÜNTHER, W.M.R. Poluição do solo. In: PELICIONI, M.C.F; PHILIPPI JR, A. **Educação Ambiental e Sustentabilidade**. Barueri, SP: Manole, 2005, p. 195-215.

KOHLER, M.C.M.; PHILIPPI JR. A. Agenda 21 como Instrumento para a Gestão Ambiental. In: IPELIONI, M.C.F; PHILIPPI JR, A. **Educação Ambiental e Sustentabilidade**. Barueri, SP: Manole, 2005, p. 713– 735

LEFF, E. **Complexidade, Racionalidade Ambiental e Diálogo de Saberes**. Revista Educação & Realidade, set/dez, 2009. P. 17-24.

- LUIZZI, D. **Educação Ambiental:** Pedagogia, Política e Sociedade. In: PELICIONI, M.C.F; PHILIPPI JR, A. **Educação Ambiental e Sustentabilidade.** Barueri, SP: Manole, 2005. P. 382 – 400.
- MALHEIROS, T. F.; PHILIPPI JR. A. Saúde Ambiental e Desenvolvimento. *In:* PELICIONI, M.C.F; PHILIPPI JR, A. **Educação Ambiental e Sustentabilidade.** Barueri, SP: Manole, 2005, p. 59-83.
- MONTEIRO, J.H.P. *et. al.* **Manual de Gerenciamento Integrado de resíduos sólidos.** Coordenação Técnica Victor ZularZveibil. Rio de Janeiro: IBAM, 2001. Disponível em: www.resol.com.br. Acesso em: 15/06/2013.
- PENATTI, F.E; SILVA, P.M. da. **Coleta seletiva como processo de implantação de programas de educação ambiental em empresas:** caso da Bioagri laboratórios. 1º SIMP-GEO/SP, Rio Claro, 2008. Disponível em: www.rc.unesp.br. Acesso em: 15/06/2013.
- PRESTES. E.M.T. **Os novos desafios da Educação de Jovens e Adultos:** a educação e trabalho dos cortadores de cana no contexto da reestruturação produtiva. Disponível em: www.anped.org.br. Acesso em: 15/06/2013.
- TOZONI-REIS, M.F.de C. **Educação Ambiental:** natureza, razão e história. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.
- UNESCO. **Relatório global sobre Aprendizagem e Educação de Adultos.** Brasília: 2010. 156p.
- VIANA, M.B. **Sacolas plásticas:** Aspectos controversos de seu uso e iniciativas legislativas. Brasília, DF: Consultoria Legislativa, novembro, 2010.

Trabalho, cooperativismo, ensino e educação popular na Associação dos Catadores do Município de Patos-PB (ASCAP)

*Gigliola Alves de Oliveira
Solange Maria Kerpel*

1 INTRODUÇÃO

Este estudo pretende abordar uma economia que é vivida por pessoas dos bairros de periferia, pelos desempregados, trabalhadores informais, biscateiros, camelôs, pequenos empreendedores e uma multidão de brasileiros que ficam à margem do mercado formal e são tratados, muitas vezes, como secundários e perniciosos e o quanto o ensino e a educação podem promover melhoria na qualidade de vida dos associados.

Neste Século XXI, a humanidade tem como grande desafio a questão da correta destinação dos resíduos sólidos. São denominados resíduos sólidos os materiais oriundos do processo de produção ou de consumo, que podem ou não ser reaproveitados e/ou reciclados, e caso não recebam tratamento adequado tornam-se lixo. No entanto, trata-se de um processo complexo que envolve fatores ambientais, sociais e educativos, o que faz surgir a necessidade de um novo posicionamento por parte do poder público nas esferas federal, estadual e municipal bem como da sociedade civil e da iniciativa privada. Uma das formas de otimizar o processo de gestão integrada de resíduos sólidos seria através da prática associativista a qual está inserida nas premissas da Economia Solidária segundo Fourier (2002).

No Brasil, a Economia Solidária nasceu como movimento pela inclusão no mercado de trabalho, diretamente ligada ao contexto de crise econômica e exclusão social e suas consequências como o desemprego, a marginalidade, a precarização e a informalidade no modo de subsistência dos cidadãos à margem dos meios formais de economia (SINGER, 2002). O movimento passou a crescer de tal maneira que em 2003 foi criado dentro da estrutura do Ministério do Trabalho, a Secretaria Nacional de Economia Solidária.

A educação popular não oferece uma receita pronta, uma metodologia específica ou um manual de implementação. Brandão (1986) nos instrui de que é preciso inserir os sujeitos marginalizados no sistema educacional sistêmico, para que eles possam vivenciar e refletir seus saberes instrumentalizados pelo ensino, instigando-os a partilhar suas experiências de modo a fortalecer seus conhecimentos, oportunizando-os organizar-se de forma a sentirem-se inseridos na sociedade produtiva e cidadãos ativos com consciência política.

Neste estudo a sustentabilidade será enfocada dentro de uma lógica ambiental, econômica e social, ou seja, contemplando o pensamento contemporâneo sobre o seu significado e, sobretudo, inserindo a escola, lugar onde se aprende, dando ênfase especificamente aos catadores de resíduos sólidos, integrantes da Associação dos Catadores do Município de Patos (ASCAP), no que diz respeito à forma e consequências de sua organização.

2 REVISÃO DA LITERATURA

O contexto histórico acerca do mundo do trabalho é amplo, perpassa por relatos desde os primórdios da humanidade, é apontado nas escrituras sagradas e deu início às mais primitivas formas de organizações sociais do Homem. No dicionário Aurélio o significado da palavra labor significa trabalho árduo e prolongado; faina e labuta. Este define bem as nuances da vida cotidiana do trabalhador brasileiro, especificamente os que labutam na árdua atividade de catação de resíduos sólidos. O trabalho dos catadores é de grande valia neste século, já que o consumismo e o descarte desmedido da população em geral ocasiona uma grande produção

de lixo, de todos os tipos: residenciais, comerciais, industriais, agrícolas, hospitalares, dentre outros, o que deveria levar a sociedade a uma reflexão profunda sobre o modo como está sendo tratada essa questão. Diante disso, emergem vários aspectos: o da sustentabilidade, do meio ambiente, da reciclagem, da reutilização e da educação (MENDONÇA, 2013).

Ao se abordar a sustentabilidade, o meio ambiente, a utilização dos recursos naturais, é imprescindível direcionar a prática para a educação. É preciso focar neste caminho nos diversos âmbitos socioeducacionais; parte da educação, a sistêmica, a familiar ou a social, ou ainda o conjunto de todas – pois estas são a chave para que sejam repensadas atitudes e ações ao que concerne o cuidado com o planeta. Faz-se necessário que políticas públicas que discutem o tema comunguem de um caminho para a melhoria do uso correto e adequado da biodiversidade, dos recursos minerais disponíveis e que facilitam a existência do homem.

Desde meados do século passado Paulo Freire (1996) já defendia a educação em comunhão com o meio ambiente, quando propunha que a construção do saber deveria dar-se numa interação do sujeito com seu meio, em harmonia com seu espaço, suas experiências vividas em seu território, e embora a temática tenha sido elencada naquela época, os debates só ganharam força em Estocolmo (1972), com as conferências¹ que tratavam dos cuidados ao meio ambiente, relacionados à forma de desenvolvimento desencadeada pelo avanço das tecnologias, aumento no consumo e desordem na produção de produtos não degradáveis e poluentes.

2.1 Sustentabilidade socioeconômica, ambiental e educação

As questões ambientais e sustentáveis têm ganhado força neste século e se popularizaram nos mais diversos setores: empresariais, escolares, políticos, econômicos, ou seja, em todos os nichos onde haja interação social e consumo. Contudo, para usar o meio ambiente com sustentabilidade é necessário mais do que vontade, é preciso a compreensão ecológica adquirida e cuidadosamente aplicada (TOWNSEND *et al.*, 2006). No Brasil, a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) estabelecida pela Lei Nº 6.938 de 31 de agosto de 1981 e regulamentada pelo Decreto nº 99.274, de 06 de junho de 1990 define meio ambiente como “o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”.

O termo e conceito de desenvolvimento sustentável surgiram com o conhecido Relatório Brundtland (1987) (“Our Common Future”) e diz tratar-se do “desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”.

A partir de então a preocupação com o tema fez com que ocorresse um encontro da Cúpula Mundial, em Joanesburgo, em 2002, sobre o meio ambiente, onde foi elaborada a Declaração de Política de Desenvolvimento Sustentável a qual afirma que este deve ser construído sobre “três pilares interdependentes e mutuamente sustentadores”: o desenvolvimento econômico, o desenvolvimento social e a proteção ambiental.

Segundo a Comissão Mundial sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente (1987),

A definição mais aceita para desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade da natureza de atender as necessidades das futuras gerações. É desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro.

Ainda, o desenvolvimento sustentável segundo Kinlaw (1997) envolve cinco elementos: a igualdade entre os envolvidos no processo, onde todos tenham oportunidade de melhorar seu bem estar econômico; a administração responsável, em que os processos produtivos devem ser

¹ Conferência de Estocolmo (1972); Relatório Brundtland (1987); Rio-92 e Rio +20; Protocolo de Kyoto (1997).

desenvolvidos de forma responsável pelos produtores diretos organizados dentro da produção; com limites dos recursos e que estes sejam renováveis dentro da limitação da intervenção humana. Além disso, deve contemplar um desenvolvimento ambiental seguro e de natureza sistêmica, ou seja, deve contemplar a plena consciência nas inter-relações das atividades humanas.

Desta forma, uma atividade sustentável pressupõe que ela poderá ser repetida em um futuro previsível (BEGON *et al.*, 2006). A partir dessa ideia surgiu o questionamento sobre as atividades humanas, pois a maioria delas é nitidamente insustentável o que é preocupante uma vez que interfere nos destinos do planeta e das comunidades ecológicas (BEGON *et al.*, 2006). Nesse cenário surge o conflito e o questionamento sobre o fato do desenvolvimento poder ou não ser sustentável.

Por outro lado, as diversas formas de exploração do meio ambiente como a agricultura, a pecuária, com seus pesticidas e produção de gases tóxicos liberados na atmosfera, a mineração e exploração de pedreiras com a manipulação de paisagens são no mínimo violentas, devido à lenta capacidade de reestruturação da natureza e frente ao rápido crescimento da população mundial (BEGON *et al.*, 2006). Mas o consumo desmedido dos mais diversos tipos de produtos ofertados não fica atrás na geração de resíduos que se acumulam uma vez que tais produtos sejam consumidos.

Diante de tais definições a população encontra-se às voltas com as diversas tentativas de cuidados com o meio ambiente por parte dos mais variados órgãos, públicos ou privados, ONG's, associações, cooperativas, professores em todos os níveis, movimentos sociais, biólogos, ambientalistas, civis que tomam a consciência de atitudes que minimizam as ações agressivas do Homem ao meio ambiente.

A Educação é vista como principal veículo para chegar às mudanças necessárias para uma garantia de melhoria no cuidado com o ambiente natural e sua sobrevivência. Diante de tal constatação criou-se a Educação Ambiental, surgida como meio para que fosse possível atingir as diversas camadas sociais e populacionais, expressa na Lei 9.975/1999, regulamentada pelo Decreto 4.281/2002 que trata:

dos processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Esta lei é uma ferramenta que deve ser utilizada principalmente pelas instituições educacionais, já que essas têm o poder de tornar os futuros cidadãos, consumidores mais conscientes, menos poluentes.

É imprescindível tomar consciência de que a educação é o maior e melhor instrumento promotor de mudanças, uma vez que o homem consegue compreender melhor o mundo em que vive, a si mesmo e aos que o cercam; dessa forma, a própria educação deve ser a primeira a aceitar e a acompanhar o desenvolvimento e suas potencialidades, dificuldades e especificidades, ou seja, renovar e promover a interação com o novo saber, com a descoberta de um mundo que propicia liberdade, autonomia e quebra das argolas da escravidão da ignorância (SAVIANI, 2007).

Segundo Freire a educação libertadora propõe uma educação conjunta, dialogada, constantemente (com) partilhada entre o sujeito-homem, homem-objeto (o aprender libertador, grifo meu). Daí a importância da educação na vida dos trabalhadores, como ponte para melhoria, para que rompam as correntes do não-saber, “através de uma educação que as colocasse numa postura de autorreflexão e de reflexão sobre seu tempo e seu espaço” (Freire, 1987).

Faz-se necessário respeitar a natureza, ao tomar consciência da relação da transitoriedade da vida, afirma Mazzarolo (2008) e é uma das premissas para a perpetuação da qualidade e de potencial de existência do planeta Terra. Nessa direção segue o Capítulo VI da Carta Magna brasileira que versa no seu Artigo 255 que: “Todos têm direito ao meio ambiente

ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as gerações presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988).

2.2 Educação, meio ambiente e trabalho

O Brasil dispõe da *Carta Magna* que elenca artigos e incisos orientadores para uma política pública de cuidados ao meio ambiente *bem como a garantia de trabalho para todos*.

Versa no Capítulo I da Carta Magna:

Dos princípios Gerais da Atividade Econômica

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

I – soberania nacional;

II – propriedade privada;

III – função social da propriedade;

IV – livre concorrência;

V – defesa do consumidor;

VI – defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação; (Redação dada pela emenda constitucional no 42, de 19/12/2003.).

De acordo com a Lei acima citada e na Constituição Federal a garantia de trabalho e de subsistência do homem lhe é dada, porém esse direito não se configura na prática. Ocorre que grande parcela das famílias brasileiras vive à margem da sociedade, sem acesso à educação, à saúde, sem moradia; muitos ainda sem constarem nas estatísticas do IBGE (2006), por não possuírem o registro de nascimento – um número de 599 mil crianças em todo Brasil, sem contabilizar os adultos – o que os deixam completamente fora das condições mínimas de acesso aos serviços públicos, obrigando-os a valer-se de uma das atividades em voga na atualidade, devido à grande produção por parte do consumo exacerbado: os lixões urbanos, de onde tiram todo seu sustento e de sua família, onde contribuem com uma parcela importante para a manutenção do planeta, e que ainda assim, continuam ‘invisíveis’ perante a sociedade.

A saber-se o documento de Jomtien (1990) quanto à necessidade de firmamento da relação educação e trabalho, assim declara:

ditas necessidades compreendem tanto instrumentos fundamentais de aprendizagem (como a alfabetização, a expressão oral, a aritmética e a resolução de problemas) como o conteúdo básico de aprendizagem (conhecimentos, capacidades, valores e atitudes) que necessitam os seres humanos para poderem sobreviver, desenvolver plenamente suas possibilidades, viver e trabalhar dignamente, participar no desenvolvimento, melhorar suas qualidades de vida, tomar decisões fundamentais, e continuar aprendendo.

Apesar de tantas Declarações, Decretos, Tratados, sabe-se que a realidade retruca outro quadro. É bem recente o Decreto Nº 7.405, de 23 de dezembro de 2010 que define as características do catador de resíduos sólidos, qual seja sua definição:

Parágrafo único. Para os fins deste Decreto, consideram-se catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis as pessoas físicas de baixa renda que se dedicam às atividades de coleta, triagem, beneficiamento, processamento, transformação e comercialização de materiais reutilizáveis e recicláveis.

O fato de os lixões tornarem-se fonte de renda para esses cidadãos excluídos da sociedade, não os condena à própria sorte; há alternativas de economia popular, solidária, organizada, que podem ser a saída para resgatá-los dessa marginalização e exclusão e inseri-los numa fatia social produtiva, ativa, importante e usuária de todos os direitos sociais previstos na Constituição Federal.

Para tanto, existem os caminhos já descobertos desde o século passado, mas que tomou força a partir de 1990, quando empresas faliram e seus donos não tinham mais crédito junto aos bancos financeiros e/ou condições de administrar o negócio, desse modo funcionários assumiram as empresas e tocaram em forma de Economia Solidária.

2.3 Economia Solidária

Discorrer sobre a temática da Economia Solidária requer um passeio histórico, partindo-se aqui da Revolução Industrial, onde essa atividade revela-se como embrião de uma atividade que tornar-se-ia uma luz no fim do túnel como solução econômica e de melhoria de vida para uma parcela da sociedade, a classe trabalhadora.

A economia solidária retoma as lutas históricas dos trabalhadores que tiveram origem no início do século XIX, como cooperativismo, sendo uma das formas de resistência contra o avanço desenfreado do capitalismo industrial. No Brasil, ela ressurge no final do Século XX, nas décadas de 80 a 90, como meios de enfrentamento às novas formas de exclusão e exploração no mundo do trabalho.

Como afirma Singer (2002, p. 25),

A Economia Solidária foi concebida como um modo de produção que tornasse impossível a divisão da sociedade em uma classe proprietária dominante e uma classe sem propriedade subalterna. Sua pedra de toque é a propriedade coletiva dos meios sociais de produção (além da união em associações ou cooperativas dos pequenos produtores). Na empresa solidária, todos que nela trabalham são seus donos por igual, ou seja, têm os mesmos direitos de decisão sobre o seu destino. E todos os que detêm a propriedade da empresa necessariamente trabalham nela.

Como defesa contra a exclusão social e a queda na indigência, as vítimas da crise econômica buscam sua inserção na produção social através de variadas formas de trabalho autônomo, individuais e/ou coletivas. Quando coletivas, elas optam, quando oportunizadas, pela administração participativa, democrática, dos empreendimentos, o que configura o modelo de autogestão. Sendo estes princípios os que constituem a Economia Solidária (ES).

O Congresso Nacional, em 2003, aprovou projeto de lei do então presidente Lula, criando no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Reconheceu dessa forma o Estado brasileiro, um processo de transformação social em curso, provocado pela ampla crise do trabalho que vem assolando o país desde os anos 1980, como afirmado anteriormente. A aprovação do projeto aumenta o leque de responsabilidade do MTE e inclui uma nova demanda de assegurados, os associativistas e cooperados urbanos, já que é essa pasta a responsável pela classe trabalhista operária.

Com a legalização desloca-se agora, os olhares para a forma de estruturação da ES, já que esta visa por princípios de criação o bem estar social, ético econômico e cultural, uma vez que esse tipo de atividade se dá pela valorização do trabalho, da solidariedade entre os cooperados, visto que:

As relações sociais de produção, no interior da Economia Solidária, pautam-se pela prática da democracia na tomada de decisões. Todos, em princípio, participam delas, cada cabeça tendo um voto. O que requer que todos tenham pleno conhecimento

do que se passa com a empresa, não podendo haver, obviamente, “segredo do negócio” (que marca as relações hierárquicas na empresa capitalista). (SINGER, 2002, p. 48).

É onde entra a importância de a autogestão ser conhecida por todos, onde todos possam integrar as decisões, partilhar os caminhos que o empreendimento solidário possa alcançar, numa pedagogia que comunga o coletivo, de acordo com Singer (2002, p. 64):

A pedagogia da Economia Solidária requer a criação de situações em que a reciprocidade surge espontaneamente, como o fazem os jogos cooperativos. Importa aqui menos o aprendizado do comportamento adequado do que o sentimento que surge da prática solidária. Tanto dando como recebendo ajuda, o que o sujeito experimenta é a afeição pelo outro e este sentimento para muitos é muito bom. Tanto em competir como em cooperar, o sujeito sente-se feliz. Só que no primeiro caso, essa felicidade só é completa se ele vence e demonstra sua superioridade sobre os demais. No último, a felicidade é gozada toda vez que se coopera, independentemente do resultado.

Tendo uma singularidade de ponto de vista sendo vista por Singer (2002, p. 83), exposto da seguinte forma:

Mesmo sendo hegemônico, o capitalismo não impede o desenvolvimento de outros modos de produção porque é incapaz de inserir dentro de si toda população economicamente ativa. A economia solidária cresce em função das crises sociais que a competição cega dos capitais privados ocasiona periodicamente em cada país. Mas ela só se viabiliza e se torna uma alternativa real ao capitalismo quando a maioria da sociedade, que não é proprietária de capital, se conscientiza de que é de seu interesse organizar a produção de um modo em que os meios de produção sejam de todos os que os utilizam para gerar o produto social.

Já no modo de ver de Vieira (2005, 78),

[...] é importante salientar que a economia solidária também é diferente da economia convencionada como heterodoxa, enquanto método. Um dos principais instrumentos de cunho heterodoxo é a análise empírica, sendo por meio desta que se acusa o distanciamento da economia neoclássica da realidade observável.

Tendo uma conceituação acerca das nuances dessas economias e suas especificidades, volte-se ao desafio maior que é o de compreender a atuação entre economia solidária e uma autogestão democrática, participativa, onde todos se relacionam entre si e se responsabilizam por sua produtividade, seus investimentos e ganhos, estes sendo caracterizados por ‘sobras’, que é a especificidade da ES, uma vez que a mesma não visa o lucro, mas sim uma economia que permita ao associado benefícios tais como:

[...] sobrevivência imediata, subsistência material, aumento da renda familiar, reinserção social, reativação da vida comunitária, qualificação técnica e profissional, desenvolvimento da autogestão, desenvolvimento do espírito democrático, participação na sociedade e consciência social e política” (GAIGER, 2004, p. 148).

Numa análise de releitura, os pressupostos pontuam a economia solidária como um projeto de desenvolvimento integral, visando a sustentabilidade, a autogestão, a democracia uníssona, a justiça social e econômica, além de fomentar a prática de utilização consciente dos recursos naturais e renováveis, bem como convida o poder público para a democratização do poder e dos benefícios de cidadania.

2.4 Tecnologias sociais

É bem recente essa tecnologia criada com o intuito de buscar soluções para os problemas socioeconômicos do país, a partir de Redes de Tecnologias Sociais (RTSs), objetivando compreender produtos, técnicas ou metodologias, reaplicáveis, desenvolvidas em interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social, através de fóruns, mostras, oficinas, ações que estabelecem um vínculo com as comunidades que necessitam de orientação para geração de renda e trabalho.

Apesar de pouco difundida no Brasil, há algumas experiências que já se aplicam e que começam a dar os frutos desejados para uma escala inicial, ao que tange ao desenvolvimento sustentável como, por exemplo, o Programa Um Milhão de Cisternas Rurais, que viabiliza a permanência com melhor qualidade de vida dos moradores da zona rural, possibilitando, também, a inclusão social e conquista de direitos. Porém, faz-se necessária a ressalva de que é preciso um grande investimento por parte do serviço público para o atendimento em grande escala.

Segundo Albuquerque (2006, p. 141), o campo acadêmico lançou várias críticas, por considerar as Tecnologias Apropriadas (ou Tecnologias Sociais), “tecnologias de 2ª classe, embora tenham importante significado econômico pelo fato de serem capazes de gerar postos de trabalho e renda mínima para o enorme contingente de milhões de brasileiros sem formação e sem treinamento”.

Hernán Eduardo Thomas (2009, p. 93), historiador e Doutor em Política Científica e Tecnológica conceitua as TSs de modo claro “como sendo uma forma de criar, desenvolver, implementar e administrar tecnologia orientada a resolver problemas sociais e ambientais, gerando dinâmicas sociais e econômicas de inclusão social e de desenvolvimento sustentável”.

O próprio conceito aponta os objetivos das TSs que, ainda segundo Thomas (2009, p. 101), visa “responder à problemática de desenvolvimento comunitário, de geração de serviços e de alternativas tecnoprodutivas em cenários socioeconômicos caracterizados por situações de extrema pobreza”.

Deixa explícito também que os atores que se encaixam nos aspectos, quanto à aplicação e absorção das transformações possíveis de serem realizadas pela tecnologia, configuram-se em sujeitos excluídos do gozo dos direitos sociais, econômicos e políticos, moradia, educação, saúde pública, identificação cidadã - como apontado anteriormente, uma parcela significativa dessa população não possui documentos pessoais (Registro de Nascimento, Registro Geral, Cadastro de Pessoa Física - CPF).

Vale ainda ressaltar que tais instrumentos, para que se desenvolva a ferramenta, considerem o meio ambiente de forma sustentável, preservando-o, utilizando recursos naturais suficientes apenas para consumo e subsistência; enrede sujeitos comuns à comunidade, que interajam entre si de modo a viverem em um sistema coletivo e solidário; que utilizem dos conhecimentos tradicionais a que pertencem; que possam cooperar entre si a partir dessas experiências inseridas, através da TSs, e que encontrem soluções baratas e economicamente viáveis para sua realização/sustentação.

Nessa direção, Fonseca (2009, p. 77) afirma que:

Construir tecnologias para o desenvolvimento social deve fazer parte do processo de aprofundamento da democracia no Brasil. As políticas públicas e os instrumentos de construção dos sistemas sociotécnicos devem ser adequados às relações sociais (política, economia, gênero, raça, etc.) características do nosso país.

No entanto, discutir desenvolvimento social requer além de conceitos e princípios. É preciso evoluir de processos micro, para processos macro, onde os princípios estejam alinhados em conformidade com as experiências aplicadas. De acordo com Thomas (2009, p.17) “conforme pensamos o problema vamos pensar as soluções”.

Uma dessas soluções aponta diretamente para o carecer, em massa, da inserção desses sujeitos na educação sistêmica.

Esta educação é oportunizada em vários âmbitos e aspectos pela Educação de Jovens e Adultos, nas mais remotas localidades, tendo à disposição, como veículo de alcance, as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's), através de instituições voltadas a uma pedagogia libertadora e includente, que utiliza os mais variados recursos didáticos e pedagógicos para o alcance da alfabetização e para oferta da educação continuada.

Isto é oferecido em forma de cursos de educação básica (Ensino Fundamental ao Médio) concomitante a cursos técnicos profissionalizantes como, por exemplo, aqueles oferecidos pelo Serviço Social da Indústria (SESI), em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), bem como as secretarias de educação municipais e estaduais, através do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC.

3 METODOLOGIA

A natureza da pesquisa aqui apresentada se configura em um estudo de caso, apresentando caráter qualitativo, embora tenha-se utilizado alguns dados quantitativos de amostras da população.

Para isso foi feito, inicialmente, um diagnóstico da associação através de conversas informais com visitas as residências dos envolvidos, no Bairro das Placas.

Posteriormente, foi elaborado um questionário estruturado e aplicado com 18 pessoas, para coleta de dados (Apêndice).

Este questionário foi analisado em termos percentuais. Estas foram consideradas ferramentas de apoio ao estudo do objeto e dos objetivos a serem alcançados. Apresenta cunho descritivo, uma vez que descreve um fenômeno: a possibilidade de melhoria de vida dos catadores de resíduos sólidos.

3.1 Diagnóstico da Associação dos Catadores do Município de Patos-PB (ASCAP)

Desde a década de 90 temos presenciado, no contexto econômico brasileiro, altos índices de desemprego e um crescente aumento na distribuição de renda, que acabam por gerar um ambiente de desigualdade e exclusão social.

Para Mattoso (1999), ao longo do século XX, o Brasil transformou-se em uma economia urbana, industrial e com elevada geração de empregos formais. A partir da década de 80 as mudanças começam a se acentuar e o desemprego e a precarização das condições de trabalho passam a ser algo presente na sociedade brasileira.

3.1.1 Caracterização do grupo a ser estudado

A Associação dos Catadores do Município de Patos (ASCAP), sob registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) nº: 08.419.501/0001-19, está situada à rua Otacílio Monteiro da Silva, Nº 50, Bairro Placas - CEP: 58.700 – 970, no município de Patos – Paraíba.

Esta Associação foi fundada em 01 de novembro de 2006, tem como presidente, desde a sua fundação, a senhora Nilma Gomes de Sousa, que orienta e desenvolve um trabalho árduo diariamente para melhoria das condições de trabalho no lixão.

O lixão situa-se na porção leste do perímetro urbano e, aproximadamente, a 2km de distancia das residências dos catadores. Estes, geralmente, saem das suas residências às 08h da manhã de bicicleta, de carroça de burro, moto ou de carona e voltam para casa as 17h; têm uma jornada de trabalho de 50h semanais distribuídas de segunda a sábado. Dependendo da época do ano a quantidade de horas de trabalho pode variar para mais ou para menos, confor-

me as variantes climáticas ou as festividades culturais da cidade. Pertencem à associação denominada Associação dos Catadores do Município de Patos/PB (ASCAP) e, embora estejam organizados, a prática dos catadores no lixão é trabalhar separadamente e cada um visa seu lucro.

O objetivo da ASCAP é organizar os catadores para desenvolverem seu vínculo de solidariedade e atividades em forma de projetos que venham beneficiar seus associados. Conta com 50 catadores com registro legal no endereço da residência da presidenta da associação.

As reuniões são realizadas, em média, a cada quinze dias de cada mês, na Instituição do Serviço Social da Indústria (SESI), que é parceira, juntamente com a Associação de Profissionais para Elaboração de Projetos (ECOPLANTE) e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

O lixão de Patos - PB recebe diariamente 70 toneladas de resíduos sendo sua geração percapta estimada em 0.69 kg/hab/dia. Para o cálculo desta taxa foi adotada a população de 102.020 habitantes (IBGE, 2009) da coleta convencional de resíduos domiciliares. Neste momento, os catadores estão apreensivos pelo fato de que o lixão será fechado em 2014, segundo a Política Nacional dos Resíduos Sólidos - Lei nº 12.305/2010.

A ASCAP aceitou e erradicou o trabalho infantil no lixão, desde 2010, a partir de um trabalho realizado pela procuradoria da infância e juventude, em respeito à Lei do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), a qual prevê a retirada de crianças do mundo do trabalho.

Os catadores retiram do lixão roupas para se vestirem; remédios vencidos para se medicarem contra doenças que os acometem; se alimentam com produtos vencidos como, por exemplo, iogurte e grãos descartados pelas famílias, deixando-os à sorte de correrem risco de vida. Além de tudo isto enfrentam o sol forte do Sertão sem nenhuma proteção, o que tem provocado doenças graves de pele. A catação dos resíduos recicláveis no lixão não supre suas necessidades básicas, mesmo assim os catadores se mantêm atuando nesta atividade por falta de perspectiva.

Torna-se imprescindível o investimento de uma política sustentável solidária para retirar os catadores do lixão de Patos, oferecendo-lhes novas oportunidades e a ampliação de perspectivas relacionadas ao trabalho. Os resultados esperados serão: fortalecimento na renda, melhor qualidade de vida, salubridade no ambiente de trabalho e, sobretudo, uma grande perspectiva de inclusão social, que poderá se revelar para as famílias envolvidas neste segmento.

Em 2011 a Associação de Profissionais para Elaboração de Projetos (ECOPLANTE) elaborou um projeto para a ASCAP denominado “Sustentabilidade no Sertão para os Catadores”, que foi contemplado como prioritário pelo Ministério da Justiça. O objetivo era retirar os catadores do lixão e assim ter um trabalho decente, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Entretanto, em 2013, este projeto foi arquivado por falta de recursos, segundo o Ministério da Justiça.

Apesar de todas as dificuldades ali existentes, a Associação conseguiu parcerias como a ECOPLANTE, a UEPB e o SESI. Esta última instituição, o SESI, lhes concede espaço para as reuniões e, o mais importante, proporciona a inserção na Educação de Jovens e Adultos incentivando-os a frequentar a escola, aumentar seu nível de escolaridade e convivência social.

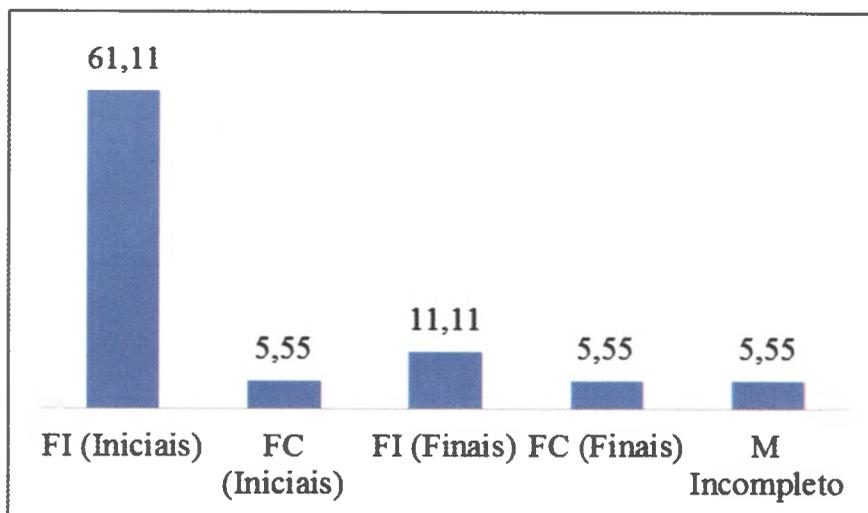
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Do total de 50 catadores da ASCAP foram entrevistadas 18 pessoas, que se disponibilizaram voluntariamente para responder à entrevista. As idades variaram entre 18 e 65 anos. Desses, em torno de 70% disseram saber ler e escrever.

Quanto à escolaridade, mais de 60% disse ter o ensino fundamental incompleto, nas séries iniciais (Figuras 01). Apesar da maioria não ser analfabeta, permanece no lixão, o que provavelmente se deva à falta de oportunidades de trabalho, assim como à falta de qualificação profissional.

A economia solidária poderia ser um instrumento de inclusão de tais pessoas. De fato, segundo Singer (2002), diz que, no Brasil, a Economia Solidária nasceu como movimento pela inclusão no mercado de trabalho, fruto da crise econômica que gerou a exclusão social, como o desemprego, a marginalidade, a precarização e a informalidade.

Figura 1 – Porcentagem do grau de instrução e escolaridade dos catadores de resíduos sólidos da Associação dos Catadores de Patos, PB (ASCAP).



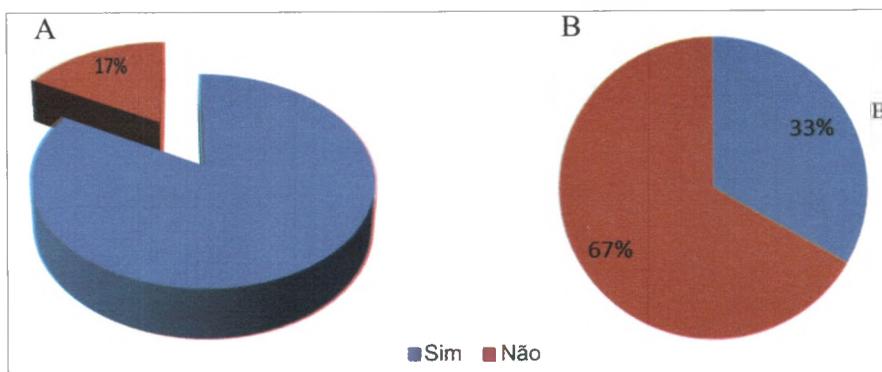
Legenda: FI – Ensino Fundamental I; FC – Ensino Fundamental Completo (séries iniciais); FI - Ensino Fundamental incompleto (séries finais); M – Ensino Médio incompleto; M – Ensino Médio completo

Fonte: Autoria própria, 2013.

Apesar de 67% dos associados possuírem casa própria (doadas pela prefeitura municipal) e 83% da amostra dos associados terem acesso à água potável e saneamento básico, uma parcela de 17% da mesma amostra (Figura 02-A), não recebe os serviços de saneamento básico, garantidos por Lei, somando-se aí mais um fator de exclusão social.

Ter acesso à água potável e saneamento básico é uma das garantias de direito segundo o art. 1º, inciso III, e art. 2º, inciso VI da Constituição Federal (CF), porém essa garantia de direitos não atinge a totalidade dos catadores de resíduos sólidos da ASCAP. Ainda de acordo com a CF, que reza a “articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social, voltadas para a melhoria da qualidade de vida” (Lei 11.445/2007).

Figura 02 – Porcentagem do tipo de residência (A) e do acesso a água dos catadores de resíduos sólidos da Associação dos Catadores de Patos, PB (ASCAP) (B).



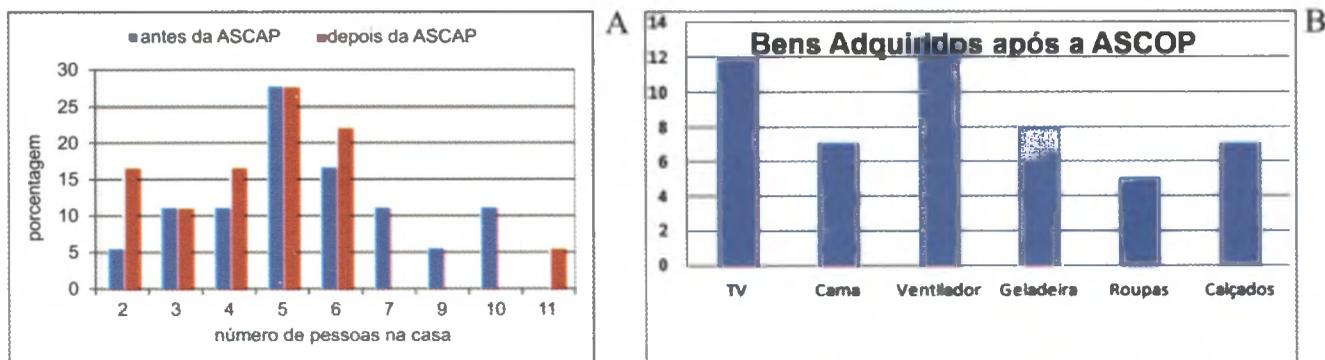
Fonte: Autoria própria, 2013.

Existe uma mobilidade em relação ao número de pessoas nas casas dos associados antes e depois da ASCAP, em que 27% das casas permaneceram com o mesmo número de pessoas, visto que os demais grupos percentuais oscilam entre 5% e 20% na mobilidade e ainda outros 10% desses grupos apresentaram a extinção do grupo quanto ao número de habitantes/casa (Figuras 3). Essa constatação permite uma reflexão de que o número de pessoas que saíram de casa é mínimo, de acordo com os resultados da pesquisa.

A constância do número de pessoas na casa permite uma constatação de que os entrevistados mantêm relativamente às mesmas condições de vida, com pouca expectativa de melhoria e/ou mudança de vida, apesar de alguns terem obtido o poder de aquisição de alguns equipamentos eletrônicos, conforme o Figura da figura 3-B.

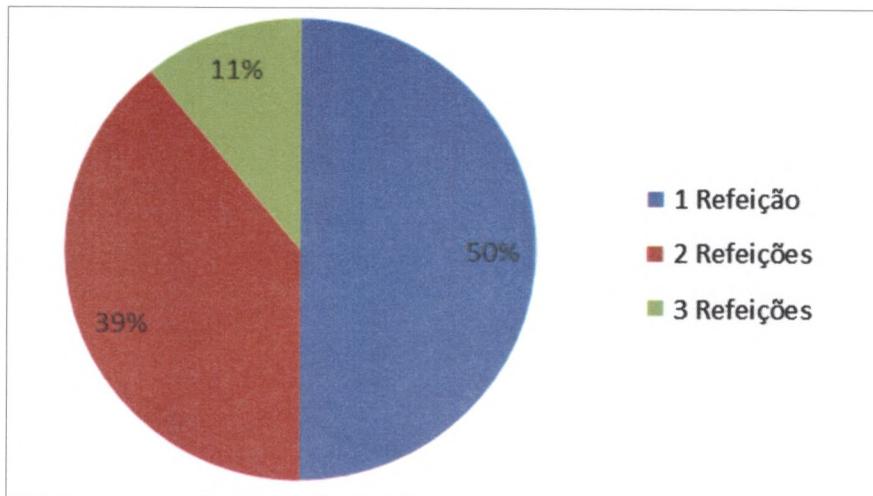
O fato de 50% dos (as) associados (as) da ASCAP terem acesso a três refeições diárias não garante que sua alimentação é adequada ou suficiente para um bom desenvolvimento nutricional. Muitos desses alimentos são retirados do lixão, descartados pela população mais abastada e na maioria das vezes são impróprios para o consumo, por isso mesmo estão descartados como resíduos. A parcela de 40% que faz duas refeições diárias se deve ao fato de passar o dia no lixão, de modo que se alimentam ao sair de casa (café da manhã) e ao retornar (jantar), e durante o dia alimentam-se de comidas eventualmente achadas no lixão.

Figura 3 – Porcentagem do número de pessoas por residência dos catadores de resíduos sólidos antes e depois dos mesmos terem ingressado na Associação dos Catadores de Patos, PB (ASCAP) (A) e aquisição de eletroeletrônicos, móveis, roupas e calçados (B).



Fonte: Autoria própria, 2013.

Figura 4 – Número de refeições feitas pelos catadores de resíduos sólidos, antes e depois destes terem ingressado na Associação dos Catadores de Patos, PB (ASCAP).



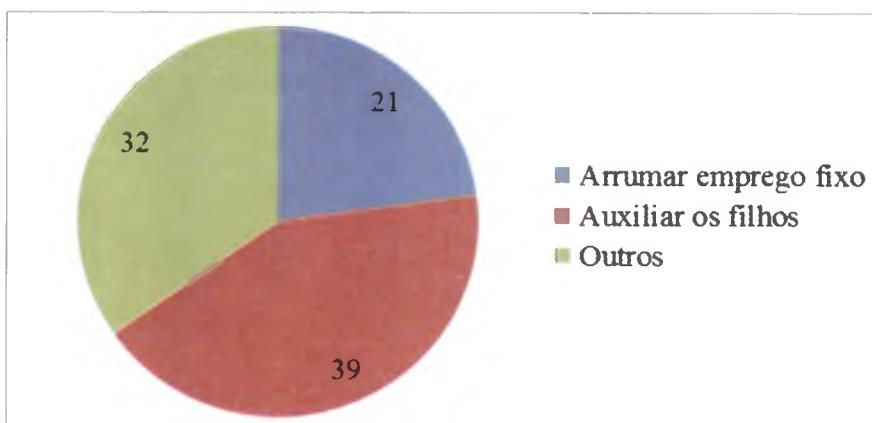
Fonte: Autoria própria, 2013.

Apesar de 39% declararem que esse retorno à escola é para ajudar os filhos, nesse processo eles estarão transformando a si próprios, pois terão a possibilidade de sair da marginalização completa para fazer parte da população que recebe um dos direitos básicos para o exercício da cidadania: o acesso a escola.

Quando 32% declararam motivos vários para retornarem à sala de aula, demonstraram um desejo velado de saírem do modo de vida degradante a que se submetem, entendendo que através da escola pode encontrar o caminho para inserirem-se na sociedade. Assim, poderão conseguir trabalho formal e ter acesso aos demais benefícios que a conquista da escolaridade permite.

“Quem estuda cresce” é um slogan utilizado pela instituição do Serviço Social da Indústria – SESI, para incentivo à educação e por compreender que este é o caminho para a construção e resgate da cidadania, oportunizando inserção no mercado de trabalho, saída da escuridão, exercendo uma pedagogia ético-crítica, de acordo com Paulo Freire (1987), pois só através da educação libertadora é possível ao sujeito dialogar consigo mesmo, com seus pares, com a sociedade e (re)construí-la, de modo a fazer parte dela.

Figura 05 – Porcentagem dos motivos que levaram os catadores da Associação dos Catadores de Patos, PB (ASCAP) a desejarem voltar a estudar.



Fonte: Autoria própria, 2013.

Para Mendonça (2013) “É necessário mais do que separar o lixo para reciclagem ou fechar a torneira enquanto se escova os dentes, [...] a quantidade de lixo que produzimos é maior do que a capacidade de reciclagem”, ou seja, a questão sustentável e o meio ambiente envolvem uma consciência atitudinal, vertical, partindo da família, da educação familiar, seguindo pelo ensino sistêmico. A Educação é sempre veículo de transformação, de oportunidade de melhoria, de uma esperança que vem de dentro e que é peculiar ao ser humano.

5 CONCLUSÕES

Observou-se a prática da cooperação e democracia na organização dos catadores de resíduos da Associação dos Catadores do Município de Patos, característica sempre presente nas pessoas do grupo estudado (ASCAP).

Tal prática foi detectada a partir das observações vivenciadas nas reuniões e encontros, momentos em que os associados discutiam meios para a permanência no lixão, de modo mais salutar e mais rentável.

A educação e a escola em si tiveram papel importante na vida daquelas pessoas como forma de fazê-los sentirem-se um pouco mais incluídos na sociedade. No entanto, a falta de continuidade do processo precisa ser analisada para que, de fato, a educação cumpra seu papel transformador, uma vez que a educação é motivo de esperança para uma vida melhor tanto para os próprios envolvidos quanto para seus filhos.

O que levou a traçar caminhos para o objeto desse estudo, foram as observações do modo de organização dos catadores de resíduos da Associação dos Catadores do Município de Patos, percebendo-se o tipo de atividades que os levaram à organização do trabalho, os benefícios/melhorias que foram alcançados após a implementação da Associação, o funcionamento do trabalho coletivo, e a exposição das expectativas (ou não) em relação ao futuro da Associação.

De certa forma, os objetivos desse estudo foram alcançados, uma vez que se diagnosticou a situação real e, a partir dessa constatação, novos caminhos podem ser sugeridos para gestores públicos responsáveis por tal fração da sociedade:

- 1) Em primeiro lugar, a aplicação do que rege as tecnologias sociais, enquanto ferramenta de trabalho ou forma de intervenção no grupo, no sentido de oportunizar alternativas mais dignas de catar e reciclar, práticas extremamente importantes para a sustentabilidade e que os catadores demonstram extremo interesse na sua continuidade.
- 2) Em segundo lugar, um acompanhamento na formação dos indivíduos seja na forma de ensino sistemático ou na forma de cursos alternativos voltados aos seus interesses e dentro de uma lógica da economia solidária, como por exemplo a reciclagem dos próprios resíduos para aplicações diversas.

6 REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, L. C. Prefácio. In: BRANDÃO, Flávio Cruvinel. **Uma História Brasileira das Tecnologias Apropriadas**. Brasília: Paralelo 15/Abipti, 2006.
- BRANDAO, C. R. **Educação Popular**. 3ª ed. SP, Brasiliense, 1986.
- BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição Federal de 1988**.
- BRASIL. Lei 11.445 de 05 de janeiro de 2007. **Constituição Federal do Brasil**. Art. 1º, III abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em 25/09/2013.

- BRASIL. **Constituição Federal do Brasil**. Art. 2º, VI - articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação,[...]. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em 25/09/2013.
- BRASIL. **Constituição Federal do Brasil**. Art. 170, § 1. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei. Disponível em: www.jusbrasil.com.br. Acesso em 26/09/2013.
- BRASIL. **Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em 26/09.2013.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069/90. Brasília 1990.
- BRASIL. **Política Nacional do Meio Ambiente** (PNMA) estabelecida pela Lei No. 6.938 de 31 de agosto de 1981 e regulamentada pelo Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990.
- BRUNDTLAND, H.; KHALID M. **Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future**. Oslo, 1987.
- FILHO, G. F. **Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular**: traçando fronteiras conceituais. Revista Bahia Análises & Dados: Salvador, SEI. Vol 12. N. 01. Junho 2002.
- FOURIER, C. **O novo mundo industrial e societário**. Tradução de Paula M. A. C. Mello. In: TEIXEIRA, A. (Org.). *Utópicos, heréticos e malditos: os precursores do pensamento social de nossa época*. Rio de Janeiro: Record, 2002. p.67-96.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 27ª ed. RJ, Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, P. **Educação Como prática da Libertadade**. 23ª Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1999.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 4ª Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996.
- GAIGER, L. I. (org). **Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios 2008**: síntese dos indicadores. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2009.
- KINLAW, D.C. **Empresa Competitiva e Ecológica: desempenho sustentado na era ambiental**. São Paulo. Macron Books 1997.
- MATTOSO, J. **O Brasil desempregado: como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1999.
- MAZZAROLO, I. **Revista Visões** 5ª Edição, Nº5, Volume 1 - Jul/Dez 2008. A Bíblia e o meio ambiente.
- MENDONÇA, R. **O educador ambiental ensina por suas atitudes**. Disponível em: www.revistaescola.abril.com.br. Acesso em 21/09/2013.
- SAVIANI, D. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. Revista Brasileira de Educação v.12 n.34, [s.l.], jan./abr. 2007.
- SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.
- THOMAS, H. Eduardo. **Tecnologias para Inclusão Social e Políticas Públicas na América Latina**. In: **Tecnologias Sociais: Caminhos para a sustentabilidade**. – Brasília/DF: s.n, 2009.

TOWNSEND, C.R.; BEGON, M.; HARPER, J.L. 2006. **Fundamentos em Ecologia**. Artmed, Porto Alegre, RS.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem**. Jomtien, Tailândia, 1990.

Este livro foi diagramado na
fonte Georgia e impresso em
papel Apergaminhado 75 grs.,
na RDS Gráfica e Editora Ltda.,
no mês de agosto de 2015, em
Fortaleza - Ceará - Brasil